

INSTITUTO  
HISTÓRICO  
DA ILHA TERCEIRA

# BOLETIM



VOL. XLVII

1989

# INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

PATROCINADO E SUBSIDIADO PELA  
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

---

S E D E

**Edifício de S. Francisco**

---

DIRECÇÃO (1988 - 1989)

**Presidente** - Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino

**Secretário** - Dr. José Guilherme Reis Leite

**Tesoureiro** - Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA  
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

---

---

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, ideias ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Artº 15º do Regulamento do Instituto)

BOLETIM

DO

INSTITUTO

HISTÓRICO

DA

ILHA TERCEIRA



INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

# BOLETIM



VOL. XLVII

1989

ANGRA DO HEROISMO



# INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1989)

## SÓCIOS EFECTIVOS :

Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino (Presidente)  
Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires  
Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes  
Emanuel Félix Borges da Silva  
Arq<sup>º</sup> Fernando Sousa  
Francisco Ernesto de Oliveira Martins  
Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias (Tesoureiro)  
Dr. Helder Fernando Parreira de Sousa Lima  
Arq<sup>º</sup> Luis António Guizado Durão  
Dr<sup>a</sup> D. Mariana dos Prazeres Júlio Miranda Mesquita (Directora da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo)  
Padre Dr. Jacinto Monteiro da Câmara Pereira  
João Dias Afonso  
Padre João Maria de Sousa Mendes  
Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz  
Dr. José Guilherme Reis Leite (Secretário)  
Dr. José Leal Armas  
Coronel José Manuel da Ataíde Montez (Governador do Castelo de São João Baptista)  
Dr. José Olívio Mendes Rocha (Director do Museu de Angra do Heroísmo)  
Dr. José Orlando Noronha da Silveira Bretão  
Dr. Rafael Valadão dos Santos  
Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meirelles

## SÓCIOS HONORÁRIOS :

Dr. Agnelo Ornelas do Rego (Licenciado em Direito)  
Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos (Prof. da Universidade Nova de Lisboa)  
Dr. Carlos Renato Gonçalves Pereira (Jurista)  
Prof. Doutor Dante de Laytano (Director do Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)  
Dr<sup>a</sup> D. Elsa Brunilde Lemos de Mendonça (Prof<sup>a</sup> Efectiva do Ensino Secundário)  
Prof. Doutor Frederic Mauro (Prof. da Universidade de Paris)  
Dr. João Bernardo de Oliveira Rodrigues (Prof. Jubilado do Liceu de Ponta Delgada)  
Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (Presidente da Academia Portuguesa de História)  
Prof. Doutor Joel Serrão (Prof. da Universidade Nova de Lisboa)  
Sua Ex<sup>a</sup> Reverendíssima o Sr. D. José Pedro da Silva (Bispo resignatário de Viseu)  
Prof. Doutor José Enes Pereira Cardoso (Prof. da Universidade dos Açores)  
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (Presidente Honorário do I. H. I. T.)  
Dr<sup>a</sup> D. Maria Olimpia da Rocha Gil (Prof<sup>a</sup> Efectiva do Ensino Secundário)  
Prof. Doutor Walter Fernando Piazza (Prof. da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)  
Prof. Doutor Wilhelm Griese (Prof. da Universidade de Hamburgo)



# INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

(31 de Dezembro de 1989)

## SÓCIOS CORRESPONDENTES :

- Dr. Alberto Borges dos Santos
- Dr. Alberto Vieira
- Dr.<sup>a</sup> Ana M<sup>a</sup> Ferreira
- Padre António Joaquim de Freitas
- Dr. António Santos Pereira
- Dr. Avelino Meneses
- Doutora Carmen Maria Radulet
- Dr.<sup>a</sup> Clara Sá Pereira da Costa
- Dr. Daniel António Pereira
- Dr. Donald Warrin
- Prof. Doutor Douglas Wheeler
- Dr. Eduino de Jesus
- Ermelindo Ávila
- Dr. Fernando Aires
- Prof. Doutor Fernando Castelo Branco
- Dr. Fernando Rui Corte Real e Amaral
- Dr. Hugo Moreira
- Dr.<sup>a</sup> Isabel Cid
- Cônego Doutor Isaias da Rosa Pereira
- Dr. João Afonso Corte-Real
- João Gabriel Ávila
- Dr. Jorge Couto
- Dr. Jorge Felizardo
- Prof. Doutor José de Almeida Pavão
- Major Eng.<sup>o</sup> José Magalhães Cymbron
- Dr. José Manuel Bettencourt da Câmara
- Arqt.<sup>o</sup> José Manuel Fernandes
- Prof. Doutor José Martins Garcia
- Dr. José Medeiros Ferreira
- Dr. José Olivio Mendes Rocha
- Dr. José Pereira da Costa
- Almirante Jesus Salgado Alba
- Padre Júlio da Rosa
- Dr. Luis Manuel Machado Meneses
- Dr. Luis Manuel Vieira Andrade
- Eng.<sup>o</sup> Luis Ricardo Hintze Ribeiro Jardim
- Prof. Doutor Manuel Lobo Cabrera
- General Manuel de Sousa Meneses
- Dr.<sup>a</sup> Maria Antonieta Soares de Azevedo
- Dr.<sup>a</sup> Maria Augusta Lima Cruz
- Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Roque Lalanda Gonçalves
- Doutora Maria Teresa Vermette
- Dr. Mário Mesquita
- Dr.<sup>a</sup> Mary Lin Salvador
- Dr. Miguel António Jasmins Pereira Rodrigues
- Miguel Figueiredo Corte Real
- Dr. Nestor de Sousa
- Dr.<sup>a</sup> Norberta Bettencourt Amorim
- Doutor Onésimo Teotónio Almeida
- Dr. Pedro da Silveira
- Major Dr. Rui Carita
- Dr. Rui Martins
- Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut
- Dr. Tomás da Rosa
- Valdemar Mota
- Dr. Victor Hugo Forjaz
- Dr. Victor Rodrigues



A VILA DAS VELAS  
NA HISTÓRIA DAS SUAS RUAS  
Topografia, Toponímia, Histórias

*Por : João Gabriel de Ávila*

O meu consócio no Instituto Histórico, Sr. João Gabriel Ávila quis que eu apresentasse, com algumas palavras de introdução, este trabalho sobre a Vila das Velas que agora publica no nosso boletim. Faço-o com gosto mas limitar-me-ei a chamar a atenção para três aspectos que me parecem de realçar.

O primeiro é sobretudo o sinal de reanimação cultural que parece reacender-se nos nossos centros urbanos periféricos e que quase se havia perdido. As Velas, como aliás outras vilas açorianas, são em pergaminhos importantes de vida cultural própria e bem merecem recordar a obra do Dr. João Teixeira Soares de Sousa, que simboliza exemplarmente esse movimento. Ao publicar trabalhos de investigação de

história local, João Gabriel Ávila é o herdeiro desse movimento.

O segundo relaciona-se com a importância, para o conhecimento do passado, das monografias de história local. São elas que abrem caminho a futuras visões de conjunto indispensáveis à História dos Açores. Por isso são sempre bem vindas as monografias e os boletins dos Institutos Culturais são lugares privilegiados para a sua publicação.

O último dos aspectos que gostaria de realçar relaciona-se com o trabalho em causa. Não quero antecipar-me ao juízo dos leitores mas não posso deixar de registar a óptima impressão que ele me causou. Com alma e segurança de quem conhece bem a documentação João Gabriel Ávila descreve afinal a história da Vila das Velas, na ilha de São Jorge, tomando como pretexto o traçado urbano das suas ruas. A leitura deste trabalho não pode deixar de sugerir um outro, que há muitos anos o Dr. Henrique Brás publicou também neste boletim e que intitulou *Ruas da Cidade* tendo alcançado justa notoriedade.

A ilha de São Jorge pelo esforço dos seus intelectuais e por ter sabido guardar a sua documentação é hoje, felizmente, das ilhas açorianas que melhor se conhece a história. Oxalá se continue a investigar nos seus belos arquivos e que o meu amigo João Gabriel Ávila continue a publicar monografias de assuntos açorianeses.

José Guilherme Reis Leite

## A VILA DAS VELAS NA HISTÓRIA DAS SUAS RUAS

### I - INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, por acanhamento, não publiquei apontamentos que tenho guardado. Alguns, em número restrito, foram aparecendo dispersos nas publicações em que tenho colaborado. Mas pouco foi.

O ano passado escrevi a monografia sobre «O PAÇO MUNICIPAL DAS VELAS», que o benemérito Instituto Histórico da Ilha Terceira acolheu, para inserir no seu Boletim de 1985.

Amigos que sabem ter mais, insistem que os ordene, e publique alguns. São mais de trinta anos de buscas nos Arquivos desta Vila das Velas que, por pendor natural, temos feito. Ao longo do tempo fomos anotando o que de interesse encontrámos, com a ideia de acrescentamento ao que outros já publicaram sobre esta Vila e Ilha de São Jorge.

Dai uma certa soma de elementos que talvez nos vão permitir dizer como, ao longo dos séculos, se foi processando o desenvolvimento topográfico desta Vila.

E nestas «investidas pelo passado», como de nós alguém disse (1) pudemos recolher dados que vão alicerçar o presente esboço.

Chamo-lhe esboço porquanto, se é certo que, por elementos escritos alguma coisa apurámos, certo é que, na sua falta, nos socorremos da tradição oral, mantida na memória dos mais velhos que ainda conhecemos e destas coisas sabiam por doutros terem ouvido. Essas informações que também anotámos, aqui as deixamos para que de todo se não percam.

É o esforço de as retirar da «gaveta». Ai vão, e que isto sirva de apresentação deste trabalho.

---

As plantas topográficas da Vila das Velas que vão juntas a seguir ao relato de cada centúria, designo-as também de esboços: concretamente as quatro primeiras, que dos séculos XIX e XX temos levantamentos rigorosos: 1850, 1880, 1930 e recentes.

---

Quando aparecerem novos e mais seguros elementos, se rectificará este trabalho. Assim o considero provisório. Dai chamar-lhe esboço.

---

Uma circunstância especial, nos permitiu testemunhar, que os actuais alinhamentos principais e ainda existentes, correspondem ao seu primitivo traçado. Foi a consequência de que, nos anos de 1956 a 1967, se procedeu nesta Vila à abertura do pavimento da quasi totalidade das suas ruas, com vista ao assentamento da rede de esgotos de águas pluviais e pavimentação nova. Nesses trabalhos que

---

(1) *J. Cunha da Silveira - Achegas p<sup>a</sup> o Inventário Artístico dos Açores - Angra, 1960.*

seguimos de perto e cujas escavações atingiram a profundidade média de 2,5 metros, nada encontrámos que indicasse alteração notável de alinhamentos. Somente de nivelamentos.

---

Apesar dos acontecimentos calamitosos – enchentes, inundações, terramotos – que ao longo do tempo atingiram a Vila das Velas e que oportunamente referiremos, os mesmos não alteraram a sua disposição topográfica. Passadas essas desgraças e feitas as operações de limpeza, cheias as covas e os «fajoucos», tudo ficou na traça inicial.

Aliás os arruamentos seguiram os declives naturais. A forma do relevo impôs os alinhamentos.

---

E talvez não venha a despropósito, antes do que vai seguir-se, transcrever o que o erudito jorgense – Dr. João Teixeira Soares de Sousa – escreveu sobre o início do povoamento: «Que as Velas foi a primeira Vila da Ilha, povoada primeiro que o Topo. O Topo foi o primeiro (lugar) onde aportaram os descobridores, o nome o indica. O primeiro lugar povoado, não. Como não foi Guilherme da Silveira (van Haagen) o primeiro povoador de São Jorge. Saindo Silveira do Faial para o Topo, o lugar mais remoto da Ilha, havendo nesta parte da Calheta para oeste terrenos tão bons ou melhores do que os do Topo, foi por certo por estes e os do oeste estarem com outros povoadores. O que porém nos tira toda a dúvida de que as Velas foi primeiro povoado do que o Topo, e que não foi Guilherme da Silveira o primeiro povoador da Ilha é que, tendo aportado ao Faial vindo da Alemanha (sic) em 1470, é o testamento do Infante Dom Henrique, datado de 1460, em que declara ter mandado estabelecer a Igreja de São Jorge, na Ilha de São Jorge. E é

esta na Vila das Velas, única que existe e tem existido na Ilha daquela designação» (2).

E ainda . . . «É facto geral, e sem uma única excepção a ignorância dos títulos diplomáticos da criação das Vilas, primitivas alçadas em sedes de capitania. Tais são: . . . . . Em São Jorge, as Velas, . . . . .; A colonização assentou essencialmente na roteação dos campos, dados livremente e apenas sujeitos ao dizimo eclesiástico. O Capitão Donatário ou o seu lugar-tenente, o Almojarife da Real Fazenda e seu escrivão, constituíam um triunvirato que concedia a dada das terras aos colonos capazes do seu roteamento e cultura» (3).

Assim, assente a sua antiguidade em relação aos outros povoadores da Ilha, surge a razão do nome - VELAS.

Para isso voltamo-nos a socorrer do Dr. João Teixeira:

«VILA DAS VELAS - ORIGEM DESTA DENOMINAÇÃO. DIVERSAS ACEPÇÕES DA PALAVRA -

- 1ª - Vela, de embarcação, e no plural de embarcações.
- 2ª - Vela, de cêbo ou de cêra.
- 3ª - Vela, vigia.
- 4ª - Vela, nome de povoação em Portugal.
- 5ª - Velas, de belas ou Belas?
- 6ª - Vellas, velhas.

---

(2) *Insulano*, nº 169, de 17-1897.

(3) *O Respirador* nº 14, de 20-1-1889 (fragmento inédito do Dr. João Teixeira Soares de Sousa).

1<sup>a</sup>

A bondade do porto, as madeiras próprias, as necessidades comerciais deram em antigos tempos um grande desenvolvimento à arquitectura naval desta Vila. Ainda hoje o porto das caravelas atesta o seu fim: estaleiro e varadouro destas embarcações. Do grande número de caravelas ou velas quizeram alguns que viesse o nome à Vila. Di-lo Monte Alverne.

2<sup>a</sup>

Nada sabemos sobre qualquer relação entre o nome da Vila e esta segunda significação da palavra.

3<sup>a</sup>

Velas, diz o dicionário portátil de Viterbo, eram «os lavradores e camponeses», que deviam meter guarda e vigiar os castelos dos respectivos territórios em tempo de guerra. Ainda hoje vela significa sentinela, que guarda ou vigia. Observaremos, porém, que nos documentos camarários relativos a *vigia e guarda da terra*, a começar de 1570, nunca uma só vez achamos empregado aquele termo, com esta significação, o que bem deveria suceder, principalmente se dela houvera tomado o nome a Vila. Na Ilha de São Miguel, o *Pico da Vigia*, exprime a mesma negação do uso da palavra vela neste sentido.

4<sup>a</sup>

Vela, nome de povoação em Portugal. Ignoramos se há ou houve povoação com este nome, no plural; no singular,

sim. O Bispo de Vizeu, Lobo, no Diário de viagem da fuga que fez do Bispado em Abril de 1834, diz: «saí de Curujeira, e depois de subir e descer altas serranias, cheguei na planície a uma povoação por nome Vela, cousa de duas léguas da Guarda, e uma de Curujeira», Obras, tomo 3<sup>o</sup>, pág. 456.

### 5<sup>a</sup>

A um antigo natural das Velas, o Capitão Jacinto Soares de Albergaria, ouvimos, em nossa mocidade, que Velas se derivava de belas, com referência à formosura de suas mulheres. Parece-nos sério devaneio de vaidade pátria sua ou de quem lho transmitiu. Se derivava de tal qualificação, ou mesmo do lugar de Belas, próximo a Lisboa, como explicar a mudança do B em V?

### 6<sup>a</sup>

Vellas por Velhas, como antigamente se dizia, segundo o citado Dicionário portátil de Viterbo. Mas significando o quê? Mulheres velhas? Todavia, força é confessá-lo é esta a expressão mais plausível. Em todos os documentos do século 16<sup>o</sup> e dos posteriores, até à actualidade, o leitor há-de encontrar inalteravelmente escrita Vellas e nunca Velas. Fr. Luis de Sousa, Annaes, escreve sempre Vellas. A mais antiga menção que se encontra desta povoação é no mapa de Valentim Fernandes, que acompanha a sua descrição destas ilhas, feito tudo em 1507. Ai se vê claramente escrito - as Velhas. Ainda em conclusão algumas considerações. Esta Ilha, já reconhecida em 1438, só se encontra pela primeira vez nomeada em 1460 no testamento do Infante Dom Henrique, que nele diz fizera erigir

nela a Igreja de São Jorge. A denominação de Velas, não vem de certo da tipográfica ou circunstância da primeira acepção da palavra. É a mais antiga povoação e Vila da Ilha, erecta no começo do reinado de Dom Manuel, se de facto não foi antes constituída em Municipio. Por mais aca-nhada que começasse a colonização deverá ser um acto inicial dela se não provio a ela. Esperar que a colonização se desenvolvesse para ter vigias ou velas contra os corsários barbarescos e um comércio que demandasse a construção e aumento de velas ou embarcações, para de qualquer dessas circunstâncias tomar denominação é explicação absurda. Mas também denominar das Velhas uma nova colónia, para onde naturalmente só deveriam emigrar pessoas novas, não é facto muito plausível. A explicação mais própria e natural seria a da aplicação do nome da pátria dos primeiros e mais influentes colonos. Mas onde existe uma outra e anterior povoação chamada Velas ou Velhas, por mais insignificante que seja? Se o leitor se não sabe decidir pela preferência na origem da denominação desta Villa, também de certo não incriminará de erro o uso até há poucos anos constantemente seguido e ainda hoje usado em documentos officiais, de a nomear Vila das Vellas; nem tão pouco o que hoje parece ir predominando de Vila das Velas. O abandono do uso constante de escrever Vellas para substituir esta palavra pela de Velas, sem explicação plausível, não nos parece acertado. Aproveitamos ainda a ocasião, já que falámos na antiguidade e origens prováveis da sua denominação para dizermos que as armas desta Vila são: Uma cruz de Cristo, com dois açores ao pé, um de cada lado, voltados para ela, e em volta circular a legenda Câmara da Villa das Vellas» (4).

---

(4) «O Velense», nº 133, de 21-6-1885.

E continuamos no desconhecimento da origem certa da sua denominação . . .

---

Como seriam os primeiros arruamentos ? Simples extremas demarcando as «dadas» de terreno que a cada povoador competia , feitas de pedra solta ou simples e toscos marcos , balizando-as ? As nossas velhas «canadas» , serão talvez , ainda no tempo presente , exemplo semelhante ? - E as primeiras casas ? «Simples abrigos de ramagens como cobertura» (5) , teriam sido , para todos , ou quási todos , nos primeiros momentos , a sua habitação .



*Vila das Velas - vista geral*

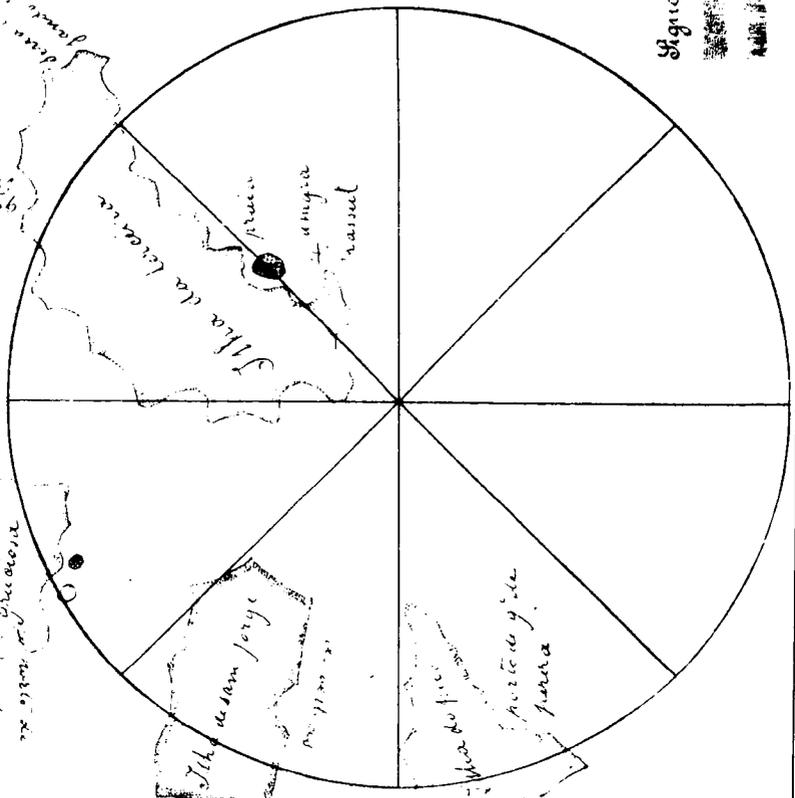
---

(5) «Ilha de S. Jorge», de J. D. Sousa, pág. 17.

EU MILE... M... FER V. A. DE...

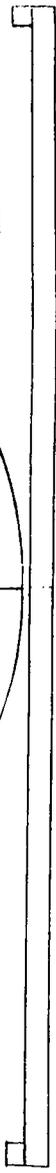
gracia  
deben de  
gracia

en  
que  
que  
que  
que



a f...  
 a f...  
 a f...  
 a f...  
 a f...  
 a f...

Signos explicativos  
 Cor verde  
 ... encarnada



## II - DESENVOLVIMENTO TOPOGRÁFICO ATRAVÉS DOS SÉCULOS

### 01 - Século XV

Diz a tradição terem os primeiros povoadores desembarcado no recanto da baía que fica no extremo leste da rua do Poço e, com base na mesma, a Câmara das Velas, por ocasião das Comemorações Henriquinas de 1960, deliberou dar àquela rua o nome de «Infante Dom Henrique» (6).

«A primeira povoação assentava na parte fronteira ao mar, desde a areia do poço à Senhora da Conceição e estendendo-se para dentro até Roque Afonso ou rua de Santo André» (7).

Por outro lado é certo que em 1460 já existia a Igreja de São Jorge - Matriz - como do testamento do Infante Dom Henrique, de 13 de Outubro daquele ano (8). - E embora o actual edifício, na sua parte interior, seja do século XVII, veio substituir o primitivo naquele local. Dai que a rua envolvente pelo nascente e norte ainda se denomine rua da Matriz.

A zona de desembarque e o conseqüente arruamento que dali partiu, na base da tradição antes apontada, foram os primeiros sítios de fixação dos colonos. Dali e seguindo o pendor natural do terreno e também por necessidade de defesa, estendeu-se para noroeste contra a ladeira.

Aparecem-nos, assim, no seguimento da rua do Poço, a rua da Pela, Roque Afonso e Degraus (parte). Esta

---

(6) *Arq. Mun. Velas - Actas - 9-8-960.*

(7) *Ilha de S. Jorge, C. J. S. Avelar - pág. 237.*

(8) *Arq. Açores, Vol. I, pág. 330.*

última, que no século XVIII viria a receber beneficiações como veremos, pela sua inclinação e também devido ao piso, era conhecida por rua da Amargura.

Da rua que passava a nascente e norte da Matriz e até à rua do Poço, ia-se pela rua da Capela, pois ali e desde os primeiros tempos, das Velas, existiu a Capela do Espírito Santo até final do século XVII, nome que ainda mantém. Esta Capela, que ocupava parte do actual Passal, ao contrário do que dá a entender J. C. da Silveira Avelar, não se situava nos locais onde, no século seguinte, foi estabelecida a Misericórdia, mas sim onde antes dissemos. Esta asserção baseia-se no testemunho que colhemos junto de Artur Pereira Soares e Manuel Silveira Salsa, mestres de obras hoje falecidos, que procederam a obras na casa que é hoje o Passal das Velas, por volta de 1910, tendo encontrado restos das fundações e paredes da dita capela, incluindo uma pia para água benta, soterradas naquele local. Só no século seguinte, mais propriamente em 1570, se construiu a Igreja da Misericórdia, nos terrenos doados por João de Varella, um dos fundadores da Santa Casa da Misericórdia das Velas (9). – Aliás foi na Capela do Espírito Santo e não na Igreja da Misericórdia que em 1696 se paramentou Dom António Vieira Leitão, Bispo da Diocese, donde em acto processional foi proceder à benção e presidir à inauguração do Convento de Nossa Senhora do Rosário (Convento das Freiras da Vila) (10).

Voltando à Matriz ia-se para poente até à Ermida ou Igreja de Nossa Senhora da Conceição e ao forte, que o mar levou, na enchente de 18 de Fevereiro de 1606, seguindo um primeiro troço chamado rua das Procissões (hoje rua de

---

(9) *Arq. Mis. Velas (Registo de alvarás)*.

(10) «*O Jorgense*», n.º 2 e seguintes - 1871.

São José) e da Ribeira (grotta) para diante pela rua do Sarmiento (António Garcia Sarmiento, juiz ordinário). Mais, neste caminho e quasi fronteiro ao forte, mas do lado da terra, ficavam as alcaçarias.

Dois outros arruamentos vinham dar à Matriz: a rua Direita e a rua do Oiteiro. Da rua das Procissões e em direcção ao norte ficava a rua onde «correm os cavalos» (hoje Guilherme da Silveira), que desembocava na rua de Galas Lopes (hoje de S. Francisco e Cunha da Silveira). Esta cruzava-se no seu extremo nordeste com a rua do Oiteiro e pela travessa do Penedo (hoje de S. Francisco) ligava à rua Direita. Dali seguindo para nordeste ia ter-se ao Canto, passando-se antes pela Casa do Concelho.

Do Canto ia-se aos terrenos planos de oeste até Entre-Morros. Também a partir do Canto e adossado à encosta seguia o trilho que demandava as terras para o lado de Rosais. A ligação para o lado norte da Ilha fazia-se seguindo os Degraus por Entre Picos, hoje ainda existente, até ao vale das Levadas. Dai cortava-se pela canada das Eiras para norte e para leste pela trilha chamada do sul.

Da Matriz contra o mar eram os areais onde varavam as naus e caravelas e onde estas também se construíam. O varadouro actual é atravessado pela rua que ainda mantém o nome de rua das Caravelas.

Não existiam muralhas de defesa. Apenas o forte junto à Conceição. A Nordeste da povoação, na base da encosta, tinham os primeiros habitantes aberto o «valado» para desvio das águas que desciam das ladeiras.

Não existiam registos toponimicos nestas épocas recuadas. As designações das ruas ou servidões, que naquele tempo mais seriam isto do que ruas, eram as da sua melhor conhecença: uma característica local, as actividades na mesma praticadas, o nome de pessoa notável. A primeira

deliberação camarária que existe no arquivo municipal das Velas é de 1878 (11).

Curioso registar que, ainda hoje, passados cinco séculos, se matém no uso popular muitas dessas antigas designações, apesar do que, por resoluções oficiais, foi determinado em contrário. É a força do uso.

Pelo que apurámos, neste periodo, as construções de carácter permente seriam: Igreja de São Jorge (Matriz), Capela do Espirito Santo, Ermida de São Lázaro, Ermida ou Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o forte, as alcaçarias e a casa do Concelho, esta desde 1496 (?).

E nada mais alcançamos.

O aspecto topográfico da Vila das Velas, no final do Século XV, seria, talvez, o do esboço que se segue.

---

(11) *Arq. Mun. Velas - Actas - 23-3-1878.*

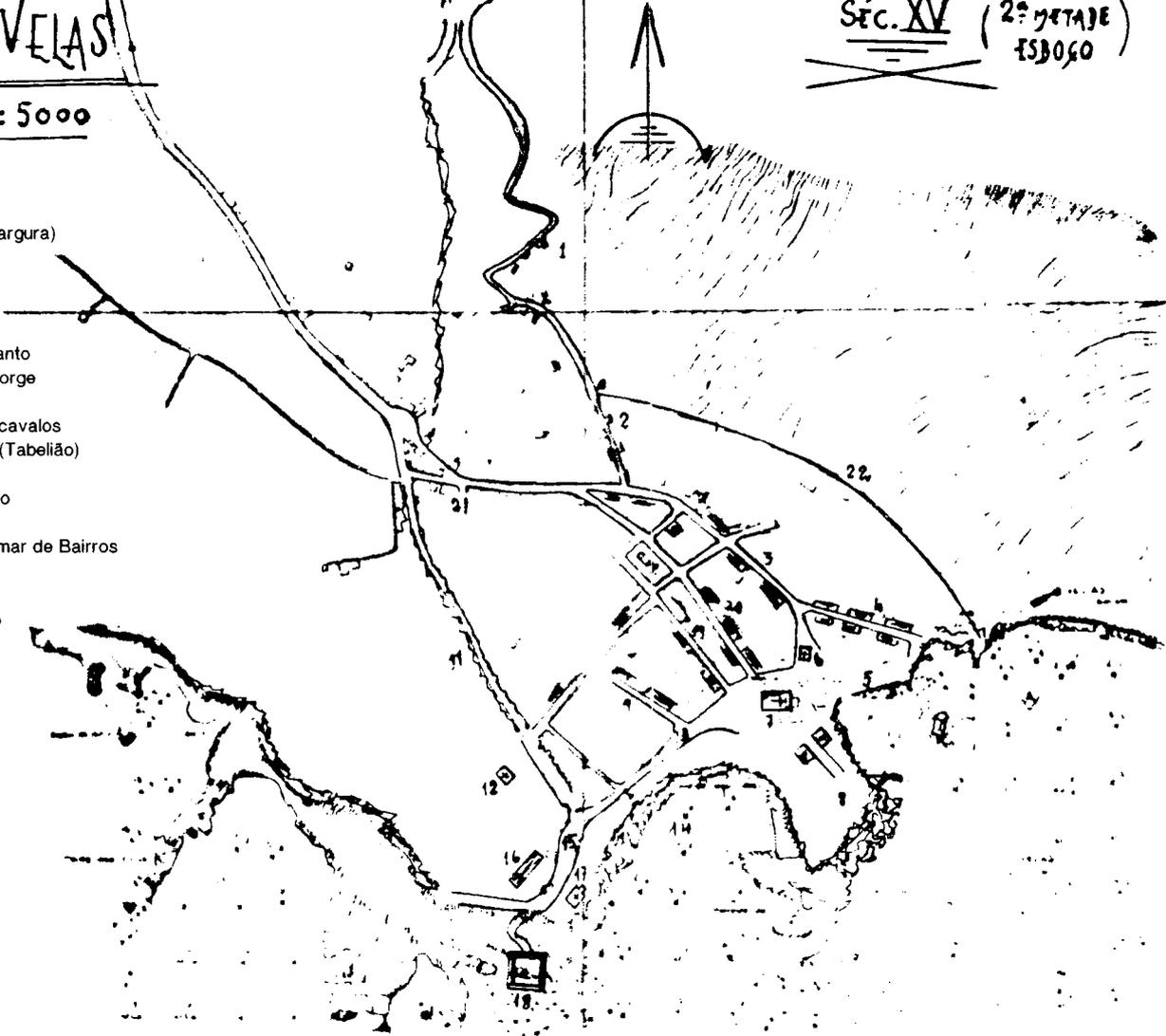
# VILA DAS VELAS

SEC. XV (2ª DETALHE)  
ESBOÇO

ESCALA 1:5000

## LEGENDA:

- 1 - Degraus (Rua da Amargura)
- 2 - Roque Afonso
- 3 - Rua da Pela
- 4 - Rua do Poço
- 5 - Areia do Poço
- 6 - Capela do Espírito Santo
- 7 - Igreja Matriz de S. Jorge
- 8 - Ponta de Santa Cruz
- 9 - Rua onde correm os cavalos
- 10 - Rua de Galas Lopes (Tabelião)
- 11 - Ribeira (grotas)
- 12 - Ermida de São Lázaro
- 13 - Rua das Procissões
- 14 - Areia do Pocinho ou mar de Bairros
- 15 - Rua do Sarmento
- 16 - Alcaçarias
- 17 - Ermida da Conceição
- 18 - Forte
- 19 - Rua do Oiteiro
- 20 - Rua Direita
- 21 - Canto
- 22 - Valado



02 - Século XVI

Com melhores condições de fixação foi aumentando o número de habitantes e daí o desenvolvimento do burgo inicial. As casas aumentam em número, já de construção definitiva, bem como se beneficiam as anteriormente construídas. Nos arruamentos liga-se a rua do Oiteiro ao Canto.

Dada a riqueza nascente, a excelência do seu porto natural, bem como o aumento da população, surgem as primeiras obras de defesa.

Constrói-se uma estância sobre o porto na ponta de Santa Cruz e uma trincheira sobre o mar de Bairros (12). Estas obras militares, com o forte já existente à Conceição, constituíram a primeira iniciativa de defesa da localidade. A estância eram um reduto dispondo de alguma artilharia.

O cais também foi construído no início deste século e em 1586 é autorizado o seu concerto à custa da imposição dos 2,5% (13).

Mas voltando à fortificação esta passa a ser objecto de atenção por parte do poder real. A carta de Dom Sebastião de 4 de Junho de 1572, cria o imposto de 2% para aquele fim e logo depois, pela carta do mesmo monarca de 4 de Julho seguinte é mandado para esta Vila o mestre Luís Gonçalves para dirigir aquelas obras. No entanto, talvez por que as obras não se iniciavam ou seguiam com lentidão, a Câmara das Velas mandou ao Reino Manuel Teixeira, Tabelião nesta Vila, com instâncias para o desenvolvimento das obras (14).

---

(12) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar - pág. 35.*

(13) *Arq. Mun. Velas - Registo Diplomas Régios.*

(14) *Arq. Mun. Velas - L<sup>a</sup> da Fortificação.*

Embora se aceite como provável a criação do Concelho em 1500, é certa a afirmação colhida na vereação de 5 de Janeiro de 1591, estar o «escalvado há mais de cem anos na posse do concelho». A ser certa esta asserção e o que consta da tradição, o primitivo edificio municipal teria sido construído no último quartel do século anterior. Seria de reduzida área e como habitualmente, nessa época, comportaria a sala das vereações, a cadeia e o celeiro; certo porém é estar carecido de reparos em 1588, conforme a petição da Câmara que mereceu resposta de Filipe I de Portugal (15).

Constroem-se duas novas Ermidas: Santo Antão, ao Canto (lugar que tomou depois o nome de Canto de St<sup>e</sup> Antão) e a da Piedade ao cimo da Vila, junto ao Pico dos Loiros. Esta última foi um verdadeiro centro do culto Mariano, atraindo romeiros das outras Ilhas. Foi destruída pela crise sísmica de 1964. Presentemente está em construção.

Também junto à Ermida de S. Lázaro, cuja construção remontava à parte final do anterior século, foi construído o lazareto, cuja manutenção naquele sitio, vai permanecer por quasi cem anos (16).

Em 15 de Abril de 1543 funda-se a Santa Casa da Misericórdia, cujo auto é o seguinte :

«Auto do Livro da Santa Confraria da Santa Misericórdia, Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo 1543 anos aos 15 dias do mês de Abri do dito ano, nesta Vila das Velas na Casa do Espirito Santo dela se ajuntaram muita parte dos moradores da dita Vila e seu termo e ordenaram a Confraria da Santa Misericórdia porque o até aqui não foi ainda feito por ordenança de irmãos, sem mordomos

---

(15) *Arq. Mun. Velas - L<sup>o</sup> Reg. Dip. Régios.*

(16) *Ilha S. Jorge, de J. C. S. Avelar, pág. 205.*

apontados para a dita Confraria só se haviam feito mordomos até ao dia de Santa Isabel, João Alves e João Dias, tecelão genro de Rui Vaz e arrecadadores até o dito tempo e logo por todos os que aí se achavam, presentes todos os que aí se achavam (sic) que foram trinta homens a maior parte deles todos da governança da dita Vila foi acordado que os irmãos fossem cinquenta e os mordomos fossem dois e que servissem um ano a saber, serviriam do dia da visitação de Santa Isabel a outro tal dia do outro ano e os recadadores que fossem vinte e quatro para cada ano a saber para recadadores como mordomos e que com estes cinquenta irmãos, assinarão este termo todos e serão obrigados tanto que ouvirem tanger a campainha da Santa Casa acudir à dita Casa para quando morrer algum defunto para se vestirem nas véstias da Santa Misericórdia para irem acompanhar os defuntos e para ajudarem tudo o que puderem em esta Santa Confraria e assim serão obrigados todos estes cinquenta irmãos quando algum irmão falecer o irem acompanhar dos que na terra estiverem ao seu enterramento e dizerem-lhe por alma cinquenta Padre-Nossos e cinquenta Avé-Marias por sua alma e rogaram a mim João de Varela que fizesse este auto como irmão que sou e escrivão da Casa e que agora logo elegeriam este verão aquele que lhes bem parecesse. João de Varela, o escrevi» (17).

Funcionou na Casa ou Capela do Espirito Santo, na Rua da Capela, que já referimos no século precedente, até 1570.

Naquele ano, João de Varela, um dos fundadores, por alvará de Setembro do dito ano obtém licença para fundar a Capela de Santa Catarina, na recém criada Igreja da Misericórdia, em terreno doado pelo próprio João de Varela,

---

(17) *Arq. Açores, Vol. III, pág. 121.*

cuja moradia se situava naquela vizinhança. É a partir de então que a rua toma o nome de rua da Misericórdia (hoje Teófilo Braga). Nunca se chamou rua do Espírito Santo. Antes de ali existir a Misericórdia e a sua Igreja, denominava-se rua da Pela (18).

A vista mais antiga que alcançamos desta Vila, é a que consta do Atlas do cosmógrafo Luis Teixeira, de 1587. Vê-se claramente na estampa a figuração do Morro a poente e da ponta da Queimada a nascente. Entre estas duas figurações aparecem-nos três torres encimadas por cruces (Matriz, Conceição e Espírito Santo?). Na legenda «Vila de São Jorge ou das Velas» e «O porto». Em toda a carta não volta a ler-se a legenda «o porto» (19).

Na impossibilidade de obter fotografia daquela parte da carta ou fotocópia, se reproduz abaixo um esboço aproximado do referido desenho ali estampado:



(18) D. Beatriz de Mello (monografia), do autor, 1ª prêmio dos Jogos Florais da C.M. Velas/1982, ainda n/impressa.

(19) Bib. Púb. A. Heroísmo - Reservados - Vol. 3ª - Est. 358.

Em 1588 deu-se um acontecimento calamitoso. A enchente produzida pelas águas pluviais caídas no vale das Levadas e trazidas às Velas por Entre os Picos e descendo pela grota e ladeiras da encosta.

No «O Jorgense», nº 28, de 1 de Dezembro de 1872 e devido à pena do Dr. João Teixeira, encontramos a seguinte referência (20).

«ENCHENTE NESTA VILA, 1588. . .» A enchente de 1588 foi produzida por águas pluviais. Sujeito contemporâneo do sucesso, e que teve a curiosidade de em uma revista histórico-moral, em verso, consignar os factos principais em seu tempo ocorridos na Ilha, da qual apenas nos restam pequenos fragmentos, faz dele menção, mas até esta nos chegou incompleta por extirpação de folhas no manuscrito que a continha. Eis o que a tal nos diz a parte escaça do referido manuscrito: - «Também no ano de mil quinhentos e oitenta e oito, aos oito dias do mês de Novembro, houve uma tal enchente de águas que levou muita gente ao mar e alagou muitas casas, como melhor diz o autor no seguinte romance:

*A maldade vai astuta,  
Os vícios vão redobrando  
Mui perdida, dissoluta  
Há aqui gente corrupta  
O Mundo vai acabando.*

*Eu nisto considerando  
Perdi o sono sobejo,*

---

(20) Arq. Mun. Velas - Colecção Jornais.

*Muitas vezes maginando ,  
De continuo suspirando ,  
os muitos males que vejo .*

*Vejo muitas querelas dadas ,  
Indevidas , sem razão ;  
Vejo demandas dobradas ,  
Que foram bem escusadas ,  
Que é mais nossa perdição .*

*Em oitenta e oito de era ,  
Mil e quinhentos passados ,  
Foi tempo que não devera ,  
Foi tal dilúvio na terra  
Que andam os homens pasmados .*

*Aos oito dias andados  
de Novembro se dizia ,  
Houve casos desastrosos  
Correram grotas , valados ,  
Cada um qual mais podia .*

*Correram tais enchurradas  
De águas mui abundantes ,  
Muitas casas derribadas ,  
As mais delas alagadas  
de todo até aos tirantes .*

*Na Igreja principal  
Entrou tão grande lodeiro ,*

.....  
.....  
.....

Apesar da gravidade desta ocorrência, o certo é não termos encontrado qualquer referência que nos dissesse ter havido alteração na topografia da Vila. Fizeram-se os reparos precisos, para o que se chamaram fachinas por pregão, a mandado da Câmara.

E, como no capítulo antecedente, juntamos o esboço topográfico referente a esta centúria.

# VILA DAS VELAS

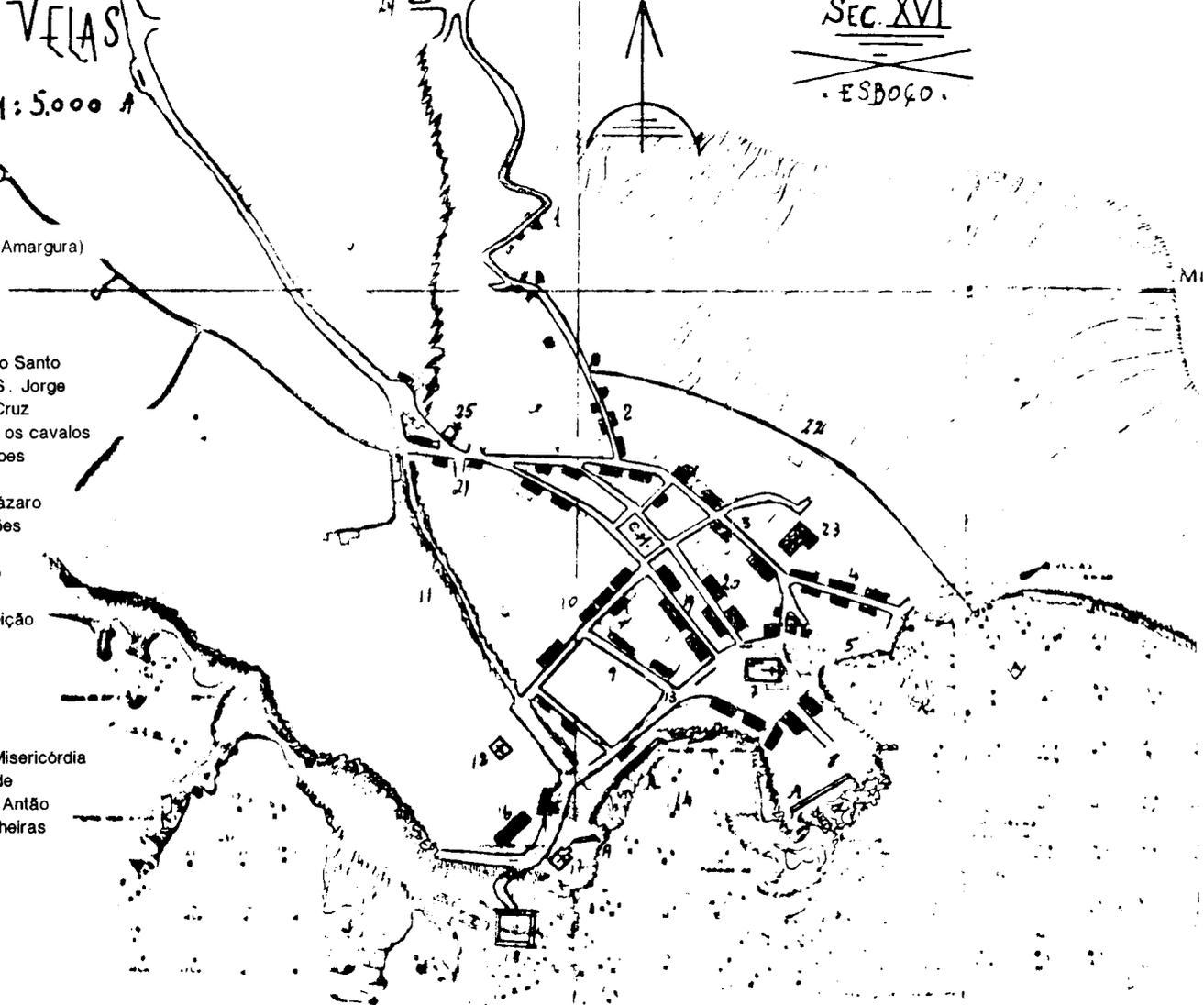
ESCALA 1:5.000 A

SEC. XVI

ESBOÇO.

## LEGENDA:

- 1 - Degraus (Rua da Amargura)
- 2 - Roque Afonso
- 3 - Rua da Pela
- 4 - Rua do Poço
- 5 - Areia do Poço
- 6 - Capela do Espírito Santo
- 7 - Igreja Matriz de S. Jorge
- 8 - Ponta de Santa Cruz
- 9 - Rua onde correm os cavalos
- 10 - Rua de Galas Lopes
- 11 - Ribeira (Grotta)
- 12 - Ermida de São Lázaro
- 13 - Rua das Procissões
- 14 - Areia do Pocinho
- 15 - Rua do Sarmento
- 16 - Alcaçarias
- 17 - Ermida da Conceição
- 18 - Forte
- 19 - Rua do Oiteiro
- 20 - Rua Direita
- 21 - Canto
- 22 - Valado
- 23 - Santa Casa da Misericórdia
- 24 - Ermida da Piedade
- 25 - Ermida de Santo Antão
- A - Estâncias e trincheiras



03 – Século XVII

Pelo conjunto de obras realizadas neste século, ficou no aspecto topográfico definitivamente marcada a composição dos arruamentos e principais construções.

Logo no seu início, precisamente a 18 de Fevereiro de 1606, quebrou-se a levada que desviava as águas do cimo da Vila, no lugar da Piedade, resultando daí uma enchente que graves e grandes prejuízos causou aos arruamentos das Velas. A rua das Procissões que ia da Matriz para N. S. da Conceição, ficou intransitável, bem como a rua do Sarmento. Duma maneira geral todas sofreram danos apreciáveis.

A Câmara tomou providências imediatas reparando os estragos havidos nas ruas. O forte que existiu próximo da Igreja da Conceição, foi levado pelo mar (21).

Aliás, neste século, outra inundaçãõ, mas esta causada pelo mar, ocasionou maiores prejuízos. Foi em 21 de Dezembro de 1641, e vamos transcrever a notícia que sobre a mesma alcançamos :

«Quanto à enchente de 1641 foi ela de outra origem, por que veio do mar. Eis o que diz a seu respeito o autor já mencionado como da nota de roda-pé (19) :

«Os Frades de São Francisco entraram nesta Vila no ano de 1608 e fundaram o Convento em uma Ermida de Nossa Senhora da Conceição, que estava onde hoje se vê a fortaleza da mesma Senhora. Entraram em 24 de Abril do ano acima dito e estiveram na sua nova fundação té (sic) o ano de 1641 em que aos 21 dias do mês de Dezembro, dia do Apóstolo São Tomé, ao meio dia, se levantaram três ma-

---

(21) Arq. Mun. Velas - Vereações 1607.

res tão fortes, que derribaram o Convento, ficando só a Igreja. Acudiu muita gente e dos mares ficaram 40 pessoas feridas. Recolheram-se os Religiosos à Misericórdia e mudaram o Convento para onde hoje se vê» (22).

Sobre esta ocorrência, Frei Agostinho de Montalverne, na sua «Crónica da Provincia de São João Evangelista das Ilhas dos Açores», relata esta enchente e refere 60 feridos, «mas nenhum morreu».

No período de 1611 a 1637, sendo Capitão-Mór António Garcia Sarmento, tomam grande incremento as obras de defesa da Vila.

A 14 de Maio de 1618 o Capitão Marcos Fernandes de Teive, é mandado para o efeito, da Terceira. Traça as muralhas de Santa Cruz e do Porto até à Senhora da Conceição, bem como a Casa da Vigia de Entre-Morros. A fortaleza de Santa Cruz estava concluída desde 1606 (23).

A mudança dos Franciscanos para o local definitivo efectuou-se entre 1642 e 1643, como desenvolveremos oportunamente em outra parte deste trabalho.

A primitiva Igreja Matriz, erecta por disposição testamentária do Infante Dom Henrique, achava-se carecida de grande beneficiação. A Câmara em 1660 resolve, em vereação, lançar uma finta anual de 150 mil réis, a começar em 1661 (24). – Em 1664 é iniciada a obra de reconstrução da Matriz, sendo architecto da mesma Francisco Rodrigues (25). – É sagrada onze anos depois, em 15 de Fevereiro de 1675. Eis o auto:

---

(22) «O Jorgense», nº 28, de 1-12-1872.

(23) *Ilha de S. Jorge*, de J. C. S. Avelar - pág. 36.

(24) *Idem* - pág. 35

(25) *Idem* - pág. 254.

«Em Fevereiro de mil seiscentos, setenta, e cinco, veyo da Ilha de S. Miguel, aonde estava de vizita o Altissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Frey Lourenço de Castro, Bispo que hera destas Ilhas dos Açores, e Religioso, que foi da Ordem do Grande Patriarcha S. Domingos, e vindo, como dito he, para a Ilha Terceira, por serem os ventos contrários aportou em a villa da Calheta, desta Ilha de S. Jorge, e della a instância do Vigário desta Matriz, que no tal tempo hera o Pe. Baltazar Dias Teixeira, e do Pe. João Teixeira Fagundes e demais alguns dos R<sup>dos</sup> Beneficiados, se resolveo o dito Senhor a vir para esta Vila das Vellas; e vendo a Igreja Matriz que de novo se acha reformada a fundamentis, obra, que o d<sup>o</sup> Snr<sup>o</sup> aplaudio, mandou que se perparassem e se pozesse brevemet<sup>e</sup> capaz para se poder diser Missa e se celebrarem os Off<sup>os</sup> Divinos; e logo todo o povo com a maior pte. da Nobreza per si e com zelo Cristão perpararão a dita Igreja de modo q. ficou apta para receber a Benção Episcopal e em quinze dias do mez de Fevereiro do sobredito anno de 1675 solenemente benzeo o dito Senhor esta Igreja Matriz de S. Jorge. E para que conste em todo o tempo o dia da sua dedicação mandou o Revd<sup>o</sup> Vigário da dita Matriz o Doutor João de Sousa Pacheco fazer esta mimória (sic) por mim José de Sz<sup>a</sup> Soares, Cura da sobredita Matriz aos 15 dias do mês de Fevereiro do ano de 1707» (26).

Também neste período nos aparecem a construção do Recolhimento de São Gonçalo, que deu origem à travessa do mesmo nome (antes chamava-se do Penedo e actualmente de S. Francisco), que se situava no extremo nascente da Rua de São Francisco (hoje rua Cunha da Silveira) e a construção da Ermida de Nossa Senhora do Pilar, hoje desig-

---

(26) Arq. Paroquial das Velas - Reservados.

nada por Livramento, na falda nascente do Morro, de que noutro capítulo falaremos (27).

Relacionado com a topografia, temos em 1696 a compra do terreno para o Convento do Rosário pelo Padre Amaro Teixeira Fagundes, Beneficiado da Matriz desta Vila. Era este terreno pertença de Francisco de Mello, tio de Dona Beatriz de Mello. O terreno era delimitado pelas ruas onde correm os cavalos, que depois se chamou de rua das Freiras e hoje se denomina por rua Guilherme da Silveira, rua pública, que depois se chamou do Boi e hoje, alargada é a rua Gago Coutinho, rua que vai para a Conceição ou das Procissões e hoje constitui a rua de S. José e finalmente pela rua de Galas Lopes, hoje chamada de São Francisco. O terreno adquirido tinha a área de 3.445 metros quadrados (28).

A Casa da Alfândega é reconstruída e a rua que dava acesso ao cais passa a chamar-se rua do cais. A gruta na parte fronteira ao Convento de São Francisco, até ao mar, por ali se ter estabelecido um estaleiro para construção naval, dado que da rua do Poço até aquele sítio terem sido construídas as muralhas de defesa da Vila, e eram os locais usados para aquele feito, passou a chamar-se rua do estaleiro ou da galera (hoje do Corpo Santo). A rua da Pela (hoje Teófilo Braga e nascente do Jardim) passa a designar-se por rua da Misericórdia, no seu primeiro troço e de Santo André no segundo, por passar junto à Ermida daquele nome, construída em 1692 pelo Padre André Pereira de Lemos. A rua das Procissões passa a ser a rua de São José.

---

A Câmara em 25 de Novembro de 1697 adquire um relógio para servir o povo, que só mais tarde - 1737 - é co-

---

(27) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar - pág. 275/280.*

(28) *Idem - 265.*

locado na frontaria da Igreja Matriz , do lado do norte (29)

Em 24 de Junho de 1687 , Dona Beatriz de Mello institui por seu testamento daquela data o Hospital de Santa Beatriz , junto da Santa Casa da Misericórdia . Desenvolveremos na altura própria .

---

E o mapa que se segue , melhor que toda a descrição nos apresenta o aspecto topográfico da Vila das Velas , neste período .

# VILA DAS VELAS

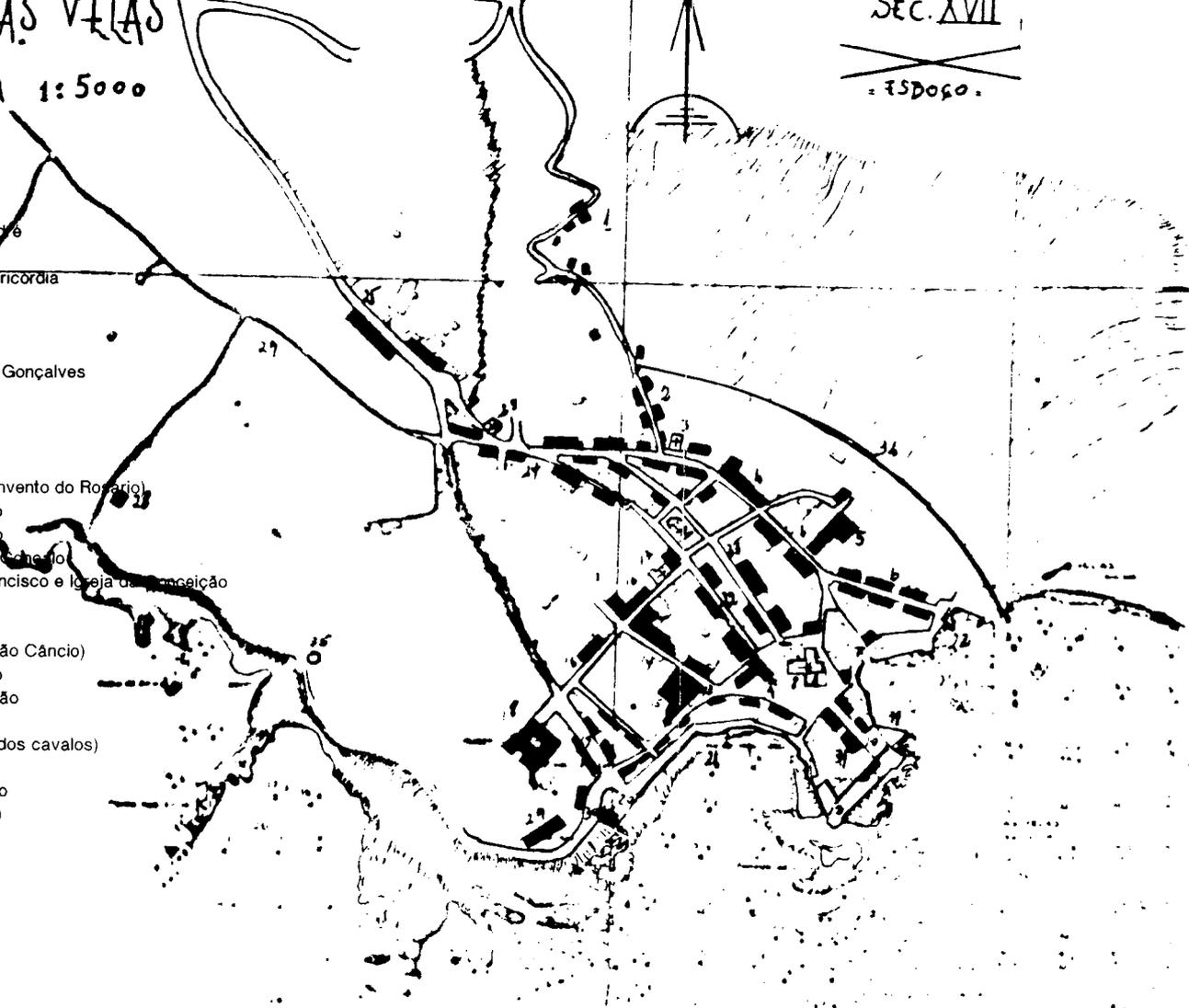
ESCALA 1:5000

SEC. XVII

ESDOÇO

## LEGENDA:

- 1 - Degraus
- 2 - Roque Afonso
- 3 - Ermida de Santo André
- 4 - Rua da Misericórdia
- 5 - Santa Casa da Misericórdia
- 6 - Rua do Poço
- 7 - Rua das Caravelas
- 8 - Igreja Matriz
- 9 - Ermida de S. Pedro Gonçalves
- 10 - Rua dos Cais
- 11 - Cais
- 12 - Forte de Santa Cruz
- 13 - Rua de S. José
- 14 - Rua das Freiras (Convento do Rosário)
- 15 - Convento do Rosário
- 16 - Rua de S. Francisco
- 17 - Recolhimento de S. João do
- 18 - Convento de S. Francisco e Igreja da Conceição
- 19 - Rua da Galera
- 20 - Ribeira (estaleiro)
- 21 - Areia do Pocinho (João Câncio)
- 22 - Cais da Rua do Poço
- 23 - Ermida de Santo Antão
- 24 - Canto
- 25 - Rua das Cruzes (ou dos cavalos)
- 26 - Ermida da Piedade
- 27 - Ermida do Livramento
- 28 - S. Lázaro (desterro)
- 29 - Alcaçarias
- 30 - Açougue
- 31 - Alfândega
- 32 - Rua do Oiteiro
- 33 - Rua Direita
- 34 - Valado
- 35 - Eira



04 - Século XVIII

Embora no século anterior a Vila das Velas tivesse tomado o seu aspecto definitivo quanto a arruamentos, é certo que neste século alguns sofreram ampliação. A rua nova (hoje Dr. João Teixeira), esboçada nos seus extremos no período precedente, fica completa no principio deste e bem assim a rua dos Degraus que passa a ligar do Canto de Santo Antão ao lacete da rua de Roque Afonso, o mesmo acontecendo à ligação entre as Cruzes (sitio das banquetas) à Piedade e caminho de Entre Picos. A grota recebe uma primeira beneficiação que a torna transitável, embora só mais tarde, isto é no terceiro quartel do século seguinte seja transformada em estrada (30).

As obras militares de defesa das Velas, em 1710, como do relatório do brigadeiro António do Couto de Castelo Branco, eram as seguintes: Forte de Santa Cruz, Forte da Conceição, Forte de N. Senhora do Pilar e S. José, reduto de São José sobre o porto (granja) e dois baluartes às Banquetas (31). Esta visita de inspecção resultou em consequência do ataque desencadeado contra esta Vila em 18 e 19 de Setembro de 1708, pela armada de Duguay Trouin, a que nos referiremos na devida altura. Resultou a construção de mais um reduto denominado o Castelinho ou forte da Eira, sitio anteriormente não fortificado e por onde as forças francesas desembarcaram (32).

Como valorização do meio avultam neste século a construção da Ermida de São João e Ermida das Almas (33).

---

(30) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar, pág. 268.*

(31) «*O Jorgense*», nº 26, de 1-11-1872.

(32) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar, pág. 248.*

(33) *Idem, pág. 278.*

a construção do novo Paço Municipal e a do Hospital, que serão objecto de pormenor em outra parte deste trabalho.

Além da invasão já acima referida e que trouxe prejuízo à população, outras calamidades naturais afligiram os habitantes, sem contudo alterarem a sua topografia.

Citamos a inundação de 1713, transcrevendo o seguinte: «Em 10 de Novembro do dito ano (1713) houve tal cheia de água da Urzelina para esta parte de Rosais que se fizeram muitas grotas nos caminhos, em tal forma que com grande trabalho se reedificaram; nesta Vila veio tal enchente pela grotta que levou 27 casas, ficando tudo raso de areias, em tal forma que levou o cerrado do Sargento-mór (denominado hoje Pombalinho) até chegar à casa, e outro defronte areou até à eira, e entrou no mar a areia de sorte que por cima do muro se passa, e mais de dez braças fugiu o mar em direito da grotta; a ribeira do Almeida veio tão furiosa que ao pé do espigão fez uma ponta de pedras tão grossas e em tanta quantidade com sua praia, que livremente se pode caminhar para a Queimada; e as levadas quebraram e fizeram tais ribeiras a esta Vila, que as casas da rua da Amargura (Degraus) estiveram em muito perigo e a rua ficou tão lavada que mais parece rocha que rua» (34).

Também da mesma natureza – águas pluviais – foi a enchente de 6 de Dezembro de 1732. Ficou registada nas vereações da Câmara desta Vila e ali se aponta que «foi tamanha a inundação das águas vindas da ladeira dos picos sobranceiros à Vila, inundando e arrazando parte da mesma, incluindo as ruas da Misericórdia e do Poço» (35).

---

(34) «*O Jorgense*», nº 25, de 15-10-1872, transcrição de um manuscrito de Mateus Machado Fagundes de Azevedo, pelo Dr. João Teixeira Soares de Sousa.

(35) *Arq. Mun. Velas - L<sup>a</sup> das Vereações de 1732*.

Morreram cinco pessoas afogadas e gados. A destruição nas moradias da zona atingida foi grande.

Em ambas estas inundações, por iniciativa do Município, com o auxílio das fachinas e dispêndio de algum dinheiro, se procedeu aos «reparios» das ruas.

O terramoto de 9 de Julho de 1757, que fez imensas destruições nos concelhos da Calheta e Topo, com mais de um milhar de mortos, felizmente, neste Concelho, apenas arruinou ligeiramente algumas construções, prejuizos considerados de pouca monta. No entanto, as fortificações desta Vila sofreram certo prejuizo, em algumas de certa gravidade (36).

Além das que mencionamos já, várias construções se fizeram neste período, sendo de destacar obras de vulto no solar da Família Teixeira Soares, à rua do Outeiro, também designado em documentos da época por solar do Corpo Santo, dado que junto ao mesmo existia a Ermida de São Pedro Gonçalves, com aquela designação.

---

E pelo esboço topográfico que se segue, o leitor, em comparação com os anteriores, melhor se orientará.

---

(36) *Arq. Mun. Velas - L<sup>a</sup> de Reg. de 1762, fls. 26.*

SÉC XVIII

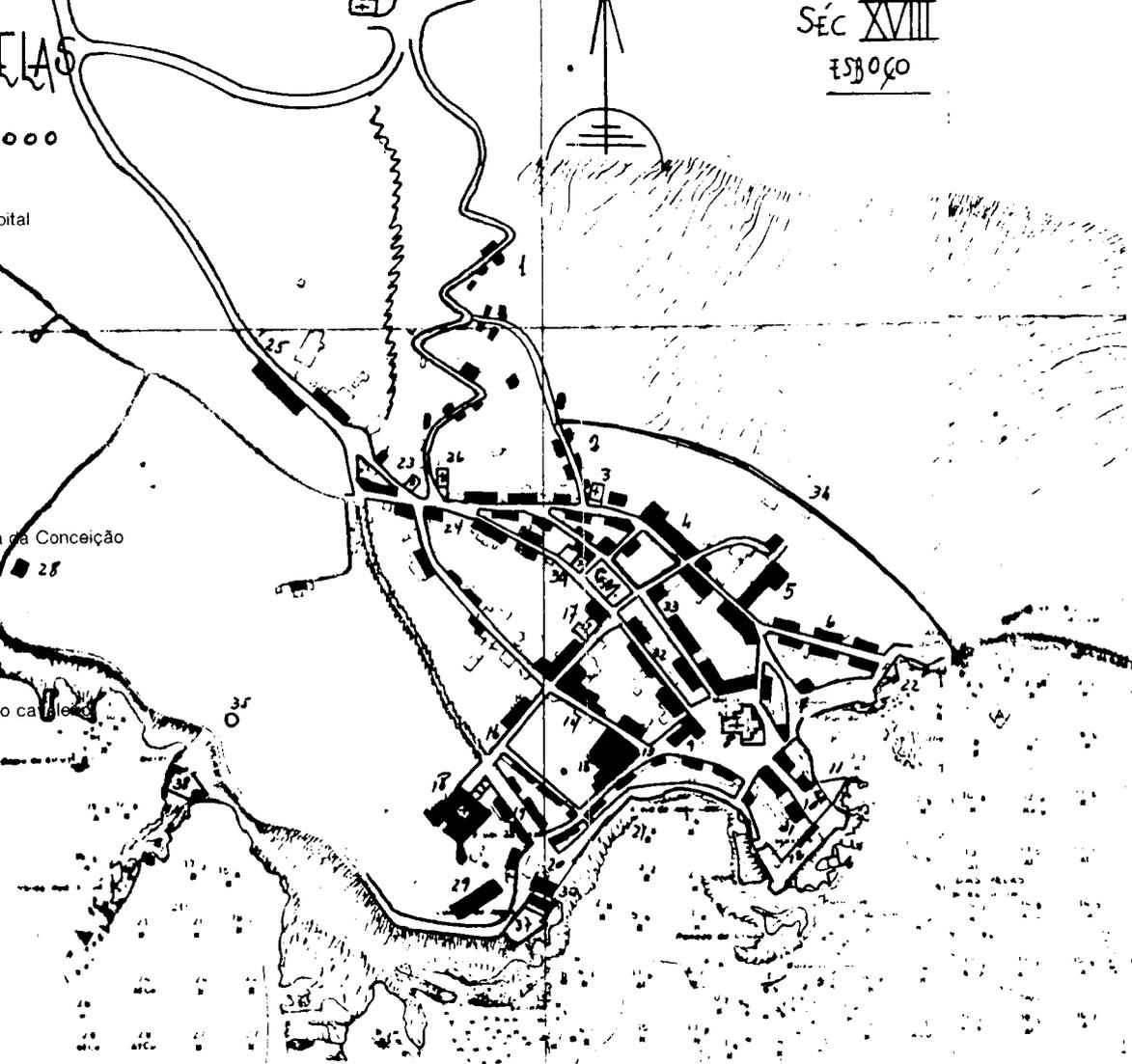
ESBOÇO

LEGENDA:

# VILA DAS VELAS

ESCALA 1:5000

- 1 - Degraus
- 2 - Roque Afonso
- 3 - Ermida de Santo André
- 4 - Rua da Misericórdia
- 5 - Santa Casa da Misericórdia e Hospital
- 6 - Rua do Poço
- 7 - Rua das Caravelas
- 8 - Igreja Matriz
- 9 - Ermida de S. Pedro Gonçalves
- 10 - Rua do Cais
- 11 - Cais
- 12 - Forte de Santa Cruz
- 13 - Rua de S. José
- 14 - Rua das Freiras
- 15 - Convento do Rosário
- 16 - Rua de S. Francisco
- 17 - Recolhimento de S. Gonçalo
- 18 - Convento de S. Francisco e Igreja da Conceição
- 19 - Rua da Galera
- 20 - Ribeira (estaleiro)
- 21 - Areia do Pocinho (João Cância)
- 22 - Cais da Rua do Poço
- 23 - Ermida de Santo Antão
- 24 - Canto
- 25 - Rua das Cruzes (dos cavalos ou do castelo)
- 26 - Ermida da Piedade
- 27 - Ermida do Livramento
- 28 - S. Lázaro (desterro)
- 29 - Alcaçarias
- 30 - Açougue (rua do Açougue)
- 31 - Alfândega
- 32 - Rua do Outeiro
- 33 - Rua Direita
- 34 - Valado
- 35 - Eira
- 36 - Ermida das Almas
- 37 - Forte da Conceição
- 38 - Forte da Eira (castelinho)
- 39 - Ermida de S. João



05 - Século XIX

Durante este século e no aspecto topográfico aparecem-nos algumas ampliações, por um lado e ligeiras reduções por outro. Quanto às primeiras temos a transformação da grota ou ribeira, pelo lado poente da Vila, em rua macadamizada, que toma o nome, talvez romântico de Rua da Gruta (37), quando devia continuar a chamar-se rua da Grota, assim denominada desde o início do povoamento, pois grutas ali não existiram nunca. A outra, o início da construção de um arruamento que saindo do fim da rua do Poço ia pela guarita e beira-mar até ao cais da Queimada. O projecto existe no Arquivo Municipal, mas, apesar de ter tido as honras de inauguração solene (38), não foi além de pouco mais de cem metros, dos quais existe, ao momento, um troço curto junto ao farolim colocado no recanto da baía, no seguimento da rua do Poço. Para esta obra o Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, então Presidente da Câmara, adquiriu algum terreno por 4, 100 réis, que ofereceu ao Município (39).

Era um sonho grandioso, desproporcionado aos recursos municipais. Do projecto colhe-se, tratar-se de um caminho para «cavalos e cavaleiros», numa extensão até ao já referido cais da Queimada de 1506 metros, numa grande parte da sua extensão assente sobre muros de alvenaria.

Mas, feito esse troço inicial já referido e a inauguração aludida integrada nas comemorações da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, cujo auto contém assinaturas das pessoas de maior destaque deste meio, naquela época,

---

(37) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1873.*

(38) *Arq. Mun. Velas - Autos de Inauguração - 20/5/1898.*

(39) *Idem - Contratos avulsos e Acta de 5/3/1898.*

ficou por ali. E nunca mais se pensou no assunto dado o seu elevado custo.

A redução verifica-se na supressão do Valado, pela sua obstrução. Isto verificou-se em 1889 (40). – Este descuido por parte da Câmara, foi erro grave, que causou preocupação nos habitantes daquela zona, pelo receio de inundação pelas águas que escorrem das ladeiras. Essa preocupação por várias vezes foi confirmada pelos factos. Por outro lado era uma servidão dos terrenos daquela encosta, então com apreciáveis culturas de laranjeiras e vinha.

---

Embora sem alterar a disposição topográfica, constituiu notável melhoramento público a obra da praça nova, em frente ao Paço Municipal, que originou o Jardim Público ali existente. Em 30 de Janeiro de 1836, João Soares de Albergaria de Sousa, propôs à Câmara das Velas, de que era Presidente o Capitão José Soares de Sousa, a cedência do prédio que hoje constitui o Jardim pelo valor de 200,000 réis, oferecendo em desconto a quantia de 40,000 réis do seu bolso e mais 30,000 réis em nome de seu irmão o Tenente-Coronel José Soares de Albergaria e no de seu sobrinho o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa, em partes iguais, vindo a Câmara a dispender apenas 130,000 réis. O prédio valia na altura quatro vezes a importância pedida, dado que no inventário de sua mãe Dona Isabel Delfina da Silveira, em 1829, fora avaliado em 500,000 réis. A Câmara aceitou a proposta (41). Aquele terreno era murado, com casa alta telhada e plantio de laranjeiras, constituindo uma «quinta», como então se dizia.

---

(40) *Idem - Acta de 28/12/1889.*

(41) *O Jorgense*, nº 24, de 1/10/1872.

Obtida a posse do terreno, foram demolidas as paredes da cerca e casa, procedendo-se à sua terraplanagem em relação às ruas circundantes, e enrelvamento. Passou a chamar-se Praça Nova. Assim se manteve até 1867, data em que ainda por iniciativa do mesmo João Soares de Albergaria, então Presidente do Municipio, se iniciou a sua arborização, concluída em 1870, sendo Presidente da edilidade Velense o Comendador Manuel Vitorino Amarante. A árvore mais notável do conjunto ali posto era uma araucária colocada no centro do terreno e que atingiu proporções monumentais (42).

Em Outubro de 1889 são colocados quatro candeeiros em lanternas de latão, para iluminação a petróleo (43). Em 1898, a Câmara, presidida pelo Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, procede ao arranque da araucária e outras árvores ali existentes, construindo-se o coreto (kiosque), como ainda se vê, como padrão comemorativo do 4.<sup>o</sup> Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (44).

---

O Cemitério Municipal é construído em 1856, como relataremos depois (45) e procede-se à expropriação da Ermida de São Pedro Gonçalves, existente a sul do Solar da Família Teixeira Soares, que foi demolida, construindo-se ali o Mercado Municipal (46).

---

(42) *Ilha de S. Jorge*, J.C.S. Avelar, pág. 253.

(43) «*Respigador*», n.<sup>o</sup> 32, de 20/10/1889.

(44) «*Ilha de S. Jorge*», J.C.S. Avelar, pág. 253.

(45) *Arq. Mun. Velas - Actas - 10/8/1851*.

(46) *Idem - Actas - 21/3/1857*.

No período que decorreu de 1860 a 1894, com as interrupções impostas pelas reduzidas disponibilidades financeiras do Município, foram levantadas as calçadas de pedra roliça – calhau do mar, como se dizia – que pavimentava as ruas da Vila e feita a sua substituição por pavimentos a macadame, construção de valetas, aquedutos e alguns passeios laterais às mesmas (47).

As muralhas de defesa da Vila foram muito beneficiadas, substituindo-se grandes troços que eram de tufo e se encontravam bastante danificados, por paramentos de basalto aparelhado, nomeadamente as do porto das Caravelas e do Forte de Santa Cruz até ao Forte da Conceição, obras que se ficaram a dever à acção notável do então Presidente da Câmara das Velas, Dr. João Pereira da Cunha Pacheco. Ainda hoje, no troço da muralha última referida – Santa Cruz à Conceição – se pode admirar a qualidade do trabalho então feito (48).

Este o conjunto das obras mais importantes neste século e relativas a bens do domínio público.

---

Nas construções urbanas, assiste-se à reconstrução de muitos prédios, passando-se a usar o basalto trabalhado em substituição do tufo até aí predominante, embora no século anterior já se tivessem feito substituições semelhantes.

Até 1700 as construções eram na sua quase totalidade de tufo, empregando-se o basalto apenas nas vergas de portas e janelas e em alguns cunhais. Mesmo os arcos, e

---

(47) *Idem - L<sup>a</sup> da Despesa - anos citados.*

(48) «*Ilha de S. Jorge*», J. C. S. Avelar - pág. 78-79.

muitos existiam e ainda existem no rés do chão de prédios desta Vila, mesmo estes, eram de tufo. O seu fácil aparelho e a sua proximidade no Morro que fica a poente da Vila, o justificavam. Tivemos ocasião de observar o que afirmamos, por ocasião de bastantes demolições a que assistimos em prédios de que nos tinha chegado o conhecimento da data da sua construção.

---

Por outro lado, a arte de bem trabalhar o basalto – pedra dura como ainda hoje dizem os poucos canteiros que por aqui temos – deve estar ligada à vinda para São Jorge dos famosos pedreiros Avelares, do Pico; Francisco Rodrigues, Manuel de Avelar, José de Avelar, Matias de Avelar e outros, que a esta Vila e à Ilha de São Jorge deram o melhor do seu saber em construções que ainda admiramos hoje, e a que faremos referência na sequência deste estudo.

Neste período registaram-se vários acontecimentos calamitosos, de que nos dão notícia documentos da época.

Assim a erupção de 1808 que, felizmente, apenas atingiu as Velas com cinzas (49), fóra do pânico que gerou e até algumas ocorrências curiosas que oportunamente narraremos.

Em 1842, no Domingo da Trindade, uma chuva torrencial caída no centro da Ilha causou prejuízos, descendo às Velas pelas ladeiras e inundando algumas casas do norte da praça nova (hoje Jardim Público) entrando pelas traseiras das mesmas e saindo pelas janelas (50).

---

(49) *Arq. Açores - Vol 5ª, pág. 437 a 444 e «O Jorgense», nº 21 e 22, de 15/8/1872 e 1/9/1872.*

(50) *Ilha de S. Jorge, J.C.S. Avelar - pág. 442.*

Em 1856, a 6 de Janeiro e em 1899, a 3 de Fevereiro foram enchentes de mar, que causaram prejuizos, nomeadamente a última que destruiu parte da muralha do Forte da Conceição e algumas casas entre o mesmo Forte e o açougue (51).

---

Quanto ao aspecto topográfico, neste século, a planta que se segue, deve elucidar-nos melhor que qualquer descrição.

---

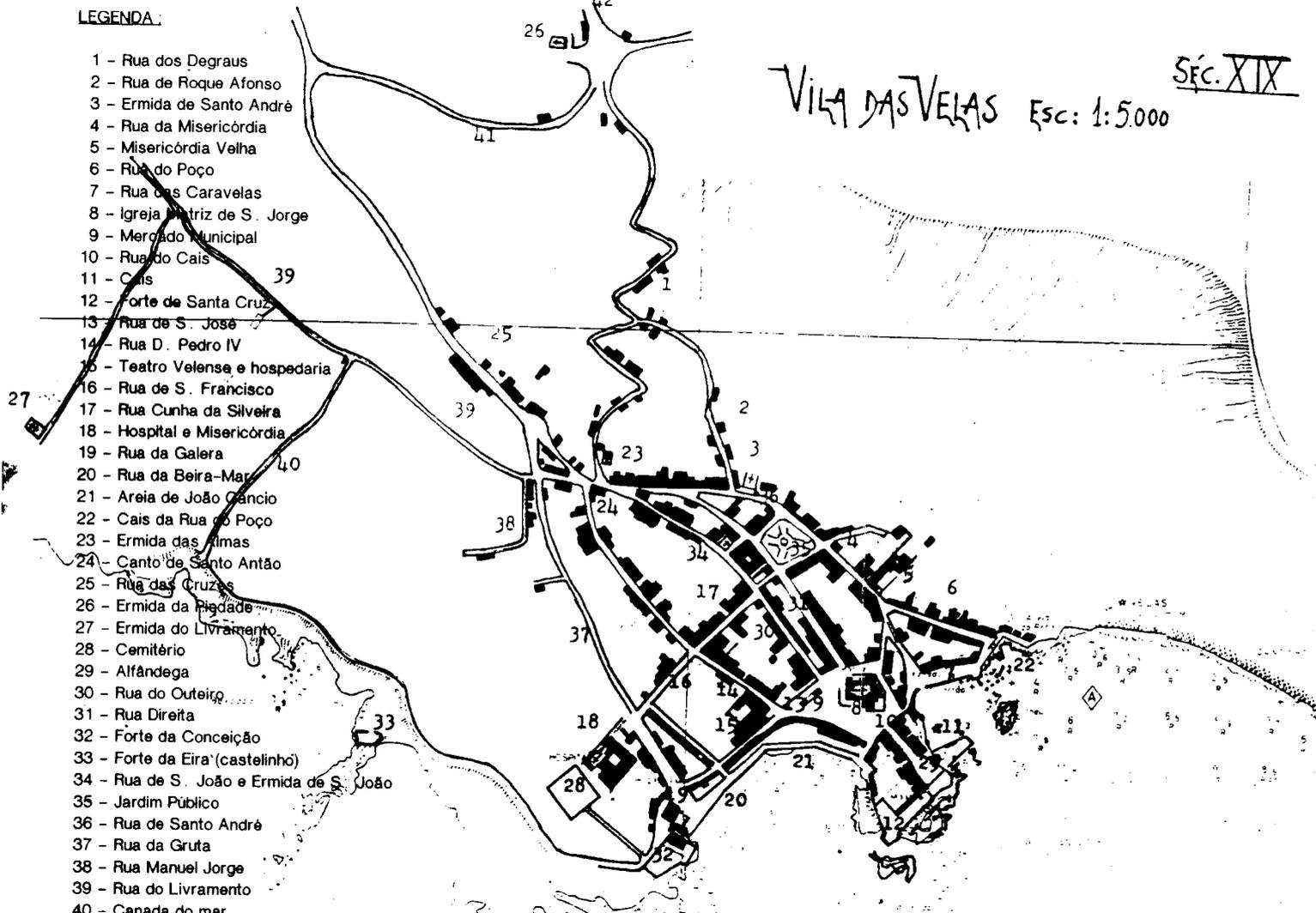
(51) *Arq. Mun. Velas - Actas - 4/2/1899 e 25/2/1899.*

LEGENDA:

- 1 - Rua dos Degraus
- 2 - Rua de Roque Afonso
- 3 - Ermida de Santo André
- 4 - Rua da Misericórdia
- 5 - Misericórdia Velha
- 6 - Rua do Poço
- 7 - Rua das Caravelas
- 8 - Igreja Matriz de S. Jorge
- 9 - Mercado Municipal
- 10 - Rua do Cais
- 11 - Cais
- 12 - Forte de Santa Cruz
- 13 - Rua de S. José
- 14 - Rua D. Pedro IV
- 15 - Teatro Velense e hospedaria
- 16 - Rua de S. Francisco
- 17 - Rua Cunha da Silveira
- 18 - Hospital e Misericórdia
- 19 - Rua da Galera
- 20 - Rua da Beira-Mar
- 21 - Areia de João Gâncio
- 22 - Cais da Rua do Poço
- 23 - Ermida das Almas
- 24 - Canto de Santo Antão
- 25 - Rua das Cruzes
- 26 - Ermida da Piedade
- 27 - Ermida do Livramento
- 28 - Cemitério
- 29 - Alfândega
- 30 - Rua do Outeiro
- 31 - Rua Direita
- 32 - Forte da Conceição
- 33 - Forte da Eira (castelinho)
- 34 - Rua de S. João e Ermida de S. João
- 35 - Jardim Público
- 36 - Rua de Santo André
- 37 - Rua da Gruta
- 38 - Rua Manuel Jorge
- 39 - Rua do Livramento
- 40 - Canada do mar
- 41 - Caminho da Piedade
- 42 - Caminho de Entre-os-Picos

VILA DAS VELAS Esc: 1:5.000

SÉC. XIX



06 - Século XX

Esta nota pretende registar as alterações topográficas ocorridas até 1984, ano em que as estamos escrevendo.

A grande alteração topográfica, por ampliação, começou a verificar-se na Vila das Velas, a seguir à crise sísmica de 1964. Até então, houve alguns melhoramentos que beneficiaram o seu aspecto, sem contudo apresentarem o ímpeto a que nos referimos no período precedente. Vamos anotá-los por ordem cronológica.

Em 1929 as comissões administrativas da Santa Casa da Misericórdia das Velas e do Asilo de Mendicidade também desta Vila, oficiaram à Câmara Municipal pedindo licença para colocação no Largo Dr. João Pereira (praça velha) de uma estátua ao grande benemérito João Inácio de Sousa. A Câmara deferiu (52). Com esta autorização procederam aquelas Casas à encomenda da estátua e posteriormente à sua colocação. A Câmara enrelvou a parte superior daquele Largo. O monumento foi inaugurado em 1932 e o largo totalmente remodelado em 1963/64, ficando como actualmente se encontra.

Em 5 de Abril de 1928 foi aprovado pela Câmara das Velas o caderno de encargos para a iluminação pública e distribuição de energia eléctrica pela então criada Empresa Eléctrica Velense (53). A iluminação da rede eléctrica das Velas, pública e particular, realizou-se a 3 de Março do ano seguinte - 1929 -; a Central, ainda existente, foi instalada no Forte da Conceição, cedido àquela Empresa pelo Governo

---

(52) *Arq. Mun. Velas - Actas - 17/10/1929.*

(53) *Arq. Mun. Velas - Actas - 22/3/1928 e 5/4/1928.*

em edifício que se construiu para o efeito (54). A rede eléctrica, não sendo motivo de alteração topográfica, deu-lhe no entanto o aspecto de meio mais progressivo.

No ano de 1933, a Junta Autónoma dos Portos, procede a uma ampliação do cais das Velas, com o enchimento do «Poção» e a construção de muralha de defesa. O cais ficou com a superfície triplicada, mas a obra foi infeliz, tornando o serviço perigoso no mesmo, tendo-se registado após a sua conclusão e devido à modificação do comportamento do mar junto ao mesmo, a morte de um tripulante de uma das lanchas da descarga, Manuel Carvalho de Medeiros, meu primo, cujo corpo o mar levou para sempre.

Só depois da ampliação iniciada em 1964 e concluída em 1970, esse inconveniente desapareceu. Passou o novo cais a possuir um paramento de atracagem de 125 metros de extensão, com fundos de menos seis metros.

---

Em 1946 com a construção dos celeiros e anexos, pela então Comissão Reguladora dos Cereais, foi rectificada a Rua Manuel Jorge e alargado o primeiro troço da Avenida do Livramento.

Na Rua da Gruta, com a construção em 1952, pela Câmara, de um bairro de 10 casas, promoveu-se o início da urbanização daquela zona, que se desenvolveu depois com a construção de moradias e pavimentação betuminosa, só concluída no ano em que escrevemos.

Entre os anos de 1955 e 1970, são pavimentadas em calçada de basalto à fiada, os arruamentos das Velas, à excepção do Corpo Santo, Gruta e Miguel Bombarda. Logo depois, em 1972 a travessa de S. José é alargada, pavi-

---

(54) Arq. Mun. Velas - Proc. ced. Forte Conceição.

mentada em calçada e passa a denominar-se «Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral».

---

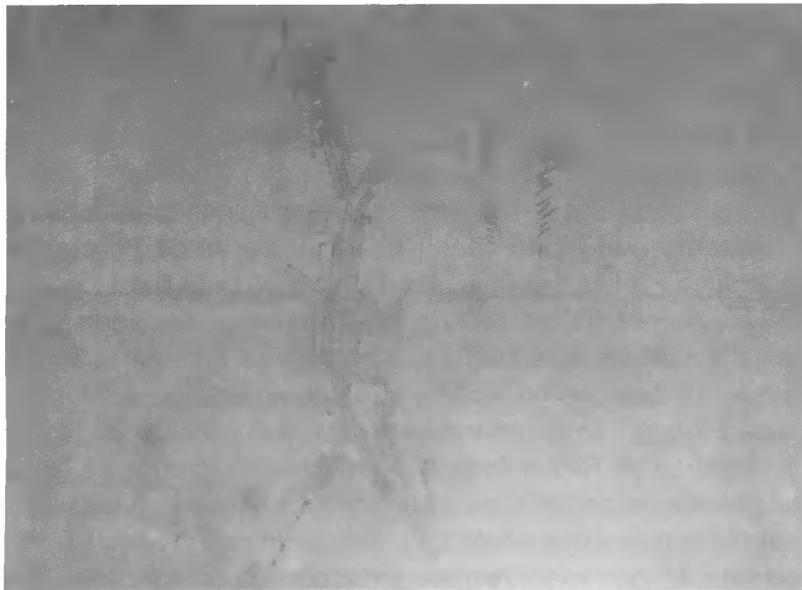
A crise sísmica iniciada em 15 de Fevereiro de 1964, que causou avultadíssimos prejuízos neste Concelho, nomeadamente nesta Vila e freguesia de Rosais, foi no entanto motivo de desenvolvimento desta mesma Vila.

Os serviços do Estado que aqui foram instalados para dirigir e apoiar a reconstrução, procederam à edificação de um bairro a poente da rua da Gruta e que se estende às proximidades do «Arco» da Conceição.

O arruamento principal - eixo daquela urbanização - denominado hoje «Rua Dona Beatriz de Mello fundadora do Hospital das Velas» fez crescer a Vila para oeste de forma apreciável.



*Da carta militar*



*Do Arquivo Militar*



Também por iniciativa da Câmara e no referido ano de 1964, se procedeu à ligação das ruas «Cons<sup>a</sup> Dr. José Pereira» e «Miguel Bombarda», circundando o quarteirão onde já tinha sido construído o novo edifício da Alfândega entre 1958 e 1960, e nos terrenos vagos marginando este novo arruamento, o Estado construiu ali o Quartel da Polícia de Segurança Pública e a Delegação Marítima desta Ilha.

Na rua de Santo André, em terreno adquirido pela Câmara, procedeu o Ministério da Justiça à construção do Palácio da Justiça, bem como à rua que o envolve pelo nascente e norte, resultando também o alargamento do troço inicial da rua de Roque Afonso. O mesmo Ministério, no local onde existiram os edifícios da antiga Misericórdia, totalmente destruídos pela crise sísmica já aludida, mandou construir as residências dos magistrados judiciais e à urbanização do largo que lhes ficou em frente.

---

Este conjunto de obras, realizadas num curto espaço de tempo, alteraram para melhor o aspecto urbano desta Vila. Ainda em consequência da mencionada crise, é construído o Campo de Jogos Municipal das Velas, onde hoje se construiu a Escola Preparatória desta Vila, com o respectivo acesso em ligação com a Avenida do Livramento, pela rua então feita de propósito para isso, que se denomina «rua Dr. Machado Pires».

---

Finalmente em 1980 é elaborado o projecto definitivo da Avenida do Livramento, ligando desde o Canto de Santo Antão a Entre-Morros, na extensão de 1.000 metros, cuja terraplanagem é executada em 1981 e presentemente já tem um troço pavimentado a betuminoso. Aos lados daquela Avenida já se construíram e estão em construção várias moradias, prédios para comércio e outros. Esta Avenida liga

à Ermida do mesmo nome pela rua do Livramento e do cruzamento com a mesma vem ligar com a estrada regional da saída das Velas, acima do «Canto do Engenho». Este último arruamento foi aberto por iniciativa particular e depois adquirido pela Câmara.

A este conjunto de novos arruamentos acresce a ligação da rua Dr. Machado Pires até à Residencial (zona do Arco) e por sua vez estende-se para nascente em ligação com a rua Manuel Jorge e para poente com a rua do mar. São no seu conjunto denominados arruamentos de expansão da Vila das Velas, como consta dos respectivos projectos (55).

---

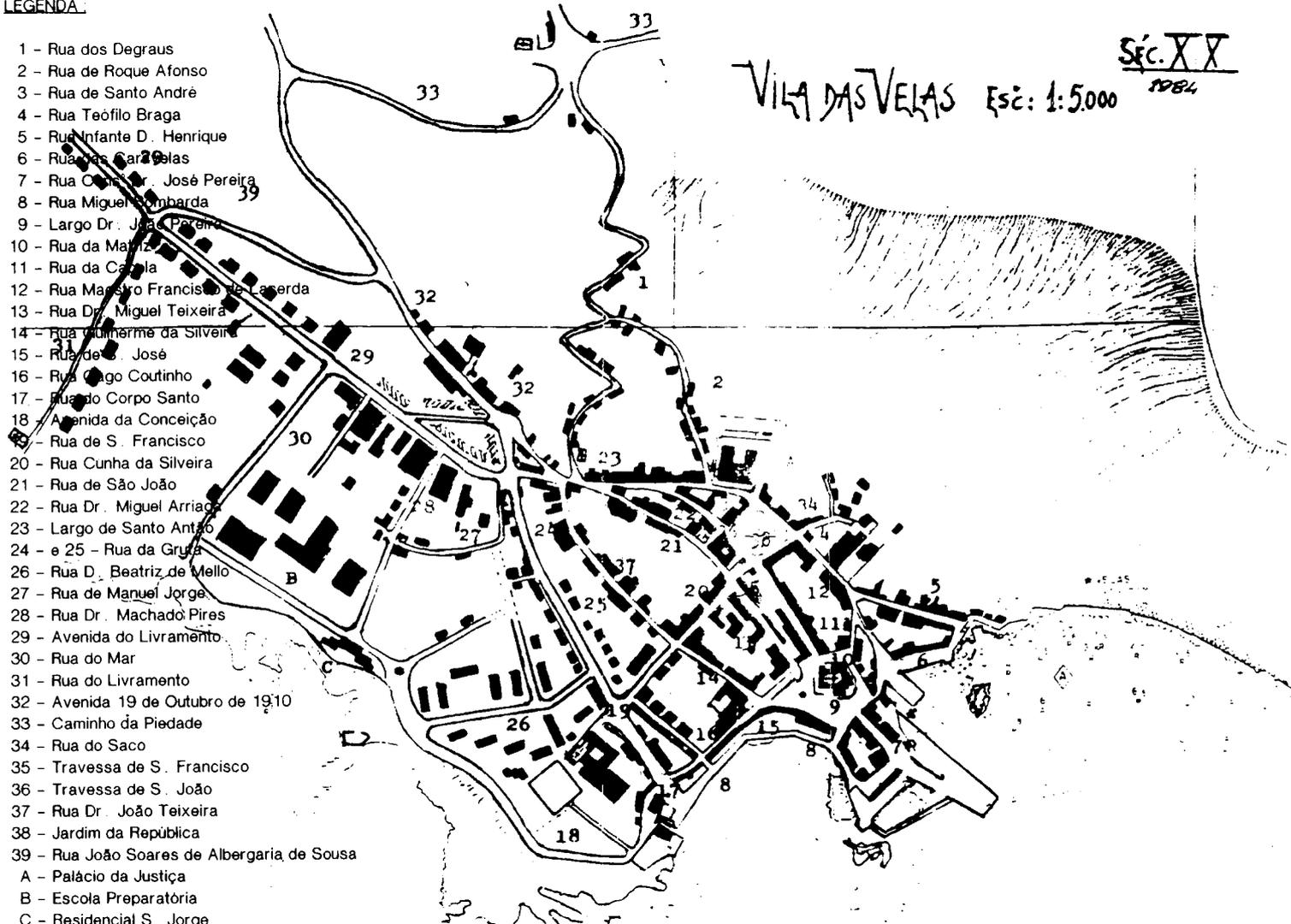
Estas as profundas alterações na ampliação da rede de arruamentos da Vila das Velas e conseqüentemente a sua ampliação topográfica, como melhor se entende da planta que se segue.

LEGENDA:

- 1 - Rua dos Degraus
- 2 - Rua de Roque Afonso
- 3 - Rua de Santo André
- 4 - Rua Teófilo Braga
- 5 - Rua Infante D. Henrique
- 6 - Rua das Caravelas
- 7 - Rua Com. Dr. José Pereira
- 8 - Rua Miguel Lombarda
- 9 - Largo Dr. João Pereira
- 10 - Rua da Maliz
- 11 - Rua da Capela
- 12 - Rua Mestre Francisco de Lacerda
- 13 - Rua Dr. Miguel Teixeira
- 14 - Rua Guilherme da Silveira
- 15 - Rua de S. José
- 16 - Rua João Coutinho
- 17 - Rua do Corpo Santo
- 18 - Avenida da Conceição
- 19 - Rua de S. Francisco
- 20 - Rua Cunha da Silveira
- 21 - Rua de São João
- 22 - Rua Dr. Miguel Arriago
- 23 - Largo de Santo António
- 24 - e 25 - Rua da Gruta
- 26 - Rua D. Beatriz de Mello
- 27 - Rua de Manuel Jorge
- 28 - Rua Dr. Machado Pires
- 29 - Avenida do Livramento
- 30 - Rua do Mar
- 31 - Rua do Livramento
- 32 - Avenida 19 de Outubro de 1910
- 33 - Caminho da Piedade
- 34 - Rua do Saco
- 35 - Travessa de S. Francisco
- 36 - Travessa de S. João
- 37 - Rua Dr. João Teixeira
- 38 - Jardim da República
- 39 - Rua João Soares de Albergaria de Sousa
- A - Palácio da Justiça
- B - Escola Preparatória
- C - Residencial S. Jorge

VILA DAS VELAS Esc: 1:5.000

Séc. XX  
1964



### III - TOPONÍMIA

Nos dicionários que consultamos e outras obras, aparecem-nos dois conceitos ou definições para o termo «toponímia».

O comum é a «designação dos lugares pelos seus nomes» (56), as eruditas «estudo linguístico ou histórico da origem dos nomes das localidades» (57), ou «ciência dos nomes dos lugares» (58).

---

Não vamos enveredar, nesta parte, pela versão erudita. Falta-nos a ferramenta própria. Fica para os Mestres. Encaminharemos os nossos passos pela via comum.

---

E assim e pela ordem numérica constante da legenda aposta na planta topográfica referente ao século actual e que antecede este capítulo, iremos referir tudo que colhemos, tanto por documentos como pela tradição acerca dos nomes das ruas da Vila das Velas.

---

(56) *Dic. de Caldas Aulete - Ed. de 1881.*

(57) *Grande Enc. Port. Bras. e Lelo Universal - 1980.*

(58) «*Ondas médias*», Vitorino Nemésio, pág. 25.

### 1 - Rua dos Degraus

Com esta designação nos aparece sempre. Ligava o extremo da Rua de Roque Afonso ao alto da Vila. José Cândido da Silveira Avellar diz que nos primeiros tempos lhe chamavam rua da Amargura (59). A ligação do Canto de Santo Antão só se verificou no século XVIII, data em que é beneficiada por iniciativa do 1º Juiz de Fora, Dr. João Ricardo Galhano, empossado no cargo em 1767. Nesta altura são suprimidos os *degraus* que lhe haviam dado o nome, que se mantém até hoje.

Possui moradias em número razoável, muito beneficiadas depois da crise sísmica de 1964. Trata-se de um arrabalde da Vila, desde os primitivos tempos.



---

(59) «Ilha de S. Jorge», J.C.S. Avellar - pág. 250.

O traçado segue o ondulado do terreno sendo bastante íngreme. A calçada é irregular dada a sua antiguidade, sendo no entanto curiosidade turística, sobretudo apreciada por estrangeiros.

Esta zona era habitada predominantemente por famílias ligadas à actividade agrícola e pecuária. Até meados do actual século eram aqueles habitantes os habituais arrendatários das terras do «Morro» e parte do «Livramento» e «Levadas». Todo o terreno daquela zona é em socalcos murados e foi fonte de abastecimento da Vila em hortaliças e criação.

No «Livro dos Confessados» de 1793 não há menção a este lugar como rua dos Degraus. Mencionam-se «Rogue Afonso» e «Piedade». Supomos tratar-se de omissão (60). No entanto no ano de 1800 encontra-se a designação de rua dos Degraus. Em 1829 e segundo a mesma fonte (61) a rua dos Degraus vem indicada com trinta e duas famílias.

Muitos dos prédios desta zona foram foreiros à Câmara Municipal, à Santa Casa da Misericórdia e à Confraria do Santíssimo Sacramento.

---

(60) *Arq. Paroquial das Velas - L<sup>a</sup> Confessados - 1792-1803, pág. 3 e 3 v<sup>a</sup>.*

(61) *Idem - Ano de 1829 - pág. 7.*

## 2 - Rua de Roque Afonso

Liga a rua de Santo André ao terceiro lacete («volta» como aqui se diz) da rua dos Degraus . O primeiro troço de cerca de 80 metros é recto; o segundo em escadaria sinuosa fazendo a ligação que já dissemos .

Inicialmente foi pavimentada , como toda a Vila , com calçada de pedra roliça , tirada da costa do mar . Depois , a partir de 1870 macadamizado o primeiro troço e em 1960 pavimentado com calçada à fiada .

O nome é o primitivo que lhe deram , de um Roque Afonso que ali morou . . .

No auto da fundação da Santa Casa da Misericórdia desta Vila de 15 de Abril de 1543 , Roque Afonso assina este termo , bem como outro Pedro Afonso . Seriam irmãos ?

Possui bons prédios de moradia em número de doze .



Em 1829 moravam ali dez famílias (62).

O troço final deste arruamento que vem desde os inícios da Vila, actualmente muito mal conservado, devia merecer melhor atenção do Município, pois é uma evocação perfeita dos primeiros caminhos do tempo do povoamento.

---

(62) *Arq. Par. Matriz de S. Jorge - L<sup>a</sup> Confessados - 1829, pág. 10.*

### 03 - Rua de Santo André

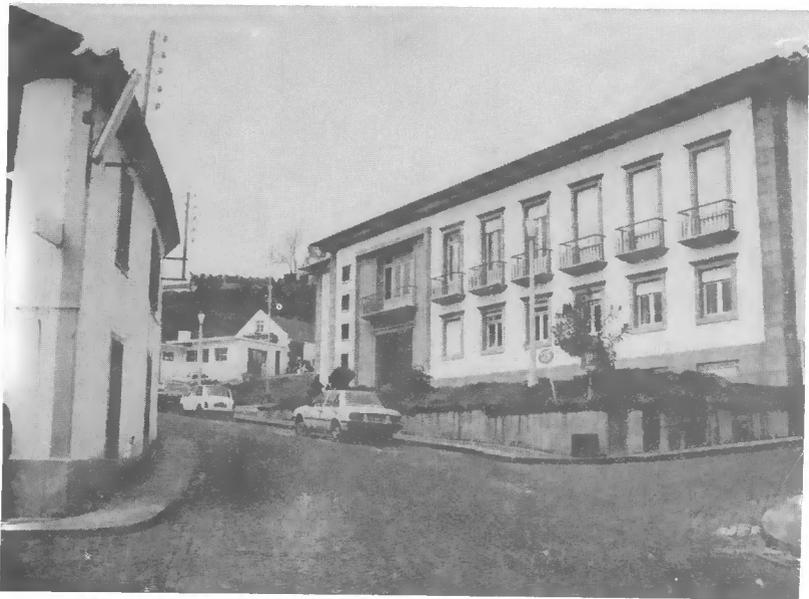
Ainda hoje mantém o nome e o seu percurso compreende-se entre a extremidade nordeste do Jardim Municipal e vai entroncar com a rua Dr. Manuel de Arriaga, junto ao edifício do Banco Comercial dos Açores. A meio da sua extensão liga com a rua de Roque Afonso.

Chamava-se inicialmente «rua da Pela» e vinha da rua do Poço até Roque Afonso.

Com a construção da Ermida de Santo André em 1692 pelo Pe. André Pereira de Lemos, passou a designar-se por rua de Santo André.

Possui meia dúzia de prédios. Em 1973, no local da antiga Quinta de Santo André, que incluía a Ermida já derruída, foi construído o Palácio da Justiça.

Esta obra, projectada pelo Arqº Francisco Augusto



Baptista, de Braga, custou cerca de 12.000 contos, e a sua traça exterior foi inspirada no estilo do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila.

Com esta construção foi a rua alargada bem como beneficiada a sua ligação à rua de Roque Afonso.

#### 4 - Rua Teófilo Braga

Presentemente é o arruamento que liga da rua do Infante D. Henrique (rua do Poço) e rua da Capela com o Jardim.

Inicialmente estava compreendida na designação de rua da Pela. No entanto, a partir de meados do séc. XVI, com a construção da Casa da Santa Misericórdia, passou a ser designada por rua da Misericórdia. As pessoas mais idosas ainda assim lhe chamam.

Em 16 de Maio de 1908, a Câmara das Velas deliberou dar-lhe a designação de rua D. Manuel II (63), que teve pouca duração. Tão pouco tempo foi que nem as pessoas o fixaram, pois que a 22 de Outubro de 1910, passou,



---

(63) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1908.*

por resolução da Câmara a denominar-se rua Teófilo Braga (64).

Como já dissemos na primeira parte deste trabalho, foi ali construído o edifício para a Misericórdia e a respectiva Igreja, e no prédio contíguo, que lhe fica pelo norte, foi instalado em 1900 o Asilo de Mendicidade desta Vila, que hoje se denomina Casa de Repouso.

Onde existiu o edifício da Misericórdia, foram em 1973, construídas as residências para os Magistrados Judiciais.

Trata-se de um bom arruamento, pavimentado em calçada à fiada e possui bons prédios em número de onze.

É das ruas que tem maior número de habitantes, pois só na Casa de Repouso, entre internados e pessoal de serviço, ultrapassa de setenta o número de moradores.

---

(64) *Idem, idem - Actas - 1910.*

### 5 - Rua Infante Dom Henrique

A rua do Poço como se chama ainda hoje no vulgar .

A Câmara Municipal, por deliberação de 9 de Agosto de 1960, e na sequência de várias comemorações aqui levadas a efeito, relacionadas com a efeméride do falecimento do Infante Dom Henrique, resolveu se designasse por rua do mesmo nome, na presunção, como se diz na respectiva acta, ter sido no seu final, junto ao mar, o sitio do desembarque dos primeiros que aqui aportaram (65).

De mau traçado tanto em planta como em perfil, foi muito beneficiada no seu aspecto com obras ali levadas a cabo pela Câmara, no periodo compreendido entre 1958 e 1961. Suprimiram-se então balcões e degraus salientes em



---

(65) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1960.*

frente a várias moradias , rectificando-se portadas e o perfil da mesma rua foi racionalizado . Em planta mantém-se com os deficientes alinhamentos com que nasceu .

Tem cerca de dezassete moradias .

No seu primeiro troço , existia uma certa murada com lavadouro público , coberto com abrigo de zinco . O que restava do lavadouro foi suprimido na data já apontada da sua reconstrução , ficando dessas obras o poço de maré , que deu o nome à rua , e ainda existe , mais como recordação . . . ou talvez . . . reserva para qualquer crise súbita , do que propriamente para a finalidade com que foi feito .

A seguir e com acesso por rampa entroncada na muralha de defesa está o chamado «cais da rua do poço» ou «caisinho» . Talvez no sitio tivesse sido o primitivo desembarcadouro , como acima se aludiu , e um pouco para leste , uma pequena praia de areia escura , a nossa praia de banhos , que surgiu em consequência das obras do novo cais desta Vila .

## 06 - Rua das Caravelas

Entre a rua Infante Dom Henrique e o Largo da Matriz, passando pelo varadouro.

Foi conhecida também - antes da construção das muralhas - por areia do pocinho. Razão, a existência de um poço de maré, na parte poente deste arruamento, situado na loja de uma casa, hoje demolida, que era conhecida pela «casa amarela»; situava-se um pouco a sul do que foi o quartel dos remadores e hoje é escritório da Junta dos Portos. Neste arruamento existiam «as casas das canoas», no período entre 1890 e 1950. Ali também se situa a «casa do Estado», antigo escritório da Secção de Obras Públicas e morada do respectivo chefe de serviços.

Desde os primeiros tempos do povoamento, foi estaleiro de construção naval, que ali se manteve até meados



do séc. XVII, como local exclusivo dessa actividade. A partir de então, essa actividade, passou a exercer-se na rua da Galera (hoje Corpo Santo), como veremos quando dela tratarmos.

Foi sempre e ainda hoje, rua de pouca população.

Tem, ao presente, sete moradias.

### 7 - Rua Cons<sup>o</sup> Dr. José Pereira

A partir de meados do séc. XVI, começou a ter aspecto de rua, por delimitação das casas que ali se construíram, passando a chamar-se rua do Cais. No vulgo ainda é assim conhecida.

Por deliberação camarária de 11 de Fevereiro de 1905 (66) resolveu a Câmara dar-lhe o nome de «rua Conselheiro Dr. José Pereira», que ainda mantém. Era homenagem ao Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, que durante cinquenta anos fora figura marcante na política local.

Esta rua liga o Largo Dr. João Pereira ao cais e hoje torneja o quarteirão ali existente indo ligar-se à rua Dr. Miguel Bombarda.



A importância desta rua é a de servir o porto, que possui ótimas características, referidas assim por todos os escritores que a ele se referem, desde os mais antigos tempos.

O porto pressupõe a existência de cais para serviço às embarcações, bem como Alfândega para cobrança de direitos, e ambas estas acepções cabem no âmbito desta rubrica, dado que nesta rua sempre se situaram.

A referência mais antiga que temos em relação à Alfândega, é a carta de 4 de Julho de 1499, que estabelece a aplicação do Foral das Alfândegas das Ilhas dos Açores (67). Trata-se de um diploma de âmbito geral. No entanto em 1528 é nomeado Manuel Pacheco, Juiz das Alfândegas da Terceira e São Jorge (68). Em nenhum destes documentos se refere o cais.

A notícia documentada, mais antiga, que temos referência ao cais das Velas, é a petição que em 1587 a Câmara dirigiu a El-Rei D. Filipe 1º de Portugal, para aplicação de 150 cruzados no melhoramento do cais e desembarcadouro do porto desta Vila, que mereceu parecer favorável por Provisão de 18 de Maio de 1588, firmada pelo referido Rei, conforme o original no Arquivo Municipal das Velas (69).

Pelos dizeres se depreende que, pela sua antiguidade e muito uso, ser necessária a sua reparação. Dai, portanto, ser bastante anterior a 1587.

As muralhas de defesa da Vila construídas no período de 1606 a 1621 e as respectivas fortificações visavam entre o mais, a defesa do porto e o varadouro, onde também se construíram caravelas. Entre 1767 a 1799,

---

(67) *Arq. dos Açores - Vol. 6º, pág. 271.*

(68) *Idem - Vol. 5º - pág. 131.*

(69) *Arq. Mun. Velas - Sec. Res. Diplomas Régios.*

no tempo do primeiro Juiz de Fora, Dr. João Ricardo Galhano, foram iniciados melhoramentos no cais, com a substituição do pavimento que era de tufo, por basalto, que ainda lá está em parte. No seguimento dessas obras e já no tempo do terceiro Juiz de Fora, Dr. João José Bernardes Madureira é construído o portão do cais – Portas da Vila ou do Mar – de que foi autor Matias de Avellar, que ainda hoje é digno de ser admirado, pela nobreza e elegância das suas linhas (70).

Entre 1933 e 1934, a Junta dos Portos procedeu a uma ampliação do cais, até à guarita do nascente do Forte de Santa Cruz, construindo-se uma muralha sobre o «poção», hoje demolida, que resultou infeliz.

Em 1964 a mesma Junta adjudicou à firma Cimar – Construções Civas e Marítimas, Ld<sup>a</sup>, a ampliação do cais, fase que foi concluída em 1972 (71). Presentemente está ali em curso a construção de um terraplino para parque de contentores, na parte poente adjacente ao cais e ganho ao mar, contra o mencionado Forte de Santa Cruz, obra que está a cargo da firma Tecnovia – Infraestruturas José Guilherme da Costa, Ld<sup>a</sup>. Também consta oficialmente, já estar concluído o projecto de ampliação do mesmo cais em mais 85 metros, cujo início dos trabalhos aguarda oportunidade.

Com a ampliação concluída em 1972, passaram os navios até 3.000 toneladas a atracar ao cais.

Nesta rua também se situava a Alfândega, em frente ao cais, hoje servindo de Quartel à Guarda Fiscal.

O edifício actual substituiu em 1955 a antiga Casa da Alfândega, que muitos velenses ainda conheceram. Acontece que essa casa que conhecemos não era já a primitiva Casa da Alfândega. Tratava-se de uma obra do início

---

(70) *Bol. Mun. Velas*, nº 12, de 6/5/83, do autor.

(71) *Idem, idem*.

do séc. XVIII, mandada fazer pela Fazenda Real, para aquele fim e no local onde existira a primitiva construção. Da que foi demolida em 1957, conserva-se na Câmara Municipal das Velas a pedra com as armas portuguesas, que coroa o edifício. É escultura em basalto, em baixo relevo, e acha-se colocada, ao presente, sobre o janelão que ilumina o saguão principal dos Paços do Concelho.

Da primitiva Casa não temos qualquer informação documental. É natural que no Arquivo de Angra do Heroísmo, algum documento existia. Aqui em S. Jorge, nada colhemos, nas inúmeras buscas a que procedemos.

Pelo documento que citamos no início desta rubrica, temos notícia que muito antes de 1528 aqui havia Alfândega. E dizemos aqui nas Velas, porquanto o Frei Agostinho de Montalverne, na sua Crónica da Provincia de São João Evangelista das Ilhas dos Açores, a respeito da Vila das Velas diz «nela assistir o Almoxarife da Fazenda Real» (72).

Nesta rua também se situou o Correio de 1910 a 1972, hoje em edifício próprio na Rua Dr. Miguel Teixeira.

A rua Cons<sup>o</sup> Dr. José Pereira tem bons edifícios e ao presente ali se situa a Residencial Neto, com dezoito quartos, bar e piscina.

Tem nove prédios urbanos.

---

(72) Bol. Mun. Velas - n<sup>o</sup> 23, de 24/4/1984, do autor.

## 8 - Rua Miguel Bombarda

Inicialmente chamada «Mar de Bairros», que uma tradição muito antiga diz dever-se o nome a um Simão de Bairros que morou por aquele local no início do povoamento, vai da Ponta de Santa Cruz à da Conceição.

Primitivamente constituída por areais que desde a praça da Matriz iam até ao mar e só nos finais do século XVI ali devem ter começado a aparecer construções urbanas, que se desenvolvem no século seguinte, em consequência da construção da primeira cortina de muralhas, que passou a defender esta parte da Vila, desde a Fortaleza de Santa Cruz, até à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

Mas quanto ainda à designação primitiva de «Mar de Bairros», ficou, por simplificação, o nome daquela parte do povoado, que ainda hoje se designa, no vulgo, por Bairro ou por Bairro da Conceição.



No entanto, no século XVI aparece-nos este local também designado por «Areia do Pocinho», isto anteriormente à construção da muralha já mencionada. Também por tradição, este nome deriva da existência de um poço de maré, menor que o da rua do Poço e se situava onde hoje existe o quintal da moradia de Cristiano Carlos Ferreira. Era de utilização pública.

As casas que se construíram nesta área, como ainda hoje em parte se pode observar, têm as fachadas principais voltadas ao largo da Matriz ou à rua de São José, dando os quintais para este arruamento, em cujos muros de divisão existem entradas de serviço.

A Câmara, por deliberação de 11 de Maio de 1878, dá-lhe a denominação de rua da Beira-Mar, que em 14 de Agosto de 1897 e também por resolução da mesma Câmara, é confirmada naquele nome (73). Em 22 de Outubro de 1910, é-lhe dado o nome actual de rua Miguel Bombarda (74).

Ainda hoje, vulgarmente, se lhe chama «beira-mar» ou «caminho da beira-mar». Esta última asserção é curiosa, por se reportar ao tempo em que foram construídas as primeiras muralhas, e por onde só podia passar-se a quando da baixa-mar.

O pavimento é em macadame.

---

(73) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1878-1897-1910.*

(74) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1878-1897-1910.*

## 9 - Largo do Dr. João Pereira

Chamou-se, de pricipio, Largo da Matriz. Em 15 de Maio de 1878, por ali se ter construido um mercado municipal, deliberou a Câmara se denominasse por «Largo do Mercado». Posteriormente, por deliberação de 14 de Janeiro de 1905, passou a chamar-se «Largo Dr. João Pereira», como ainda hoje, homenagem do Municipio ao Dr. João Pereira da Cunha Pacheco, a cuja iniciativa ficaram as Velas a dever, entre outros melhoramentos, a reconstrução das muralhas do porto das Caravelas e da rua Miguel Bombarda (75).

Parece-nos que foi má resolução. A rua da Beira-Mar (Miguel Bombarda) é que devia ostentar o nome deste illustre jorgense, por ser o arruamento onde se insere a mais notável realização conseguida por aquele homem público, a muralha que a defende pelo lado do mar.

O Largo que hoje ostenta o seu nome, deveria continuar a ser o «Largo da Matriz», por esta ali existir pelo menos desde 1460, e ser o elemento mais notável do mesmo.

Também se designou simplesmente por «praça» e depois de construida a «praça nova» (hoje o Jardim Municipal) chamava-se-lhe «praça velha», que mantém no vulgar.

A topografia actual desta praça é diferente da que existia até 1877.

Em 21 de Março de 1857 a Câmara resolveu sobre a profanação e alienação da Ermida de São Pedro Gonçalves, que ali se situava, com vista à construção do mercado municipal, obra que foi inaugurada em 1 de Novembro de 1877 (76). Teve vida efémera. Nos principios do século

---

(75) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1878 e 1905.*

(76) *Idem - 1857 e 1877.*



*Largo Dr. João Pereira, em 1880* }



seguinte era demolido e em 12 de Agosto de 1905 foi aprovado o projecto para a sua construção no Largo de Santo Antão, cujo terreno a Câmara adquirira no mês anterior (77).

Ora, por desenho existente na Câmara das Velas, referente ao mercado do Largo da Matriz, se verifica que a Casa da Família Teixeira Soares possuía um armazém ou granel que ocupava parte da actual praça e confinava com a Ermida de São Pedro Gonçalves - «Ermida do Corpo Santo», que era dotada de sacristia e adro. Tão junto era da casa Teixeira Soares que aquele solar era designado em documentos do tempo, por Solar do Corpo Santo.

A ermida, no entanto era propriedade da paróquia, entidade esta que a vendeu à Câmara para a construção do aludido mercado. Nessa altura, o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa cedeu gratuitamente à Câmara o chão ocupado pelo armazém que mencionámos, e à sua custa construiu o muro do jardim da sua residência, como ainda hoje se vê na parte norte daquele largo. Novamente a Câmara em 1963 procedeu ali a uma nova terraplanagem e alteração de concordância do largo com a rua Dr. Miguel Teixeira.

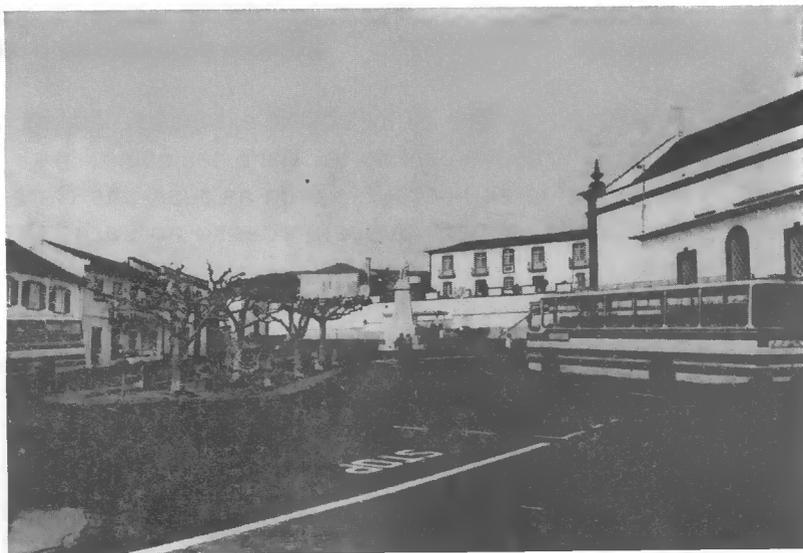
Esta praça tem uma área notável e está rodeada de prédios urbanos, alguns de certo merecimento, além da Igreja Matriz de São Jorge, a que já aludimos. É arborizada na parte sul onde se situa uma pequena praceta. O pavimento é em asfalto.

A propósito da demolição da Ermida do Corpo Santo, feita em 1857, deu-se um caso curioso. A pedra da mesma foi oferecida a quem a levasse dali. Ninguém a quis - eram pedras bentas - e então a Câmara resolveu deitá-las ao mar, o que foi feito. Durante sete anos não apareceu chi-

---

(77) *Idem* - 1905.

charro na baía das Velas, tão abundante que sempre fora nesta espécie. O povo, de imediato, atribuiu o facto a castigo divino. .



*Largo Dr. João Pereira (actualmente)*

## 10 - Rua da Matriz

Sempre teve e tem este nome . É o troço de rua que , por detrás da Matriz vem da rua Cons<sup>o</sup> Dr. José Pereira (rua do cais) até à rua Maestro Francisco de Lacerda (rua Direita) .

Tem cerca de setenta metros de extensão , ladeando a Igreja Matriz pelo nascente e norte , daí o seu nome .

Entronca no seu percurso com as ruas das Caravelas e da Capela , dando também acesso ao Largo Dr. João Pereira .

É pavimentada em calçada à fiada .



## 11 - Rua da Capela

Vai da rua da Matriz à rua do Infante Dom Henrique (rua do Poço) e rua Dr. Teófilo Braga.

Dela nos referimos em detalhe na primeira parte deste trabalho quanto à razão do nome, a existência ali da Capela do Espírito Santo.

Tem sete prédios urbanos.

Também dá acesso ao varadouro, hoje por uma pequena escada. Antes o varadouro vinha até ela, e com as obras ultimamente ali realizadas, transformou-se o início da referida rampa do varadouro, num pequeno largo.

O pavimento é em calçada à fiada.



## 12 - Rua Maestro Francisco de Lacerda

Até 1910 foi sempre designada por «rua direita» nome que no vulgo mantém, e liga o largo Dr. João Pereira e a rua da Matriz, até ao Jardim Municipal.

Em 22 de Outubro de 1910, a Câmara deliberou que se designasse «rua Almirante Cândido dos Reis», que se manteve até 6 de Janeiro de 1984, em que a Edilidade resolveu se passasse a chamar «rua Maestro Francisco de Lacerda», como homenagem da Câmara das Velas ao ilustre jorgense, no cinquentenário do seu falecimento (78).

E qual a razão do nome de rua Direita, que se encontra em algumas localidades dos Açores? Já lemos algures ser a «rua que ia direito ao porto» outras a «rua que indicava o norte».

No caso da Vila das Velas, esta rua nem indica o norte, nem vai direita ao porto. Do seu final até à rua do cais intercala-se a Igreja Matriz e seus anexos, que existe ali desde 1460. Será do seu alinhamento recto? Não sabemos.

Foi a primeira rua que teve passeios laterais, em tufo, que, com o andar dos tempos se foram gastando, tornando-se incómodos para os transeuntes. Como se tratava de um troço da estrada real, atravessando a Vila, em 1902 as obras públicas do Estado procederam à cimentação de parte dos mesmos, com excepção daqueles que os particulares, em frente das suas residências, tinham reconstruído em basalto lavrado, como ainda hoje se vê.

É ladeada por boas construções. Durante o século passado e até 1930 foi rua de importante comércio, que agora volta a aparecer ali.

---

(78) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1910 e 1984.*

Nesta rua situa-se o «Cine São Jorge», inaugurado em 1948, de que falaremos na parte final deste trabalho.

O pavimento é em calçada à fiada.



### 13 - Rua Dr. Miguel Teixeira

Antiga rua do Oiteiro , ou do Outeiro (como também se lê em documentos antigos) , ia do largo da Matriz , pelo Outeiro , até ao Canto ou Largo das Almas .

Caminho íngreme no seu troço inicial , foi beneficiada em perfil em 1963 , com a construção de muro de suporte junto ao largo da Matriz . Com esta obra a rua flectiu para poente , de que resultou benefício quanto a nivelamento .

Em 1900 , por deliberação da Câmara de 28 de Abril (79) , passou a chamar-se rua Dr . Miguel Teixeira – desde o largo já referido até à travessa de São Francisco . Dai para cima por rua de São João , como veremos na altura própria .

A resolução da Câmara de a designar , no troço referido , por rua Dr . Miguel Teixeira , era homenagem àquele ilustre homem público , o velense Dr . Miguel Teixeira Soares de Sousa , a quem o Concelho das Velas muito ficou devendo e pela razão da casa daquela família ali se situar .

A imprensa local deu relevo à deliberação acima mencionada , dizendo :

«Por deliberação da Câmara , tomada em sessão do dia 28 do passado , foi a rua do Outeiro desta Vila , repartida em duas a saber : da rua José Cunha da Silveira para baixo , passou a denominar-se «rua do Dr . Miguel Teixeira» e de lá para cima «rua de São João» . A memória do Dr . Miguel Teixeira Soares está vinculada tão indelevelmente à história local , por actos de tal civismo , que , para ser imorredora , não carecia dessa recomendação , já hoje vulgar , à posterida-

---

(79) *Arq. Mun. Velas - Actas 1900.*

de ; Mas o acto da Vereação significando o seu apreço pelas grandes virtudes do ilustre e chorado jorgense tem o nosso mais sincero aplauso» (80).

Hoje o Solar desta Família é propriedade da Santa Casa da Misericórdia que o adquiriu por compra em 1980 . Ali se acha instalada a Secretaria , Arquivo e Jardim Infantil , daquela Instituição .

Também nesta rua se encontra a Estação dos Correios , Telégrafos e Telefones , em edifício próprio inaugurado em 1972 , bem como a sede da Sociedade Nova Aliança , também em edifício próprio , construído após a crise sísmica de 1964 .

O pavimento é em calçada à fiada .



#### 14 - Rua Guilherme da Silveira

Era a rua «onde correm os cavalos» a primitiva co-nhecença deste arruamento . Depois do século XVII passou a chamar-se rua das Freiras , por ali se ter construído de 1686 a 1696 o Convento de Nossa Senhora do Rosário , de religiosas da regra de Santa Clara , da Segunda Ordem de São Francisco de Assis . Foi fundação do Padre Amaro Teixeira Fagundes , de que falaremos noutra parte deste trabalho .

Por deliberação camarária de 11 de Maio de 1878 , passou a chamar-se «rua Dom Pedro IV» (81) por no Solar da Família Cunha , ali ter estado D. Pedro em 11 de Abril de 1832 (82).

Em 22 de Outubro de 1910 , a Câmara dá-lhe o nome de «rua 5 de Outubro de 1910» e depois por resolução da mesma entidade de 14 de Fevereiro de 1948 , passa a chamar-se «rua Guilherme da Silveira» , que mantém (83).

Esta última deliberação é a seguinte :

«Ofício datado de 17 de Dezembro do ano findo , do senhor Dr. João Cunha da Silveira , advogado , residente em Lisboa , que é do teor seguinte :

Exmo. Senhor Presidente . As investidas pelo passado das nossas Ilhas , em especial da minha terra - São Jorge - levaram-me a fixar a figura de Willelm Van der Hagen (Guilherme da Silveira) e a reparar na injustiça de o seu nome se não achar

---

(81) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1878.*

(82) *Arq. dos Açores - Vol. 7<sup>a</sup>, pág. 19 e seg.*

(83) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1910 e 1948.*

inscrito em qualquer lugar público, lembrando aos de agora e aos que hão-de vir a sua gesta. Eis a razão de vir à presença de V. Exa. com a sugestão seguinte: Atendendo a que o flamengo Willelm Van der Hagen (que os contemporâneos traduziram e o Rei confirmou – para Guilherme da Silveira) foi um dos primeiros povoadores de diversas ilhas dos Açores e, em particular, da Ilha de São Jorge, onde se fixou e morreu, de forma a constituir alto exemplo, como narram os cronistas;

Atendendo a que ele foi de todos os flamengos que para os Açores vieram aquele que maior e melhor nome deixou, como são unânimes em afirmar todos os que dele se ocuparam;

Atendendo a que Guilherme da Silveira – com os que com ele vieram e se fixaram – muito contribuiu para o desenvolvimento de São Jorge, quer através da primeira lavoura, quer com a iniciação do que seria a indústria dos laticínios, ainda hoje a fonte principal de prosperidade;

Considerando, por último, que, oficialmente, nada perpetua o seu nome:

Tenho a honra de propor:

Que a uma das ruas da Vila das Velas, seja dado o nome de «Guilherme da Silveira» com uma legenda que poderia ser «Pioneiro do povoamento de São Jorge e da sua prosperidade». Que essa rua seja a que, presentemente, é designada por «5 de Outubro», dado ser aquela onde tinha a sua casa o Conselheiro Dr. José Pereira da Cunha da

Silveira e Sousa que a Guilherme da Silveira – seu antepassado –, à história, e ao desenvolvimento e bem estar de São Jorge dedicou a maior parte da sua vida.

Se se entender que a dedicação da Vila das Velas ao regime republicano se não encontra suficientemente demonstrada nas designações oficialmente dadas: Jardim da República, Avenida 19 de Outubro, Rua Dr. Manuel de Arriaga e Avenida Almirante Cândido dos Reis, a denominação rua 5 de Outubro poderia passar para outra artéria que ainda não perpetue qualquer facto ou pessoa dignos de relevo.

Dentro em breve espero ter o prazer de ofertar a V. e à biblioteca desse Município exemplares do estudo que tenho entre mãos sobre Guilherme da Silveira e a influência flamenga em São Jorge; Aproveito a oportunidade para pedir a V. . . o favor de ser intérprete junto dos seus Colegas na administração municipal e se possível for, junto dos meus conterrâneos, dos sentimentos de que nem por ultimamente ter vivido longe, deixei de ter sempre bem vincada a lembrança da sua terra. Creia V. . . na elevada consideração do – a) João Cunha da Silveira».

---

«A Câmara em inteira concordância com a sugestão apresentada pelo senhor Dr. João Cunha da Silveira, deliberou que a rua desta Vila actualmente designada por «Cinco de Outubro de 1910» passe a denominar-se «Rua Guilherme da Silveira».

Esta rua que liga o Largo Dr. João Pereira com a rua Dr. João Teixeira, cruza na sua parte final com as ruas de São Francisco e Cunha da Silveira.

Tem cinco prédios urbanos destacando-se o Solar da Família Cunha da Silveira, com desenvolvida fachada sobre este arruamento.

É pavimentada em calçada basáltica.



### 15 - Rua de São José

É também das primitivas desta Vila – a rua das procissões – como nos primeiros tempos era conhecida. Por ali iam as procissões da Igreja Matriz para a de Nossa Senhora da Conceição, que o mar praticamente destruiu na enchente de 21 de Dezembro de 1641, e já referida na parte anterior desta narrativa.

Já no século XVII é designada na maior parte dos documentos que nos vieram à mão, por rua de São José.

A deliberação de 11 de Maio de 1878, a confirma neste nome que ainda mantém (84).

Faz a ligação entre o Largo Dr. João Pereira e a rua do Corpo Santo, cruzando-se no percurso com a rua Gago Coutinho.



(84) Arq. Mun. Velas - Actas de 1878.

O lado norte desta rua , no seu troço inicial para quem vai do Largo para o bairro da Conceição , confrontava com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário do extinto Convento daquele nome , que depois foi adoptado a teatro - Teatro Velense - que funcionou até 1947 e de que falaremos oportunamente .

Nela existem 19 prédios urbanos , incluindo o edificio da Padaria Velense .

---

Curioso que esta rua não está abrangida pelo conjunto de habitações que constituem o bairro da Conceição , embora pelo sul confronte com a rua que , nos primeiros tempos , antes da construção das muralhas , se chamava mar de Bairros e a que já nos referimos a quando da toponímia da rua Miguel Bombarda .

Está pavimentada com calçada .

## 16 - Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral

A designação desta rua até 1878 era de «rua do Boi», sendo certo que também nos aparece algumas vezes como rua pública (85), porém, até há pouco tempo, era quasi sempre assim designada. Nada encontramos escrito que justificasse o nome de rua do Boi. Há no entanto uma tradição oral de que nos primeiros tempos ali morou um individuo - José António, por apelido do boi, por ter um animal desta espécie com que moía numa atafona, situada sensivelmente a meio da dita rua. Será certo?

---

A Câmara por resolução de 23 de Março de 1878, deliberou se chamasse de Travessa de São José, que mereceu parecer favorável da Autoridade Superior do Distrito de Angra do Heroísmo, cujo alvará foi presente à reunião da mesma Câmara de 11 de Maio daquele ano, autorizando os nomes propostos pela Câmara. Assim passou a chamar-se por Travessa de São José (86).

Estabelece a ligação entre as ruas de São José e a de São Francisco.

Assim se manteve até 10 de Maio de 1972, em que o Município resolveu se chamasse «rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral», homenagem decorrente do cinquentenário da travessia aérea do Atlântico Sul por aqueles heróicos aviadores (87).

No ano anterior tinha sido alargada pela Câmara e devidamente pavimentada e calçada.

---

(85) J. C. S. Avellar - *Ilha de S. Jorge* - pág. 265.

(86) *Arq. Mun. Velas - Actas 1878*.

(87) *Idem* - 1972.

A inauguração da nova designação fez-se por acto público em 17 de Junho de 1972 .

---

Consta também - por tradição - e convém registar , que após a construção do Convento de Nossa Senhora do Rosário , que fica pelo nascente desta rua e de que falaremos na parte seguinte deste trabalho , se construíram naquele arruamento um conjunto de moradias para residência de serviçais do dito Convento . O certo é termos ainda conhecido aquela rua na sua forma antiga e de facto , uma grande parte das moradias era de traçado uniforme , como obra feita em série , o que hoje se não nota já por benfeitorias posteriores .

Ao presente tem catorze moradias , sendo alguns dos prédios ali existentes , de recente construção .



### 17 - Rua do Corpo Santo

Inicialmente chamada ribeira ou grota , por ser a continuação da grota que vinha do lado da Piedade , no alto da Vila , passou a partir do século XVII a titular-se por rua da Galera , pelo facto de no seu final , hoje defendido por muralha , ir até ao nível do mar e servir para estaleiro de construção naval .

Curioso registar que no pano de boca de cena do Teatro Velense , destruído pelo sismo de 1964 e que representava a Vila das Velas em 1864 , ali se via , naquele local uma barca em construção .

Este pano fora pintado na data antes referida , por Manuel de Oliveira , natural da Ilha Terceira (88) .

Por volta de 1960 e dado que o Teatro Velense , nessa época , já se encontrava em parte desarmado , a Câmara das Velas pretendeu comprar o mencionado pano , dado representar as Velas na data de 1864 . O proprietário não o quis vender e foi pena . Adquirido pela Câmara teria sido restaurado e estava destinado a ser colocado na entrada principal dos Paços do Concelho .

Tinha certo merecimento artistico .

Tudo se perdeu com o sismo de 1964 . Dele temos uma fotografia , bastante defeituosa , que vamos apresentar neste trabalho , noutra parte , para que fique como memória .

Mas voltemos à rua do Corpo Santo .

A deliberação já tantas vezes referida de 11 de Maio de 1878 , mantém-lhe o nome de rua da Galera , o que quer dizer ser assim designada de há tempos , embora não por resolução municipal .

---

(88) J.C.S. Avellar - Ilha de D. Jorge - pág. 272.

Foi por deliberação de 4 de Junho de 1904 que passou a chamar-se rua do Corpo Santo (89).

É a rua de maior largura desta Vila – por isso os mais antigos lhe chamavam «rua larga» estando hoje pavimentada a asfalto.

Tem onze prédios urbanos, entestando pelo poente com o adro do extinto Convento de São Francisco, hoje ampliado e adaptado a Hospital.

Esta rua é o principal aglomerado do chamado Bairro da Conceição. A Igreja do extinto Convento, antes aludido, ainda existente e em serviço é da invocação daquela Senhora.



Nos antigos tempos, pelas reduzidas dimensões das casas que ali existiam, as pessoas, logo que o tempo permi-

---

(89) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1904.*

tia, sentavam-se nas soleiras das portas, tomando sol, fazendo costura ou esperando que os maridos e filhos voltassem da faina do mar, dado que na sua maioria se dedicavam a ela.

Daí a quadra que nos princípios deste século ainda se cantava :

No Bairro da Conceição  
Não se pode namorar ;  
De dia velhas à porta ,  
De noite cães a ladrar . . .

Esta rua vai da muralha do mar até à rua da Gruta , na extensão de cerca de 100 metros e cruza-se com a rua Miguel Bombarda , logo no seu início , rua de São José e Avenida da Conceição e ainda com a rua de São Francisco .

## 18 - Avenida da Conceição

Este arruamento que no seu troço inicial é dos primitivos desta Vila, foi ao longo dos tempos designado por - rua do Sarmento - alcaçarias - rua do Açougue - rua de Santa Cruz - rua da Conceição e finalmente - Avenida da Conceição.

Parte da rua do Corpo Santo e vai pela beira-mar até ao Arco da Conceição e Castelinho (forte da Eira, hoje em ruínas).

De principio era a ligação, passando pela ribeira ou grotta, entre a rua das Procissões (São José) e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Forte, levados pelo mar por ocasião da enchente de 21 de Dezembro de 1641, e o nome de rua do Sarmento por que foi conhecida, vinha-lhe de ali ter morado o juiz ordinário António Garcia Sarmento, que foi o terceiro Capitão-Mór desta Vila (90).

Depois, por ali terem existido as alcaçarias, assim se chamou, mas já no século XVII passou a chamar-se rua do Açougue, pela construção do açougue onde existe ainda hoje e cuja fachada principal é daquela época.

Por deliberação camarária de 11 de Maio de 1878 passa para rua de Santa Cruz (91), sendo por deliberações de 5 de Julho de 1902 e 4 de Junho de 1904, denominada, respectivamente, por rua da Conceição e Avenida da Conceição, em homenagem à Senhora da Conceição, que naquele local tivera a sua primitiva Igreja. A deliberação de 22 de Outubro de 1910, mantém-lhe esta designação, que é a actual (92).

---

(90) Fr. Agostinho de Mont'Alverne - *Crónica das Ilhas dos Açores* - pág. 213.

(91) *Arq. Mun. Velas - Actas 1878*.

(92) *Idem - 1902 e 1904*.

Nos primeiros sessenta metros está asfaltada . Dá acesso à Central Eléctrica (Forte de Nossa Senhora da Conceição) e ao Cemitério , indo ligar-se no final à rua Dona Beatriz de Mello , no novo bairro .

Será no futuro , uma vez pavimentada em condições e protegida pelo lado do mar , um magnífico arruamento .

Fica-lhe pelo sul a «poça dos Frades» , para a qual a Câmara tem projecto com vista a torná-la piscina natural .

Nas proximidades deste arruamento fica o Armazém Frigorífico construído pelo Governo Regional em 1979 e também nos terrenos adjacentes do Hospital existiu até 1641 a Ermida de São Lázaro (93) .



---

(93) *Ilha de S. Jorge*, J.C.S. Avellar - pág. 205; e *Ilha de S. Jorge*, J.D. Sousa - pág. 150.

## 19 - Rua de São Francisco

Chamava-se de principio Rua de Galas Lopes , que ali morou . Este nome aparece-nos no auto da eleição dos mordomos da Misericórdia de 2 de Julho de 1543 (94) e ia da rua do Outeiro até ao local de São Lázaro , onde mais tarde se fez Convento dos Franciscanos .

Logo após a referida construção (1642) passa a chamar-se rua de São Francisco , nome que mantém , sendo certo que por deliberação camarária de 9 de Maio de 1896 , passe a ter dois nomes (95) : O primeiro troço desde a rua do Corpo Santo até ao cruzamento com as ruas Guilherme da Silveira e Dr . João Teixeira , mantendo o nome da rua de São



---

(94) «Respigador», nº 15, de 5/2/1889.

(95) Arq. Mun. Velas - Actas - 1896.

Francisco ; o segundo troço desde aquele cruzamento até à ligação com a rua Dr. Miguel Teixeira , passa a chamar-se rua Cunha da Silveira , como actualmente . Foi uma homenagem à Família Cunha da Silveira .

Tem de extensão cerca de cem metros e está delimitada por construções urbanas , moradias no lado sul e a Escola Primária no lado norte .

O arruamento é pavimentado em calçada .

## 20 - Rua Cunha da Silveira

Assim chamada como da deliberação de 9 de Maio de 1896, anteriormente referida.

Na extensão de cerca de cem metros liga aos cruzamentos mencionados na nota antecedente, ou seja das ruas Guilherme da Silveira e Dr. João Teixeira, à rua Dr. Miguel Teixeira.

Tem bons prédios urbanos, destacando-se na sua parte final do lado sul, o novo edifício dos Correios.

É pavimentada em calçada.



## 21 - Rua de São João

A designação mais antiga era de rua do Oiteiro e ligava do Largo da Matriz (hoje Largo Dr. João Pereira) até ao Canto. O nome vinha-lhe da elevação de terreno em que assenta.

A deliberação de 28 de Abril de 1900 dá, como já dissemos, ao primeiro troço desta rua, desde o Largo Dr. João Pereira até ao cruzamento com a rua Cunha da Silveira, o nome de Rua Dr. Miguel Teixeira e ao restante da referida rua até ao Canto o nome de rua de São João, por atenção ao facto de ali existir a Ermida daquela invocação desde meados do século XVII (96).



---

(96) *Crónica da Prov. Ilhas dos Açores, Fr. Agostinho de Mont'Alverne - Ed. 1962 - pág. 211.*

O nome mantém-se e foi confirmado também pela Câmara na sua deliberação de 22 de Outubro de 1910.

Na sua parte compreendida entre as travessas de São Francisco e de São João, fica o quarteirão no qual, em parte, se situa o tardo do Paço Municipal das Velas, por onde têm acesso os utentes dos serviços públicos ali instalados.

Possui este arruamento bons edifícios de moradia e comércio, alguns deles de traça moderna a par de outros construídos no início do século passado e um pouco antes, que apresentam cantarias de bom lavor e sóbrio equilíbrio estético.

É pavimentada em calçada.

## 22 - Rua Dr. Manuel de Arriaga

Corresponde ao troço que vai desde o cruzamento da travessa de São João com a rua do lado norte do Jardim Público até ao Largo das Almas, conhecido também por Canto das Almas ou de Santo Antão, devido às duas Ermidas daquelas invocações que ali existiam. A de Santo Antão foi demolida em 1860, por ameaçar ruína e estorvar o alargamento da então estrada real (97). A das Almas ainda existe, restaurada pela Irmandade do Domingo do Espírito Santo.

Este trecho de rua, no século XVIII, aparece-nos designada como rua do Cavaleiro. Por resolução da Câmara de 18 de Janeiro de 1908, muda para rua Conselheiro Pedro Roberto e em 22 de Outubro de 1910, para rua Ferrer. Creio que ninguém tem na memória estes nomes. Devem ter tido pouca aceitação pública, tanto assim que por deliberação de 7 de Dezembro de 1912, passa a chamar-se rua Dr. Manuel de Arriaga, que mantém (98).

Tem bons edifícios de moradia e de comércio, destacando-se, no seu principio o edificio comercial construído para esse fim exclusivo em 1930 por José Vieira e na sua parte final o grande edificio comercial construído em 1978 pela firma António Serpa & Soares, Lda. Também nesta rua, no seu cruzamento com a rua de Santo André, se situa em edificio próprio a Agência do Banco Comercial dos Açores.

Foi pavimentada em calçada em 1949 pelo Estado (Junta Autónoma de Estradas) e pelo facto de o nivelamento então feito ter alterado bastante o anterior, resultou o entai-

---

(97) *Arq. Mun. Velas - Actas - 15/9/1860 e 31/12/1860.*

(98) *Idem - Actas - 1912.*

pamento de soleiras do rés-do-chão de numerosos prédios . Houve protestos da população que originaram acções de natureza política desagradáveis para alguns cidadãos que nos mesmos tomaram parte , os quais reclamavam um justo direito . O autor destas linhas passou por sérios dissabores nesse incidente , como porta-voz dos reclamantes . Coisas dos tempos . . . em que era difícil falar mesmo com razão .

Este arruamento foi sempre o principal centro do comércio desta Vila . Tem cerca de 120 metros de extensão .



23 - Largo de St<sup>o</sup> Antão



*Largo de St<sup>o</sup> Antão, antigo Canto*

## 24-25 - Rua da Gruta

Liga a rua do Corpo Santo desde o Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição anexa ao Hospital, cruza-se quási no seu final com a Avenida do Livramento, seguindo até à Avenida 19 de Outubro de 1910. No seu troço inicial liga com a rua Dona Beatriz de Mello.

Até meados do século passado, como já referimos na primeira parte deste trabalho, era designada por Grotta, escoamento natural das águas que vêm desde a Piedade, embora servisse de caminho em precárias condições, que mais tarde, pavimentada a macadame passou a ser usada por pessoas e carros.

A partir de 1952 a Câmara Municipal iniciou ali obras de urbanização que só no ano presente se concluíram.

O arruamento foi alargado, dotado de passeios laterais e pavimentado a asfalto.



É um bom arruamento , com vinte e seis moradias , oficinas várias e um estabelecimento comercial . É a rua de maior largura desta Vila . Tem uma extensão de cerca de duzentos metros .

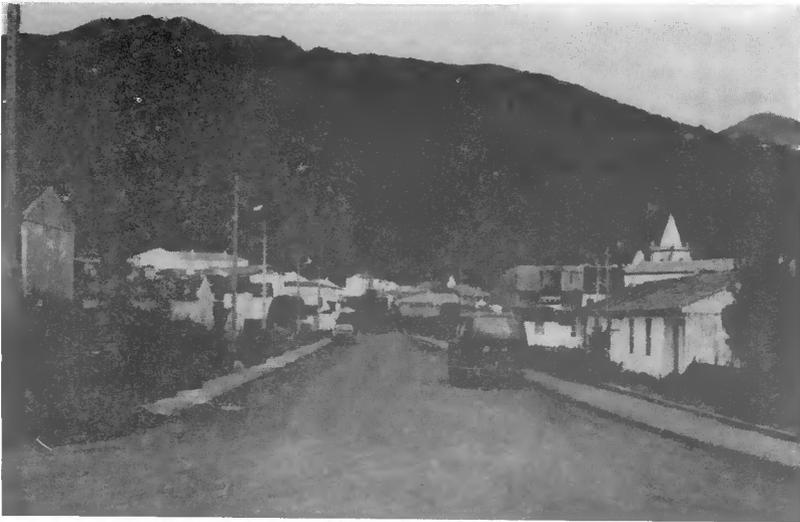
## 26 - Rua Dona Beatriz de Mello

Liga a rua da Gruta ao arco da Conceição cruzando-se com a Avenida da Conceição e ainda com o novo arruamento em construção e sem denominação toponímica de momento.

É um arruamento novo, aberto pelo Governo a seguir à crise sísmica de 1964, que adquiriu ali terrenos onde se construíram habitações para alguns dos sinistrados de então.

Trata-se de uma rua ampla e arejada. Esteve sem nome até a Câmara, por deliberação de 6 de Janeiro de 1984 (99), resolveu dar-lhe o nome de rua Dona Beatriz de Mello, Fundadora do Hospital das Velas, como homenagem à grande benfeitora no tricentenário do seu falecimento em 10 de Julho de 1682.

Ladeiam-na vinte e oito moradias. O pavimento é asfaltado.



(99) Arq. Mun. Velas - Actas - 1984.

## 27 - Rua de Manuel Jorge

Aparece-nos como canada do Correia nos finais do século XVIII (100) e a Câmara, por deliberação de 11 de Maio de 1878, dá-lhe a confirmação de rua de Manuel Jorge, nome que certamente já trazia no vulgo (101).

Não encontramos a explicação deste nome na deliberação que se lhe refere.

Consta na tradição, ter ali morado em tempos recuados, um individuo daquele nome, que tinha a seu cargo a vigilância dos pomares, quintas como se dizia, ali existentes. Quem fosse esta pessoa, nada colhemos sobre ela.



---

(100) Arq. Mun. Velas - L<sup>a</sup> Confessados - 1973, fl. 8.

(101) Arq. Mun. Velas - Actas - 1878.

É um arruamento que liga aos terrenos denominados «relvão», de boa produção de trigo, quando ali se fazia aquela cultura.

Quando da construção dos celeiros da extinta Comissão Reguladora dos Cereais, foi esta rua rectificada no lado daquelas construções. Futuramente, segundo o projecto de expansão das Velas existente no Município e em parte já em execução, irá ligar à rua Dr. Machado Pires, bem como cruzará com o novo arruamento, já em parte terraplanado, que vem da rua Dona Beatriz de Mello.

Esta rua tem de momento apenas quatro moradias, uma extensão de cento e dez metros e o pavimento macadamizado.

28 - Rua Dr. Machado Pires

Foi aberta em 1963 (102) por dádiva gratuita do terreno à Câmara pelo seu proprietário, senhor José Inácio Lopes, hoje falecido, na largura de três metros do lado do nascente e outros três metros do lado do poente pelos adquirentes de lotes para construção.

Obtido o terreno fez a Câmara de imediato o ter-  
rapleno. Era fechada no seu final sul por portão que dava  
acesso ao Campo de Jogos Municipal, desta Vila, adquirido  
pela Câmara em 1966 (103).

Como homenagem ao então Governador do Distrito  
Autónomo de Angra do Heroísmo - Dr. Teotónio Machado Pi-



---

(102) L<sup>a</sup> Reg. Obras - Arq. Mun. Velas.

(103) Arq. Mun. Velas - L<sup>a</sup> n<sup>o</sup> 4 Escrituras Diversas.

res – a cuja iniciativa e acção muito se ficou a dever na reconstrução desta Vila e outras áreas deste Concelho, atingidas pela crise sísmica de 1964, a Câmara Municipal, por deliberação de 22 de Fevereiro de 1967 (104) deliberou dar a este novo arruamento o nome de rua Dr. Machado Pires, que mantém.

Hoje, no local onde existiu o Campo de Jogos Municipal, foram construídos os edifícios da Escola Preparatória das Velas, tendo o Campo de Jogos sido instalado no local de Entre-Morros, no final da Avenida do Livramento.

Esta rua hoje dá acesso à mencionada Escola Preparatória e prolongada para sul vai dar à Residencial de São Jorge em construção pela Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, bem como ligará no futuro à rua Manuel Jorge e arruamentos que terminam no largo fronteiro ao Arco da Conceição. Já possui dois armazéns comerciais e quatro moradias.

Está pavimentada a asfalto nos seus setenta metros iniciais. A parte restante está, por enquanto, simplesmente terraplanado.

---

(104) *Idem - Actas - 1967.*

### 29 - Avenida do Livramento

Vai do lugar do Canto de Santo Antão a Entre-Morros, na extensão de mil metros. Está em construção como arruamento de expansão da Vila das Velas para oeste, de que será a futura directriz.

O projecto duma avenida naquele local vem do último quartel do século XIX. João Duarte de Sousa na obra «A Ilha de S. Jorge», faz eco dessa aspiração.

Não passou disso até que na acta da Câmara Municipal das Velas de 22 de Março de 1930 (105), vamos encontrar a deliberação desta tomar conhecimento da «planta da Avenida do Livramento na extensão de 1000 metros feita pelo senhor Miguel Loureiro». Esta planta não se encontra no Arquivo Municipal.



---

(105) Arq. Mun. Velas - Actas - 1930.

Só em 1980 foi elaborado o projecto que está em execução, da autoria do então Presidente da Câmara, António Teles de Lima da Silveira Loureiro, filho do autor do anterior projecto.

Nesta altura estão construídas e em construção bastantes moradias, um supermercado e outras instalações.

Trata-se de um arruamento amplo que veio dar às Velas um outro dimensionamento, permitindo a construção de novas moradias, o que não era possível no perímetro urbano anterior à sua abertura.

Já estão pavimentados a asfalto os primeiros cento e vinte metros. O restante em fase de terraplanagem.

### 30 - Rua do Mar

Parte da Avenida do Livramento seguindo em direcção ao sul até ao sítio da «Preguiça».

Na então «canada do mar», como foi designada até há pouco, visto que a actual denominação é da deliberação de 6 de Março de 1985 (106), foi estabelecida no século XVII uma pequena estância para desterro dos portadores de doenças contagiosas, dado ter sido demolido no mesmo século o lazareto e Ermida de São Lázaro, existentes a poente da ribeira que hoje constitui a rua do Corpo Santo.

Este arruamento servia as terras de cultura daquela zona e era, no seu final, nos rochedos da «Preguiça» óptimo pesqueiro, sobretudo na época de inverno.

Presentemente o pavimento é em terra e dá acesso – um dos acessos – aos edifícios da Escola Preparatória.



### 31 - Rua do Livramento

É o troço que liga da Avenida à Ermida do mesmo nome, actualmente. Era conhecida por canada da Ermida.

Esta Ermida tinha, até finais do século XIX, o nome de Ermida de Nossa Senhora do Pilar. Na parte seguinte deste trabalho, falaremos em detalhe deste assunto.

A rua em referência é, ainda hoje, um arruamento defeituoso, apesar de já ter várias moradias no lado sul em número de oito, e estar iluminada a electricidade.

A Câmara das Velas, tem em plano para anos futuros, a sua rectificação em planta e perfil, bem como a respectiva pavimentação, o que esperamos e esperam os habitantes daquela zona, de vista muito aprazível.



32 - Avenida 19 de Outubro de 1910

Vai do Canto de Santo Antão até ao sitio das Cruzes, entroncando nesse lugar com o caminho da Piedade. Para oeste segue a estrada regional nº 1-2ª.

Trata-se de um troço da estrada antes referida, dentro dos limites urbanos da Vila das Velas. É a sua saída, única para viaturas. Os peões podem utilizar a rua dos Degraus. Este arruamento é pavimentado em calçada e tem cerca de quinhentos metros de extensão.

Na sua parte inicial, ou seja do Canto de Santo Antão até um pouco acima do local que se designava por «Cano do Engenho» possui boas moradias e algumas oficinas.

Chamava-se rua das Cruzes, dado que no sitio do seu final, conhecido por Banquetas, existiu até finais do século XVIII, um pequeno cruzeiro.



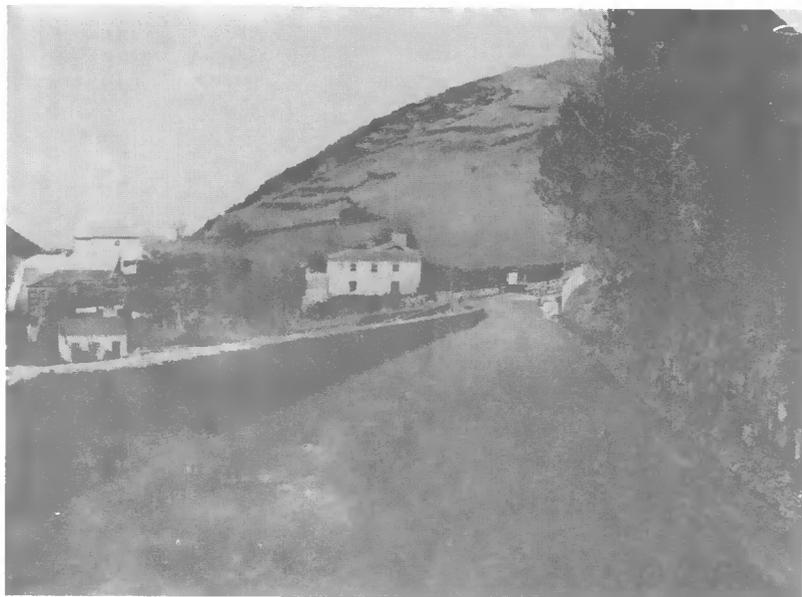
A deliberação camarária de 11 de Maio de 1878, confirma este nome, que por deliberação de 4 de Junho de 1904 é mudado para Avenida das Cruzes, nome que mantém até que, em 22 de Outubro de 1910 a Edilidade delibera se passe a designar por Avenida 19 de Outubro de 1910, data da Proclamação da República, nesta Vila.

### 33 - Caminho da Piedade

É o limite, pelo Norte, do perímetro urbano das Velas e vai do sitio das Cruzes ou Banquetas, até à estrada regional no sitio das Levadas, passando pelo aglomerado da Piedade e cruzando-se com o caminho dos Degraus, ou rua daquele nome. É anterior este traçado, como saída das Velas, ao que depois e também a partir das Banquetas seguiu para Rosais, com ligação pela Beira ao lado Norte da Ilha.

No seu traçado não há moradias excepto ao atravessar o lugar da Piedade de que já falámos e de cuja Ermida daquela invocação daremos noticia na parte seguinte deste trabalho.

O seu pavimento é em asfalto e do lugar das Banquetas à Ermida da Piedade tem cerca de quatrocentos metros de extensão.



### 34 - Rua do Saco

Era a ligação entre a rua da Pela e o Valado . Quando este foi obstruído , como já dissemos , no final do século passado , ficou aquele arruamento fechado na sua extremidade nascente , e daí o nome de rua do Saco , que mantém .

Por volta de 1968 foi aberto por iniciativa particular um ramal naquele arruamento , que permitiu a construção de algumas moradias .

O pavimento é em calçada , sendo o ramal em terra batida .



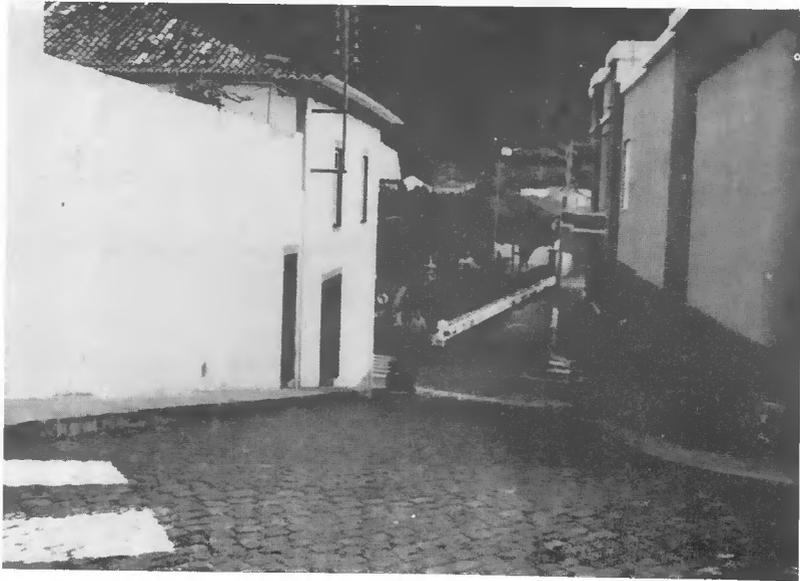
35 - Travessa de São Francisco

A sua mais antiga designação conhecida era de travessa do Penedo, pela existência no seu cimo de uma pedra de avultadas dimensões, que foi destruída com pólvora, como consta da tradição.

Com a fundação do Recolhimento de São Gonçalo em 1662, e dada a proximidade, passou o vulgo a chamar-se travessa de São Gonçalo. Aliás ainda no tempo de José Cândido da Silveira Avellar era assim conhecida, embora o Recolhimento tivesse sido extinto em 1859 (107).

A designação de travessa de São Francisco já se usava nos finais do século XIX e a Câmara por deliberação de 22 de Outubro de 1910, confirma-a e ainda se mantém (108).

É pavimentada em calçada.



(107) *Ilha de S. Jorge*, de J.C.S. Avellar - pág. 276.

(108) *Arq. Mun. Velas - Actas - 1910.*

36 - Travessa de São João

Assim designada desde o século XVIII, derivado do facto de a Ermida de São João ter a sua parte lateral sul virada para este arruamento, nome que mantém e confirmado pela já tantas vezes referida deliberação de 22 de Outubro de 1910.

A Câmara resolveu em 15 de Setembro de 1860 alargar esta travessa com redução no adro (109), acto que voltou a repetir-se em 1954 e ficou como está actualmente.

O lado sul desta travessa é limitado pelo Paço Municipal das Velas.

O seu pavimento é em calçada.



---

(109) Arq. Mun. Velas - Actas - 1860.

37 - Rua Dr. João Teixeira

Da parte «antiga» das Velas, esta foi a última construída, daí o nome por que ainda hoje é conhecida - Rua Nova.

A notícia mais remota que temos dela é de 8 de Setembro de 1708, a quando da invasão desta Vila pelos corsários franceses do comando de Du Guay Trouin: «Para evitar maior perigo saíram todas as religiosas com cruz alçada pelo portão dos carros do mosteiro, acompanhadas do Reverendo Confessor do Convento o Dr. João de Sousa Pacheco, e dos religiosos de São Francisco, por se achar a mais gente na defesa da praça. Seguiram pela RUA NOVA, não sem grande temor das muitas balas que em toda a Vila caíam, e se retiraram para a Igreja de Rosais . . . » (110).

Deve, ao que apurámos ter sido aberta por aquela época, pois até final do século XVII, nunca lemos qualquer referência a esta rua. Em 1793 moravam ali onze famílias num total de quarenta e duas pessoas (111) e em 1829 já ali residiam dezasseis famílias (112).

Em 22 de Março de 1890, a Câmara das Velas deliberou dar-lhe o nome de «rua Dr. João Teixeira» a requerimento de João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho. Eis o requerimento e a deliberação, que denotam a consideração, a estima e o respeito que merecia a memória do Dr. João Teixeira Soares de Sousa (113).

---

(110) *Ilha de S. Jorge - J.C.S. Avellar - pág. 268.*

(111) *Arq. Matriz Velas - L<sup>a</sup> Confessados de 1793 - pág. 8v<sup>o</sup>.*

(112) *Idem - 1829, pág. 144.*

(113) *Arq. Mun. Velas - Actas e Correspondência - 1890.*

«Ilmos. e Exmos. Snrs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. Honrar a virtude e celebrar o talento, é principio geral de civilização. Perpetuar a memória dos beneméritos é uma acção de nobre civismo: um dever que impende a todos. Levantar do esquecimento o nome daqueles que se distinguiram por suas virtudes, por seus trabalhos e incontestáveis merecimentos – é uma Lei humanitária – que não só nobilita famílias, exalta hierarquias, afirma superioridades, mas ainda assegura à pátria dos heróis uma glória imperecível, e autoriza a um povo verdadeiras e bem sólidas ufânias. E assim liga-se a geografia com a história, com as ideias se ligam com os factos, e os principios com as instituições. As ilhas do arquipélago grego disputavam entre si a glória de cada qual ter sido a pátria de Homero. Porquê? – Porque Homero foi um poeta divino. Lisboa, Santarém e Coimbra pretendem a honra de cada qual ter sido o berço de Camões. Porquê? – Porque Camões foi um poeta com que se honra não só um povo, mas a Humanidade inteira. Tal é o condão do génio que atrai os respeitos de todas as gerações, e de todos os séculos. E obedecendo a estes principios, e sob a influência de tais considerações que os reinos, as provincias, as cidades e os municipios celebram e solenizam as suas glórias mais puras, as virtudes de seus filhos, na consagração patriótica de simbolos, de cortejos, de estátuas e monumentos. Numa das praças de Aveiro ergue-se magestosa a estátua do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães. Nas praças das nossas principais cidades avultam numerosos padrões, comemorando as glórias da pátria. Os beneméritos da literatura e os soldados da liberdade, as supremas energias de uma época e os eleitos de uma geração, afirmam-se ali à posteridade no bronze ou no mármore, como uma gratidão, como uma recompensa a serviços heróicos e a grandes abnegações, como um estimu-

lo ao bem, ao renome e à glória e um prémio condigno a altas empresas e a futuros cometimentos. Também neste canto ignorado do mundo, nesta Ilha perdida como as outras na imensidade do oceano, temos ilustrações a que render preitos e prestar homenagens; como se a Providência quisesse mostrar que em toda a parte fulguram talentos, e que o génio não tem pátria e é cosmopolita, brotando do seio da humanidade, vivido, esplêndido, luminoso e espontâneo. O Dr. João Teixeira Soares de Sousa é uma glória açoreana, e uma glória da pátria. Os seus talentos, as suas aptidões excepcionais, o seu patriotismo, os seus trabalhos nas letras, fazem ilustre e gloriosa a sua memória, dando direito a consagrações que perpetuem o seu nome, e assinalem às gerações do provir a sua benéfica influência no meio em que viveu, e o brilhante papel que representou como literato na sociedade portuguesa. Foi por isso que nós, humilde obreiro



do progresso, publicámos em sua honra um número especial ilustrado do «Respigador», periódico de que somos director e proprietário. É por isso ainda que vimos hoje perante a ilustre municipalidade velense renovar a ideia que então propusemos no referido periódico (nº 14, de 20-1-1889), e foi que, para perpetuar a memória do ilustre jorgense, a Exma. Câmara desse o nome de Rua do Dr. João Teixeira, à que hoje se chama Rua Nova, e onde o ilustre sábio costumava habitar quando vinha a esta Vila.

(... Lembramos que o Dr. João Teixeira vivia normalmente na sua casa da Fajã de Stº Amaro, ainda existente...).

Exmos. Senhores – Não pedimos pomposos monumentos; não lembramos altos padrões, nem soberbos epitáfios. Uma simples lápide, dando o nome à referida rua, honrará sobremaneira a ilustre vereação que a promover e testemunhará a nacionais e estrangeiros que apreciamos o talento e somos, em suma, um povo civilizado. Incumbe a todos o cumprimento deste dever de nobre e delicado civismo, porque honrar o mérito e a virtude é honrar a civilização; porque professar sentimentos de encendrado patriotismo é honrar a humanidade. Invocamos, pois, ao deferimento da nossa petição: 1º – os incontestáveis merecimentos do Dr. João Teixeira Soares de Sousa; 2º – Os principios que acabamos de expor; 3º – o acrisolado patriotismo, o grande alcance de vistas, e sobretudo a comprovada ilustração e mais nobres qualidades que exornam os cavalheiros a quem o povo confiou as suas garantias, os seus melhoramentos e prosperidades, e os seus mais caros interesses. Pedimos e esperamos deferimento em nome da Justiça, da honra, do dever; em nome da ilustração do povo, em nome das letras, em nome da sociedade e da pátria; pedimo-lo, finalmente, em nome da civilização. – E. R. M. ».

Foi deferido e resolvido que as lápides fossem colocadas no 1º de Julho seguinte, o que se fez.

\* \* \*

Tem quinze moradias, das quais se destaca pelo seu valor arquitectónico a sede da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense (antiga moradia da Família Forjaz Carvalho), a de João Furtado Sarmiento e a de herdeiros de Rui de Mendonça (que foi do Dr. José Teixeira de Sousa Soares, irmão do titular daquele arruamento, Dr. João Teixeira, como antes referimos). A extensão é de 208 metros e o pavimento em calçada à fiada.

### 38 - Jardim da República

É o jardim das Velas , a que já fizemos referência quando da primeira parte deste trabalho ao falarmos do século XIX .

Ladeiam-no quatro ruas . A do lado norte estabelece ligação entre as ruas Dr . Manuel de Arriaga e a de Santo André . A do sul entre as ruas Maestro Francisco de Lacerda e Dr . Teófilo Braga . A do nascente liga esta rua com a de Santo André e a do poente as ruas Maestro Francisco de Lacerda e Dr . Manuel de Arriaga .

Estão pavimentadas a calçada à fiada .

Ladeiam-na , na quasi totalidade bons edificios , destacando-se de todos , o Paço Municipal das Velas , que para esta praça ajardinada tem a sua principal fachada .



### 39 - Rua João Soares de Albergaria de Sousa

O mais recente arruamento desta Vila, que vindo do cruzamento da Avenida do Livramento, no sitio da rua do mesmo nome, vai ligar à Avenida 19 de Outubro de 1910, acima do sitio do antigo Cano do Engenho.

Foi adquirido pela Câmara em 26 de Junho de 1982, aos seus proprietários José Manuel Amarante e irmão Álvaro Amarante, que a haviam aberto com vista a orientar um processo de loteamento (114). Está apenas terraplanado e a extensão é de cerca de 200 metros, estando já vendidos vários lotes de terreno com projectos de construção aprovados.

O nome foi-lhe dado por deliberação camarária de 21



(114) Arq. Mun. Velas - L<sup>a</sup> 7<sup>a</sup> de Esc. Diversas, fl. 21v<sup>a</sup>.

de Janeiro de 1985, com o seguinte fundamento: «Que ao ar-ruamento se dê o nome de rua João Soares de Albergaria de Sousa, preclaro velense, paladino da liberdade e patrono da autonomia açoreana, benemérito esquecido por esta Vila, a quem doou – dado o preço irrisório que recebeu – o terreno que hoje constitui o Jardim Municipal das Velas» (115).

---

(115) *Idem - Actas - 1985.*

Relação das ruas da Vila das Velas e suas diferentes denominações toponimicas através dos tempos (A ordem numérica corresponde à planta topográfica do Séc. XX

Nº	Séc. XV e XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Século XIX (Del. 11/05/1878)	Séc. XIX último quartel e princípio do Séc. XX	Séc. XX (Del. 22/10/1910)	Séc. XX Deliberações posteriores
1	Rua dos Degraus ou da Amargura	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus	Rua dos Degraus
2	Rua de Roque Afonso	Rua de Roque Afonso	Rua de Roque Afonso	Rua de Roque Afonso	Rua de Roque Afonso	Rua de Roque Afonso	Rua de Roque Afonso
3	Rua da Pela	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André	Rua de Stº André
4	Rua da Pela	Rua da Misericórdia	Rua da Misericórdia	Rua da Misericórdia	Rua D. Manuel II (Del. de 16/05/1906)	Rua Teófilo Braga	Rua Teófilo Braga
5	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua do Poço	Rua Infante D. Henrique (Del. 09/08/1960)
6	Areia do Pocinho	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas	Rua das Caravelas
7	---	Rua do Cais	Rua do Cais	Rua do Cais	Rua Consª Dr. José Pereira (Del. de 11/02/1905)	Rua Consª Dr. José Pereira	Rua Consª Dr. José Pereira
8	Mar de Bairros	Areia do Pocinho	Beira Mar	Beira Mar	Rua da Beira-Mar (Del. 14/08/1907)	Rua Miguel Bombarda	Rua Miguel Bombarda
9	Largo da Matriz	Largo ou Praça da Matriz	Praça da Matriz	Largo do Mercado	Largo Dr. João Pereira (Del. 14/01/1905)	Largo Dr. João Pereira	Largo Dr. João Pereira
10	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz	Rua da Matriz
11	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela	Rua da Capela
12	Rua Direita	Rua Direita	Rua Direita	Rua Direita	Rua Direita	Rua Alm. Cândido Reis	Rua Maestro Frcª Lacerda (Del. 06/01/1964)
13	Rua do Oiteiro	Rua do Oiteiro	Rua do Oiteiro	Rua do Oiteiro	1/2 Rua de S. João (Del. 28/04/1900)	1/2 Rua Dr. Miguel Teixeira (Del. 28/04/1900)	Rua Dr. Miguel Teixeira
14	Rua onde correm os cavalos	Rua das Freiras	Rua das Freiras	Rua D. Pedro IV	Rua D. Pedro IV	Rua V de Outubro	Rua Guilherme da Silveira (Del. 14/02/1948)
15	Rua das Procições	Rua de São José	Rua de São José	Rua de São José	Rua de S. José	Rua de S. José	Rua de S. José
16	---	---	---	Travessa de S. José	Travessa de S. José	Travessa de S. José	Rua Gago Coutinho (Del. 10/05/1972)
17	Ribeira ou Grota	Rua da Galera	Rua da Galera	Rua da Galera	Rua da Galera	Rua do Corpo Santo	Rua do Corpo Santo
18	Rua do Sarmento	Alcaçarias	Rua do Açougue	Rua de Stª Cruz	Rua do Corpo Santo (Del. 04/06/1904)	Rua do Corpo Santo	Rua do Corpo Santo
					Rua Da Conceição (Del. 05/07/1902)	Avenida da Conceição	Avenida da Conceição
					Avenida da Conceição (Del. 04/06/1904)		
19	Rua de Galas Lopes	Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco	1/2 Rua de S. Francisco (Del. 09/05/1896)	Rua de S. Francisco	Rua de S. Francisco
					1/2 Rua Cunha da Silveira (Del. 09/05/1896)		
20	---	---	---	---	Rua Cunha da Silveira	Rua Cunha da Silveira	Rua Cunha da Silveira

Relação das ruas da Vila das Velas (continuação)

Nº	Séc. XV e XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Século XIX (Del. 11/05/1878)	Séc. XIX (último quartel e princípio do Séc. XX)	Séc. XX (Del. 22/10/1910)	Séc. XX Deliberações posteriores
21	Rua do Oiteiro	Rua do Oiteiro	Rua do Oiteiro	Rua do Oiteiro	1/2 Rua de S. João (Del. 28/04/1900)	Rua de S. João	Rua de S. João
22	---	---	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro	Rua do Cavaleiro Rua Pedro Roberto (Del. 18/01/1908)	Rua Dr. Manuel Arriaga (Del. 07/12/1912)	Rua Dr. Manuel Arriaga
23	Canto	Canto	Canto Stº Antão	Largo Stº Antão	Largo Stº Antão	Largo de Stº Antão	Largo Stº Antão
24/25	Grota	Ribeira (Estaleiro)	Grota	Rua da Grota	Rua da Grota	Rua da Grota	Rua da Grota
26	---	---	---	---	---	---	Rua D. Beatriz de Melo (Del. 06/01/1984)
27	---	---	Canada do Correia (Iª Conf. Matríz Velas-1793)	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge	Rua Manuel Jorge
28	---	---	---	---	---	---	Rua Dr. Machado Pires (Del. 22/02/1967)
29	---	Canada do Livramento	Canada do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Rua do Livramento	Avenida do Livramento (Del. 21/01/1984)
30	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Canada do Mar	Rua do Mar (Del. 21/01/1984)
31	---	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Canada da Ermida	Rua do Livramento (Del. 21/01/1984)
32	---	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Rua das Cruzes	Avenida das Cruzes (Del. 04/06/1904)	Av. 19 de Outubro de 1910	Av. 19 de Outubro de 1910
33	---	Caminho dos Cavalos	Caminho dos Cavalos	Caminho da Piedade	Caminho da Piedade	Caminho da Piedade	Caminho da Piedade
34	Valado	Valado	Valado	Rua do Saco	Rua do Saco	Rua do Saco	Rua do Saco
35	Travessa do Penedo	Travessa de S. Gonçalo	Travessa de S. Gonçalo	Travessa de S. Francisco	Travessa de S. Francisco	Travessa de S. Francisco	Travessa de S. Francisco
36	---	---	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João	Travessa de S. João
37	---	---	Rua Nova	Rua Nova	Rua Dr. João Teixeira (Del. 22/03/1890)	Rua Dr. João Teixeira	Rua Dr. João Teixeira
38	---	---	---	Praça Municipal ou Praça Nova	Jardim Municipal	Jardim da República	Jardim da Republica
39	---	---	---	---	---	---	Rua João Soares de Albergaria de Sousa (Del. 21/01/1984)

#### IV - HISTÓRIAS

Esta parte do nosso trabalho pretende inserir uma série de ligeiras monografias que versarão as construções de carácter religioso – igrejas, conventos e ermidas; as de carácter civil – Misericórdia, Câmara Municipal, Palácio da Justiça, Delegação Marítima, Quartéis da Guarda Fiscal e Polícia; construções de natureza militar – fortalezas, fortes e redutos e outras instalações de interesse público.

Pretende-se que sirva de complemento à parte anterior onde falámos dos arruamentos da Vila, preenchendo, como aditamento, a noticia das construções e das ruas onde se situam.

##### 1 - Igreja Matriz de São Jorge

Do testamento do Infante Dom Henrique, feito na sua Vila de Sagres, em 13 de Outubro de 1460, encontramos a seguinte verba: . . . «Item, ordenei e estabeleci a Igreja de S. Jorge na ilha de S. Jorge» (116). Pela simples leitura se deduz que à data do testamento, a Igreja de São Jorge, nesta Villa, já existia construída, e sendo assim, e sendo certo ter o Infante falecido no ano em que testou, pensamos ser anterior a esta data a primitiva construção. Qual a data certa? Ignoramo-la. Não a diz o erudito jorgense que foi o Dr. João Teixeira Soares de Sousa. Afirma no entanto ser anterior a 1460. O que se presume é ter sido o primitivo templo de diminutas proporções e de fraca construção. Isto relaciona-se com o facto de 1570, por mercê de El-Rei Dom Sebastião, ter sido enviado de Lisboa o retábulo que hoje se admira na Capela-Mór, já um pouco abastardo e em barroco

---

(116) *Arq. Açores - Vol. I, pág. 334.*



*Igreja Matriz de S. Jorge (fachada norte)*

primitivo, retábulo este que, por não caber na Capela da primitiva Igreja, se manteve desmontado durante cerca de 36 anos, e foi objecto de reparo em 1606. Nesta data, promoveu-se o alargamento da Capela-Mór e ali se instalou aquela peça artística, mas ainda ficou o restante corpo da igreja em precárias circunstâncias.

Mais tarde aprovou ao Corregedor Dr. Domingos Pereira da Silva, por provisão de 6 de Maio de 1664, ordenar a reconstrução do corpo da igreja, visto aproveitar-se a capela-mór, o que foi feito pelo architecto Francisco Rodrigues, tronco dos famosos mestres Avellares, que tantas obras deixaram depois, de fino aparelho, por esta ilha fóra, em sucessivas gerações.

A Matriz de S. Jorge por estas obras, atingiu o tamanho que possui ao presente, com as suas três naves de arcaria simples de volta inteira, em tufo cinzento, material

muito ao gosto da época.

Por volta de 1785 e a expensas do então beneficiado da Matriz, Padre Manuel Joaquim da Silveira Machado, a parte exterior do lado norte foi beneficiada. Erigiu-se a capela de N. S. das Dores e deu-se início à torre actual, completada em 1825 pelo vigário Padre António Pereira Cardoso. A cobertura actual da Igreja efectuou-se em 1906, por subscrição pública e a fachada principal e sul reconstruída em 1930 (117).

Em 1963 reconstruiu-se a sacristia do lado sul dado o estado de ruína em que se encontrava, obra que foi custeada pela Matriz, Obras Públicas da Junta Geral e Câmara Municipal, segundo projecto do Eng<sup>o</sup> Manuel Rodrigues de Miranda, então Director de obras públicas distritais, e cuja fiscalização esteve a cargo do Eng<sup>o</sup> José Maria de Melo.

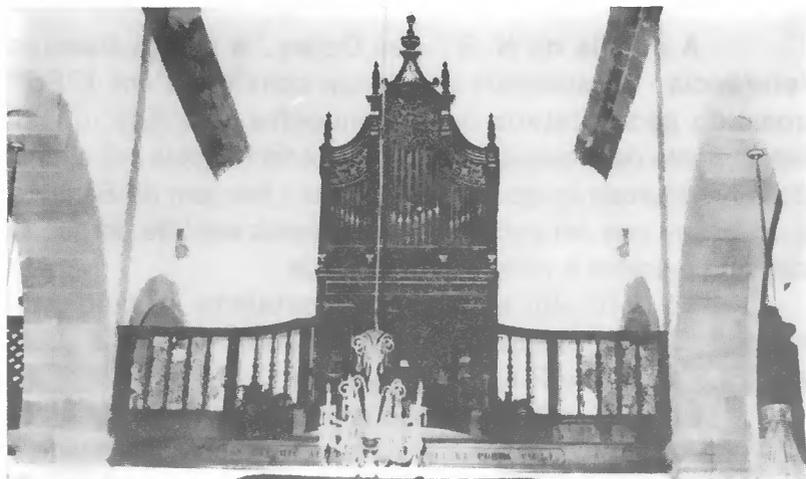
A crise sísmica de 1964 arruinou a fachada principal deste templo. Foi restaurada sob projecto do Arq<sup>o</sup> Francisco Augusto Batista. Nessa altura foram limpas as cantarias interiores e feitos outros melhoramentos, entre eles o pavimento, que ficou assoalhado em mogno.

Nela existem ao presente as seguintes capelas: Do Santíssimo Sacramento, do Senhor Jesus e de Nossa Senhora das Dores e os altares laterais do Sagrado Coração de Jesus, da Senhora da Boa Viagem e de Nossa Senhora de Fátima e a capela do Senhor dos Passos no antigo baptistério.

As capelas do Santíssimo Sacramento e a do Senhor Jesus são adoçadas à Capela-Mór sendo a cobertura em abóbada de berço em basalto trabalhado com os símbolos próprios das suas finalidades. Tem bons altares.

---

(117) «A propósito de um restauro...» in «A União», de 22/11/1955 - J.C. Ávila.



*O orgão em cone alto construído por Tomé Gregório de Lacerda  
(Igreja Matriz de S. Jorge)*



*Altar-Mór (Igreja Matriz de S. Jorge)*

A capela de N. S. das Dores, a que já fizemos referência, presumimos que fosse construída em 1785, como da pedra datada que se encontra colocada no entabelamento de empena exterior da mesma capela. O altar é de talha dourada ao gosto da época e a Imagem da Senhora é do melhor que em escultura sacra temos em São Jorge. O conjunto é solene e notável na sua traça.

No coro alto encontra-se instalado, e hoje restaurado, o órgão construído expressamente para esta igreja em 1865 por Tomé Gregório de Lacerda.

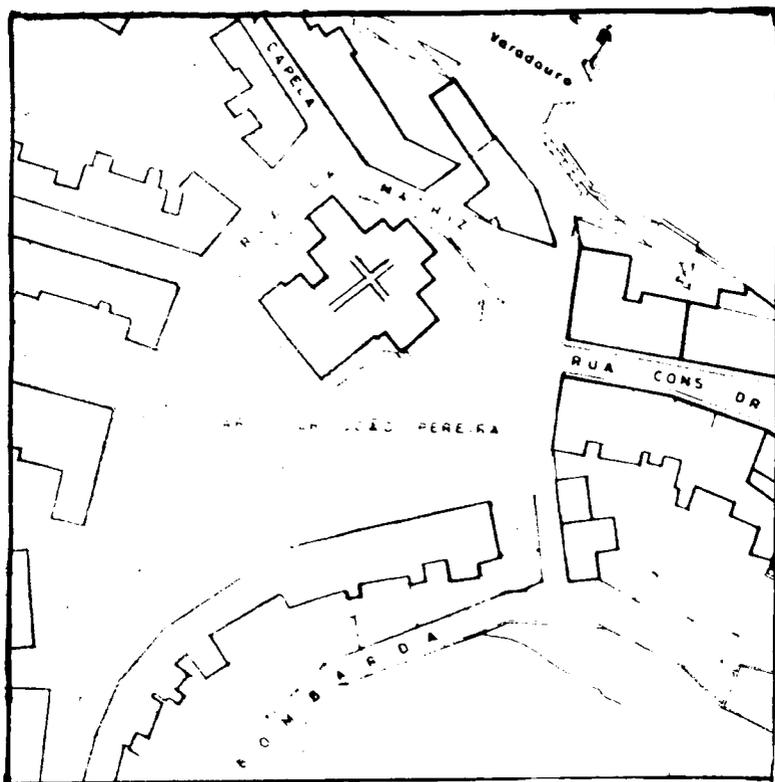
No lado norte em salão anexo está instalado o arquivo paroquial que contém preciosa documentação desde o século XVI e um pequeno museu onde estão arrecadadas alfaias, paramentos e imagens que, no seu conjunto constituem o mais valioso espólio existente no género nesta Ilha.

Deste templo juntam-se as plantas de localização e fotografias que colhemos.

*Igreja Matriz de S. Jorge, da Vila das Velas*

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



## 2 - Convento de São Francisco

O primitivo Convento Franciscano das Velas, não se situou onde existe a construção que foi convento daquela Ordem Religiosa e hoje é o Hospital. Convém registar esse facto, antes de nos referirmos propriamente ao edifício que foi o seu último convento.

---

Recuemos no tempo e antes de falarmos na fundação do Convento dos Franciscanos nesta Vila, vamos referir o que se passou antes da sua chegada às Velas. Trata-se da instalação dos frades de S. Agostinho, que aqui precederam os Franciscanos, e disso nos dá notícia o Arquivo Municipal das Velas, no termo lavrado em 10 de Janeiro de 1559. Eis o que ali se escreveu:

«Acordo sobre a casa de nosa senhora da conceição ser mosteiro - Em os dez dias do mes de Janeiro de mill b<sup>o</sup>l<sup>a</sup> biii digo de mil b<sup>o</sup>l<sup>a</sup> nove anos, forão juntos em camara, a campam tamgida, ho povo com o senhor ouvidor he juizes he vereadores deste presente ano he procurador do concelho, convém a saber, Joam Nunez juiz he Simão Fernandes Coadrado outrosi juiz he os vereadores Cristovão Diaz he roge Annes, he Belchior Gonçallvez procurador do concelho com os governadores da terra he povo meudo, hos quaes praticarão logo que seria bem de darem a casa de Nosa Senhora da Conceição desta Vila para mosteiro de frades da Ordem de Sancto Agostinho isto por esta terra ser onde nunca regidem nenhuns pregadores he tendo esta casa relligiosos seria caso de senpre ter aqi pregadores he porque ora

tinhão aqui ho padre frei António Furtado licenciado que reside na dita casa he é tão aceito ao povo por seu bom viver he grande enxemplo (sic) he doutrina que ensina de que este povo careçe muito . He posta a esta prática logo todo ho povo a hũ voz dixeram que erão contentes que a casa fosse da dicta ordem he a sometião he davão a São Joam de Latrão de Roma e qerião que fosse mosteyro contanto que ho padre frei António que ora está na dicta casa seja o reitor he ministrador das cousas della porquanto ho povo todo crama que se não vá daqui . He muitos chorando ho requeirão na dicta camara aos juizes he vereadores que logo fizesem este acordo porque se nos não fosse daqui este padre he que todo ho povo que os dictos juizes he vereadores fizesem com ho procurador do concelho as obrigações que quisesem à dicta ordem he podessem escrever ao senhor bispo que favore(cese) este povo em este caso por ser de tanto servi(co) de Noso Senhor he dê licença ao dicto frei António pera que elle posa pôr ha Bulla do Santo Padre que tem na dicta casa he outras relliquias de sanctos que traz na dicta casa a quall obrigação e a doação farão com conselho do senhor Bispo ou como lhe bem parecer . He mandarão os dictos hofficiaes a mim esprivão fazer este auto da maneira que pasa he que a davão a dicta casa pera o dicto mosteiro de São Joam de Latrão he requeiram que lhe dem logo a pose contanto que a dicta casa sempre seja da vocação de Nosa Senhora da Conceição como agora hé he que da pose posão dar estormentos pubriqos ou rasos como lhe melhor parecer . He asinarão aqui todos . Joam Varella esprivão da camara ho esprevi . Declararão hos dictos moradores que o asinavão com as deçrarações acima e atras conteudas neste auto . Joam Varella ho esprevi . Guilherme Silveira – Simão Fernandez coadrado – Christovam Diaz – Joam Nunez – Roque Anes – Joam Diaz – Joam Varella – António Nunez – Andre Manoell

- Pero Afonso - Francisco Fernandez - Pedro Diaz - Pero Anes - João Gomez . . . etc» (118).

---

Ora pela morte ou ausência de frades que costumavam pousar na dita casa, nenhuns outros os substituíram, pois a Câmara das Velas na sua vereação de 3 de Novembro de 1602 (119) deliberou escrever ao Provincial da dita Ordem de S. Agostinho, mostrando os desejos do povo da Vila de ter quatro Padres da dita Ordem, a saber: Um pregador e prior, outro para conselhos e ajudar a confessar, outro para ensinar gramática e outro para servir, edificando assim o mosteiro da sua Ordem na Igreja da Senhora da Conceição, para cujo fim o povo dava as ajudas conforme a sua devoção, além da Igreja, ornamentos e mais coisas e que para as obras necessárias se tomasse um empréstimo de 350,000 réis de que lhes faziam doação. Nada se conseguiu.

Durante os quarenta anos antes referidos a presença dos frades de S. Agostinho, nesta Vila, foi eventual e esporádica. Não tiveram a permanência e a fixação que o povo pretendia.

Aqui vamos entroncar o aparecimento da Ordem Franciscana, nas Velas, socorrendo-nos do relato de frei Agostinho de Montalverne, inserto na «Crónica da Provincia de São João Evangelista das Ilhas dos Açores», nas suas mais importantes passagens.

O convento franciscano teve como primeira fundação a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, junto ao mar, on-

---

(118) Vereações da Câmara das Velas (Ed. 1984 - Dr. Ant. Santos Pereira).

(119) Arq. Mun. das Velas - Vereações de 1602.

de hoje se situa o castelo de Nossa Senhora da Conceição (central eléctrica). Para as obras naquela Ermida, João Álvares, tecelão, por seu testamento de 23 de Julho de 1518, deixara uma casa, com obrigação de missas. Também João Dias, Ouvidor e sua mulher Bárbara Dias, por testamento de 13 de Julho de 1544 deixaram casa e cerrado que tinham junto da Ermida da Senhora da Conceição, com obrigação de missas.

No capitulo celebrado em Angra em 1 de Novembro de 1607 presidido pelo Padre Frei António das Chagas, em virtude dos pedidos do povo desta Vila para fundação de um convento, este trazia licença do Provincial dos Algarves para o efeito e aceitou a fundação do mesmo na dita Ermida ou Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Para o efeito foram mandados os seguintes religiosos que chegaram a esta Vila em 24 de Abril de 1608: Padre Frei Vasco Garcia, presidente e fundador, o pregador Padre Frei



*Convento de S. Francisco, hoje Hospital*

Francisco de São Boaventura e o leigo Frei António de São Lourenço. Foram instalados na referida Igreja com o patrocínio do Capitão-Mór Garcia Pereira Sarmento.

Nesse mesmo dia o Vigário e Ouvidor desta Vila, Padre André Gomes Frois lhe entregou as chaves dos aposentos anexos à Igreja, na presença dos oficiais da Câmara, Jorge Gomes e António Garcia Sarmento, João Teixeira e Belchior Barreiros, do procurador do Concelho António Gonçalves Fagundes, procuradores dos mestres António Calado e Álvaro Rois e mais pessoas da Vila.

A fundação foi aceite e cumpridas as formalidades necessárias em 20 de Junho daquele ano de 1608, pelo Padre Provincial do Algarve, Frei António de Mendonça.

Como houvesse demora no cumprimento das formalidades acima referidas, muitos habitantes das Velas, querendo a toda a força um convento, pediram aos religiosos de Nossa Senhora da Graça, da Ordem de S. Agostinho, para na dita Igreja já cedida aos Franciscanos, mas sem fundação formalizada, virem fundar um convento da sua Ordem.

Daqui um episódio curioso que vamos transcrever da obra já citada, de Frei Agostinho de Montalverne:

«Sucedeu que os Agostinhos e os Franciscanos, partiram uns e outros de Angra, cada uns no seu barco. Os Franciscanos chegaram primeiro e imediatamente, se meteram de posse da Igreja. Quando os outros chegaram, não os consentiram. Regressaram a Angra e promoveram demanda, da qual vieram a desistir, pelo termo lavrado em 31 de Agosto de 1608 nas casas do Arcediago da Sé, licenciado Manuel Gonçalves Pacheco, transferindo para os Franciscanos todo o direito que tinham na Ermida de Nossa Senhora da Conceição e pedindo ao povo desta Vila das

Velas , aceitassem os ditos padres Franciscanos . Vendo-se o Padre fundador Frei Vasco Garcia com os seus companheiros em pacifica posse , fizeram um dormitório terreiro com quatro celas e foram crescendo tanto em virtude e número que no Capitulo celebrado em Angra a 29 de Setembro de 1610 foi este Convento feito Vigararia in capite , sendo seu primeiro Vigário , Frei Francisco das Neves . Continuou o progresso conventual e no Capitulo de 22 de Julho de 1626 , foi este Convento feito guardiania . Foi seu primeiro Guardião , Frei Cristóvão da Conceição»

---

Ainda quanto a este Convento , passamos a transcrever alguns trechos da conferência que preferimos no Cine São Jorge , nesta Vila , em 17 de Outubro de 1982 , por ocasião das comemorações do oitavo centenário de São Francisco de Assis e que inserimos no boletim municipal (120).

E foram correndo os tempos até que chegou o dia 21 de Dezembro de 1641 . Era dia de S. Tomé e quarta Domingo do Advento . O mar «empolou-se» de sorte que dominando o Morro dos Fachos (Morro Grande) , com três marés , levou o dormitório do mar e varandas deixando apenas três celas .

A gente da Vila , ficaram uns por debaixo das águas , outros sobre os tectos . Houve cinquenta feridos , mas nenhum morreu . Os frades recolheram-se nas três celas que escaparam e em dois cubículos que fizeram .

O padre Provincial , Frei Mateus da Conceição , estava em São Miguel , tendo sabido a noticia deste acontecimento pelo Conde D. Rodrigo da Câmara , que lhe disse

nada ter escapado do Convento, mas que nenhuma pessoa morrera. A resposta do Padre Provincial ao Conde é curiosa: Viva Vossa Senhoria muitos anos, que me não podia dar melhor nova que esta por que eu assim o desejava da primeira vez que nele entrei por estar imperfeito. Deus que o desfez, dará com que se faça outro que pareça Convento».

No principio de Maio de 1642 veio o Padre Provincial de S. Miguel à Terceira e dela a esta Vila, encontrando os frades recolhidos nas três celas e dois cubiculos, com o mais que tinham reparado do arruinado convento. Recolheu-se com eles, onde o veio ver o clero, a Câmara, nobreza e povo.

Em dez de Maio daquele ano de 1642 ajuntaram-se na Câmara os juizes Pedro Afonso Machado e Belchior de Lemos, os vereadores Simão Fernandes de Sequeira e André Fernandes de Ceia, o procurador do concelho João de Lima, o Ouvidor das Justiças Valério Lopes de Azevedo e o Sargento-Mór Amaro Soares, que servia de Capitão-Mór na ausência do titular Manuel Correia de Mello e ainda os religiosos, dito provincial, o Guardiã do Convento Frei Francisco da Assunção, o Vigário da Matriz Padre Pedro Furtado Coelho, a nobreza e o povo da Vila. Da reunião resultou o concenso de que o Convento não devia ser reedificado onde estava, por ser a terceira vez que o mar destruia aquele lugar. Por consentimento comum ajustaram a mudança para a Ermida de São Lázaro, onde está hoje, tendo os religiosos, de imediato, desistido do direito que tinham na Ermida da Senhora da Conceição. Logo se abriram os alicerces.

A 18 de Maio daquele ano de 1642, o guardião Frei Francisco da assunção colocou a primeira pedra e em dia igual do ano seguinte (1643) estava acabado o Convento, a Igreja com o seu côro, retábulo, dormitórios, celas, corredores, todas as oficinas, campanário com sinos e tanque de água para 150 pipas.

No convento velho trabalhara-se durante 34 anos sem «ter coisa que fosse perfeita» e «em um ano se fizera este que ficara perfeito».

Os religiosos mudaram-se a 17 de Janeiro de 1643 em procissão solene, trazendo o Santíssimo Sacramento.

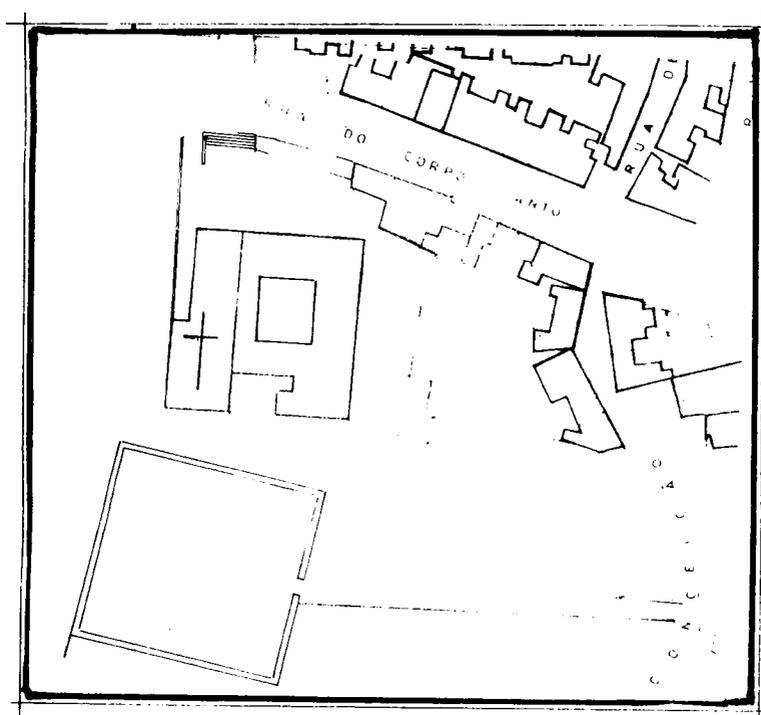
Por ser obra de Deus tudo se fez sem dificuldades. E ali estiveram mais 195 anos dos 228 que permaneceram nesta Vila.

Juntamos a planta topográfica com a indicação da área do extinto Convento e fotografia do edifício, presentemente servindo de Hospital.

*Convento dos Franciscanos*

*Localização - Esc: 1/1000*

*Ano 1957*



### 3 - Convento de Nossa Senhora do Rosário

Este Convento de religiosas da regra de Santa Clara de segunda ordem de São Francisco de Assis, foi fundado pelo Padre Amaro Teixeira Fagundes, beneficiado da Matriz desta Vila. Era filho de Amaro Teixeira Fagundes e de sua mulher Joana Fernandes de Sequeira. Nasceria a 4 de Outubro de 1620, em Rosais (121).

Conhecedor das dificuldades na educação de meninas, que para isso tinham de se recolher aos Conventos da Terceira, entendeu o Padre Amaro Teixeira Fagundes proceder à fundação deste estabelecimento. Adquiriu a Francisco de Mello o terreno necessário.

Passamos a transcrever a «Lembrança da fundação do Convento de N. S. do Rosário», que é da autoria do Dr. João Teixeira Soares de Sousa (122):

«Sendo uma ou a maior felicidade que constitui a um herói ilustre a prudente direcção que regulando os directos ditames de suas acções se elevam a actos tão heróicos e sublimes, que ainda depois do corte da cruel Parca se eternizam como firmes monumentos e imortais pregoeiros, que prevalecendo contra a duração dos séculos se perpetua sua memória nos anais da fama, e sem temor do esquecimento se eternisa na lembrança dos vindouros seu nome: bem assim o do ilustre e nobre fundador deste Convento o Reverendo Padre Amaro Teixeira Fagundes, não só pelo antigo de sua nobreza, mas pela prudente e admirável resolução a que se elevou em edificar este sumptuoso Mosteiro, que erigiu como imortal padrão em que para sempre ficará eternizado seu nome».

---

(121) *Arq. Mun. Velas «Genealogias» de J.C.S. Avellar, fl. 44.*

(122) «*O Jorgense*», nº 2, 3 e 4, de 1 e 15 de Março e 1 de Abril de 1871.

«Nasceu este nobre fundador o muito reverendo Padre Amaro Teixeira Fagundes em 4 do mês de Outubro de 1620 em o lugar de Rosalles, desta ilha de S. Jorge, paróquia de N. S. do Rosário aonde foi batisado, filho póstumo de Amaro Teixeira Fagundes e de sua mulher Joana Fernandes de Sequeira, neto pela parte paterna do Capitão Baltazar Dias Teixeira e de sua segunda mulher Francisca Gaspar Fagundes, e pela materna neto de João Fernandes Beirão e de sua mulher Isabel Pires, todos pessoas nobres e das famílias mais ilustres desta Ilha de S. Jorge».

«Passou sua mãe a segundo matrimónio com Pedro de Almada Amarante, homem nobre e principal nesta Vila para onde veio morar e viver com ele, trazendo consigo o dito seu filho Amaro Teixeira Fagundes. Faleceu sua mãe ficando ele de idade de 13 anos. Recolheu-o a sua casa nesta orfandade em que ficou de pai e mãe, o Padre António Gonçalves Leme, beneficiado confirmado na Matriz desta Vila, seu tio, irmão de sua mãe defunta, o qual criou nas escolas desta Vila com intento de nele fazer casa, e por que ele o recusou dando a entender queria ser sacerdote o mandou continuar os seus estudos na cidade de Angra da ilha Terceira. E neste tempo faleceu o sobredito seu tio, e em uma verba do seu testamento mandou a seu herdeiro o Capitão Custódio Gonçalves Leme que à custa da sua fazenda sustentasse ao dito seu sobrinho o Padre Amaro Teixeira Fagundes até com efeito conseguir ordens sacras, e por ser naquele tempo sé vacante se embarcou a Lisboa onde se ordenou no mês de Junho do ano de 1645. Recolheu-se a esta Vila sacerdote, tomou posse dos bens assim patrimoniais como hereditários, e juntamente dum benefício na Matriz dela, e daí a poucos anos entrou a servir de Ouvidor Eclesiástico em toda esta Ilha, e por incapacidade do Vigário próprio Pedro Furtado Coelho, serviu de vice-vigário na dita

Matriz até Abril do ano de 1657, que entrou a servir o novo proprietário Baltazar Dias Teixeira, e tomando outra vez a ocupação do seu benefício procedeu nele com toda a circunspecção, exemplo e satisfação, e sendo dotado de grande entendimento que em todos os negócios de maior importância era consultado, muito zeloso do serviço de Deus e por esta razão foi Provedor da Casa da Misericórdia e um dos fundadores da ordem terceira da Igreja de S. Francisco desta Vila sendo o primeiro ministro dela, cuja ocupação repetidas vezes serviu».

«Considerando as pessoas nobres e principais desta Vila o grande desconforto e risco que padeciam na condução das suas filhas para a ilha Terceira para lhes darem o estudo religioso por não haver Convento nesta Vila, e entendendo que o Padre Amaro Teixeira Fagundes se achava com cabedais e independente de herdeiros para conseguir a obra dum mosteiro nesta Vila, lhe comunicaram a sua vontade e o bem comum que resultava de obra tão pia e necessária para o comum crédito e honra da ilha, e que sendo ele uma pessoa principal e zelosa do serviço de Deus e amante da sua pátria o consideravam capaz deste relevante serviço; passados alguns dias depois que se lhe propuseram e representaram motivos tão superiores se resolveu o dito Padre e condescendeu entre todos este negócio se ajustou por uma escritura a obra do mosteiro em o mês de Agosto do ano de 1678 e que o novo mosteiro seria edificado nesta Vila com o titulo e invocação de Santa Cruz. Posto nestes termos o intento logo o dito Padre procurou licença do Snr. Nuncio e de S. Magestade e deu principio à compra do sitio e massames, correndo assim o tempo e conseguido o Breve do Snr. Nuncio, entrou a governar este Bispado o Snr. Bispo D. Frei João dos Prazeres, a quem logo o reverendo fundador deu parte da sua resolução, que o reverendo Prelado

muito louvou e agradeceu, aceitando a doação que este fundador fez de todos os seus bens, para a fábrica e factura do novo mosteiro, que seria da invocação de N. S. dos Prazeres, por ser assim a devoção do reverendo Bispo, em que consentiu o fundador, que logo deu principio à factura da igreja e mosteiro, em o ano de 1686 no mês de Junho, e se continuou por alguns anos, suposta a desconfiança do cumprimento desta obra pela dificuldade de licença de Sua Magestade, que se não podia conseguir, mas nem por esta dúvida deixou o reverendo fundador de continuar a obra com tanto zelo e fervor que a acabou com todas as oficinas necessárias, e neste tempo governava o Bispado o Snr. Bispo D. António Vieira Leitão, o qual vindo de visita a esta Ilha no fim do mês de Julho do ano de 1696 e entrando e vendo a obra tão perfeita e quási de todo acabada se resolveu a benzer a igreja em os trinta dias do mês de julho do dito ano com o titulo de N. S. do Rosário, e por que faltava a licença de S. Magestade para aquela fundação se não procedeu a mais, ficando inabitável aquela obra, mas como era de Deus houve as dificuldades que a detiveram tanto tempo, mas nunca cessaram na côrte os requerimentos deste despacho, até que se conseguiu por uma nova forma, concedendo S. Magestade licença para a fundação deste Convento que seria só de 30 religiosas professoras conforme com o breve do Snr. Nuncio que se lhe apresentou, e com a condição e clausula que nenhuma das religiosas que professasse nele seria dotada, mas que sòmente lhe assinariam uma congrua e tensa de trigo e dinheiro para sua sustentação enquanto viva e por sua morte cessaria esta obrigação, ficando a pessoa que a dotasse livre de toda a pensão, e que a freira nunca poderia ser herdeira de bens alguns ainda que patrimoniais fossem».

«Chegada esta licença em o ano de 1701, e sendo

apresentada ao Snr. Bispo D. António Vieira Leitão mandou fazer as diligências necessárias e se declarou que cada freira que entrasse e professasse neste Mosteiro seria com a tença em quanto fosse viva de um moio de trigo e quinze mil réis em dinheiro e de propina por uma só vez quarenta mil réis, vinte para as obras da sacristia e a outra parte se depositasse em um arquivo para se despender à ordem do Prelado, declarando também que o Padroeiro e fundador teria dois lugares perpetuos no mesmo mosteiro, para suas parentas, morta uma entraria outra. Dispostas as coisas nesta forma, e as necessárias para a fundação se embarcou o Snr. Bispo D. António Vieira Leitão no porto da cidade de Angra com o seu Vigário Geral o Doutor Manuel Pacheco de Melo e Faria em um barco da mesma ilha e em outro desta Vila as reverendas Madres D. Joana da Cruz, D. Francisca de Jesus Maria e Maria de S. Pedro, religiosas professoras no Convento de Nossa Senhora da Esperança da mesma cidade com o seu pai espiritual o reverendo Padre João de Mendonça Furtado beneficiado confirmado na Paroquial de N. S. da Conceição da mesma cidade e fazendo viagem para esta ilha chegaram ao porto desta vila em um Domingo das doze para a uma do dia 17 de Junho do dito ano de 1703 e sendo notória nesta Ilha a sua chegada pelo sinal que se deu com uma peça de artilharia, em breve tempo concorreu toda a nobreza e povo desta jurisdição, achando-se presentes o Corregedor desta Comarca o Doutor Francisco Cordeiro da Silva, e o Capitão maior desta Vila, Gabriel Pereira de Sousa e o Sargento-mór Amaro Soares de Sousa o qual no entretanto que o Corregedor e o Capitão mór embarcados em um batel foram conduzir o Snr. Bispo para a terra fez com toda a brevidade a som de caixas tocadas ajuntar a gente das companhias desta Vila com os seus capitães e mais oficiais dispôs o recebimento do Snr. Bispo e das Reverendas fundadoras que es-

tavam para desembarcar, e estando já no cais o colégio da Matriz desta Vila, cujo Vigário era o Doutor João de Sousa Pacheco, presidente do côro o Reverendo fundador Padre Amaro Teixeira Fagundes e mais beneficiados o Padre Paulo Gomes Machado, o Padre Aleixo da Silveira e Ávila, o Padre Manuel Cardoso de Sequeira, o Padre João Teixeira Ferro, e o Padre Leonardo Pereira de Lemos, e Curas o Padre Manuel Machado de Sousa e o Padre José de Sousa da Silveira e mais clérigos desocupados desta Vila e a comunidade de que era guardião Frei José de Santa Catarina desembarcaram as fundadoras das 2 para as 3 da tarde daquele dia por cima de pranchas de tabuado que estava do cais ao caravelão em que vieram com repetidas salvas de artilharia de todas as fortalezas e saindo do cais acompanhados do clero, religiosos, oficiais da Câmara e mais nobreza, subiram a rua do cais que já estava por um e outro lado guardada de soldados guiados pelos capitães Gabriel Pereira de Sousa e Sebastião de Sousa da Silveira até ao adro da Matriz desta Vila aonde entrou o dito Snr. Bispo com as 3 fundadoras, fizeram oração ao Santissimo Sacramento, receberam a benção da Santissima Eucaristia, o que fez o Padre Cura José de Sousa da Silveira por mandado do Ilmo. Snr. Bispo e saindo da Igreja pela porta travessa que está para a parte norte acharam formado o acompanhamento de gente e companhias, e caminhando pela rua do Espirito Santo onde está a igreja da Misericórdia em que também entraram, feita oração saíram com o mesmo acompanhamento pela rua acima, chegando ao primeiro canto dela viraram pela rua da pela e descendo pela rua que vai a S. Francisco, chegaram ao canto da rua nova, e descendo por ela abaixo foram entrar pela porta principal da Igreja do Mosteiro e Nossa Senhora do Rosário e detendo-se algum tempo orando entoaram as três fundadoras à Senhora e sua antifona - Tota pulchra

est Maria – e houve muitos dos que estavam presentes que derramaram muitas lágrimas de alegria por verem cumpridos seus antigos desejos, e logo saindo da Igreja entraram neste Mosteiro pela porta regal com 4 famulas, que consigo trouxeram do convento donde saíram».

Esta obra grandiosa de que ainda hoje restam vestígios de certa imponência. Custou cerca de 30.000 cruzados ao seu fundador.

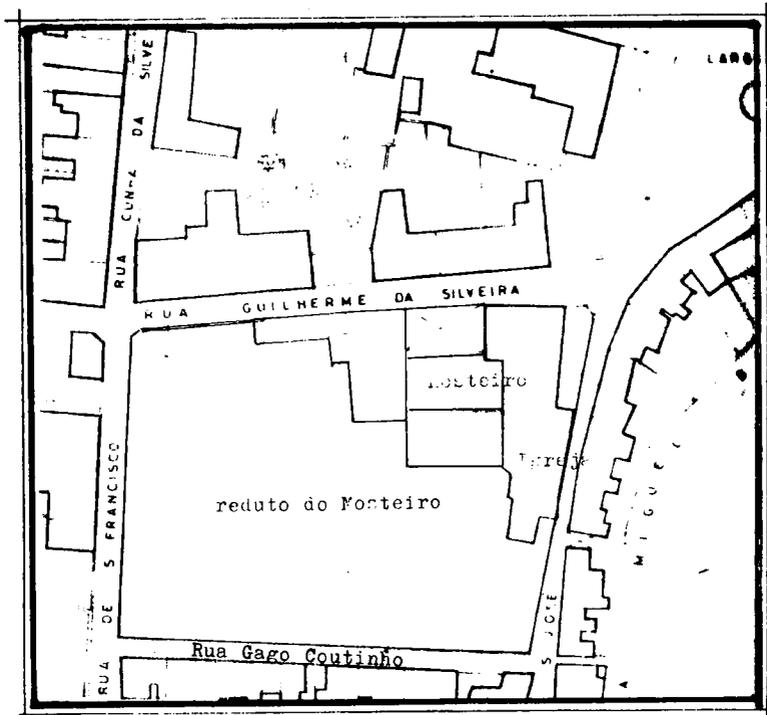
Durou cento e trinta e três anos como Convento.

Juntamos uma planta de localização do que constituiu o Convento de N. S. do Rosário desta Vila.

*Convento de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário*

*Localização - Esc: 1/1000*

*Ano 1957*



Mas, os Conventos, tiveram nesta Vila das Velas e até nesta Ilha de S. Jorge, marcado interesse nos campos cultural e assistencial, não falando, por descabido, na sua importante acção religiosa.

Da nossa conferência a que já aludimos, conforme nota de roda-pé nº 120 deste trabalho, vamos reproduzir as passagens que consideramos de interesse por pouco conhecidas, e que alcançamos por aturada busca para quele fim.

Vejamos o que ali então se disse :

\_\_\_\_\_

Uma das obrigações da Ordem - ensinar gramática (veja-se o testamento do Ouvidor João Dias, já citado), envolvia um processo cultural.

A expressão «ensinar gramática», era a forma sintética, então usada naquelas recuadas eras, e envolvia um conjunto de disciplinas, a que adiante nos vamos referir.

Nas aulas dos conventos Franciscanos leccionava-se português, latim, filosofia, retórica, teologia, música e canto-chão e ainda artes e ofícios, com rudimentos de desenho, carpintarias e trabalhos de forja. Cada aluno externo pagava anualmente meio moio de trigo e uma carrada de lenha de «ramada». As aulas eram de manhã e de tarde e os alunos serviam-se do jantar dos frades. A arte musical envolvia ainda ensinamento de órgão. As pessoas que demonstravam faculdades de inteligência, não podendo satisfazer a «pensão» eram admitidas num laicado especial, aproveitando do ensino, e dando provas de capacidade e aproveitamento, dele beneficiavam inteiramente.

Das notas que temos colhido sobre o assunto, ser-nos-ia possível dar relação de quantos - homens e mulheres

(dado haver conventos de dois sexos), que nesta Vila beneficiaram desse ensino. Era a escola de então. Nos Conventos Franciscanos desta Ilha, muitos foram os que receberam os primórdios da cultura da ilustração. Alguns deles foram depois notáveis universitários.

Por outro lado, no Convento de Nossa Senhora do Rosário (Freiras das Velas), além do ensinamento literário, as aulas (ensinança como se dizia) de bordados, labores finos, cosinha e doçaria, serão talvez ainda hoje lembrados pelos estudiosos, pelo que de perfeito ali se aprendia. Disso, por aqui, alguma coisa ficou.

---

Os conventos foram extintos por decreto de 1834 e em 1836 os religiosos tiveram de deixar os conventos. Saíram «com a roupa que tinham no corpo».

Em consequência desse facto e não tendo o governo tomado as medidas que viessem substituir as aulas dos conventos, criou-se um vazio que, aqui em S. Jorge, a Câmara das Velas pretendeu remediar, criando em 1840 a aula de latinidade. Foram seus primeiros professores José Maria das Dores e Mendonça e João Borges Cândido da Silveira. A diferença é que, pelo custo das propinas e escassês das instalações, o ensino passou a precário, acrescendo ainda a redução de todas as disciplinas ministradas nos conventos a apenas uma - latim.

As aulas conventuais foram o berço em que se criaram e desenvolveram os homens que, mais tarde, deram de si que falar pela sua cultura e acção. Para nós Velenses um só nome lembro: João Soares de Albergaria de Sousa, autor da Corografia Açórica editada em 1822 - primeiro manual de corografia aparecido nos Açores.

Outros – infelizmente – tendo ali recebido o ensino, devido aos ventos que então sopravam, tudo esqueceram que de bom tinham recebido e tornaram-se nos maiores detractores das ordens religiosas, criando dos frades e dos conventos uma imagem negativa que não corresponde à verdade.

Hoje, mercê do pensamento honrado de muitos estudiosos e do conhecimento aprofundado de documentos, está sendo resposta na sua devida posição, a acção destes beneméritos educadores. Foram os frades franciscanos, como recentemente disse alguém «uns beneméritos da instrução».

Relevantes os serviços prestados pelos religiosos e religiosas franciscanas a esta Vila das Velas. Sem exagero a toda a Ilha de S. Jorge.

No campo religioso eram poderosos auxiliares dos párcos, na catequização dos povos, nas frequentes práticas doutriniais, na audição de confissões e em promoverem actos de piedade. Celebravam diariamente, de madrugada, a Santa Missa, para que a ela pudessem assistir os fieis sem prejuízo dos seus trabalhos. Na magestade com que celebravam as funções do culto católico eram verdadeiros modelos.

No campo assistencial eram os conventos franciscanos verdadeiras casas de caridade. Todos os dias, às 11 horas da manhã, havia a «distribuição da fatia pelos pobres». Este acto merece a explicação seguinte: Logo que os frades se encontravam todos à mesa para a refeição, e antes que principiassem a comer, um irmão leigo vinha com um açafate recolher de cada religioso uma fatia de pão – a primeira que se cortava do seu pão – para os pobres, que a vinham receber à portaria, bem como depois os acréscimos daquela refeição, que era de modo abundante, já para aque-

le fim. Só no Convento dos Franciscanos das Velas (Convento de Nossa Senhora da Conceição) a média de pobres contemplados, por dia, com pão e caldo, eram de 50 indivíduos. No Convento do Rosário (freiras) o número de mulheres contempladas aproximava-se da média diária de 20 socorros. Por outro lado, os doentes sem recursos, ali iam buscar as suas dietas.

---

Ora a imprensa velense dos fins do século passado – 1873–1883 – com a rubrica «Frades» extracta parte das contas da receita ou merecido, como se dizia, e despesa dos Franciscanos do Convento de N. S. da Conceição das Velas, referente aos anos de 1709 a 1732, em que o saldo devedor das mesmas contas é avultado. Menciona os gastos relativamente ao número de frades existentes naquela época e naquele Convento. Aproveita essa posição contabilística para tecer critérios depreciativos e desfavoráveis à corporação conventual. Esquece, porém, propositadamente, o valor dispendido com a parte assistencial que os mesmos frades praticavam e o número de pessoas assistidas, – à Portaria –, diariamente.

Esqueceram também – e isso é importante dizê-lo – que essa acção assistencial e caritativa era tão bem aceite pelos que tinham fortuna e bens avultados que, anualmente, quando não mais que uma vez no ano, supriam com o seu óbulo o desequilíbrio das contas, que resultavam do auxilio prestado à parte mais carecida da população.

Outra nota curiosa que aponto: Os frades franciscanos, por imposição da sua Regra, são sóbrios. Tinham duas refeições diárias: uma às onze horas, a principal e outra ao pôr do sol. Um serviço notável também prestavam – o de

albergaria . Nos conventos franciscanos «encontrava o viajante cama para pernoitar e alimento para refazer as forças» .

E ficamos por aqui quanto aos Conventos Franciscanos da Vila das Velas .

#### **4 - Ermida de Nossa Senhora do Pilar**

(hoje vulgarmente chamada do Livramento)

Situa-se na falda do lado nascente do Morro Grande ou dos Fachos e no extremo sul do arruamento que se denomina, actualmente, por rua do Livramento.

Duma nota do erudito Dr. João Teixeira, vamos referir a fundação desta Ermida (123):

«Foi a Ermida do Pilar fundada nos últimos anos do século XVII, à custa do povo desta Vila e sua jurisdição. Foi recebedor dos donativos e administrador da obra, o Sargento-Mór Amaro Soares de Sousa, que por escritura em data de 31 de Janeiro de 1697, lhe fez constituir património em fundo móvel. Já naquela data a Ermida estava erecta e nela colocada a Imagem da Senhora, porém, só em 2 de Junho de 1700, foi passado alvará em nome do Bispo D. António Vieira Leitão, para ser dedicada».

«A propriedade em que está situada pertencia naquele tempo ao Ajudante Gaspar Teixeira de Sousa e denominava-se «terra da Lua».

«A construção actual data do terceiro quartel do século passado (XVIII), por se acharem já então arruinados os materiais da primitiva edificação; é elegante, e mostra bem a grande devoção que ainda então animava os velenses, pela santa imagem do Pilar».

«Tem esta imagem uma lenda, ou antes localizou-se nela a bem conhecida lenda do aparecimento da imagem da Senhora, em localidade sempre preferida e procurada apesar de repetidas trasladações».

«A devoção à Senhora do Livramento, outra imagem colocada naquela Ermida teve a seguinte origem: Viera no sé-

---

(123) «O Respigador», nº 30, de 20/9/7889.

culo passado (XVIII) a esta Vila um estrangeiro católico, que pretendeu, em cumprimento de voto, festejar a Senhora sob aquela invocação, de que ofereceu uma imagem, Domingos de Lagos Armelim, e colocada naquela ermida para aquele efeito, ali permaneceu, principiando só depois a ser festejada desde 1861».

Também do mesmo jornal antes referido, mas não como nota do Dr. João Teixeira Soares de Sousa, encontramos a seguinte noticia: «Teve uma numerosa irmandade, fundada em 1863, que daquela se incumbia e a efectuava com muito esplendor. Foi também a mesma irmandade quási toda constituída de artistas desta Vila, que levou a efeito a construção dum coreto e de uma sacristia, concorrendo muito para esta o sr. Jorge Soares de Avellar, nosso patricio – hoje no Rio de Janeiro – arrostando com a adversidade. Também foi grande protector da irmandade o falecido



Vigário desta Vila o Padre António Martiniano de Mendonça. Não coadjuvou menos o exmo. Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, que no ano de 1870, ofereceu uma nova e bela imagem da Virgem do Livramento que é a que hoje se venera ali. O aumento do adro que oferece um bom passeio, foi também feito, segundo nos informaram, a expensas deste cavalheiro».

«Em 1871 uma comissão de senhoras desta Vila, à qual presidia a exma. sr<sup>a</sup> D. Brites Vitória de Abreu Reis Dart e Cunha, promoveu um bazar que produziu a importância de 217,370 réis que foi aplicada na construção duma boa capela (ampliação) que se completou no ano imediato» (124).

---

A esta obra é de justiça ligar-se o nome de Manuel de Matos da Silveira, pois que para ela muito concorreu com o seu zelo e solicitude e também os de Vitorino José Caldeira, José dos Santos da Silveira e Manuel Inácio Bettencourt, além de outros artistas que muitos dias de trabalho gratuito e voluntário deram para aquele fim.

---

Depois da crise sísmica de 1964, foi reparada, abastardando-se o altar-mór que era de talha dourada e que pelo facto de o ouro ter desaparecido na quasi totalidade pela acção do tempo, foi pintado de esmalte azul e branco. . . . tristezas de supostas benfeitorias mal orientadas.

Desde 1979 que no dia 1 de Janeiro se promove a festa da Senhora do Livramento, com solenidade, e sempre que o tempo o permite, realiza-se a procissão.

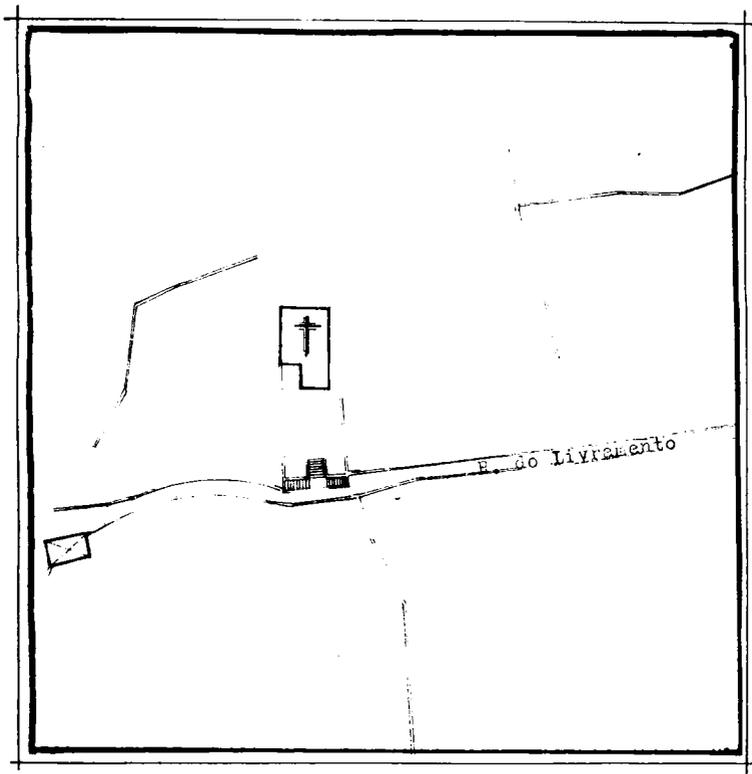
---

(124) «O Jorgense», n<sup>o</sup> 11, de 15/7/1871.

*Ermida do Pilar ou do Livramento*

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



### 5 - Ermida da Piedade

É do século XVI e situa-se no lugar do mesmo nome junto ao Pico dos Loiros. Assim o diz Gaspar Frutuoso «antre esta ermida (S. Amaro) e a Vila das Velas, está uma ermida de N. S. da Luz (tem nota de roda-pé que diz: por cima de «da luz» alguém, que não o autor, escreveu «dos Remédios ou Piedade»)» - (125).

A emenda antes referida, pelo que sabemos, deve corresponder à verdade de uma justa correcção, dado que a ermida da Senhora da Luz, existente também ainda hoje na Queimada, freguesia de S. Amaro, é dos fins do século XVII e vem referida na «História Insulana», como fundada por «Ca-



---

(125) «Saudades da Terra», de Gaspar Frutuoso, pág. 237, edição de 1963, pelo Dr. J.B.O. Rodrigues.

tarina Cardoso que nela viveu com raro exemplo de devoção e virtude e morreu com 110 anos, e andando mais um quarto de légua sai ao mar outra ribeira, onde está a ermida de S. Amaro e outro tanto adiante fica outra ermida de N. S. dos Remédios, ou da Piedade» – (126).

Diz-nos José Cândido ter sido centro de grande devoção, facto que ainda hoje se observa.

Destruída por ocasião da crise sísmica de 1964, um grupo de velenses constituídos em comissão começaram em 1979 a angariação de fundos e diligências à construção da nova Ermida. Registamos os nomes de José Cardoso Bettencourt, José da Rosa Brasil e José Soares Teixeira. Conseguiram projecto que mereceu aprovação do Bispado e meteram mãos à obra, que hoje está pronta a ser aberta ao culto. A primeira Ermida, como da planta que juntamos, era orientada de nascente para poente. A actual tem a orientação norte sul. É construção antisísmica.

A imagem que escapou à destruição é de certo merecimento, e o local constitui um miradoiro privilegiado sobre parte das Velas e sobre o canal de S. Jorge.

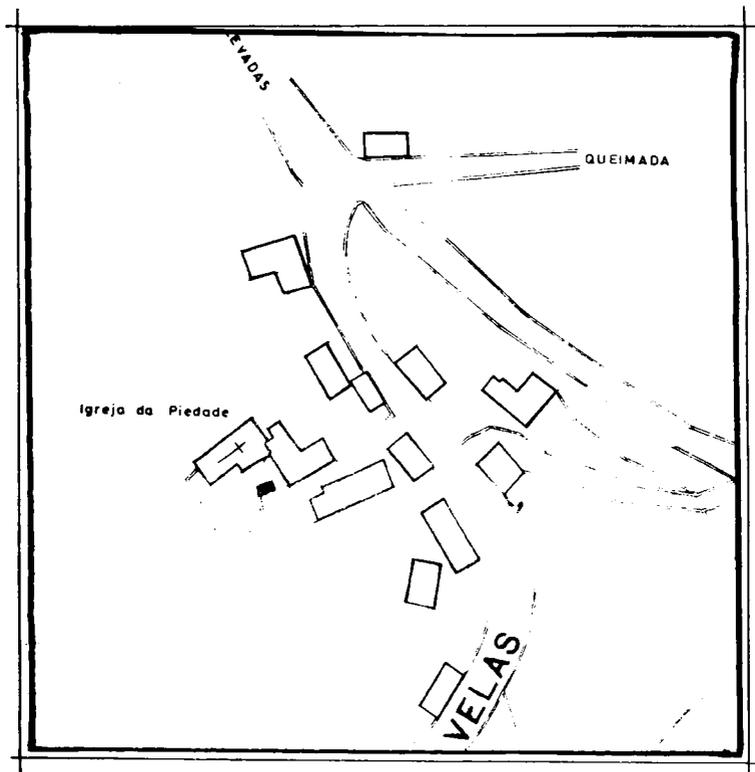
---

(126) «*História Insulana*», Pe. Ant. Cordeiro, pág. 428, edição de 1981, da S.R.E. Cultura.

*Ermida da Piedade*

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



## 6 - Ermida de São João Baptista

Desta Ermida, na rua do mesmo nome, desconhece-se a fundação. Foi sempre propriedade da paróquia, dando-se como existente no século XVII.

Durante muito tempo foi alvo de grande devoção.

Ao longo dos tempos sofreu várias beneficiações. A mais recente ocorreu em 1964 e ficou incompleto o restauro pretendido. A traça desta recuperação foi infeliz, destacando-se entre o mais, além de multidão de cantarias, o apoio criado para a sineta. Os serviços oficiais a cargo de quem esteve o restauro não respeitaram o estudo feito pelo Arq<sup>º</sup> Francisco Augusto Batista, de que temos cópia, o qual a executar-se integralmente, teria dado realce e valor aquele pequeno templo.

A imagem que actualmente ali se venera foi dádiva,



no princípio do século actual da senhora Viscondessa de São Mateus, D. Isabel Beatriz de Azevedo Pereira e Sousa.

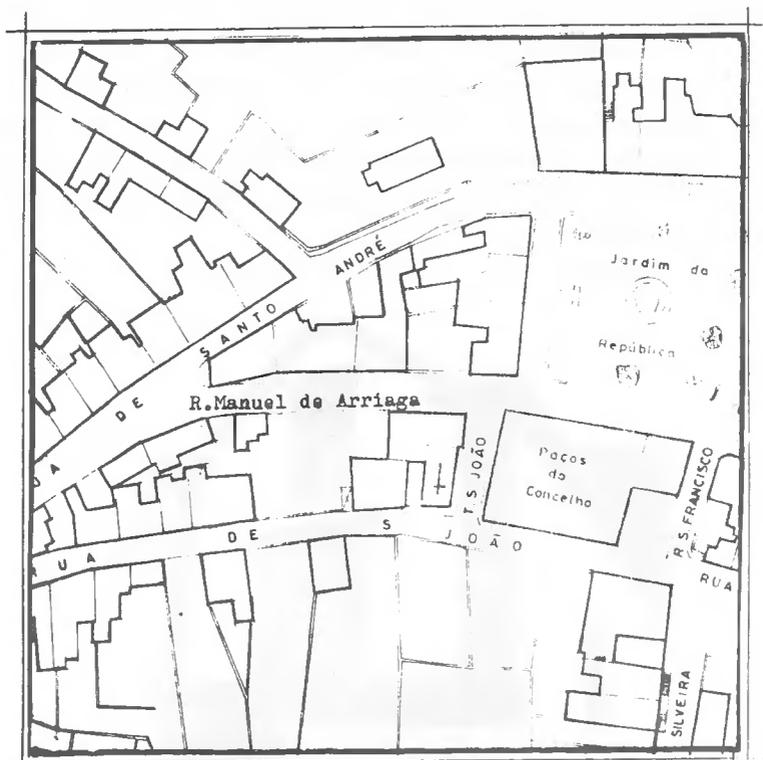
É boa escultura.

A seguir a localização da mesma na Vila e uma fotografia da fachada actual.

*Ermida de São João Baptista*

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



## 7 - Ermida das Almas

No século XVIII e por antepassado do Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, é erecta esta Ermida, no lugar do Canto, ao principio da ladeira que nos antigos tempos se chamava rua da Amargura (127).

Foi centro de grande devoção e em 1871 foi restaurada por então se achar muito danificada pela acção do tempo.

Em 1912 deixou de estar aberta ao culto.

Hoje encontra-se na posse do Império do Espírito Santo do Canto, que ali arma capela e copeira nos festejos do Domingo de Pentecostes.

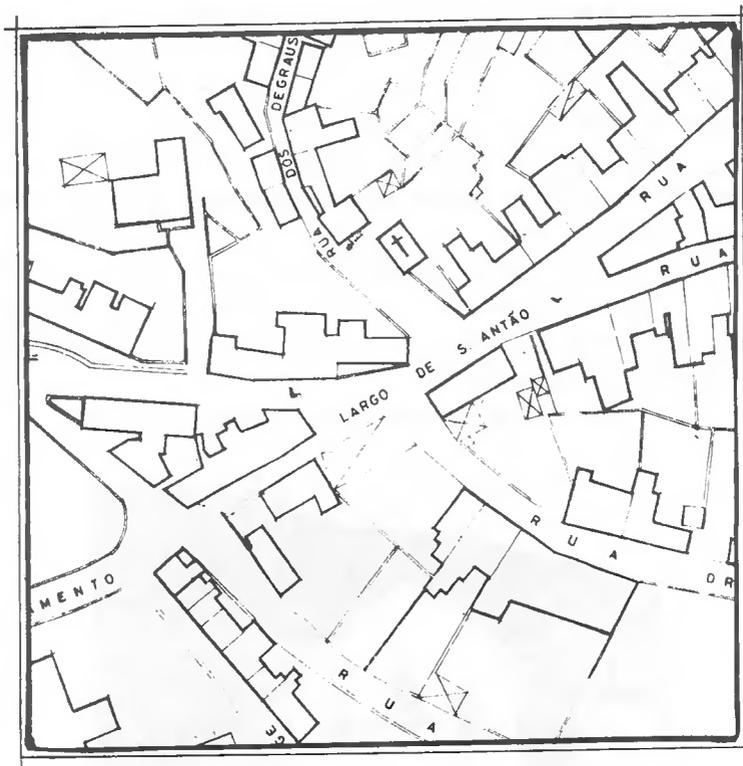
A sua localização bem como o aspecto actual.



*Ermida das Almas*

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



## **8 - Santa Casa da Misericórdia e Hospital de Santa Beatriz**

Já referiremos e transcreveremos na primeira parte deste trabalho o auto da fundação desta instituição em data de 15 de Abril de 1543.

Agora transcreveremos parte da conferência que proferimos no Salão da Câmara das Velas, na sessão solene realizada ali em 24 de Julho de 1982, presidida por S. Exa. o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Dr. Carlos Henrique da Costa Neves, no tricentenário do falecimento de Dona Beatriz de Mello, fundadora do Hospital das Velas, cuja transcrição está feita no Boletim Municipal (128), e que se refere às duas instituições referidas no título acima.

«No auto da constituição de 15 de Abril de 1543 diz-se ser de proceder-se a eleição a qual se fez no dia 2 de Julho do dito ano e saíram eleitos João Dias, Pedro Dias, Lourenço Dias, Galas Lopes, Diogo Fernandes, Francisco Dias, João Gonçalves, Simão Álvares, Manuel Fernandes e João Lourenço. Estes dez eleitos prestaram juramento de acordo com o regimento. Estava apta a operar a primeira administração da Misericórdia.

As funções eram limitadas. Pelo que se depreende do auto da fundação, teriam obrigação de cumprir parte das obras de misericórdia – tanto corporais: enterrar os mortos – como espirituais: rogar a Deus por vivos e defuntos.

Era uma actividade benemérita, sem dúvida, no campo espiritual. No aspecto material, a falta de recursos inibia-os de mais fazer.

E com eleições anuais, cujos registos existem – se passaram os anos do século XVI até finais do século seguin-

---

(128) Bol. Mun. Velas, nº 30, 32 e 34, respectivamente de 30 Jan<sup>a</sup>; 28 Fev<sup>a</sup>; 30 Março; e 30 Abril de 1985.

te. Até 1570, reuniam-se na Capela do Espírito Santo. Esta Capela, do princípio do povoamento, situava-se na rua da Capela – ainda mantém o nome – em parte do prédio que ao presente constitui o Passal das Velas e é propriedade da Paróquia.

Naquele ano de 1570, João de Varella, um dos fundadores, por alvará de 13 de Setembro do dito ano, obtém licença para fundar a Capela de Santa Catarina, na recém criada Igreja da Misericórdia (esta da invocação do Espírito Santo), em terreno doado à mesma Misericórdia pelo próprio João de Varella, cuja moradia se situava naquelas vizinhanças.

É a partir de então que a rua toma o nome de rua da Misericórdia (hoje Teófilo Braga). Nunca se chamou rua do Espírito Santo. Antes denominava-se rua da Pela.

Naquela Igreja, em 1651, o Pe. Baltazar Dias Teixeira e seu irmão o Pe. André Lopes Teixeira, fundaram a capela da Senhora do Desterro. Avolumavam-se assim as benfeitorias de ordem espiritual, com natureza de devoção particular. Era próprio dos tempos.

Surge no entanto o impulso que vai dar à Misericórdia a possibilidade de se lançar numa actividade pública de interesse geral. É a dádiva de Dona Beatriz de Mello com o seu testamento.

\*                    \*                    \*

Quem era esta Senhora ?

Sem a pretensão de apresentar um estudo genealógico, matéria em que sou leigo, direi que Dona Beatriz de Mello, nasceu nesta Vila das Velas, no primeiro quartel do séc. XVII, filha de Diogo de Mello, descendente de uma das primeiras famílias daquela época – os Correias de Mello.

E vejamos :

Seu tio – Manuel Correia de Mello , nascido também nesta Vila , nos fins do séc. XVI , era por sua vez filho de Pedro Correia de Mello e de sua mulher Dona Beatriz Vieira – por varonia quarto neto de Pedro Correia da Cunha – que foi o primeiro Capitão Donatário da Graciosa . Este tio de Dona Beatriz de Mello foi eleito Capitão-Mór das Velas em 29 de Agosto de 1637 , tendo exercido antes o importante cargo de Ouvidor do Donatário . A acção deste homem foi notável , tendo merecido do Rei D. João IV o hábito de Cristo e uma capitania de naus da India , com as respectivas tenças , Pedro Correia de Mello , outro tio de Dona Beatriz , militou na Flandres onde se achava quando soube da aclamação de D. João IV . Era capitão de cavalaria . Passou a França com 200 homens do seu comando e dali rumou a Portugal , vindo apresentar-se a D. João IV a quem serviu e de quem recebeu honrarias . Por estas simples notas se pretende dar conhecimento da importância desta família . Era muito , naquela época , para este meio .

«Dona Beatriz de Mello recebeu a educação própria de seus maiores – cito o Dr. João Teixeira – e cultivadas a sua inteligência pelas letras , se desenvolveram os mais nobres sentimentos» .

Casou em primeiras núpcias com Pedro Gonçalves de Almeida , terceiro neto de um dos fundadores da Misericórdia , e em segundas núpcias com o Capitão André Lopes Teixeira , que foi Provedor da Misericórdia em 1677 .

Não houve descendência .

Dona Beatriz , dado não ter descendentes , encaminhou a sua fortuna para a fundação do Hospital , legando-lhe os seus bens em testamento aprovado em 24 de Junho de 1682 .

Vejamos as principais disposições desse testamento:

«Disse ela testadora, que quer que todos os seus bens que por inventário se fizer à parte dela testadora vão à Casa da Santa Misericórdia desta Vila por morte do seu dito marido André Lopes Teixeira, e os senhores provedores da dita Santa Casa farão um irmão dos treze da mesa que mais idóneo for e melhor conta der, administrador, provedor e depositário dos ditos bens os quais o dito administrador fará vender a quem por eles mais der que empregarão as rendas ou rotolos como melhor lhe parecer, com parecer dos senhores provedores da dita Santa Casa e sendo que distratem os farão logo empregar para que sempre rendam e do procedido das ditas rendas, foros e rotolos lhe mandarão dizer o dito seu procurador e administrador e os que ao diante for, todos os Domingos e Santos em cada um ano, enquanto o mundo durar, uma missa rezada pelas almas dela testadora e seus pais e seu primeiro marido Pedro Gonçalves de Almeida... etc... e o restante rendimento da dita sua fazenda, pagas as missas acima ditas... etc... quer ela testadora que deposite em mão de pessoa abonada em que os senhores provedores da dita Santa Casa parecer para que havendo cópia bastante se faça uma casa de hospital, à ordem dos ditos provedores que servirem, suficientemente ao estado da terra com seis catres e camas para os pobres doentes necessitados com seus repartimentos, assim para os homens como para as mulheres em o qual hospital se fará um repartimento em que se levantará um altar de maneira que os ditos doentes possam ouvir Missa aos Domingos e Santos que acima nomeia, no dito altar pendente nele o painel de Santa Beatriz que tudo se fará dos rendimentos da sua fazenda... etc... quer que os senhores provedores ponham uma pessoa com a pensão que lhes parecer à custa dos rendimentos da sua fazenda que cure os doentes, o dito seu administrador procurador dará o que for necessário para os

ditos doentes fazendo-os curar de suas enfermidades e sendo que reste alguma coisa de cada ano dos rendimentos dos seus bens, feitos os ditos gastos, se empregará para que o dito hospital vá em aumento. . . . etc. . . .».

Dispõe ainda de regras para a escrituração da receita e despesa. . . obras a fazer. . . reparações e concertos. . . visitas aos doentes internados. . . etc.

\* \* \*

Aprovado o testamento em 24 de Junho de 1682 (Arq. Mun. Velas - tomo de testamentos) «poucos dias sobreviveu à sua aprovação, achando-se nessa ocasião doente, achacada em uma cama, entregou a sua alma ao Todo Poderoso no memorável dia 10 de Junho de 1682».

Falecida a benemérita instituidora daquele pio e caridoso estabelecimento, foi pela mesa, que tinha por provedor o Rev<sup>o</sup> Aleixo da Silveira e Ávila, recebida a herança em bens de raiz, móveis e semoventes, na importância de 1.321.815 réis, valor este no acto da posse efectiva da herança verificado em 1691. Em 1698, com o rendimento dos bens doados, iniciou-se a construção do hospital, achando-se concluído dez anos depois, em 1708.

Nesse mesmo ano, a 20 de Setembro, as Velas são invadidas pelas forças de Duguay Trouin, corsário francês, capitaneando onze naus de guerra. Ao fim de vinte e quatro horas de combate conseguem o desembarque pondo a Vila a saque, não escapando a ele o edificio da Santa Casa da Misericórdia. E tal foi a destruição no arquivo daquela instituição que, em 1713, o então provedor Pe. José de Sousa Soares e os demais mordomos pedem a S. Santidade Bulas e a S. Magestade o Rei D. João V os privilégios e as graças e isenções concedidas à Misericórdia de Lisboa

e de cujas honras gozava a das Velas , documentos desencaminhados no saque dado pelos invasores (J. C. S. Avelar). El-Rei D. João V de novo concedeu aqueles privilégios e o Papa Clemente XII , também concedeu nova graça apostólica .

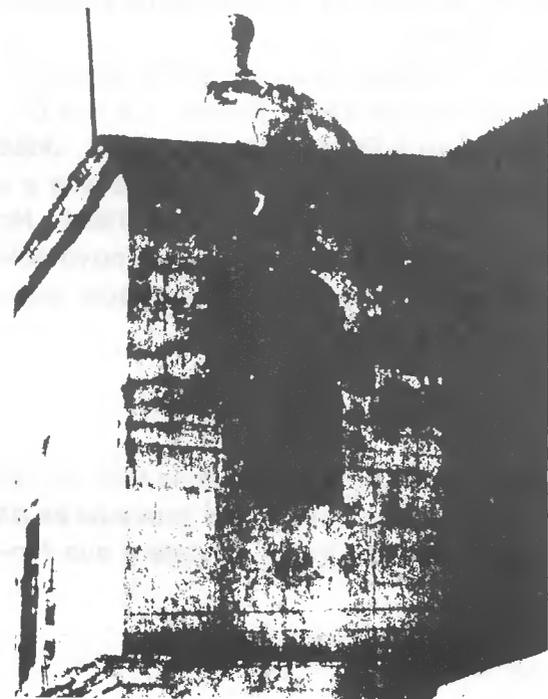
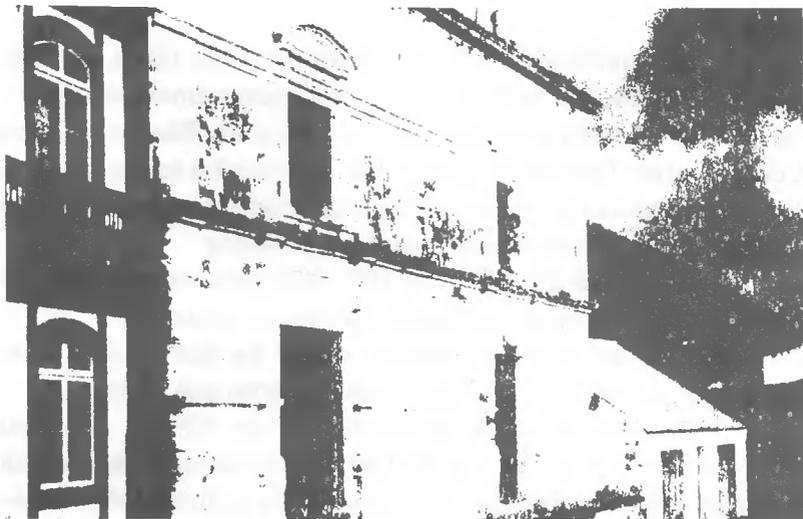
\* \* \*

As construções na parte referente ao Hospital , que alguns de nós ainda conhecemos , com a designação de Misericórdia Velha , deveu-se à iniciativa da benemérita de Dona Beatriz de Mello . A doação desta senhora trazia em 1715 um rendimento anual de mais de um conto e duzentos mil réis , mantendo 50 a 60 doentes anualmente . Doentes pobres; os abastados tratavam-se em casa . E assim foram decorrendo os anos .

Com a extinção das Ordens religiosas e anunciada a venda do Convento de São Francisco desta Vila , consegue João Soares de Albergaria , então deputado , que o mesmo imóvel seja retirado da venda e fosse cedido à Irmandade da Misericórdia para acomodação do seu Hospital .

Esta atitude de João Soares provoca luta e desentendimento , porquanto a mesa administrativa não queria aceitar a transferência . . . não tendo nós apurado os motivos que justificassem esta atitude . A luta durou dez anos , ao fim dos quais , em 1848 , se instala ali o hospital , sendo profanada logo depois a igreja da antiga Misericórdia passando a servir então de quartel à tropa aqui instalada .

Por carta de Lei de 22 de Abril de 1871 , El-Rei D. Luís I confirma esta concessão à Misericórdia para servir de hospital , sendo cedida a sua antiga casa à Câmara Municipal . Eram passados 328 anos sobre a fundação da Misericórdia e 189 anos sobre a instituição do Hospital de Santa Beatriz , como então se chamava .



*Fachadas da antiga  
Misericórdia  
antes dos sismos  
de 1964*

No edifício do antigo convento onde ficou e ainda funciona o hospital fizeram-se alguns melhoramentos decorrentes da doação da virtuosa Baraneza do Ribeiro – Dona Luisa Soares Teixeira – que deixou ao Hospital todos os seus bens avaliados na época em quinze contos e que permitiu melhor auxílio a prestar aos pobres e inválidos .

Em 1929 a dádiva de 100 .000 dólares deixada por João Inácio de Sousa , permitiu não só a realização – para o tempo – de obras importantes , como se apetrechou com material – naquela época – do mais moderno que existia .

A crise sísmica de Fevereiro de 1964 , arruinou muito aquele edifício . O Estado procedeu então à sua reconstrução e ampliação . É o que existe actualmente , equipado dos meios técnicos e humanos possíveis e no esquema oficial de assistência hospitalar .

A Santa Casa da Misericórdia em 1982 adquiriu o Solar da Família Teixeira Soares de Sousa , na rua Dr . Miguel Teixeira , sobranceiro à Praça Velha (Largo Dr . João Pereira) , onde instalou os seus serviços administrativos e o Jardim Infantil «O Roseiral» , este inaugurado em 1984 . No Largo de São Francisco possui a Santa Casa um novo edifício construído expressamente para a sua farmácia inaugurado no ano findo .

\* \* \*

Como remate deste título , e para que de todo se não perca , passamos a transcrever a lista dos provedores da Santa Casa da Misericórdia das Velas , desde a sua fundação até ao presente :

1543 – João Dias , que foi Ouvidor ;

1544 – Pedro Dias ;

- 1548 – Jorge de Lemos , o velho ;
- 1549 – João Varella ;
- 1554 – Guilherme da Silveira ;
- 1555 – Galas Lopes ;
- 1561 – Cristovam Dias ;
- 1563 – o mesmo ;
- 1566 – João Varella ;
- 1568 – Beneficiado Pedro Gomes ;
- 1569 – o mesmo ;
- 1570 – Guilherme da Silveira ;
- 1572 – António Garcia Sarmiento ;
- 1574 – João Varella ;
- 1576 – o mesmo ;
- 1582 – Gaspar Lourenço Machado ;
- 1583 – Beneficiado Pedro Gomes ;
- 1585 – o mesmo ;
- 1588 – Gaspar Lourenço Machado ;
- 1591 – Jorge Nunes ;
- 1592 – Gaspar Lourenço Machado ;
- 1593 – António Garcia Sarmiento ;
- 1594 – Gonçalo d’Amarante , o velho ;
- 1597 – Tristão de Mendonça Vasconcelos ;
- 1607 – Manuel Afonso Barreiros ;
- 1614 – Capitão–Mór António Garcia Sarmiento ;
- 1615 – Melchior Barreiros ;
- 1616 – Manuel Afonso Barreiros ;
- 1618 – Capitão Paulo Gomes Leal ;
- 1619 – Jácome Gonçalves de Almeida , o velho ;
- 1622 – Manuel Afonso Barreiros ;
- 1623 – Jorge de Oliveira Amarante ;
- 1624 – Sargento–Mór Amaro Soares ;
- 1625 – Manuel Dias Teixeira ;
- 1626 – Valério Lopes d’Azevedo ;

- 1627 – Florentim Cardoso ;
- 1628 – Jorge d'Oliveira Amarante ;
- 1629 – Capitão-Mór António Garcia Sarmiento ;
- 1630 – Manuel Correia de Mello ;
- 1631 – Rev.<sup>o</sup> Ben. e Ouv. Ecl.<sup>o</sup> da ilha António Gonçalves Leme ;
- 1632 – Jácome Gonçalves d'Almeida , o velho ;
- 1633 – Sargento-mór Amaro Soares ;
- 1634 – o mesmo ;
- 1635 – Rev.<sup>o</sup> António Gonçalves Leme ;
- 1637 – Valério Lopes d'Azevedo ;
- 1638 – Jácome Gonçalves d'Almeida , o velho ;
- 1639 – Capitão-Mór Manuel Correia de Mello ;
- 1640 – Sargento-Mór Amaro Soares ;
- 1641 – Jácome Gonçalves d'Almeida , o moço ;
- 1642 – Simão Fernandes da Silveira ;
- 1643 – Manuel Vilalobos Miranda ;
- 1644 – Jorge Gonçalves d'Almeida ;
- 1645 – Capitão-Mór Manuel Correa de Mello ;
- 1646 – Pedro Gonçalves d'Almeida ;
- 1647 – Gaspar Velho d'Azevedo ;
- 1648 – Constantino Paes Sarmiento ;
- 1649 – Capitão Nuno da Cunha e Ávila ;
- 1650 – Capitão António Vaz Teixeira ;
- 1651 – Paulo Gonçalves d'Almeida ;
- 1652 – o mesmo ;
- 1653 – Francisco Nunes Barreiros ;
- 1654 – André Maciel Pacheco (?) ;
- 1655 – Capitão Gaspar Gonçalves Balieiro ;
- 1656 – Capitão António Alves Machado ;
- 1657 – Capitão-Mór Manuel Correa de Melo ;
- 1658 – Rev.<sup>o</sup> Ben. Amaro Teixeira Fagundes ;
- 1659 – Capitão Gonçalo Pereira de Lacerda ;
- 1660 – Sargento-Mór Sebastião de Sousa ;

- 1661 – Rev<sup>o</sup> Vig. Baltazar Dias Teixeira ;
- 1662 – Amaro Fernandes Barroso ;
- 1663 – Capitão-Mór Pedro Correa de Mello ;
- 1664 – Rev<sup>o</sup> Ben. João Teixeira Fagundes ;
- 1665 – Rev<sup>o</sup> Ben. Amaro Teixeira Fagundes ;
- 1666 – Capitão Jácome Gonçalves Cabral, o velho ;
- 1667 – Gabriel Pereira de Sousa, o velho ;
- 1668 – Capitão André Gonçalves d’Almeida ;
- 1669 – Capitão Francisco Correia de Bettencourt ;
- 1670 – Capitão-Mór António Alves Machado ;
- 1671 – Rev<sup>o</sup> Ben. André Pereira de Lemos ;
- 1672 – Jorge Gomes Fagundes, o velho ;
- 1673 – Rev. Ouv. Mateus Pires Romeiro ;
- 1674 – Francisco Pires Machado ;
- 1675 – Amaro Vieira Machado ;
- 1676 – Almo<sup>x</sup><sup>o</sup> Jorge Machado Esteves ;
- 1677 – Capitão André Lopes Teixeira ;
- 1678 a 1679 – Capitão Gabriel Pereira de Sousa ;
- 1680 – Alf. João Teixeira Cabral ;
- 1681 – Capitão António de Lacerda Pereira ;
- 1682 – Capitão António Pereira de Lemos ;
- 1683 – Rev. Vig. Damião de Sousa ;
- 1684 – João Teixeira de Bettencourt ;
- 1685 – Rev<sup>o</sup> Baltazar de Sousa de Bettencourt ;
- 1686 – Capitão Amaro Soares de Sousa ;
- 1687 – Alf. Amaro Pereira de Lemos ;
- 1688 – Capitão João Espinola de Bettencourt ;
- 1689 – Capitão-Mór António Alves Machado ;
- 1690 – Mateus de Miranda Maciel ;
- 1691 – Rev<sup>o</sup> Aleixo da Silveira e Ávila ;
- 1692 – Rev<sup>o</sup> Manuel Cardoso de Sequeira ;
- 1693 – Rev<sup>o</sup> Ben. Paulo Gomes Machado ;
- 1694 – Capitão Francisco Lopes Beirão ;

- 1695 – Ajudante Matias Pacheco Maciel ;
- 1696 – Manuel Silveira de Sousa ;
- 1697 – Francisco de Bettencourt e Ávila ;
- 1698 – Capitão Jorge Teixeira de Sousa ;
- 1699 a 1703 – Rev<sup>o</sup> Ben. Vigário Manuel Machado Fagundes ;
- 1704 – Rev<sup>o</sup> Vig. Dr. João de Sousa Pacheco ;
- 1705 – Capitão-Mór Gabriel Pereira de Sousa ;
- 1706 – Rev<sup>o</sup> Pedro de Sousa Machado ;
- 1707 – Capitão Jácome Gonçalves Cabral, o velho ;
- 1708 – Capitão Gabriel Pereira de Sousa ;
- 1709 – Capitão Manuel Teixeira de Bettencourt ;
- 1710 – André Pereira de Lemos ;
- 1711 a 1713 – Rev<sup>o</sup> José de Sousa Soares ;
- 1714 a 1715 – Rev<sup>o</sup> Ben. Manuel Cardoso de Sequeira ;
- 1716 – Capitão Gonçalo Nunes Pereira ;
- 1717 a 1718 – Capitão Amaro Pereira de Lemos ;
- 1719 – Rev<sup>o</sup> José de Sousa Fagundes ;
- 1720 – Anselmo Soares de Sousa ;
- 1721 – Capitão Manuel Silveira de Sousa ;
- 1722 – Capitão João de Bettencourt Pereira ;
- 1723 a 1724 – Rev<sup>o</sup> Ben. Dr. Mateus da Silveira de Ávila Bettencourt ;
- 1725 – Capitão António Pereira Cabral Pacheco ;
- 1726 – Rev<sup>o</sup> Francisco da Silveira e Sousa ;
- 1727 – Rev<sup>o</sup> Cura António de Quadros Franco ;
- 1728 – Capitão Amaro Teixeira de Sousa ;
- 1729 – Capitão António Machado Teixeira ;
- 1730 – António de Lacerda Pereira ;
- 1731 a 1732 – Rev<sup>o</sup> Ben. André Francisco de Sousa ;
- 1733 – Alf. Manuel d’Azevedo de Sousa ;
- 1734 – Capitão Gabriel Inácio Pereira de Sousa ;
- 1735 – Capitão Jorge de Azevedo e Sousa ;
- 1736 a 1737 – Anselmo Soares de Sousa ;

- 1738 a 1740 – Capitão José Sebastião de Sousa Soares ;  
1741 – Rev<sup>o</sup> Vigário e Ouvidor Jerónimo de Sousa Cabral ;  
1742 a 1743 – Rev<sup>o</sup> Ben. Damião de Sousa Soares ;  
1744 – Capitão Miguel Teixeira de Bettencourt ;  
1745 a 1746 – Capitão João Machado Pacheco da Silveira  
e Capitão António Alves de Sousa ;  
1747 – Capitão Mateus de Miranda Maciel ;  
1748 a 1750 – Rev<sup>o</sup> Ben. Jorge José de Sousa Cabral ;  
1751 – Matias Teixeira de Sousa Pacheco ;  
1752 – Rev<sup>o</sup> Jorge Cardoso da Silveira ;  
1753 – Capitão João Pereira Maciel ;  
1754 a 1757 – Rev<sup>o</sup> Francisco da Silveira Machado ;  
1758 – Capitão Nicolau Teixeira Machado ;  
1759 – Capitão Jorge da Cunha da Silveira ;  
1760 a 1761 – Rev<sup>o</sup> Manuel Silveira Machado ;  
1762 a 1763 – Capitão Diogo António da Silveira ;  
1764 – Rev<sup>o</sup> Vig. e Ouvidor Braz de Miranda Maciel ;  
1765 – Capitão Francisco Bettencourt da Silveira ;  
1766 a 1768 – Capitão Apolinário de Sousa Machado ;  
1769 a 1779 – Rev<sup>o</sup> João Pacheco Cabral ;  
1780 a 1782 – Capitão Apolinário de Sousa Machado ;  
1783 – Rev<sup>o</sup> Cura António Machado Teixeira ;  
1784 a 1786 – Capitão Damião de Sousa Soares ;  
1787 – Alf. Anselmo Soares da Cunha ;  
1788 – Rev<sup>o</sup> Manuel Teixeira de Bettencourt ;  
1789 a 1790 – Rev<sup>o</sup> Afonso José de Bettencourt ;  
1791 a 1793 – Sosé Soares de Sousa ;  
1794 a 1795 – Rev<sup>o</sup> Ben. António Homem de Bettencourt ;  
1796 – Capitão Damião de Sousa Soares ;  
1797 a 1799 – Rev<sup>o</sup> Ben. Francisco da Silveira Bettencourt ;  
1800 – Capitão Domingos Bettencourt Ávila Correia ;  
1801 a 1803 – Rev<sup>o</sup> Vig. Ouvidor António Machado Teixeira ;  
1804 a 1805 – Cap. João Machado Bettencourt da Silveira ;

- 1806 a 1807 – Capitão António Machado Teixeira ;  
1808 a 1812 – Rev<sup>o</sup> José de Sousa Pacheco ;  
1813 a 1816 – Coronel José Bettencourt de Sousa e Silveira ;  
1817 a 1820 – Capitão Nicolau Teixeira Machado ;  
1821 a 1828 – Rev<sup>o</sup> António de Simas Balieiro ;  
1829 – Coronel Miguel Teixeira Soares de Sousa ;  
1830 a 1832 – Rev<sup>o</sup> Ben. Francisco Silveira Bettencourt  
(Simas) ;  
1833 a 1835 – Rev<sup>o</sup> Ben. João Inácio de Bettencourt ;  
1836 a 1837 – Rev<sup>o</sup> Ben. Ouvidor José Inácio Soares ;  
1838 a 1839 – Coronel João Pereira da Cunha ;  
1840 a 1843 – Major Nicolau Teixeira Machado ;  
1844 a 1851 – Rev<sup>o</sup> Francisco Silveira de Bettencourt ;  
1852 a 1856 – Dr. José Pereira da Cunha ;  
1857 – Dr. João Pereira da Cunha ;  
1858 a 1859 – João Soares de Albergaria ;  
1860 a 1861 – Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa ;  
1862 a 1864 – Capitão António Pedro da Silveira e Mesquita ;  
1864 a 1866 – João Soares de Albergaria ;  
1866 a 1868 – João Pereira de Lacerda ;  
1868 a 1870 – Pe. António de Lacerda Pereira ;  
1870 a 1872 – Dr. José Pereira da Cunha da Silveira ;  
1872 a 1874 – Manuel Vitorino Amarante ;  
1874 a 1876 – João Silveira Bettencourt e Carvalho ;  
1876 a 1878 – Manuel Vitorino Amarante ;  
1878 a 1880 – Dr. João Pereira da Cunha Pacheco ;  
1880 a 1881 – Dr. José Pereira da Cunha da Silveira  
(não exerceu o lugar por ausente, substituído por  
António Maria da Cunha) ;  
1881 a 1882 – António Machado Soares Teixeira  
(por determinação do Governador Civil foi dissolvida a  
mesa e substituída por comissão administrativa)  
(Transcrito até este de «O Velense», nº 82, 83 e 85,

respectivamente de 23/4/1883; 8/5/1883 e 8/6/1883);

1882 a 1884 – José Maria das Dores e Mendonça ;

1884 a 1886 – Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa ;

1886 a 1888 – João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho ;

1888 a 1890 – José Maria Lourenço ;

1888 a 1890 – José Urbano de Andrade

(comissão administrativa) ;

1890 a 1892 – Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa ;

1892 a 1894 – Manuel Andrade ;

1894 a 1896 – José Maria Lourenço ;

a) – Interregno – por determinação do Governo Civil os Livros de registo de irmãos e de actas da eleição retidos na Administração do Concelho

1902 a 1904 – Pe. José Silveira Goulart ;

1904 a 1906 – José de Sousa Bettencourt e Silveira ;

1906 a 1908 – O mesmo ;

1908 a 1910 – António Mariano de Lacerda ;

1910 a 1912 – Manuel Inácio Pereira (anulada a eleição) ;

1910 a 1912 – António Simão de Ávila Bettencourt

– Com a proclamação da República é nomeada uma comissão administrativa em 13 de Novembro de 1910, para

1910 a 1912 – João Forjaz Pacheco ;

1912 a 1914 – António Leite da Gama Bettencourt ;

1914 a 1916 – Dr. José Emilio Augusto ;

1916 a 1918 – o mesmo ;

1918 a 1921 – António Bento de Jesus ;

1921 a 1924 – Pe. José Silveira Goulart ;

1924 a 1927 – João Eutímio de Bettencourt

(demitido em 1926) ;

1926 – Comissão Administrativa – Rui de Mendonça ;

1928 – Idem – Dr. José Maria Soares de Melo ;

- 1931 - Idem - João Eutímio de Bettencourt ;  
1936 - Idem - João Evangelista de Matos ;  
1951 a 1953 - Mesa Administrativa - Jacinto Tavares Martins ;  
1954 a 1957 - Idem - Fernando de Mesquita ;  
1957 a 1959 - Idem - o mesmo ;  
1960 a 1962 - Rogério da Silva Contente ;  
1963 a 1966 - O mesmo ;  
1968 a 1970 - Anselmo Soares Bettencourt ;  
1971 a 1973 - João Domingos Pedro Taveira ;  
1974 a 1976 - O mesmo ;  
1976 - Eleição intercalar  
Carlos Alberto Azevedo da Silveira ;  
1977 a 1979 - O mesmo ;  
1980 a 1982 - Pe. Herminio da Silveira Amorim ;  
1983 a 1986 - António Goulart de Bettencourt Petiz ,  
que pediu exoneração e substituído por  
Luis Manuel Bettencourt Teixeira de Ávila (129).

\* \* \*

Segue a planta de localização e fotos das fachadas  
do esdificio primitivo da Misericórdia , hoje demolido .

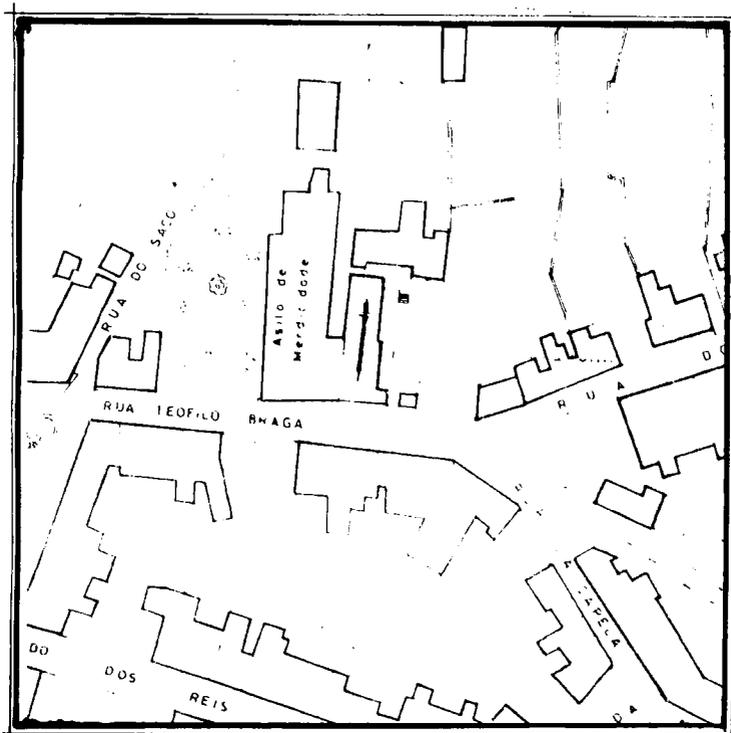
---

(129) *Arq. Mis. das Velas - Livro de actas de eleição de 1860 a 1980 e seguinte.*

*Edifício da Santa Casa da Misericórdia*

Localização - Esc: 1/1000

Ano 1957



### 9 - O Paço Municipal das Velas

Situa-se no lado poente do Jardim da República, tornejando para a travessa de São João e para a rua do mesmo nome.

A parte voltada ao jardim é a construção de 1719, devida à traça de Manuel de Avellar.

Está classificado como «imóvel de interesse público», pelo Governo Regional dos Açores, na sua Resolução de 30 de Junho de 1983.

A parte voltada à travessa e rua de São João resultou da ampliação de 1891 e subseqüentes melhoramentos.

Pensamos que seria repetitivo desenvolver esta alinea, neste trabalho. Acha-se a mesma pormenorizada no nosso estudo «O Paço Municipal das Velas» em edição pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, no seu Boletim de 1985.

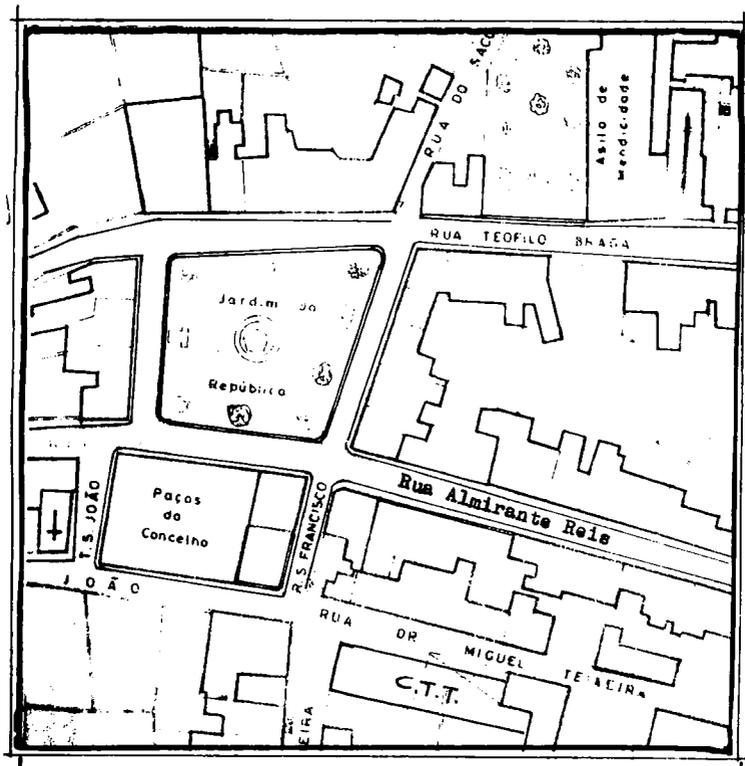
Juntamos a sua localização e uma foto.



*Paço Municipal das Velas e Jardim Público*

Localização - Esc: 1/1000

Ano de 1957



## 10 - Palácio da Justiça

O Palácio da Justiça, pelas suas características arquitectónicas, natureza da construção e área coberta, é um importante e imponente imóvel da Vila das Velas.

O contrato de empreitada foi assinado na Câmara das Velas em 6 de Abril de 1970, sendo a obra inteiramente custeada pelo Ministério da Justiça (130). - A Câmara Municipal das Velas, contribuiu com o terreno.

Ascendeu com mobiliário a cerca de 12.000 contos, inaugurado solenemente em 27 de Julho de 1973, por Sua Exa. o Ministro da Justiça - Prof. Doutor Mário Júlio Brito de Almeida e Costa.

Convém registar que, após a crise sísmica de 1964,



(130) Arq. Mun. Velas - L<sup>o</sup> 5, fls. 12 v<sup>o</sup> da Nota Privativa.

a parte do Paço Municipal das Velas onde funcionava o Tribunal Judicial desta Comarca, ficou muito danificado. Acrescia que, desde há muito, escassas eram as instalações para aqueles Serviços de Justiça. Por outro lado os Serviços dos Registos do Notariado, encontravam-se pessimamente instalados em prédio de renda.

A iniciativa do Governador do então Distrito de Angra do Heroísmo, Exmo. Dr. Teotónio Machado Pires, se ficou devendo tão notável obra, que, além do seu fim específico, trouxe ao conjunto urbano da Vila das Velas notável valorização e embelezamento.

### 11 - Delegação Marítima da Ilha de S. Jorge

Foi o porto das Velas, inicialmente, sede de uma capitania do porto, que passou depois a delegação da de Angra, a qual sendo extinta foram as respectivas funções acumuladas às da alfândega (131).

A Delegação Marítima foi de novo instalada em 1911 e o Estado arrendou para o efeito um prédio de casa alta que se situava ao sul do Largo do Dr. João Pereira, voltando para a rua Miguel Bombarda. Mais tarde, em 1943, o Ministério da Marinha adquiriu aquele prédio e ali funcionaram os serviços até 1964, data em que, devido à crise sísmica havida naquele ano, o prédio em questão ficou arruinado.

Devido a isso foi construído novo edifício, no cruza-



---

(131) «Ilha de S. Jorge», de J.C.S. Avellar, pág. 241.

mento da rua Miguel Bombarda com a rua Cons<sup>o</sup> Dr. José Pereira, arruamento também aberto nessa data.

O projecto é do já referido Arq<sup>o</sup> Francisco Augusto Batista e engloba rés-do-chão com os serviços da Delegação Marítima, primeiro andar para residência do respectivo delegado e segundo andar com as instalações de rádio-comunicações, comunicando este andar com o rés-do-chão por escada interior independente.

Foi inaugurado em 13 de Agosto de 1970 pelo Ministro das Obras Públicas, Eng<sup>o</sup> Rui Alves da Silva Sanches.

No aspecto architectónico segue a traça do quartel da Guarda Fiscal, de que falaremos a seguir.

## 12 - Quartel da Guarda Fiscal

Instalado desde 1974 no edifício do Posto de Despacho das Velas.

Passamos a transcrever o que sobre este edifício publicamos no Boletim Municipal da Câmara das Velas, nº 23, de 4 de Abril de 1984:

### «COISAS DE OUTROS TEMPOS :

Alguns dos que lerem este apontamento, lembram-se, certamente, da antiga Casa da Alfândega, na rua Cons<sup>o</sup> Dr. José Pereira (rua do Cais), demolida em 1955, em cujo local foi construído o edifício do Posto de Despacho desta Vila, hoje na posse da Guarda Fiscal.



Acontece que essa casa que conhecemos, não era a primitiva Casa da Alfândega. Tratava-se de uma obra do início do séc. XVIII, mandada fazer pela Fazenda Real para aquele fim e no local onde existiu a primitiva construção. Da que foi demolida em 1957, conserva-se na Câmara Municipal das Velas a pedra com as armas reais que coroava o edifício. É escultura feita em basalto, em baixo relevo e acha-se colocada ao presente, sobre o janelão que ilumina o saguão principal dos Paços do Concelho.

Da primitiva Casa não temos qualquer indicação documental. É natural que no Arquivo de Angra do Heroísmo, algum documento exista, a este respeito, dado que naquela época havia subordinação à Alfândega daquela cidade, entre o mais para fins de arquivo. Aqui em S. Jorge nada encontramos nas muitas buscas que temos feito acerca desse edifício primitivo.

O Foral das Alfândegas dos Açores é de 4 de Julho de 1499 e abrangia todas as ilhas (132).

Porém, a primeira referência específica que conhecemos sobre a Alfândega de S. Jorge, é a carta de D. João III, de 25 de Junho de 1528 (133), pela qual é nomeado Manuel Pacheco, «Juiz das Alfândegas e Mar na ilha Terceira da parte de Angra e S. Jorge». Também, pela carta de mercê de D. Sebastião, de 13 de Julho de 1559 (134) pela qual o ofício de escrivão do Almojarifado da Alfândega da ilha de S. Jorge, seria dado à pessoa que casasse com uma das filhas de Galas Lopes «havendo respeito ao muito tempo que servia naquele ofício». Ora este Galas Lopes que em 1559 era objecto da carta de mercê antes referida, é o

---

(132) *Arq. dos Açores - Vol 6, pág. 271 e seg.*

(133) *Idem - Vol. 5 - pág. 131.*

(134) *Arq. dos Açores - Vol. 8 - pág. 120.*

mesmo que 16 anos antes nos aparece eleito para a Santa Casa da Misericórdia das Velas, como do respectivo auto datado de 2 de Julho de 1543 (135).

Temos portanto por estes elementos noticia que, pelo menos desde «muito tempo» antes de 1528, aqui havia Alfândega. E dizemos aqui nas Velas, porquanto Frei Agostinho de Montalverne, na sua Crónica da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores, a respeito da Vila das Velas diz «nela assiste o Almojarife da Fazenda Real» (136).

Até à implantação do regime liberal, a Alfândega estava a cargo de um almojarife e um escrivão, tendo o juiz de fora nela alçada, como juiz da Alfândega (137). A partir dessa época e com várias designações, se manteve até 1974, altura em que passaram os serviços aduaneiros, mais simplificados, dada a supressão de direitos em grande parte, à competência da Guarda Fiscal.

---

Mas voltando um pouco atrás, dos antigos tempos, tem a Câmara Municipal das Velas, à sua posse, a Arca do Almojarifado da Alfândega desta Vila, peça do séc. XVI, optimamente conservada. Esta arca tem três chaves que estavam à guarda do juiz, Almojarife e Escrivão, e ali se recolhiam e guardavam os dinheiros cobrados das imposições da alçada daqueles serviços, sendo certo que às vezes eram essas imposições, garantidas por depósito provisório em jóias, dada a escassês de moeda. Conhecemos incidentes curiosos decorrentes desse costume, de que falaremos noutro artigo.

---

(135) *Arq. Mun. Velas - «O Respigador» nº 15, de 5/2/1889.*

(136) *Frei A. Montalverne - Obra cit. - pág. 208.*

(137) *«Ilha de S. Jorge», de J. C. S. Avellar - pág. 285.*

Ainda se regista a nota que esta Alfândega era a quarta em grandeza , nos Açores , por volta de 1821 (138).

---

(138) «*Corografia Açórica*», de J.C .A. de Sousa , pág . 98.

### 13 - Quartel da Polícia de Segurança Pública

Em 1946 foi criado o Posto Policial das Velas, composto por um graduado e seis guardas, aquartelando-se em parte do edifício da Misericórdia Velha, hoje demolido, como já referimos.

Também devido à crise sísmica de 1964 tornou este imóvel inabitável e devido a isso o Estado construiu o actual quartel, que ocupa parte do chão onde se erigia antes a Delegação Marítima, mencionada na alínea própria.



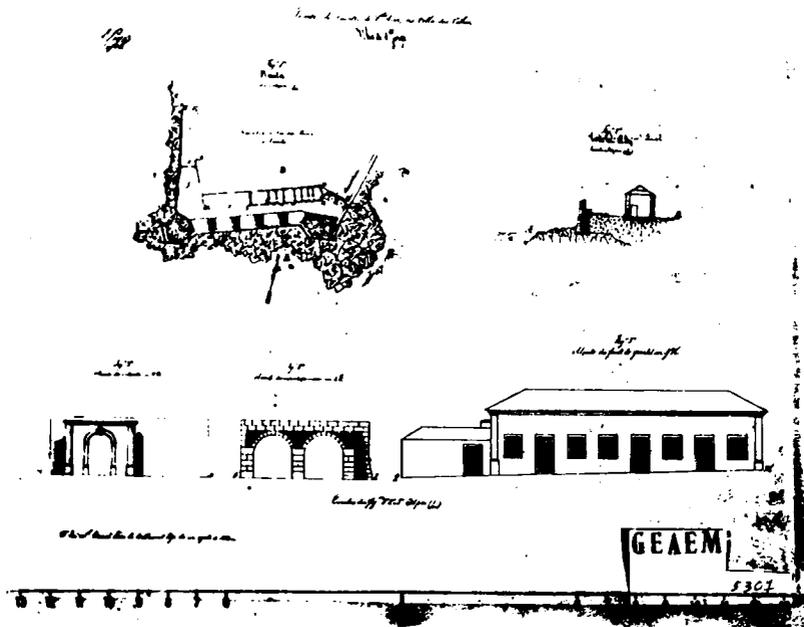
O projecto é também da autoria do já mencionado Arq<sup>o</sup> Francisco Augusto Batista, tal como o da Delegação Marítima.

A construção compreende no rés-do-chão os serviços de secretaria, arquivo, armeiro, prisão e garagem e no segundo pavimento uma moradia, camarata e anexos.

Trata-se de uma boa instalação, que no conjunto daquele quarteirão o embeleza bastante. Inaugurado em 13 de Agosto de 1970 pelo Ministro das Obras Públicas, Eng<sup>o</sup> Rui Sanches.

#### 14 - Forte de Santa Cruz

Sobre o cais, defendendo o porto das Velas, cruzava fogos com a Fortaleza da Conceição para oeste e para leste com o forte de S. Miguel, este situado na ponta da Queimada, e ainda para evitar um desembarque no reconcavo da baía, encontrava-se e existe a bombardeira da rua das Caravelas, bem como o reduto de S. José, na Granja, arriba sobranceira ao cais da rua do Poço.



A fortaleza de Santa Cruz era a construção militar mais importante desta Vila e Ilha de S. Jorge e a mais antiga, como referimos já no início deste trabalho.

As muralhas são em basalto e tufo e dispunha de 12 bombardeiras providas de outras tantas peças, casa da guarda, caserna e paiol. Nos extremos nascente e poente

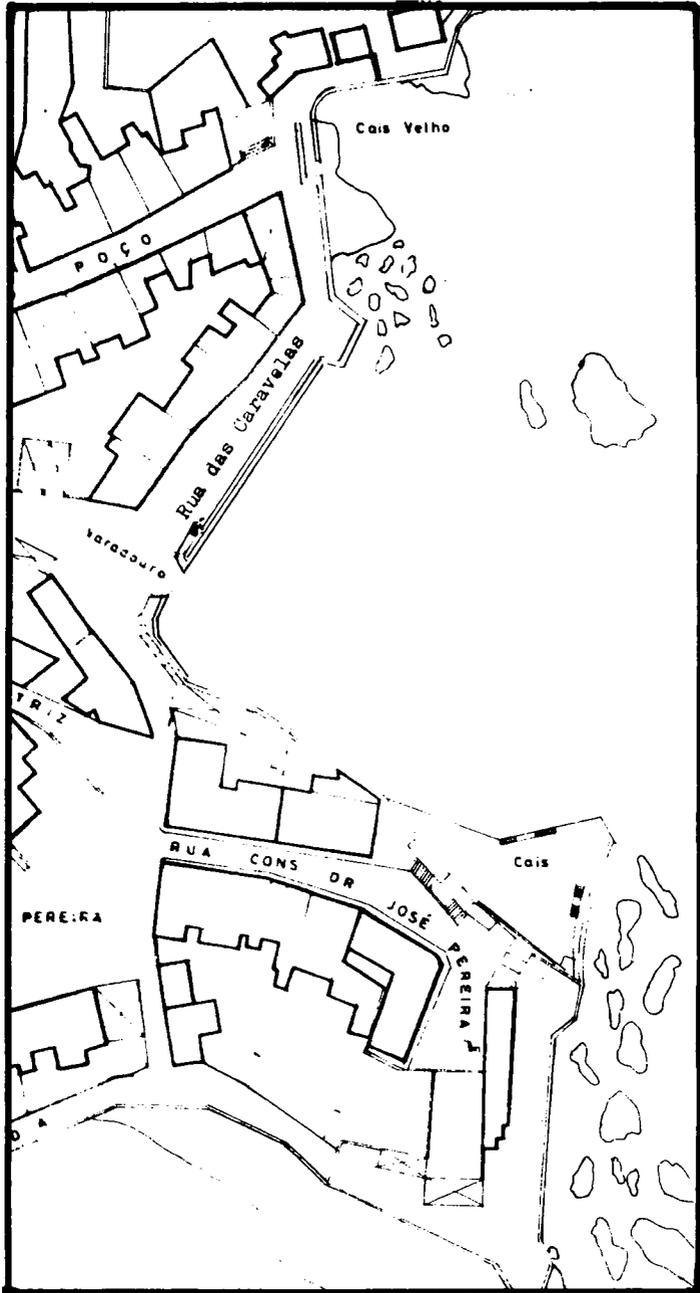
sobressaiam duas guaritas de vigia , cobertas , de que resta apenas a do lado poente .

Para o lado da terra era servida por pórtico em arco encimado pelas armas portuguesas em pedra lavrada , sobre o qual corria um torreão . Esta parte da fortaleza foi demolida em 1965 para construção do acesso ao novo cais das Velas .

O que ainda resta daquela obra militar deve ser preservada , dado tratar-se de um exemplar arquitectónico de merecimento . Recentemente a Câmara das Velas adjudicou a consolidação da base da bombardeira do lado poente e , no subsolo do seu recinto , acham-se instalados reservatórios de combustíveis líquidos .

A esta fortaleza estão ligados os acontecimentos relacionados com a invasão de Du Guay Trouin , a que aludiremos em título próprio .

Juntamos duas plantas deste forte , a primeira do século XIX e a segunda de 1957 , que nos dão melhor ideia de como era , indo na segunda marcada a parte que foi demolida .



*Forte de Santa Cruz e bombardeira da rua das Caravelas  
defendendo o cais e varadouro*

*Localização - Esc: 1/1000*

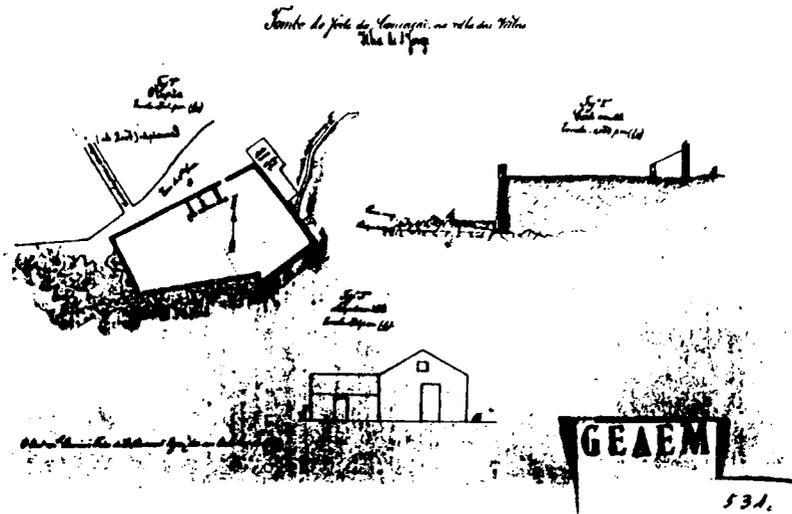
*Ano de 1957*

15 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição

A sul do bairro da Conceição situa-se o recinto muralhado que foi a fortaleza acima designada, em parte da qual está a antiga central eléctrica.

Esta construção, como já referimos anteriormente, veio ocupar o lugar donde se situavam a primitiva igreja de N. S. da Conceição e o forte do mesmo nome, levado pelo mar no dia 21 de Dezembro de 1641, dia de S. Tomé (139).

É sobranceira à areia de João Câncio e o seu panejamento de muralhas tem a altura média de nove metros sobre o mar. Cruzava fogos com a Fortaleza de Santa Cruz defendendo esta parte da Vila. Armava oito bocas de fogo e



(139) *Crónica das Ilhas dos Açores, de Fr. Agostinho de Montalverne, pág. 214.*

comportava casa da guarda, paiol, cisterna e uma guarita de vigia a poente e ainda existente.

Entre 1870 e 1928 serviu a vários fins, nomeadamente como posto hipico e nesta última data (140) foi adquirido ao Estado pela então instalada Empresa Eléctrica Velense para sua central produtora, que foi inaugurada na tarde do dia 3 de Março de 1929.

A parte do recinto desta fortaleza não utilizada pela central serviu de zona recreativa a um grupo de velenses que ali instalaram dois campos de croquete e um de ténis.

Em 1943 (141) foi aquela parte do forte vendida pela Empresa Eléctrica a uma sociedade industrial denominada Fábrica de Conservas Joaninha, Lda<sup>a</sup>, com sede em Lisboa, para uma fábrica de conservas de peixe. O projecto não se concretizou.

Em 1955 (142) a Câmara das Velas adquiriu a central eléctrica, bem como a área de pátios da mesma.

Com a construção da nova Central Eléctrica da EDA, no caminho novo, freguesia da Urzelina, a velha central volta à posse do Município, e deixa-se aqui consignada a iniciativa de que este devia entrar à posse de toda a fortaleza reintegrando-a na sua primitiva traça, nomeadamente as bombardeiras, muralhas e pórtico principal, o que ainda é possível, destinando-o depois a um fim adequado.

---

Salientamos que desde este local e para nascente até à Fortaleza de Santa Cruz e dali até à bombardeira da rua

---

(140) *Arq. Mun. Velas - P<sup>o</sup> Diversos (Central Eléctrica)*.

(141) *Idem, idem*.

(142) *Idem, idem*.

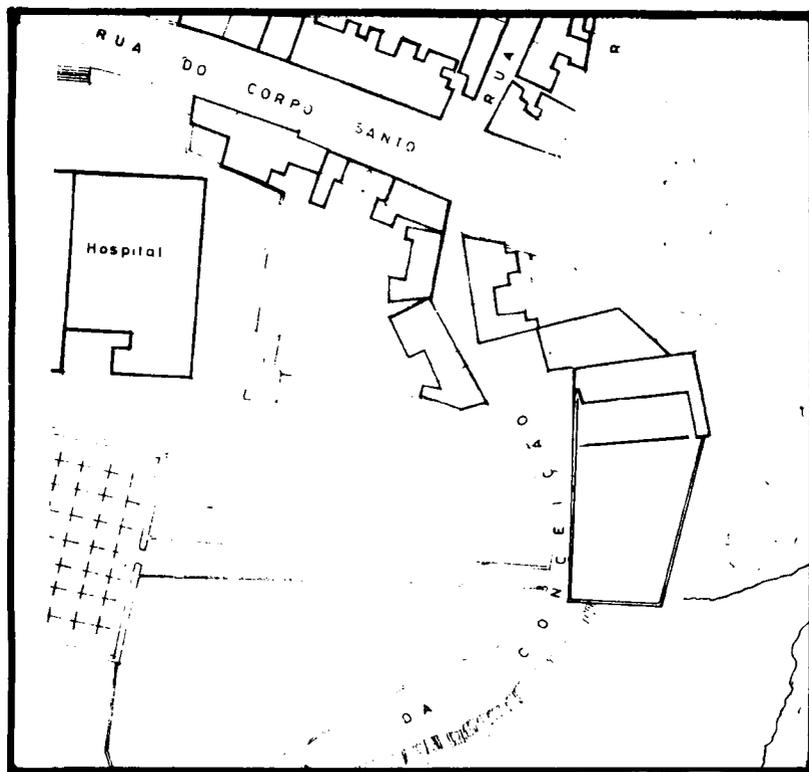
das Caravelas e cais da antiga rua do Poço, toda a Vila das Velas, pelo lado do mar, era muralhada. Neste conjunto lembramos como notável o portão do cais também chamado «as portas do mar», construído em 1797 pelo mestre pedreiro Matias de Avellar.

Seguem-se plantas deste monumento militar.

*Forte de Nossa Senhora da Conceição*

*Localização - Esc: 1/1000*

*Ano de 1957*



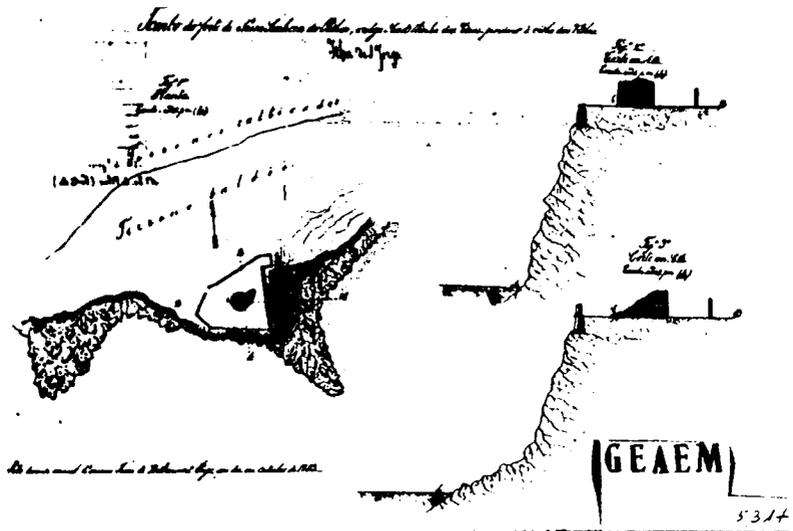
16 - Castelinho, Forte da Eira ou de N.S. do Pilar

Situa-se no local da costa designado por Ponta das Eiras, a oeste das Velas e resultou da necessidade e de defesa da localidade, naquele lado, para obstar a invasões, como aconteceu a quando do assalto a esta Vila, por Du Guay Trouin.

Como se pode ver pela planta que se anexa, dispunha de quatro bombardeiras, casa da guarda e vigia, que ainda conhecemos em parte. Muralhas em basalto e pavimento e construções superiores em tufo. O acesso fazia-se por porta simples de cantaria sem qualquer ornato.

Depois de construído não se registou no mesmo qualquer acção militar.

A planta do mesmo, no século passado, era a seguinte :



Não foi o tempo que o destruiu, somente, mas sobretudo a acção dos homens.

Era passagem obrigatória para a já referida Ponta das Eiras, grande pesqueiro e devido a essa servidão, os que passavam iam a pouco e pouco deslocando as pedras para sua comodidade e assim se foi destruindo o seu extremo sudoeste.

Por volta de 1929 foi arrendado ao Estado por João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, para guarda de carneiros que se criavam nos baldios circundantes. De posse do arrendamento, fechou o recinto com portão de madeira. Gerou-se polémica e os habituais utentes do pesqueiro não só destruíram o portão como foram praticando aberturas nos muros para melhor passarem.

A designação que encima esta nota tem a seguinte explicação: castelinho - por se tratar da obra militar de defesa desta Vila de menor dimensão; Forte do Pilar - devido à proximidade da ermida de N. S. do Pilar; e Forte da Eira, dado que, para o lado da terra existir uma eira para debulha de trigo.

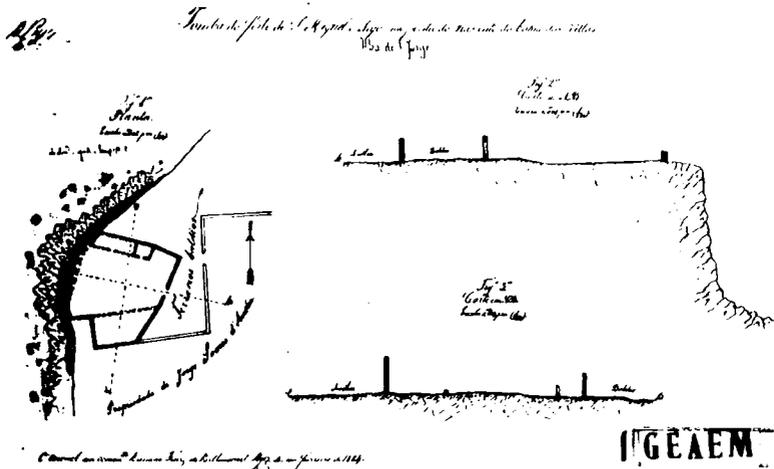
Apesar de, no seu estado actual apenas conter as muralhas até ao nível do terreno da plataforma, merecia ser restaurado, pelo menos o levantamento do panejamento das muralhas até certa altura, visto que constitui um belo miradoiro sobre o Canal de São Jorge com o Pico e o Faial por fundo, portanto recinto do maior interesse turístico.

17 - Fortaleza de São Miguel

Situado na ponta da Queimada , a nascente da baía das Velas , constituía o final do conjunto de obras de defesa do porto . Designava-se no vulgo pelo «castelo da Queimada» . A sua existência vem referida na memória do Brigadeiro António do Couto Castel Branco , portanto no início do século XVIII . Situado a uma cota de 50 metros sobre o mar , este facto conferia-lhe posição sobranceira na defesa da baía .

Ainda conhecemos nos anos 30 as muralhas , bombardeiras quási intactas e a cada da guarda em parte . Armava cinco bocas de fogo .

Os desmoronamentos que se tem verificado naquela parte ocasionaram o seu desaparecimento hoje total . A isso deve acrescer-se ter-se tirado pedra dali para construções .



A planta que anexamos é o único elemento que possuímos e por ela fica-nos uma lembrança do que foi o Forte de São Miguel, da baía das Velas.

**18 - Reduto de São José sobre o porto (Granja)**

Situava-se no sitio da Granja , local da encosta sobranceiro ao cais da rua do Poço , também chamado caisinho .

Armava duas peças e servia para evitar qualquer desembarque naquele pequeno cais .

Ainda há una trinta anos lá estivemos e ali existiam nessa época um resto da plataforma e duas peças de ferro . Hoje , ao que nos consta nada ali existe .

Era obra de reduzido valor e do mesmo não conseguimos qualquer planta ou desenho .

Fica aqui esta nota para que todo se não perca esta memória .

## 19 - O porto das Velas

Passamos a reproduzir as notas que publicámos nos «Boletim Municipal» da Câmara das Velas, nºs 12 e 14, de 6 de Maio e 21 de Junho de 1983.

A noticia documentada mais antiga que temos referente ao porto das Velas, é a petição que em 1587 a Câmara desta Vila dirigiu a El-Rei Filipe I, para aplicação de 150 cruzados no melhoramento do cais e desembarcadouro, que mereceu parecer favorável por provisão daquele Monarca de 6 de Maio de 1588, cujo original se encontra arquivado na secção de reservados do Arquivo Municipal.

Ainda relacionado com a defesa do porto, a primeira noticia que alcançámos é a carta de D. Sebastião, de 4 de Junho de 1572 (143), ordenando a sua fortificação. Dessa época a construção dos fortes de St<sup>a</sup> Cruz e da Conceição (o primeiro e que o mar depois levou). Posteriormente, no período de 1606 a 1621, são construídas as muralhas de todo o perímetro marítimo desta Vila, desde o poço de beber (hoje rua Infante D. Henrique) até à Fortaleza da Conceição. Foi a obra dirigida pelo Capitão Marcos Fernandes de Teive, tendo sido nesse período construído também o reduto de S. José (Granja) sobre o porto e a vigia de Entre-Morros, com uma bombardeira.

Visavam estas obras, entre o mais, a defesa do porto, onde se construíram caravelas.

Entre 1796 e 1799, fazem-se melhoramentos no cais, com a substituição do pavimento que era de tufo, por basalto, que ainda hoje está lá em parte. É desse período o portão do cais (portas do mar ou da Vila) e integrado naquelas obras. Foi seu arquitecto o mestre Matias de Avellar,

---

(143) *Arq. Açores*, Vol. 4, pág. 180.

da famosa geração dos mestres pedreiros Avellares, a que temos feito referência ao longo deste trabalho (144).

Em 1933, procedeu-se a uma ampliação do cais, até à Guarita do lado nascente da Fortaleza de Santa Cruz e Construiu-se a muralha sobre o «Poção», que resultou infeliz na sua concepção.

Em 1964 é adjudicada à firma Cimar - Construções Civis e Marítimas, Ld<sup>a</sup>, a ampliação do cais e beneficiação do varadouro, sendo esta fase concluída em 1972. No ano findo foi o paramento do cais prolongado até ao varadouro. Ficou desde 1972 capaz de receber os navios por acostagem.

---

Até 1892, as cargas retiradas das embarcações que demandavam o porto, ou se faziam à prancha, quando, pela tonelagem os navios se podiam aproximar do cais, sobretudo veleiros transportando sal a granel, ou por transbordo dos veleiros maiores ou navios a vapor, para lanchas de descarga. Retirar as cargas das lanchas para o cais era penoso, usando-se aparelhos primitivos de elevação do tipo cábreá. Em 18 de Junho de 1892, a Câmara das Velas, deliberou adjudicar a uma firma de S. Miguel, por 375,000 réis um guindaste, misto de ferro e madeira, com força de elevação de 1.500 Kg. Esta deliberação foi confirmada pela de 6 de Agosto daquele ano. Em 13 de Março do ano seguinte (1893), a Câmara, deliberou tomar conhecimento de que o guindaste quebrara por deficiência de fabrico. Este guindaste fora construído por Inácio Ribeiro Alves, de Ponta Delgada. Na deliberação antes referida, foi resolvido «encapar (sic) o guindaste, por não corresponder ao contrato», e foi de logo

---

(144) «Ilha de S. Jorge», de J.C.S. Avellar - pág. 254.



*O Porto das Velas (vista geral)*

também resolvido pedir para Inglaterra outro guindaste de força de 5.000 Kg. Este novo guindaste de que foi fornecedor Tomaz Pereira da Silva, desta Vila, custou 1.524.900 réis e entrou ao serviço no fim daquele ano. Tão boa foi a aquisição deste aparelho que ainda hoje, decorridos 93 anos, se encontra instalado no nosso cais, prestando serviço. Era presidente da Câmara no tempo da sua aquisição o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa.

---

Este guindaste, propriedade do Município, era explorado por arrematação anual, e constituía uma verba apreciável nas receitas camarárias.

O Governo em 1895 pretendeu entrar à posse do

guindaste . . . e a Câmara, por deliberação de 2 de Novembro daquele ano resolveu . . . cedê-lo ao Estado, pelo valor do seu custo. No entanto surgiram dificuldades de tesouraria pela parte adquirente, tendo o Governo desistido da sua iniciativa . . . Ficou assim continuando a pertencer ao Município que o explorou até 1934, data em que foi cedido à Junta Autónoma dos Portos, por disposição legal então criada, entidade que a partir daquele ano passou a ter à sua conta a respectiva exploração.

O porto e cais das Velas, pela sua situação, segurança e natureza de fundos marinhos, tem sido desde o principio do povoamento elemento de grande valor para a economia desta Ilha e, ao presente, sendo o único cais acostável para navios de certo calado existente em São Jorge, continua a manter essa prerrogativa.



*O Porto das Velas*

## 20 - O Jardim Municipal

Por actual, socorremo-nos neste titulo do que publicámos nos «Boletim Municipal das Velas», nº 17 e 18, de 21 de Outubro e 22 de Novembro de 1983.

O Jardim Municipal das Velas, que desde 1911 passou a designar-se por Jardim da República, tem a sua história que convém registar neste Boletim, reunindo os elementos dispersos por actas da Câmara, Livros de contabilidade, jornais e livros, permitindo uma visão de conjunto sobre o mesmo, desde o seu inicio.

Em 30 de Janeiro de 1836, João Soares de Albergaria de Sousa, propôs à Câmara das Velas, de que era Presidente o Capitão José Soares de Sousa, a cedência do prédio que hoje constitui o Jardim, pelo valor de 200,000 réis, oferecendo em desconto a quantia de 40,000 réis do seu bolso e mais 30,000 réis em nome de seu irmão o Tenente-Coronel José Soares de Albergaria e no de seu sobrinho o Dr. Miguel Teixeira Soares de Sousa, em partes iguais, vindo a Câmara a dispensar apenas 130,000 réis. O prédio valia na altura quatro vezes mais a importância pedida, dado que no inventário de sua mãe D. Isabel Delfina da Silveira, em 1892, fora avaliado em 500,000 réis. A Câmara aceitou a proposta (145).

Aquele terreno era murado, com uma casa alta te-lhada no lado norte e plantio de laranjeiras, constituindo uma quinta.

Obtida a posse do terreno, foram demolidas as paredes da cerca e casa, procedendo-se à sua terraplanagem em relação às ruas circundantes e enrelvamento.

Assim se manteve até 1867, data em que, ainda por

---

(145) «O Jorgense», nº 24, de 1/10/1872.

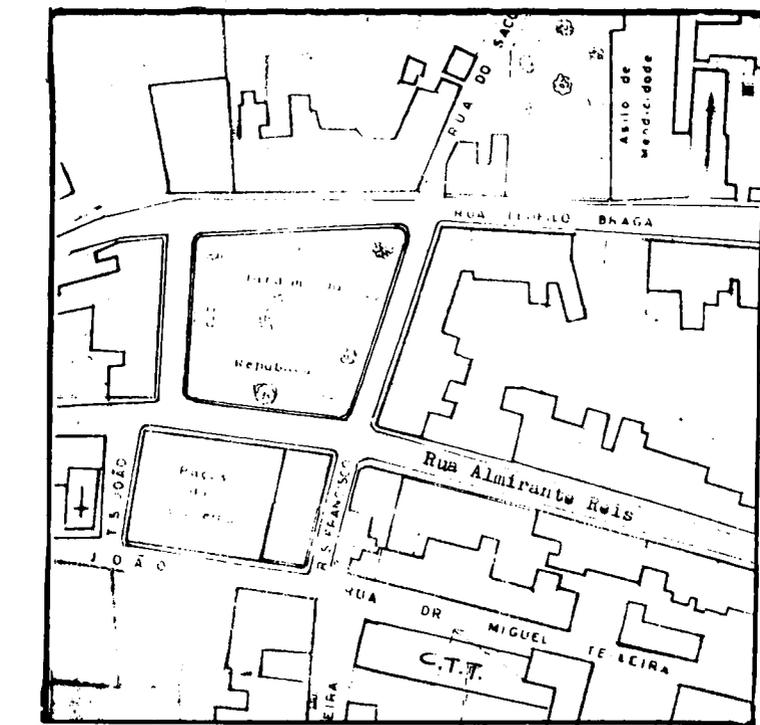
iniciativa do mesmo João Soares de Albergaria de Sousa, então Presidente do Município, se iniciou a sua arborização. A conclusão efectuou-se em 1870, sendo Presidente da Edilidade o Comendador Manuel Vitorino Amarante. A árvore mais notável do conjunto ali posto, era uma araucária, colocada no centro do terreno e que atingiu proporções monumentais (146).

Em Outubro de 1889, são colocados quatro candeeiros em lanternas de latão, para iluminação daquele recinto (147).

*Jardim da República*

*Localização - Esc: 1/1000*

*Ano de 1957*



(146) «A Ilha de S. Jorge», de J. C. S. Avellar - pág. 253.

(147) «O Respigador», nº 32, de 20/10/1889.

Em 1898, a Câmara presidida pelo Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, procede ao arranque da araucária e outras árvores existentes ali, substituindo-as por outras, construindo-se o corete (kiosque), como ainda hoje se vê, como padrão comemorativo do quarto centenário da Descoberta da Índia (148).

Em Janeiro de 1902 deliberou a Câmara proceder ao embelezamento do Jardim, construindo-se os canteiros primitivos em pedra queimada e tijolo cerâmico e plantando-se as árvores – hoje monumentais, que lá ainda se encontram (149) e por deliberação de Julho de 1903 resolve-se vedar o jardim (150) o que se executou entre 1904 e 1905 (151), sendo construtor da grade e portões o serralheiro José Maria Gambão, das Velas e custou 1. 146,000 réis (152).

As colunas que ladeiam os portões foram inicialmente projectadas em ferro fundido, mas, finalmente executadas em basalto lavrado a pico fino e ainda ali se encontram, sendo de considerar a sua elegância, proporções e execução.

---

Dissemos anteriormente, que em 1898 fora construído o kiosque, como padrão evocativo da Descoberta da Índia. As despesas com a sua construção ascenderam a 902,830 réis (153). Por sua vez as despesas de embelezamento realizadas em 1902 foram de 908,525 réis (154).

---

(148) J.C.S. Avellar, obra cit., pág. 253.

(149) Arq. Mun. Velas - Actas de 1902, 1903 e 1905.

(150) Idem.

(151) Idem.

(152) Arq. Mun. Velas - Projectos Municipais 1903/5.

(153) Idem - Conta de 1892/1902 (Reg.) fls. 68.

(154) Idem - Idem 1903/1910, fls. 7.

O Jardim Municipal das Velas , era inicialmente designado por Praça Municipal e também por Praça Nova , dado que o actual Largo Dr. João Pereira tinha as designações de Praça Velha ou Largo da Matriz .

## 21 - Cemitério Municipal da Conceição

Em 1834 foi proibida a inumação de cadáveres nas igrejas, prática secular. De harmonia com a Lei, a Câmara das Velas, instalou o primeiro cemitério, de reduzidas dimensões, em parte da cerca do Convento de Nossa Senhora do Rosário, na rua das Freiras, hoje chamada rua Guilherme da Silveira (155).

Por portaria de 4 de Maio de 1838, foi cedida à Câmara parte da cerca do também extinto Convento de São Francisco, para construção do Cemitério, que passou a denominar-se por Cemitério da Conceição, e é o actual.

A Câmara eleita em 29 de Maio de 1851 e constituída pelo Dr. António José Pereira da Silveira e Sousa, presidente e sendo vereadores João Inácio Bettencourt Correia e Ávila, Bernardo José de Sousa e João Vitorino Amarante resolveu dar início à construção e assim em reunião de 10 de Agosto daquele ano inscreve no seu orçamento a verba de 300,000 réis para início da mesma (156). A construção demorou e só em 1856 ficou concluída.

O auto de benção do Cemitério é nos seguintes termos (157):

«Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e seis, aos vinte cinco dias do mês de Março, pelas dez horas da manhã se reuniram na casa da Câmara desta Vila das Velas os ilustrísimos senhores Dr. João Pereira da Cunha Pacheco, Presidente, Vereadores João Inácio de Bettencourt Correia e Ávila, António de Azevedo Bettencourt e Francisco José de Betten-

---

(155) «Ilha de S. Jorge» - J.C.S. Avellar, pág. 276.

(156) Arq. Mun. Velas - Actas 1850/1856.

(157) Idem - Actas 1856.

court Correia e Ávila, afim de ir (sic) assistir à benção solene do Cemitério desta Vila, mandado construir pela Câmara na cerca do suprimido Convento de São Francisco; e saindo em direcção à Igreja Matriz e reunidos ali com alguns empregados públicos, e pessoas de maior distinção da Vila previamente convidadas para este acto, seguiram no préstito que se compunha das Irmandades da Misericórdia e Santissimo Sacramento e do reverendo Clero, se encaminharam ao referido cemitério, e assistiram à benção do mesmo pelo Rev. Vigário desta freguesia António Martiniano de Mendonça, donde concluido o acto, se retirou outra vez para esta Casa. E para constar mandaram lavrar o presente que assinam. José Maria das Dores e Mendonça, escrivão da Câmara o escrevi na Sala das Sessões da mesma em dia, mês e ano supra. Seguem as assinaturas».

Logo no ano seguinte, em Abril de 1857, procede a Câmara à trasladação para o novo cemitério dos restos mortais do Bispo D. António Vieira Leitão e do fundador do Convento do Rosário Padre Amaro Teixeira Fagundes. Lavrou-se termo que passamos a transcrever do Livro de Actas da Câmara, de 1856/1863:

Eis o auto: Trasladação – Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de mil oitocentos e cinquenta e sete, nesta Vila das Velas da Ilha de S. Jorge nas Casas da Câmara se reuniram os actuais membros do corpo municipal os illustrissimos senhores Presidente Doutor João Pereira da Cunha Pacheco, e Vereadores João Inácio de Bettencourt Correia e Ávila, António de Azevedo Bettencourt e Francisco José de Bettencourt e Ávila, afim de irem assistir à trasladação dos ossos do Bispo que foi desta diocese D. António Vieira Leitão, falecido nesta Vila, por ocasião de visita, no ano de mil setecentos e catorze, bem como à trasladação dos ossos do fundador do Convento suprimido de Nossa Se-

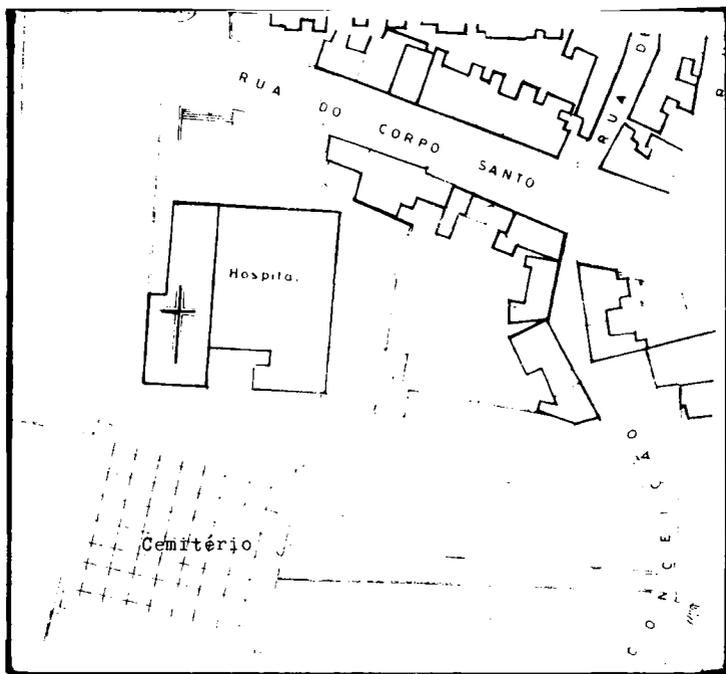
nhora do Rosário desta mesma Vila o Reverendo Amaro Teixeira Fagundes, os quais, uns e outros, tinham sido exumados, sob exploração duma comissão nomeada para o dito fim, por esta Câmara, em trinta e um de Março do ano próximo pretérito, a qual havia ultimado sua missão em sete de Abril do mesmo ano, como do relatório no Arquivo desta Câmara, fazendo exumação dos restos mortais de tão venerandos, quão respeitáveis sacerdotes que se achavam enterrados na Capela-Mór da profanada Igreja do Rosário, donde foram conduzidos em caixões distintos para a capela da Ordem Terceira da Igreja de São Francisco, onde se conservaram até hoje sob guarda do Reverendo Vigário da Matriz António Martiniano de Mendonça. Pelas dez horas da manhã saiu o Corpo Municipal dos Paços do Concelho e se encaminhou à Igreja de São Francisco, onde sob uma pequena eça se achavam dois caixões decentemente preparados, e que continham os ossos dos dois virtuosos sacerdotes; pouco depois saiu o préstito fúnebre acompanhado das principais autoridades, empregados do Concelho e de muitas pessoas da nobreza, previamente convidadas pela Câmara, das Irmandades do Santissimo da Matriz e da Misericórdia, e de algumas pessoas do povo, não tendo permitido o mau tempo que concorresse o clero das freguesias mais remotas, e dos outros concelhos que para isso foram também convidados assim como outras muitas pessoas; O caixão que encerrava os ossos do Prelado diocesano foi conduzido por quatro sacerdotes, e por falta de número suficiente deixou o outro caixão de ser conduzido também por sacerdotes, sendo levado por quatro cavalheiros dos principais. Chegado o préstito à Matriz, para onde se dirigira e colocados os dois caixões sobre uma eça aparatosa, celebrou-se em seguida um officio solene e Missa, no fim da qual o dito Rv. Vigário, que capitulara o officio, subiu ao púlpito e fez uma oração

análogo ao objecto; concluída esta celebraram-se os resposos conforme os ritos da Igreja, nas exéquias dos Prelados. Em seguida foi encerrado o caixão dos ossos do fundador em um carneiro na Capela do Senhor Jesus, pertencente à Família dos senhores Teixeira Soares, que ele mesmo mandara fazer e a caixa dos ossos do Prelado, acompanhada de todos os que assistiram à solenidade fúnebre, foi levado ao Cemitério da Conceição, onde depois de metido em uma caixa de madeira foi esta guardada em um jazigo feito de pedra com sua tampa ao lado direito do altar do mesmo Cemitério. Concluído este acto retiraram-se o cortejo e a Câmara recolheu aos Paços do Concelho, mandando lavrar o presente auto para constar, que assina com algumas das au-

*Cemitério Municipal da Conceição*

*Localização - Esc: 1/1000*

*ano de 1957*



toridades presentes e pessoas assistentes. José Maria das Dores e Mendonça, Escrivão da Câmara, o escrivi. ass) – João Pereira da Cunha Pacheco, Presidente; João Inácio de Bettencourt Correia e Ávila, António de Bettencourt Azevedo, Francisco José de Bettencourt e Ávila; o Administrador do Concelho, José Soares Teixeira de Sousa; o Juiz de Direito, Francisco Pinto dos Reis Mascarenhas; o Delegado do Procurador Rêgio, Manuel Inácio do Couto Ramos e Silveira; António José Pereira da Silveira e Sousa, António Pedro da Silveira, Escrivão da Alfândega; João Lourenço Pereira, José António de Almeida, cirurgião médico da municipalidade; José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa; João Silveira de Bettencourt e Carvalho; o Vigário António Martiniano de Mendonça; João Soares de Albergaria; António Joaquim dos Reis Portugal; António Maria Torrens, Comandante Militar; João de Matos Azevedo; Joaquim Severino de Avelar, Miguel Teixeira Soares de Sousa; José Acácio da Silveira, José Maria das Dores e Mendonça».

---

Ainda mais uma nota referente ao Cemitério. A primeira sepultura cedida, verificou-se a 27 de Dezembro de 1866, cujo termo é o seguinte:

«Registo nº 1 – A vinte e sete de Dezembro de mil oitocentos sessenta e seis, foi cedida a propriedade de uma sepultura a D. Ana Angélica da Silveira e D. Maria Londina da Silveira, solteiras, desta Vila, onde foram depositados os restos mortais trasladados do antigo cemitério, do Reverendo António Pereira Cardoso, tio das mesmas e Vigário que foi da Matriz desta Vila» (158).

Como curiosidade anotamos também que D. Maria Londina da Silveira, referida neste registo, foi quem doou à Matriz das Velas o quadro a óleo da Virgem com o Menino, que os peritos atribuem à escola de Pedro Alexandrino e está colocado na Capela da Senhora das Dores da mesma Igreja. Esta senhora era filha de Amaro Pereira da Cunha e faleceu a 7 de Dezembro de 1922, com 104 anos de idade (159).

---

(159) *Idem - Proc. dos Bens das Igrejas/1927 e L<sup>a</sup> Reg. Enterramentos.*

## 22 - Teatro Velense

Já não existe. A crise sísmica de 1964 destruiu o edifício em que se encontrava instalado, mas desde 1948 que não funcionava.

Para se falar do Teatro Velense, temos que referir previamente o «Club Velense» que está na sua origem.

Teve estatuto que convém reproduzir por desconhecimento certamente de todos os que nos lerem.

«Estatutos do Club Velense :

Cap<sup>o</sup> 1 - Da denominação e fins da sociedade.

Art<sup>o</sup> 1<sup>o</sup> - A sociedade é denominada - Club Velense.

Art<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> - O seu fim é o decente recreio e honesta convivência dos sócios e famílias.

Art<sup>o</sup> 3<sup>o</sup> - Celebra seus trabalhos e reuniões em parte do extinto Convento de Nossa Senhora do Rosário prestado gratuitamente para este fim pelo seu proprietário José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, enquanto as circunstâncias não fizerem suspender o empréstimo.

Art<sup>o</sup> 43<sup>o</sup> - Qualquer alteração que se faça a estes estatutos carece de aprovação Régia.

Sala da Assembleia Geral, 9 de Abril de 1858. O Presidente, José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa. Secretários, António Pedro da Silveira e Mesquita, Manuel Inácio do Canto Ramos e Silveira.

Aprovados por decreto, datado de hoje. Paço de Maфра em 31 de Março de 1859. António Maria de Fontes Pereira de Melo» (160).

Sobre este Club, na revista «Atlântico», nº 41, de 31 de Março de 1864, lê-se a seguinte crónica, que nos vai dar noticia da criação do Teatro Velense. É assim:

«São Jorge - Club Recreativo Velense - É sempre com prazer que registamos todos os factos que tendam a desenvolver nos Açores a cónvivência social, e a estreitar as relações dos seus habitantes por meio de associações, nas quais a par das distrações do espírito se encontra um poderoso elemento de civilização. Neste caso está o Club Velense instalado há pouco em S. Jorge e organizado com todos os elementos de ordem e estabilidade. Foi principal promotor desta excelente sociedade o snr. Dr. José Pereira da Cunha que mandou expressamente reedificar uma casa para este fim e ofereceu o seu uso à sociedade enquanto durar. A sala do baile é espaçosa e os gabinetes de leitura e de



*O pano da boca de cena*

jogo têm todas as condições de confortabilidade . Todas as noites ali se reúnem muitos cavalheiros da terra e não é raro ver cheias quatro mesas de voltarete . O gabinete de leitura não é menos concorrido; mas o que há mais a notar é que as desinteligências tão naturais em terras pequenas são inteiramente esquecidas dentro daquele recinto . Pode dizer-se que ali é a mansão da paz . A sociedade deu o seu baile de instalação no Domingo de Páscoa , e segundo as informações que colhemos , esteve brilhante e animado . Concorreram perto de 40 senhoras e 60 cavalheiros . Durou toda a noite , e a última polka terminou aos raios da luz do sol . A noite a todos pareceu pequena e o serviço foi feito com muita regularidade e proporção . Tocou a filarmónica da Calheta , que o sr . Cunha também organizou oferecendo-lhe os instrumentos precisos . Muitos cavalheiros de diversos pontos da ilha e alguns da do Pico concorreram ao baile . Projecta-se brevemente outro que se julga será ainda mais concorrido . O sr . Dr . Cunha , verdadeiro espirito civilizador da sua terra natal , não quis deixar a obra da organização do Club incompleta . Contiguo à casa da sociedade mandou construir um teatro que brevemente estará concluído . À sua construção presidiu uma boa ideia . A sala actual do baile deve comunicar com a galeria das senhoras , para lhes servir de salão de passeio nos intervalos dos actos»

O Club Velense foi extinto em 1873 .

Em 1864 iniciou-se a construção do Teatro Velense , que foi inaugurado solenemente em 2 de Fevereiro de 1865 , como refere José Cândido da Silveira Avellar .

Comportava 32 camarotes em três ordens e 100 lugares de plateia . Ainda o conhecemos muito bem . O pano da boca de cena representava uma vista da Vila das Velas em 1864 , tirada do mar e fora pintado por Manuel de Oli-

veira , de Angra do Heroísmo . Tratava-se de uma boa figuração desta Vila .

A partir de 1908 passou a ser arrendado na sua exploração , e em 1938 a família Cunha vendeu aquele imóvel a António Francisco da Silveira Pineu e como referimos no princípio deste título foi arruinado com os sismos de 1964 e demolido . Nessa altura o pano de boca de cena antes mencionado ficou destruído . Pela reprodução fotográfica que juntamos , muito desmerecida já , ficaremos com uma ideia pálida do que eram as Velas em 1864 .

Voltaremos a fazer referência a este Teatro quando mencionarmos a Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense , que ali teve sede de 1938 a 1959 .

# Teatro Velense

6. de Maio de 1917



Récita infantil em benefício  
da instrução e da Biblio-  
teca Escolar Popu-  
lar das Velas.

## Programa

1.ª Parte

### A Glor da Serra

PEÇA EM 3 ACTOS ORIGINAL DE  
Ruy de Mendonça

(LETRA)

Francisco Augusto Cordeiro  
(MUSICA)

(3.ª Representação nos Açores)

FIGURAS

Maria . . . . . Menina Olímpia M. Goulart  
João . . . . . Maria das Dores Avelar  
Augusto Menino . . . . . Carolina A. da Silva  
Isaura . . . . . Menina Joaquina A. Freitas  
António Menino . . . . . Manuel B. Francisco  
Luís . . . . . António S. Gomes  
1.º Pastor . . . . . Amelino B. de Sousa  
2.º Pastor . . . . . Renêcio P. Amor

COMO COMPOSITORES DE MUSICA: G. G. G. G. G.  
GORGES, MARIA D. SABINO E MENINO AUGUSTO  
NHO BOTELHO  
DOIS CRIADOS E VOZES  
MINHO, 1913

2.ª Parte

### Lição de Moral

Episódio em um acto original de

Angelina Vidal

FIGURAS

Mário . . . . . Manoel A. S. Gomes  
Celeste . . . . . Menina Maria da  
Dores Avelar

ACTUALIDADE

INTERVALO DE 15 MINUTOS

### ABERTURA AS VINTE HORAS EM PONTO

Director do espectáculo

Ruy de Mendonça

Regente da Orquestra

Ex.º Sr. Adolfo Portugal

Coat. ussegra

Ex.º Sr. Manuel I. Viegas

Adressante

Ex.º Sr. Francisco Giraldes

Ponto

Alfredo Dias

A Orquestra é composta pelo Ex.º Sr. João  
Forjas Pacheco, piano; Cosme B. Anonante, 1.º  
violino; Gil A. Freitas, 2.º violino; Blarmino F. Re-  
bello, viola; Virgínio Pacheco, violoncelo; Manuel  
Nérgio e José de Andrade Baetas; Sérgio Avelar,  
1.º clarinete; Euillio B. Avelar, 2.º clarinete; José  
Souza, 3.º clarinete; Raul P. Gomes, cornetim; Arthur  
P. Soares, bombardino; Manuel da Silva, tromboia.

Programa de um espectáculo realizado em 1917,  
o mais antigo que conseguimos

### 23 - Cine São Jorge

Por adaptação de um imóvel existente na rua Maestro Francisco de Lacerda (rua Direita) e projecto aprovado pela Inspeção dos Espectáculos, foi da iniciativa de Manuel Inácio Cordeiro e João Inácio da Silveira, que constituíram para o efeito uma sociedade denominada «Cordeiro & Silveira, Ld<sup>a</sup>».

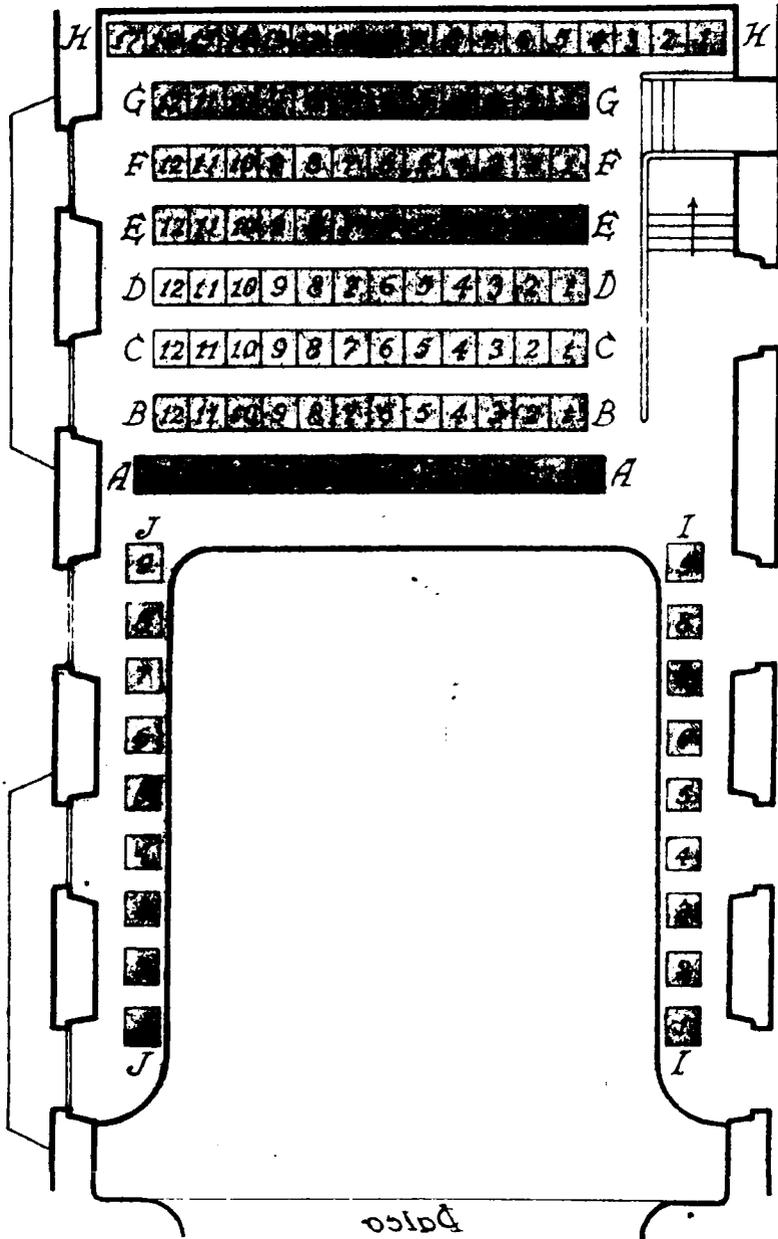
Foi solenemente inaugurado em 11 de Julho de 1948, com o filme Fátima terra de fé. Os bilhetes eram de 6\$, 8\$, 9\$ e 10\$00.

Comporta 168 lugares de plateia e 120 lugares de balcão num total de 288 lugares. Depois de bar anexo, no primeiro pavimento e outras instalações necessárias.

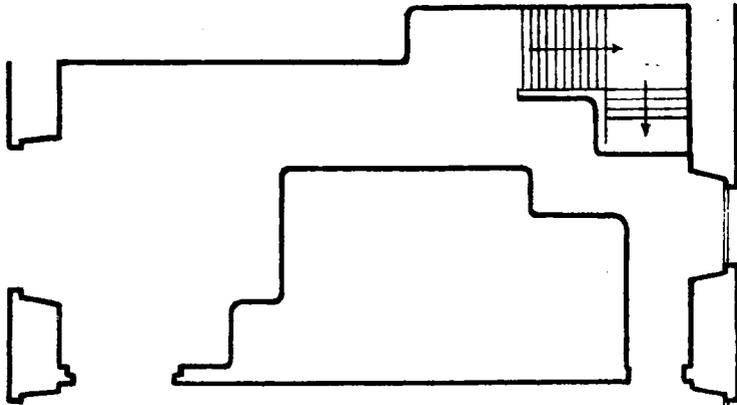
Mantém-se ainda em exploração em regime de arrendamento.

A planta da sala, nos seus dois pavimentos é conforme os desenhos reproduzidos a seguir.

# Balcão



# Plateia



L 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 L

K [shaded] 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 K

J [shaded] 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 J

I 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 I

H 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 H

G 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 G

F [shaded] 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 F

E [shaded] 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 E

D [shaded] 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 D

C 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 C

B [shaded] 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 B

A [shaded] 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 A

Dalco

## 24 - Sociedades Recreativas e Desportivas

### A - Sociedade Nova Aliança

Associação recreativa e musical, fundada em 3 de Abril de 1900. Como do programa do cinquentenário da sua fundação, foram sócios fundadores: José Francisco da Silveira Pineu, André Goes, António Cristiano da Silveira, António Freitas Lopes, António Sabino Pereira, Francisco Silveira Goulart, João Borges Cândido, João Gambão, João Marcelino Goulart, João Inácio Soares, Joaquim Cardoso do Livramento, José Gonçalves Gambão, José Inácio da Silveira, José Sabino Pereira, Manuel de Almeida Cristiano, Miguel Sabino Pereira e Silvino Borges Cândido.

Os estatutos são datados de 24 de Outubro de 1912 e assinados por alguns dos sócios de então, a saber: José Soares de Albergaria Mesquita, Cosme Bettencourt Amaranante, João Ávila, Aires da Silveira, Joaquim Cristiniano da Silveira, Manuel Vieira Rodrigues, José Francisco da Silveira Pineu, Raúl Pereira Goes, José Inácio da Silveira, Joaquim Cardoso do Livramento, António Cristiano da Silveira, António de Freitas Lopes, Amaro Carvalho de Medeiros e Manuel Pereira Dutra.

O primeiro local de reunião desta colectividade foi nas casas de Viriato Patricio desta Vila e hoje demolidas.

Depois construíram um prédio na rua Infante D. Henrique, actualmente usado para armazém, situado a seguir à casa que foi de D. Isaura Portugal, mas em 4 de Agosto de 1917 adquiriram por compra a sua primeira sede própria na rua da Capela, prédio que hoje é pertença da viúva de Joaquim Bettencourt. Esta compra foi pelo valor de Esc: 309\$00 e feita a José Francisco da Silveira Pineu.

Ali se manteve até 1938, data em que tomou de

aluguer o prédio da família Cunha (casa do Engenho), na Avenida 19 de Outubro de 1910, onde se mantiveram até 1957, tendo feito obras de que resultou um bom salão de festas com palco e outras benfeitorias.

Esta prestante colectividade adquiriu em 1957 um prédio na rua Dr. Miguel Teixeira, que ficou seriamente danificado pelos sismos de 1964. No mesmo local construíram a sua sede actual, com projecto aprovado superiormente. Trata-se de um imóvel que muito veio valorizar esta Vila.

Além da filarmónica que tem o nome da sociedade, manteve durante anos um grupo cénico que juntamente com a filarmónica, realizou em anos idos visitas a outras ilhas do arquipélago e obteve bom renome.

Continua em plena actividade e o número de sócios actualmente é de cerca de 250.

## **B - Lusitânia Club Recreio Velense**

Foi fundada em 18 de Fevereiro de 1923 e foram seus fundadores José Inácio da Silveira, João Ferreira Rebelo, Manuel Vieira, José Sabino Pereira, João Sabino Pereira, João Inácio Soares, José Pereira Brandão, Virgínio Blayer da Silveira, Joaquim Soares Teixeira, Manuel Vieira Rodrigues, Cristovão Cristiano da Silveira, Carlos Pereira Cardoso, José Martins Avelar e Francisco Xavier Bettencourt.

O seu primeiro estatuto é datado de 12 de Maio de 1926 e o actual de 29 de Setembro de 1952. As suas finalidades são acções recreativas, culturais e beneficentes.

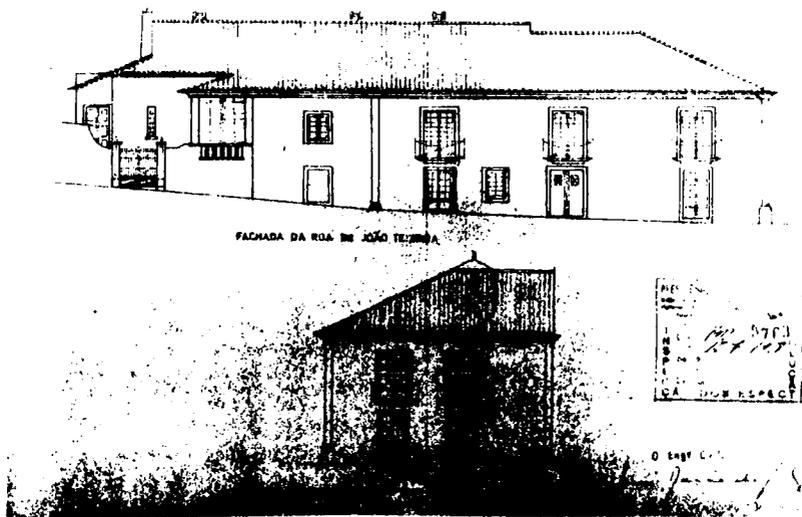
Instalou-se no prédio do Engenho na data da sua fundação, à saída das Velas e até se manteve até 1937, data em que mudou para o antigo Teatro Velense e parte do imóvel que lhe ficava adstrito, então adquirido, como dissemos já, por António Francisco da Silveira Pineu.

Em 30 de Maio de 1957 adquiriu a herdeiros de João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, o prédio daquela família sito no gaveto das ruas Dr. João Teixeira e Cunha da Silveira, por 48 horas.

Com projecto aprovado pela Inspeccção dos Espectáculos e elaborado gratuitamente pelo Eng<sup>o</sup> José Maria de Melo, executaram-se as obras de adaptação e ampliação constantes do mesmo projecto, tendo-se ali instalado provisoriamente em 30 de Março de 1959, ficando as obras completas em principios de 1965.

Conta presentemente com cerca de 200 sócios.

Juntamos a reprodução dos alçados da sua sede obtidas a partir do projecto já mencionado.



Trata-se de uma boa sede e o edificio é de traça apreciável, dos finais do século XVIII.

Esta associação tem adstrita a Filarmónica Liber-

dade, fundada em 3 de Março de 1926, que se manteve em funcionamento até 1978, data em que interrompeu a sua actividade, voltando a actuar desde 1985.

Durante os primeiros vinte e cinco anos da sua actividade, manteve um grupo cénico, levando à cena vários espectáculos e deslocou-se algumas vezes à Terceira, Pico, Faial e Graciosa, onde obteve aplauso.

Conta presentemente com cerca de 200 sócios.

### C - Grupo Desportivo Velense

Foi fundado em 1 de Janeiro de 1966, junto da Casa do Povo desta Vila, tendo recebido desta autonomia para a prática de desportos, com direcção própria.

Os primeiros directores foram: António Cristiano da Silveira Jr., Trajano de Oliveira Lopes, José Faustino de Borba, Eduino Dutra e João da Conceição de Melo.

No arquivo desta associação encontra-se a relação dos primeiros atletas inscritos para a prática do futebol, com os seguintes nomes: Cristovão Amilcar Cristiano da Silveira, Franklin Coquete, Manuel Fernandes Carvalho Coquete, Luís Alberto Pires Silvano, Mário Emilio Soares, José Luciano Carvalho Coquete, Fernando Emilio Soares, José Manuel de Melo, Luís Alberto Soares, Adão Alberto Goes, José Manuel Amaral, João Luís Medeiros Coquete, Hernâni Soares, João Martins, Mário José Correia da Silva, José Armando Soares Silveira, Alberto da Rosa e Luis Filipe Bettencourt Oliveira.



---

*Os elementos para a elaboração deste título foram-nos cedidos pelo Director deste Grupo, sr. João da Conceição de Melo.*

Por necessidade da sua primeira inscrição em provas federadas, este Club teve de elaborar estatutos, feitos por escritura pública de 14 de julho de 1983, mantendo-se ligado à Casa do Povo.

Na época de 1983/84 iniciou a sua participação nas provas oficiais de futebol a nível ilha, estando inscrito na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Em Dezembro de 1985, iniciou a construção da sua sede própria, na Avenida do Livramento, obras ainda em curso.

#### **D - Futebol Club Marítimo Velense**

Fundado em 5 de Outubro de 1964, não alcançamos os nomes dos seus fundadores, nem dos componentes da sua primeira equipa desportiva.

Tem estatutos por escritura pública de 10 de Março de 1980 e foram outorgantes na mesma os nomes que passamos a indicar: Germano Matos dos Santos, Rui Manuel Lemos Rodrigues da Silva, Doraldo Hilário Goes, Amaro Manuel Soares Oliveira, António Furtado Simas, Gaspar Manuel da Silva Bettencourt, Mário Emilio Soares, José Manuel Viegas, Luis Manuel Soares, e José Duarte Vitorino Soares.

Está construindo a sua sede na rua de São João, mesmo em frente à Ermida do mesmo nome. Na altura em que escrevemos está concluído o rés-do-chão deste edificio e o primeiro andar aguarda a colocação do tecto. Tem junto um recinto para prática de actividades desportivas.

## V - VÁRIA

### 1 - Invasão das Velas pela armada de Du Guay Trouin

Temos a notícia desta invasão resumida por J. C. S. Avellar (161), e dela se conclui terem as fortalezas das Velas resistido durante cerca de 24 horas à tentativa de invasão. A frota era composta por onze navios e dispunha de 434 bocas de fogo e setecentos homens de desembarque.

A simulação feita no dia 19 de Setembro de 1708, de tentativa de desembarque, não resultou. Os fortes que defendiam as Velas, responderam ao ataque com as suas 38 peças e o dispêndio de 2208 libras de pólvora.

No dia seguinte, 20 de Setembro, pelas nove horas houve nova simulação, que não resultou, fazendo-se o desembarque depois pelo sitio da Preguiça e ponta das Eiras, local não fortificado então, e onde depois se ergueu o reduto das Eiras ou Castelinho, de que já falámos.

Do ataque dá-nos notícia o próprio Du Guay Trouin, como também diz terem ficado em terra parte dos mantimentos recolhidos (. . .) e as vasilhas de água, devido ao mau tempo que se levantou (162).

Sabemos no entanto que os «franceses levaram os sinos da Matriz e o cálice de São João» (163).

Ora, a tomada da Vila, que demorou vinte e quatro horas, denota vontade de resistir por parte dos defensores e por pouco conhecida e não referida por José Cândido, vamos

---

(161) «Ilha de S. Jorge - J. C. S. Avellar, pág. 246.»

(162) «O Jorgense», nº 54, de 1/1/1984.

(163) Arq. Par. Velas - L<sup>a</sup> Visitas de 1676/1745. fls. 80.

transcrever o seguinte documento, que é mais uma achega para o estudo deste acontecimento (164).

«Hoje publicamos um documento relativo a este sucesso único onde encontramos uma narrativa d'ele. Du Guay Trouin, uma das glórias marítimas da França, veio aos Açores por ordem do seu Governo em guerra com o nosso. Bateu algumas fortalezas da ilha Terceira e as da Vila da Calheta desta Vila. O dia do primeiro ataque foi o de 19 de Setembro de 1708, das doze para a uma da tarde. A entrada nela teve lugar no dia vinte. Permaneceram os franceses nesta Vila cinco dias, saqueando completamente as igrejas e casas dela. Os habitantes porem haviam tido tempo de retirarem o mais precioso. Du Guay Trouin usou depois, em 1711, na tomada do Rio de Janeiro, um estratagema igual ao que aqui usara. Eis o documento a que acima nos referimos, extraído do original existente no arquivo da família do sr. Dr. Miguel Teixeira Soares. Talvez no número seguinte publicaremos outro relativo ainda ao mesmo assunto:

«Os oficiais da Câmara desta Vila das Velas Ilha de São Jorge. Certificamos que Amaro Soares de Sousa Sargento Maior da Capitania desta Vila das Velas Ilha de São Jorge (sic) e superintendente das fortificações dela, tem assistido e assiste no exercício do dito posto com muita prontidão e agilidade, adestrando os soldados em manejo das armas com continuos exercicios, que lhes faz, obrigando-os a que as tenham prontas e bem concertadas, com as munições necessárias, assistindo pessoalmente a todos os exercicios, mostras gerais, pondo sentinelas em lugares em que são necessárias, rondando-as com grande cuidado e muito mais se viu a sua boa disposição no combate, que os inimigos franceses deram a esta Vila, quando a saquearam em o mês

---

(164) «O Jorgense», nº 23, de 15/9/1872

de setembro do ano de mil setecentos e oito, por que constando a esquadra inimiga de onze fragatas, que combateram a Vila perto de vinte e quatro horas, dispoz o dito Sargento Maior a gente que acudiu para a defesa em boa forma, animando-os continuamente a encontrarem a entrada, que o inimigo intentou fazer no primeiro dia do combate pelas praias desta Vila com dezasseis lanchas, o que não conseguiram pela boa forma com que estavam os postos guarnecidos, e na noite seguinte fez reparar alguma ruína, que se havia feito com a bateria e fazer cartuchos à artilharia e tudo o mais que foi necessário com grande cautela e diligência, e continuando a bateria no dia seguinte tinha pronta toda a gente em as muralhas e partes por onde se esperava a entrada do inimigo, o qual, vendo a deliberação dos combatidos, guiou a toda a pressa seis lanchas para as praias e dez para o pé do Morro, lugar de cachopos e sem nenhuma defesa, e por ser impossível acudir a rechassá-los, como pedia a força com que debaixo da artilharia lançaram em terra mais de quinhentos homens, com morte de alguns dos sitiados, que acudiram, o que vendo os bisonhos, se puseram todos em retirada, ficando o dito Sargento Maior e poucas pessoas mais no alto da Vila sem lhes ser possível fazer ajuntar gente com que fizessem desalojar o inimigo, e assim esteve primeiramente à entrada da Vila impedindo com os poucos que se lhe agregaram as sortidas que os inimigos intentaram fazer aos montes, assistindo o tempo de cinco dias que a Vila esteve sitiada e logo que os inimigos a deixaram se veio para ela a reparar os danos que haviam feito, e com o mesmo zelo e diligência fez edificar uma fortaleza em o lugar do desembarque com grande indústria, e outra em a ponta da Queimada para as quais conduziu peças de artilharia das que estavam nas fortalezas desta Vila, por mostrar o acontecido que eram os lugares donde se podia rechaçar o inimigo, e

fez preparar os reparos da artilharia, por haverem ficado de todo arruinados com o combate, em as quais obras assistiu pessoalmente, dispondo as fachinas e dando as direcções necessárias com detrimento de sua pessoa e despesas de dinheiro, com que assistiu a tais obras, que se fizeram com muito menos despesa do que haviam de custar, por o bom encaminho que lhe deu o dito Sargento Maior, que outrossim fez logo preparar todas as armas de fogo que haviam ficado e com que os soldados tivessem suas patronas por assim serem mais prontas para as ocasiões, aos quais está industriando no manejo e forma, que deixou António do Couto Castel Branco, que por ordem de Sua Magestade veio a esta ilha rever as milicias, com muita moderação, amor e agrado de todos a quem trata com grande urbanidade e geralmente dizem que faltando o dito Sargento Maior não haverá quem atenda com tanto zelo pelas coisas das fortificações e do bem comum e da justiça em que é muito exacto, e por seu bom modo e entendimento é sempre consultado em as coisas árduas, que nesta Câmara se devem resolver, em que na maior parte se segue o seu voto e por assim ser merecedor de todas as occupações honras e mercês, que Sua Magestade for servido fazer-lhe. O referido passa na verdade e o afirmamos pelo juramento dos Santos Evangelhos, e por que da sua parte nos foi pedida a presente lha mandamos passar por nós assinada e selada com o selo desta Câmara, aos vinte dias do mês de Abril de 1710 anos. Eu Anselmo Soares de Sousa escrivão da Câmara o fiz escrever e subscrevi. Ass) – Manuel Ferreira Madruga, António Álvares Soares, Paulo Gomes Leal, Manuel Machado Oliveira».

\* \* \*

Este Sargento-Mór Amaro Soares de Sousa, mereceu do Brigadeiro António do Couto Castel Branco, a

seguinte certidão que convém registrar nesta parte do presente trabalho (165) :

#### «INVASÃO FRANCESA NAS VELAS

«António do Couto Castel Branco, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Comendador, Alcaide-Mór de San Tiago de Cassem, na Ordem de Santiago da Espada, brigadeiro de infantaria, a cujo cargo está a inspecção destas ilhas dos Açores por Sua Magestade, que Deus guarde. Certifico que mandando-me Sua Magestade a estas ilhas a várias coisas do seu real serviço, entre elas foi uma passar revista às milicias, examinando o estado e capacidade dos oficiais, para que se fizessem outros em lugar dos que não tivessem préstimo, e vindo a esta Vila das Velas de São Jorge em 16 de Setembro de 1709 e em 21 de Fevereiro de 1710, achei nela por Sargento-Mór a Amaro Soares de Sousa, sendo das principais pessoas e muita nobreza, com bom entendimento, desembaraço e estudante, e muito aceito do povo e nobreza, tratando das fortificações com muito zelo e cuidado, procurando todos os meios de se conservarem as antigas, e achei que depois que entrou no posto de Sargento-Mór fortificou os portos das Manadas e Orzalinha (sic) com fortes e muros, como também o lugar por onde os inimigos franceses conseguiram o desembarque quando saquearam esta Vila em o mês de Setembro de 1708, fazendo erigir uma fortaleza, acrescentar outra em a ponta da Queimada, com tão bom modo, que ficam os tais portos defensáveis, assistindo pessoalmente a todas estas obras, com detrimento de sua pessoa e despesa de dinheiro, com que assistiu às ditas obras, fazendo tudo com o maior cô-

---

(165) «O Jorgense», nº 24, de 1/10/1874.

modo, que podia ser para se poupar à fazenda real, tendo particular cuidado na conservação da artilharia e reparos dela, e fez comprar seis peças com o dinheiro dos dois por cento, que conduziu para as fortalezas, buscando todos os meios para que as armas se ponham prontas e as companhias a quem fazia exercicios, e sabe tirar a raiz quadra e tem grande curiosidade dos manejos, desejando muito aplicar-se no que toca ao militar, e *é o Sargento-Mór de mais capacidade que achei nestas ilhas*, de muito agrado do povo e amigo da conservação comum, e assim o julgo muito digno e benemérito de todas as occupaões, mercês e honras, que Sua Magestade for servido fazer-lhe, por que de tudo dará mui boa conta. Passo o referido na verdade e afirmo pelo juramento dos Santos Evangelhos, e por me ser pedida a presente lha mandei passar, assinada por mim e selada com o sinete de minhas armas. Vila das Velas, 17 de Março de 1710. Antônio do Couto Castel Branco. (Reconhecimento pelo tabelião Bento de Oliveira Amarante).

\* \* \*

Ainda relacionado com este acontecimento um outro pormenor até agora omitido (166):

«Nossos navios foram assaltados por uma tempestade, que pôs alguns em risco de naufragar nas costas dessas ilhas, e a todos na necessidade de tomarem o largo. Esta tempestade foi tão duradoura, que tive bastante dificuldade em retirar as tropas daquela vila, de que nos apoderamos, e que me vi forçado a deixar nossas vasilhas para seguir prontamente na direcção das costas de Hespanha».

\* \* \*

Consta da tradição que destas vasilhas, uma era um grande caldeirão de cobre, que o Sargento-Mór Amaro

Soares de Sousa mandou entregar no Convento dos Franciscanos, desta Vila.

---

(166) «O Jorgense», nº 54, de 1/1/1874 (memórias de Du Guay Trouin).

## **2 - Casa de Repouso «João Inácio de Sousa»**

(antigo Asilo de Mendicidade)

Como memória desta instituição, ao presente em funcionamento, vamos transcrever a acta da inauguração do Asilo de Mendicidade da Ilha de S. Jorge, que hoje tem a designação mencionada nesta epigrafe :

«Acta da inauguração do Asylo de Mendicidade da Ilha de S. Jorge. Em 21 de Maio de 1903.

Presentes os senhores :

Presidente - Padre José Silveira Goulart

Vice-Presidente - Joaquim José Cardoso

Vogal - Manuel Inácio da Silveira

Tesoureiro - Manuel José da Silveira Bettencourt

Secretário - Fernando Ávila

«Aos vinte e um dias do mês de Maio do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e três, nesta Vila das Velas à rua Doutor João Teixeira, na casa onde se acha instalado provisoriamente o Asylo de Mendicidade da Ilha de S. Jorge, se reuniu a Direcção do mesmo Asylo, algumas damas e cavalheiros, para o fim altamente nobre, grande e sublime de proceder à instalação de um dos melhores estabelecimentos que até hoje se tem criado, de uma das mais prestimosas, das mais benéficas, das mais úteis casas de caridade que em todo o tempo se tem fundado, o Asylo de Mendicidade da Ilha de S. Jorge.

É incontestavelmente a mais bela, a mais brilhante, a mais sublime de todas as virtudes, a da Caridade !

O individuo que neste sáfaro deserto da vida chega a ser velho, doente, entravado, que enfim chega a um perfeito estado de impossibilidade para tudo, e é extremamente pobre de bens de fortuna, de amor de familia, por que a não tem,

também pode considerar-se pobre de amigos porque a indigência os não tem nunca; e neste extremo é também o ente mais infeliz, o mais desgraçado de todos os viventes. E se não fora as almas generosas e bemfazejas, se não fora a caridade, seria uma vítima da fome e da miséria expirando talvez ao canto de qualquer rua, coberto de vermes, repugnante e infecto.

Até hoje, a qualquer filho desta ilha poderia assim acontecer, mas felizmente terminou essa situação; d'ora avante não haverá o receio de vermos um desgraçado sem pão, sem fato e sem agasalho, porque já temos um Asylo, a obra das almas caridosas, que são, com bem poucas excepções todos os habitantes deste concelho, alguns do visinho concelho da Calheta, e mais tarde de toda a ilha, para o receber e minorar-lhe quanto possível a sua triste posição.

São poucos, por enquanto os recursos de que dispõe este pio estabelecimento, é certo, mas continuando todos aqueles que até aqui têm trabalhado e cooperado para tão santa instituição, cheios da mesma fé que até hoje os tem animado, é de crer que em breve esta casa se ache nas condições de não recusar a qualquer que o deseje os benefícios que ela dispensa.

Há mais de cinco anos que n'esta ilha se fala na criação de um asylo de mendicidade.

Foram iniciadores deste pensamento luminoso as Exmas. Sras. D. Maria do Carmo da Silva Vieira, D. Mariana Ursula do Carvalho, D. Luisa Carvalho, Jacinta Júlia da Silva Lainhas, Rita de Jesus e Maria da Glória, a primeira do Faial e as outras da Calheta, onde residiam. Reunidas, procuraram o saudoso ouvidor da Calheta reverendo António de Paula Vieira, cujas virtudes recordar-se-ão sempre com saudade e este as animou a progredirem na santa cruzada de fazer o bem, procurando minorar as agruras dos necessitados.

Os seus primeiros passos foram dados em percorrer quasi toda a ilha, solicitando donativos.

Apesar de ser tão alevantado e grandioso o fim a que se propunham, nem por isso deixaram de encontrar obstáculos e grandes, obtendo apenas uma pequena soma com a qual nada era possível realizar-se.

Mas tão santo e belo ideal não se apagou jamais da mente d'aqueles que, iluminados pelo farol esplendente da fé, sabem compadecer-se dos que não tem; dos que sofrem; dos que se vêm desamparados no último quartel da vida.

Uma das almas caridosas cima referidas, a senhora Jacinta Júlia da Silva Lainhas, com a ideia sempre fixa de que o querer é poder, jamais desanimou; parte para a América, para essa terra do ouro e do trabalho, e dali mesmo incitava as suas companheiras a que prosseguissem impávidas na santa empresa que tinham iniciado.

Foi neste tempo que as Exmas. Sras. D. Teresa E. da Silveira Borges e irmã D. Bárbara E. da Silveira Borges, tendo o santo e consolador pensamento de sufragar a alma de seu saudoso irmão, o Dr. Manuel Inácio da Silveira Borges, comunicaram ao presidente desta actual direcção, que podia dizer para a América, à sra. Jacinta Júlia da Silva, que havia quem oferecia casa para o Asylo ou dois contos de reis. – Esta casa a que aludiam as Exmas. oferentes, era a da sua residência nesta Vila; mas a Exma. Comissão angariadora de donativos em virtude das condições em que a casa era doada, e também por não ter as comodidades para o fim que se tinha em vista, em seu officio de 14 de Dezembro último optou pela oferta do dinheiro cuja proposta foi aceite por aquelas tão illustres benfeitoras, oferecendo a valiosa quantia de três contos de reis, mostrando desejos de serem destinados à aquisição duma casa para se instalar o Asylo, quando apareça em condições.

Foi então que aquela benemérita criatura parecendo-lhe ver já realizados os seus mais ardentes desejos começou a enviar para esta ilha as importantes esmolas de roupas e mais objectos a que já se referiu a Exma. Comissão angariadora de donativos para esta instituição tão querida e tão simpática; Até que apareceu no meio de nós pronta a trabalhar sempre com tamanha dedicação, chegando mesmo a prestar-se para tratar dos asylados.

Assim marcharam as coisas quando o Presidente da actual direcção o Reverendo Padre José Silveira Goulart, juntamente com os senhores João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, Joaquim José Cardoso, Manuel Inácio da Silveira e Manuel Inácio Pereira, procuraram o Exmo. Sr. Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, então administrador deste concelho, e relatando o que acima fica referido, pediram a este cavalheiro convocasse todos os individuos desta Vila para uma reunião afim de se discutir a possibilidade de se fundar nesta ilha o projectado Asylo.

S. Exa. da melhor vontade acedeu àquele pedido. Dias depois, a vinte e cinco de Agosto de mil novecentos e um, se reuniram vários cavalheiros desta Vila, e exposto o fim daquela convocação foram todos de acordo que era viável aquela ideia, ficando nesse mesmo acto eleita uma comissão composta dos seguintes cavalheiros:

Presidente

- Exmo. Cons<sup>o</sup> Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa;

Vogais os Exmos. Srs.

- Padre José Silveira Goulart;

- Joaquim José Cardoso;

- João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho;

- Manuel Inácio da Silveira.

A comissão eleita convidou várias sub-comissões sendo uma para a elaboração dos estatutos composta dos Exmos. Srs. :

- Manuel Inácio Pereira
- Manuel Andrade
- Manuel Machado Pamplona
- Manuel Teixeira Soares

E para angariar donativos nas diferentes freguesias deste concelho compostas dos Exmos. Srs. :

- Cónego Vigário Júlio Augusto Rebelo
- João de Lemos Bettencourt
- Samuel José da Rosa
- Padre Manuel José Alves
- João Eutímio de Bettencourt
- Manuel José da Silveira Bettencourt
- António dos Reys Júnior
- Manuel Pereira Cardoso
- Aires da Silveira
- Cândido Pereira Cardoso
- Fernando Ávila

Da maneira como todos se houveram no desempenho da missão que lhes fora confiada, a prova é bem clara e evidente: o poder-se hoje, 21 de Maio de 1903, dia glorioso para nós, filhos de São Jorge, proceder à inauguração desta casa, onde os pobres encontrarão, carinho, pão e agasalho.

Até aqui a história fiel dos factos que precederam a inauguração deste estabelecimento.

A actual direcção consigna nesta acta um voto de louvor aos Exmos. Snrs. Conselheiro Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa e João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, aquele na qualidade de presidente e este como

vogal da ex-Comissão do Asylo, pelos relevantes serviços a esta instituição.

Da mesma forma, em nome de todos os infelizes para quem esta casa de futuro servirá de amparo, a direcção, pesando bem a grandiosa e avultada esmola das Exmas. Sras. D. Teresa E. da Silveira Borges e D. Bárbara E. da Silveira Borges, beneméritas benfeitoras do Asylo de Mendicidade da ilha de S. Jorge, resolve consignar nesta acta a SS. Exas. um voto do mais subido louvor e imorredouro reconhecimento, e em homenagem ao morto ilustre cuja alma sufragam, e que é sem dúvida a causa directa daquela oferta, resolveu colocar na sala das suas sessões o seu retrato.

Aquelas illustres e bemfazejas senhoras iniciadoras deste importante melhoramento que tanto nobilita esta ilha, a direcção lhes tributa os seus respeitos e admiração consignando-lhes aqui um voto de louvor.

Igualmente com o mais vivo entusiasmo protestam à Sra. Jacinta Júlia da Silva Lainhas o seu profundo reconhecimento, exarando na acta um voto de louvor pelos valiosísimos serviços que tem prestado a esta casa de caridade, e, sem querer ofender a sua reconhecida modéstia, abalança-se a consignar aqui, que à sua dedicação heróica se deve, na sua maior parte a fundação deste estabelecimento que tanto honra os filhos da Ilha de São Jorge, e tanto bem vem fazer àqueles para quem a sorte é avara.

A direcção recorda também a oferta do nosso ilustre conterrâneo o Exmo. Sr. José Cândido da Silveira Avellar, residente na cidade da Horta e não coloca aqui os retratos de suas saudosas filhas Exmas. D. Zué Avellar e D. Ana Avellar, já falecidas, cujas almas o pai desolado sufragou por que este nosso patricio quis completar a sua obra de caridade doando, para depois do seu falecimento esses mesmos retratos que agora possui.

Significa também esta direcção o seu reconhecimento para com todos os elementos das sub-comissões nomeadas pela comissão já referida, consignando a todos um voto de louvor.

Neste momento acaba de proceder-se à procissão de Nossa Senhora do Carmo, linda e primorosa imagem, oferecida pela senhora Jacinta Júlia da Silva Lainhas, destinada a este Asylo, da Ermida de Nossa Senhora da Luz, lugar da Queimada, para a Matriz desta Vila, onde foi cantado um solene Te-Deum, subindo ao púlpito o reverendo vigário da freguesia de Rosais, Padre Vital Miguel Bettencourt, o qual publicou as glórias da Virgem do Carmelo e enalteceu a virtude da caridade.

A este acto religioso, sem dúvida um dos mais edificantes e pomposos que nestes tempos e nesta ilha se tem presenciado, concorreram os reverendos senhores: Cônego Vigário Júlio Augusto Rebelo, pároco desta Vila, Padre Vital Miguel de Bettencourt, pároco da freguesia do Norte Grande; Padre João José de Bettencourt, cura de Santo António, e Padre Manuel de Sousa Luís, cura da Boa Hora; As irmandades da Misericórdia das Velas; e de São José, do Toledo; As confrarias do Santissimo das Velas; de Nossa Senhora do Rosário, de Rosais; e de Nossa Senhora do Rosário, de Santo Amaro. As filarmónicas UNIÃO e NOVA ALIANÇA, e um grande concurso de povo. A todos em geral a direcção protesta o seu reconhecimento.

Pelo senhor Presidente foram convidadas todas as pessoas presentes a assinar esta acta o que vão fazer depois de lida em voz alta por mim Fernando Ávila, secretário da direcção que a escrevi».

Seguem as assinaturas (167).

**NOTA FINAL**

Com o documento antes transcrito termino este trabalho. Deixei-o para o fim, na esperança de que o mesmo possa servir de base a uma monografia, que talvez ainda possamos publicar, sobre o Asilo das Velas.

E como no mesmo se fala de Caridade, peço aos que me lerem, a tenham para comigo.

Velas, Maio de 1986.

*João Gabriel de Ávila*

## ACERCA DAS ANCORAS DE COLOMBO ENCONTRADAS NOS AÇORES

*Por : Jacinto Monteiro*

### I

Em 1960 foram retiradas, do fundo do mar, de uma pequena enseada, chamada «Baía do Cura», situada a N.E. da Ilha de Santa Maria umas âncoras, que teriam pertencido «Si Vera Est Fama» à Caravela Niña, e que teriam sido perdidas, a 20 de Fevereiro de 1493, no regresso da 1ª viagem de Colombo – das Antilhas. Assim se julgou durante 28 anos, até que em 16 de Abril de 1988, o Dr. José Hermano Saraiva pôs em dúvida a sua autenticidade num artigo do Jornal «Diário Popular».

Diz este distinto Historiador que as âncoras apreciadas na Baía do Cura a NE de Santa Maria encontravam-se precisamente no lado oposto à «Baía da Cré» onde, no dizer de Fernando Colombo e de Las Casas se perderam âncoras. Ora este local está muito próximo da Ermida dos Anjos onde decorreu a cena desagradável entre Colombo e João da Castanheira, loco-tenente do capitão-donatário, naquela altura ausente, no Reino.

Porém o nosso objectivo não é estudar, nesta ocasião, este acontecimento, mas verificar se os ferros que hoje se encontram no Museu de Marinha têm possibilidade de serem os da Niña.

Por isso é de aceitar a proposta do Dr. José Hermano Saraiva de se escovilhar tanto quanto possível exaustivamente as respectivas Baías afim de evitar quaisquer dúvidas.

\*            \*            \*

Vejamos as fontes :

A fonte principal seria o «Diário» do próprio Cristóvão Colombo, mas deste «chegaram até nós duas espécies de cópias : a que mantém o seu carácter original, escrita por Frei Bartolomeu de Las Casas, e a que Dom Fernando Colombo incluiu na Vida do Almirante seu pai.

Para dificultar o melhor conhecimento dos factos, nenhum deles usou o manuscrito do Descobridor, mas uma cópia feita em 1493 que por sua vez não nos foi transmitida. . . » (1).

A versão da «História das Índias» por seu turno baseia-se numa cópia a qual também não está isenta de erros como o próprio Las Casas anotou : «por falta del mal escribano que lo traslado. . . » (2).

Apesar destas deficiências esta obra monumental, é considerada mais criteriosa do que a de Dom Fernando Colombo. De facto «Le Historie di C. Colombo» contém «Los muchos errores de esta traduccion (Italiana) - diz-nos Manuel Al-

---

(1) *Cristóbal Colon, in «Diário del Descubrimiento» I, Estúdios, Ediciones e notas Por Manuel Alvar, Ediciones del Exmo. Cabildo Insular de gran Canaria, pág. 9.*

(2) *Cristóbal Colon, ob cit; pág. 9.*

var – pasaron a la que higo Andrés Gonzalez de Barcia , que los aumentó con otros de su própria Minerva» (3).

É isto que leva muitos historiadores , entre os principais Navarrete , a seguirem mais Las Casas do que propriamente as «Historie» de Fernando Colombo , filho do Almirante que incluiu no «Diário» alguns aspectos da vida do Pai .

Por conseguinte e , em boa lógica devemos seguir o relato mais credível e que parece estar mais conforme aos condicionalismos físicos da Ilha de Santa Maria . É preciso também ter em conta que os dois principais cronistas : Las Casas e F. Colombo se basearam , provavelmente ao narrarem o Descobrimento do Novo Mundo , em cópias distintas , segundo a opinião expressa por Manuel Alvar (4) .

Comecemos pelo extracto de Las Casas , (5) no dia 15 de Fevereiro, na altura em que estavam de frente de Santa Maria e julgavam ser a Madeira , ou a Serra de Cintra ou ainda «Tierra de Castilla» .

No dia seguinte , 16 de Fevereiro , andaram toda a noite ora para Nordeste ora para Nornordeste até que ao amanhecer voltaram-se para Sul; deixaram de ver Santa Maria devido à muita cerração , viram pela popa outra Ilha que distaria oito léguas . Desde manhã até à noite deram muitas voltas para ver se chegavam a Terra . À noite viram lume a sotavento, parecendo-lhes ser a Ilha que viram primeiro .

Toda a noite andaram «barloventeando» . O Almirante descansou um pouco , porque desde 4ª feira que não dormia , estava muito tolhido das pernas , devido ao muito frio e chuva que tinha apanhado , bem como falta de alimento .

---

(3) *Cristóbal Colon, ob cit, pág. 10.*

(4) *Cristóbal Colon, ob cit. pág. 10.*

(5) *Todas as transcrições vêm na obra «Relacion compendiada por Frei Bartolomeu de Las Casas» pág. 146.*

Navegou para Sul sudoeste (SSO).

Era já noite e a grande cerração impediu reconhecer que ilha era.

No dia 17 de Fevereiro, (Domingo) não houve registo, embora venha uma leve referência, no dia seguinte: – «Ayer, dispués del Sol puesto anduvo rodeando la isla para ver donde habia de surgir e tomar lingua» (6).

Samuel E. Morison diz-nos: «a 17 de Fevereiro, depois de passada Santa Maria por Leste fez proa a S. S. O. e ao cair da noite chegava enfim a Santa Maria, sem a poder identificar por causa de uma enorme massa de nuvens . . .» (7).

O Cte. Sousa Mendes, que foi capitão do Porto desta Ilha, durante muitos anos, afirma: «a solução mais acertada e prudente foi procurar sem dúvida a costa Leste, porquanto naquela altura do ano, o mar e os ventos são normalmente dos quadrantes do Oeste (8).

Na opinião do vice-almirante Ramos Rocha «o muito mau tempo W S W ou S W, no Inverno, não torna possível utilizar como refúgio, mesmo que precário, a Baía da Cré, uma vez que qualquer homem do mar conhecedor da Ilha de Santa Maria sabe que o mar e o vento W S W ou S W dão, como dizemos, a volta à Ilha e só em Baía na costa NE será possível fundear ainda que nunca em boas condições» (9).

Vejamos agora pormenorizadamente o que ocorreu nos dias 17 e 18 de Fevereiro :

---

(6) *Relacion. . .* pág. 147.

(7) *Samuel Eliot Morinson, in «Cristovão Colombo - Almirante do Mar Oceano».* Tradução de Carlos Selvagem.

(8) *Valioso Tesouro encontrado e recuperado nos Açores, pág. 3.*

(9) *Carta que me foi dirigida pelo Senhor Vice-Almirante Ramos Rocha, 24 de Maio de 1988.*

*Lunes 18 de febrero. – Ayer, después del sol puesto, anduvo rodeando la isla para ver dónde había de surgir y tomar lengua. Surgió con una ancla que luego perdió. Tornó a dar la vela y barloventó toda, la noche. Después del sol salido, llegó otra vez de a parte del Norte de la isla, y donde le pareció surgió con un ancla y envió la barca en tierra y hobieron habla con la gente de la isla, y supieron cómo era la isla de Santa Maria, una de las de los Azores, y enseñáronles el puerto donde habían de poner la carabela; y dijo la gente de la isla que jamás habían visto tanta tormenta como la que había hecho los quince días pasados y que se maravillaban cómo habían escapado.*

Fernando Colombo ao referir-se a este dia, 18 de Fevereiro, Lunes, apenas diz: «Il Lunedì poi di matina, surto ch'io ebbi, intesi da quei della terra quella esser l'Isola di Santa Maria, che é una delle isole de gli astori: e tutti si maravigliaromo che io avessi potuto scampare, considerando la grandissima fortuna che per XV di continui era in quelle parti durata» (10).

Posto isto examinemos com mais pormenor o que primeiramente aconteceu, no Domingo, 17 de Fevereiro.

Las Casas afirma que Colombo depois de rodear a Ilha durante a noite «surgió con una ancla que luego perdió» (11) mas não faz alusão ao local do desaparecimento.

Segue-se o relato do dia 18:

«Después del sol salido llegó otra vez de la parte Norte de la Isla. . . » Isto quer dizer que mal nasceu o Sol percorreu novamente (outra vez) a Costa Norte da Ilha e, onde

---

(10) «Le Histoire de C. Colombo per Don Fernando Due volumi a cura di R Caddeo; Edizioni» «Alpeo» Milano, ~~capitolo~~ ~~capitolo~~ XXXVII, pág. 227

(11) Las Casas, *ob cit.*, pág. 147.

lhe pareceu melhor fundeou com uma âncora. É nesta altura 18 de Fevereiro que Colombo falou com marienses que lhes disseram como se chamava a Ilha e indicaram-lhe um porto onde haviam de abrigar melhor a caravela.

O porto foi identificado pelo sábio Historiador Dom Martim Fernandez de Navarrete (1765-1844) como sendo - «El puerto de San Lourenzo» (12).

Os habitantes ainda disseram que não se lembravam de semelhante temporal, como o ocorrido nesses últimos 15 dias. Ficaram também satisfeitos com a noticia da descoberta.

*Martes 19 de febrero. - Después del sol puesto, vinieron a la ribera tres hombres de la isla y llamaron. Envióles la barca, en la cual vinieron y trujieron gallinas y pan fresco, y era día de Carnestolendas, y trujeron otras cosas que enviaba el capitán de la isla, que se llamaba Juan de Castañeda, diciendo que lo conocía muy bien y que por ser noche no venía a vello: pero en amaneciendo vendría y traería más refresco, y traería consigo tres hombres que allá quedaban de la carabela, y que no los enviaba por el gran placer que con ellos tenía oyendo las cosas de su viaje. El Almirante mandó hacer mucha honra a los mensajeros, y mandóles dar camas en que durmiesen aquella noche, porque era tarde y estaba la población lejos. Y porque el jueves pasado, cuando se vido en la angustia de la tormenta, hicieron el voto y votos susodichos y el de que en la primera tierra donde hobiese casa de Nuestra Señora saliesen en camisa, etc., acordó que la mitad de la gente fuese a com*

---

(12) «Coleccion de las Viages Y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles» 10 vol. pág. 300, extraído do «arquivo dos Açores» vol. 1, 1878, pág. 326.

plillo a una casita que estaba junto con la mar como ermita, y él iría después con la otra mitad. *Viendo que era tierra segura, y confiando en las ofertas del capitán y en la paz que tenía Portugal con Castilla, rogó a los tres hombres que se fuesen a la población y hiciesen venir un clérigo para que les dijese una misa. Los cuales, idos en camisa, en cumplimiento de su romería, y estando en su oración, saltó con ellos todo el pueblo a caballo y a pie con el capitán y prendiéronlos a todos.* Después, estando el Almirante sin sospecha esperando la barca para salir él a cumplir su romería con la otra gente hasta las once del día, viendo que no venían, sospechó que los tenían o que la barca se había quebrado, porque toda la isla está cercada de peñas muy altas. *Esto no podía ver el Almirante porque la ermita estaba detrás de una punta. Levantó el ancla y dió la vela hasta en derecho de la ermita, y vido muchos de caballo que se apearon y entraron en la barca con armas, y vinieron a la carabela para prender al Almirante. Levantóse el capitán en la barca y pidió seguro al Almirante: dijo que se lo daba; pero? qué inovación era aquélla que no vía ninguna de su gente, en la barca? , y añadió el Almirante que viniese y entrase en la clarabela, que él haría todo lo que él quisiese. Y pretendía el Almirante con buenas palabras traello por prendello para recuperar su gente, no creyendo que violaba la fe dándole seguro, pues él, habiéndole ofrecido paz y seguridad, lo había quebrantado. El capitán, como diz que traía mal prepósito, no se fió a entrar. Visto que no se llegaba a las carabela, rególe que le dijese la causa porque detenía su gente y que de ello pesaría al Rey de Portugal, y que en tierra de los Reyes de Castilla recibían los portugueses mucha honra y entraban y estaban seguros como en Lisboa.*

*Después tornóse diz que a levantar aquel capitán*

*desde lejos y dijo al Almirante que se fuese con la carabela al puerto, y que todo lo que él hacía y había hecho, el Rey su Señor se lo había enviado a mandar; de lo cual el Almirante tomó testigos los que en la carabela estaban, y tornó el Almirante a llamar al capitán y a todos ellos y les dió su fe y prometió, como quien era, de no descender ni salir de la carabela hasta que llevase un ciento de portugueses a Castilla y despoblar toda aquella isla. Y así se volvió a surgir en el puerto donde estaba primero, porque el tiempo y viento era muy para hacer otra cosa.*

Resumindo : no dia 19 de Fevereiro;

Depois do sol posto vieram à ribeira três homens de Ilha com ofertas: galinhas, pão fresco e outros refrescos dormiram na caravela. Colombo informou-se se havia uma Igreja sob a invocação de Nossa Senhora para celebrar missa afim de cumprir a promessa de irem descalços e em camisa, devido à grande tormenta ocorrida nas últimas semanas.

Las Casas descreve, em seguida a traição e o aprisionamento de grande parte da tripulação. Ora tudo isto se processou na Baía da Cré. O Almirante devido à demora «levantó el ancla e dió la vela hasta en derecho de la ermita . . . » (13).

Não podia vê-la «porque estaba detrás de una punta». Segue-se a discussão entre Colombo e Castanheira e as consequentes intimidações de parte a parte. Depois deste mal entendido, Colombo «se volvió a surgir en el puerto donde estaba primero (Baía da Cré) porque el tiempo y viento era muy para hacer otra cosa».

Há neste dia, 19 de Fevereiro, determinados pormenores que convém realçar:

---

(13) Las Casas, ob cit, pág. 149.

Fernando Colombo situou o 1º contacto com três marienses, na manhã de 18 de Fevereiro, na Baía da Cré, os quais ofereceram refrescos, em nome do Capitão.

Las Casas narra o mesmo episódio: apresenta o Almirante a contactar com a gente da Terra dia 18, depois do Sol nascido, mas com a diferença que só a 19 de Fev. é que apareceram ao sol posto, três homens numa ribeira os quais tomaram a iniciativa de chamar-à-fala a Niña.

Então Colombo enviou-lhes a barca, na qual vieram, e trouxeram galinhas e pão fresco, oferta do Capitão – João da Castanheira que não o foi cumprimentar por ser já noite.

Portanto o 1º contacto com marienses, no dia 18 (Las Casas), não se sabe ao certo em que lugar foi, na Costa Norte, mas devia ser muito próximo, ou relativamente próximo de São Lourenço para poderem dar a informação do porto.

Porque se no dia 18, estivessem já na Baía da Cré, como afirma o filho do Almirante, nunca, daqui, poderiam indicar a enseada da Costa Leste, São Lourenço devido à distância. Agora pergunta-se:

Em que lugar se encontravam os 1<sup>os</sup> marienses que deram informações a Colombo?

Nalguma falésia: ou da Costa Norte ou da Costa NE, impossível de identificar porque a Niña percorreu praticamente toda a Ilha.

Quanto aos três marienses que chamaram à fala e que se encontravam numa ribeira, próximo da Baía da Cré, já é mais fácil de identificar, recorrendo às «Saudades da Terra». Ora, antes do Ilhéu dos Frades – o tal morro de que nos falam os cronistas, há uma ribeira. Mas será esta, que vamos transcrever?

«Passada esta ermida de Nª Senhora que está perto do mar, em uma grande e alegre fajã, vem ter a ela das Fontes

do Paúl uma ribeira de água fresca de todo o ano . . . » (14).

Ora, não pode ser esta a ribeira mencionada por Las Casas porque situa-se antes do Ilhéu dos Frades e a narrativa deste cronista localiza-a para além deste morro.

Continuemos pois a analisar o que nos diz sobre esta parte da costa de Santa Maria.

«Logo adiante, um tiro de besta, está um Ilhéu que se chama dos Frades, por sairem ali uns que naquela ermida de N<sup>a</sup> Senhora estiveram algum tempo. Passada esta ribeira, entre ele e o mar, se levanta um pico, que se chama Monte Gordo, o qual pela banda do mar é de rocha talhada e mui alto, a que não pode descer nem subir gente, e, assim vai ter a rocha em redondo, derredor do monte, até tornar perto da dita ribeira, sem se acabar de cortar da Terra, com ela fazendo um espinhaço porque, com muito pouco espaço que mais a rocha viera a dar na ribeira, acabara de ficar degolado e apertado aquele pináculo da outra terra e não ficara entre a ribeira e a rocha um espigão tão ingreme, sem poder passar uma pessoa entre a ribeira e a rocha que, por isso lhe puseram este nome de mal degolada» (15).

Assim, continuando o livro III, «Saudades da Terra» a descrever a Costa Norte, teremos que aceitar que a ribeira em causa (onde entraram os 3 marienses) será a que se encontra incluída no texto que se segue:

«Por esta costa, que vai dando volta à Ilha para o Nordeste, por dentro da Terra, corre a campina da criação do mesmo Capitão, até à Ribeira de Água de Alto, que se chama assim, porque sai das Feteiras, do pé da serra, e cai à borda, do mar, de um salto grande.

---

(14) «Saudades da Terra», Livro III. P. Delgada, 1971, Cap. oitavo, pág. 81.

(15) Gaspar Frutuoso, *ob cit.* Cap. sétimo, pág. 81.

Junto desta Ribeira de Água de Alto está uma pequena fajã do Capitão, onde tem planta da vinha de mais de seis anos, que já dá bom vinho. E da ribeira para a banda de Nordeste está outra, de João Tomé Velho. Chama-se este posto as Feteiras por haver muitos fetos. E, ao longo da costa (destas terras) vai correndo a rocha mui alta até as Lagoinhas, que estão perto, e são umas seis ou sete fajãs fundas, a modo de caldeiras, que estão em cima da Terra» (16).

Portanto se se quiser assinalar o local, a Ribeira de Água de Alto é que terá algumas probabilidades de ser a descripta por Bartolomeu de Las Casas.

Voltando novamente à narrativa de Las Casas :

Colombo depois da «cobarde agressão» de Castanheira, que manteve retida a tripulação, depois de se identificar como grande Almirante do Oceano teve que regressar à Baía da Cré, porque «el tiempo y viento ere mui malo para hacer otra cosa» (17).

Continuando o Roteiro, vejamos o que se passou em 20 de Fevereiro :

Colombo neste dia encontrava-se novamente na Baía da Cré; devido ao muito mau tempo, mandou encher de água pipas para servir de lastro e *temere que se lhe cortassem as amarras y assi fué* (e assim foi, aconteceu) por causa disso deu à vela até São Miguel, embora nos Açores nos haja portos bons, mas não teve outro remédio se não fugir ao mar . . .

Por conseguinte perdeu «âncoras na Baía da Cré».

*Miércoles 20 de febrero. – Mandó aderezar el navio y hinchilas pipas de agua de la mar por lastre, porque estaba*

---

(16) Gaspar Frutuoso, *ob cit.* 82-83.

(17) Las Casas, *ob cit.* pág. 150.

*en muy mal puerto y temió que se le cortasen las amarras, y así fué; por lo cual dió la vela hacia la isla de San Miguel aunque en ninguna de la de los Azores hay buen puerto para el tiempo que entonces hacía, y no tenía otro remedio sino huir a la mar.*

Fernando colombo, por seu turno, também afirma, que no dia 20 de Fevereiro, devido ao mau tempo, o Almirante perdeu as âncoras (*perdé le ancore*), no local onde tinha estado antes: «Il che ritornó a sorger nel porto, dove prima era stado perché il tempo non gli concedera il modo di fare altro» (18) pelo que não teve que fazer outra coisa se não içar velas e dirigir-se a São Miguel.

Vamos transcrever esta parte importante das «*Historie Di C. Colombo*»:

«Ma il seguente di, crescendo molto più il vento, ed assendo altivo il luogo dove avea surto, *perdé le ancore*, né poté fare altro che spiegar le vele verso l' Isola di San Michele la quale, quando per la gran fortuna e temporal che tuttavia caricava, egli non potuto offerare. . . » (19).

Devia ter sido o momento mais doloroso da viagem visto Colombo ficar apenas a bordo com «tre marinai e alcuni garzoni, e tuta l'altra gente di terra, e glé Indiani, i quali non avevano alcuna pratica di governar vele e sarte. . . » (20), porque a maioria da tripulação estava presa, e de forma indefesa (descalços e em camisa) devido ao voto prometido durante a tormenta.

*Jueves 21 de febrero. – Partió ayer de aquella isla de*

---

(18) «*Le Histoire di C. Colombo*», Cap. XXVIII, pág. 230.

(19) «*Le Histoire. . .*» pág. 230.

(20) «*Le Histoire. . .*» pág. 231.

*Santa Maria para la de San Miguel, para ver si hallaba puerto para poder sufrir tan mal tiempo como hacía, con mucho viento y mucha mar, y anduvo hasta la noche sin poder ver tierra una otra por la gran cerrazón y oscurana que el viento y la mar causaban.*

*Después del sol salido, visto que no vía la isla de San Miguel, acordó tornarse a la Santa Maria por ver si podía cobrar su gente y la barca y las amarras y anclas que allá dejaba.*

Fernando Colombo confirma Las Casas ao dizer que em São Miguel estava muito mau tempo; perderam a Ilha de vista, e como o mar «era alquanto bonazzato, deliberó di ritornare alla detta Isole di Santa Maria, per tentar se potiva ricuperar la gente, e le ancore e, la barca: ave giunze il giovedì sul tardi à XXI di Febbraio» (21).

«com a tripulação já de novo completa, a Niña largou definitivamente a 23 de Fevereiro dessa pouco hospitaleira escala. Tinha ali perdido uns dez dias e três âncoras, e a grande custo obtido alguns víveres, água e uma vitória diplomática sobre João de Castanheira» (22).

A alusão que Morinson faz a três âncoras tem a sua razão de ser, porquanto uma é a que faz referência Las Casas e que foi perdida em parte incerta da Costa Norte e as outras duas ainda se encontram na Baía da Cré num fundeadouro por detrás de um morro ou de «una punta» que mais tarde Frutuoso designa por «Ilhéu dos Frades», finais do século XVI.

Acaso a encontrada a NE da Ilha na «Baía da Cré» e hoje se depara à entrada do Museu de Marinha, será porventura uma delas?: – a que se perdeu em parte incerta da Costa Norte, como alude Las Casa ?.

---

(21) «Le Histoire . . . » pág. 231.

(22) Samuel Eliot Morinson, ob cit, pág. 186.

Depois deste pequeno estudo que tenho consciência de ter sido aturado, só resta pôr em prática a proposta do Doutor José Hermano Saraiva que consiste em escovilhar muito bem a «Baía da Cré» .

Para evitar qualquer dúvida deverá fazer-se mesmo à «Baía do Cura» onde poderá haver algum vestigio .

## A FAMÍLIA E A SUA RELAÇÃO COM O MEIO

Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída

1675 - 1980

*Por : Maria Norberta Amorim*

Apesar da Família, como primeira unidade de sociabilidade, ter sido, nos últimos vinte anos, polo de atração para os diferentes cientistas sociais, particularmente para os antropólogos, no seio da Demografia Histórica o seu estudo, num plano estritamente nuclear, não atingiu o aprofundamento esperado.

A não correspondência ao desafio por parte dos historiadores-demógrafos deve-se principalmente à metodologia usada para a «reconstituição de famílias», a de Feury-Henry, que não facilita a construção de genealogias.

A experiência dos genealogistas e o recurso à micro-informática aconselha hoje a repensar os problemas metodológicos e algumas novas vias se vão abrindo à investigação neste campo (J.-P. Pélissier, 1985).

Em meu entender, a reconstituição de famílias não é outra coisa senão a construção sistemática de genealogias descendentes em áreas administrativas definidas e entre limites cronológicos escolhidos. No mundo ocidental o mais dimensionado estudo da Família passará necessariamente pela «reconstituição das paróquias» onde a mesma se insere.

## 1. LINHAS GERAIS DA METODOLOGIA DE RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS

A «reconstituição de paróquias» será a reconstituição da biografia dos indivíduos residentes nas paróquias feita através dos respectivos registos de nascimentos, casamentos e óbitos, com cruzamento eventual a outras fontes.

Na minha metodologia essa reconstituição é feita numa «base de dados» em micro-computador e parte de um ficheiro relacional de FAMÍLIAS (onde se organiza a informação dos registos de baptizados, com cruzamento posterior com os dados dos casamentos e óbitos), para passar ao ficheiro final de INDIVÍDUOS, onde figura a biografia de todos os residentes com passagem marcada na paróquia.

Além do acompanhamento dos passos intermédios do seu percurso demográfico, para cada indivíduo com passagem marcada na paróquia existirá, no final, uma data de início e outra de fim de observação, reais, ou convencionais. A contagem dos residentes na paróquia num momento dado torna-se assim possível, em aproximação.

A partir do baptismo do primeiro filho registado abre-se a ficha da respectiva família, legítima ou ilegítima, que irá ser eventualmente completada com o registo de novos filhos.

Toda a informação dos registos de baptismo é organizada de forma simples e cómoda no ficheiro de Famílias,

tendo o uso do computador vantagens evidentes na atribuição de novos filhos a casais já identificados, mormente em grandes paróquias, e os riscos são mínimos, se se usar um processo inter-activo de «localização» das fichas.

A organização da informação dos registos de casamento já se torna um pouco mais complexa na medida em que é explorada em duas perspectivas – a familiar e a individual.

Numa perspectiva familiar a informação é cruzada com as fichas de FAMÍLIAS já existentes, sendo preenchido o espaço reservado para a data de casamento, nos casos de identificação; nos casos de casamentos sem correspondência as famílias com filhos, são anexadas as respectivas fichas no mesmo ficheiro.

Numa perspectiva individual e para os nascidos na paróquia, o primeiro casamento é o segundo passo fundamental a registar na sua história de vida. No ficheiro de FAMÍLIAS foi reservado um campo para o seu registo, abaixo do nome próprio, sexo e data de nascimento. Por outro lado, na ficha permitida por esse primeiro casamento existe um campo reservado à respectiva data de nascimento. A transposição manual de nascimento para a ficha da segunda geração e da data de casamento para a ficha da primeira geração confere segurança à identificação e permite em operações futuras um cruzamento automático seguro. De facto, identificando seguramente um indivíduo em duas fichas diferentes, a ficha na qual se insere o seu nascimento e a ficha resultante do seu primeiro casamento, fornecemos à máquina pelo menos oito elementos de identificação – nome próprio, sexo, dia, mês e ano de nascimento, dia, mês e ano de casamento, o que torna muito pouco provável um cruzamento indevido. Os casos de segundo ou terceiro casamento são identificados na ficha familiar correspondente e não perturbam os cruzamentos.

O casamento pode ser, para os indivíduos nascidos fora da paróquia, a primeira entrada registada na mesma, e, nesse caso, depois de apontada a data de casamento e naturalidade na ficha de família a que o nubente deu origem, preenche-se uma ficha individual com os dados pertinentes extraídos do registo de casamento aos quais se junta o número da ficha de família a que o casamento deu origem. Se se trata de um segundo ou terceiro casamento registado na paróquia para o mesmo indivíduo, a respectiva ficha biográfica vai ser enriquecida com os novos dados, incluindo o número da(s) ficha(s) da(s) nova(s) família(s).

A exploração dos registos de óbitos pode resultar mais problemática no caso português, dada a deficiente identificação dos defuntos. Numa primeira etapa cobrimos as situações claras e apontamos as datas conhecidas nas fichas encabeçadas pelos pais, no caso de defuntos solteiros, nas fichas encabeçadas pelos próprios, no caso de casados ou viúvos. Nenhum cruzamento manual é agora necessário, para os nascidos na paróquia.

Se se trata de defuntos nascidos no exterior e sem casamento registado na paróquia em observação, mas com filhos registados na mesma, abrimos a sua ficha biográfica no ficheiro de INDIVÍDUOS, com todas as observações pertinentes já recolhidas, incluindo os dados relativos à(s) esposa(s), a data de início da observação na paróquia e o(s) seu(s) número(s) de família(s).

Se o defunto é solteiro, nascido no exterior, e sem filhos observados, abre-se simplesmente a sua ficha biográfica com os dados conhecidos, fazendo coincidir a sua data de início de observação com a data de óbito.

A etapa seguinte é totalmente automática. O computador é programado para fazer um cruzamento entre todas as fichas do ficheiro de FAMÍLIAS, depositando no ficheiro

de INDIVÍDUOS toda a informação biográfica organizada sobre os nascidos na paróquia, incluindo o número da família de origem e o(s) número(s) da(s) família(s) a que deram origem.

Numa fase final de apuramento de resultados retornamos aos «casos difíceis» de defuntos que não conseguimos identificar, mas agora com outras vantagens porque dispomos de meios para seriar os nascidos na paróquia segundo os parâmetros que acharmos mais convenientes para os nossos objectivos.

Acabado o processo de apuramento de resultados (que pode conduzir a um ficheiro adicional de DEFUNTOS supostamente naturais da paróquia, mas não identificados), iremos marcar um «fim da observação» convencional para todos os INDIVÍDUOS nascidos na paróquia e para os quais não dispomos de informação segura de óbito.

Se se trata de um indivíduo casado ou viuvo, com família na paróquia, o fim da observação será o último acto familiar registado em que o mesmo indivíduo é dado como residente.

Se se trata de um indivíduo solteiro, verificamos se, na sua família de origem, há actos familiares registados posteriormente a uma idade convencional de autonomia (que aceitámos ser os 20 anos completos). Se assim acontece, se a sua família de origem mostra ser estável, aceitamos como fim de observação o seu vigésimo aniversário, sem prejuízo de aproximações que se mostraram aconselháveis em análises mais finas, designadamente distinções entre os sexos. Se se detecta que nenhum acto familiar foi registado posteriormente aos vinte anos do indivíduo em causa, o fim da observação será comum para toda a família e será o último acto familiar conhecido.

Finalmente passaremos para o ficheiro de INDI-

VÍDUOS os homens e mulheres, originários do exterior, pais de FAMÍLIAS mas sem data de casamento nem data de óbito registadas na paróquia, indicando-lhes o início e o fim de observação conhecidos.

2. Para três paróquias da ilha do Pico (S. Mateus, S. Caetano e S. João), nos Açores, estou a atingir a fase final de apuramento de resultados no processo de reconstituição.

Achei interessante copiar do ficheiro de FAMÍLIAS de S. Mateus e S. Caetano (1673 - 1980), as fichas correspondentes às famílias nucleares descendentes em cadeia de um casal dos mais antigos conhecidos e analisar as suas formas de reprodução e sobrevivência no meio.

O trabalho de campo que este verão desenvolvi nessas paróquias, com informantes de três gerações, particularmente entrosados nas mesmas, permite-me um estudo da sobrevivência até Agosto de 1989.

O casal inicial escolhido foi um casal declaradamente pobre - MANUEL CARDOSO, por alcunha, o MOLEQUE, e BÁRBARA RODRIGUES, também conhecida por BÁRBARA PEREIRA, falecidos respectivamente em 7/12/1717 e 1/9/1706.

Tiveram os seguintes filhos :

1. JOÃO PEREIRA - nas. - 21/04/1675  
cas. - 23/04/1703  
obi. - 29/07/1721, casado.
  
2. ANTÓNIO PEREIRA - nas. - 30/01/1678  
obi. - 29/04/1708, solteiro.

3. MARIA DO ROSÁRIO - nas . - 20/01/1682  
cas . - 15/02/1703  
obi . - 05/08/1717 , casada .
4. JOSEFA DOS SANTOS - nas . - 04/11/1685  
cas . - 18/08/1719  
obi . - 01/06/1754 , viúva .
5. ANA - nas . - 03/01/1693  
obi . - 06/10/1703 .

O filho solteiro que chegou à idade adulta , António Pereira , foi sepultado pelo «amor de Deus» , como pobre que era. João Pereira, o primeiro filho registado, casou com uma viúva mais velha, da qual viria a ter dois filhos. À sua morte , aos 46 anos, teve enterro e sufrágios de pessoa remediada. Maria do Rosário casou jovem com um homem solteiro do mesmo grupo de idades e morreram ambos pobres antes de atingirem os cinquenta anos . Josefa dos Santos só casou aos 33 anos, com um homem da Candelária, freguesia contígua , pai dos filhos ilegítimos que tivera , respectivamente quando contava 25 e 30 anos de idade .

Das três famílias nucleares de segunda geração descendentes de Manuel Cardoso Moleque , verificamos assim que apenas uma transmite aos filhos uma situação de pobreza declarada . À filha que casou mais cedo , com um homem do seu grupo etário e de igual condição , não consegue melhorar o nível do seu nascimento . O casamento com uma viúva , e uma ligação ilegítima que terminou em casamento permitem aos outros irmãos uma relativa vantagem no seu posicionamento económico .

Manuel Cardoso Moleque iria ter 6 netos , 22 bisnetos , 29 trisnetos , 88 tetranetos , 122 pentanetos ,( . . . ) ,

num total de 1193 indivíduos baptizados em S. Mateus até 31/12/1979. O estudo da consanguinidade mostra que apenas para 26 casamentos houve cruzamento por esta linha. Em 21 casos, esses cruzamentos deram-se em nível igual ou superior à 5ª geração; entre elementos de 4ª geração encontramos 2 casos e os restantes três casos que dizem respeito a primos-irmãos, só os encontramos para casamentos realizados após 1930.

Depois de 1780, quando observamos a quarta geração de descendentes de Manuel Cardoso Moleque, não havendo a considerar frequência significativa de casamentos consanguíneos, processou-se já uma dispersão desses elementos no grupo mais volumoso desta sociedade rural, constituído por pequenos proprietários que vivem no limiar de subsistência, equilibrando os seus orçamentos com trabalho assalariado eventual dos «activos» do agregado doméstico. Processa-se também a penetração em grupos mais favorecidos economicamente. Um quinto neto do casal inicial chega a ser vigário de S. Mateus. Haverá assim justificação para considerar, na generalidade da observação, o conjunto dos descendentes de Manuel Cardoso Moleque como uma amostra da sociedade de S. Mateus.

Para os comportamentos demográficos mais marcadamente volitivos consideramos essa amostra como representativa da paróquia.

Em campos mais marcados pela genética, veremos se há especificidade de comportamento nos descendentes de Manuel Cardoso Moleque em relação a outros agrupamentos em periodização paralela.

3. no gráfico nº 1 está apresentado o resultado da contagem ano a ano das permanências em S. Mateus e S. Caetano dos descendentes de Manuel Cardoso Moleque,

segundo as convenções atrás apontadas – para os indivíduos que não faleceram na paróquia e que se integravam em famílias residentes para além do seu 20º aniversário, foi considerado «fim de observação» a data desse mesmo aniversário; para os indivíduos integrados em famílias móveis, na situação de filhos ou já na situação de progenitores, foi considerado como «fim de observação» o último acto familiar registado na paróquia. Admitimos que se trate de uma aproximação por defeito na medida em que um maior espaçamento temporal entre o último acto familiar registado e o afastamento real da paróquia, no caso de famílias móveis, poderá sobrepor-se a uma eventual distorção nas situações de maior frequência de emigração anterior ao vigésimo aniversário no caso de emigrantes isolados. Achamos que poderá ser considerada como aceitável a aproximação conseguida.

A linha evolutiva observada no gráfico nº 1 expressa as vicissitudes por que passou a paróquia sujeita a uma gravíssima crise agrícola em meados do século XIX (o «mal das vinhas», numa situação de dominância da viticultura) e às possibilidades ou facilidades de escoamentos para o exterior de uma população que não sofre crises graves de mortalidade adulta.

Se compararmos o gráfico nº 1 com o gráfico nº 2, apresentando este último a contagem dos residentes por sexos, verificamos que a relação de masculinidade é marcadamente inferior a 100 no período que vai 1810 a 1890, esbatendo-se as diferenças para as décadas de 1890 a 1910; Nos últimos anos da década de 1910 volta a acentuar-se uma distorção na relação de masculinidade, embora menos vincada do que no século XIX, distorção que não atinge os anos cinquenta do nosso século e vai mudar de sentido nos anos sessenta.

Analisando os vários fenómenos demográficos, por gerações, estaremos mais habilitados para os seus efeitos a nível da evolução anual de efectivos.

#### A - NUPCIALIDADE

Para o estudo da nupcialidade dos descendentes do casal inicial, nascidos entre 1675 e 1929 (recorde-se que o fim da observação em relação a este fenómeno vai até 1980), delimitámos três grupos de gerações em função dos efectivos e dos principais ritmos de mudança.

Para cada período contámos, para cada sexo, os nascidos, os que se ausentaram antes do casamento, os falecidos solteiros antes e depois dos cinquenta anos, os residentes com mais de 50 anos em 1980, os casados na paróquia e os casados fora da paróquia, mas residentes.

#### Números absolutos

PERÍODOS	1675 - 1829		1830 - 1879		1880 - 1929	
	M	F	M	F	M	F
nº inicial	115	123	127	124	139	125
aus. /solteiros	33	35	60	50	38	22
ob. /solt.	36	40	35	42	27	24
ob. solt. > 50 a.	3	15	5	9	-	--
cas. paróquia	43	44	28	24	63	69
cas. fora/res.	3	4	4	8	6	3

## Números relativos

PERÍODOS	1675 - 1829		1830 - 1879		1880 - 1929	
	M	F	M	F	M	F
aus. /solteiros	29%	28%	47%	40%	27%	18%
ob. solteiros	31%	33%	28%	34%	-	-
casados	40%	39%	25%	26%	50%	58%

Não se notando significativas diferenças antes de 1930 na proporção de óbitos de solteiros, a percentagem daqueles que constituem família na paróquia varia directamente em função da maior ou menor força do surto emigratório. Às gerações que saíam da infância na altura da grande desorganização económica da segunda metade do século XIX, procuraram com maior frequência uma saída para o exterior, Brasil e Estados Unidos da América, logo a seguir. Vejamos como essas saídas afectaram alguns indicadores da Nupcialidade.

## IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO

Anos

PERÍODOS	HOMENS	MULHERES
1675 - 1829	28,2	26,6
1830 - 1879	28,8	27,6
1880 - 1929	26,7	24,1

Verificamos que as idades médias ao primeiro casamento, para os dois sexos, se conservam bastante elevadas até finais do século XIX, reduzindo de forma bastante acentuada para o século XX.

A influência da emigração do período de crise afecta as gerações que atingem a idade núbil depois de 1850, fazendo elevar a idade média ao primeiro casamento. Sendo o mercado matrimonial mais favorável aos homens, são as mulheres que representam um atraso relativo maior.

Grande parte das gerações que atingem a idade núbil já no século XX vivem um período em que a saída habitual para os Estados Unidos se restringe sem que a atracção dos meios urbanos açorianos actue de forma significativa. A frequência dos casamentos na paróquia torna-se maior e a idade média ao primeiro casamento antecipa-se, mais notoriamente para o casamento feminino, embora, para esse efeito, a evolução de comportamentos no plano da fecundidade possa constituir uma variável influente.

#### CELIBATO DEFINITIVO

PERÍODOS	Total > 50 a.		Solt. > 50 a.			
	M	F	M		F	
	nº	nº	nº	%	nº	%
1675 - 1829	34	44	3	9%	9	36%
1830 - 1879	22	31	4	18%	8	26%
1880 - 1929	63	67	5	8%	9	13%

Contados os indivíduos, por sexos e por estado civil, falecidos com mais de 50 anos de idade, achámos as percentagens de definitivamente celibatários para os dois primeiros períodos considerados. Em relação ao último

período, para calcular essa percentagem, juntámos aos falecidos com mais de 50 anos os sobreviventes na paróquia que ultrapassarem essa idade.

Pese embora a escassez de efectivos, parece claro que o casamento é mais universal no nosso século do que foi nos dois séculos anteriores.

O celibato definitivo feminino é mais frequente do que o masculino em todos os períodos, com diferenças mais marcantes para as gerações nascidas antes de 1830. A essa diferença não é alheia a maior sobrevivência feminina, como veremos depois.

Na fase de maior crise da paróquia, correspondente ao segundo período considerado, verificamos que o celibato definitivo aumenta de forma significativa entre o sexo masculino, a atestar as dificuldades de formação de novos lares. Não se tratará agora do simples jogo de relações de masculinidade que parece actuar para as gerações nascidas antes de 1830.

Numa população em que a morte actuava de forma suave, os RECASAMENTOS foram pouco frequentes - no primeiro período encontramos dois recasamentos femininos e um masculino; no segundo período, um recasamento para cada sexo; no último período encontramos dois homens que enviuvam e voltam a casar, não tendo nenhuma mulher oportunidade de o fazer.

## B - FECUNDIDADE

Sendo os comportamentos de Antigo Regime, no plano da Fecundidade, não marcadamente sociais, terá algum sentido verificar se as mulheres desta família apresentavam taxas de fecundidade com alguma especificidade em relação às suas contemporâneas de outras origens fa-

miliares. Os problemas serão a necessidade de periodização, dado que cobrimos um espaço temporal que inclui comportamentos bem distintos neste plano e a escassez de efectivos com que nos debatemos. Optei por observar, para três períodos, todas as famílias legítimas, formadas tanto por homens como por mulheres descendentes de Manuel Cardoso Moleque, com data de casamento e data de nascimento da mulher conhecidas, acompanhadas durante cinco ou mais anos e cujo nascimento do primeiro filho não se localizou antes de oito meses de casamento. Posteriormente, para um único período, comparei o comportamento desse conjunto com o conjunto constituído exclusivamente por mulheres de família em observação.

#### TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA

Todas as idades ao casamento

1000 mulheres

Todas as mulheres

Períodos	nº	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
1675-1849	59	369	357	310	295	192	27
1850-1929	71	427	372	278	228	111	4
1930-1969	85	412	235	177	105	30	4
1675-1969	215	402	311	247	201	102	9
Só mulheres descendentes do casal inicial							
1675-1969	106	423	326	249	186	110	14

Como se verifica, para casamentos realizados antes de 1850, as taxas de fecundidade legítima são relativamente baixas nos grupos etários dos 20 aos 24 e dos 24 aos 29

anos, não o sendo da mesma forma nos grupos etários seguintes. O aumento da fecundabilidade é notório, em mulheres com menos de 30 anos, para os casamentos realizados depois de 1850, ao mesmo tempo que um controlo de natalidade já se evidencia nas idades mais elevadas. Depois de 1930, a limitação voluntária de nascimentos aparece-nos mais explicitamente.

Se compararmos as taxas de fecundidade de todas as mulheres pertencentes por casamento ou por nascimento à Família em observação, com as taxas de fecundidade das mulheres descendentes do casal inicial, parece haver alguma diferença de comportamento. Isso significará que em algumas famílias a fecundidade é marcadamente mais elevada do que noutras, transmitindo-se essa potencialidade ao longo das gerações? Penso que é cedo para tirar essa conclusão. Outras investigações poderão no futuro trazer-nos uma maior segurança.

Observemos ainda que não há peso significativo de NATALIDADE ILEGÍTIMA - dos 1193 descendentes conhecidos de Manuel Cardoso Moleque apenas 12 são ilegítimos, ou seja, 1%. É natural que ainda outras crianças, filhas ilegítimas de homens desta família, tenham sido baptizadas como filhas de pai incógnito. Conhecemos um desses casos porque a criança foi legitimada por casamento posterior dos pais. É possível ainda que outras crianças desta Família fossem enjeitadas à nascença, embora o fenómeno de abandono de recém-nascidos não tenha atingido níveis dramáticos nesta zona.

## C - MORTALIDADE

Em trabalho antes preparado sobre as gerações nascidas em S. Mateus antes de 1800 (1), tive oportunidade

de calcular, ano a ano, a respectiva esperança de vida. Para os descendentes de Manuel Cardoso Moleque, na medida em que apurei os resultados da investigação e conheci os sobreviventes na paróquia até Agosto de 1989, posso periodizar um pouco mais a observação, estabelecendo as comparações possíveis com a população global nascida até finais do século XVIII.

### MORTALIDADE INFANTIL

Considerando todos os indivíduos da Família em observação que permanece comprovadamente na paróquia para além do seu primeiro aniversário, os resultados sobre a mortalidade infantil para quatro grupos de gerações são os seguintes :

Gerações	Total nasc.	Total óbit. < 1a.	óbit. < 1 a. /1000
1675-1829	225	25	111
1830-1879	244	37	152
1880-1929	258	28	109
1930-1978	404	22	54

(1) - «Uma abordagem ao problema de emigração para as Américas através da reconstituição de paróquias açorianas do sul da ilha do Pico», trabalho dactilografado apresentado em Junho de 1989, em Poyo, Pontevedra, por ocasião das IV Jornadas de Metodologia Histórica Aplicada.

Parece claro que a mortalidade infantil nesta observação em nenhum período atingiu níveis dramáticos. A grande protecção dada por esta sociedade à maternidade, permitindo que a criança fosse amamentada muito para além do seu primeiro aniversário, aliada à suavidade do clima, sem grandes calores estivais, podem ter contribuído para o efeito.

A mesma suavidade do clima, particularmente no inverno, aliada a uma alimentação diversificada podem ser em grande parte responsáveis pela grande sobrevivência a idades elevadas.

Dada a escassez de efectivos, calculámos a esperança de vida por sexos reunidos para dois grupos de gerações, as nascidas de 1735 a 1829 e as nascidas de 1830 a 1889 (recorde-se que estudámos as sobrevivências na paróquia até 1989) e comparámos os resultados com outros já encontrados para as gerações nascidas na paróquia de 1735 a 1800 (2).

Para sintetizar os resultados, o Quadro I e o Quadro II dão-nos conta apenas do número de emigrados e de falecidos em cada grupo de idades, embora as taxas de mortalidade que conduziram ao cálculo da esperança de vida tenham sido avaliadas para cada idade.

Pela observação do gráfico comparativo, verificamos que houve um aumento significativo de esperança de vida nas primeiras idades e nas idades médias para as gerações nascidas depois de 1830.

O que parece mais saliente é no entanto a grande sobrevivência a idades elevadas dos membros desta Família, comparativamente à população de S. Mateus cujo nascimento foi observado de 1735 a 1800. Reparemos que, dos indivíduos do primeiro e segundo grupo de gerações con-

---

(2) - *Idem.*

sideradas que não se afastaram da paróquia, 15% e 13%, respectivamente, chegaram aos 85 anos. Será de admitir que em certas Famílias a velhice seria mais tardia ?

#### D - MOBILIDADE

Em relação aos indivíduos nascidos em S. Mateus e descendentes de Manuel Cardoso Moleque, considerámos três tipos de mobilidade - a mobilidade antes da idade adulta, integrada na emigração da família, a menor de vinte anos a mobilidade de indivíduos isolados, que convencionámos colocar aos vinte anos exactos e a mobilidade dos casados ou viuvos, isolados ou integrados num agregado, em regra maiores de vinte anos.

Achei mais adequado estudar a mobilidade não por gerações, mas de acordo com uma periodização que tivesse em conta as principais fases do fenómeno. Assim escolhi quatro períodos - um período inicial até à grande crise económica de meados do século XIX; um segundo período que se estende até 1920, altura em que se restringe a emigração para os Estados Unidos da América; um terceiro período que vai até 1950, década em que se começa a sentir a atracção pelos centros urbanos açorianos, avolumando-se na década de sessenta a emigração para os Estados Unidos e depois para o Canadá e (três casos) para França.

#### MOBILIDADE

Períodos	< 20 a.		20 a.		> 20 a.		Total
	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	n <sup>o</sup>	%	
1675 - 1849	24	30%	46	57%	11	13%	81
1850 - 1919	32	19%	104	60%	36	21%	172
1920 - 1949	5	20%	18	72%	2	8%	25
1950 - 1974	106	47%	53	23%	68	30%	227

Parece claro que, antes de 1950 e com maior incidência entre 1850 e 1919, a emigração foi mais de indivíduos isolados do que de famílias, passando a partir dessa data a evoluir para uma emigração de famílias jovens com filhos pequenos.

Se calcularmos a média anual de emigrados para os três últimos períodos em observação e a população média desses mesmos períodos, avaliando depois a percentagem anual de emigrados, podemos mais adequadamente estudar o comportamento diferencial.

#### TAXA ANUAL DE EMIGRAÇÃO

Períodos	Pop. média	Emig./ano	% Emig./ano
1850 - 1919	159	2,46	1,5%
1920 - 1949	246	0,83	0,3%
1950 - 1974	303	9,08	3,0%

De facto, o período em que a emigração se apresenta mais lesiva é já no nosso século e depois de 1950. O maior isolamento da paróquia deu-se precisamente no período anterior, sem os escoamentos habituais para longas distâncias.

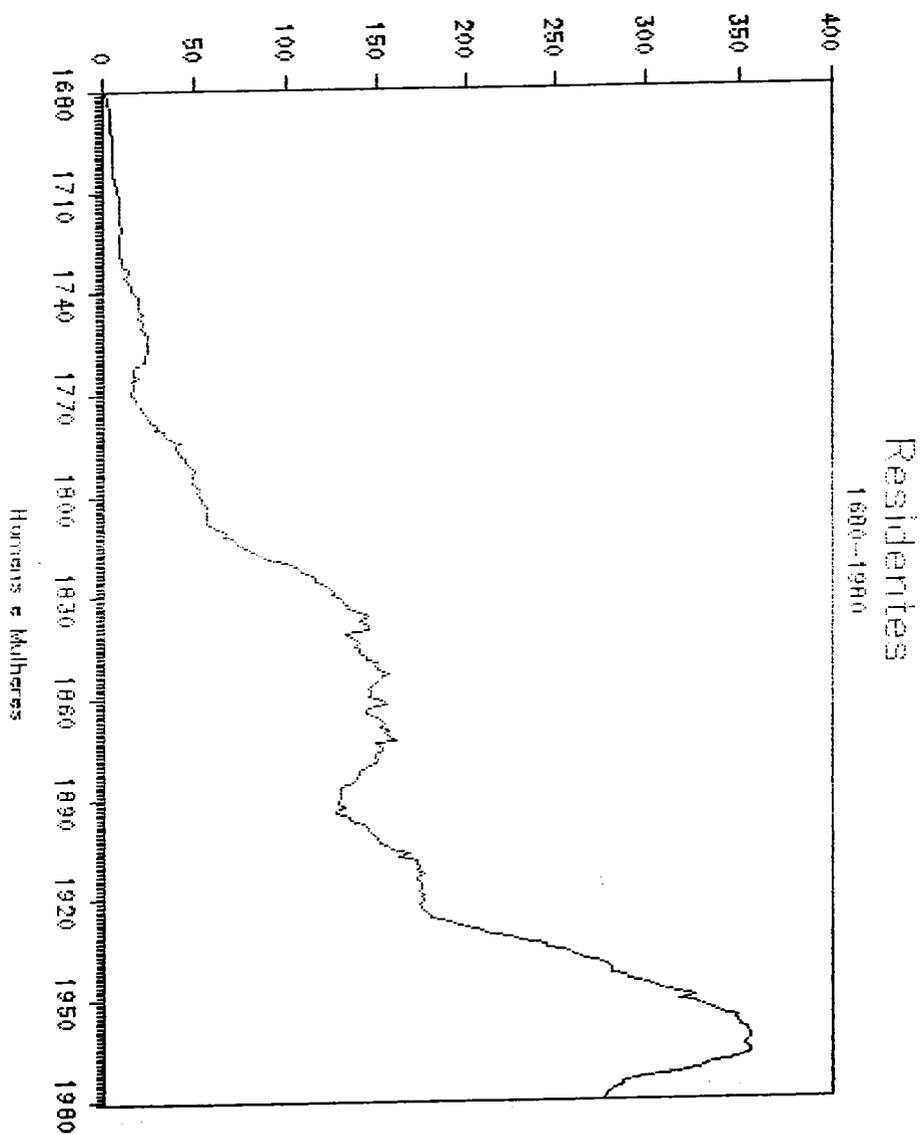
Achamos que a exploração de genealogias em paróquias reconstituídas permite um aprofundamento da História da Família, das formas de reprodução biológica e social, das suas formas de relação com o meio, conducente a uma nova leitura da História Social.

Este trabalho foi uma primeira experiência sobre os descendentes a larga distância de uma família pobre, num meio rural de minifúndio, que se torna permissivo à osmose

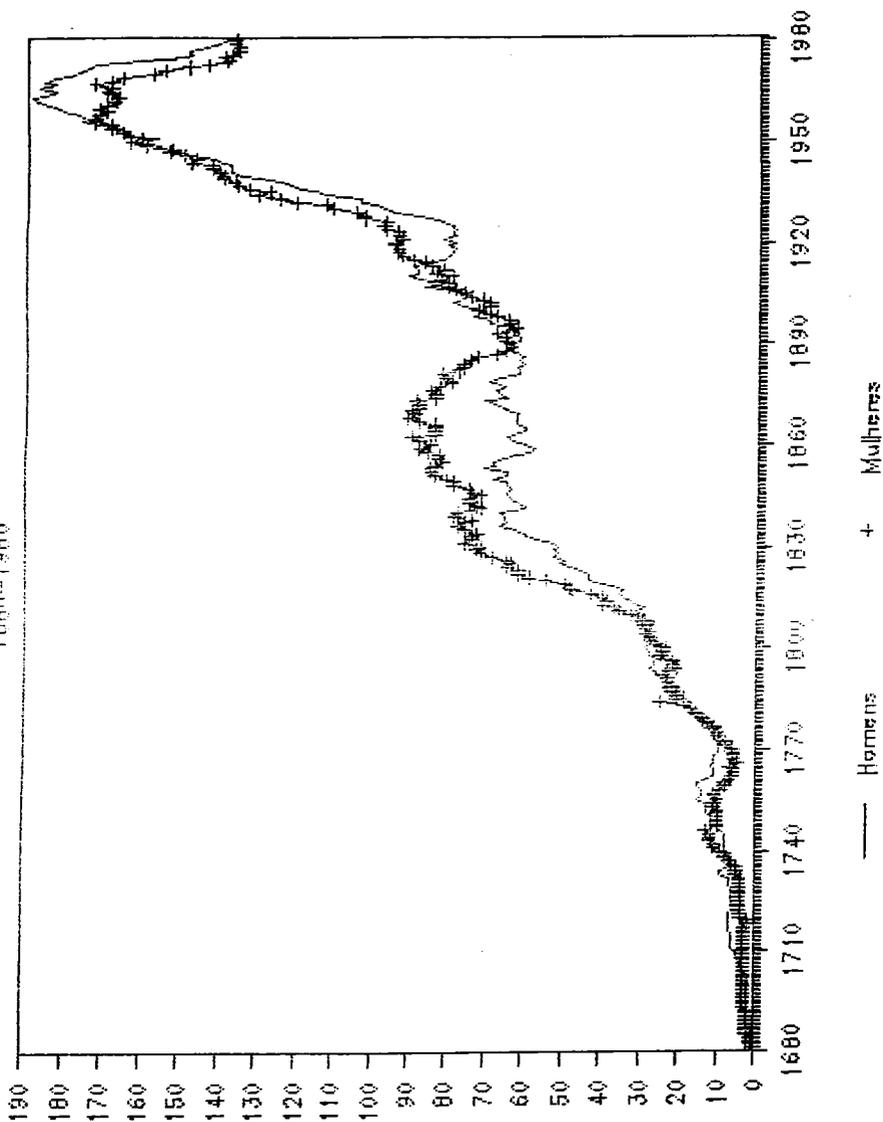
social. Noutras zonas geográficas, com diferentes enquadramentos sociais, uma outra complexidade poderia ser encontrada. No plano da genética algumas interrogações ficam no ar, também elas a exigir novos ensaios.

Quadro I (1675 - 1829)			
Idade	Efectivos	Emigrados	Obitos
0 - 1	233	6	25
1 - 4	202	4	14
5 - 9	184	1	8
10 - 14	175	2	5
15 - 19	168	3	2
20 - 24	163	51	1
25 - 29	111	5	2
30 - 34	104	0	2
35 - 39	102	4	4
40 - 44	94	2	2
45 - 49	90	3	5
50 - 54	82	3	2
55 - 59	77	0	7
60 - 64	70	2	5
65 - 69	63	2	15
70 - 74	46	0	10
75 - 79	36	1	9
80 - 84	26	0	5
85 - 89	21	0	13
90 - 94	8	0	3
95 e mais	5	0	5
		89	144

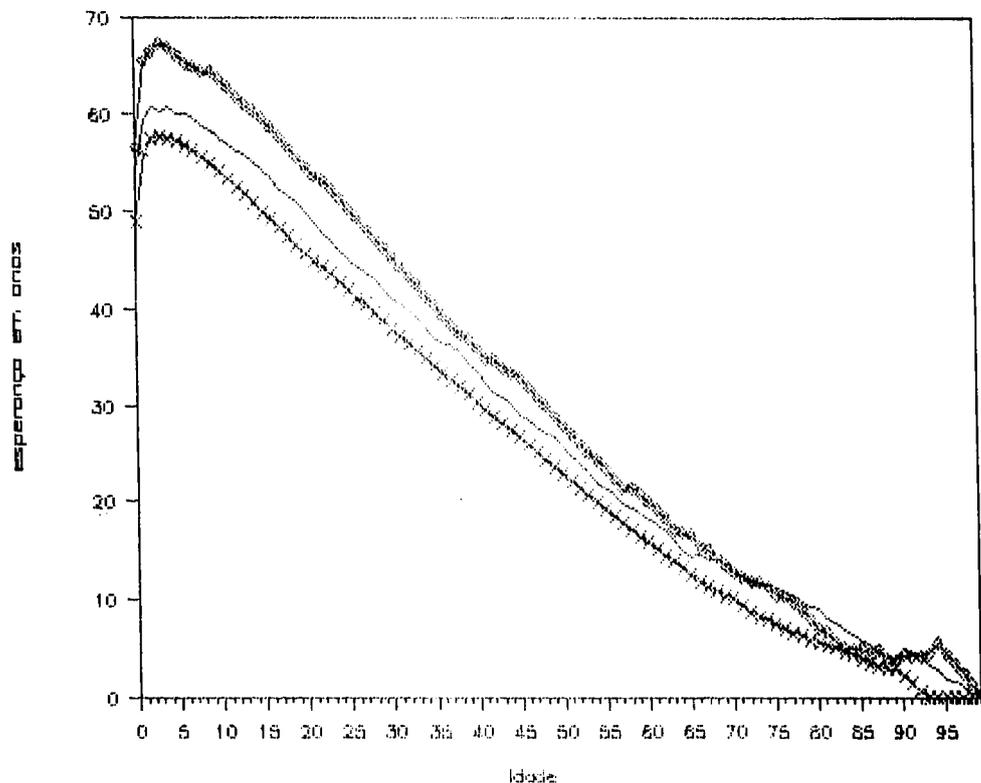
Quadro II (1830 - 1889)			
Idade	Efectivos	Emigrados	Obitos
0 - 1	278	5	41
1 - 4	232	4	16
5 - 9	212	4	8
10 - 14	200	6	3
15 - 19	191	7	0
20 - 24	184	99	1
25 - 29	84	3	0
30 - 34	81	5	0
35 - 39	76	5	1
40 - 44	70	3	4
45 - 49	63	2	0
50 - 54	61	0	1
55 - 59	60	1	4
60 - 64	55	0	5
65 - 69	50	1	4
70 - 74	45	0	9
75 - 79	36	1	5
80 - 84	30	0	13
85 - 89	17	0	11
90 - 94	6	0	4
95 e mais	2	0	2
		146	132



# Residentes 1680-1980



# ESPERANÇA DE VIDA



Desc. G. 1735-1829

Desc. Ger 1830-1889

X Pap. Ger. 1735-1800

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, M. Norberta, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C., 1987.
- CHACÓN Jiménez, Francisco, «La familia en España : una historia por hacer», em Casey, Chacón e outros, *La Familia en la España Mediterránea (siglos XV-XIX)*, Barcelona, Ed. Crítica, 1987.
- DUPÂQUIER, Jacques, *La population rural du bassin parisien à époque de Louis XIV*, Paris 1979.
- DUPÂQUIER, Jacques, *Pour la démographie historique*, P.U.F., 1984.
- FESTY, Patrick, *La Fécondité des pays occidentaux de 1870 a 1970*, P.U.F., 1979.
- FLANDRIN, Jean-Louis, *Origines de la familia moderna*, Barcelona, Ed. Crítica, 1979.
- FLINN, Michael, *El sistema demográfico europeo. 1500 - 1820*, Barcelona, Ed. Crítica, 1989.
- GOODY, Jack, *La evolution de la familia y del matrimonio en Europa*, Barcelona, Ed. Herder, 1986.
- HENRY, Louis, *Técnicas de análise em demografia histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- LASLETT, Peter, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Cosmos, 1975.
- PÉREZ, Moreda, V., «Matrimonio y familia. Algunas consideraciones sobre el modelo matrimonial español en la Edad Moderna», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, Madrid, 1986.
- PÉLISSIER, Jean-Pierre, *Démographie, Généalogie, Micro-Informatique*, Paris, Ed. Christian, 1985.
- REHER, David-Sven, *Familia, población y sociedad en la provincia de Cuenca. 1700 - 1970*, Madrid, Siglo veintiuno, 1988.
- ROWLAND, Robert, «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI - XIX). Una perspectiva regional», em Moreda e Reher (eds.) *Demografía histórica en España*, Ed. El Arquero, 1988.



## O CARNAVAL ANGRENSE NO 1º TERÇO DO SÉCULO XX

*Por : Carlos Enes*

### PREFÁCIO

A história dos festejos carnavalescos acha-se ainda por fazer . Embora se conheçam aproximadamente as origens e a evolução geral do fenómeno, ignoram-se os aspectos específicos que o Carnaval foi tendo, ao longo dos muitos séculos da sua existência , nos vários países da Cristandade .

Em Portugal , um dos poucos Estados onde o Carnaval sobreviveu à longa e gradual destruição do tempo , estudar as suas formas oferece um interesse particular , ligado às razões de uma continuidade e persistência que continuam enigmáticas ou , pelo menos , mal explicadas . E esse estudo terá de ser feito parcela a parcela , caso a caso , a permitir

um somatório posterior suficientemente claro e compreensivo.

Carnaval não é, em rigor, vida quotidiana, porque se vive uma vez em cada ano. Mas, entranhado como se apresenta na história dos povos de língua portuguesa e ansiado como tem sido por eles durante muitos e muitos dias do ano, analisar as suas características cabe, sem dúvida, no capítulo dos divertimentos, que eles também, em rigor, não são vividos quotidianamente. Por isso se julgou correcto aceitar, num seminário sobre vida quotidiana, um trabalho sobre os festejos carnavalescos. Elaborou-o Carlos Manuel Pimentel Enes, e de acordo com todas aquelas normas de rigor e de erudição que são timbre de uma história científica como a que deve sair das universidades.

O estudo do Carnaval na Ilha Terceira é uma monografia plena de interesse, até porque respeita a uma região periférica, onde subsistem formas de vida já inexistentes noutras partes de Portugal. Mas o leitor atento dar-se-á conta de que a tradições e ritos de um passado remoto se aliam invenções modernas ou alterações resultantes da evolução da sociedade moderna. O Carnaval estudado por Carlos Enes não é, assim, um corpo de festejos fossilizado pelo tempo, mas antes um divertimento vivo, acompanhante de uma estrutura social em mutação. Responde às perguntas de etnólogos, de sociólogos e de historiadores.

E sem nos alongarmos, passemos a palavra ao autor, que nos irá, num estilo ameno e desprezioso, descrever e interpretar o Carnaval terceirense do primeiro terço do século XX.

*A. H. de Oliveira Marques*

## 1 - Introdução

O homem é, pela sua essência, um ser *festivus* «que não só trabalha e pensa, mas canta, dança, reza, conta casos e celebra festas» (1). Desde os princípios da humanidade, a festa está presente em todas as culturas e é uma forma identificadora da civilização, com um sentido profundo que exprime sempre uma concepção do mundo.

O Carnaval é uma das festas populares mais marcantes da nossa civilização. A sua origem tem dado azo a muita literatura. Até há bem pouco tempo aceitava-se sem contestação que provinha «das festas de Isis e do boi Apis, das *bachanaes* gregas, das *saturnaes* e *lupercaes* romanas, um escândalo de fazer corar as próprias pedras» (2).

«Quem lê a descrição das *bachanaes*, das *saturnaes* e *lupercaes*, em plena Roma, dominadora e avassaladora da terra então conhecida, encontra evidentes analogias entre aquelas extravagâncias e as d'essa complexa personagem, conforme os tempos e conforme os lugares - o Carnaval» (3).

Esta teoria clássica das origens do Carnaval, muito divulgada desde o Renascimento, é assim reproduzida na imprensa terceirense de acordo com as informações das grandes enciclopédias.

Quanto à etimologia do termo as opiniões divergem:

«Uns opinam que deriva do italiano *carnavale*; outros que vem de *caro-carnis*, adusindo como principal razão que n'esses dias de folgança se come muita carne, como indemnização antecipada da abstinência da quaresma, ou porque

---

(1) Harvey Cox, *A Festa dos Foliões, Petrópolis, Editora Vozes, 1974, p. 16.*

(2) *O Dia*, 24/2/1906.

(3) *A Cidade*, 2/2/1929.

nos despedimos da carne, como se disseramos – carne, vale. Du Cange (. . .) diz que esta palavra se deriva de carn-aval. O Intrudo ou entrudo é corrupto de introito, porque o intrudo é como o introito dos dias santos da quaresma; por isso diziam os nossos antigos em latim macaronico: *Santus introitos, tempus quebrare panellas*» (4).

Se a etimologia da palavra continua um pouco nebulosa, a origem do Carnaval, explica pela sobrevivências filosófico-religiosas pagãs da Antiguidade, tem sido questionada recentemente. Jacques Heers, por exemplo, considera que estas «identificações parecem ser demasiado fáceis e o jogo que consiste em descobrir influências ou correspondências nem sempre obedece a uma análise correcta: meras coincidências, também elas se calhar absolutamente fortuitas, adquirem então um relevo excessivo» (5).

De qualquer modo, deu-se uma transmissão de dados de antigos cultos pagãos para o cristianismo, que recuperou e absorveu muitas dessas festas, e o Carnaval «quíera-se o no, es un hijo (aunque sea hijo pródigo) del cristianismo; mejõr dicho, sin la idea de la Cuaresma («Quadragesima»), no existiria en la forma concreta en que ha existido desde fechas oscuras de la Edad Media europea» (6).

Segundo a tese de Jacques Heers, ao longo da Idade Média, começam a definir-se as características mais gerais da festa de Carnaval a partir de divertimentos ligados ao ciclo litúrgico, herdando, imitando ou até mesmo rivalizando com a festa dos clérigos, mas também em «jogos

---

(4) *O Dia*, 24/2/1906.

(5) Jacques Heers, *Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa, *Publicações Dom Quixote*, 1987, p. 169.

(6) Julio Caro Baroja, *El Carnaval - Analisis historico-cultural*, Madrid, ed. Taurus, 2ª edição, 1979, p. 26.

proporcionados pela cidade ou pelas companhias burlescas, jogos cômicos de carácter satírico, com frequência inspirados pelas extravagâncias ou pelos excessos da sociedade. Jogo de burgueses, o Carnaval lança e desencadeia na cidade um cortejo desenfreado, uma dessas procissões burlescas que assinalam a época das festas, divertem os basbaques e amalgamam as multidões» (7).

O Carnaval desenrola-se, primordialmente, nos meios urbanos. Ao conquistar as zonas rurais exprime-se de acordo com as vivências específicas desses espaços, mas mantêm-se algumas características comuns: festa de abundância durante a qual o homem come, bebe e diverte-se, pon-do em relevo valores pagãos da vida em contraste com o período imediato em que se exaltam valores cristãos.

O Carnaval é uma festa complexa que se desenvolve em torno de perspectivas de vida que se chocam mas não se anulam. Ao estudarmos o Carnaval urbano, encontrámos vários tipos de festa dentro da festa. «O carnaval é a festa de todos» (8) e, por isso, cada um, individualmente ou em grupo, transporta para ela os seus desejos, recalcamientos ou angústias numa euforia desconcertada ou controlada que foge ao percurso do quotidiano.

A festividade « é uma espécie de paroxismo social, em que os elementos mais instintivos e desordenados da vida humana ficam temporariamente soltos para desabafar-se» (9), mas a sua intensidade, frequência, necessidade depende do contexto económico, social e político em que se desenvolve.

Deste modo, na época contemporânea, depois da re

---

(7) *Jacque Heers, ob. cit., p. 168.*

(8) *Idem, p. 183.*

(9) *Roger Caillois, citado por Harvey Cox, ob. cit., pp. 25-6.*

volução industrial, o horário de trabalho modificou-se, deixando ao individuo mais tempos livres e, por isso, não se sente tanto a necessidade da festa como nas comunidades que tinham de compensar a raridade das suas alegrias pelo estrondo e pela intensidade que aquela dava às suas vidas. A festa, dum modo geral, vai sendo vivida em menor escala, diluída, fragmentada, degradada na corrente um pouco monótona dos lazeres, sendo cada vez menos uma ruptura tão marcada no quotidiano.

Neste contexto, poderá dizer-se que «o carnaval morreu». De facto, à medida que os valores da civilização burguesa se difundem a partir do Renascimento, a noção de festa estreita-se, desnatura-se mas não desaparece.

Ao estudarmos o Carnaval urbano encontrámos dois tipos de festejos, que coabitam nos dias de Carnaval, ambos com raízes no passado histórico: a festa popular de raízes cripto-pagãs, primitivas, e a festa oficial, de origem moderna, que é a tentativa de o Poder segurar o Carnaval nos limites aceitáveis pelo *status quo*.

A festa popular caracteriza-se por um surto de excesso e atinge no Carnaval todos os campos da vida humana, individual ou colectiva. Não só se come em demasia e se veste de forma diferente, como são abolidas todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Nesta quadra reina uma forma particular de contactos livres, familiares, entre individuos separados na vida normal por barreiras intransponíveis.

É um período de «borga para que se não perca a tradição» (10), de «tradicional berzundela, de hilariante folia (. . .) em honra do *santo* palreiro inscrito no kalendario e dominios da maluqueira humana. E agora que remedio senão ser

---

(10) *A União*, 3/2/1913.

mos mais ou menos doidos confirmando a afirmação de Erasmo – que todos tinham o seu adubo de loucura?» (11).

Período de ruptura com o quotidiano, em que nos «desligamos das cousas tristes, esquecemos as agruras da vida», invertendo a ordem normal das coisas, recorrendo-se com frequência a jogos violentos.

O Carnaval é também festa da vida, um período de tempo reservado para a expressão plena de sentimento: «c'est la vie même que joue et, pendant un certain temps, le jeu se transforme en vie même. Voilà la nature spécifique du Carnaval, um mode particulier d'existence» (12).

Como o homem para além de ser *festivus* é também *homo phantasia*, encontra no Carnaval a época propícia para dar largas à sua imaginação.

A fantasia, elemento de arte e de criatividade consciente, encontra no riso uma das suas melhores formas de expressão. O riso é a vida da festa e apresenta-se como uma paródia da vida comum.

«Le rire carnavalesque est premièrement le bien de l'ensemble du peuple (. . .), tout le monde rit, c'est le rire «général»; deuxièmeement, il est *universel*, il atteint toute chose et toutes gens (y compris ceux qui participent au Carnaval), le monde entier parait comique, il est perçu et connu sous son aspect risible, dans sa joyeuse relativité; troisièmeement enfin, ce rire est *ambivalent*, il est joyeux, débordant d'allégresse, mais en même temps il est railleur, sarcastique, il nie et affirme à la fois, enselevit et ressucite à la fois» (13).

---

(11) *O Dia*, 24/2/1906.

(12) *Mikhail Bakhtine*, L'œuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et dans la Renaissance, Paris, Gallimard, 1970, p. 16.

(13) *Idem*, p. 20.

A máscara desempenha aqui um papel fundamental. É um autêntico disfarce, um sinal de transferência social, desejo de imitar e macaquear. A mascarada torna-se pretexto para piadas divertidas, mais ou menos directas, atingindo determinadas personalidades. A festa reúne-se a toda uma corrente satírica burlesca. O mascarado, o farsante tem o papel de incitador, de grande provocador. É por ele que chega o escândalo; atrás dele, é a juventude que empurra a ordem e o velho mundo.

O Carnaval é, portanto, festa de excessos, festa da vida onde a sátira ocupa um lugar de relevo. Todavia, «ver nestes quadros e nestes jogos apenas uma crítica sistemática do poder, à riqueza dos que mandam, é ver demasiado à priori. Os cortejos dos dias de Entrudo afirmavam-se, pelas origens e pela sua essência mesmo, muito menos anti-hierárquicos que os das Festas de Loucos e dos Inocentes. Em nenhum momento se pretende inverter honras e poderes» (14).

De qualquer forma, parece ser uma festa incômoda. A sátira, mesmo que seja, apenas, divertida, benevolente, nalguns casos, caricatura e põe em causa facetas da sociedade.

Os visados pela crítica sabem que, passadas as horas desagradáveis da festa, tudo volta ao normal, sem que a ordem da sociedade seja posta, seriamente, em causa; sabem que farsas tão exageradas não constituem grande ameaça e que, depois dos excessos, tudo entra em ordem. A festa é um parêntesis, uma folia, com efeito de catarse. Esta negação temporária dos valores acaba por ajudar os participantes a aceitarem no quotidiano uma disciplina social, mesmo que absurda ou injusta.

---

(14) Jacques Heers, *ob. cit.*, p. 183.

É preciso, no entanto, que a brincadeira não ultrapasse determinados limites, não se prolongue demasiado tempo e, sobretudo, não ponha em risco a ordem nas ruas ou bens do cidadão. Fazem-se por isso todos os esforços para a conter, para a manter decente, suportável, de maneira a que não seja verdadeiramente perigosa.

A par da festa popular surge, então, a festa oficial, quer da Igreja quer da cidade, num tempo cronológico difícil de precisar, mas que parece iniciar o seu percurso nos finais da Idade Média. O objectivo é claro: o poder não conseguindo anular a anarquia que é inerente à folia carnavalesca, procura organizá-la e canalizá-la para manifestações aceitáveis pela ordem vigente. Transforma-a numa instituição, com o objectivo de sancionar o regime em vigor e fortalecê-lo. A festa oficial, contida e séria, não questiona a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regem a sociedade: hierarquia, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais em vigor. A festa oficial, caracteriza-se por alinear a participação popular e privilegiar o espectáculo e a passividade dos cidadãos, transformados em meros espectadores de desfiles, corsos e outras «palhaçadas» mais ou menos inofensivas.

O Carnaval transfigura-se e é, assim, um falso período de liberdade licenciosa. A festa popular espontânea, é tolerada dentro de determinados limites e, em boa medida, vai sendo desvirtuada pela concorrência da festa oficial.

Temos, portanto, duas formas de encarar e viver a festa que se chocam, sem se anularem, numa coexistência nem sempre pacífica.

É nesta dinâmica que se explica a luta entre o Carnaval «arcaico» e o Carnaval «civilizado», fenómeno característico da civilização burguesa, dos séculos XIX e XX. A discussão, o debate e a introdução de novos divertimentos car-

navalescos alastra-se por todo o lado, com graus de eficácia diferentes.

Em Portugal, o Carnaval foi «em tempos idos, porco e brutal e por isso os editais limitando estes brinquedos vêem já de 1817, ano em que o intendente da policia os firmava» (15). Nos principios do nosso século «é a gebada, é a bengalada, é o pó de sapato, é o ovo crú, é a farinha de trigo, é a água do pote, é a pastorinha, é o chéché, é a salsa, é a dança da Bica, n'uma palavra, é a brutalidade, é a grosseria, é o atropello, é a agressão, é a sordidez, é a immundicie, é a mendicidade» (16).

Este tipo de Carnaval, com a sua «brutalidade», segundo João Chagas, reflecte a sociedade portuguesa: «uma sociedade essencialmente archaica, na qual os costumes conservam, a despeito de todas as apparencias de bonhomia, esse fundo de brutalidade soez que já antes de nós Martins reivindicou para os individuos da nacionalidade, como uma das suas mais evidentes características» (17). Mas este tipo de Carnaval reflecte, também, as contradições da mesma sociedade, que se manifestam na festa por opposição: excesso, irreverência, derrube de barreiras sociais e vontade de viver nuns dias o que se vegeta nos outros.

«Civilizar» o Carnaval significa, portanto, transformá-lo numa manifestação mais inofensiva, em todos os sentidos. No principio do século XX, alguma imprensa da capital inicia uma campanha pela alteração do quotidiano carnavalesco, para que se prestigie a «civilização portuguesa».

---

(15) Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, *artigo* O Carnaval, Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada, s/d, vol. V, p. 961.

(16) João Chagas, Carnaval Civilizado, in *Homens e Factos* (1902/1904), Coimbra, França Amado Editor, 1905, p. 251.

(17) *Idem*, pp. 250-51.

Lisboa vê desfilar mascaradas vistosas e interessantes «do Clube dos Salsas, composto pelos sócios do Club Tauro-máquico e do Turf-Club. Destacaram-se então como inovações os garbosos «batalhões» populares da Ajuda, Alfama e Campo de Ourique, as batalhas de flores, de carros ornamentados, e o «Carnaval do Pôrto», organizado pelo Clube dos Fenianos, com um esplêndido cortejo de carros alegóricos e aparatosa cavalgada. Na primeira metade do século XX o Carnaval quási se limita à exibição de crianças mascaradas e aos folgedos nos teatros e cinemas» (18).

O Carnaval «civilizado» é cada vez menos uma festa para se transformar em espectáculo.

Quando iniciámos o estudo do Carnaval em Angra, no primeiro terço do século XX, fomos encontrar a mesma confrontação. Apesar da distância geográfica, determinados sectores da elite angrense propunham-se «civilizar» esta quadra, numa perspectiva que se integrava no movimento geral da época.

A festa é de todos, mas divide a sociedade, já dividida. Para o Carnaval convergem diferentes formas de estar na sociedade: «No peito d'uns, agita-se ante uma perspectiva de gozo, no d'outros, debate-se perante um sentimento de repulsão.

Uma parte da nossa gente tem n'esta época a ocasião mais propícia para dar largas ao seu bom humor e para e entregar às mais desopilantes distrações. A outra que detesta o Carnaval e antipatiza com os seus dichotes picarescos, contrariam-na todas as suas manifestações» (19).

Apesar desta confrontação, o Carnaval é aceite, na generalidade, como uma época de folia em que «os disparates

---

(18) Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, (...), p. 961.

(19) *O Dia*, 8/2/1906.

tem curso legal, os palavrões francos são a nota infantilmente graciosa dos *dandys me* (. . .) dias em que até os mais circunspectos e graves conselheiros, sem respeito pelas suas luzidias calvas se tornam sem estranheza, liberticidas audaciosos com pretensões a engraçados conquistadores de risos trocistas que os alegram» (20).

E a libertinagem atinge todas as classes sociais : «Até nos salões da alta sociedade continental chega a ser prova de bom gosto o empregar familiarmente a gíria das classes populares e o vocabulário das coisas obscenas» (21).

É um período de excepção, de fuga ao quotidiano, incentivado dentro de determinados limites : «Mocidade! Gosa estes três dias. Nós, os velhos rejuvenescemos com a tua alegria e esquecemos a luta que há convergindo para que vivas feliz ignorando o sofrimento» (22). Ou, ainda, o grito do poeta que lembra a fugacidade da vida :

«Folgai rapazes, diverti-vos pois  
(. . .)  
que os dias desta vida são só dois» (23).

O Carnaval funciona, assim, como um tubo de escape para as tensões do dia a dia acumulados ao longo do ano. Mas tubo de escape controlado não só pela sociedade civil como também pela Igreja.

Nos próprios dias de Carnaval esta realiza algumas cerimónias religiosas, com «fervorosas saudações e preces,

---

(20) *A União*, 4/3/1908.

(21) *Idem*, 6/3/1905.

(22) *Idem*, 13/2/1915.

(23) *Idem*, 14/2/1920.

entermeiadas de cânticos usados em taes actos , e que , com alguma variante para atrair e interessar se repetem com gosto» (24). A Igreja esforça-se , ainda , por «chamar todos à realidade da vida» : realiza acções de «preparação à grave cerimónia das cinzas» (25) e exorta ao «arrependimento das diatribes de todo o ano e da liberdade licenciosa» desses dias (26).

Até 1926, as posições da Igreja não são muito divulgadas na imprensa , mas depois da queda da República nota-se um certo empenhamento na transformação de espírito carnavalesco. Por um lado , denuncia actos menos correctos dentro da igreja: «nestes três dias de carnaval fazem-se em todas as igrejas actos de desagravo perante o S. Sacramento» (27). Por outro, divulga a sua perspectiva da vivência carnavalesca: «O Carnaval podia e devia ser uma época de inocentes folguedos em que a infância e a mocidade se divertissem, sem prejuizo da moral cristã. Infelizmente não é assim na generalidade, embora o seja em muitas familias que sabem educar os seus filhos, ensinando-lhes o respeito alheio e o respeito de si próprios» (28).

«Civilizar» o Carnaval é, portanto uma acção que implica a conjugação de vários sectores da sociedade civil , com apoio do poder local , e da Igreja que condiciona e critica os desvarios de festa .

O primeiro terço do século XX corresponde a esse periodo de tentativa de mudança , com dois pólos a confrontarem-se , a coabitarem e a fundirem-se nalguns pontos .

---

(24) *Idem*, 27/2/1929.

(25) *Correio dos Açores*, 26/2/1909.

(26) *A União*, 4/3/1908.

(27) *Idem*, 21/2/1928.

(28) *Idem*, 4/2/1929.

Na primeira parte deste trabalho caracterizamos, de maneira breve, a conjuntura da ilha Terceira, para que se possam compreender as margens que delimitam a evolução do quotidiano carnavalesco; numa segunda parte procuramos identificar o Carnaval «bruto» ou «arcaico», realçar as críticas que lhe são dirigidas e descrever as mudanças que se vão operando a nível de rua e nos espaços fechados. Finalmente, algumas observações sobre o traje carnavalesco, os objectos de divertimento, o papel da criança no Carnaval, as festas de caridade e a alimentação dão-nos uma panorâmica mais alargada da forma como os angrenses aproveitam esta quadra para romper com o seu quotidiano anual.

As fontes do trabalho circunscreveram-se à imprensa angrense, o que constituiu uma limitação: os jornais que dedicam algumas páginas ao Carnaval são todos defensores da onda «civilizadora». Tudo o que diz respeito ao Carnaval «bruto» ou «ridículo» é esquecido ou focado sob forma crítica.

Apesar das limitações pensamos que a interpretação feita não desvirtua a dinâmica do Carnaval angrense, embora tenhamos consciência que há muitos aspectos que merecem ser aprofundados com uma investigação mais ampla.

## **2 - Breve panorâmica da ilha Terceira**

A ilha Terceira, com cerca de 397 km<sup>2</sup>, nos primeiros trinta anos do nosso século, um crescimento insignificante da sua população: em 1911, tinha 47.953 habitantes; em 1920, 46.445 e, em 1930, 48.380 (29). A densidade populacional é, contudo, bastante elevada no contexto nacional: situa-se entre os 120 e 123 habitantes por km<sup>2</sup>.

---

(29) Luis Manuel Machado Menezes, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores, dissertação de Mestrado, UNL, 1987, p. 21.*

A ilha está dividida em dois concelhos: o de Angra e o da vila da Praia da Vitória. a cidade de Angra, que é o ao mesmo tempo capital de distrito, é o único espaço da ilha com características urbanas. Em 1900, 10.758 habitantes em 1911, 10.057; em 1920, 9.958 e, em 1930, 10.642 (30). Temos portanto, uma diminuição de 146 habitantes, que seria maior se a emigração não tivesse «fechado» na década de 20.

A cidade de Angra, que representa apenas 21% da população da ilha, está portanto, enquadrada num espaço com características marcadamente rurais, com reflexos importantes na sua estrutura social e económica.

Em termos de propriedade rural, constata-se que na ilha Terceira é predominante a pequena propriedade. Em 1917, os pequeníssimos proprietários não colectados representavam 42,8% e os pequenos proprietários, com rendimento entre 11\$00 e 300\$00, 53,1% (31).

Os relatos da viagem, para o final do século XIX, referem que na Terceira não se encontra o pauperismo que é notório em S. Miguel, mas o estado geral da população não se pode considerar desafogado. A partir do último terço do século passado, a ilha Terceira passa por uma das maiores crises da sua existência.

A agricultura é a actividade económica principal. Em 1911, os trabalhos agrícolas ocupam 65,8% da população activa e, em 1930, 55,12% (32).

Como principais produções cerealíferas temos o milho, o trigo, o centeio e a cevada que se destinam, essencialmente, ao consumo local, sendo o milho a base da alimentação terceirense.

---

(30) *Idem*, p. 17.

(31) *Idem*, p. 66.

(32) *Idem*, pp. 44-45.

A plantação de vinha cresce desde os finais do século XIX, mas a fraca qualidade do vinho não permite a sua exportação. O «vinho de cheiro» – vinha americana da casta «Isabella» – é, apenas, consumido no mercado local.

A batata-doce é outra produção que ocupa uma boa parte das terras da ilha, desde meados da década de oitenta. Com a crise da laranja, os terceirenses reconvertem parte da sua produção e o cultivo da batata-doce tem como finalidade servir a indústria de destilação do álcool. Quando nos primeiros anos do nosso século as fábricas deixam de laborar por falta de mercado para o álcool, agrava-se a situação nos campos.

O tabaco começa a produzir-se depois da liberalização da sua produção, em 1864, e destina-se ao consumo, não manufacturado, das classes mais desfavorecidas e ao fornecimento de duas fábricas existentes em Angra.

São estes os principais produtos da agricultura terceirense. Apesar das pequenas reconversões – batata-doce e tabaco – a agricultura permanece agarrada ao passado, com técnicas agrícolas bastante rudimentares.

A pecuária desenvolve-se no último quartel do século XIX como alternativa ao declínio dos sectores da agricultura anteriormente rentáveis – laranja e cereais – e começa a ocupar um lugar preponderante, cujo crescimento se mantém até aos nossos dias.

A estrutura marcadamente rural da economia e da sociedade, aliada a uma elevada densidade populacional, promove uma forte procura de terra. Os médios e grandes proprietários arredam as suas terras em pequenos lotes, geralmente dispersos, para satisfazer a procura, o que provoca rendas bastante elevadas.

Os baldios são, por sua vez, uma base importante de apoio ao sustento das famílias mais pobres. A luta pela

posse dos baldios é demonstrativa dos conflitos que existem nos meios rurais . Quando no início do século XIX se processa a vedação dos baldios , para serem arrendados a lavradores mais ou menos abastados, em prejuízo das camadas mais pobres que os utilizavam colectivamente para apascentar os gados , as populações entram em acção . Durante a noite , embuçados nos capotes e armados de bordões , derubavam os tapumes e destruíam as culturas . Esta luta pela defesa de direitos adquiridos prolongou-se no nosso século , sendo numerosos os processos nos tribunais para castigar os «malfeitores» .

A «Justiça da Noite» , designação dada a este tipo de acção feita a coberto da noite , é uma forma de resistência típica das sociedades de Antigo Regime , que nos parece ser única na sociedade portuguesa, e com um período de duração bastante prolongado na Terceira .

A situação da agricultura , para além dos problemas conjunturais , sofre de uma série de deficiências profundas que se arrastam desde o século passado : técnicas agrícolas rudimentares , estrutura da propriedade muito dividida e dispersa , analfabetismo , falta de preparação e de capital da maioria dos camponeses e rendeiros que não possibilita o uso de técnicas mais aperfeiçoadas. Um mercado interno reduzido e uma dependência dos mercados externos para exportação , que nas primeiras décadas do século XX não procura os produtos da ilha , são factores que também não estimulam o desenvolvimento .

Apesar de os terceirenses viverem cercados de água por todos os lados , a pesca tem uma importância muito reduzida na sua vida económica. Em 1911, o número de pescadores é de 299 e, em 1930, de 417. Tal como na agricultura, as técnicas são bastante rudimentares e o pescado é consumido praticamente na ilha .

A indústria caracteriza-se também pela sua fraca dimensão. Em 1917, havia na Terceira 509 estabelecimentos industriais e, em 1930, 961, com características basicamente artesanais (33).

No início do século XX, os principais ramos de actividade da indústria angrense são os seguintes : duas fábricas de destilação de álcool, que acabam por encerrar no início do século; uma dezena de alambiques de destilação de borras de vinho e sumos de fruta; uma fábrica de lacticínios; três fábricas de manteiga; duas fábricas de tabaco, uma fábrica de sabão; fornos de cal; fábricas de telha, de canos de barro, de louça de barro; quatro fábricas de curtumes de couro; três de tamancos; três de fogo de artifício; uma chapelaria; uma fábrica de fundição (pregos e serralharia) e uma fábrica de serragem de madeira a vapor (34). Nas freguesias rurais existem as pequenas oficinas ou tendas cujos trabalhos se voltam para as necessidades da agricultura.

Perante estes dados torna-se difícil falar de indústria, no sentido moderno do termo, na ilha Terceira. A mecanização é quase inexistente e o trabalho é, na sua maioria, sazonal. O operariado é muito reduzido, sendo a maioria do trabalho desempenhado por artífices.

A indústria encontra-se, portanto, pouco desenvolvida e as razões desse atraso podem explicar-se pela falta de capital, pela falta de instrução profissional, pela limitação do consumo e entraves postos pela administração central.

O comércio é, de igual modo, escasso, no início do século, reflectindo situação de crise. Em 1911, havia no ra-

---

(33) *Ibidem*.

(34) *Alfredo Silva Sampaio*, Memória sobre a Ilha Terceira, *Angra do Heroísmo*, Imprensa Municipal, 1904, pp. 371-72.

mo 912 trabalhadores e, em 1930, 711 (35).

A nível da cidade, os estabelecimentos apresentam produtos importados muito variados. Pelos anúncios dos jornais apercebemo-nos da oferta cada vez mais diversificada com novidades constantes a nível da alimentação, vestuário e utensílios domésticos. A propaganda incentiva o consumo, mas de momento não há estudos que permitem avaliar o grau de consumo.

Como as exportações são reduzidas, a balança comercial da ilha agrava-se de ano para ano. O déficit financeiro é em parte compensado pelas remessas de emigrantes.

O porto de Angra vai perdendo, gradualmente, a vida que teve em épocas passadas.

«Hoje em dia a buliçosa enseada de outras éras está quasi sempre deserta (. . .) [os navios] vê-os passar de longe, acena-lhes do alto do Monte Brazil com uns cestos pendurados nos braços dum cruz, deita-lhes o binóculo, e volta, bocejante, ao remarrão da vida cotidiana.

Só o vapor da carreira (quando não há greves), os paquetes de emigrantes e a frota do Pico, conseguem às vezes dar-lhe um pouco de vida. Fôra disso, barcos de pescadores, a vela airosa de algum nauta amador e nada mais» (36).

No contexto açoriano, Angra tem um papel cada vez menos relevante no tráfego de longo curso e de grande cabotagem, remetendo-se para uma posição secundária de porto de nível regional, desde que perdeu o lugar privilegiado que deteve até ao século XVIII.

---

(35) Luis Menezes, *ob. cit.*, pp. 44-5.

(36) José Agostinho, *Revista Os Açores, Ponta Delgada*, nº 2, Setembro, 1922, p. 23.

Para além dos barcos que ligam as ilhas, ancoram na baía os navios provenientes do continente, de quinze em quinze dias, e, por períodos mais espaçados, os que seguem para a América e Inglaterra.

A situação de crise favorece a emigração. Entre 1911-20, emigram do distrito de Angra (Terceira, S. Jorge e Graciosa) 14.233 indivíduos, que correspondem a 30,4% do total dos Açores (37). Não emigram por espírito de aventura, como vulgarmente se propala, mas por razões económicas. A grande maioria dos emigrantes são operários agrícolas, mulheres e indivíduos sem profissão.

A emigração, para além das consequências económicas imediatas que provoca na ilha, funciona como um tubo de escape que evita grandes tensões sociais. Os que ficam, mesmo insatisfeitos acabam por se submeter à ordem vigente.

«Para evitar opressões e vexames, a gente do povo acomoda-se a tudo e daí, em grande parte, a sua humildade a atitude respeitosa ante o senhor da cidade, a quem ainda há trinta anos chamavam sempre «meu amo», e a quem cumprimentavam descobrindo-se à sua passagem» (38).

A dependência em relação aos poderosos e à Igreja, que tem um peso preponderante na sociedade, leva uma grande parte dos terceirenses a assumirem atitudes próprias de uma sociedade de Antigo Regime.

Raúl Brandão, que visitou os Açores em 1924, observou: «nalgumas destas aldeias denegridas vive-se como há trezentos anos, com meia dúzia de ideias e um padre, com os

---

(37) Luis Menezes, *ob. cit.*, p. 36.

(38) Luis da Silva Ribeiro, *Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade, Obras II- História, Angra do Heroísmo, 1983, p. 542.*

sentimentos do passado e um padre» (39).

Mas em momentos de crise mais aguda surgem explosões de descontentamento. Podemos assim assistir a movimentações espontâneas e desorganizadas em períodos de escassez e carestia de subsistências.

É o caso, por exemplo, de dois tumultos em Angra, em 1917 e 1920, onde se partiram vidros de estabelecimentos e se assaltaram padarias, mercearias, lojas de fazenda, depósito de manteiga e de cereal destinado à exportação. A polícia carregou nos «desordeiros», houve feridos e a revolta foi abafada sem outras consequências (40).

Os tumultos na Terceira, nas zonas rurais ou urbanas, no século XX, continuam a manifestar características semelhantes às do período pré-industrial que se desenrolaram na Europa.

No período da República o quadro mental e político altera-se um pouco. O movimento sindical organiza-se, possui alguns órgãos de imprensa, mas a sua expressão é reduzida. O Partido Socialista funda-se em 1913, mas com fraca implantação (41). Os partidos republicanos ramificam-se para a Terceira, surgem jornais anti-clericais bastante mordazes, o movimento associativo cresce, mas tendo em conta o peso da tradição na sociedade angrense e terceirense; estas novidades não são suficientes para modificar profundamente a estrutura mental da população.

---

(39) Raul Brandão, *As Ilhas Desconhecidas*, Lisboa, Livraria Aillaud & Bertrand, 2ª ed., s/d, p. 143.

(40) *A União*, 17/12/1917 e 12/10/1920.

(41) Carlos Enes, *Para a história do operariado nos Açores - o Partido Socialista Português (1913-15)*, *Revista História e Sociedade*, Lisboa, nº 2/3, Janeiro, 1979.

O analfabetismo na ilha é bastante elevado. Em 1920, a taxa de analfabetismo era de 59,7 e, em 1930, de 58,2 (42).

Apesar de o índice de analfabetismo ser elevado a imprensa periódica é abundante.

Entre 1900 e 1930, encontrámos entre 50 a 60 títulos de jornais. *A União* é o único jornal diário sem interrupções de publicação, surgindo nos finais do século XIX, sendo as restantes publicações semanais, bi-semanais ou, mesmo, mensais. O período de vida é geralmente curto, cerca de um ano, mas a informação divulgada é muito diversificada. A política nacional, com todas as suas peripécias, ocupa o primeiro plano, mas as questões regionais conquistam, gradualmente, um peso importante nas primeiras páginas da imprensa. É neste período que vai ganhando raízes a consciência local e regional mais marcada, com antecedentes no último terço do século XIX, e se começam a definir os contornos ideológicos da chamada insularidade/açorianidade.

O amor à terra, a recuperação das suas tradições e, paralelamente, o desejo de introduzir novidades copiadas dos centros cosmopolitas para que Angra se apresente a par da civilização são atitudes visíveis em certos sectores mais viajados da sociedade angrense.

Em síntese: a sociedade terçoense, onde predomina a pequena propriedade rural, gira em torno de uma economia agrícola subdesenvolvida, na qual se ocupa a maioria da população; o sector secundário apresenta-se pouco desenvolvido, sem grandes tendências de crescimento, ao contrário do terciário que se amplia, gradualmente.

---

(42) Luis Menezes, *ob. cit.*, p. 53.

*A taxa de analfabetismo* =  $\frac{\text{analf. } > 14 \text{ anos}}{\text{pop. } > 14 \text{ anos}}$

A cidade, como centro político-administrativo, demarca-se do resto da ilha, mas está condicionada pelo peso da ruralidade, que entrava a penetração das novidades vindas do exterior .

O isolamento é um dado a ter em conta em toda a vivência da ilha, mas a estrutura económica e social, que facilita um ambiente de rotina, deve ser encarada como o principal factor que impede os rasgos de modernidade .

A elite angrense, mais esclarecida, esforça-se para que tal aconteça, mas sente dificuldades em impôr novos modelos ideológico-culturais .

A festa de carnaval não escapa a este movimento e algumas das contradições da sociedade angrense vão estar presentes na quadra carnavalesca .

### 3 - O Carnaval Tradicional

Quando entramos no século XX, há todo um conjunto de diversões carnavalescas, com tradições arreigadas, que permanecem no quotidiano destes dias de folia .

Esse tipo de brincadeiras, que a imprensa terceirense esconjura com epítetos de «brutas», «porcas» e «estúpidas», baseia-se , em primeiro lugar, na abundância de água , que tanto podia ser despejada em alguidares como atirada em *cabacinhas de cera*, ou na clássica bisnaga, em maior ou menor estado de putrefacção. Se os alguidares vão pouco a pouco regressando às funções próprias das lides caseiras , a bisnaga continua a ser utilizada pelos amantes da brincadeira menos agressiva e a *cabaça*, essa sim, afirmar-se-á como um instrumento de luta, de combate, próprio para estas épocas onde a violência conquista as ruas como forma de extravasar recalcamientos acumulados ao longo do ano .

Este jogo , que se popularizou , tinha os seus custos .

Em 1905, uma forma de gesso para cabaças custava 80 reis e um quilo de cera, 500 reis. Acompanhando a subida do custo de vida, que não se distrai nestes dias de Carnaval e que, pelo contrário, se aproveita do espírito consumista, a cera em 1909, já custava 600 reis e o quilo de parafina, 300 reis.

Para cabaças

Cêra a 600 reis o kilo.  
Parafina a 300 reis o kilo.  
Vende a

Livraria Arengas.

O Dia, 22/2/1906

Se alguns guerreiros se auto-abasteciam com fabrico caseiro, a maioria recorria ao mercado. Pelas ruas andavam rapazes a vender cabaças, custando cada unidade, em 1911, 20 reis; na Terça-feira, à noite, para que não ficassem em armazém, eram saldadas a 10 reis.

Os praticantes mais ferverosos deste jogo carnavalesco eram os rapazes adolescentes, isolados ou em bandos, escondidos nas portas das lojas ou nos saguões das casas particulares. Os seus alvos preferidos eram os pacatos transeuntes desprevenidos e os grupos de mascarados, mas as pessoas que chegavam às janelas e varandas não escapavam também ao bombardeamento. A batalha tornava-se renhida quando, precisamente, dessas trincheiras a resposta chegava veloz e contundente.

Para além da água, outro material bélico era usado com frequência nestes combates de rua: se as laranjas estavam entrando em desuso, os «beijos» de farinha, o tremço, o feijão, o milho, os ovos, o pó de goma e a farinha de arroz marcavam presença anual, no período que estudámos. Alguns desses produtos são, inclusivamente, anunciados nos jornais, como é o caso do «feijão-avariado» e do milho «próprios para o jogo do Entrudo». As «luvas de areia ou farelo, que gentis crianças projectam sobre a cabeça dos tran-

seuntes com uma força de que ninguém as julgaria capaz» completam o rol da artilharia pesada desta guerra sem quartel que a todos atinge sem distinção de classe.

Duma forma encarecida, apela-se aos chefes de família e às donas de casa para que não sejam lançadas das suas varandas luvas com qualquer conteúdo, por ser uma «acção pouco delicada». Como alternativa propõe-se que se faça como em Lisboa: «É rara a morada em que as creanças se não entrettenham palo Carnaval, com identico passatempo, havendo, porem a differença de que em vez da luva, fasem uso d'um feixe de tiras de papel ligados por uma das extremidades, que operando da mesma forma não molesta quem passa pela via pública» (43).

Eram, também, consideradas brutas todas as brincadeiras com engenhos em cuja composição entrasse dinamite: bombas e bichas de rabiari («busca-pés»).

Untar com sebo alguns passeios da cidade e aguardar com sorriso vingativo a queda do cidadão mais desprevenido era outro «passatempo» destes dias, embora menos frequente.

Na lista das brincadeiras «ridículas» podemos referenciar o hábito de deitar escadas às janelas e assaltar casas pelos telhados, que deve estar relacionado com velhas tradições do dia dos «Compadres», já em desuso na Terceira (44). Como resultado do assalto apareciam «combatentes fugidos e transformados em moleiros, trazendo alguns d'elles traços confusos de carvão que o castigo de mão feminil lhes

---

(43) *O Dia*, 8/2/1906.

(44) Ver Ernesto Veiga de Oliveira, «Os Compadres» e as «Comadres» do Carnaval, in *Festividades Cíclicas de Portugal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984*.

aplicavam como prémio à sua ousadia» (45). No mesmo rol estão incluídos os bandos de mascarados com as suas brincadeiras incontroláveis, os ranchos com cantorias e ditos de crítica social, e as «danças de entrudo» cujo enredo, por vezes, desagradava a determinados sectores da sociedade.

São estes os divertimentos e brincadeiras que identificámos, considerados como fazendo parte do Carnaval «arcaico» ou «tradicional».

#### 4 - As Críticas ao Velho Carnaval

«Pena é incomodar-nos  
com o jogo da cabaça  
p'ra partir uma vidraça  
ou as ventas a qualquer  
e hoje a cara partida  
por uma graça fingida  
com franqueza ninguém quer».

*Ferrolho, (46)*

As reacções contra o Carnaval tradicional surgem em todos os jornais, por vários motivos. Esse descontentamento que se verifica mostra bem que a festa não é consensual e que as suas manifestações reflectem formas diferentes de estar na sociedade. A crítica que se desenrola contra o «arcaico» mais do que uma luta contra a «brutalidade», deve também ser entendida como uma luta contra o «ridículo», que parece mal, e o «anárquico», que subverte a ordem vigente.

---

(45) *A União*, 9/2/1910.

(46) *Idem*, 9/2/1905.

Se os jornais são unânimes em considerar essas brincadeiras «mais ou menos brutas e estupidas, e sempre incommodas», alguns vão mais longe: acham que deveriam acabar porque tudo isso «deshonra a pretendida civilização da nossa terra. Que diria um hottentôte se visse a maior parte dos mascarados que a garotada acompanha por essas ruas? E a farinha? E as cabacinhas de água pôdre?» (47).

Não é só a brutalidade que está em causa, mas também o ridículo de certas manifestações. Os bandos de mascarados, compostos essencialmente pela «arraia-miúda», com as suas fantasias apodadas de «farrapos» e máscaras «vulgares, sem espirito de graça» são uma componente da quadra carnavalesca que não escapa à crítica dos «civilizados», envergonhados com tamanha barbaridade. Os jornais não perdem, portanto, tempo a descrever fantasias e máscaras. Em 1905, sabemos, apenas, que as máscaras são de cartão, caricaturando alguns políticos: José Luciano, Hintze Ribeiro e João Franco, custando 300 reis cada. Pelo mesmo preço vendem-se outras representando animais ferozes e as do «tipo velho Portugal com barbas», custam 375 reis.

Quando o Carnaval se limita ao jogo da cabaça e ao desfile de «farrapos» é sempre apelidado de «desenxabido», «sensaborão» e «monótono».

Todo este tipo de brincadeiras que foge ao controle e ultrapassa os valores duma elite local, não recebe a sua aprovação: «As diversões públicas são coisas que a razão aprova, quando não tenham consequências perigosas; a boa moral reprova tudo que faz germinar ou fomentar paixões nocivas à sociedade. (. . .) A baixa comédia das ruas entretém só o povo ignorante (. . .) As folias, as lupercaes, são banidas pela boa razão e pela sã moral, como sendo uns cos-

---

(47) *Correio dos Açores*, 10/2/1910.

tumes absolutos, retrogrados e ilícitos. Para esta espécie de diversões não há motivo possível de allegar-se: porque nem satisfazem o sentimento, nem honram, pela sua mesquinha significação, os nossos usos legitimos e antigas tradições» (48).

Qualquer sociedade afirma-se pela festa, seja ela séria e edificante, louca ou burlesca. Ora, a sociedade angrense, que se pretende civilizada, regida por etiquetas burguesas, não pode permitir «brincos» de Antigo Regime, que desprestigiam aos olhos do mundo quem as pratica e quem as consente, nem pode também permitir que a mesma seja posta em causa nestes dias de liberdade licenciosa.

É imperioso e urgente agir para defender determinados valores.

Uma etapa importante desta luta contra o «velho» Carnaval passa pela intervenção das autoridades administrativas.

Já em 1882, se proibia «o divertimento de atirar ovos com gema ou sem ela. Alguns individuos mais irrequietos e folgazões não respeitaram devidamente o mandato da autoridade» (49).

A partir desta data, os editais são publicados com regularidade, mas cumprem uma função meramente persuasiva. Sempre existiram transgressores e não há noticia de intervenção policial contra eles. Nestes dias, são mais numerosos os agentes da autoridade pelas ruas, mas há jornais que se queixam que «nunca estão onde deviam estar».

De qualquer forma a imprensa não deixará de brandir a sua arma de pressão, apresentando-se como zeladora e porta-voz do interesse público: «Foi pena que a digna autoridade policial, para que a sua obra fosse completa não proibisse o jogo»

---

(48) *O Catão*, 15/2/1904.

(49) *O Angrense*, 23/2/1882.

das *cabacinhas de cera* cheias de água. A proibição, porém, que se não fez na presente época será feita no futuro ano e isto com agrado geral» (50).

Esta campanha que se vem desenrolando desde o início do século, sofre um abalo em 1911, com o primeiro carnaval republicano, quando se assiste a pequenas modificações nos editais. Proibe-se o arremesso de luvas de areia, farinhas, pós e bombas, mas são autorizadas *cabaças de cera*, devendo estas ter só a espessura indispensável. Se se verificasse que tinham uma exagerada camada de cera seriam, então, apreendidas.

Um edital com este conteúdo permissivo, punha em causa toda a campanha até aqui encetada. Os jornais protestaram e fez-se um abaixo assinado para que o Comissário de Polícia o alterasse. O Comissário cedeu parcialmente: proibiu as brincadeiras nos festejos da Praça de S. João e durante a «Batalha de Flores», ou seja, nos espaços onde se realizavam festas «civilizadas».

Esta solução política de compromisso não deixou de ser também uma mera formalidade, mas renovou o fôlego dos velhos foliões.

Uma segunda faceta desta luta contra o carnaval «bruto» passou pela identificação dos seus apoiantes e praticantes: «gente séria e rapazes de certa consideração, que nestas brincadeiras costumavam perder a cabeça, como vulgarmente se diz, foram os primeiros a dar no presente ano (1906) o exemplo de que se devia pôr cobro à costumeira antiga» (51).

O recado está dado: o carnaval «bruto» é para gente de pouca consideração. Quem não quiser receber o rótulo que se

---

(50) *O Dia*, 26/2/1906.

(51) *Ibidem*.

civilize. Noutro contexto, pensamos que o estigma poderia ter produzido os seus efeitos, tendo em conta a pequenez do meio e a pressão social que sempre se fez sentir. Mas nesta quadra carnavalesca em que persiste a ideia de que «tudo é permitido» e se recorre à máscara para encobrir atitudes que a sociedade reprova, ou o que o próprio folião noutras circunstâncias seria incapaz de fazer, pensamos que os efeitos desse rótulo não foram eficazes e as brincadeiras mais ou menos violentas e ridículas continuam a ser praticadas por gente de diversos estratos sociais.

Finalmente, um terceiro aspecto significativo será a passagem da teoria à prática. Se, por um lado, os sectores discordantes sentem necessidade de se divertirem, a participação na festa pública é também uma forma de se imporem na cidade e na sociedade política: a festa arrasta consigo uma exaltação de determinadas situações e valores, influências, privilégios e poderes, que se reforçam pela exibição do luxo e pela distribuição de benesses. No plano social, a participação activa no Carnaval traduz, sem dúvida nenhuma, o desejo de aparecer, de mostrar o seu valimento, de exibir a sua prodigalidade. Conscientes desta subalternização apresentam sugestões com o fito de destronar os velhos usos, embora partam para a luta com muitas apreensões.

Em primeiro lugar, há um certo descrédito em relação aos instintos da humanidade, que não se libertou dos vícios pagãos: «O carnaval é uma festa pagã – bem pagã que ela é! – e quase se pode dizer uma festa naturalista. A humanidade como que se sente dominada de um impulso atávico, na necessidade imperiosa de regressar ao seu estado primitivo e de manifestar o seu instinto de selvageria» (52). Insiste-se, assim, no velho chavão de atirar para cima do

---

(52) *A União*, 15/2/1903.

paganismo todas as práticas com que a Igreja não concorda e que não conseguiu dominar, quando, afinal, muitas destas manifestações carnavalescas são o prolongamento, nas ruas, de cerimónias litúrgicas que se realizavam na Idade Média.

Em segundo lugar, estão cientes que não é possível acabar com o Carnaval: «Não cremos que a força policial com toda a sua disciplinadora acção consiga o que os papas e os santos, incluindo S. João Chrysostomo, o *bocca de ouro*, nunca alcançaram em tempos mais devotos» (53).

Finalmente, têm nitida consciência que o estado carnavalesco que se vive é resultado dum «povo ignorante que não comprehende o ideal do util e do honesto com o agradável» (54).

«Tem-se affirmado que a arte reflecte a cultura d'um povo: as nossas festas de entrudo confirmam-no. A maior parte gosa vendo passar os diversos grupos de mascaras, com diferentes trajos vistosos, elegantes, estapafurdios, grosseiros; danças com músicas e cantos, o frisante dito d'uns, a faccecia inoffensiva d'outros» (55).

Tendo em conta estas condições, já que não é possível acabar com o «velho», será, pelo menos, viável reduzir a sua influência, «dar-lhe um carácter mais racional», com a esperança de que os hábitos se modifiquem com os exemplos vindos «de cima», embora seja dado adquirido que «as costumeiras tradicionais são muito difíceis de aniquilar e fazer substituir radicalmente por outras».

---

(53) *O Dia*, 24/2/1906.

(54) *O Catão*, 15/2/1904.

(55) *O Dia*, 26/2/1906.

## 5 - A luta pela conquista da rua

No início do século XX, a imprensa terceirense interpreta uma vontade de mudança, iniciando uma campanha sistemática de promoção de diversas manifestações com o objectivo de reduzir o espaço de acção do carnaval tradicional, a nível de rua.

Assim, em 1903, divulga-se que «está preparada uma brilhante cavalgada mascarada que será constituída por muitos dos mais distintos cavalheiros desta cidade e de formosíssimas damas, que ao chegarem à Praça da Restauração (. . .) formarão uma valente batalha de flores (. . .). Ouvimos também que outro grupo percorrerá em trens as ruas da cidade, jogando flores, confetti, etc.» (56).

A iniciativa acaba por ficar-se pelas boas intenções.

Em 1906, perante o fracasso do Lawn Tennis Club em organizar uma Batalha de Flores, comenta-se: «Ora como o que se não faz em dia de Santa Luzia faz-se em outro dia, sempre é bom que se vá espalhando a ideia para ver se no proximo anno se acaba com as antigas diversões carnavalescas» (57).

Outras ideias vão sendo paralelamente lançadas. - Um jornal da vila da Praia refere que a «Associação da Imprensa Portuguesa tomou a iniciativa de organizar o carnaval de 1904, em beneficio do seu cofre de subsidios a viúvas e orphãos de jornalistas e escritores», pedindo apoio ao Presidente do Conselho e ao Governador Civil de Lisboa. O jornal defende que «era para desejar que tão boa iniciativa se estendesse até nós» (58).

---

(56) *A União*, 23/2/1903.

(57) *O Dia*, 9/2/1906.

(58) *O Catão*, 15/11/1903.

Em 1904, o jornal *A União* publica dois longos artigos sobre o carnaval na América, para no ano seguinte lançar a ideia da imitação do carnaval de Nice: «As câmaras poderiam dar prémios ou subsidiar as exhibições de mais apumado gosto.

Esta ideia tem sido aventada mais d'uma vez, mas não tem adquirido fôros de realidade».

Com o objectivo de motivar os angrenses noticia-se o Carnaval dos Fenianos Portuenses, com 450 figurantes, carros alegóricos, etc., bem como o de Lisboa, na Avenida da Liberdade, onde estará presente a família real para assistir à batalha de flores; haverá concurso de filarmónicas populares e prémios para as janelas melhor ornamentadas.

Ainda dentro do espirito de modernizar e mostrar o que se passa «lá por fora» surgem vários artigos dando sugestões sobre tipos de fantasias usadas nas mais civilizadas cidades europeias.

Os artigos dos jornais mostram que os terceirenses estão bem informados do que se passa para lá do horizonte visual, que determinados sectores sabem as transformações que pretendem, mas não é facil demover hábitos enraizados.

Esta luta entre o «tradicional», que se exhibe na prática, e o «moderno», que se alimenta em artigos de propaganda, vai confrontar-se durante a primeira década deste século. De facto, até 1910, as novidades são poucas, mas os jornais não deixam de exaltá-las com o objectivo de motivar os cidadãos.

Já no século passado, essas iniciativas eram bastante propaladas. Temos, como exemplo, uma mascarada «bastante vistosa, em que figuraram alguns bons rapazes do *high-life*, em carros descobertos, atirando bouquets de camélias, e distribuindo uns versos alusivos a um marco de pedra e a dois vereadores do municipio. Era engraçada e inoffensiva» (59).

---

(59) *O Angrense*, 23/2/1882.

No nosso século, a primeira novidade surge em 1906 com «um grupo de ciclistas e uma banda de música com instrumentos ( . . . ) fingidos , quebrando a monotonia das ruas» (60). Em 1909, dois ciclistas, com armações em forma de avanos seus veiculos e «vestidos caracteristicamente», deram um ar da sua graça de forma «inoffensiva e atrahente» (61).

Em 1910 , realizou-se a primeira Batalha de Flores . Os jornais esforçaram-se por apregoar as vantagens de tal iniciativa e prestavam todas as informações para que a festa fosse um êxito . Os objectivos são claros: «esta civilizador festival» corresponde aos «bons desejos dos que se esforçam por iniciar os jogos carnavalescos tomando todos neles parte e acabando com os antigos usos do entrudo terceirense» (62).

Foi criada uma comissão para tratar da ornamentação das ruas e solicitava-se aos moradores para que ornamentassem as «casas, janelas, varandas, com flores, telheiros artisticos, varandas andaluzes, tabuletas de exposições, colchas, etc.» As firmas comerciais ofereceram prêmios para a casa mais original e para os batalhadores que mais se distinguissem .

Nas vésperas do Carnaval a iniciativa parecia periclitir . As inscrições eram reduzidas e os lamentos surgem: «Ora uma terra onde há flores aos montões e cerca de quatrocentos vehiculos propios para transporte de pessoas , como se comprehende que tal festa civilizadora , e que vinha substituir a mascarada suja de rua , se não venha a realizar?» (63).

---

(60) *Idem* , 3/3/1906 .

(61) *Correio dos Açores* , 16/2/1909 .

(62) *Idem* , 4/2/1910 .

(63) *A União* , 25/2/1910 .

Condição fundamental para que tudo decorra na devida ordem: proibir o jogo «bruto». Para além da divulgação do edital, avisa-se, com frequência, que a rua da Sé será vigiada pela polícia e, de facto, no dia da *Batalha* lá estavam 16 guardas civis e respectivos chefes. Eram permitidas, apenas, flores, confetis, serpentinas, bombons e saquetas com recheios inofensivos.

Compareceram milhares de pessoas e desfilaram 22 carros. Como era de prever, as viaturas pertenciam à «fina flor» da sociedade angrense, que se apresentou com muito requinte, muitas flores e motivos variados. Os varões fizeram-se acompanhar por damas e crianças, com toilettes de cores claras ou trajando costumes regionais. Carros houve em que os cocheiros iam mascarados e os cavalos vistosamente enfeitados. Nos extremos da festa, tocaram duas filarmónicas e, depois do desfile, iniciou-se a batalha, que durou duas horas.

Os jornais regozijaram-se com acontecimento: «Foi uma nova entre nós, e civilizadora diversão, que ha de ser repetida, e com mais numero de carros (. . .). O carnaval sujo, incivilizado, vai desaparecer do meio de nós» (64).

Pura ilusão! Terminada a Batalha de Flores a «guerra da cabaça» reconquistou o espaço perdido, apesar das tréguas.

Nesta mesmo ano, houve também corrida de bicicletas, dedicada à imprensa terceirense, levando todos na frente o nome de um jornal, e as sociedades de recreio desceram «à baixa» executando trechos carnavalescos.

«Em virtude de não se conseguir reunir o júri para classificar e distribuir os prémios para os carros, bicicletas e janelas (. . .) vão estes ser devolvidos aos ofertantes»(65). Este pequeno lapso não desanimou os promotores. No ano seguin-

---

(64) *Correio dos Açores*, 11/2/1910.

(65) *A União*, 17/2/1910.

te, o Tenis Club organizou nova Batalha de Flores. Os ecos do acontecimento tinham chegado às freguesias circundantes e, em 1911, as ruas da cidade encheram-se de forasteiros para assistirem ao espectáculo. Como novidade, temos uma burricada mascarada a abrir o cortejo, seguindo-se os carros e bicicletas, para fechar com uma cavahada. Neste ano, os prémios foram distribuídos.

Pela descrição dos acontecimentos, 1910 é o ano das alterações significativas no quotidiano carnavalesco das ruas de Angra. A partir deste ano, as sociedades de recreio mais populares não deixarão de participar na festa de rua. Embora não se realizem Batalhas de Flores, elas saem para a rua com carros alegóricos, organizam «bandos com estandartes alusivos» e a política local passa a estar presente com paródias e críticas mútuas, o que será reflexo de tendências políticas diferentes das respectivas direcções. O Carnaval politiza-se e a política carnavaaliza-se.

Durante anos, as flores da Batalha murcharam. Em 1921, Maduro Dias lamentava: «Já há muito se foi o tempo da «Batalha das Flores» que conseguiu tornar entre nós, divertido sem insipidez e aceitavel para velhas tabaqueiras o nosso carnaval» (66).

No ano seguinte, «um grupo de rapazes auxiliado e incitado por algumas meninas – A MOCIDADE – que, quando quer, nunca deixa morrer as tradições de um povo», retoma a iniciativa, mas sem o brilho e a afluência das anteriores.

A grande alteração qualitativa será feita em 1925, com uma participação bastante mais alargada: para além de particulares, temos a participação da Recreio dos Artistas, Empregados do Comércio, Fanfarra Operária, Lawn Tenis Club, Liga de Educação Física, Fábrica de Curtumes, Academia

---

(66) *Idem*, 7/2/1921.

Angrése, semanário A Cidade (organizador), B. N. U., Bombeiros Voluntários, Sargentos de Infantaria, Frolicks Club, etc.

O próprio jornal organizador solicita a comparência de ranchos, danças, paródias musicais e quaisquer outros grupos carnavalescos para animarem o local. Estas diversões, que até aqui eram rotuladas de mais ou menos ridículas, são agora chamadas a entrar na festa.

As camadas populares, através das suas associações ou por outra forma, deixam de ser meros espectadores, sentem-se motivadas e entram no jogo à sua maneira: no meio das flores cai «de vez em quando uma carga de areia». «infelizmente, repetiram-se esta ano os abusos que aqui verberamos há dois anos, sendo frequentes o arremesso de cocotes de areia e abusivo o emprego de farinha, especialmente por alguns grupos de piões» (67).

Para além de outra Batalha de Flores que se realizou em 1927, a década de 20 apresenta-nos outras novidades: começam a surgir bandos de mascarados montados em burros e cavalos (1922) os convites a ranchos e danças, para desfilarem na rua da Sé, são feitos com frequência, e os alunos do Liceu começam a entrar também na festa: em 1926, promoveram «um cordão engraçado que deu lugar a peripécias mil, e o *enterro de sua magestade* que produziu um bonito efeito».

São estas as alterações que se deram no Carnaval de rua da cidade de Angra. As iniciativas «civilizadoras» terão provocado interrupções momentâneas do jogo «bruto», tradicional, mas não o aniquilaram por completo. Os editais vão continuar a publicar-se, reflectindo a evolução dos tempos: em 1930, proibe-se o «uso de cloreto de étilo, éter, pôs estermutatórios e outros similares».

---

(67) *A Cidade*, 6/3/1927.

Mesmo que alguns «actos de selvajaria» se tenham infiltrado no jogo civilizado, a sua frequência é, de facto, menos intensa, principalmente na década de 20. O Carnaval torna-se mais brando e polido, mas continua a não ser a festa «civilizada» que muitos idealizaram. Os «bons exemplos vindos de cima» não deram os efeitos desejados e o conflito permanece nas ruas de Angra.

## 6 - As Danças do Entrudo

As «Danças do Entrudo» são uma manifestação de rua com grande implantação na ilha Terceira, quer a nível da cidade quer das freguesias rurais. Semelhantes e aparentadas com muitas outras que se realizavam no continente – «dança judenga», «dança da bica», «dança dos ferreiros», «dança dos pretos», «dança dos ditos», «dança das espadas», «dança dos mitrados», «mouriscadas», etc. – permanecem vivas e actuaes, mobilizando muitos participantes e muita assistência.

Em épocas mais recuadas, estas danças andavam ligadas a festas religiosas, mas as autoridades da Igreja moveram-lhe uma luta desesperada por serem consideradas muito sensuais. Em primeiro lugar, procuraram garantir uma certa compostura na dança. Perdida essa batalha, empenharam-se em abolir a dança de vez. Século após século, bispos e concílios promulgaram decretos, advertindo contra as variadas formas de danças que se executavam dentro e nos adros das igrejas. Em 1248, o concílio de Würzburg declarou-as pecado grave.

Essa interdição não conseguiu abolir a dança religiosa. Proscritas do santuário, os dançantes foram para a Praça, para o adro da igreja e para o cemitério, acompanhando as procissões ou tomando conta delas.

Em Portugal, a perseguição parece ter sido constante, até épocas bem recentes, provocando alterações sem conseguirem, contudo, aniquilá-las: «as pastorais dos bispos de Bragança, que tão severamente anatematizaram velhos costumes e simples danças onde viram ressaibos de paganismo, foram largamente destruidoras» (68).

As razões parecem ser óbvias: uma quadra da «Dança dos Pretos», de Moncorvo, colocava uma questão melindrosa às estruturas hierárquicas da igreja.

Uma dúvida apresento  
e o meu espírito também  
eu não sei como Maria  
ficou virgem sendo mãe.

Perseguidas pela Igreja e afastadas do espaço sagrado procuraram enquadrar-se noutras festividades. Se o Entrudo terceirense é a quadra em que se realizam com mais frequência, em meados do século XIX, temos várias referências relativas a «danças» que se exibiam antes das Touradas de Praça em diferentes épocas do ano e, em 1884, saem, pela primeira vez, no Sábado de Aleluia e Domingo de Páscoa.

As fontes que compulsámos não nos dão informações pormenorizadas sobre os tipos de «danças» existentes no século passado ou no início do actual.

Para o século passado, temos referências a «danças» dos «Pretos», dos «Macacos» e dos «Índios errantes», mas desconhecemos se continham enredo. Informações de pessoas bastante idosas indicam-nos, que, no início deste século, assistiram a «danças à greve», «danças das fitas» ou dos «arcos» (feitos de vimes enfeitados com papel tufado), que se limitavam,

---

(68) J.R. dos Santos Júnior, Nota de Coreografia Transmontana, Dança dos Pretos (Moncorvo), Porto, 1935, p. 16.

apenas, à coreografia. Mas nas primeiras décadas deste século o «enredo» torna-se um elemento fundamental de qualquer «dança».

Assim, uma «dança» passa a compor-se de três partes distintas: a «entrada» ou «saudação», em que se dirigem cumprimentos ao povo; o «assunto», em que é apresentado o argumento da «dança» e ao qual imediatamente se segue o «enredo»; e a «despedida», em que se agradece aos espectadores a atenção dispensada aos dançarinos.

Cada uma das partes é iniciada e concluída pelo «Mestre», sendo a maioria das vezes a entrada e a despedida cantada exclusivamente por ele. As marcas são dirigidas pelo «Mestre» ou «Puxador». Aparece, por vezes, um «Velho» ou «Ratão» que comenta o enredo com ditos picantes, frequentemente desbocados, tomando à sua conta o papel de enredador, intriguista e crítico mais perspicaz. Além destes dois personagens, entram os dançarinos, variando o seu número entre 12 e 16, e que intervêm em representação dos personagens que figuram no enredo.

A indumentária não é fixa, variando consoante os temas versados. O traje mais vulgar porém é, para os homens, calça branca ou preta, camisa branca, faixa encarnada na cintura e uma atravessada no peito, em diagonal, barretes com borla, de pala ou chapéu de dois bicos; as «Mulheres» vestem-se de acordo com o personagem que encarnam, usando geralmente sapatilhas.

O «Mestre» usa um traje mais sumptuoso, agalado nas mangas e no barrete e com lista dourada nas calças. Com a mão direita segura a espada ou o pandeiro e com a esquerda o apito. O «Velho» ou «Ratão» ostenta sempre um traje ridículo fazendo-se acompanhar duma bengala.

Estes trajes são ainda, frequentemente, embelezados com muitas lantejoulas e vidrinhos.

A «música» constitui-se por um cornetim, clarinete, baixo, barítono, viola, violino, e caixa de rufo (69).

Esta importante manifestação cultural dos terceirenses tem grande aceitação das camadas populares, mas é apenas tolerada por certas elites locais. As referências nos jornais denotam um tom depreciativo e não são consideradas como elemento do carnaval «civilizado».

Embora se desconhecem os enredos utilizados pelo povo nas suas «danças» até à década de 30, pensamos que o tom de chacota e de crítica social característicos em algumas delas explicam o desprezo movido por certos sectores.

Os «enredos» das «danças» são, geralmente, encomendados a cantadores ou versejadores da terra, que procuram satisfazer o gosto dos organizadores. Num manuscrito dos anos 30, a famosa cantadeira terceirenses TRULU regista no fim do texto de uma dança: «Peço agora desculpa a todos os senhores da dança, se por acaso não está à sua vontade, mas o senhor que veio cá dizer como a queria pediu-me que não a queria picante nem com piadas, que queria era uma couza simples só para passar os dias de Carnaval. Portanto, eu faço é como me encomendam, mas no caso que estejam descontentes e que a queiram com mais picante eu cá estou para a tornar a fêzêr de nóvamente» (70).

O registo da cantadeira revela-nos que ela própria pressente que um «assunto» tão inofensivo correrá riscos de não agradar, o que nos leva a supor que uma «dança» sem *picante* tem pouco que ver com a quadra.

Por esse facto, os editais publicados por alturas do carnaval não facilitam a sua expansão, dado que não são autorizadas «danças», nas ruas e praças públicas, que não es-

---

(69) Ver Carlos Enes, *As Danças do Entrudo*, Lisboa, Editorial Ilhas, 1980.

(70) Fotocópia do manuscrito da «dança» em arquivo pessoal.

tenham munidas da respectiva licença. A partir de 1911, deixam de ser proibidas explicitamente, embora se continue a proibir «os agrupamentos e a prática de quaisquer actos que possam impedir ou enterrar o transito nas ruas, estradas e lugares publicos de passagem».

A onda civilizadora que amordaçava o carnaval tradicional é capaz de ter também atingido as «Danças de Entrudo», e os jornais limitam-se a referenciar, apenas, aquelas cujos conteúdos poderão ser menos inofensivos e que foram organizadas com fins caritativos.

Assim, em 1904, os marítimos do Corpo Santo improvisaram uma «dança, phantasiando uns instrumentos de cana, e na qual entram dos mais sérios rapazes do mar impulsionados pela ideia de fazer bem, dansaram estes em frente de várias casas que esmolaram» a favor de um pobre e velho marítimo doente, sem recursos (71).

A afirmação «sérios rapazes» é significativa: se por um lado confirma a marginalização a que os marítimos eram votados, pode também querer significar que, para determinados sectores, nas «danças» nem sempre entrava «gente séria», com todas as interpretações daí decorrentes.

Esta iniciativa dos marítimos repetir-se-á noutros anos, quer no Carnaval quer na Páscoa, angariando fundos para as crianças do Asilo e Hospital Civil. O exemplo dos pescadores frutificou e outras «danças», de freguesias urbanas e rurais, irão percorrer zonas da ilha pedindo para os desamparados.

Temos assim, nesta quadra carnavalesca, grupos que dançam por mero prazer e divertimento, subvertendo com o seu teatro a realidade do dia-a-dia, e outros que lhe adicionam um fim altruista. As pantominas dos primeiros estarão muito mais próximas do verdadeiro espírito carnavales-

---

(71) *A União*, 15/2/1904.

co e a crítica social e política está, provavelmente, presente nos seus enredos. Os segundos, tendo em conta o objectivo que os motiva e porque dançam em frente das casas de personalidades da ilha, apresentarão temas inofensivos, mais «sérios». O próprio título – «Dança dos Pescadores», «Dança dos Pedreiros» – é elucidativo: trata-se, quase sempre, do louvor da profissão, das respectivas habilidades e da satisfação pelo trabalho que desempenham, sem contestação ou crítica de espécie alguma.

Na década de 20, as «danças» ganham foro de cidadania. Os convites feitos nos jornais para que os dançarinos se integrassem nas festas de rua «civilizadas» tornou-as mais populares, conquistando definitivamente um espaço que lhes era dificultado. Esta mudança de atitude reflecte as alterações que se verificaram nesta década em relação ao carnaval, mas também é fruto de uma dinâmica mais ampla que se desenrola no sentido de valorizar e recuperar tradições culturais com vista à afirmação da insularidade/açorianidade.

Para muitos, continuarão a ser «ridículas», mas elas resistem ao tempo e às críticas, inclusivé à censura salazarista, porque

O Entrudo sem ter danças  
É um jardim sem ter flores  
Uma escola sem crianças  
Uma vida sem amores. (TRULU)

## 7 – Outras diversões ao ar livre

As novidades do Carnaval «civilizado» alargaram-se a outros espaços ao ar livre.

Em 1911, o Tenis Club promove um festival tauromáquico «burlesco», na Praça de Touros de S. João, no Domingo Gordo. A primeira parte consta de cortesias a cavalo e tourada; a segunda, de corridas de bichos (porcos e carneiros), de sacos e vários jogos em que tomam parte alunos do liceu; a terminar temos cavalhadas, torneio e Batalha de Flores, com a assistência. As brincadeiras «brutas» são, logicamente, proibidas.

A iniciativa só volta a repetir-se em 1923, imitando, o que «se passa em Lisboa». A partir desta data, as festas na Praça são regulares e, para além dos números cómicos, há sempre Batalha de Flores entre a arena e a assistência. No intervalo é permitida a entrada de carros ornamentados para animarem a Batalha.

Como forma de atrair o público permite-se a entrada gratuita às crianças fantasiadas; os mascarados pagam meia entrada; o casal, uma entrada e os militares sem graduação, meia entrada. Há sempre uma banda de música («ratas pardas») a abrilhantar o espectáculo e são distribuídos prémios aos melhores mascarados.

Estas diversões que se realizam, geralmente, no Domingo e Terça-Feira, concorrem com o carnaval de rua, contribuem para uma certa desmobilização, mas os «guerreiros» deslocam-se com armas e bagagens para este novo espaço. Apesar das proibições, o jogo carnavalesco, mais ou menos «bruto», a desenrolar-se: a farinha, os cocotes de areia e algumas *cabaças* voam das bancadas para a arena e vice-versa.

Na década de 20, concretamente a partir de 1926, o campo de jogos da cidade é outro ponto de atracção das festas carnavalescas. Neste ano o espectáculo compõe-se de gincana de bicicletas e jogos infantis, terminando com uma Batalha de Flores, com automóveis e bicicletas a lutarem dentro do rectângulo.

A partir de 1928, institucionaliza-se o jogo de futebol entre casados (Desesperado Foot-Ball Club) e solteiros (Esperançoso Foot-Ball Club), geralmente, com objectivos caritativos.

A Cidade, 13/2/1926

# CAMPO DE JOGOS DA CIDADE

Domingo Gordo, às 13 horas

**GRANDE FESTIVAL CARNAVALESCO**

**BATALHA DE FLORES**

Números sensacionais do maior efeito

**Preços:** Geral, 1\$875; Bancada, 3\$750; Camarotes, 20\$000

A inscrição de veículos (automovéis e bicicletas)  
é GRATUITA, desde que compareçam ornamentados.

**Marcam-se logares na Farmácia Monteiro**

Nestes festivais do campo de jogos os jornais não referem a existência de brincadeiras violentas. A festa transforma-se em espectáculo e a assistência assume um papel passivo. O grande espectáculo moderno herda a atmosfera sagrada das festas religiosas, transformando-o num acto solene, numa ocasião de comunhão. Esse facto talvez explique a ausência de violência neste tipo de espectáculo.

Costuma dizer-se que não há festa sem música. Em Angra, ela está presente nas ruas, quando as condições atmosféricas o permitem. Nos Domingos anteriores ao car-

naval, no jardim «Duque da Terceira», toca a Banda regimental um programa variado, entre as 12H30 e as 14H30. As sessões repetem-se nos dias de carnaval não só no jardim mas também noutros largos da cidade.

Os concertos, bastante concorridos, são um local de convívio, «um rendez-vous», um «local de shake-hands, muitas vezes entre uma mão ardente e outra d'uma frieza alpina; algumas entre duas igualmente abrasadas», que vem quebrar algumas barreiras existentes entre sexos opostos. Esta parece ser uma das grandes virtudes, ou defeitos, do carnaval: a liberdade, mesmo limitada, consente abordagens mais ousadas, impossíveis noutras épocas do ano, e que marcam o carnaval urbano como um período em que os desejos de Cupido se manifestam menos auto-controlados, aproveitando as brechas da fiscalização e repressão social.

## 8 - O Carnaval nos recintos fechados

8. 1 - Os Bailes - As festas de carnaval que se desenrolam em recintos fechados são, em boa média, uma alternativa e uma fuga à violência que se praticava nas ruas. Essa «brutalidade tem chamado para a sala de baile todo o prazer e todo o gozo, cuja disposição dantes se despendia com brinquedos incommodos» (72).

Os bailes, quer particulares quer nas sociedades de recreio, são um ponto alto do carnaval angrense e apresentados como um entretenimento civilizado:

---

(72) *O Angrense*, 9/3/1865.

«Entre todas as diversões evidentemente produzidas pelas necessidades de compensar as agruras da vida, merece especial menção – a dança – com as suas caprichosas e entusiásticas evoluções.

Na verdade, não há passatempo mais agradável, mais alegre, que mais entretenha o espirito e satisfaça ao coração do que a dança. (. . .) Houve homens de singular austeridade de caracter e regidez de principios (. . .) que iam procurar no salutar folgado da dança um refrigerio para as asperezas da existência, um alento para o espirito fatigado por aturadas e superiores locubrações.

Nos proprios templos christãos, em certas festas do ano, era a dança permitida. Hoje, como todos sabem, faz parte integrante da educação phisica e moral da mocidade» (73).

Se uns se preocupam em justificar a civilidade da dança e do baile, outros alertam para perigos dai decorrentes: «O Carnaval, pelos seus excessos, é um dos maiores factores de mortalidade em Lisboa. É nos bailes públicos de máscaras que a tuberculosa recruta os seus melhores soldados. O sanatorio poder-se-hia collocar, para mais aficácia de socorros preventivos, ao lado do salão dançante.

Mas vá-se lá pregar moralidade e hygiene aos estouvados foliões que só pensam em divertir-se, sem se lembrarem que sacrificam impensadamente o que ha de mais precioso e de mais difficil de conservar na vida – a saude!» (74).

Não nos parece que a preocupação fundamental seja de ordem sanitária, mas sim de ordem moral: combater o vírus que corroia pouco a pouco valores e comportamentos até então controlados.

Vejamos em que consiste um baile:

---

(73) *A Terceira*, 10/2/1900.

(74) *A União*, 6/3/1905.

«Um baile é uma ilusão arrebatadora dos sentidos em que a alma se expande em tão agradáveis impressões que nos parece habitar num outro mundo, pisar outra terra e viver outra vida repleta de delicias para nós até ali desconhecidas. Um baile é um sonho delicioso em manhã de primavera, é um sopro de gozo despendido dos lábios da divindade» (75).

Se a dança era o *leit-motiv* dum baile, refere o articulista que nele se «fez muito, mas muito amor: sem rebuço, sem cerimónia, e sem o mínimo disfarce. Os corações estavam agitadíssimos, isto é, os corações disponíveis, porque os que já têm dono, esses, está bem claro, que nada lhes altera a habitual placidez. E que agitação! . . . Que palpitações, santo deus! . . . Havia tal que se comprometia tanto, que recorria ao leque para disfarçar o que o ingrato e indiscreto *canesu* não sabia ocultar» (76).

Outros, pelos vistos, nem para dançar tinham tino, como era o caso de um marujo com uma deusa da fábula: «não dançavam; moviam-se apenas quando advertidos de que era chegada a sua vez! . . . Estavam *perdidos* em um, ao que parecia, continuado segredo de affectos» (77).

Ao «abrigo da tolerância» carnavalesca atingia-se, facilmente, o «ponto de rebuçado».

O baile transformava-se, assim, num ponto de encontro fatal: «cada mulher é uma estrela que fascina com o seu esplendor, e que nos pode dar a felicidade num sorriso ou a desventura n'uma indifferença». Conquistar esse sorriso não é tarefa fácil. «É cousa sabida que, qualquer cavalheiro que dança com uma senhora qualquer, tem rigorosa obrigação de entabular com ela uma conversação mais ou menos animada, se

---

(75) *O Angrense*, 15/3/1862.

(76) *Idem*, 4/2/1865.

(77) *Idem*, 26/2/63.

não quiser passar pela sensaboria de ela se entreter com o par que lhe estiver mais próximo». O D. Juan terá que dar largas à imaginação, mas uma coisa é certa: descer às trivialidades, como por exemplo dissertar «acerca dos diferentes ingredientes que entram na composição de uma açorda», pode ser a morte do artista.

Estes sentimentos que vagueavam pelas salas de baile, na segunda metade do século XIX, irão, provavelmente, perpetuar-se no período que estudámos. Por isso surgem críticas a estes «comportamentos dissolutos», levadas ao extremo pela pena de um escritor russo que afirmou ser a sala de baile a ante-câmara da prostituição.

Tal como no século XIX, as mulheres são o centro da atenção das crónicas, com as suas «toilettes vistosas sobriamente decotadas», cujo «Frou Frou das sedas chama a nossa atenção para as damas que entram».

Há, todavia, quem se lamente de tanta compostura. «A rainha da festa (. . .) tão meiga, tão linda, que fazia andar em polvorosa as cabeças dos janotas (. . .) trajava um vestido preto degotado, que lhe ficava a matar, e por cima uma maldita garibaldi, de *tule* branco, que nada perdia se fosse mais transparente, para deixar *gozar melhor* aqueles tão bem torneados ombros» (78).

Da parte feminina, parece que há um certo esmero na apresentação das toifetes, o que levou um articulista a criticar os exageros de ostentação que poderiam provocar alguns constrangimentos em certas damas menos bafegadas pela fortuna.

Os bailes são um momento privilegiado da festa carnavalesca, onde, para além do divertimento, o exibicionismo fun-

---

(78) *Idem*, 8/2/1866.

cionava como uma forma de afirmação própria de uma sociedade que vive da concorrência.

Os Bailes Particulares – Os «assaltos» e bailes particulares são diversões bastante frequentes na época carnavalesca de Angra, dentro de determinados estratos sociais, e funcionam como uma perpetuação ou reforço de equilíbrios e hierarquias sociais, para forjar ou conservar reputações, cimentando clientelas e audiências sociais.

No século XIX, e até finais da Monarquia, são múltiplas as notícias de reuniões *masquées* em casas particulares, com predominância nas dos titulares da nobreza, seguindo-se oficiais do exército, altos funcionários públicos e profissões liberais. Com a implantação da República, outros cidadãos, com nomes menos sonantes, promovem também as suas festas, procurando consolidar a sua posição na sociedade.

A festa compõe-se, essencialmente, de dança, mas nos intervalos cantam-se «*trechos e romanzas* de ópera». Os serviços são, infalivelmente, apontados como abundantes e deliciosos, durando a festa até de madrugada.

As «máscaras elegantes» e as «fantasias primorosas» são nota dominante nestas reuniões, onde os jovens acompanham os pais: «algumas meninas da nossa primeira sociedade em travesti alusivo ou de picaresca fantasia, punham nota sobremaneira alegre, n'aquela esplendida festa».

Apesar da máscara ser frequente nestes bailes, nalgumas casas ela não é inviolável: «Entraram na sala, e um quarteto anunciou a organização da primeira quadrilha. Após esta quadrilha fez-se o reconhecimento dos disfarçados e ficou o baile organizado, o qual durou até às 4 da manhã» (79).

O número de participantes é muito variável, mas encon-

---

(79) *A União*, 16/2/1909.

tramos referências a grandes festas com cerca de 80 pessoas. Se nalguns casos os «assaltantes» aparecem de «surpresa», na maioria, só participavam por convite, o que obrigava ao cumprimento rigoroso de normas de etiqueta: «passados os oitos dias da regra os felizes convidados tinham de ir a casa dos anfitriões apresentar os seus agradecimentos. Se este não estava em casa deixavam-se bilhetes de visita com um canto inferior dobrado (dobrar um canto superior significaria que a pessoa se julgava socialmente superior – o que seria, pelo menos, lamentável incorrecção ou prova de ignorância» (80).

A partir de 1911, as festas particulares tornam-se menos frequentes, devido ao entusiasmo que se regista pelos bailes das sociedades de recreio.

Os Bailes nas Sociedades – Os bailes nas sociedades de recreio e cultura são uma tradição na sociedade angrense que remonta ao século passado. Até à implantação da República, quatro sociedades tinham a seu cargo essa organização: a Assembleia Angrense, o Club Popular Angrense, a Sociedade Gymnastica e a Sociedade Filarmonica Popular Angrense. Depois da implantação da República, os bailes ganham popularidade e outras sociedades, já fundadas ou criadas depois desse acontecimento, introduzem-nos nas suas actividades. As datas entre parêntesis indicam-nos a primeira referência, que temos, de bailes promovidos por elas: Lawn Tennis Club (1911), Recreio dos Artistas (1912), Club Musical Angrense (1912), Fanfarra (1912), Sociedade União Operária (1920), Sport Lusitânia (1923) e Club Desportivo Angrense (1927).

O movimento associativo que se dinamiza em Angra no

---

(80) *Cândido Pamploma For jaz. Outros Tempos . . . Outras Gentes, Angra do Heroísmo, IAC, 2ª ed., 1978, pp. 101-2.*

período republicano não vive, portanto, alheado desta época carnavalesca. Estas sociedades, criadas com objectivos diversos, acabam por ter como pontos altos da sua existência, precisamente, estes dias de Carnaval.

Alguns valores de quotas mensais dão-nos a ideia dos estratos que a elas podem aderir. A quota do Tenis Club, em 1919, era de 1\$25; e do Club Musical Angrense, em 1923, era de 1\$87,5, e a da Recreio, em 1920, ficava-se pelos \$25 centavos mensais.

As sociedades de recreio e cultura reflectem de forma clara as divisões sociais que se encontram na cidade de Angra. Se o Tenis agrega o sector mais elitista, o Club Musical já abre as suas portas a sectores intermédios, espalhando-se os restantes estratos sociais pelas outras sociedades.

A convivência em cada uma das sociedades está, portanto, nivelada, o que não era possível em termos de rua. Mesmo que surjam gestos e brincadeiras mais desagradáveis não existe o perigo de subversão, na medida em que tudo se passa entre estratos sociais correspondentes e tudo se desculpa porque é Carnaval.

Os bailes nas sociedades começam a realizar-se logo nas quintas-feiras de amigos, amigas, compadres e comadres. Dançavam-se quadrilhas, valsas e o «ladino PAS DE QUATRE, que mantinham a temperatura elevada», mas na década de 20 aparece já a música Jazz, o Tango e a «dança moderna». O frenesi toma conta das salas de baile e a adaptação às mudanças desta revolução musical obriga muita gente a frequentar aulas de tango e dança moderna, anunciadas nos jornais. Para além dos agrupamentos musicais que executam os variados números de dança, pode ouvir-se também, nos momentos de relaxe, interpretações ao piano, flauta e rebeca ou, ainda, a «linda fantazia - chueca - El Ba-teo», diversos números de ópera, etc.

A dança é o grande atractivo destes serões , mas algumas sociedades (Recreio dos Artistas) denominam-nos de serões dramático-dançantes , onde se assiste primeiro a representações de dramas , comédias , cançonetas , monólogos e fados; outros reúnem-se para ouvir primeiro a «grande fantazia de Tosca» , seguindo-se depois o baile .

O serviço de bufete varia consoante o estatuto de cada sociedade: se no Tennis se distribui chá , chocolate , vinhos finos e doces de toda a espécie; no Club Musical , chá e bolos, vinho, sandwiches, doces, refrescos e café; na Fanfara , o serviço é mais pobre e limita-se a chá e vinhos .

A frequência dos bailes cresce de ano para ano o que levou as sociedades a ampliarem as suas instalações . A animação da festa media-se pelo número de senhoras presentes: se 40 era um número fraco , por volta de 80 já era excelente e mais de 100 era uma enchente .

Em todas as sociedades é facultada a entrada em traje de máscara, mas algumas não permitem disfarce de sexo.

Em boa medida , os bailes são responsáveis pela diminuição das brincadeiras de rua . A partir de 1911 , a atenção de muitos foliões angrenses desvia-se e concentra-se nos bailes nocturnos . É para ai que se canalizam todas as energias , as preocupações de toilette , os sentimentos amorosos e , inclusivamente , as reservas monetárias , dado que todas as classes sociais se podem associar às diversas instituições .

**8.2 – O Teatro no Carnaval** – No principio do século, o Teatro Angrense abre as suas portas para representações teatrais , que modificam um pouco o quotidiano destes dias de Carnaval. Até ao início da guerra, este baluarte do Carnaval «civilizado» apresenta espectáculos anuais, com peças da autoria de escritores terceirenses , focando aspectos politicos

da vida local, bem como bailados, jogos diversos, números folclóricos, etc.

Estas festas «dão a ideia de que as famílias an-grenses querem que desapareça o velho processo de celebrar o carnaval». A iniciativa e organização pertence ao Lawn Tennis Club e pelas referências às «elegantes toilettes» e ornamentações «sugestivas e caprichosas dos camarotes» apercebemo-nos de que a *finá flor* da cidade adere em larga escala.

A intenção parece ser a de procurar um refúgio que escape às «brutalidades» do Carnaval de rua. As entradas são, por isso, controladas de forma rigorosa e as galerias reservadas para senhoras a fim de poderem gozar o espectáculo com toda a comodidade e sem serem atingidas pelas brincadeiras que é uso nestes dias (81). O jogo carnavalesco com serpentinas, confetis e setas, entre camarotes e plateia, era permitido nos intervalos, mas, em 1903, refere-se que o espectáculo «não foi muito apreciado porque o público se divertiu mais com as brincadeiras carnavalescas» (82).

Tudo indica, portanto, que apesar do ambiente civilizado, não há regras de boa educação que resistam ao Carnaval.

Durante as representações o jogo continua. Em 1908, escreve-se que os actores vão também dispostos «a não se ralarem se não os quiserem ouvir» (83) e, em 1910, vários «espectadores atiraram para o palco alguns objectos que distraíram as crianças e incomodaram os executantes da orquestra, durante a actuação». Os jornais não desenvolveram, detalhadamente, o que lá se passou, mas pedem para que se não jogue nada para o palco, porque as «setas e tremo-

---

(81) *A União*, 24/2/1905.

(82) *Idem*, 16/2/1903.

(83) *Idem*, 2/3/1908.

ços» provocaram «maguadellas» (84). Os próprios organizadores da festa avisam que «as pessoas que se portarem mal serão convidadas a sair e sem direito a reembolso».

Este episódio parece-nos importante porque se regista, precisamente, no dia em que o Carnaval «civilizado» conquistou a rua com a primeira Batalha de Flores. A folia, que se desenvolveu na «baixa» da cidade, galvanizou de tal forma os seus adeptos que se prolonga, à noite, no interior do Teatro, de forma inusitada. Os «civilizados» conquistam as ruas, mas deixaram influenciar-se pelo espírito dos «arruaceiros».

A partir de 1912, o Teatro Angrense deixa de apresentar serões teatrais. Daí por diante, esta e outras salas promovem sessões de cinematógrafo, mas uma vez mais o espectáculo parece ser um pretexto para que as pessoas se encontrem e joguem o Carnaval. Todos os anúncios referem, em letras garrafais, que é permitido jogar no intervalo, proibindo-se, paralelamente, o uso de «cocotes de areia». Como só se proíbe o que é hábito praticar, constata-se que parte da violência de rua transita para o interior das salas de espectáculos.

Apesar destas contrariedades que incomodaram alguns angrenses desejosos de se divertirem «de forma mais elevada», confirma-se o gosto pelo teatro na sociedade angrense. Noutros espaços – Seminário, Schola Cantorum e Orphanato – promoveram-se com regularidade, nestes dias, peças teatrais interpretadas por crianças. Nalgumas sociedades, como referimos, antes dos bailes havia sempre representações teatrais.

## 9 – O Traje Carnavalesco

A época carnavalesca introduz uma série de modificações nos hábitos do vestir quotidiano, para ambos os sexos e todas as idades.

---

(84) *Idem*, 7/2/1910.

# TEATRO ANGRENSE

**EMPRESA—FERRANDES & C.ª**

**DOMINGO DE CARNAVAL**

A'S 8 E MEIA HORAS DA NOITE

*HILARIANTE SESSÃO DE CINEMATOGRAFO*  
**(SESSÃO CARNAVALESCA)**

Sendo permitidos os jogos proprios e a ornamentação  
dos camarotes

Ultima exhibição da sensacional alta comedia em 3 actos

## QUEM É O PRINCIPE?

Scenas de grande gargalhada—O bigode do Burgomestre  
em acção. O equívoco produzido pelos  
principaes comicos da casa Nordisk

*Grande trabalho de equilíbrio de chapéus altos, pratos,  
tacos de bilhar e ursos*

## MAX RECUPERA A LIBERDADE

**SESSÃO DE GARGALHADA**

Pelos anúncios dos jornais apercebemo-nos de que o mercado se abastece de uma variedade de produtos para satisfazer o gosto da clientela, motivando e alargando hábitos de consumo, principalmente para o sector feminino.

A partir de 1905, é notória a agressividade dos comerciantes, anunciando as novidades que a «mais exigente manola deseja possuir», dando-nos, assim, uma ideia evolutiva do traje carnavalesco.

Naquela data, a oferta era reduzida. Temos, apenas, sedas, ao metro, rendas, fitas de seda, largas e estreitas, fitas de veludo, golas e tafetás. Em 1909, já nos aparecem crepe da china, plumas, pom-pons de froque, penachos de seda com agretes e mitenes. Posteriormente, vão surgindo raphias, cordonet, em diversas cores, para bordar vestidos e franjas, peles de fantasia e brocados para bailes, adornos para chapéus da mais alta fantasia, echarpes, sapatos de verniz, etc.

Com todos estes ingredientes se «cozinham» as fantasias e toilettes para bailes e desfiles de rua.

**Artigos muito  
baratos**

**PARA O CARNAVAL**

Rendas de seda : peças de 12 metros a 50 reis, ditas de 10 metros a 50 reis, ditas de 10 metros a 100 reis.

Fitas de seda largas e estreitas. — Galões dourados. — Volantes. — Fitas de veludo. — Gravatas antigas. — Chapeos. — Fichus. — Flores. — Golas. — Punhos. — Adereços. — Tafetás

e muitos outros artigos.

**LOJA DE**  
**Magalhães**  
**& Sobrinho.**

O Dia, 18/2/1905

No século XIX, nas festas particulares, já eram usadas fantasias, mas, nas festas públicas, elas estreiam-se com algum receio, no nosso século: «Muitas senhoras da nossa sociedade elegante tencionaram ir aos espectáculos de Carnaval em costumes de phantazia. É uma ideia esplêndida, do melhor efeito, e que sabemos ser de grande agrado da comissão promotora» (85).

O jornal abre assim o caminho para que a novidade não seja chocante e, inclusivamente, publica uma série de artigos, «Secção de toilettes de Carnaval», sugerindo fantasias universais usadas nos grandes centros urbanos, para que se evite «a banalidade dos disfarces já muito vistos e dos trajes nacionais, que só se suportam pela riqueza e variedade dos enfeites».

Assim se vão modernizando os trajes carnavalescos femininos que, nem sempre são sinal de bom gosto ou combinação equilibrada: «Se nos fosse permitida, sem me-lindre fazer-lhes qualquer apreciação, recomendaríamos a algumas melhor escolha na côr das suas toilettes. Uma mulher bonita e elegante, nunca passa indiferente aos olhares de quem sabe apreciar, qualquer que seja a sua toilette» e, por isso, se adverte que «numa linda e elegante argentina, de olhos fulgurantes, ou, numa bela e revolta Aragonesa, não condiz o ebano brilhante dos seus cabelos com a côr clara dos seus vestidos» (86).

Outra critica frequente incide nos excessos de luxo que algumas carregam, de forma injustificada: «as ephemeras toilettes não brilharão mais do que um dia» e esse exagero constrange e afasta dos bailes as que não podem alcançá-lo.

---

(85) *O Dia*, 27/2/1905.

(86) *A União*, 6/3/1922.

Quanto ao sector masculino, os anúncios praticamente não existem. Encontramos apenas referências a gravatas antigas e chapéus. O vestuário de festa elegante vai desde a casaca, ao uniforme militar, smoking, fraque, que pode ser alugado, e fato preto.

As fantasias, para ambos os sexos, são variadas: dominós, de algodão e seda, espanholas, Dianas, napolitans, imitações de trajes populares, marujos, mosqueteiros, pagens de Henrique IV, vilãos da Madeira, judeus, nabos, montanhez da Escócia, astrólogos, camponeses, cardeais e frades, leiteiros, etc.

Verifica-se, assim, que na primeira década deste século se começam a operar algumas mudanças no traje carnavalesco, motivadas pelo apelo dos bailes. A nível de rua são poucas as referências ao tipo de fantasias que circulam, mas é natural que se tivessem também «civilizado»:

Naquele tempo, o Sr. João de Sousa Ribeiro (se não me engano no seu nome) possuía na rua do Rego um guarda roupa de costumes variados. Ora, os rapazes deliravam em envergá-los, por aluguer. Percorriam então em grupos as ruas da cidade. Uns representavam o «diabo» num traje es-carlate, de espada à cinta, com uma máscara grotesca encimada por dois chifres; outros figuravam o «senhor doutor», um médico de aldeia com «travesti» mais sóbrio, ou então, o «leiteiro» terceirense, de camisa branca, com um barrete de lã entrançada e uma cabaça à cintura. Creio que de todos eles era preferido «o diabo», gesticulando, dando cabriolas e soltando grunhidos arripiantes. Havia ainda as «cabeças falantes», uma máscara com uma cabeça desproporcionada em relação ao corpo» (87).

---

(87) Rafael Ávila de Azavedo, «Em Angra do Heroísmo há sessenta anos, XXXIV - O Carnaval», *A União*, 21/2/1985.

## 10 - Objectos para divertimento

Para além dos objectos referenciados nas brincadeiras «brutas», o comércio de Angra, de ano para ano, apresenta uma variedade de «quinquilharia» acessível a todos os gostos e bolsas.

No que respeita a fogos, já em 1903, a lista era abundante: estalos chineses, rodizios, estrelas japonesas, phosphoros de cores, archotes, chuvas de prata e fio magnésio com cabo. Posteriormente, aparece o fogo de artifício para jardins e para lançamento das janelas.

O jogo com papel fazia-se com os clássicos confetti, serpentinas e tufos. Para os clientes mais exigentes anuncia-se confetti «de superior qualidade pelo seu muito asseio, pois o confetti misturado é quasi sempre colhido do chão e portador de imundices». Anúncio bizarro é aquele que promove «machinas para atirar serpentinas» até ao 6º andar.

Em termos de bichos, podem adquirir-se: aranhas grandes, serpentes de pharaó, ratos marinheiros, borboletas mágicas e sapos.

Objectos para «barulheira infernal» temos: cornetas, rouxinóis, que imitam com perfeição o canto do rouxinol, gatomiantes, gaitas e guisos.

Para os namorados sugerem-se «lança perfumes LYRA - os únicos inofensivos», pó de violeta para cocotes e, ainda, cartas amorosas, declarações de amor, que são vendidas só a homens.

O pó de espirrar e para comichão bem como as garrafinhas com licôr (de mau cheiro?) só aparecem, em 1923.

Finalmente, para ornamentações temos os «lindos balões chineses e venezianos de vários formatos» bem como «balões de 1, 2 e 3 metros já preparados para subirem a grande altura».

Os objectos indicados completam-nos a ideia do tipo de brincadeiras que caracterizaram o Carnaval angrése . Concorrem com o Carnaval «bruto», não o destronam e, provavelmente, até coexistem no mesmo espaço . A variedade de artigos crescendo de ano para ano, reforça a ideia de que o público consumidor está ávido de novidades e que a cidade de Angra não vive um processo isolado do que se passa no continente .

### 11 - A Criança no Carnaval

O Carnaval deve ser, de todas as festas, a que abrange, de forma mais eficaz, os diversos níveis etários .

No que toca à criança, em boa verdade pode afirmar-se que ela é a rainha da festa . Em todas as diversões que encontrámos ela não só está presente como, frequentemente, é o centro das atenções .

Nos jogos mais brutos, poderá não andar pelas ruas armada com *cabaças de cera*, mas, das varandas e janelas, diverte-se lançando sobre os transeuntes «luvas de areia» e outros objectos . Na Batalha de Flores, está presente em muitos carros que desfilam e participa no combate . Nas festas do Campo de Jogos, entra nas gincanas e tem entrada gratuita nas touradas de Praça .

Nas representações teatrais ocupa um lugar de primeiro plano . Nuns casos desempenha papéis sérios, noutros interpreta não só sentimentos e piadas que os mais velhos nem sempre têm coragem de expressar como também pode executar *atreuimentos* onde os mais velhos se espelham . É o caso de uma dança de negros dos Estados Unidos, *Cake Walk*, carregada de sensualismo: «Os pares penetram-se de uma febre louca de cabriolas e entrelaçamentos . Possui-os o delírios» (88) .

---

(88) *O Dia*, 2/3/1905 .

Nos bailes, deram-se algumas alterações. No século passado acompanhavam os pais, o que deu origem a lamentos frequentes: «as crianças empalmão todas as quadrilhas, walsas, marzucas, e todos quantos folguedos de pés se anunciam» (89). O articulista queixa-se desta inundação de crianças e pede para que haja limites. No nosso século, a realização de bailes infantis poderá significar que deixaram de ter acesso aos bailes nocturnos. A partir de 1916, várias sociedades incluem nos seus programas matinées infantis.

Na rua ou nos recintos fechados, a criança está, portanto, sempre presente nas festas de Carnaval, animando-as com as suas artes, graças, fantasias e inocência.

O Carnaval não é propriamente uma festa inocente e de inocentes, mas até que ponto esta participação de crianças não pretenderá e não servirá para redimir o peso de algumas consciências?

## 12 - As Festas de Caridade

Juntar o útil ao agradável é a justificação que aparece, frequentemente, nos jornais sobre as festas de caridade realizadas em Angra, nos dias de Carnaval.

A Cozinha Económica Angrense é a instituição com mais tradições neste campo e os seus bailes são bastante concorridos, apesar dos preços de entrada: em 1914, um cavalheiro pagava «375 reis» e uma família, «625 reis». O produto das entradas dos bailes, ou de peças teatrais infantis, revertia a favor dos pobres que esta casa de caridade socorria.

Algumas «Danças de Entrudo», como referimos, tam-

---

(89) *A Terceira*, 19/2/1859.

bém se organizavam e saíam frequentemente para angariar fundos com o mesmo objectivo. A iniciativa nasce em Angra, mas nalgumas freguesias rurais os dançarinos pedem, de igual modo, para os pobres da localidade.

A partir de 1922, a Associação de Classe dos Empregados no Comércio desloca-se com a repectiva Tuna ao Asilo de Infância e Orfanato para oferecer filhós, doces, açúcar, chá e «inoffensivos objectos carnavalescos» às crianças. A sociedade Recreio dos Artistas segue-lhe, posteriormente, o exemplo.

Em 1928, os estudantes do Liceu promovem três bailes para prover o Fundo de Assistência aos estudantes pobres, «que têm por única riqueza a inteligência».

Nestes bailes, está presente a *nata* da sociedade angrense, sendo rainha das festas a filha do Delegado do Governo.

No mesmo ano realiza-se no campo de Jogos uma partida de futebol, entre solteiros e casados, que se repete em 1930, sob os auspícios do Governador Civil. A Comissão é presidida por senhoras e a filha do Governador dá o pontapé de saída. O produto reverte a favor das crianças do Orfanato e dos velhos do Asilo, que são transportados, gratuitamente, em camionetas para o recinto.

Aceitamos que juntar o útil ao agradável é uma intenção dos organizadores das diversas festas de caridade, mas não podemos deixar de registar que com a mudança de regime, em 1926, a grande festa pública de caridade tem outra utilidade: promover a imagem das novas autoridades, reforçar a sua posição na sociedade com a distribuição de benesses aos mais necessitados. A festa para o povo, mobilizando uma grande audiência, é utilizada ao serviço duma acção social e política, para garantir um prestígio e, conseqüentemente, manter uma ordem estabelecida.

### 13 - A Alimentação nos dias de Carnaval

«Vós chamaste-me entrudo  
Sou um santo comilhão  
Se o quereis saber ao certo  
*Pozai-me* carne, vinho e pão.

As filozes que nos puzeres  
Trazei-as numa *razoila*  
Que a gente há de se pôr nelas  
Que nem porcos em papoila» (90)

Estas quadras populares dão-nos bem a dimensão dos hábitos alimentares nestes dias de Carnaval. Carne, vinho e filhós são presença obrigatória na mesa de qualquer cidadão e a sofreguidão com que se come está bem expressa na iagem do porco.

A alimentação é uma componente fundamental deste ciclo carnavalesco pois, quando se folheam os jornais, os anúncios de «comes e bebes» são o primeiro sinal de que a época se aproxima. De ano para ano, o incentivo ao consumo alastra-se a todas as camadas sociais e a oferta de iguarias ultrapassa, consideravelmente, os pratos típicos desta época.

No que respeita a carnes, a de porco ocupa um lugar primordial. Se nos meios rurais cada casa recorre às reservas da «matança», nos meios urbanos os talhos reforçam as provisões para atenderem a uma clientela numerosa. «Porco, para adivinhar o entrudo», «Porco, amanhã anda a ro-

---

(90) *Padre Inocêncio Enes*, Tradições populares da freguesia dos Altares da Ilha Terceira, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, nº 3, 1945, pp. 309-10.

da» foram anúncios que se destacaram nas páginas dos jornais, introduzindo uma ementa variada para todos os gostos: banha, costeletas, toucinho salgado ou fumado, linguiça, soã salgada, cabeça salgada, morcela, sarapatel, torresmos, presunto, paio, etc. «O uso da carne de porco no festim carnavalesco afigura-se óbvio. A carne de porco é a carne gorda, rica e sávida por excelência, e a que melhor traduz a ideia do prazer ventral» (91).

A carne de vaca aparece também em anúncios, mas com menos frequência e a preços mais elevados.

Para sobremesas, as filhós sem calda, com calda ou creme, recheadas com chocolate nevado ou regadas com mel de cana, ocupam o primeiro lugar. Nas Quintas-feiras de amigos, um mês antes do Carnaval, os fabricantes recordam com anúncios a época que se avizinha, aumentando de ano para ano o número de casas que as confecciona.

Para além da filhós surgem, gradualmente, outras iguarias: sopas fritas à inglesa, «novidade no género» (1905), coscurões, mal-assadas, bolos de massa sovada, pastéis de galinha e de camarão, empadas, queijadas, bolos de natas, bolo inglês, etc.

*Filhoz feita no  
forno, com cal-  
da ou creme.*

*Receben-se encomendas na*

**Mercearia do Povo**

**66, Rua do Rego, 70**

O Dia, 24/2/1906

(91) Ernesto Veiga de Oliveira, Manjares cerimoniais do Entrudo em Portugal, in ob. cit., p. 66.

Os doces começam a ocupar um lugar importante na mesa de carnaval, na década de 20, pois são frequentes os anúncios de formas, lisas ou bicudas, para bolos, queijadas e pudins. Por esse motivo, os preços dos ovos sobem assustadoramente, nesta quadra.

O consumo de álcool também atinge níveis elevados nesta época, com as consequências previsíveis. «É vulgar nestes dias de entrudo beber-se uma pinguinha a mais, mas também sucede que essa pinguinha dá muitas vezes lugar a coisas desagradáveis», chegando-se com frequência a vias de facto obrigando à intervenção policial para desapartar as rixas dos amantes de Baco que andam, mascarados ou não, «trocando o passo pelas ruas» (92).

**Sabbado gordo e seguintes dias de Carnaval**

**Para estes dias temos uma reserva especial  
de vinho branco e tinto d'Almeirim que  
são uma verdadeira delicia!!!**

**É UMA PINGA QUE NÃO TEM RIVAL.**

*Armazem de Manuel F. da Costa, successores*

O Dia, 24/2/1908

*Molhar os pés*, no Carnaval, faz parte da tradição e o mercado está bem fornecido para todos os gostos. Os vinhos do continente, verdes, maduros, tintos ou brancos, das regiões mais conceituadas – Almeirim, Bombarral, Borba, Bucelas, Canas de Senhorim, Carcavelos, Colares, Santa-

(92) *A União*, 23/2/1903.

rém, Torres Vedras, etc. – são anunciados nos jornais de forma destacada, incentivando o consumo.

O vinho é, portanto, a bebida mais consumida na época da Carnaval, mas os sectores mais endinheirados podem adquirir produtos de melhor qualidade, desde os vinhos da Real Companhia do Porto, do Rheno e Bordéus, «Wisky legitimo», vinhos espumantes, do mais comum ao Moet & Chandon, aguardentes, conhaques, etc.

Em síntese: carne de porco, filhós e vinho são três elementos fundamentais desta quadra carnavalesca, da Terceira, o que se insere, perfeitamente, nos hábitos tradicionais de outras zonas, «Esta ementa – e principalmente o seu sentido festivo de abundância – não é de modo nenhum privativa do carnaval português; ela representa, de facto, no aspecto alimentar, a menifestação do significado fundamental da própria celebração, que por toda a parte glorifica apetites excessivos e tendências primárias desenfreadas, e ocorre em termos muito semelhantes (. . .) em vários países da Europa» (93).

#### 14 – Conclusões

O carnaval angrense poderá definir-se como a grande festa da unanimidade discordante: em principio, todos (ou quase) a aprovam, mas cada um deseja que ela se realize à sua medida.

Quadra de folia e galhofa, tempo de liberdade licenciosa, cada vez mais controlada, e momento de alguma subversão do quotidiano são ingredientes que caracterizam o carnaval angrense como uma época de excepção com uma certa uniformidade de divertimentos, congregando à sua volta grande parte da comunidade.

---

(93) *Ernesto Veiga de Oliveira, ob. cit., pp. 65-6.*

Esta festa, pelas suas características, permite ao homem, individualmente ou em grupo, manifestar e exteriorizar os seus sentimentos e crenças mais profundas. Por esse facto, parece-nos correcto falar de carnavais dentro do carnaval, que penetram os diferentes estratos sociais.

Época de divertimento, mas de tensão, de choque entre grupos que exibem a sua forma de estar ou de contestar o mundo. Na sequência destes confrontos, o carnaval angrense, no primeiro terço do século XX, apresenta algumas mudanças qualitativas que se enquadram no movimento geral da época de outras zonas do país e do mundo, em geral.

Essas transformações estão limitadas por condicionamentos da vária ordem. Angra, único espaço com características urbanas da ilha, está imbuída e cercada por mentalidades e comportamentos muito opróximos de uma sociedade de Antigo Regime, onde a ruralidade tem um peso preponderante. Apesar da descontinuidade geográfica e duma tendência para o isolamento em relação ao continente e outras partes do mundo, não nos parece que estes factores possam ser os grandes responsáveis pela falta de inoperacionalidade de algumas mudanças. Uma boa parte da sociedade angrense está bem informada do que se passa no exterior, mas o tecido social e mental não se abre, facilmente, a mudanças que alterem a vivência quotidiana.

A luta que se desenrola entre o carnaval «arcaico» e o carnaval «civilizado» mostra, precisamente, que a sociedade não está preparada para essas alterações. O *civilizado*, o *moderno* é aceite e praticado por algumas camadas da elite angrense, ela própria descrente da eficiência dos seus projectos.

Do embate destas perspectivas de vivência carnavalesca resultou um carnaval diferente, modelado na sim-

biose e convivência de elementos «arcaicos» e «civilizados».

Apesar das críticas e pressões psicológicas, o carnaval de rua com as suas «brutalidades», embora menos frequentes, continuou a desenvolver-se; os bandos de mascarados com as suas irreverências continuaram a ultrapassar as barreiras sociais impostas no dia-a-dia; as «danças do Entrudo» com os seus temas *picantes* continuaram a morder, com frequência, aspectos da ordem social e moral vigentes.

A festa de rua mantém, assim, muitas das suas características populares, mas o excesso não corresponde a uma intenção de modificar o *status quo*. Na 4ª Feira de Cinzas, tudo regressa ao moral e a Igreja encarrega-se de acalmar os ânimos mais exaltados.

As novidades que surgem a nível de rua procuram transformar a festa em espectáculo, com «batalha» de flores, cortejos alegóricos, cavalladas, corridas de bicicletas, etc. Apesar das tréguas concedidas durante alguns momentos, a violência acaba por se misturar no espectáculo, prevalecendo as regras do carnaval «bruto», embora mais atenuado.

Nos espaços fechados, mais controlados, em princípio estariam criadas todas as condições para que a civilidade brilhasse nas festas angrenses. Todavia, o espectáculo acaba por ser secundarizado em favor do jogo carnavalesco que domina as sessões de teatro, cinema e festas na Praça de S. João.

Os bailes parecem ser o único divertimento que escapa à *guerra* tradicional. A rápida expansão e o entusiasmo que se cria à volta deles canalizou as energias e emoções dos foliões para dentro dos salões, provocando um certo desfalque nas movimentações de rua.

Para além deste confronto entre «velho» e «novo», o carnaval representa em corte com o quotidiano em termos de divertimentos, vestuário, convivência social e alimentação.

A presença feminina é constante em todas as manifestações beneficiando do abrandamento da pressão social que facilita contactos mais íntimos, de igual modo as crianças encontram no carnaval um tempo privilegiado de divertimento, aparecendo em vários momentos como o grande centro das atenções.

O vestuário com as suas extravagâncias, independentemente do luxo, dá largas ao imaginário, com transferências de personalidade, dando vida e colorido à festa.

A alimentação, pela abundância de sólidos e líquidos, representa um corte significativo com a alimentação diária, consoante as possibilidades de cada agregado familiar.

Costuma dizer-se que no carnaval o homem mostra aquilo que é. No caso dos angrenses, encontramos formas próprias de viver a quadra mas também permanência de atitudes e comportamentos de todo o ano.

As festas de caridade promovidas por algumas associações de recreio, os peditórios a favor dos desprotegidos, realizados por algumas «Danças de Entrudo» mostram que, numa quadra de excepção, a solidariedade ou caridade existentes noutras épocas do ano encontram aqui espaço para a sobrevivência.

Em síntese, o carnaval de Angra, no período estudado, está passando por uma fase de transformação e essa transformação com os seus avanços e recuos parecem-nos ser semelhantes às que se passam noutras cidades, insulares ou continentais, com o mesmo nível de desenvolvimento.

# EDITAL

*José Narciso Parreira Fagundes, commissario de Policia Civil d'este Districto d'Angra do Heroismo.*

Havendo-se reconhecido a necessidade de tomar algumas medidas prohibitivas com referencia aos divertimentos carnavalescos a fim de evitar que se dêem occorrencias que muito podem influir na ordem, tranquillidade e segurança publica;

Usando da auctorisação que me foi superiormente concedida:

Faço saber o seguinte:

## **Art.º 1.º**

Fica expressamente prohibido o uso nas ruas, estradas e logares publicos, dos fogos soltos, vulgarmente chamados bombas, seja qual fôr o seu modo de fabrico, os busca-pés ou bichas de rabiar e os estalos conhecidos por bombas de dynamite, bem como arremessar das janellas qualquer dos referidos fogos.

## **Art.º 2.º**

São igualmente prohibidas as caldeiradas, e arremesso d'ovos, cascas d'estos, ou quaesquer objectos incluindo os que, presos a um cordel, se costumam arremessar das janellas, e em geral tudo o que possa molestar os cidadãos e damnificar os predios.

## **Art.º 3.º**

São tambem prohibidas as mascararas em trajos offensivos da moral publica, da religião e dos bons costumes, as danças cujos promotores não tenham obtido licença e bem assim quaesquer agrupamentos com mascara ou sem ella que d'alguma forma perturbem a ordem publica não podendo em nenhum d'estes casos impedir o transitio.

## **Art.º 4.º**

Os que contravierem estas disposições serão presos, autuados, e remettidos ao poder judicial, para serem punidos como desobedientes, e nao podendo ser presos em flagrante delicto, formar-se-ha o respectivo auto, que será enviado ao juizo competente.

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei passar o presente e identicos que serão affixados nos logares do estylo, e bem assim publicado nos diarios d'esta cidade.

Commissariado de Policia Civil d'Angra do Heroismo, 22 de fevereiro de 1908.

Eu Jayma Augusto Borges, escrivão do Commissariado de Policia Civil o subscrevi,

*José Narciso Parreira Fagundes.*

BIBLIOGRAFIA

Bakhtine, Mikhail

*L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et dans la Renaissance*, Paris, Gallimard, 1970.

Caro Baroja, Julio

*El Carnaval – Analisis historico-cultural*, Madrid, ed. Taurus, 2ª edição, 1979.

Cox, Harvey

*A Festa dos Foliões*, Petrópolis, Editora Vozes, 1974.

Heers, Jacques

*Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

*Enciclopedia Universal Ilustrada europea-americana*, Tomo XI, Espasa-Caipe, S. A.

*Focus – Enciclopedia Internacional*, vol. I, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1964.

*Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira*, vol. V, ed. Enciclopedia Limitada, Lisboa.

Chagas, João

*Carnaval Civilizado*, in *Homens e Factos (1902/1904)*, Coimbra, França Amado Editor, 1905.

Oliveira, Ernesto Veiga de

*Os «Compadres» e as «Comadres» do Carnaval  
Manjares cerimoniais do Entrudo*

in *Festejidades Cíclicas de Portugal*, Lisboa, Publicações  
Dom Quixote, 1984.

Santos Júnior, J. R.

*Nota de Coreografia Transmontana, Dança dos Pretos  
(Moncorvo)*, Porto, 1935.

Brandão, Raul

*As ilhas Desconhecidas*, Lisboa, Livraria Aillaud & Ber-  
trand, 2ª ed., s/d.

Enes, Carlos

*As Danças do Entrudo*, Lisboa, Editorial Ilhas, 1980.

Enes, Padre Inocêncio

*Tradições populares de freguesia dos Altares da ilha Ter-  
ceira*, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira,  
Angra do Heroísmo, nº 3, 1945.

Forjaz, Cândido Pamplona

*Outros Tempos... Outras Gentes*, Angra do Heroísmo,  
IAC, 2ª ed., 1978.

Menezes, Luis Manuel Machado

*As eleições legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago  
dos Açores*, dissertação de Mestrado, edição polico-  
piada, UNL, 1987.

Ribeiro, Luis da Silva

*Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade*, Obras II -  
História, IHIT/SREC, Angra do Heroísmo, 1983.

*JORNAIS* (anos consultados)

*Académico (O)*, 1928.

*Angrense (O)*, 1862 a 1866;1882;1885;1886;1888;1902 a 1906.

*Catão (O)*, 1903 a 1904.

*Cidade (A)*, 1925 a 1929.

*Correio dos Açores*, 1909 a 1910.

*Dia (O)*, 1905 e 1906.

*Diário (O)*, 1912 a 1914.

*Jornal (O)*, 1929.

*Tempo (O)*, 1905 e 1906.

*Terceira (A)*, 1859 a 1867; 1900 a 1905.

*União (A)*, 1900 a 1930.

**O Carnaval Angrense No 1º Terço do Século XX**

1. Introdução
2. Breve panorâmica da ilha Terceira
3. O Carnaval Tradicional
4. As críticas ao Velho Carnaval
5. A luta pela conquista da rua
6. As «Danças do Entrudo»
7. Outras diversões ao ar livre
8. O Carnaval nos recintos fechados
  - 8.1 Os bailes
  - 8.2 O Teatro no Carnaval
9. O traje carnavalesco
10. Objectos para divertimento
11. A criança no Carnaval
12. As festas de caridade
13. A alimentação nos dias de Carnaval
14. Conclusões
15. Bibliografia e Anexos



## PEREGRINOS AÇOREANOS NO MOSTEIRO DE GUADALUPE

*Por : Isabel Maria Ribeiro Mendes*

No século XII dá-se início ao culto de uma imagem mariana na Estremadura do reino de Castela (1). Este facto singelo, aliado a uma piedosa lenda, à primeira vista em nada se relaciona com Portugal. Porém, poucos anos após os primeiros acontecimentos, podemos verificar o envio de oferendas diversas, para agradecer mercês recebidas ou por mera devoção.

---

(1) Muitos manuscritos relatam este facto, bem como as obras que fazem a história do Mosteiro de Guadalupe. Vd. por exemplo a mais recente da autoria de Fr. Sebastian Garcia e Fr. Felipe Trenado, Guadalupe: Historia, Devoción y Arte, Sevilla, 1978. Sobre o ícone mariano e sua correcta datação o estudo mais qualificado deve-se a Joaquim Montes Bardo, Iconografía de Nuestra Señora de Guadalupe, Estremadura, Sevilla, 1978.

De uma paupérrima ermida improvisada no meio de escarpados montes da Serra das Villuerkas passamos para a igreja mandada construir por D. Afonso XI, após a batalha do Salado. A partir de então a casa de Nossa Senhora de Guadalupe não para de crescer. Em 1389 a ordem de S. Jerónimo irá assegurar a guarda do templo (2) ao qual acorrem peregrinos de muitos locais sobretudo da Península Ibérica.

A nobreza portuguesa desde cedo se mostrou devota de Nossa Senhora de Guadalupe, a Virgem da Serra das Villuerkas. O rei D. Fernando enviou em 1370 uma lampada de prata à casa de Guadalupe. D. Dinis, filho de Inês de Castro, escolheu o Mosteiro para aí se mandar sepultar com sua esposa D. Joana, auferindo o casal o título de reis de Portugal (3).

D. Duarte trocou correspondência com o prior do Mosteiro (4) enquanto D. Afonso V visitou o santuário várias vezes, quer como peregrino agradecendo uma mercê quer para tratar questões do foro político (5). D. João II enviou vá

---

(2) J. Carlos Vizuite Mendonza, *Guadalupe: Un Monasterio Jeronimo (1389 - 1450)*, Madrid, 1988

(3) *O início dos contactos estabelecidos entre Portugal e o Mosteiro de Guadalupe foi pela primeira vez salientado num artigo de Arturo Alvarez. «Relaciones entre Portugal y el Real Monasterio de Guadalupe en la Epoca de los Grandes Descubrimientos», in Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, Actas, vol. 4, Lisboa, 1961, pp. 1 - 27.*

(4) Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte, *transcrição de João José Alves Dias, Lisboa Estampa, 1982, p. 189.*

(5) *O assunto é motivo na nossa dissertação de mestrado intitulada O Mosteiro de Guadalupe e Portugal - Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular dos Séculos XV a XVIII, a apresentar à Faculdade de Letras de Lisboa.*

rias dádivas, D. Manuel também visitou o Mosteiro, confirmou vários privilégios de D. Afonso V e concedeu outros. D. João III e D. Catarina são devotos de Nossa Senhora de Guadalupe, enquanto D. Sebastião torna o nome do santuário mais conhecido no nosso país devido à célebre entrevista de 1576 com Filipe II.

Outras figuras da nobreza visitaram o Mosteiro como D. Jorge, filho bastardo de D. João II, e D. Luís, filho de D. Manuel. Um neto do Príncipe Perfeito, D. Jorge de Lisboa, professou em Guadalupe tendo adoptado o nome de frei Jorge de Santa Maria. Além de diversos membros da família real e outras figuras da nobreza e do clero, temos que salientar um enorme grupo de gente, proveniente de vários locais do nosso país, que venerava Nossa Senhora de Guadalupe.

Peregrinar por devoção ou para cumprir um voto feito em momentos difíceis era uma constante, característica do período medieval. Havia um conjunto de locais de culto em vários pontos da Europa que levavam à constante deslocação de fieis. Salientavam-se dois santuários importantes: Roma e Santiago de Compostela, o qual, a partir do século XIV, conheceu um culto rival: o culto mariano gadalupense.

Em Portugal, nas horas de aflição, nomeadamente face a uma doença, aos perigos da natureza como as tempestades, os sismos, os fogos, a neve em demasia, os maus anos agrícolas e, de uma maneira geral à emiência da morte ou de um grande castigo como a prisão ou o desterro, as pessoas, consciêntes da precaridade da vida humana, suplicavam ajuda divina. Em geral evocavam Nossa Senhora de Guadalupe, pediam auxílio para os seus males, prometendo visitar o santuário e eventualmente levar alguma oferta. Alguns penitenciavam-se pelo caminho, indo a pé e

descalços, durante um percurso já por si difícil (6).

Aos portugueses residentes no Continente, sobretudo os da margem sul do Tejo, Guadalupe podia significar uma romaria mais curta do que aquela que era empreendida caso o destino fosse Santiago. Contudo, desde o século XV (7), a distância nunca impediu que romeiros oriundos de todo o reino, ilhas da Madeira e dos Açores e ainda dos que viviam nas praças portuguesas do Norte de África, visitassem o santuário.

Do arquipélago dos Açores partiram vários peregrinos para o Mosteiro de Guadalupe. Segundo as fontes de que dispomos nos séculos XV e XVI, cerca de vinte pessoas empreenderam a viagem. Que motivos estiveram na base destas movimentações? Podemos apontar três problemas fundamentais: doenças, tempestades e o sismo de 1522.

---

(6) *Além dos perigos diversos a que os viandantes estavam sujeitos, temos que acrescentar as dificuldades de acesso ao santuário resultantes do facto de se encontrar entre altas montanhas. Os testemunhos de alguns observadores são expressivos: «Yendo de Salamanca a Sevilla, hacia el mediodia, se presentan unas altisimas montañas, de siete u ocho leguas de longitud. Montañas, repito guarida de fieras, con valles abruptos, llenas de precipicios, en medio de las cuales, como en el centro de un circulo, junto al pequeño rio Guadalupejo, esta situado este monasterio». Cf. Jerónimo Munzer, Viaje por Portugal y España (1494 - 1495), Madrid, 1951, p. 91. No século XVI as dificuldades mantem-se apesar do contínuo crescimento de peregrinos, pois o problema não era passível de resolução.*

(7) *O registo dos milagres, dos motivos que levavam os peregrinos a deslocarem-se a Guadalupe, é conhecido para o período compreendido entre o início do século XV até meados do século XVII, verificando-se algumas interrupções posteriores embora ainda se encontrem dados para o século XVIII.*

Os milagres relacionados com a saúde ocupam, ao longo dos séculos, sempre a percentagem mais elevada do total dos motivos que levam os peregrinos a visitar um santuário (8). No caso dos Açores a situação muda, uma vez que é o sismo que maior número de pessoas faz viajar rumo à Estremadura castelhana.

O primeiro peregrino - cuja referência é conhecida - chega a Guadalupe, proveniente da Ilha do Faial, em Setembro de 1495. O motivo da romaria relaciona-se com um problema de saúde. «por alguna enfermedad que le acaescio un ojo de los suyos se le sumyesse tanto e nel caso que parecia que del todo lo tenia perdido» (9). Vendo-se nesta situação, João Garcia suplica à Virgem saúde. Melhora, mas entretanto esquece-se de cumprir o voto e a doença volta a manifestar-se. Finalmente em Setembro de 1495 dirige-se ao santuário estremenho levando um ex-voto significativo: um olho de prata.

Problemas de saúde tem também Inês Vasques da Ilha de S. Miguel. Adoeceu de febres vindo a desfalecer, o que permite ao marido afirmar que havia morrido. Estava já para amortalhar, no entanto, o esposo e os filhos suplicaram a Santa Maria de Guadalupe que lhe voltasse a dar vida (10). Estamos no século XVI, época em que a destrinça entre uma síncope e a própria morte não é feita na maioria dos casos pelos leigos, os quais, estupefactos, afirmavam que as pes-

---

(8) *Esta situação é visível para Nossa Senhora de Guadalupe, como por exemplo para S. Vicente de Lisboa, de entre outros santuários. Sobre o último caso vd. Aires Augusto Nascimento e Saúl António Gomes, S. Vicente de Lisboa e Seus Milagres Medievais, Lisboa, Edição Didaskalia, 1988.*

(9) *A.M.G., Codice 3, fol. 90.*

(10) *A.M.G., Codice 5, fol. 239v.*

soas haviam ressuscitado quando recuperavam de um simples desmaio. Em Janeiro de 1523 o casal visitou o santuário, relatou estes acontecimentos e fez rezar novenas em agradecimento da mercê recebida.

Em 1530 é a vez de Joana Peres, acompanhada por mais três portugueses da Ilha Terceira, chegar a Guadalupe. O motivo da visita é diferente. Desta vez trata-se dum problema verificado durante uma viagem marítima. A bordo dum embarcação viajavam quinze pessoas da Ilha Graciosa para a Ilha Terceira. Tinham ido levar lã e outras mercadorias e estavam já de regresso. Partiram a um domingo, nove de Janeiro, antes da missa; tudo parecia decorrer normalmente até que a meia légua da terra levantou-se uma tempestade que durou quatro dias e quatro noites.

Entretanto faltou a água doce o que causou sérios problemas: «bevyamos nuestros propios orines que nos causava mayor sequedad» (11). A falta de alimentos e a tormenta levaram à morte de uma mulher e ao desfalecimento de uma criança de dez anos, a qual ao recuperar afirmou que tinha visto Nossa Senhora de Guadalupe: «Una señora muy hermosa que traya unas cuentas de plata y un manto lleno de estrellas ha estado conmigo y me dixo que era Sancta Maria de Guadalupe y echome tres gotas de agua en la boca y mostroume un lugar blanco en cabo del mar mandandome que os dixesse que mañana veriamos tierra y saldociamos aqui el lugar que Ella me mostrou» (12).

No dia seguinte a estes acontecimentos, o barco, de quarenta palmos de largura e cem de comprimento, chegou ao porto de Lisboa, após treze dias de viagem. De imediato quatro pessoas iniciaram a romaria a Guadalupe, onde

---

(11) *A.M.G.*, Codice 7, fol. 41.

(12) *Ibidem*, fol. 41.

chegaram em Fevereiro de 1530 . quando estavam no santuário , outro peregrino da Ilha Terceira , que estava em Lisboa quando o barco que tinha sofrido a tempestade aí tinha chegado , confirmou as informações .

Os restantes peregrinos são da Ilha de S. Miguel ou estão aí por motivos que se prendem com a vida profissional , deslocando-se ao Mosteiro estremenho em virtude de um sismo ocorrido em 1522 .

Salientemos algumas questões . Em primeiro lugar importa chamar a atenção para a necessidade de proceder a uma recolha e interpretação dos dados sobre a sismicidade histórica , o que pressupõe a pesquisa de novas fontes documentais (13) . Neste caso , o relato dos peregrinos é uma nova fonte não explorada , cujas informações são confirmadas na integra por Gaspar Frutuoso . Vejamos o que afirmam os peregrinos e o autor de *Saudades da Terra* .

Por ordem cronológica aparece-nos em primeiro lugar um conjunto de peregrinos em Outubro de 1522 . De entre estes salienta-se João Gonçalves Caldeira e esposa a quem Nossa Senhora já havia livrado de outro perigo . Este grupo oferece uma imagem de Nossa Senhora em prata (14) . Na mesma data , provavelmente fazendo parte deste grupo , Jerónimo Gonçalves , esposa e três filhos vêem a casa onde moravam desfeita . Uma das crianças , de nove anos tinha ficado debaixo dos escombros : «depois de tyrarem algunas dez carradas de terra e pedra a achou com a boca chea de terra como morta mas como foy tyrada fora logo tornou a si e

---

(13) *Vd. o desenvolvimento destas questões no artigo de Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz e outros , «Algumas Observações sobre a Recolha e Interpretação de Dados de Sismicidade Histórica» , Revista da Faculdade de Letras , nº 8 , 5ª Série . Lisboa , 1987 , pp. 27-44 .*

(14) *A.M.G. , Codice 5 , fol. 235 .*

se achou bem» (15). Situação semelhante é a de Maria Pereira que estava em casa com um filho de sete meses (16).

Testemunho importante é o de Diogo Lopes, picheleiro, natural de Tavira, que em 1522 se tinha dirigido à Ilha de S. Miguel para vender os produtos que fabricava. Estando já para regressar pode presenciar os trágicos acontecimentos: «a 22 dias de Outubro, duas horas antes do dia veio tão grande terremoto sobre a ilha de Villa Franca que seria de quinhentos vizinhos que toda ficou sobvertida de baixo da terra de huas grandes penhas que sobre ella cairão sem ficar rasto nem synal da ilha nem se salvar pessoa viva tendo casas fortissimas de pedraria, igreja cathedral, mosteiro de S. Francisco o que tudo se soverteo e dos outros lugares perecerão mays de mill pessoas pollas aberturas grandes da terra e caidas de casa e penhas» (17).

Diogo Lopes sentindo a aflição suplicou a Nossa Senhora de Guadalupe ajuda. Conseguiu escapar ileso apesar de ter perdido todos os bens. Dirigiu-se ao santuário ainda antes de regressar para casa da esposa e filhos.

O sismo também causou problemas às embarcações que estavam ancoradas e às que navegavam. O testemunho de um romeiro que fez a viagem da Ilha de S. Miguel para Lisboa, acompanhado por mais quarenta homens não deixa dúvidas: «foi tão grande a tempestade e terremotos no mar que affirmavão aver maes de trinta anos que tal não havia levantado, vendo-se todos perdidos sem velas e sem mastros levados para onde o mar queria com tanta agoa que não

---

(15) B.N.L., Fundo Geral, *Codice 74*, fol. 33v. Este codice foi por nós transcrito e estudado prevendo-se para breve a sua publicação.

(16) A.M.G., *Codice 6*, fol. 218.

(17) B.N.L., Fundo Geral, *Codice 74*, fol. 33.

bastavão todos a bota-la fora» (18).

Todos estes aspectos são evidenciados por Gaspar Frutuoso. Este autor considera o sismo um castigo divino enviado para punir os moradores de Vila Franca do Campo, a mais populosa vila dos Açores, onde havia abundância de vícios, explicando que «na era de 1522 anos a 22 de Outubro da dita era, sendo quarto dia de Lua, em uma quarta-feira, menos de duas horas antemanhã, não havendo sinaes do céu, nem da terra, mais que a noticia confusa e voz e murmurio do povo, . . . estando o tempo serenissimo, sem fazer bafo de vento que então era levante, estando o céu estrelado e claro, sem aparecer nuvem alguma, se sentiu em toda a ilha um grandissimo e espantoso tremor de terra, que durou por espaço de um Credo, em que parecia que os elementos, fogo, ar, e água, pelejavam no centro d'ela, fazendo-a dar grandes abalos, com roncós e movimentos horrendos, como ondas de mar furioso, parecendo a todos os moradores da ilha, que se virava o centro d'ela para cima e que o céu caia» (19).

Como se pode verificar a descrição dos peregrinos açoreanos, que quase de imediato se dirigiram ao Mosteiro de Guadalupe, fornece informações claras que coincidem com os dados apontados por Gaspar Frutuoso. Estas fontes inexploradas permitem não só o estudo das mentalidades como também, neste caso concreto, dão-nos achegas para o estudo da sismologia, ligando o arquipélago dos Açores ao Mosteiro de Guadalupe.

A divulgação do culto da Virgem Negra da Estrema-

---

(18) B.N.L., Fundo Geral, *Codice 74, fol. 33v.*

(19) Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra, Ponta Delgada, Tip. do Diário dos Açores, 1926, Liv. 4, vol. 2, dedica cinco capítulos a este assunto. cf. capítulos 69 a 73.*

dura espanhola no arquipélago açoreano ficou a dever-se aos portugueses que ao povoarem as ilhas levavam não só animais e objectos de uso quotidiano mas também as suas crenças e atitudes religiosas. Se no continente, desde o século XV encontramos igrejas dedicadas a Santa Maria de Guadalupe (20), nos Açores também há vestígios da importância deste culto.

Na Ilha Graciosa encontramos uma povoação e freguesia de Guadalupe, pertencente ao distrito e bispado de Angra do Heroísmo, situada numa planície no interior da ilha a cinco quilómetros da ponta do Nordeste (21). Neste local existe uma ermida, construída por Domingos da Covilhã. No início do século XVII, o bispo de Angra, D. Jerónimo Cabral, conseguiu da Mesa da Consciência e Ordens a criação da paróquia, confirmando o padre Maximiano Picanço Correia para primeiro vigário. Esta ermida exerceu funções, até à construção da igreja paroquial cujas obras terminaram em 1756 (22). Na Ilha de S. Miguel, no lugar de Feteiras existe uma ermida de Nossa Senhora de Guadalupe (23), o mesmo se verifica em Água Alva, na Ilha Terceira (24).

---

(20) *A primeira de que temos referência denominada Auga de Lupe, data do século XV e está situada perto da Raposeira, no termo de Lagos. Cf. Gomes Eanes de Zurara, Crónica da Guiné, Barcelos, Civilização, 1973, cap. 30, fol. 240v.*

(21) *Américo Costa, Dicionário Chorografico de Portugal Continental e Insular, vol. 6, s.l., 1938, p. 1367.*

(22) *Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Portugal - Dicionário Histórico, Chorografico, Biografico, Bibliografico, Heráldico, Numismatico e Artistico, vol. 3, Lisboa, 1907, p. 848.*

(23) *Frei Agostinho de Santa Maria, Santuário Mariano, vol. 10, Lisboa, 1978, p. 327.*

(24) *Idem, ibidem, vol. 10, p. 364.*

A influência da imagem mariana espanhola fez-se portanto sentir na toponímia açoreana. Apesar da distância, o eco do culto que em Portugal se prestava a Nossa Senhora de Guadalupe, tornando esta casa um santuário ibérico, estendeu-se às ilhas (25) atlânticas, bem como aos diferentes locais onde os portugueses se fixaram durante os séculos XV a XVII.

Os registos dos peregrinos abrangem apenas uma parte dos que realizavam a peregrinação para cumprir um voto. As romarias feitas por mera devoção nunca aparecem pois não eram para agradecer nenhum milagre, nenhum facto inexplicável, que pressopunha a participação divina. Daí, podemos concluir que decerto outros açoreanos visitaram Guadalupe, o que não invalida que o terramoto de 1522 tenha ocupado lugar de destaque quer pela amplitude da tragédia quer pelo número de peregrinos que fez movimentar.

---

(25) No arquipélago da Madeira a situação é semelhante. Temos não só peregrinos como topónimos, além de muitas dâdivas de açúcar de particulares e dos monarcas.

PEREGRINOS AÇORIANOS  
QUE VISITARAM O MOSTEIRO DE GUADALUPE

Nome : JOÃO GARCIA

Proveniência : Ilha do Faial

Motivo : Doença

Dádivas : Um olho de prata de dois reais de peso

Data : Setembro 1495

Fonte : A.M.G. , cod. 3, fol. 90.

Nome : SIMÃO ALVES; JOÃO GONÇALVES CALDEIRA ,  
ESPOSA E FILHOS; SEBASTIÃO PERES; DUARTE  
FERNANDES E OUTROS

Proveniência : Ilha de S. Miguel

Motivo : Sismo

Dádivas : Uma imagem de Nossa Senhora em prata

Data : 1522

Fonte : A.M.G. , cod. 5, fol. 235; cod. 6, fol. 207v;  
B.N.M. , MS. 1176, fol. 241v. B.N.L. ,  
*FUNDO GERAL*, cod. 74, fol. 33v.

Nome : GONÇALO, FILHO DE ANTÔNIO DE FREITAS

Proveniência : Ilha de S. Miguel

Motivo : Sismo

Dádivas : Servir um ano

Data : 1522

Fonte : B.N.M. , MS. 1176, fol. 277v.

Nome : INÊS VASQUES E LUÍS

Proveniência : Ilha de S. Miguel

Motivo : Doença

Dádivas : Novenas

Data : Janeiro 1523

Fonte : A.M.G. , cod. 5 , fol. 239v; B.N.M. , MS. 1176 , fol. 244 , B.N.L. , *FUNDO GERAL* , cod. 74 , fol. 41v .

Nome : MARIA PEREIRA

Proveniência : Ilha de S. Miguel

Motivo : Sismo

Dádivas : Servir algum tempo

Data : 1523

Fonte : A.M.G. , cod. 6 , fol. 218 , B.N.M. , MS. 1176 , fol. 246v .

Nome : JOANA PERES E TRÊS PORTUGUESES

Proveniência : Ilha Terceira

Motivo : Tempestade

Data : Fevereiro 1530

Fonte : A.M.G. , cod. 7 , fol. 41 .

#### ABREVIATURAS UTILIZADAS

A.M.G. – Archivo del Monasterio de Guadalupe

B.N.L. – Biblioteca Nacional de Lisboa

B.N.M. – Biblioteca Nacional de Madrid

COD. – Codice

MS. – Manuscrito



## OS AÇORES E O SÉCULO QUINZE

*Por : Álvaro Monjardino*

### I

Naquele dia 15 de Março de 1492 reuniram-se, na então vila de Angra, nos Açores, vários homens de qualidade; e ali, «por serviço de Deus e louvor do Espírito Santo», declararam instituir um hospital, cujo compromisso – ou estatuto – ficou então lavrado. Esses homens eram vários, e entre eles avultava João Borges, o Velho, sobrevivente de Alfarrobeira. Outro deles, sem dúvida o principal, era João Vaz Corte-Real, figura lendária e mesmo exemplar de português do século XV (1).

João Vaz era, ao tempo, capitão do donatário da parte de Angra, e ainda da ilha de São Jorge e já de idade avançada, pois veio a morrer em 1496. Atrás de si espraiava-se uma vida de aventuras e audácia, com marcas de violência, mas

---

(1) V. o texto segundo a leitura de JOÃO AFONSO; pode ver-se in *Bol. do Inst. Hist<sup>o</sup> da I. Terceira*, XLIII, 152/158, em nota.

também de serviço do rei. Nascera filho bastardo de Vasco Eanes Corte-Real, companheiro de armas que fora de D. João I, e um dos Doze de Inglaterra. Esforçado cavaleiro de África, João Vaz viajou na Europa, e, como corsário, ganhou presas no alto mar; talvez por tudo isso, ganhou também, na Galiza, a mulher com quem casou, Maria de Abarca, raptada por ele de casa de seu pai.

De posse da capitania de Angra, que recebera em recompensa de serviços prestados como navegador, João Vaz Corte-Real mostrou-se duro e inexorável com os primeiros colonos, anteriormente trazidos por Jácome de Bruges: que perseguiu e espoliou de terras legitimamente recebidas, mas cujo título como que se esvaziara de força com o desaparecimento do capitão flamengo.

Instalado em Angra, João Vaz desenvolveu a primitiva povoação marítima; e aos seus dotes de homem do mar, experiente em navegação e meteorologia, lhe deve ela muito provavelmente o seu traçado viário, com ruas em grelha ortogonal deformada para defesa dos ventos dominantes: característica notável que a UNESCO reteve, ao incluir o centro histórico de Angra na Lista do Património Mundial.

A vida deste homem, que acompanha o século de quatrocentos, tem em si bastante da dinâmica portuguesa dos Descobrimentos. Pelo que dela nos chegou, adivinha-se-lhe a vontade firme, o sentido prático das coisas, o conhecimento empírico gradualmente sistematizado, e a dureza no proceder; a par de uma fé simples e convicta, ancorada na convicção do reino de Deus e da sua natural expansão no meio dos homens, certamente bebida na espiritualidade franciscana (2).

---

(2) G. FRUTUOSO, «Saudades da Terra», VI, 67 e 73/78; ERNESTO DO CANTO, «Os Corte-Reais - Memória Histórica», in «Arq<sup>o</sup> Açores», II<sup>o</sup>, 385 e ss..

Uma personalidade como a de João Vaz ajuda também a entender o chamado Descobrimento dos Açores, na primeira metade do século XV.

## II

Passando ao largo da ilha do Pico e contemplando a sua montanha, Chateaubriand escreveu: «Este vulcão dominou, durante muito tempo, sobre mares não navegados; farol inútil durante as noites, sinal sem testemunhas ao longo dos dias. . . .» (3).

Assim fora, na verdade.

As ilhas haviam emergido da imensidão atlântica por força de erupções vulcânicas, que começaram por ser submarinas e acompanharam, impulsionaram mesmo, a deriva dos continentes. Assim permaneceram durante milénios na sua solidão, cobrindo-se de um manto vegetal, e de vez em quando agitadas por novas convulsões telúricas: sem que os homens, há muito aparecidos sobre a Terra, delas sequer soubessem parte e, muito menos, as viessem habitar.

Até que um dia valeu a pena tomar posse e conta delas.

A função instrumental dos Açores, o papel que sempre tiveram ao serviço de interesses alheios que os ultrapassam, existe desde o seu próprio descobrimento.

Durante muitos anos, com mera base em referências bem sumárias de crónicas portuguesas, ensinou-se e aprendeu-se que os Açores tinham sido descobertos no século XV, e por Frei Gonçalo Velho Cabral, comendador de Almourol, que chegara a Santa Maria no ano de 1432.

---

(3) Em 4 de Maio de 1791. O texto é das «Memoires d'outre tombe», e vem cit. por V. NEMÉSIO, em «Mau Tempo no Canal».

Certa visão poética e romântica imaginava o descobridor caindo de joelhos perante a visão da ilha paradisíaca, procurada com afincos, encontrada, como uma revelação de beleza, numa rajada de sobrenatural. . .

Bem diferentes destas versões de festa escolar se supõe hoje terem as coisas sido.

Para já, não podem restar dúvidas de que bastante tempo antes de Gonçalo Velho estas ilhas eram conhecidas.

Estavam até, de certa maneira, cartografadas.

E tinham mesmo recebido alguns dos nomes que, mais tarde ganharam definitivamente.

Somente estavam por ocupar. Mais cruamente: por utilizar.

As breves considerações que aqui se deixam pretendem ser uma reflexão sobre factos conhecidos, mas não suficientemente divulgados; tendo a ver com o acontecimento que foi a entrada dos Açores na vida dos Homens, o surgimento do arquipélago como uma realidade portuguesa.

Elas vão mostrar como a História destas ilhas se imbrica na Geografia, e desde o seu início; mostrarão também como, no seu mesmo início, essa História foi um simples produto (ia a dizer um «sub-produto») de um movimento muito amplo que inevitavelmente teve de as envolver.

### III

Sem documentos não pode fazer-se a História, no sentido de estudo do passado humano, com vista a conseguir-se dele uma noção comprovadamente exacta e compreensível. Os primeiros conceitos teóricos de História supunham mesmo uma cumplicidade intencional entre quem registara os factos e quem, a partir desse registo, os reconstituía. Este era, porém, um conceito limitativo. Se realmente a

História é a descoberta e a revelação do passado, e se a descoberta se faz com evidências ou provas, bem podem muitas destas ter sido produzidas com diferentes intenções, sem perderem com isso o seu valor como testemunho, talvez até redobradamente credível, e muitas vezes decisivo.

No caso dos Descobrimientos portugueses, sofre-se de um «handicap» terrível. Povo bisonho e de poucas letras, ainda que lançado na grande empresa pelo impulso e pela perseverança de um homem de génio; envolvido na grande disputa concorrencial, e por vezes temerosa, com o vizinho espanhol e, no caso, mesmo com outras gentes da Europa – o que poderá explicar a chamada «política de sigilo», que muitos aceitam embora alguns contestem – são poucos os relatos das viagens feitas, e quase nula a explicação dos seus antecedentes e dos seus objectivos.

Quando comparamos a política hermética dos Descobrimientos portugueses, desenvolvida durante todo um século, e mais revelada pelo prodígio dos seus resultados que pelo conhecimento minucioso dos seus acontecimentos – quando a comparamos com os feitos de Cristóvão Colombo, sente-se a distorção da verdade, e até a injustiça relativa das situações. Colombo lera muito, Colombo imaginava alto, Colombo escrevia. As vicissitudes para obter uma anuência real, o financiamento e os navios para o que ele chamava a «empresa das Índias», as condições finalmente ganhas (como se fosse um tratado, nas «Capitulações»), o diário de bordo, as cartas, a biografia que dele escreveu o filho Fernando, tudo nos conta os conflitos, as viagens, as dificuldades, até as ilusões. Historiar essa época só com os documentos disponíveis expressamente deixados para comprovação dos factos por quem disso tinha a preocupação é como fazer História a partir de textos de propaganda política: pode servir apenas para retratar uma deformidade. Torna-se, por isso, mister encontrar

outros dados, outros elementos e outras referências que permitam desenhar uma realidade mais objectiva e mais completa – em suma, que nos deixem mais próximos da Verdade –.

Ora bem, entre os elementos fundamentais para trazer alguma luz sobre este período inicial dos Descobrimentos, avultam os que nos são trazidos pela cartografia da época, e pelo que se averiguou sobre o que eram, nessa altura, as técnicas de navegar.

#### IV

Nesses fins da Idade Média desenhavam-se umas cartas, ou mapas, do mundo conhecido, onde se recolham os ensinamentos e a experiência da navegação. Já não eram os velhos mapas circulares, mostrando os três continentes separados por água, formando toscamente um T – a Ásia no topo, a Europa à esquerda, a África à direita, Jerusalém ao centro – mapas derivados de leituras da Escritura, em que as três únicas partes do mundo correspondiam aos territórios dados aos filhos de Noé, e em que o Oceano, mera coroa circular à volta dessas terras, não levava a parte nenhuma – (4). Eram, agora, desenhos realistas mostrando as linhas de costa e o acesso aos portos. Simples guias de navegação, cobriam as orlas do Mediterrâneo, e eram conhecidos pelo nome, originário da Itália, de «portulanos». Não eram, evidentemente, registos intencionais para a História, eram auxiliares de navegação para os homens do mar. Portáteis, acompanhavam os marinheiros em seus navios. Experimentais, reproduziam os acidentes conhecidos, e iam sendo completados por anotações que assim os enriqueciam com base em conhecimentos diariamente postos à prova (5).

---

(4) D. BOORSTIN, «*The Discoverers*», cap. 13.

(5) *Ibid.*, cap. 20.

Os «portulanos» foram usados desde o século XIII, e talvez existiam ainda alguns por encontrar.

A partir de 1339, dos conhecidos, os desenhos alargam-se para fora da bacia mediterrânea, do litoral europeu, e vão mostrando a costa ocidental de África e ilhas do Atlântico. Estas aparecem mal desenhadas, nem sempre correctamente colocadas sequer entre si. Num caso mesmo estendem-se em alinhamento de Norte a Sul, como se fossem apenas marcos de diferentes latitudes.

Mas as ilhas estão lá. O que só pode mostrar – atenta a natureza prática e instrumental daquelas cartas – que se sabia da sua existência por conhecimento directo, ou seja: que, pelo menos alguém por elas navegara já.

Estão ali, e têm os seus nomes.

E que nomes são esses?

Como regra, não são os actuais.

Na sua maior parte, são nomes fantásticos, possivelmente relacionados com velhas lendas irlandesas da Idade Média.

Aparecem assim, a ilha de «Lobo» e a «Caprária», que se afigura corresponderem a Santa Maria e a São Miguel.

Aparece uma «Ilha do Brazil», que os estudiosos da cartografia antiga fazem coincidir com a Terceira.

Aparece, e com notável persistência, uma ilha de «Sanzorzo», a única que, verdadeiramente, conservou o seu nome: o de São Jorge.

Aparecem, mais longe, uma ilha «dos Coelhos» e outra, dos «Corvos Marinheiros».

Todas estas ilhas, e com esses nomes, podem ver-se numa carta náutica do Atlântico, a primeira que deste Oceano se conhece, e foi revelada há cerca de 40 anos. Tem a data de 22 de Agosto de 1424 – anterior, portanto, ao descobrimento «oficial» dos Açores – e declara-se feita por um

italiano (Zuane Pizzigano). Segundo Armando Cortesão, que estudou esta carta numa obra publicada pela Universidade de Coimbra em 1954, ela deverá ter sido copiada de uma outra, portuguesa, provavelmente devida a Mestre Jácome de Maiorca (Yehuda Cresques), que o Infante D. Henrique chamou para Portugal em 1420, e era filho de Abraão Cresques, o celebrado cartógrafo judeu (6).

Esta carta apresenta ainda um interesse adicional, e perturbante.

Ela mostra duas ilhas muito grandes, incomparavelmente maiores do que as outras, e duas mais pequenas, todas situadas a Oeste das restantes: ilhas que temos de acreditar representarem já terras americanas. Corresponderão provavelmente – como recentemente apontou Manuel Luciano da Silva, pondo em relevo os valores da latitude, e até o ângulo que fazem os litorais Leste relativamente ao meridiano – à Terra Nova e à Nova Escócia, à Península de Avalon e à Ilha do Príncipe Eduardo, que são hoje territórios do Canadá (7).

E reabre o problema, ainda hoje nebuloso e controverso, de determinar quem, da Europa – depois dos Vikings, mas antes de Colombo – terá chegado ao Novo Mundo pela primeira vez.

Voltando, porém, a essas antigas figurações dos Açores, e àqueles nomes estranhos das velhas cartas de marear, deve assinalar-se que as denominações das ilhas não foram ignoradas, nem sequer abandonadas, pelos descobridores portugueses: o que também só prova que eles as conheciam previamente.

Além de São Jorge, que jamais deixou de o ser, é es-

---

(6) A. CORTESÃO, «The Nautical Chart of 1424», *passim*.

(7) «As verdadeiras Antilhas: Terra Nova e Nova Escócia», Bristol, R.I., 1987.

ta a explicação para a origem do nome de «Corvo» (de «Corvos Marinhos»).

Uma ilha de «Nico», evidente erro na transcrição de «Pico» aparece numa carta de 1384 (8).

Reminiscência desses nomes é também o «Monte Brasil», na Terceira – a antiga «Ilha do Brazil» – e serão também os Ilhéus das Cabras, que terão retido o nome de «Caprária», a ilha que, nas cartas, corresponde a São Miguel.

Aliás, um outro nome mítico, o de Sete Cidades – que aparece em várias cartas, até no globo de Martim da Boémia – subsistiu na toponímia açoriana: está ainda hoje numa povoação de São Miguel, e está igualmente em um lugar do Pico.

O nome de Brasil foi, de todos, o destinado a mais espectacular futuro.

Surgido a nomear uma ilha supostamente existente ao largo da Irlanda, veio, como um sinal pré-anunciador de novas terras, descaindo progressivamente para o Sul.

Designou a Terceira onde, como se viu, terá ficado preso ao promontório que define e fecha a enseada de Angra.

Continuou, no entanto, a viajar sempre para mais além, como a fronteira que os pioneiros iam empurrando na sua frente.

E é hoje, substituindo-se ao de Vera Cruz, o nome do grande país da América Latina que os portugueses criaram; e que assim, por mais este laço – a juntar a tantos outros – se liga ao arquipélago açoriano donde, muito provavelmente, esse próprio nome lhe chegou.

É por tudo isto que tem de aceitar-se andarem navios,

---

(8) CH. VERLINDEN, «*Découverte et Cartographie - Les Açores au XIV<sup>e</sup> siècle*», in *Bol. do Instit. Hist<sup>a</sup> da I. Terc<sup>a</sup>, XLI (1983), 17 e ss.*



por todo o século XIV, e logo depois, nestas partes do Atlântico. Seriam, provavelmente mas não exclusivamente, portugueses: os mesmos que abordaram as Canárias, depois disputadas com os Espanhóis durante cem anos.

A «descoberta oficial» dos Açores – a do século XV, indubitavelmente portuguesa – é a que logo se continua pela ocupação, o povoamento e a efectiva utilização das ilhas, de acordo com os préstimos só então por elas revelados.

Quem começa a fazer isso é a Ordem de Cristo, braço operacional do Infante D. Henrique. De tal acção, económica e espiritual, ficou a Cruz de Cristo, ainda hoje incluída nas armas da Madeira e dos Açores e, com o escudo real sobreposto, visível em nossos dias em algumas igrejas destas ilhas.

É uma descoberta que se insere, assim, no movimento de expansão portuguesa, ostensivo pela conquista de posições em Marrocos e que, dirigindo-se de imediato às riquezas e ao tráfico da costa africana, procurava, mais do que terras novas, vias marítimas para o que eram então os grandes mercados do mundo.

O «descobrimento» quatrocentista dos Açores desenha-se, neste contexto, como uma coisa premeditada, decidida e executada com base em motivações de ordem prática conexas directamente com aquele movimento de expansão. Ocupam-se ilhas de que há muito se tinha conhecimento. Como se vai ver, ocupam-se por, daí em diante, merecer a pena estar-se lá: porque elas passaram a ser úteis, depois necessárias e finalmente indispensáveis.

## V

Que utilidade, que necessidade, que indispensabilidade era essa, justificadora, em dado momento, dos penosos es-



forços de implantar comunidades humanas neste arquipélago desgarrado, e a partir de um país com escassa população, como era Portugal?

É aqui que a Geografia se mostra evidente como condicionadora dos acontecimentos humanos .

O vento, que tanto flagela estas ilhas oceânicas, veio efectivamente a ser um dos principais factores da sua História .

Não pelas tempestades que causava, não pelos danos que trazia às incipientes comunidades de colonos .

Não. O vento, motor da História, foi o vento da navegação à vela .

Foi ele que criou algumas das mais poderosas condições para o descobrimento dos Açores , e para sua efectiva ocupação humana. Foi ele também que veio a ser des- tronado, no século XIX, pela navegação a vapor. Entre aquele principio e este fim , era ele que aqui trazia – como ainda hoje sucede, mas apenas ludicamente, com os iates de recreio – as frotas carregadas de mercadorias ricas , vindas das bandas de Sueste, e dirigindo-se aos portos da Europa meridional .

Toda a viagem normal inclui, no seu próprio conceito , a noção de «regresso» – algum, qualquer que seja: de pessoas, de coisas materiais, de simples notícias –: o regresso faz parte da própria ideia de circulação. Uma das decisivas aquisições da grande aventura marítima dos Portugueses foi a técnica de regressar, a qual implicou um navio novo, a caravela, e, mesmo antes disso, o conhecimento, cada vez mais apurado , dos sistemas dos ventos e das correntes .

Os ventos dominantes na faixa atlântica da Península Ibérica sopram de Nordeste; são ainda eles que, quase diariamente, se notam na Madeira: o que tornava fácil a viagem de ida para o Sul , mas difícil o percurso de retorno .

Para este se fazer, tornava-se mister que os navios descidos ao longo da costa africana, ou mesmo até às Canárias, rumassem a Ocidente, flectindo depois para Norte, até apanharem as «frescuras» ou «frieiras» de Oeste, que os impeliriam de volta às costas europeias.

Era nesse percurso de volta que apareciam os Açores. Percurso inserido na descoberta da «rota dos Sargaços» – o mar das águas paradas, ou «mar da baga», que já se encontra referido numa carta de 1436, e era portanto conhecido antes desta data – (9).

Escalas de regresso, sim. Mas não seriam também pontos de base ou partida de percursos mais para Oeste?

As opiniões não coincidem, sobretudo à falta de elementos documentais decisivos. Seja como fôr, uma ideia subsiste: na primeira, depois na segunda metade do século XV, navios portugueses navegaram pelo meio do Atlântico, em termos de justificar o povoamento destas ilhas longínquas, e até então desabitadas.

Jaime Cortesão avança que, nessa altura, estaria mais presente que no fim do século a própria ideia de alcançar a Índia pelo Ocidente.

Nesta perspectiva, e por um considerável período, os Açores foram ponto de chegada mas também base de partida para o conhecimento, ou reconhecimento, dessas costas distantes, americanas já sem dúvida, que aparecem desenhadas na carta de 1424 – quase exactas nas latitudes, embora sem correspondência na longitude, que apenas 3 séculos mais tarde se saberia medir – (10).

---

(9) GAGO COUTINHO, «A Náutica dos Descobrimientos»; J. CORTESÃO, «Os Descobrimientos Portugueses», parte I, cap. V.

(10) J. CORTESÃO, *op. cit.*, parte III, cap. XI; parte V, caps. II e X.

No entanto, e isso veio a experiência a mostrar, as condições naturais para se avançar nesse sentido a partir dos Açores eram pouco favoráveis, e implicavam uma rota longa e tortuosa. Essa rota obrigava a uma aproximação das ilhas britânicas, a uma subida mesmo para latitudes mais boreais: só já perto da Islândia os ventos e as correntes, os mesmos que haviam levado os Vikings, impeliam novamente para Oeste.

Uma coisa não pode, assim, excluir-se. A descida da costa africana não constituía o único objectivo dos Portugueses durante todo o século XV. Da lendária biografia de João Vaz Corte-Real, que Frutuoso incluiu no Livro VI das «Saudades da Terras», emerge a figura de um homem do mar, um corsário, que atacou navios espanhóis e italianos, andou por França e Inglaterra, onde foi cavaleiro da Jarreteira; este homem, juntamente com Álvaro Martins Homem, tinha ido, a mandado do rei, descobrir a «Terra do Bacalhau» – e, a esse tempo, não possuía ainda a capitania de Angra, pois a veio a ganhar em consequência deste mesmo feito, localizável à volta de 1470. Aliás, cerca de 20 anos antes – ainda em vida do Infante D. Henrique – Diogo de Teive (11) se aproximara, pelo menos, dessas paragens, aportando às Flores e ao Corvo no regresso, e delas tomando posse. É no meio dessa procura de uma passagem pelo lado ocidental que Toscanelli escreve, em 1474, ao futuro D. João II, apoiando a ideia de, por esse lado, se vir a chegar à Índia; que Cristóvão Colombo engendra o seu projecto, e começa a propô-lo; que Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito recebem, em 1486, mandato para «descobrir uma grande ilha, ou ilhas, ou terra firme por costa, que se presume seja a ilha das Sete Cidades»; que Pero

---

(11) *Com Pedro Vasquez de la Frontera. cf. J. CORTESÃO, «A expansão dos Portugueses no período Henriquino», 187 e ss.*

de Barcelos e João Fernandes, o Lavrador, navegam «bem três anos» em trabalho de descobertas da terra (e passagens?) a Noroeste, a partir de 1491.

A novidade estupenda acabou por ser bem outra: os Portugueses, Colombo, os demais, procuravam um *caminho*. Não imaginando um Ocidente de terra firme, o seu destino era o Oriente das especiarias e das riquezas milenárias. Acabaram por se encontrar com um *continente* absolutamente inesperado ali onde se localizava o que não parecia ser mais do que ilhas – «ilhas do outro lado» ou «ante-ilhas», ilhas «dos Satanazes» ou «dos Selvagens», porventura esquimós, ilhas «das Sete Cidades», lendárias e fugidias, para lá dos horizontes – .

Esta novidade colossal não foi logo apercebida. Para já, não aparecia nada das fabulosas riquezas que se procuravam do outro lado do mundo. Depois, persistiam, como categorias mentais, as ideias de Ptolomeu, que imaginara uma terra mais pequena e uma Ásia alongada, num conjunto em que o mar era pouco. As Antilhas a que Colombo chegou não eram sequer a «Antília» cartografada em 1424. Dobrando o erro, os Espanhóis chamaram-lhes «Índias», e «índios» aos seus habitantes. Quando Colombo, na sua terceira viagem, se viu perante a enormidade do rio Orenoco, que já não era curso de água para mais uma ilha, persuadiu-se de que chegara finalmente à Ásia, e que aquele grande rio indicava as imediações do finalmente próximo jardim do Éden, o Paraíso terreal. . . (12). Só no fim do século se percebeu como o mundo era, afinal, bem maior, e como, a seguir a essa «quarta parte nova», havia ainda o maior dos oceanos – que mais tarde um outro português, Fernão de Magalhães, seria o primeiro a atravessar.

---

(12) D. BOORSTIN, *op. cit.*, cap. 32; S. E. Morison, «The European Discovery of America - The Southern Voyages», 155/157.

Estava-se no século XVI. O ouro e a prata, finalmente encontrados no novo continente iam fazendo esquecer as verdadeiras Índias e as suas especiarias. Mais tarde viria a grande procura europeia do Novo Mundo, e com ela a mais espectacular migração do Ocidente: a decisiva, a verdadeira fonte da prodigiosa riqueza americana.

## VI

Antes disso, porém, os Açores haviam entrado na História, por força dessas duas virtualidades que a Geografia possibilitava, e que traziam ao arquipélago, até então inútil, a sua razão de ser como terra de homens, e como parte viva e significativa de um país.

Guarda avançada na pesquisa das rotas ocidentais – que as forças da natureza restringiam às partes do Noroeste –; abrigo e referência náutica para o regresso à Europa, os Açores foram só então determinadamente povoados, cultivados, e o seu solo fértil começou a produzir. Não deu para o açúcar, tentado, porque o clima não ajudava, mas deu sensacionalmente para o trigo. A produção em breve excedia as necessidades do consumo interno, e logo serviu para se exportar. Um dos destinos dessa exportação passou a ser as praças de guerra em Marrocos, que nunca foram mais do que estabelecimentos militares isolados, e sempre a braços com problemas de subsistência (13).

Desta maneira, até no destino dos seus produtos o pequeno arquipélago respondia a carências logísticas de interesse nacional, agora também como celeiro para as primeiras marcas daquele incipiente império que, ao longo de 500

---

(13) HELDER LIMA, «Os Açores na Economia Atlântica», in *BIHIT*, XXXIV (1976), 103 e ss. (sobretudo o cap. V).

anos e no maior paradoxo da História portuguesa, arruinou e imortalizou Portugal.

Quando o grande e organizado tráfego marítimo do século XVI começa a fazer-se sentir, as ilhas estão habitadas há mais de 50 anos, e em todas elas existem núcleos populacionais suficientemente radicados.

As virtualidades do princípio estavam postas à prova, e os resultados de tais provas não eram de igual valor.

As viagens para Noroeste são abandonadas após as expedições dos filhos de João Vaz Corte-Real, e uma tentativa de colonização aniquilada pelos rigores da invernia. Desaparece, assim, uma das potencialidades originais, mas outras persistem, e aumentam até. O trigo, depois o pastel, continuam a exportar-se, porque tiveram sempre mercado. O apoio à torna-viagem, esse crescer e tornara-se decisivo. Era a volta da Mina, depois o regresso da Índia, as armadas da Nova Espanha, o tráfego do Brasil, tudo trazido na rota dos Sargaços – e, na esteira de uns e outros, os piratas e os corsários, predadores do mar e da terra.

Foi assim, com os ventos e as correntes, o trigo e as escalas que, desde a primeira hora, se definiram a função e a História, a grandeza e as servidões destas ilhas em que vivemos. O perene ciclo da estratégia logística, da função instrumental, do envolvimento sucessivo em circulações externas: que sobreviveu, após 100 anos de apagamento, ao próprio fim da navegação à vela, outrora a sua primeira e fundamental razão de ser.

## VII

Enquanto as populações insulares se estabilizavam, havia que cuidar das almas e dos corpos. A espiritualidade da Ordem de Cristo, e logo os Franciscanos, curavam das primeiras, os hospitais dos segundos.

O hospital de Angra, a que se aludiu no princípio, localizou-se à beira do mar, logo acima do cais, na rua que ainda hoje se chama do Santo Espírito. Esta situação mostra o primordial interesse em acudir aos viajantes marítimos que, no seu trânsito, ali iam aportando cada vez em maior número (14).

A função dos hospitais criados e mantidos por irmandades do Espírito Santo viria a chocar-se com a das Misericórdias, de patrocínio real, introduzidas em Portugal a partir de 1498. Da luta surda entre as novas Misericórdias e as anteriores irmandades do Espírito Santo veio a sair uma resultante, com expressão notável na arquitectura religiosa, e que comprova o compromisso a que finalmente se chegou. Surgiram assim as igrejas de duas naves, com dois altares-mores – o do Espírito Santo e o de Nossa Senhora das Mercês – de que restam, nos Açores, raros exemplares.

Mas nesse dia 15 de Março de 1492 o problema ainda se não pusera. A irmandade, convocada à campã tangida para se reunir «dentro em a casa do Santo Spirito» cumpria, com naturalidade, a sua missão: instituir um hospital para acolher, «por serviço de Deus e em louvor do Espírito Santo», os doentes que ali chegassem. O mesmo serviço em que, seguindo a rota dos Vikings, navegara o velho Corte-Real vinte anos atrás – e em que Gaspar e Miguel, seus filhos, andaram e se perderam, já no dealbar do século seguinte.

---

(14) A prioridade aos doentes desembarcados vem expressa no «Acordo sobre o ajuntamento das casas do Hospital», de 12 de Abril de 1556 (in «Notas Históricas - O Hospital de Angra nos Séculos XV e XVI», p. 12).



## SOBRE A EMIGRAÇÃO

*Por : Álvaro Monjardino*

### I - O FENÓMENO MIGRATÓRIO

1. Em 1814 os Estados Unidos da América, independentes desde 1776, travavam a sua última guerra com a Grã-Bretanha. Esta triunfara de Napoleão, que tinha capitulado em Abril. No mês de Agosto desse ano, uma expedição britânica chegava às Bermudas, sob o comando do almirante Alexander Cochrane. Penetrando depois na baía de Chesapeake, os ingleses desembarcaram em Benedict, Maryland, derrotaram as forças norte-americanas em Bladensburg e, na noite de 24, entraram em Washington, de que incendiaram os edifícios públicos, incluindo a Casa Branca e o Capitólio. Em Setembro, a expedição abandonava a capital conquistada e humilhada; mas tentou, no fundo da grande baía, tomar Baltimore. Isto implicava a neu-

tralização do forte Mac Henry , posição estratégica que defendia aquela cidade , ainda hoje a mais importante do Maryland . Sujeito a um severo bombardeamento de 25 horas , o forte resistiu . Aos alvares da madrugada de 14 de Setembro , a bandeira da União flutuava sobre as muralhas , envolta em fumo . Retido , como negociador para a libertação de prisioneiros , no meio da esquadra inglesa , Francis Scott Key , jovem advogado pacifista , testemunhara de longe o ataque , a resistência e o fracasso dos atacantes . Dessa experiência , angustiada e afinal exaltante , resultou um poema , «The Star Spangled Banner» , que é hoje a letra do hino nacional norte-americano .

Esse poema celebra mais a luta do que canta a vitória . Talvez por isso , ele acaba numa interrogação :

« . . . does the star spangled banner  
yet wave  
o'er the land of the free  
and the home of the brave?»

Esta «home of the brave» era a terra da América , livre e independente , refúgio dos deserdados do mundo , como se apresentou aos olhos de tantos povos durante gerações .

Um eco dessa «land of the free , home of the brave» persiste no nosso folclore . Ele é , provavelmente , a raiz daquela «terra do bravo» que , com variantes , se cantava nas ilhas do Grupo Central dos Açores :

«Eu fui à terra do bravo  
Para ver se embravecia . . . »

Sim , a «terra do bravo» não era nenhuma ilha dos Açores . Era um lugar aonde se ia , e donde , eventualmente se

voltava. Lugar diferente, lugar transformador, lugar longínquo. Para nós – terra de saída – destino de EMIGRAÇÃO.

2. Isto de «emigração» não é assunto privativo da nossa vida insular. Ele é mundial; e encontra-se tratado por estudiosos, pensadores, cientistas, ficcionistas e poetas como uma constante das civilizações.

Não admira. Já nos períodos da vida dos Homens anteriores à descoberta da Agricultura os grupos humanos se deslocavam, habitualmente atrás dos seus rebanhos ou mesmo da caça com que se mantinham.

A história do povo hebraico também sob este aspecto é exemplar. Desde que Abrão saiu da Mesopotâmia a caminho da Terra Prometida, até às tentativas de os Judeus conseguirem licença para abandonarem a União Soviética; desde a ida de José, do seu pai e seus irmãos, e os seus rebanhos, para o Egipto; e da peregrinação de Moisés e do seu Povo na Península do Sinai; e do cativeiro da Babilónia; e da «grande dispersão» (diáspora) dos Judeus por todo o Mundo – até ao regresso à Palestina, ainda hoje contestado e recusado mesmo, fonte de guerras, de represálias, de terrorismos, dos embargos do petróleo e da grande crise económica com que se debateu, até há pouco, o Mundo livre.

Falar de migrações é falar de toda a História da Humanidade. Pode discutir-se até, e a partir disto, se o mais importante e significativo na vida dos Homens está no modo da sua produção, ou antes, na sua própria movimentação.

Nem todas as migrações se fizeram pacificamente. Inúmeras vezes os povos se deslocaram como conquistadores, e em som de guerra. Inúmeras vezes também essas massas humanas obedeceram a diferentes motivações nem sempre simultâneas – desde a ideológica, religiosa ou não, até à económica –.

O grande movimento das Cruzadas, no qual veio a entroncar o das Descobertas, amalgamou o idealismo religioso exaltado com finalidades comerciais.

A grande transplantação dos povos europeus para as Américas, logo a seguir importando escravos pretos, e reduzindo a bem pouco os Índios – que aliás haviam para lá imigrado também, em diferentes épocas anteriores – é talvez a mais sensacional movimentação humana dos tempos modernos.

E dentro da própria América igualmente as migrações se deram e se dão.

Por exemplo, o reconhecimento e povoamento da Califórnia começou-se com Espanhóis, a partir do México, e ao longo do chamado «Caminho Real», cujas missões franciscanas deixaram por lá os seus nomes, os seus campanários e os seus cemitérios.

No século passado, a «corrida ao ouro» atraiu milhares de colonos, uns vindos por terra, outros vindos por mar, fosse dobrando o Cabo Horn, fosse, pela primeira vez, cruzando o Pacífico, a partir da China e do Japão. Já neste século, há cinquenta e tal anos, quando se deu a Grande Depressão, vieram os «Okies», saídos de um Oklahoma caído na miséria, à procura de pão e de trabalho. Para nascente de Califórnia, no que mais tarde veio a formar o Estado do Utah, fixou-se o povo dos Mormons que, numa migração com motivos parece que unicamente religiosos e sociais (eram polígamos, e perseguidos por isso) fizeram sair 20 000 pessoas do Illinois, fundaram Salt Lake City e conseguiram, com espantosa persistência e habilidade, irrigar um deserto e pô-lo a produzir.

Encontramo-nos com a ideia de migração paralelamente às grandes mutações da História. No Êxodo dos Hebreus. Nas invasões dos Bárbaros. Na «Grande Marcha» dos 100 000 chineses de Mao-Tse-Tung, simbolo de uma revolução expansionista em que já se falou muito, e que muito

terá ainda que contar, mesmo na fase de agonia que parece ser a dela. Mas também no «boat-people», a torrente humana que, desde 1975, vem a fugir do Vietname «libertado».

3. Portugal, no meio de tudo isto, aparece como uma Nação cuja História é sempre difícil de entender. E talvez só se entenda dela alguma coisa se pensarmos em termos de migrações.

Velho país, criado quase por capricho num recanto pobre da Europa, precisou – talvez até por instinto de conservação política – de se lançar na procura de novas terras, enviando gente ao desbarato para as conquistas do Oriente e para o continente novo onde estava o Brasil. E tudo isto com uma população de um milhão e meio de habitantes.

Após o domínio dos Filipines começou, por um lado, a conservação penosa dessas conquistas. Processo que às vezes parece uma luta por uma «certa ideia» de Portugal: ideia que o Velho do Restelo condenara, cujas convulsões finais vivemos nos anos 70 e que tenderá provavelmente, a converter-se em regressos migratórios, quando se estabilizarem os povos africanos de língua portuguesa.

Começou, por outro lado, a simples mudança dos Portugueses, «emigrantes» no sentido corrente em nossos dias, para trabalharem, mudarem de vida e melhorarem de fortuna. Primeiro, quase só para o Brasil. Depois, para onde o trabalho aparecesse em condições de melhor remuneração.

Quem, de então para cá «migrou» para Portugal, foram empresários estrangeiros (os Ingleses, na esteira do Tratado de Methuen, alguns técnicos de grau mais elevado ao serviço de interesses internacionais). Há duas gerações, os refugiados da Guerra e os exilados reais. Nos nossos dias, e quase sempre transitoriamente, alguns milhões de turistas,

à procura de férias ensolaradas, baratas e com sossego, e os Portugueses de África e de Timor trazidos na onda trágica da descolonização.

4. Na verdade, e conforme a perspectiva em que nos colocamos, fala-se em «imigração» – com «i» – no sentido de migração «para dentro»; e em «emigração» – com «e» – no sentido de migração «para fora».

Mas o tema que nos ocupará hoje é a «emigração», com «e», que todos nos habituámos a considerar uma coisa muito nossa, ou muito própria de nós.

E é.

Mas nem sempre foi, diga-se de passagem.

Ocorre aqui lembrar que este Arquipélago começou, ao entrar na História, por ser terra de «imigração» – com «i».

Na verdade, a quando do Descobrimento, os Açores eram inteiramente desabitados. As Canárias ainda tinham os Guanches, gente de raça branca que ali vivia desde a Antiguidade. Os Açores, não tinham ninguém: eram desertos, como a Madeira ou como Cabo Verde.

Portugueses ou Flamengos, livres, exilados ou escravos, foram imigrantes «para dentro» os homens e as mulheres de quem descendemos e que já há 100 anos eram aqui, mais de 260 000 – por sinal que distribuídos pelas nove ilhas de maneira muito mais proporcional do que agora somos: as Flores, pelo censo dessa altura, andariam com uma população da ordem dos 10 000 habitantes.

Mas não é esta ideia que interessa abordar aqui. Interessa-nos a «saida» de gente. Por isso, nas breves considerações que seguem, reflectiremos sucessivamente sobre a emigração portuguesa e a emigração açoriana.

Tomaremos nelas a «emigração» no sentido ora corrente entre nós: a saída, temporária ou definitiva, individual ou

em família, e para terra estranha, com ânimo de alcançar uma melhoria de situação social ou económica .

## II - A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

5. Podem talvez considerar-se dois grandes períodos no processo emigratório português .

O primeiro vai do século XV até à Revolução Liberal . É o que alguns denominam o «período da expedição», bastante ligado ainda a ideias de povoamento e até de Cruzada .

O segundo vem da Revolução Liberal, e ainda perdura nos nossos dias . É o da emigração propriamente dita , no sentido em que há pouco a definimos .

Há causas, em ambos os períodos, que são essencialmente as mesmas: uma comunidade nacional pouco evoluída e, no seu território originário, pouco dinâmica, incapaz de dar a grande parte dos seus membros condições atractivas de prosperidade e de realização humana . No primeiro período coexistem motivações ideológicas e imposições autoritárias para a fixação de pessoas no exterior. No segundo, as razões são quase exclusivamente de ordem económica, e exprimem-se por escolhas aparentemente livres, sem embargo de levarem muitas vezes, na prática, a situações de autêntica escravatura .

A emigração portuguesa que nos pode interessar mais de perto corresponde ao último período: é a que, do século passado, se tem continuado até ao presente. Só dessa também é que se possuem números positivos e oficiais .

A Revolução Liberal representou , na nossa História , um passo de evidente importância . Veio porém a traduzir-se , em grande parte, numa transferência de privilégios, que transitaram da velha Nobreza para a nova Burguesia . E , naturalmente por não haver sido acompanhada de uma re-

volução industrial, acabou por criar, dentro do país, mais instabilidade do que progresso, e mais agitação do que lutas que visassem conquistas positivas e concretas, de maneira a engendrarem condições de vida e de trabalho para uma população que crescia sem parar.

Ora no século XIX a navegação a vapor facilitava a deslocação de pessoas através do mar. O Novo Mundo, formado de países já independentes, oferecia miragens de riqueza, diferentes do voltear constante à roda de pratos vazios. Os sistemas de engajamento organizavam-se em empresas com eficácia e sem escrúpulos. A instabilidade interna, e esta penúria nacional sem horizontes de tomar a sério, empurravam os Portugueses em massa, fundamentalmente para o Brasil. Esta multidão foi crescendo, e atingiu o máximo nos quatro primeiros anos da República, em que andou por perto de 300 000 pessoas.

Após a guerra de 1939/45, a Europa Ocidental reconstituiu-se rapidamente. Novas e poderosas empresas – particulares e públicas – formavam-se e cresciam, ávidas de mão-de-obra, e pagando muito melhor do que se pagava em Portugal.

O nosso país, entretantes, progredia muito devagar, cada vez mais distanciado economicamente dessas nações que iam ressurgindo, em poucos anos, das suas próprias ruínas.

A partir de 1961, um outro factor veio acrescer ao desejo de melhorar a vida através de salários mais altos: a fuga ao serviço militar por causa das guerras de África.

Foi assim que, antes do 25 de Abril, a população portuguesa – atraída pela Europa capitalista em expansão, afugentada pelo serviço militar ou (se ele já cumprido) incapaz de voltar a uma vida agrária sem compensações nem futuro visível – entrou numa emigração galopante, acompanhando, aliás, outros povos de ambas as margens do Mediterrâneo.

Os primeiros tempos da Revolução não fixaram gente; e saíram mesmo muitos quadros qualificados para o Brasil. Abalada pelos choques petrolíferos, a Europa, contudo, recebia menos imigrantes; isso, e os refugiados do Ultramar, fizeram mesmo inverter a curva descendente da população portuguesa.

No presente, com a baixa do desemprego em Portugal, há uma tendência crescente para a fixação populacional. A integração plena na Europa facilitará, a curto prazo, a circulação das pessoas, mas não é garantido que isso signifique aumento da emigração: se o desenvolvimento económico continuar a verificar-se, a livre circulação de pessoas poderá compensar com entradas as inevitáveis saídas dos que o desejarem e tiverem ânimo para o fazer .

### III - A EMIGRAÇÃO AÇORIANA

6. As causas da emigração açoriana podem considerar-se comuns às da restante emigração portuguesa , só que com maioria de razão .

Os Açores atingiram maiores densidades populacionais do que o Continente. Embora com solo fértil, temperaturas amenas, paisagens belas, um mar prometedor, a Região tem «handicaps» crónicos e há muito descritos que – principalmente nas chamadas «ilhas pequenas» – a fazem repulsiva dos seus próprios habitantes .

O conhecimento da nossa História é fundamental para se entender isto . Ocupadas e povoadas as ilhas no século XV por razões de *estratégia logística*, combinada com um sedentarismo imposto pelas penas e as áleas da viagem por mar, as vulnerabilidades da economia açoriana são patentes desde o início .

A actividade económica que comandou a própria entrada dos Açores na História foi mais a *circulação* – o suporte à torna-viagem de outros continentes – do que uma *produção* própria, desde sempre condicionada pela pequenez, o distanciamento dos centros de consumo e a tacanhez empresarial.

Ainda antes do fim da carreira das Índias, e das escalas da América espanhola, saía gente dos Açores para a América do Sul, agora também em relação com períodos de actividade telúrica muito intensa, com terremotos e a instabilidade e os temores que eles sempre acarretam. No século XVIII, essa emigração foi mesmo estimulada pela coroa portuguesa: e apareceram as levas emigratórias politicamente orientadas para o Brasil e suas zonas fronteiriças, que elas foram ajudar a definir pelo povoamento e pelas armas.

7. O século XIX viu descer em flecha o valor estratégico do Arquipélago, com o aparecimento dos navios a vapor, que daqui foram afastando as escalas até então impostas pelo jogo dos ventos e das correntes. A vida económica dos Açores, com a exportação reduzida ao negócio da laranja – que viria a perder-se por doença dos laranjais e concorrência de outros centros produtores – estagnava; isto, e a vida política desorientada pela instabilidade nacional, enquanto a revolução industrial se ia dando em outros países, tudo estimulava a saída de mais gente. É verdadeiramente nessa altura que aqui, nos Açores, acaba o período dito «de expedição» e começa a emigração propriamente dita. O seu destino continuava a ser o Brasil, já independente, agora, porém, sem quaisquer ajudas, e à mercê dos piores aventureiros e agenciários sem escrúpulos. Esta emigração foi um capítulo negro na História do Arquipélago. Já se fala pouco dela, porque praticamente acabou; e foi-se esbatendo na memória das gentes o que era aquilo de levar

«... marçanos em flor  
para Belém do Pará»,

e raparigas açorianas para os bordéis do Rio de Janeiro, e para fazendas do interior. Ramalho Ortigão, numa página esquecida de 1872, escreveu isto: «Os Açores são» a parte do país que exporta a maior quantidade de mulheres. Estas mulheres são escrituradas ao chegarem ao Rio, muitas delas a bordo mesmo dos navios que as transportam. Escolhem-se pelo aspecto físico: uns preferem as loiras, outros as morenas. As mais bonitas são as que se acomodam mais depressa. Os fazendeiros encomendam-nas do interior aos seus correspondentes: «quando chegar o próximo pacote mande-me duas caixas de vinho do Porto e uma ilhoa gorda, de 18 anos e olho preto»...».

Subsistia porém, no século XIX, um navio à vela: o baleeiro. A este barco, às suas escalas, primeiro para refresco, depois também para meter tripulações, se ficou a dever a grande mudança no destino da emigração açoriana. Apoiados e explorados, nos Açores por «imigrantes» de qualidade (a família Dabney, de Boston, foi o maior exemplo disso, vivendo em grande estilo e cultivando um subtil «apartheid») os baleeiros abriram ao Arquipélago as duas grandes portas americanas: a Nova Inglaterra (New Bedford, Nantucket, New Haven) e a Califórnia (Monterey). Sobretudo após a Guerra da Secessão, estavam fixados os novos rumos dos nossos emigrantes: a América do Norte, dinâmica e industrial, em detrimento da América Latina, arcaica na economia e com política confusa e instável. Esta tendência continuou-se no século XX, com a importação de mão-de-obra expressamente para os «moinhos» de Fall River, operação complexa em que intervieram e mercadejaram organizações judaicas e companhias de navegação.

8. Mas a saída de gente dos Açores não se ficou por aqui. Foram emigrantes para Hawaii, e foram para a Bermuda. Se a emigração para o arquipélago do Pacífico não teve continuidade, a da Bermuda, talvez pela relativa proximidade, continua a ser actual, e daí a referência que interessa fazer-lhe.

A Bermuda é uma pequena ilha com a área da Graciosa. Antigo reparo de piratas e corsários, é colónia da coroa britânica desde o século XVII, com parlamento e considerável autonomia. Nos intervalos da sua função estratégica, que foi importante e como tal se mantém, a ilha subsistia com culturas tropicais, asseguradas por mão-de-obra escrava de origem africana. Foi a seguir à abolição da escravatura e da condição servil, e à Guerra da Secessão norte-americana, que trabalhadores açorianos de São Miguel passaram a ir para a Bermuda, onde desempenharam funções em boa parte substitutivas das dos escravos desaparecidos. Com um estatuto social claramente diminuído, estes luso-bermudianos (na medida, aliás a corrente, em que não conseguissem assimilar-se) obtiveram alguma protecção diplomática e consular portuguesa, e deve assinalar-se o acordo sobre os seus direitos (de 6 de Fevereiro de 1982), feito já com intervenção do Governo Regional dos Açores, pelos progressos nesta área conseguidos. Os Açorianos ainda hoje representam 1/6 da população da Bermuda, e continuam a sair para lá, à razão de mais de 100 por ano.

9. Mas as grandes linhas da emigração açoriana estão orientadas para os Estados Unidos e, após a 2ª guerra mundial, para o Canadá. A existência de significativas colónias nestes dois países é um facto, aliás repetidamente posto em relevo pelos responsáveis políticos regionais, por razões que nem sempre têm que ver com elas.

Tenuemente embora, e certamente ainda longe do

que se dá com outras comunidades de maior peso sócio-económico – como a hebraica, a italiana, a irlandesa, e mesmo a grega, a polaca e a arménia – as comunidades portuguesas e mesmo as açorianas começam a surgir ao nível da política e mesmo da vida económico-financeira dos seus países de acolhimento. A tendência desses países, porém e como se sabe, é para a assimilação dos seus imigrantes, conquanto – sobretudo no Canadá – se deixe espaço bastante para as culturas tradicionais de origem.

O contributo destas comunidades para a Região, em termos de remessas dos emigrantes, é relativamente diminuto (1/6 das remessas para a Madeira, para citar uma situação análoga), o que se explica pelo carácter familiar e tendencialmente definitivo da emigração.

O (recente) contributo em termos de investimento ou iniciativas empresariais tem sido reduzido e com êxito incerto; o que não surpreende, porque afinal o que aqui por ora se tem explorado é a mão-de-obra barata, e a bolsa larga do Governo Regional. A verdade é que, carente de riquezas naturais significativas, a Região continua a motivar pouco para investimentos privados que se pretendam rentáveis a curto prazo; e as suas virtualidades históricas continuam por aproveitar.

10. Quando, no início da década presente, se contrariou um projecto legislativo norte-americano apontado a uma maior abertura à imigração açoriana, vivia-se uma época de optimismo. A fé nas instituições autonómicas regionais incluía a ideia de um desenvolvimento constante, com postos de trabalho crescentes, e quadros qualificados a fixarem-se na Região.

Transcorrida que vai essa década, é possível hoje um juízo «a posteriori» quanto aos próprios efeitos da Autonomia regional sobre a tendência emigratória dos Açorianos. Este

juízo é de que a Autonomia, sem embargo do impulso que deu à vida dos Açores – criando uma vasta administração, lançando consideráveis programas de infra-estruturas e motivando a fixação de alguns quadros – não criou um modelo de desenvolvimento capaz de fixar a população insular. A emigração, por isso, não acabou. Sem se aproximar dos números de 1969 (13 125 saídas), ela tem mesmo vindo a crescer paulatinamente desde 1981 (1181 saídas); o número de emigrantes de 1988 foi de 3 044, dos quais 2274 de São Miguel. E, dependente como sempre esteve dos mercados de trabalho externos, ela provavelmente continuará a verificar-se na medida em que estes mercados se acharem dispostos a recebê-la.

Apenas superficialmente a Região dos Açores é uniforme. As suas ilhas mais «periféricas» – por mais distantes de seu núcleo – são justamente as que apresentam problemas mais agudos quanto a fixarem população, não tanto pela que ainda sai, mas pela muita que já saiu.

Desafios destes é que são verdadeiramente sérios. Substituí-los pela zaragata reivindicativa, ávida por encontrar um responsável externo para as nossas próprias incapacidades significa, em última análise, não assumir a bom rigor a própria Autonomia, e no que ela tem de mais elevado e mais exigente: a escolha – fundamentada, consciente e operacional – de caminhos para o próprio desenvolvimento, que inclui a realização de cada uma das comunidades insulares.

11. Quando se pensa, fala ou reflecte sobre a emigração açoriana, há a tendência para esquecer um dos mais relevantes aspectos dela, sobretudo em termos qualitativos. Trata-se da emigração para o Continente português.

Não existem números seguros sobre esta corrente, que todavia me lembro de ouvir estimar, há uns 15 anos, em

40 000 pessoas. O censo de 1981 aponta, como vivendo no Continente português, apenas 10 505 indivíduos nascidos nos Açores. Seja como for, esta é uma corrente muito especial, que não pode deixar de referir-se aqui.

Do Continente português vieram – como colonos, portanto «imigrantes» – quase todos os povoadores destas ilhas. Já atrás o tinha referido. Aos Açores afluem ainda, ao ritmo das suas comissões de serviço, funcionários civis e militares de carreira, que por vezes aqui estabelecem laços familiares, e mesmo se fixam, de quando em quando. O censo de 1981 indicava 5 495 residentes de origem não açoriana. Desde logo se vê que a tendência dominante é no sentido oposto.

E, porque se trata de gente com estatuto profissional médio ou superior, geralmente com formação académica do secundário para cima, a componente de valores intelectuais e quadros qualificados definitivamente transplantados para o Continente sobrepuja em bastante o contingente dos continentais adventícios.

É o fenómeno nacional das periferias em relação ao centro e à sua natural atracção, com o efectivo rasgar de possibilidades que a vida em meios maiores proporciona à legítima ambição das pessoas. Na verdade, só com uma peculiar filosofia de vida – que vai do comodismo ao sentido cívico, e mesmo ao sacrifício – é que, com qualificações, se persiste em viver em ilhas pequenas e isoladas, renunciando a certas formas de realização humana, económica ou social. Maldonado refere-se a Pedro Anes do Canto, (o II, filho de Francisco do Canto, – fundador da Baía – e neto do 1º Provedor das Armadas), que fora enviado para a Corte, e ali ficara ao serviço da princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião. Pedro Anes estava, pois, «nas esperas do logro de uma excelente fortuna». Mas o pai morreu-lhe, a mãe instou pelo regresso, e o jovem Canto voltou à ilha natal, «ficando assim

suspensas suas melhoras , e de facto abreviado nos limites da esfera em que a natureza deixa aqueles que nos pequenos sitios se plantam , com a propensão de que nas pequenas lagoas se não criam os peixes da maior grandeza» .

Estes «peixes da maior grandeza» levados dos Açores têm efectivamente enriquecido a vida portuguesa no campo da religião, da politica, das ciências, das artes, e mesmo da economia, sobretudo no século XIX e no século XX .

Tem sido um «brain drain» que parece inevitável . E que um dia terá de invocar-se como fundamento acrescido da solidariedade nacional para com este viveiro de talentos que Portugal vem a aproveitar ao longo de gerações .

12 . A emigração representa sempre , directamente , um empobrecimento . Num país habitualmente a contas com um excesso de trabalhadores indiferenciados, e com uma falta de trabalhadores qualificados, verifica-se que saem sobretudo daqueles, mas também saem destes: e destes saem principalmente os que, não o sendo ainda, o poderiam contudo vir a ser . Em qualquer caso, sai gente nova e válida – aquela que, desde sempre, se achou com força e com audácia para enfrentar os choques da mudança e correr os riscos de começar vida nova em chão alheio .

Por tudo isto, a saída dos emigrantes não pode deixar de considerar-se como um mal, ainda que menor, para a comunidade que eles abandonam; e, por isso, causa de algum ressentimento, de que a maior parte nem sequer se apercebe, e que por isso se manifesta de maneiras indirectas ou mesmo subconscientes.

Não há , nem pode haver aqui , qualquer censura . O direito de emigração é um direito natural . Por outro lado , os choques da mudança já são um preço elevado para quem, arrostando por vezes com grandes dificuldades, tem a coragem

de se transplantar para terra estranha. E fazendo-o, as mais das vezes, para garantir aos seus um futuro com melhores horizontes que os da própria terra que, com dor, teve de deixar.

Terra que, todavia, o perdeu. E, mesmo que isso cause alívio momentâneo, nos lugares sem futuro visível e sem horizontes de progresso, acaba por ficar sempre uma sensação de vazio.

E é essa sensação que acaba por vir à superfície, mesmo em contextos que parecem nada ter que ver com o fenómeno.

13. Expressão popular do nosso próprio modo de ser, dos nossos gostos, dos nossos valores e até dos nossos juízos, o folclore açoriano contém repetidas referências às viagens e à emigração. É pensar na «Saudade», no «Rema», no «Samacaio», no «Meu Bem» e no «Bravo». Este, para mim é muito especial: por ser o único que fala no regresso. E de que maneira! Aquele pormenor irónico, de vir «cada vez mais manso» é bem capaz de significar que o emigrante regressou sem aculturação – ou, por outras palavras, que retornou vencido por uma sociedade de força e ritmo mais intensos. Foi a transplantação que falhou.

«Eu fui à terra do Bravo  
Para ver se embravecia  
Cada vez fiquei mais manso  
Para a tua companhia».

Por outro lado, quando não falhou lá, então houve um preço: foi o que aqui se perdeu:

«Tu foste à terra do Bravo  
E mui bravo tu ficaste  
Em teu lugar achaste outro  
Vê lá tu quanto ganhaste».

Como sempre, a sabedoria popular está carregada de lições e juízos a um tempo realistas e profundos. A «terra do Bravo», ali do outro lado do Atlântico, a que no século passado o poeta erudito referiu no poema, e o poeta popular na moda das ilhas, é efectivamente um outro mundo. A sua cultura não é a nossa. Há um oceano de possibilidades e de valores a separar desse outro lado a nossa condição de ilhéus portugueses.

E isto merece alguma reflexão. Não pode negar-se que a Terra é cada vez mais pequena, e as suas partes estão cada vez mais próximas. Entre nós e nos últimos 20, 15, 10 anos, tornou-se corrente ver o emigrante de férias, o que voltou de passagem, a matar saudades, rever a família, os amigos, os lugares da infância. Tantas vezes, pagar a promessa. Mas não vem para ficar: o seu mundo é já outro – embraveceu. . . Por outro lado, muitos de nós passaram a lá ir, porque a corrente é nos dois sentidos; e encontram ali a casa, o carro, o convívio dos seus. Mas findas aquelas semanas, uns e outros regressam à vida para que se dimensionaram.

Não há nada de trágico nisto. É este o nosso mundo. Quando a escolha, sinal da dignidade do Homem, se faz com um mínimo de Liberdade, não há grandes nem pequenos; e a vida da cada um encontra o seu sentido, para não dizer a sua missão.

## CONCEITO E DINÂMICA DO PATRIMÓNIO CULTURAL

*Por : Emanuel Félix*

São numerosas as tipologias sócio-económicas de cada região. Mas têm um ponto de partida comum. Ou melhor: uma dimensão. A dimensão centro-periferia. Dimensão que não significa, por exemplo, que as regiões de um país ou mesmo de um continente inteiro se dividam apenas em regiões centrais e regiões periféricas. Bem pelo contrário. O que existe é uma escala hierárquica, bipolar, que parte do centro para a periferia, mas segundo critérios que têm a ver com aspectos urbanos, é certo, potencial económico, sem dúvida, factores demográficos, concerteza, mas também com o património cultural. E é por isso que, quanto mais densa, rica e diversa, do ponto de vista cultural, for uma região, tanto melhor participará na dinâmica da sociedade, tanto mais visível se tornará a sua presença no Mundo. Ao invés, uma região será tanto mais periférica quanto menos urbana, quanto menor for o seu potencial económico, também, mas sobretudo quanto mais pobre e disperso for o seu património cultural e demográfico. São condições que podem conduzir

ao isolamento. À não participação na dinâmica da sociedade e do Mundo.

Assim, cremos que é possível afirmar que as regiões de um país variam de estatuto a partir de uma acentuada centralidade para uma igualmente acentuada perifericidade. Mas que, em relação a estes dois polos, são múltiplas, como se compreende, as situações intermédias.

É necessário, porém, que esta caracterização tipológica não dê a impressão de uma visão estática. Repare-se que uma região está constantemente em mutação. Uma análise científica do comportamento das regiões facilmente demonstrará que, no decurso de períodos mais longos ou menos longos, elas podem mudar consideravelmente de posição no sentido da referida escala centro-periferia. Em matéria de desenvolvimento (porque não se pode falar de cultura nem de património cultural sem se falar de desenvolvimento) os processos de crescimento, declínio e renascimento são frequentes. O que também quer dizer que não há qualquer espécie de fatalismo em relação ao desenvolvimento regional.

Sem nos querermos deter por mais tempo sobre este problema, gostaríamos de deixar dito que se é certo que a diversidade sócio-económica das regiões é fundamental para a sua caracterização, também não restam dúvidas de que esse aspecto não é, de modo algum, o mais importante. Note-se, por exemplo, que raros são na Europa Ocidental os Estados/Nações culturalmente homogéneos. E que, por vezes, a diversidade cultural veste apenas pelo figurino administrativo regional. Mas que essa diversidade também pode manifestar-se em regiões onde a população fala outra língua que não a língua oficial do respectivo Estado/Nação. E que também pode exprimir-se em termos religiosos, porque as igrejas e as seitas estabelecem igualmente certos tipos de

diversidade cultural. Só que a diversidade, tal como a entendemos, se revela por uma espécie de identidade, mais ou menos difusa, baseada na história, mais ou menos mítica, mais ou menos prestigiosa, definindo-se também pela especificidade de condições geográficas – património natural.

Todavia, na maior parte dos casos, estes aspectos da diversidade cultural ajustam-se entre si. Reforçam-se mutuamente. Intervêm conjuntamente sobre o referido estatuto de centralidade ou perifericidade.

É por isso que se torna extremamente útil definir com o maior rigor a ideia de identidade. De identidade regional, se quisermos. Porque ela é, ao fim e ao cabo, uma criação colectiva, alicerçada exactamente sobre o património cultural. Em permanente criatividade. Em movimento progressivo.

Mas a identidade de que falamos não pode fundamentar-se apenas na procura e no culto das próprias raízes e tradições. A identidade não tem sentido nem o próprio património cultural em que se alicerça, senão quando confrontados e associados às desigualdades do presente e do futuro.

Quando, em 1986, o Grupo de Peritos do Projecto 10 do Conselho da Cooperação Cultural do Conselho da Europa realizou, aqui mesmo, em Angra do Heroísmo, uma das suas audições sobre dinâmica cultural e desenvolvimento regional, este tema foi longamente debatido. E ficaram, então, particularmente bem ilustrados os riscos que implica a demasiada concentração sobre o património e a história. De onde, para as autoridades regionais, a necessidade de desenvolverem outros tipos de relações culturais.

Por outro lado, as diferenças sócio-culturais, tal como as diferenças sócio-económicas, não chegam para uma correcta definição de identidade. Há, como toda a gente sabe, uma dimensão política que não pode deixar de ser tida

em conta. Lembremo-nos, por exemplo, de que, etimologicamente, a palavra região está relacionada com o vocábulo *reger*: governar, portanto. E que regionalizar um país é também uma forma de o governar. O que não quer dizer que a dimensão política regional decorra sempre de aspectos económicos ou, para o caso que nos interessa, de aspectos sócio-culturais. Toda a gente sabe que a dominante política tem características muito específicas.

Importante, quando se fala de património cultural, é estabelecer critérios de avaliação dessa dimensão cultural na dinâmica regional. Estamos, como é evidente, a falar ainda de identidade cultural.

Os actores culturais utilizam, muitas vezes, outros termos em substituição deste vocábulo: identidade. Chamam-lhe *imagem de marca*, símbolo, emblema, etc. E, todavia, cada uma destas palavras tem uma especificidade evidente. Por isso e apenas para simplificar e localizar o nosso discurso, vamos utilizar (aqui e agora) a expressão *identidade regional*. E que significa o seguinte: «imagem positiva a que os indivíduos e os grupos de uma região dão forma, aperfeiçoam, melhoram, cultivam, nas suas relações com essa mesma região. Imagem mais ou menos complexa e aliçada quer sobre o património cultural passado ou presente, quer sobre o meio natural circundante, quer ainda sobre a história, sobre um projecto futuro, uma actividade económica específica ou até uma combinação entre todos estes factores».

Esta forma de identidade cultural é estimulante e motivadora para os habitantes de uma região. Suscita o orgulho da naturalidade. Pode ser uma fonte de consenso, de vontade de agir. Mas também é evidente que só raramente pode gozar de aceitação unânime. Porque o que é emblemático para uns pode, muitas vezes, assumir, para outros,

o aspecto de estigma . Ou até de um indesejável *ferrete* . Este conceito sofre frequentemente acerbas críticas , porque se arrisca a conduzir toda uma colectividade ou parte dela a enovelar-se sobre si mesma , enquanto o horizonte de cada um se universaliza ou se tem , até , como preferível dar lugar a atitudes cosmopolitas .

O confronto e o debate entre as diferentes posições têm demonstrado que não existe qualquer incompatibilidade entre *identidade regional* e abertura ao mundo . Muito pelo contrário . Quanto maior e mais generosa fôr essa abertura tanto mais forte e participada será essa identidade . Quanto mais viva e alicerçada fôr a identidade regional (não se esqueça de que estamos a falar de património cultural) maior será o número de razões para que ela possa assumir-se como um parceiro dinâmico e autêntico , não apenas de outras regiões , mas até do resto do Mundo .

É exactamente em virtude desta problemática que as autoridades políticas reivindicam a exclusividade das políticas culturais . Numa perspectiva optimista , claro que ninguém melhor do que elas deveria conhecer uma realidade cultural que (naturalmente . . . ) tanto desejariam estimular . Mas a colectividade , essa sim , é que é a base do acontecimento cultural e deve ser o motor de uma cultura sem dirigismos , quer dizer: de uma cultura em liberdade .

Esta afirmação obriga-nos imediatamente a outra importante conclusão . A distinção entre cultura superior e cultura inferior fica, assim, abolida, em virtude do seu carácter elitista . Trata-se, agora, de promover uma cultura autêntica, tanto num movimento descendente (que tem por origem o prestígio da criatividade) como num movimento ascendente (que parte das práticas culturais dos consumidores igualmente criadoras). Uma cultura que torne cada grupo e cada individuo dono dos seus próprios projectos e autónomo nas suas práticas.

No Começo dos anos 80, a Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa declarava que a diversidade das regiões deste Continente constituía uma riqueza cultural excepcional. Que a cultura não podia isolar-se em actividades requintadas, cada vez mais aperfeiçoadas e perfeccionistas (cultura elitista). Que ela dizia respeito, nas suas diversas modalidades, à totalidade da população de uma região. E, finalmente, que a ciência e a tecnologia faziam também parte do património cultural.

De resto, desenvolvimento cultural significa criação de condições que permitam a todos e a cada um exprimir-se, despontar, reencontrar a sua identidade própria, individualmente, em grupo, em associação. Mais: trata-se de ajudar os indivíduos a reencontrar a facilidade, a faculdade da comunicação muitas vezes perdida face a uma cultura de consumo, isto é: aceite passivamente e privilegiada principalmente pela televisão, pela utilização de meios de comunicação individuais, pelo *habitat* dos grandes conjuntos anónimos.

Por isso, a Conferência dos Ministros Europeus da Cultura, realizada em Berlim, em 1984, adoptou uma declaração cujo texto essencial tomamos a liberdade de resumir em cinco pontos, com destaque para o primeiro e o quarto, em virtude do tema que nos propuseram trazer aqui.

- 1) Desenvolver a criação cultural e o património cultural;
- 2) Dilatar as aptidões de cada indivíduo por uma acção cultural e educativa apropriada;
- 3) Assegurar a todos e a cada um, sem distinção, o pleno exercício da liberdade do pensamento e da expressão;

- 4) Promover a participação de todos na formulação e na realização dos projectos de sociedade – na construção (diríamos nós) do verdadeiro património cultural;
- 5) Estimular todas as formas de solidariedade.

Estas definições deram origem a uma concepção de dinâmica cultural que está muito além da democratização da cultura. Chama-se, agora, *democracia cultural*. Democracia cultural que sugere a ideia de que, afinal, a cultura se situa também ao nível do chamado *burburinho quotidiano* e da criatividade secreta. Exactamente onde milhares de micro-informações da mais diversa natureza são comparadas, verificadas, permutadas, no convívio diário dos indivíduos, na participação da vida colectiva. É nesse *burburinho* que a memória colectiva, por outras palavras, o património cultural, se actualiza e se elaboram novos projectos de sociedade.

Concebida deste modo, a cultura está presente no mundo do trabalho, nos tempos livres, na vida em família, em inúmeras relações inter-pessoais que constituem a matéria prima da dinâmica de qualquer sociedade. Dinâmica que não pode reduzir-se a um movimento descendente, controlado por uma minoria de criadores, conservadores e divulgadores. É claro que estes três tipos de actores culturais são importantes, mas não detêm o monopólio da acção cultural.

De forma abreviada, diremos que esta dinâmica, porque alicerçada na memória colectiva, comporta uma expressão cultural que é de todos. Melhor: comporta a faculdade de cada um se representar a si mesmo e aos outros, o que conduz a uma forma de confrontação tão indispensável como enriquecedora. Só entendido assim o património cultural, se

pode evitar qualquer espécie de regressão, de recessão, que pode conduzir à destruição, ao racismo, ao etnocentrismo, à xenofobia, à intolerância e à discriminação em relação ao que se afigura menor ou é, na verdade, apenas diferente.

A industrialização da cultura tende a restringir as formas de dinâmica cultural de que acabamos de falar e, por conseguinte, a contribuir para a destruição da vida social e cultural. Por isso, outro dos objectivos prioritários da acção cultural é manter, reconstruir e criar património. Manter, reconstruir e criar processos de expressão e confrontação ascendentes e descendentes em todas as regiões e localidades de uma sociedade.

É, pois, uma dinâmica que ultrapassa os chamados grandes domínios culturais. Todos os autores e actores nela comprometidos hão-de ver-se obrigados a indagar sobre a sociedade em geral, sobre as suas estruturas, sobre o seu funcionamento e sobre as suas mudanças.

Os processos culturais de tomada de consciência, de formulação da identidade partem, por vezes, de aspectos económicos, políticos e sociais, para darem lugar a expressões teatrais, musicais, festivas, arquitecturais e a outras formas de património cultural. No quadro dos sistemas democráticos, isto não pode ser considerado senão de forma positiva. De resto, nos sistemas democráticos que se prezam de o ser, existem modos de actuação formais capazes de regular as divergências e equilibrar a estrutura social.

As obras culturais – património, por conseguinte – tal como os processos culturais, penetram e influenciam a realidade social. A acção cultural tem por fundamento signos e símbolos, valores e normas, cujo grau de sofisticação é variável, mas permite a cada indivíduo, grupo ou localidade tomar consciência do lugar que ocupa na sociedade do seu tempo.

É assim que este conceito de património cultural faz passar os mesmos indivíduos, grupos ou localidades, do papel de agentes para o de actores. E é precisamente a partir dessa tomada de consciência que estes actores culturais inventariam as suas aspirações, constroem os seus projectos, talham a sua identidade.

ALGUMA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BASSAND, Michel

*Les Partenaires du Développement Régional: les Dynamiques Ascendantes et Descendantes*. Clermont – Ferrand, 1985.

BASSAND, Michel

*Espace et Périphérie*. Lisboa, 1987.

BASSAND, Michel

*Rapport Intérimaire du Groupe d'Experts Chargé du Project n° 10 du CDCC du Conseil de l'Europe*. Strasbourg, 1987.

*Culture and Regions – Cultural Action in Regional Context. Conference. Meeting in Florence. Draft Final Declaration*. Standing Conference of Local and Regional Authorities of Europe. Florence, 1987.

FRIEDMAN, Yona

*Déclaration Européenne sur les Objectifs Culturels*. Quatrième Conférence des Ministres Européens Responsables des Affaires Culturelles. Berlin, 1984.

HAINARD, François

*Innovations Culturelles et Changement Social*. Strasbourg, 1983.

*Hearing on the Cultural Policy of North Holland. Documents*. Hoorne, 1987.

NILSSON, Ingvar

*Role of Culture in Local Development Processes*.  
Strasbourg, 1983.

*Quatrième Conférence des Ministres Européens Responsables  
des Affaires Culturelles. Berlin (23-25 Mai). Actes de  
la Conférence*. Strasbourg, 1984.

QUEVIT, Michel et RIZZARDO, René

*Interdépendance entre Culture et Économie au Niveau  
Régional*. Namur, 1985.

RIZZARDO, René

*Culture et Régions - Action Culturelle et Espace  
Régional*. Florence, 1987.

SKOOG, Bengt

*Hearing on Cultural Policy of the Azores (Report)*.  
Strasbourg, 1987.



## LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO DE VELHA GOA E TENTATIVAS PARA A SUA CONSERVAÇÃO

*Por : Percival Noronha*

Pareceu-nos que o trabalho que propomos - *Levantamento arqueológico de Velha Goa e tentativas para a sua conservação* - se enquadra no âmbito da I Reunião de Arqueologia e História Prè-colonial. Pois, na verdade, a função da antiga cidade de Elá, conhecida depois por Velha Goa, tem a sua génese no período prè-colonial que remonta ao século XIV.

Pouco se sabe da data certa da fundação da cidade de Velha Goa que hoje se encontra em ruínas, a atestar a grandiosidade do seu passado. Uns fazem-na situar ao tempo do primeiro governo maometano que se instalou na ilha de Goa, com o fundamento no diário de Ibn Batuta, que visitou Goa entre os anos 1343 a 1349 (1). Este viajante árabe deixou um diário da sua viagem no qual se refere a existência de uma

---

(1) *The Rehla of Ibn Batuta*, tr. Mahadi Hussain, Baroda, 1953, p. 177.

cidade hindu nas margens de Zuari (Oddlem Goem ou Velha Goa) e outra maometana – a cidade de Elá, a actual Velha Goa – nas margens do rio Mandovi (2). Segundo João de Barros, a cidade de Velha Goa foi fundada cerca de 1470 por Melique Hussen, «quando os mouros que fugiram do reino de Onor a vieram povoar» (3). A asserção de Barros não parece ser muito segura porquanto a cidade já existia em 1343–49 quando o viajante Ibn Batuta a visitou naquelas alturas. O que talvez se poderia concluir é que os mouros de Onor quando a vieram povoar em 1470, deram apenas impulso para o seu desenvolvimento.

Mas dum ou outro modo, o certo é que no tempo em que os portugueses conquistaram Velha Goa, ela já era um dos principais empórios de comércio e muito em especial um grande centro de vendas de cavalos para onde afluía gente de várias raças e credos de diferentes partes da Ásia e pelo grande número de navios que concorriam de Meca, Aden, Ormuz, Cambaia e Malabar (4).

Do traçado da cidade mourisca de Goa, diz Castanheda que era «bem arruada e de boas casas altas de sobrados de pedra e cal e cercada de muros baixos, e tinha boa fortaleza e grandes almazéns e huns paços de çabayoy» (5). A fortaleza mourisca a que se refere Castanheda, estendia-se pelo norte desde a Alfândega ou *Mandvi* até ao Arsenal. Pelo

---

(2) Gabriel Saldanha, *História de Goa*, 2ª ed., Vol. I, tip. Rangel, Bastorá, 1925, p. 17.

(3) João de Barros, *Da Ásia, Década II*, liv. V, cap I, parte I, Na Regia Officina Typ., ed. 1777, p. 434.

(4) Duarte Barbosa, *A Description of the Coast of East Africa and Malabar in the beginning of the 16th cent.*, trad. H. E. J. Stanley, Londres, p. 74.

(5) Castanheda, *História de Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Liv. III, cap. VIII, tip. Rollandina, Coimbra, 1833, p. 24.

oriente, alcançava a base do oiteiro depois denominado de N. S. do Monte; pelo ocidente, até ao referido Arsenal e pelo sul, onde está actualmente o cemitério. Não eram só estas as fortificações que protegiam a cidade. Existiam também fortalezas e torres exteriores, outrora levantadas em alguns *passos* principais da ilha, as quais impediam a passagem do inimigo.

Entre os edifícios que embelezavam a cidade, ficavam umas casas do Sabaio (Yusuf Adil Shah), de grandes alpendres com colunas de madeira lavrada. Pela porta do Cais entrava-se para o palácio de Adil Shah, conhecido mais tarde como palácio da Fortaleza, «onde estavam nobres aposentos do Sabayo com jardins de eruas cheirosas» (6), e nas proximidades deste havia um tanque lavrado de cantaria, provavelmente construído para o recreio dos reis de Bijapur. Havia muitas mesquitas, sendo a maior no local onde depois se construiu o Colégio de S. Paulo. Havia também templos hindus, sendo o mais importante no local da tirta de Bramapuri, onde ainda hoje há peregrinações. Barros escreve que a cidade de Velha Goa rendia ao Idalcão cem mil pardaus, incluindo a renda dos cavalos de Ormuz e da costa de Arábia (7). Desta cidade maometana existe uma planta de 1509 i. e. um ano anterior ao da conquista e a mais antiga que se conhece (8).

Após a conquista definitiva de Goa em 25 de Novembro de 1510, Afonso de Albuquerque, receando novo ataque de Adil Shah, reconstruiu a cerca e a fortaleza mou-

---

(6) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, tip. da Academia Real das Ciências, 1860, II, p. 59.

(7) João de Barros, *op. cit.*, cap. II, p. 455.

(8) Cf. Luis Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, III, p. 361.

risca, a que pôs o nome de Manuel, em honra de D. Manuel (9). Em 1564, o Vice-rei, D. Antão de Noronha mandou construir a muralha externa da cidade numa extensão de 16 quilómetros. Edificou-se uma fortaleza em Daugim, onde começava a muralha que, beirando ao norte a margem do Mandovi, tornejava para leste, subia pelo Passo Seco (S. Brás ou Gandaulim) até S. Tiago de Banastarim, trepava e ondulava ao sul pelos altos do Manguairal, Carambolim e Goualim-Moula, descendo depois até Bainguinim (10). A cidade ia-se também alastrando e, com «novos e lindos edifícios, construídos à moda portuguesa, transformaram por completo a velha cidade mourisca. O Arco dos Vice-Reis, a Sé, o colégio de S. Paulo, os numerosos conventos e igrejas das ordens religiosas, os solares da nobreza e as casas da burguesia entre outras a casa do imortal Garcia de Orta com o seu quintal, onde o grande sábio fazia as suas investigações de botânica, a cidade ribeirinha tinha um ar inconfundível, conciliando a maravilhosa arquitectura ocidental com o exotismo oriental. Velha Goa era, na verdade, a mais típica criação urbana portuguesa do século XVI» (11).

Esta maravilhosa cidade continuou a progredir por uns 80 anos, i. e. até aos fins do século XVI quando o império português começou a fragmentar-se devido a várias causas como a intolerância religiosa, o domínio filipino, o bloqueio dos holandeses (1603 e 1640-43), a insidia dos ingleses, a indisciplina dos fidalgos e nobres, os constantes ataques dos maratas e mouros, a juntar-se a outras causas

---

(9) Gaspar Correia, *op. cit.*, II, p. 158.

(10) Bragança Pereira, *As Capitais da Índia Port. - Velha - Goa*, in *O Oriente Português*, N.º 1, Dez. 1931, p. 132.

(11) Pacheco de Figueiredo, *Goa Pré-Portuguesa*, in *STUDIA (CEHU)*, N.º 13-14, p. 225.

como as epidemias de carácter endémico devido a deterioração das condições higiénicas da cidade, etc. Tudo isto levou a um conseqüente despovoamento da Velha Goa até que afinal se pensou em mudar a capital para Mormugão. Entretanto, em 28 de Maio de 1693, o governador Conde de Villa Verde que veio com expressas instruções superiores para se fixar em Mormugão, notou que os arranjos neste local estavam longe de poder satisfazer as necessidades para se estabelecer a sede para a capital do Estado da Índia, pois tudo se estava aí por fazer e o governador resolveu afinal em 1694, fixar-se em Panelim nos subúrbios de Velha Goa (12). Todavia, a ideia da mudança da capital para Mormugão continuava na mente do governo tanto assim que o vice-rei Caetano de Melo e Castro transferiu para esse lugar a sua residência em 1703. Porém, não seria por muito tempo, ficando as obras em Mormugão suspensas por determinação régia em 18 de Março de 1712, depois de se terem despendido 600.000 xarafins nas poucas construções levadas aí a efeito (13).

O vice-rei, Conde de Ericeira, Dom Luis de Menezes promulgou ainda o alvará de 22 de Agosto de 1719 com o fim de preservar algumas habitações em volta dos edificios religiosos na Velha Cidade, mas essa tentativa ficou gorada (14). Posteriormente, com a expulsão dos jesuitas em 1759, os seus conventos e igrejas se tornaram propriedade do Estado, que os votou ao desprezo. Também os ares malignos continuavam a perseguir os habitantes que abandonavam a cidade ficando a sua população reduzida a 1.600 almas. Foi neste estado da cidade que em 31 de Dezembro de 1759, o

---

(12) Gabriel Saldanha, op. cit. p. 183.

(13) Cf. *O Oriente Português*, 1931, N<sup>o</sup> 1, p. 163.

(14) Cf. Gabriel Saldanha, op. cit. p. 185 - 186.

vice-rei Dom Manuel da Saldanha de Albuquerque, Conde de Ega, mudou a sua residência do palácio de Panelim para a antiga fortaleza de Idalcão em Pangim, que foi adaptada para o fim em vista pela Câmara de Goa (15).

Ainda assim, em 1774, o ministro de Dom José I, Marquês de Pombal, tentou reedificar a Velha Cidade de Goa como consta das suas famosas Instruções dadas ao governador D. José Pedro da Câmara. Em 1777, sob a direção do Brigadeiro-General, Henrique Carlos Henriques, começaram as obras da cidade precedidas de trabalhos de saneamento à custa de  $\frac{1}{2}\%$  de contribuição sobre o rendimento líquido dos afazendados das velhas conquistas, bem assim de contribuição de 396.000 xerafins das comunidades das Ilhas, Bardez e Salcete, além da cobrança pelas Alfândegas de um por cento destinado às obras da cidade. Foi nessa ocasião que se fez a secagem da alagoa de Carambolim pois se afirma que foi devida à corrupção de um elefante na alagoa que provocou a epidemia de cólera na cidade no século XVI. Foram também abertas algumas ruas e edificadas as casas das aldeias de S. Matias, Morombim o Grande, Calapor, Carambolim e Bambolim, além de mais oito nas margens do rio. Mas os trabalhos nunca chegaram a prosseguir de acordo com o plano devido às febres malignas que grassavam na cidade. O governo, convencido da impossibilidade de reedificar a cidade, abandonou o plano depois de ter despendido muitos milhares de xerafins do tesouro público. Nestas alturas foram transferidos para Pangim quase todos os serviços públicos que funcionavam na Velha Cidade (16).

---

(15) Cf. *O Oriente Português*, 1931, N° I, p. 166.

(16) Cf. Cap. Delduque de Costa, *A Tentativa de reconstrução de Goa em 1777*, in *O Oriente Português*, N° 1, 1931, p. 102 - 120.

Efectivou-se, entretanto, a extinção das ordens religiosas (1835) deixando em completo abandono as igrejas e os conventos da cidade e, como estes ameaçassem ruína, foi nomeada uma comissão sob a presidência do Barão de Cumbarjua, para estudar quais os edificios que ainda se podiam conservar, demolindo-se os restantes para se aproveitar dos materiais não só na actual capital (Pangim), mas ainda em outros sitios de Goa (17).

Após a transferência definitiva da capital do Estado da India para Pangim que foi elevada à categoria de cidade por Alvará de 22 de Março de 1843, o governador Conde de Antas, tratou de providenciar sobre a venda das propriedades na Velha Cidade pertencentes às extintas ordens religiosas, à excepção dos conventos do Cabo, de S. Caetano e da Casa Professa do Bom Jesus (18). E... assim, se transformou aquela cidade num montão de ruínas com uma dúzia de igrejas e conventos a erguerem-se entre palmeiras e árvores que crescem viçosas nas antigas ruas e praças daquela que foi apelidada outrora de Rainha do Oriente.

Depois da tentativa infrutifera do Marquês de Pombal em 1774 no sentido de rehabilitar Velha Goa, novo capítulo se abriu somente nos fins do século XIX com a promulgação das disposições legais contidas nas portarias Nº 331 de 9-6-1894, Nº 491 de 15-7-1895 e Nº 460 de 22-5-1896 que estabeleceram os museus arqueológicos e uma Comissão Permanente de Arqueologia no Estado da India. Isso demonstrou, embora tarde, o interesse do governo na conservação dos monumentos, e do seu rico espólio. Seguiu-se o decreto de 31 de Dezembro de 1902 mandado aplicar às reparações urgentes dos monumentos históricos de Goa, par-

---

(17) Bol. Oficial do Governo (Estado da India), Nº 86 de 1870.

(18) Gabriel Saldanha, op. cit. pg. 273.

te de lucros líquidos da emissão de 300.000 rupias em prata destinadas ao Estado da Índia, vindo no encalço a portaria Nº 133 de 25 de Maio de 1903 que reorganizou a Comissão Permanente de Arqueologia e a portaria Nº 203 de Agosto de 1903 onde vinham definidas as bases para a norma dos trabalhos da Comissão reconstituída pela acima portaria Nº 133. Foi em 27 de Junho de 1903, propriamente que a Comissão começou a funcionar como um corpo consultivo (19).

A Comissão Permanente de Arqueologia durante a sua existência de quase 40 anos, entrecortada de interrupções, volveu sempre a sua melhor atenção à velha capital do império português do oriente. A colecção da galeria lapidária, a publicação de « O Oriente Português » – repositório de valiosos estudos sobre a história e arqueologia bem como de trabalhos arqueológicos e de protecção aos monumentos, dentro de poucos recursos de que dispunha, foi obra dessa Comissão, abruptamente extinta em 1940.

Os primeiros trabalhos arqueológicos pela Comissão Permanente começaram em 1906 sob a direcção do Dr. Osório de Castro, que foram logo interrompidos, tendo o Dr. António Floriano de Noronha, que assumiu a presidência em 1922, recommençado as escavações iniciadas pelo seu antecessor. Conforme se lê no relatório sobre estes trabalhos foram feitas escavações no local das ruínas do antigo e do novo Senado de Goa, nas do edifício da Inquisição, nas ruínas do Convento dos Oratorianos e do Carmo, bem como, em vários outros locais. Em quase todas as escavações «foram encontrados azulejos». As escavações nas ruínas da Igreja de N. S. da Graça e Sto. Agostinho que decorreram por es-

---

(19) Doc. relativos à fundação de Museus Arqueológicos e à criação da Comissão Permanente de Arqueologia, in *O Oriente Português*, Vol I, Nº I, 1904, p. 1 e seg.

paço de quase três anos «foram até a profundidade de 4 a 5 metros, tendo de se remover grandes pedras . . . Eram um trabalho árduo e como nem todos podiam ver e apreciar a soma do esforço empregado, cujo resultado poderia parecer insignificante, achou-se prudente suspender essas escavações» (20). A Comissão não mais prosseguiu as obras depois de 1931, não só por causa das fracas dotações orçamentais mas ainda por causa da crítica!

Por Portaria Provincial N<sup>o</sup> 1360 de 31 de Março de 1932 os históricos edificios e algumas ruínas existentes na Velha Cidade foram declarados monumentos nacionais.

Depois veio o saneamento que foi levado a efeito em 1948-49, pelos Serviços de Saúde do antigo Estado da Índia, tornando saudável o que era dantes um antro de febres malignas. Convém aqui lembrar de que a Velha Cidade no auge da sua grandeza, albergava uma população de 200.000 almas numa área de menos de três quilómetros quadrados, sem a mínima observância das condições essenciais para a conservação da saúde pública às quais pouca ou nenhuma atenção se prestava (21).

É pelos relatos dos cronistas e viajantes, bem assim, através dos officios dos governadores que temos tido noticia de grandes epidemias de cólera e variola que affligiram a cidade no passado. A variola conhecida ao tempo por «be-xiguas» e a cólera (colerica passio) eram doenças endémicas cuja natureza era já sabida nessa época, embora a sua etiologia fosse desconhecida. Mas em 1777, nas alturas em que se executavam as obras de reedificação da Velha Cidade onde, dos 1625 operários, 665 adoeceram e 58 morreram em

---

(20) *O Oriente Português*, N<sup>o</sup> 7, 8 e 9 de 1934/5, pp. 6 e 7.

(21) Cf. Gabriel Saldanha, op. cit. p. 135.

menos de 5 meses (22), ninguém conhecia a natureza e muitos menos a etiologia das «febres malignas» que lá grassavam.

No seu estudo, «Velha Goa – Seu saneamento» o Dr. Victor Dias, referindo-se ao mal que afectava a cidade, explica: «Para se poder afirmar com segurança, que a doença que grassava na Velha Cidade impedindo o seu restabelecimento como capital do Estado, tão ansiosamente desejado pelo Marquês de Pombal, era uma forma maligna e grave do paludismo, basta ler o relato do Governador Dom José Pedro da Câmara na sua carta ao Sub-secretário de Estado de 30 de Abril de 1778» (23): «... Dos muytos begarins que tem vindo destas Ilhas e Províncias para o trabalho das obras da cidade tem falecido, como consta das certidoens das Câmaras gerais, fazendo-se notável observação, q'aquelles que dormião fora da cidade nas aldeas próximas não adoeciam, aquelles porém que dormião na cidade e em Santa Rosalia próximo desta cidade adoeciam quasi todos», e o Dr. Victor Dias, acrescenta: «E' que uma vez abandonada a cidade em meados do século XVIII, os 3.500 poços que haviam ficado sem que durante algumas décadas de anos a superficie das suas águas fosse remexida, constituiram meio próprio para a proliferação do mosquito vector e transmissor do paludismo» (24).

As conclusões a que chegou esse distinto médico, mais tarde se confirmaram, pois com os trabalhos de saneamento, sob a sua direcção, coadjuvado pelo delegado de saúde, Dr. Brás de Sá, a salubridade de Velha Cidade foi resta-

---

(22) José Nicolau da Fonseca, *An Historical and Archaeological Sketch of the City of Goa*, Bombay, Thacker & Co., 1878, p. 185.

(23) Liv. de Monções, N.º 158, p. 246 e seg.

(24) Cf. Dr. Victor Dias, *Velha - Goa - Seu Saneamento*. (Opúsculo)

belecida tendo sido efectivamente eliminados todos os focos do mosquito vector e transmissor do paludismo, permitindo, assim, aquartelar entre os anos 1949 a 1961, centenas de soldados da tropa expedicionária no convento restaurado de S. João de Deus e no mosteiro de Sta. Mónica. Posteriormente, algumas ordens religiosas não só se estabeleceram nesses edificios mas ainda em outros conventos daquela cidade onde ainda continuam.

Já em 1947, o governador José Silvestre Ferreira Bossa tomando conhecimento da situação lamentável em que se encontravam ou poucos monumentos da Velha Cidade, tentou remediá-la duma forma eficaz. Embora o seu governo fosse de efémera duração, todavia, o seu esforço em officiar o governo central produziu notável efeito. Assim, em fins de 1950, vinha uma missão especial de Restauo de Padrões e Monumentos sob a direcção do Architecto Baltazar de Castro, homem de superior envergadura que, pelo restauo levado a efeito, traz à vida o convento de S. João de Deus, a capela de Santa Catarina, a capelinha de S. Francisco Xavier, além de ter trabalhado dentro dos cânones da técnica no reforço da torre da igreja do Bom Jesus e na feitura do tecto do mosteiro de Sta. Mónica, do Priorado do Rosário e da Igreja de N. S. da Divina Providência.

Deu-se, entretanto, o desmoronamento do Arco dos Vice-Reis, assim chamado por ser ai que o Senado de Goa recebia os Vice-Reis no dia da posse e lhes entregava as chaves da cidade. Esse arco fora construido em 1599 pelo engenheiro-mór, Julio Simão cujo nome está ligado a algumas obras da cidade, incluindo as da Sé Cathedral. O Arco dos Vice-Reis, ora desmoronado, sofrera alterações sensíveis em 1609 com o acrescentamento de mais um nicho para a colocação da imagem em bronze de Sta. Catarina de Alexandria que terminava por um outro frontão triangular mais

pequeno (25). Quando da sua reconstrução (1952-54), manteve-se rigorosamente a traça antiga, fazendo-o regressar à sua pureza original.

Ambicioso era o plano do arquitecto Baltazar de Castro, pois a ideia de encarar fraccionadamente qualquer objectivo daria origem a fracassos inevitáveis. Neste sentido, com fundamento no decreto N.º 21:875 de 18 de Novembro de 1932, estava ele empenhado na delimitação de zonas de protecção aos monumentos de reconhecido valor arquitectónico no tocante aos espaços em sua volta, e na proibição de obras e modificações de qualquer natureza tendentes a prejudicar a estética ou segurança dos monumentos em causa (26). Infelizmente, as suas ideias não puderam ser postas em prática, pois inesperadamente foi dada por finda a sua comissão de serviço! É que o arquitecto Baltazar de Castro pôs a descoberto as paredes exteriores da estrutura da Basilica do Bom Jesus, removendo a argamassa que as cobria, com base de que «a construção fora feita de pedra laterítica de grão fino, homogênea e que, assim, sob o ponto de vista de estética, o monumento seria mais expressivo e, também, a tal pedra em particular, uma vez exposta aos agentes externos, dá-se nela o arrastamento de parte das argilas e o ferro concentra-se, a pedra toma o aspecto vesicular e torna-se muito rija» (27). Isso em grande parte é verdade. Em Goa, ao empregarem-se os blocos de pedra laterítica na construção civil, é sempre de aconselhar deixar passar uma monção sobre as paredes erguidas, para obter o endurecimento da superfície, o que, de facto, se verifica. Ora este

---

(25) Gabriel Saldanha, op. cit. Vol III, p. 214 e seg.

(26) Mariano José Dias, *A Velha Cidade de Goa* in *O Heraldo* de 26-7-89

(27) Duma entrevista à imprensa que não veio publicada, (1952).

Cf. Anuário da Índia Portuguesa - 1953, Imprensa Nacional, Goa, p. 51.

procedimento por parte do architecto deu lugar a controvérsia e crítica, pois houve outra corrente que arguia sobre as suas desvantagens por a pedra laterítica ser algo porosa e com as chuvas da monção muito copiosas em Goa, dar sempre origem a enormes manchas de humidade no interior, enfraquecendo também a parede. Era por esta razão que se impunha a necessidade de revestimento do lado externo do edificio. É de notar que até a esta data a Basilica continua com as paredes descobertas, embora então estivesse prevista a sua pintura com silicato transparente de modo que elas ficariam impermeáveis à acção das águas de chuva, todavia deixando ver as pedras ao natural. Esse tratamento também ficou por ser feito.

O último Governador-Geral do antigo Estado da Índia, General Manuel António Vassalo e Silva, logo no início da sua governação começou uma actividade operosa em todo o território. Inspirado pelo objectivo da revalorização daquela que foi a capital da Goa Dourada, nomeou por seu histórico despacho de 19 de Maio de 1959 uma comissão sob a presidência do Dr. Ismael Gracias, Presidente da Relação de Goa com o fim de reunir e coordenar vários elementos dispersos cujo conhecimento e relações fossem indispensáveis à concretização da ideia-base de todo o movimento de «reintegração da cidade de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico, monástico e religioso». A comissão submeteu o seu bem elaborado relatório em 12 de Agosto do mesmo ano, que não só incluía o estudo completo e perfeito do problema, como apontava as soluções a adoptar para a reintegração da Velha Goa. O vasto plano comportava a realização das seguintes obras divididas em duas fases: A primeira previa: 1. Restauro de monumentos e ruínas; 2. Colocação da estátua de Camões no centro do largo de S. Francisco Xavier, devidamente ajardinado; 3. Construção de arruamentos e praças;

4. Ajardinamentos. Na segunda fase, estavam previstos: 1. Arranjos urbanísticos com construções de edificações novas; 2. Defesa do património artístico do Estado da Índia, incluindo o museu lapidar, e o museu de arte sacra (28).

Em 11 de Janeiro de 1960, data da visita a Velha Goa do Ministro da Presidência, Doutor Pedro Theotónio Pereira, foi assinalado o início das obras com uma lápide que se ostentava defronte da Basílica Menor do Bom Jesus. Esta lápide foi removida em 1963, pelos serviços de Arqueologia do Governo da Índia. Desde o início daquelas obras até aos fins de Dezembro de 1961, a actividade dos trabalhos na Cidade Velha foi intensa e variada que não pode ser exposta integralmente nesta comunicação, dada a sua extensão. Vão, todavia, registadas apenas obras mais importantes que foram aí levadas a efeito (29):

- Placa ajardinada no centro da praça de S. Francisco Xavier com a colocação da estátua de Luis de Camões, que foi inaugurada em 10 de Junho de 1960. Esta estátua foi retirada pelos Serviços de Arqueologia do Governo da Índia em Novembro de 1983, após dois atentados de bomba.
- Obra do grandioso edifício do Instituto Pio X (Instituto de Teologia para Formação Pastoral), instalado no velho Convento de S. Caetano, bem assim, consolidação das torres da Igreja de N. S. da Divina Providência.
- Restauro completo da capela de Sto. António do Monte Santo, incluindo recomposição dos altares e sua douração, a qual foi inaugurada em 9-7-1961.

---

(28) *Velha Goa*, Relatório de Comissão sob presidência do Des. José Ismael Gracias, Imprensa Nacional, Goa, 1960.

(29) *A Jornada Continua*, Imprensa Nacional, Goa, 1960, p. 210.

O grandioso plano concebido e esboçado pelo General Vassalo e Silva e seus colaboradores para o renascimento da Velha Goa que, por quase dois anos estava a ser executado com todo o entusiasmo, teve um abrupto fim em 19 de Dezembro de 1961, com a integração de Goa na União Indiana.

Após um ano de inacção, o Governo, por uma portaria publicada no Boletim Oficial N.º 15, II série, de 11 de Abril de 1963, nomeou uma Comissão sob a presidência do Secretário Geral do novo Território de União de Goa, Damão e Diu, a fim de formular um programa para a preservação sistemática dos monumentos de valor histórico, artístico, emocional e religioso, e considerar a melhor forma de tornar extensivo ao território o decreto: *The Ancient Monuments and Archaeological Sites and Remains Act, 1958*, de 28 de Agosto de 1958, bem assim, considerar sítios apropriados para o estabelecimento do Museu Arqueológico e de uma Galeria de Arte. A Comissão numa das sessões de estudo, convidou o Dr. A. Ghosh, Director-Geral de ARCHAEOLOGICAL SURVEY OF INDIA (ASI) que sugeriu o estabelecimento de um mini-círculo em Goa para coordenar e levar avante várias obras relacionadas com a conservação dos monumentos.

Foi, entretanto, anunciado pela Arquidiocese de Goa que em Dezembro de 1964 realizar-se-ia a Exposição de S. Francisco Xavier. O Governo da Índia tomou especial interesse pelo evento, pois, além de estabelecer o referido mini-círculo, promulgou uma ordem declarando 25 monumentos, fortes e ruínas no Território de União de interesse histórico e arqueológico, contando entre estes, os seguintes edifícios e ruínas na Velha Cidade: 1. Sé Catedral; 2. Basilica do Bom Jesus; 3. Igreja de N. S. da Divina Providência; 4. Arco dos Vice-Reis; 5. Igreja e Convento de S. Francisco de Assis;

6. Ruínas do Convento de Sto. Agostinho; 7. Ruínas do Colégio de S. Paulo; 8. Ruínas do Palácio da Fortaleza e 9. Capela de Sta. Catarina.

Antes da Exposição de 1964, completaram-se os arranjos urbanísticos da área entre a Igreja de S. Francisco de Assis, a Sé Catedral e a Basilica do Bom Jesus que foram executados de acordo com o plano do General Vassalo e Silva. Toda aquela área ficou transformada num belo parque com canteiros de flores. Completaram-se também as obras de restauro da Basilica do Bom Jesus, da Sé Catedral, Convento de S. Francisco de Assis e da Igreja da N. S. da Divina Providência (30). Mais de sessenta peças arqueológicas em basalto do período pré-colonial, do tempo de Idalcão e de anteriores reinados hindus, que faziam parte do museu lapidar do antigo convento de S. Caetano, foram transferidas e exibidas na varanda do rés-do-chão do convento de S. Francisco de Assis constituindo, assim, uma ala distinta dos restos daquele período. Os quadros dos Vice-Reis, apenas 53 em número, foram acomodados no pavimento superior do referido convento, conjuntamente com as pinturas Franciscanas que lá existiam. Os restantes 55 quadros dos Vice-Reis, por falta de espaço, foram guardados em depósito.

Em 1983, reuniu-se em Goa, a Conferência Cimeira dos Chefes do Governo da Comunidade Britânica (CHOGM). Nessa ocasião, a Velha Cidade vestiu-se de gala para receber a visita de todos os chefes de estado daquela Comunidade, incluindo da Sra. Margarida Thatcher, Primeiro-Ministro da Inglaterra.

Em 1984, o governo de Goa, Damão e Diu em colaboração com a Indian Heritage Society (Goa), levou a efeito um

---

(30) Cf. *Indian Archaeology - A Review* (1963-64), p. 115 e (1964-65), vide cap. «Preservation of Monuments - Group of Monuments - Velha Goa».

levantamento de monumentos históricos, igrejas, templos, mesquitas e casas de mais de 100 anos de existência nos distritos de Goa, Damão e Diu. Na Velha Cidade e seus arredores, foram assinalados todos os 118 monumentos, ruínas e outros locais históricos constantes do mapa da antiga Direcção das Obras Públicas preparado em 1910 (31), cuja cópia em tamanho reduzido se encontra apenas a esta comunicação. Pensa-se agora fazer o traçamento da muralha externa que defendia a Velha Goa, pois estão já assinaladas as portas da entrada da cidade e da Quinta de Sta. Rosália etc.

Até 1988, a acção da Archaeological Survey of India (ASI) em Goa, tinha sido simplesmente conduzida no sentido de evitar a destruição de que ainda existe não havendo iniciativas para reconstruir o que já se perdera no seu aspecto inicial ou explorar as ruínas existentes na antiga capital ou ainda reconstruir os vastos edificios e complexos que embelezavam outrora a cidade.

Em 1983-84, foi dado o primeiro passo pela A. S. I. que iniciou escavações, em pequena escala, em volta do Palácio da Fortaleza, pondo à mostra as fundações de dois vastos compartimentos rectangulares e de uma sala menor. Nesta última, os alicerces eram de pedra não talhada e assentada com massa argilosa, presumindo-se ter sido esta uma dependência do antigo palácio mourisco. Durante as escavações, encontraram-se moedas do tempo de Idalcão, porém com legendas em lingua persa, além de vasos de porcelana chinesa do período *Lung-chuan*, alguns utensilios de barro vermelho e preto, e uma metade de um disco de cobre. Nos compartimentos rectangulares maiores, as pedras usadas eram em laterite talhada, e assentadas com cal, pare-

---

(31) Cf. *Portaria* de 15-2-1910, Bol. Of N<sup>o</sup> 45.

cendo ser uma extensão feita após a conquista (1510). Foram também encontrados vasos de louça chinesa a azul e branco, tejos hexagonais e rectangulares, uma pequena estrela de ferro e um pingo de ouro (32).

Em 1989, a A. S. I. iniciou escavações em larga escala nas ruínas da Igreja de N. Sra. da Graça no complexo Agostiniano, completando assim a obra iniciada em 1906 pela antiga Comissão Permanente de Arqueologia, atrás referida. As escavações destas ruínas revestem-se de especial interesse dado o Governo Russo estar muito empenhado na descoberta do nicho contendo os ossos da Rainha Keetevan Dedopoli (Guativanda Dedopoli), Rainha do Gurgistão (actual Geórgia) que se conservam «em hum túmulo de pedra preta no capítulo do Convento de N. Sra. da Graça de Goa» (33). As escavações que decorriam num ritmo acelerado tiveram de ser interrompidas em Junho último por causa das chuvas de monção. Até hoje, grande parte da nave da igreja, já se encontra desobstruída pondo a descoberto dezenas de lápides. Em Novembro próximo quando se recommençarem as obras, as autoridades da A.S.I., esperam desentulhar a parte central da nave e as cinco capelinhas do lado sul que lhes permitirá verificar com rigor a traça da igreja. Entretanto, nos escombros foram encontrados azulejos de pigmento azul e amarelo de uma rico floreado que parecem ser de proveniência persa.

A Archaeological Survey of India tem ainda planos para reforçar as ruínas da torre da Igreja de N. S. da Graça que se ergue altaneira, bem assim, continuar as escavações

---

(32) Cf. *Indian Archaeology - A review (1983-84)* - vide cap. de «Explorations and Excavation at Velha Goa».

(33) Pe. Silva Rego, *História para as Missões do Padroado Português do Oriente*, Vol. XII, p. 63.



no complexo Agostiniano numa área de 11.000 metros quadrados ao longo da Rua dos Judeus. É de notar que este complexo abranjia, além da Igreja de N. S. da Graça, o convento de Sto. Agostinho e o Colégio de Populo que se situava do outro lado da Rua dos Judeus.

A rápida urbanização ou melhor, a re-urbanização que ameaça invadir a zona de Velha Goa, tem criado ansiedade na mente dos urbanistas e membros das sociedades protectoras do ambiente. É neste sentido que se tem esboçado um movimento para proteger e deixar intacta a faixa por onde corria a antiga muralha da cidade e alguns sitios históricos tais como a forca, a Quinta de Sta. Rosália, etc.

Muito haveria ainda a dizer sobre a conservação na Velha Cidade de Goa. Porém, os factos expostos irão de certo dar uma ideia do que se fez e se está a fazer naquela Cidade. Somos, entretanto, tentados a transcrever o que o Sr. José Gomes Alvarez, do Serviço de Estudos do Ambiente na Secretaria de Estado do Ambiente, Portugal, escreve: «A conservação do Património Cultural para ser efectiva não pode ser tarefa só de alguns entendidos nem sequer da exclusiva competência do Estado. O que se pretende salvaguardar é todo um Património Nacional e deve portanto ser a Nação, como conjunto dos cidadãos e do Estado, a tomar a cargo a valorização desse Património como parte integrante da sua própria continuidade. Sendo o Estado o executor privilegiado, resta-nos alertar as populações, mostrando pela imagem o que ainda resta, explicar o interesse da sua salvaguarda e sugerir como se poderá levar a cabo, para que todo o corpo social possa meter mãos à obra» (34).

---

(34) José Gomes Alvarez, *1 Introdução. Inventário do Património Cultural Construído*. Serviço de Estudos do Ambiente, Secretaria de Estado do Ambiente, Portugal, p. 91.

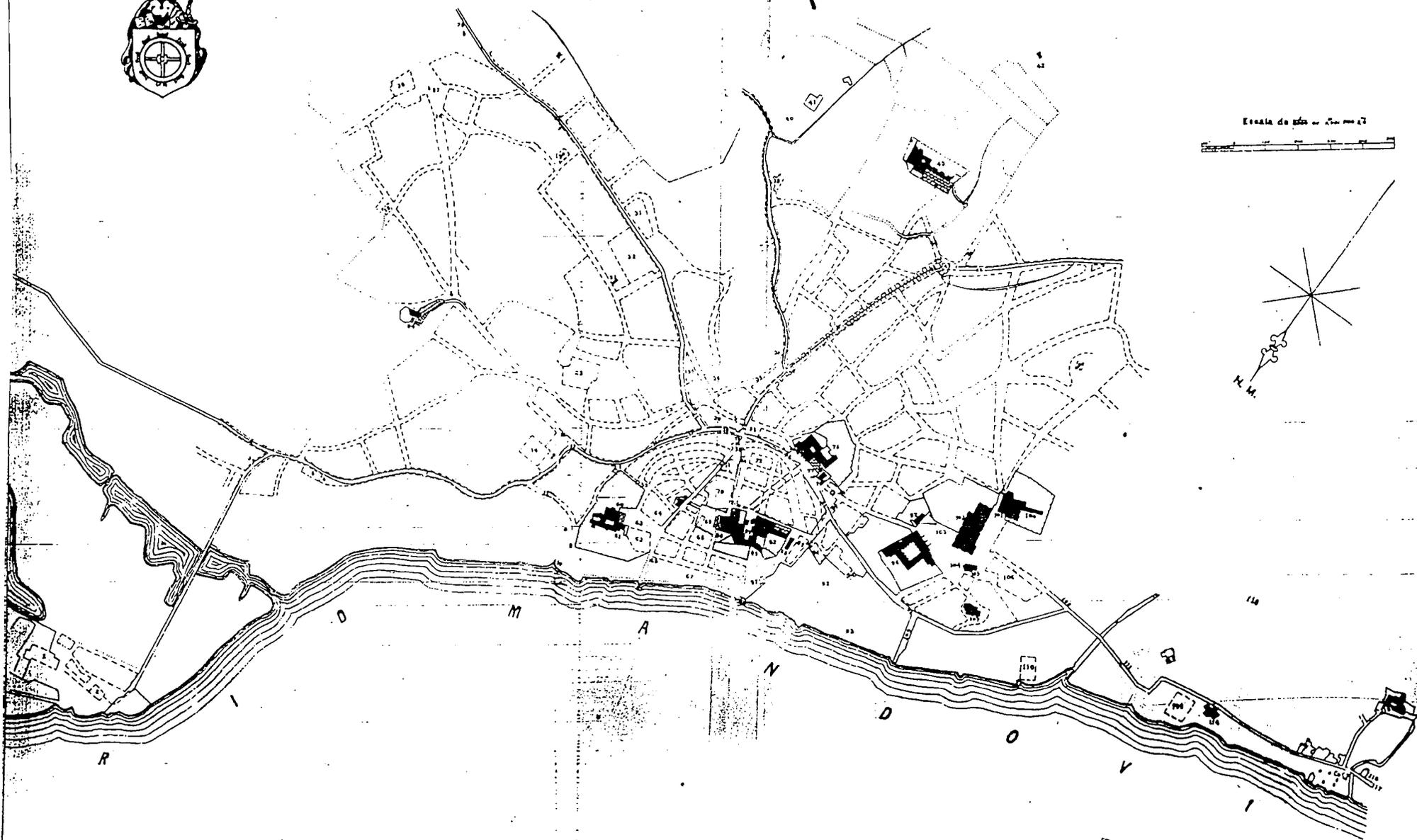
É naquele sentido que duas conhecidas sociedades indianas , a *Indian Heritage Society (IHS)* e a *Indian National Trust for Art and Cultural Heritage (INTACH)*, ambas com uma larga representação em Goa , estão activamente empenhadas na revalorização da Velha Cidade de Goa , não só coadjuvando com as autoridades locais no tocante a sua conservação , mas ainda tentando educar as gerações novas sobre a rica herança cultural de Goa .

**LEGENDA****OBSERVAÇÃO**

O contorno a linha tracejada representa a parte da Velha Cidade já hoje não existente

- |   |  |
|---|--|
| 1 - Local do Convento da Madre de Deus                          | 60 - Convento de S. Caetano                                  |
| 2 - Local da Igreja de S. José                                  | 61 - Palácio dos Governadores                                |
| 3 - Calçada de Daugim   | 62 - Local do Palácio dos Vice-Reis                          |
| 4 - Rua das Flores  | 63 - Terreiro dos Vice-Reis                                  |
| 5 - Local da Igreja de Sta. Luzia                               | 64 - Local do Tronco   |
| 6 - Adro de Sta. Luzia  | 65 - Arco dos Vice-Reis                                      |
| 7 - Rua de Sta. Luzia   | 66 - Cais dos Vice-Reis                                      |
| 8 - Local da Balança ou Pezo                                    | 67 - Ribeira das Galeras                                     |
| 9 - Local do Bazar Grande                                       | 68 - Local da Casa do Senado                                 |
| 10 - Local da Alfândega   | 69 - Terreiro do Sabaio                                      |
| 11 - Rua do Bazar Grande  | 70 - Local do Tribunal da Inquisição                         |
| 12 - Rua de S. Domingos   | 71 - Rua do Crucifixo  |
| 13 - Rua do Monte ou do Vigário Geral                           | 72 - Local da Misericórdia                                   |
| 14 - Local do Convento de S. Domingos                           | 73 - Rua do Bazar Velho                                      |
| 15 - Rua do Mandovim  | 74 - Rua dos Banianes  |
| 16 - Calçada de N. S. do Monte                                  | 75 - Igreja e Casa professa do Bom Jesus                     |
| 17 - Rua dos Surradores   | 76 - Casa dos Peregrinos                                     |
| 18 - Rua do Açougue   | 77 - Terreiro dos Gallos                                     |
| 19 - Local do Açougue   | 78 - Rua dos Carregados                                      |
| 20 - Local do Tribunal  | 79 - Rua da Graça, ou das Monicas                            |
| 21 - Rua da Árvore  | 80 - Rua das Tres Boticas                                    |
| 22 - Rua de N. S. do Monte                                      | 81 - Rua dos Chapeleiros                                     |
| 23 - Local do Convento dos Carmelitas                           | 82 - Convento de S. Francisco d'Assiz                        |
| 24 - Igreja de N. S. do Monte                                   | 83 - Palácio do Arcebispo                                    |
| 25 - Local da Igreja de Sto. Amaro                              | 84 - Sé  |
| 26 - Rua de S. Lázaro   | 85 - Quartel   |
| 27 - Adro de S. Lázaro  | 86 - Cais de Sta. Catharina, ou do Arcebispo                 |
| 28 - Local do Hospital de S. Lázaro                             | 87 - Local do Aljube   |
| 29 - Campo de S. Lázaro   | 88 - Capela de Sta. Catharina                                |
| 30 - Local da Igreja de S. Thomé                                | 89 - Local do Hospital Real                                  |
| 31 - Rua de S. Thomé  | 90 - Rua do Bazarinho de S. Francisco                        |
| 32 - Local do Seminário da Sta. Fé ou Colegio Velho de S. Paulo | 91 - Local da Igreja dos Stos. Martyres                      |
| 33 - Capela de S. Francisco Xavier                              | 92 - Local da Ribeira Grande ou Arsenal                      |
| 34 - Rua de S. Paulo  | 93 - Estufa  |
| 35 - Local da Igreja de Sto. Aleixo                             | 94 - Local da Capela das Chagas                              |
| 36 - Local do Hospital dos Pobres                               | 95 - Rua das Naus de Ormuz                                   |
| 37 - Rua do Hospital dos Pobres, ou Mão Cortada                 | 96 - Convento de Sta. Monica                                 |
| 38 - Rua da Santissima Trindade                                 | 97 - Convento de S. João de Deus                             |
| 39 - Local da Igreja da Santissima Trindade                     | 98 - Local da Igreja de St. André                            |
| 40 - Local do antigo Pagode                                     | 99 - Rua dos Judeus  |
| 41 - Tirta  | 100 - Ruínas do Colégio do Populo                            |
| 42 - Ruína da Forca   | 101 - Local do Arco do Populo                                |
| 43 - Ruína do Convento da Cruz dos Milagres                     | 102 - Ruínas de N. Sra. da Graça e Convento de St. Agostinho |
| 44 - Calçada da Cruz dos Milagres                               | 103 - Terreiro de St. Agostinho                              |
| 45 - Caminho da Forca   | 104 - Praça de St. António                                   |
| 46 - Caminho das Portas de Moulá                                | 105 - Capela de St. António                                  |
| 47 - Local da Igreja de N. S. da Luz                            | 106 - Local do Convento de S. Roque                          |
| 48 - Adro de N. S. da Luz                                       | 107 - Priorado de N. Sra. do Rosário                         |
| 49 - Calçada de N. S. da Luz                                    | 108 - Calçada de N. Sra. do Rosário                          |
| 50 - Pelourinho Novo  | 109 - Beco dos Bachareis                                     |
| 51 - Rua dos Ourives  | 110 - Local do Convento de S. Boaventura                     |
| 52 - Rua dos Pannos   | 111 - Rua de S. Boaventura                                   |
| 53 - Local do Bazar Velho ou Pelourinho Velho                   | 112 - Cemitério de S. Pedro                                  |
| 54 - Local da Porta dos Bachareis ou Baças                      | 113 - Local do Convento de S. Thomás de Aquino               |
| 55 - Local do recolhimento da Serra                             | 114 - Igreja de S. Pedro                                     |
| 56 - Cemitério  | - Ruínas do Palácio de Panelim                               |
| 57 - Rua Direita ou dos Leilões                                 | - Capela de N. Sra. da Piedade                               |
| 58 - Casa das Bullas  | - Rua de S. Pedro  |
| 59 - Arco de N. S. da Conceição                                 | - Banguenim  |

# PLANTA DA VELHA-CIDADE DE GÔA



24 de Agosto de 1910

## À MARGEM DO LIVRO DO TOMBO DA VILA NOVA

A publicação neste boletim, do Livro do Tombo da Paroquial do Espírito Santo da Vila Nova, em leitura paleográfica da Dr<sup>a</sup> Joana Pinto Machado, justifica uma pequena nota introdutória sobre este importante documento.

Os livros do toambo das paróquias e misericórdias teriam sido mandados organizar, a meados do século XVI, pelo visitador Baltazar Gonçalves, com fins de melhor administração dos bens legados às igrejas e capelas. Fins administrativos, que tornavam possível as visitas e conseqüente inspecção e fins morais, como forma de zelar pelo cumprimento da vontade dos testadores que haviam feito legados em favor das suas almas, cuja execução competia à hierarquia religiosa.

Infelizmente o livro em causa não possui já as três

primeiras folhas, a fazer fé na numeração moderna, e isso impede-nos de conhecermos o possível termo de abertura.

Ora é num livro de tombo, mas da Matriz da Praia, que vamos encontrar um documento muito elucidativo sobre os fins e organização dos livros em causa.

O documento datado de 1557 chegou até nós numa cópia do século XIX feita do Livro do Tombo da Matriz da Praia da Vitória e ainda que o original deste livro também exista, não possui já o termo de abertura.

Como em anexo se transcreve este documento e ele é muito claro dispensa a análise interna. Basta portanto acrescentar algumas notas de enquadramento.

A primeira refere-se às personalidades envolvidas, a segunda a uma questão de cronologia e a terceira às circunstâncias históricas que explicam o aparecimento destes livros.

O livro é mandado elaborar pelo visitador em nome do bispo D. Jerónimo, o chantre da Sé, em 1557. Ora o bispo de Angra nessa data era o célebre D. Frei Jorge de Santiago (1552-1561), teólogo e frade dominicano, conhecido pelo rigor e pela extrema dureza do episcopado, que provocaram revoltas contra a sua actuação. Tinha estado no Concílio de Trento, como teólogo e antes de ser bispo, mas aí bebeu o espírito da Reforma da Igreja ao que se deve acrescentar que era inquisidor desde 1540. Não será estranho às resistências que encontrou nos Açores a sua actuação inquisitorial (1).

Mas como aparece então o bispo D. Jerónimo e quem era ?

---

(1) Fortunato de ALMEIDA - História da Igreja em Portugal, nova edição dirigida por Damião Peres, volume II, Porto, 1968, pág. 519.

Cónego PEREIRA - A Diocese de Angra na História dos seus Prelados, Angra do Heroísmo, 1950, pág. 27 e seg.

O primeiro historiador que nos fala deste D. Jerónimo é Drumond (2) que diz lhe *parecer* ser D. Jerónimo Barreto, bispo do Funchal, e que governaria a diocese de Angra enquanto duravam as desavenças dos diocesanos com D. Frei Jorge, ou por sua ausência no concílio de Trento.

Os cronistas anteriores, Gaspar Frutuoso (3), Diogo das Chagas (4) e Manuel Luis Maldonado (5) ao falarem de D. Frei Jorge de Santiago não aludem sequer a essas desavenças nem a qualquer bispo a governar o bispado. D. António Caetano de Sousa (6) no seu catálogo também não alude a tal facto.

Mas as questões levantadas pelo governo do bispo e as revoltas estão suficientemente documentadas em Frei Luis de Sousa, na História da Ordem de S. Domingos (7).

O cônego Pereira (8) na sua história afirma que D. Jerónimo viera governar a diocese enquanto o bispo de Angra fora a Lisboa tratar da impressão das Constituições.

---

(2) Francisco Ferreira DRUMOND, *Annaes da Ilha Terceira, tomo I, 1850, ano de 1557, pág. 24, nota (4). Existe uma edição fac-similada, A.H. 1981.*

(3) Gaspar FRUTUOSO, *Livro Sexto das Saudades da Terra, edição do Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1963, pág. 102.*

(4) Diogo das CHAGAS, *Espelho Cristalino em Jardim de Viana Flores, edição da S.R.E.C. e U.A., 1989, pág. 248.*

(5) Manuel Luis MALDONADO Fenix Angrence, *1ª vol., edição do I.H.I.T., pág. 203.*

(6) D. António Caetano de SOUSA, *Catálogo dos Bispos da Igreja de S. Salvador da Cidade de Angra, pub. in Archivo dos Açores, vol. 2, pág. 134.*

(7) Frei Luis de SOUSA, *História de S. Domingos, Pª 1ª, L. II cap. 36, reproduzido em Archivo dos Açores local citado e Cônego Pereira, ob. e local citado.*

(8) Cônego PEREIRA, *idem.*

Drumond quando afirma que D. Jerónimo teria vindo governar a diocese, enquanto o titular estava no concílio erra porque este assistiu e participou na primeira fase da reunião regressando em 1550, e lá não voltou depois de ser bispo, sendo mesmo dispensado, com outros colegas, a pedido do rei de Portugal, pelo Papa (9).

No referente à afirmação do cônego Pereira a cronologia não nos permite aceitá-la, pois o documento é de 1557 e D. Jorge esteve em Lisboa, para o fim em causa, em 1559-1560, depois de ter reunido o Sinodo na Sé de Angra, no Espírito Santo de 1559. Regressado a Angra morreu em 1561.

Fica-nos ainda uma outra dificuldade pois D. Frei Jorge, no prólogo das Constituições do Bispado de Angra (10), afirma residir pessoalmente na sua sé há mais de 6 anos, o que quer dizer que estava nos Açores desde 1553 e consequentemente em 1557 também.

Nas notas ao Catálogo de D. António Caetano de Sousa, Ernesto do Canto (11), comentando as notícias e documentação de Drumond, aponta esta dificuldade e aventa que a data do termo de abertura do Livro do Tombo da Praia estaria errada e seria 1559 e não 1557. Não me parece haver razões suficientes para não aceitar a datação existente na cópia novecentista.

A declaração do bispo de Angra, no prólogo das Constituições, da sua permanência na diocese, é compreensível porque os anteriores bispos pouco por cá tinham residido (havia 15 anos que Angra não via um bispo) e porque

---

(9) Fortunato de ALMEIDA, obra citada.

(10) Constituições Sinodais do Bispado D'Angra, anno de 1560, prólogo, fl. 1-1v<sup>o</sup>, 2<sup>a</sup> edição, Angra do Heroísmo, 1881.

(11) Archivo dos Açores, vol. 2<sup>a</sup>, pág. 134 a 136.

a questão da residência havia sido um dos temas mais vivos e apaixonantes das sessões conciliares em que Frei Jorge participara e uma temática preferencial do bispo do Porto que era o único prelado português presente e activo (12).

Seja como for, sem outra documentação, pouco poderíamos avançar, para além de, fazendo fé no prólogo do Livro do Tomo da Praia, afirmar que em 1557 o bispado era governado por um bispo D. Jerónimo, que não era o bispo titular de Angra.

Mas seria este D. Jerónimo o futuro bispo do Funchal. D. Jerónimo Barreto? Não, e as cautelas de Drumond ao dizer *parece* que era D. Jerónimo Barreto tem razão de ser.

O cônego Pereira ao ser perentório, mas sem apoio documental, merece o título de incauto, porque D. Jerónimo Barreto (13) recebeu a sagração episcopal em 1573, embora apresentado em 1572, por não ter ainda idade canónica, o que inviabiliza ser o D. Jerónimo bispo de 1557.

Para sermos rigorosos teríamos que afirmar desconhecer quem seria este D. Jerónimo.

Podemos contudo ir mais longe e simplesmente duvidar que tivesse existido, durante o episcopado de D. Frei Jorge de Santiago, um outro bispo, em Angra, D. Jerónimo que só poderia, creio eu, à face do direito canónico, ser um coadjutor ou então, em ausência do titular, um governador apostólico. A raridade do caso não teria passado despercebido a todos os cronistas do bispado.

Como Drumond não invoca outro testemunho, a não ser o documento agora apresentado, não podemos fazer fé na

---

(12) Fortunato de ALMEIDA, obra citada.

(13) Fernando Augusto da SILVA e Carlos Azevedo de MENESES, Elucidário Madeirense, 1 volume, ed. S.R.E.C., Funchal, 1978, pág. 123-124.

sua hipótese de ter havido um outro bispo durante as dificuldades de relacionamento entre D. Jorge e os seus diocesanos.

É muito mais plausível admitir que o copista do século XIX errou ao desdobrar a abreviatura de D. Jorge e escreveu D. Jerónimo, induzindo em erro os outros historiadores a partir de Drumond. Não nos esqueçamos que em relação ao chantre Baltazar Gonçalves o copista se enganou e chamou-lhe Gaspar Gonçalves.

O outro interveniente, o visitador, chantre da Sé é sem dúvida Baltazar Gonçalves que foi figura de destaque na diocese desde cedo. Já era chantre em 1538 (14) quando se apresentou em mesa capitular o alvará de 7 de Fevereiro de 1537 sobre privilégios para os capitulares. A ele, como chantre da catedral e juiz eclesiástico de Angra, escreve o bispo D. Rodrigo Pinheiro em 1544 uma célebre carta sobre o pagamento dos eclesiásticos (15). Sabemos que em 1555 era visitador no Faial, em nome do bispo D. Frei Jorge (16). Maldonado aponta-o como deão da Sé de Angra em 1560 (17) e nessa condição o havemos de ver lançar a primeira pedra da nova Sé de Angra, por estar a sede vacante, em 1570 (18). Segundo Drumond foi o 3º deão da catedral angrense.

---

(14) Francisco Ferreira DRUMOND, Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira, ed. do I.H.I.T., Angra do Heroísmo, 1990, pág. 189.

(15) Charles-Martial de WITTE, «Documents Anciens des Archives du Chapitre d'Angra», in Boletim do I.H.I.T., vol. 25/26, 1967-1968, pág. 33.

(16) Archivo dos Açores, vol 2º, pág. 136, nota 23.

(17) Manuel Luís MALDONADO, obra citada, pág. 206.

(18) Idem, pág. 225, 226.

Sobre esta figura não restam pois dúvidas, ainda que no traslado do século XIX venha Gaspar e não Baltazar.

Voltemos porém aos livros do tomo. Creio poder afirmar que estes se podem inscrever nas medidas tomadas para a organização efectiva do tecido eclesiástico da relativamente recente diocese angrense e do aproveitamento dos seus rendimentos para maior glória de Deus e edificação dos homens. O Concilio de Trento, que então decorria, estava também a legislar sobre muitos destes aspectos da eficiência administrativa da Igreja.

Não se deve porém esquecer as preocupações de origem moral e religiosa com o fim do cumprimento da vontade dos que haviam legado bens à guarda da Igreja para que as suas almas viessem a usufruir de bens espirituais, como missas e outras obras pias, que ajudavam à salvação eterna. A manutenção ao longo dos tempos da utilização recta desses rendimentos pressupunha, de facto, uma organização administrativa eficiente e sempre vigiada. Era a responsabilidade dos visitantes.

Terminada a função para que estes livros foram criados muitos foram desprezados e perdidos por incúria dos homens. Passaram porém a ter um interesse muito grande como documentos históricos fornecedores de elementos essenciais para a compreensão da história das comunidades. São indispensáveis para a história eclesiástica, administrativa, política, das mentalidades, etc., etc..

Restringindo-nos à ilha Terceira temos hoje conhecimento dos seguintes livros do tomo das paroquiais, todos recolhidos no Arquivo de Angra do Heroísmo e constando do inventário da secção dos cartórios paroquiais, publicado no boletim (19) do mesmo Arquivo.

---

(19) *«Inventário da Secção de Cartórios Paroquiais - 1ª Secção Concelho de An-*

Matriz da Praia :

*Livro do Tombo dos Testamentos da Vila da Praia  
(1557-1593)*

*Livro do Tombo dos Testamentos da Vila da Praia  
(1642-1654)*

*Cópia do Livro do Tombo desta Igreja de Santa Cruz  
Praia 22 de Abril de 1805 (1557-1589)*

NOTA: É deste último que se transcreve o termo de abertura, em anexo a este trabalho.

Livro do Tombo da Paroquial do Espírito Santo  
da Vila Nova

NOTA: É o original mais antigo e que se transcreve neste boletim.

Matriz de S. Sebastião :

*Livro do Tombo Velho da Igreja Matriz de S. Sebastião  
(é um fragmento em letra do século XVI)*

*Livro do Tombo da Igreja Matriz de S. Sebastião*

O termo de abertura deste livro diz :

«O Reverendo Vigário Antônio Cardoso de Castro mandou copiar este Livro do Tombo por estar já muito velho, e com letra menos inteligível. Intentava reconhecer tudo por tabelioens; porem sobreveyo-lhe a morte antes de o conseguir.

---

*gra do Heroísmo, sub-secção-A. Concelho da Praia da Vitória, sub-secção-B». in Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, vol. II - 1954-1956, nº 6-8.*

O Reverendo vice-vigário José Coelho Souto Mayor , que imediatamente sucedeu , o mandou encadernar , e rubricou para que servisse à dita Igreja Matriz» (20) .

NOTA: Tem índice alfabético e o 1º testamento é de 1573 e o último de 1685 , além de notícias dos séculos XVIII e XIX e inventários de alfaías , do século XIX .

Este vigário António Cardoso de Castro foi pároco em S. Sebastião a partir de 1756 , como informa Drumond , dizendo ainda que foi suspenso por seus descuidos administrativos . Sendo porém restituído ao lugar morreu com opinião de santidade (21) .

*Livro do Tombo de escrituras e outros instrumentos da paroquial de N. Srª da Conceição de Angra , do século XVII*

NOTA: Não posso garantir que seja um livro do tomo na acepção que estamos tratando pois encontra-se em tal estado de deterioração que não se pode ler .

*Livro do Tombo da Paroquial de S. Roque dos Altares , do Século XVIII*

Diz o termo de abertura :

«Livro do Tombo da Paroquial de S. Roque do lugar dos Altares desta Ilha Terceira que madou fazer o beneficiado Francisco Nunes Coelho vigário confirmado na mesma igreja

---

(20) Livro do Tombo da Igreja Matriz de S. Sebastião in *Arquivo e Biblioteca de Angra do Heroísmo, Reservados, Divisão 16 - Letra E.*

(21) Francisco Ferreira DRUMOND, *Apontamentos...*, pág. 235.

para nelle se tombarem todos os testamentos escripturas papeis e mais documentos assim porque se pagam rendas as confrarias da mesma igreja como porque alguns administradores são obrigados a fazerem celebrar várias Missas e outros legados , principiado no anno de 1785» (22).

NOTA: O livro tem os primeiros 31 fólhos em branco o que pode querer dizer que se guardavam para treslados mais antigos , pois o primeiro testamento arquivado é de 1680 . Registaram-se vários documentos com a mesma letra até 1766 , havendo ainda noticias e treslados do século XIX , nomeadamente a instituição do curato e paróquia do Raminho .

Drumond que pacientemente registou nas suas obras , *Anais da Ilha Terceira* (23) e *Apontamentos Topográficos* (24) , muitas noticias sobre arquivos e documentação fala dos livros do tombo de testamentos dizendo que a ordem do visitador da Praia em 1557 «muito escrupulosamente dali para cá se cumpriu , como se lê nos importantes monumentos , livros do tombo , existentes nos arquivos paroquiais desta ilha» (25) . Contudo , além do livro da Matriz da Praia , regista somente um outro da paroquial de S. Bartolomeu (26) infelizmente hoje desaparecido o que nos leva

---

(22) Livro do Tombo da Paroquial de S. Roque dos Altares , *Arquivo e Biblioteca de Angra do Heroísmo* , Divisão 1 - Letra E .

(23) Francisco Ferreira DRUMOND , *Annaes da Ilha Terceira* , 4 volumes , *Angra do Heroísmo* , 1850-1864 . Há uma edição fac-similada desta , S.R.E.C. , *Angra do Heroísmo* , 1981 .

(24) *Vidé nota nº 14* .

(25) Francisco Ferreira DRUMOND , *Apontamentos...* , pág. 214 .

(26) *Idem* , pág. 308 .

a não poder avaliar quais aqueles que tendo resistido até meados do século XIX e tendo perdido a sua função original não chegaram às nossas mãos.

Seja como for em relação à ilha Terceira os tombos paroquiais, principalmente os das Matrizes da Praia e de S. Sebastião e da paroquial da Vila Nova são importantíssimos documentos para a nossa memória colectiva e por isso a transcrição do único que só conhecemos o original em letra do século XVI, o que dificulta o seu acesso, feita de forma exemplar pela Dr<sup>a</sup> Joana Pinto Machado, é um trabalho altamente meritório e o Instituto Histórico deve orgulhar-se de poder divulgá-lo.

*R. L.*

**TERMO DE ABERTURA**

Livro do Tombo desta Igreja de Santa Cruz da villa da Praya, das capellas nellas (sic) instituidas e edificadas, que mandou fazer o chantre de Angra, vizitador, pelo senhor Bispo D. Jerónimo. Anno de mil, e quinhentos, e sincoenta, e sete annos.

Neste livro se escreveram, e lansaram por publico, ou Notario Appostolico, todos os testamentos, e mandas (sic) que perpetuamente tem alguma obrigaçam de missas, e obras pias, para que em todo o tempo se sayba o que das taes capellas pertence as almas dos defuntos; declarando as terras e herdades, e casas obrigatorias as dittas capellas; e quem são os administradores, e testamenteyros, e foreyros das herdades, e onde estam todo, com modo que perpetuamente fassam pé; para por este livro se tomar conta se se cumprem as vontades dos testadores. Estas verbas dos testamentos pediram o vigario, e Beneficiados aos administradores, e lhas deram, e se lanssaram neste livro a custa das rendas das cappellas, e se lanssaram, e cumpriram em tres meses so penna de Provimto, e de hum Marco de prata que pagara quem for negligente ao cumprir; E o ouvidor pedira conta aos que não quizerem dar copia dos Testamentos, porque sem este Tombo se nam podem vizitar as capellas, pois se não sabe os bens que tem, nem ao que sam obrigados os administradores e testamenteyros. E este livro estara em huma Arca na igreya, de que tera o vigario huma chave, e outra o Benefficiado mais velho; E nam tam somente se escreveram neste Tombo os testamentos desta Igreja de quem os Benefficiados dizem as missas; Mas tambem os das cappellas que tem cappeloens especiais que os adminis-

tradores poem; porque de todos he necessário visitar , e saber se se cumprem os encargos das Almas dos defuntos; o que tão bem se entendera das Irmidas se algum legado tem perpetuo; E a casa da Santa Misericórdia faça tão bem Tombo por este estillo em que lanssara todos os Testamentos que tem legados perpetuos de que a casa he administradora; para que tão bem visitando se sayba se se cumprem as vontades dos defuntos; o que huns e outros cumprirão sob a penna assima ditta no tempo por mim aqui limitado; o que deixo por visitaçãõ que seram sob cada: e as verbas dos testamentos comessaram por saybam quantos este publico , ou nottario Appostollico , concertado com publico; dizendo , Dado por authoridade de Justissa; e no cabo dira sendo esta a herdade , e quanta he , e quem a traz , e quem he foreyro se o ouver , ou quem he rendeyro , ou possuidor , e porque titulo// Gaspar Gonçalves .

*(in Arquivo e Biblioteca de Angra do Heroísmo ,  
Divisão 7 , Letra F , Secção dos Reservados)*

## TOMBO DA IGREJA PAROQUIAL DO ESPÍRITO SANTO DA VILA NOVA

*Leitura paleográfica de Joana de Meneses Pinto Machado*

[ . . . ] (1) quada hum delles erdeyro ffilho maes velho ha que na pose [ . . . ] d'yr somente os fylhos e asy os decemdemtes do dito meu fylho eytor se houver ysto com tall decraRacam que ha dicta mjnha terca sempre andara Em meus fylhos e netos pera deCemdentes de(2) llynha directa Entrementes hos hy ouver comtamo que das dictas mjnhas ffilhas por dyante sempre amdara nos machos e não nas ffemeas somente de ffalesymemto de machos amdara nas ffemeas E taomto que hos ahy ouver lloguo tornaRa aos machos como fforem quapases hy so e quaresemdo estes meus filhos todos tres deradeyros e decemdemtes Emtam mamdo que aJa a dicta admanistracam ho maes chegadoerdeyro que elles ty-

---

(1) *Faltam folhas, a numeração moderna denuncia a falta de 3 folhas.*

(2) *Ms. omite.*

uerem e sendo dous Em Jguoall grao ffyquara no admanjstrador de nomear quall lhe bem parecer pera delle comfyar sua allma .

Jtem dyse que porquamto seus ffylhos nam eRam Em Jdade pera a dicta admanjstraçam que ella nomeava pero homem seu marydo por seu testamemteyro pera compryr estes lleguados que dicto tem e da dicta sua terca tem careguo ate estas suas ffylhas e ffilhos serem de ydade e quapasydade pera yso e por [estes? trabalhos de seus leguados [E nyso o?] Remanesemte de sua terça aos seus testamemteyros ssilicet ho que se das dictas Remdas e [ . . . ] (*fl. 4v*) leguados que dito tenho ho que admanystar ffara delle ho que quyser como com sua [ . . . ?] e decrarou que estes testamemteyros nomeya tambem na terca de sua mãy se nella he pudera nomear que se ella a nomeada deyxou emtam se cumpra ho que ella mamda e asy os ha por nomeados Em toda-llas terças e morguados que lhe de direito pertemçam de que parte nam sayba e por aquy dyse que avya por haquabado seu testamemto diguo cedolla deste dia pera todo sempre e que todo-llas outros testamentos cedollas condesylyhos que ate quy tynha ffectos que todos havya por aRenumcyados somemte esta cedolla que quer que se cumpra Em testemunho de verdade lloguo ella testadora deu todo seu comprido puder a mym symão afomso esprivam Em ho lleyte d'aguallua a ser a dicta cedolla ffecta dia e mes e eRa e anno asyma dicto testemunhas que de presentemte estauam .

Jtem decrarou que se vestysem tres menynos fylhos de tomas lluquas que deus aja e por aquy ho ouve por aquabado como dicto tem testemunhas pero goncalluez carpynteyro e alluaro pirez homem trabalhador e amRique pyreyra e ffernãlls homem e amtonjo ffilho de pero d'aveyro e miguell ffernandez clleryguo de misa a que a Roguo da dicta amtonya coresma testadora (*fl. 5*) haquy

asynou por lho ella asy Roguar por ser molher e nam saber asynar e Eu symão afomso espriam neste llemyte d'aguallva que todo espriu e da propya trelladey domde ffyqua Em meu puder asynado pella parte e testemunhas e por verdade aquy asyney do meu Raso synal que tall he dia mes e anno e eRa atras dicto . symão afonso .

ho quall testamento e verbas delle eu amtonyo vaz trelladey de hum estromento que dezya ser ffecto por symão afomso espriam dos testamentos no llemyte d'aguallua ho quall estromento e testamento estaua todo sam e sem nhũa boradura nem amtrellynha nem Rysquado nem cousa que duvyda ffyzese e estaua asynado aho pe do synall Raso do dicto symão afomso espriam dos dictos testamentos que ffoy na vylla noua da sereta d'aguallua e todo trelladey e comsertey com ho espriam abayxo asynado e aquy com elle asyney do meu ppubrico synall e Eu amtonio vaz espriam da Jgreja e notayro apostollyquo por autorydade apostollyqua que ho spriuj e meu ppubrico synall que tall he

*(Sinal de tabelião) (fl. 5v)*

trellado das verbas do testamento de heytor alvarez homem  
morador que ffoy em aguallua

1527  
Fev. , 4

(3)

Saybam quamtos este estromento de verbas de testamento dado e pasado per autorydade de Justisa vyrem que no anno do nacymento de noso senhor Jesu cristo de mjll e quynhemtos e vymte e sete annos aos quatro dias do mes de ffeverey-

---

(3) *Nota escrita posteriormente: «Testamento de Heytor Alvarez Homem fundador da Ermida de Nossa Senhora da Ajuda e quando do testamento já a Ermida estava feita mas não acabada em todo».*

ro do dito anno na quynta(4) do vaRedouro que he nas pousadas de heytor alluarez homem que he no termo da vylla da praja da Ilha terseira de jesu cristo estando hy ho dicto eytor aluarez homem com todos seus cymquo sentydos e Emtedymto perffecto que deus lhe deu com que o servyse comsyderando elle eytor alluarez que deus cryaua a sua allma per que com ella a seruyse na samta grorya ha quall elle nam podya perqualcar sem muita llympeza pedymdo-lhe miserjcordja que se della hallembrese e hordenase por descareguo de sua comciencia(5) e salluacam de sua allma as cousas Em estas comteudas de que abayxo ffaz [Fe e] expressa memcam pera has quaes elle Emcomemda sua allma prymeramente a nosso senhor deus que a cryou e ha bem aventurada madre e senhora (ff. 6) samta maria he ffe de toda a llympesa he miserjcordja que ella pella sua samta misericordja queyRa ser Roguadora a seu bemto ffylho por elle eytor alluarez e acompanhar a sua allma pera que seJa dyna e merecedora de Reynar com os seus santos na sua samta groRya quamdo desta vyda partyr e asy Emcomemdaua a todo-llos santos da corte do ceo e a todo-llos santos e santas que elles pellos seus santos merecymentos que amte deus Emqualcarem lh'aprazia ser Em sua ajuda e companhia amem .

Jtem prymeramente e mamdo que ho meu corpo seja Enterado na ermyda que elle mamdou ffazer de nosa Senhora d'ajuda nas suas teras do varadouro he no dito dia do Enteramento lhe ffaram hum hoffycyo Imteiro de noue llycões com mjsa quamtada com suas lladaJnhas e seys mysas Rezadas Com tall decraracam que se no dito dia nam acharem tantos clleryguos as dyguam Em outro dia Em que se

---

(4) Ms. «quyntam».

(5) Ms. «com».

posa ffazer ho dicto hoffycyo he daram d'offerta ao dicto dia mejo mojo de tryguo e duas duzyas de pesquado e duas quartas de vynho e dahy aho mes lhe ffaram [fazer?] tall hoffycyo ssilicet houtro tall [ . . . ] aho dicto Emteramento e por [ . . . ] (*fl. 6v*) elle dicto eytor alluarez ffez ha dicta Jgreja de nosa senhora d'aJuda con sua molher Bryatyz affonso e haymda ha dicta Jgreja he por aquabar a quapella pede e Emcomemda a dicta sua molher que haquabe de ffazer a dicta ermyda e asy ffara ha dicta quapella ssilicet comvynhauell a dicta quasa e haquabaRa a custa de toda ha ffazenda ssilicet da sua parte dele e de sua molher ho que asy lhe pede muito que ho ffaca o maes Em breue que elle puder e porque a dicta ermyda Em nenhum tempo posa deneffyquar-se nem pereser avyam ambos por bem de lleyxarem teRa de hum mojo ssilicet de cemto e dez bracas por mojo as quaes comesaram a medyr per modo que as quasas e guarnell e hasemto todo e pumar asy como esta amurado de parede allta ffyque na dicta medyda do dicto mojo que asy dotavam(6) a nosa senhora d'aJuda a quall doacam elle eytor alluarez e sua molher que presentemestaua dyseram serem comtemtes de ha dotar a dicta ermyda e asy ffyzeram ha dicta doacam Juntamente des hoge pera todo sempre ha dicta ermyda com has maes ho cham domde ha dicta ermyda esta asemntada ssilicet de quamjnho do conselho que vay (*fl. 7*) pera aguallua pera o mar he que esta por tapar ha quall doacam asy Juntamente ffazyam elle eytor alluarez e sua molher pera todo sempre e teram careguo da admanystracam ho que deradeyro delles ffalleser ho quall nomeara por sua morte hum fylho seu que elle quyser e escolher por admanystrador da dicta ermyda ha quall admanystracam pera sempre amdara Juntamente Em ffylho baram e quando ho ahy nam ouver ffyquara Em ffylha de

---

(6) Ms. «dotamvam».

maneyra que numqua sayra da sua geraçam porque este ffoy motyuo de nosa doacam e hos dictos hamanystradores que tyuerem careguo mamdaram dyzer Em dia de nosa Senhora de setembro que he ho dia da dicta Emvoquaçam hũa misa quamtada e asy Em todo-llos(7) dias dyguo em todos hos dias de nosa senhora mysa Rezada e sempre ho que hos dictos admanjstradores seram hobryguados os admanjstradores da dicta ermyda pera sempre a mamdaRem dyzer a dicta misa na dicta ermyda e Em ffym das dictas misas dyram sobre suas sepullturas Respomso e hos dictos admanjstradores seram sempre hobryguados terem hum quallise de prata que elles Ja tem dotado a dicta ermyda Em tall maneyra que nam peresia(?) [ . . . ] Em que esta pera ho que apriquaram a doitar a? sobredicta e os admanjstradores [ . . . ] ello poderam llyuremente lleguar(?) (fl. 7v) todo ho conteudo na dicta(8) doacam sem pera ello serem hobryguados maes que ao que dicto he porque dello lhes aprouve que ho dicto admanjstrador posa a pesoyr e aver todo ho que dicto he sem maes nhuum outro Emcareguo nem hobryguacam E se per ventura ho avemtar per allgum quaso que pudese ser ho admanjstrador perdesse admanjstracam querjam e sua hulltyma vomtade ella admanjstracam nam sayr ffora de sua llynhagem maes querjam que lloguo com effecto se torne aho parente maes cheguado porque nam he sua tençam numqua sayr ffora da sua llynha e asy maes dyse que lhe mandãua dyzer hum trymtayro de samto amador ha dicta ermyda ssilicet camdo[ . . . ?] ho quall se dyra aquabado ho mees e lho dyra Joam ffernandez// ho quall testamento e verbas deles Eu amtonjo vaz espriuem da Jgreja e notayro hapostollyquo per autorydade hapostollyqua trelledey

---

(7) *Corrig. sobre sucessivas emendas.*

(8) *Entrel.*

neste llyuro do tombo per mamdado e autorydade de Justisa ho quall testamento estaua todo sam e sem nhũa boradura nem amtrellynha nem Rysquado nem borado nem cousa que duvyda ffyzese e todo treladey do porpyo estormento que eRa escrito por amtonio fernamdez tabaliam ppubrico que foy nesta vylla da praya ho quall estaua asynado (*fl. 8*) aho pe do seu ppubrico synall e todo treladey has ditas verbas que eRam nesesayras e pertemcyam a dicta Jgreja de noso Senhor d'ajuda e todo comsertey com ho propyo e com ho espriuam abayxo asynado e aquy com elle asyney do meu ppubrico synall que tall he como se segue Eu amtonjo vaz notayro apostollyquo per autorydade hapostollyqua que ho spriuj e asyney de meu ppubrico synall que tall he

*(Sinal de tabelião)*

trellado das verbas do testamento  
de Joam nunez homem

1532  
Julho . 30

Saybam quamtos este estromemto e trelhado de verbas de testamento dado e pasado por mamdado e autoridade de Justisa vyrem que no anno do nacymemto de noso senhor Jesu cristo de mjll e quynhemtos e trymta e dous annos trymta dias do mes de Julho na vylla d'amgra da Ilha terseira na praca da dicta vylla estamdo hy afomso anes da colsta Juiz or- (?)Idynayro apareseo bastiam [ . . . ] (*fl. 8v*) e dyse que Em a mão de mym espriuam eRa hũa cedolla de Joam nunez homem e eRa ora ffallesydo da vyda presente e que pedy a que mamdase abryr a dicta cedolla e mamdase pasar ho trelhado Em ppubrico pera ho testamemteyro compyr sua vomtade o Jujz Visto seu Requerer mamdou que abryse a dicta cedolla e lhe pasase ho trelhado Em ppubrico da quall cedolla e testamento d'aprouacam he o seguymte

Em nome de deus Eu Joam(9) nunez homem ffilho de nuno homem que deus aJa estamdo Em todo o syzo e Emtemdymemto que me deu deus ffaco njha mamda e ulltyma vomtade na maneyra seguymte primeiramente emcomemdo a mjnha allma a noso senhor Jesu cristo e a nosa senhora de comceycam sua madre quando sua vomtade ffor deste mumdo a lleuar-me Receba Em sua samta grorya e como ffyell crystão protesto de morer na sua samta ffe quatollyqua

Jtem mamdo que meu corpo seJa Emterado na ermyda de nosa Senhora d'aJuda honde Jaz meu dono eytor allvarez homem e ho dia de meu Enteramemto me dyram hua mysa quamtada com lladaynhas e omRas de ffynados he quatro Rezadas a homra das cymquo chaguas e d'offerta dez all- (fl. 9) queires de tryguo e tres duzyas de peyxe e se se nam poder aver sua vallya e hum allmude de vinho e aho mees me dyguam hũa mysa quamtada com hos mesmos hof-fycyos e seys Rezadas em homRa das sete dores de nosa Senhora com ha sobredicta offerta somemte que Em llugar de peyxe daram hum carneyro e aho anno me dyram hos hof-fycyos como aho dia do Enteramemto com ha hofferta do mesmo carneyro hos quaes hoffycyos e hoffertas se ffaram da terca de toda mjnha ffazemda que ha parte per has dictas despesas e do Remanesemte daram a toda-llas comffrarias da vylla da praJa e do samto esprito d'aguallua a quada hũa dozemtos reaes no anno Em que ffalleser somemte e ha mjserjcordia da vylla da praja Em cymquo annos quynhemtos reaes quada anno e em todos dictos cymquo annos me dyram na dicta ermyda de samta maria d'aJuda homde meu corpo mamdo que seJa Emterado Em quada somana Em todo-llas dictos cymquo annos pella allma de meu pay e de meu dono eytor allvarez e pella mjnha daram [ . . . ] Rezadas quada soma-

---

(9) Ms. «Jom».

na Em (*fl. 9v*) todo-llos dictos cymquo annos e aquabaram de ffazer ha dicta esmolla a misericordja dos dictos quynhemtos reaes que fazem somadores mjll e quynhemtos reaes se pella ventura (?)

meu testamento soficientememte os quyser pagar em cada hum dos dictos cymquo annos ho pudera ffazer de maneyra que nam pasase dos dictos cymquo annos e lloguo tanto que pasarem hos dictos cymquo annos dy pera todo sempre(10) ate ffym do mundo me dyRam na dicta ermyda quada somana hũa mysa Rezada e pera ho que dicto he tomo toda mjnha terca asy mouell como Rajz a quall asyno e a parto aho lloguo do pe da sera de sam pedro peguada com a terca que me mjnha Jrmã bryatyz avamjelho deyxou pera que a lleyxo por mjnha testamemteira a mjnha Jrmã grymaneza homem que ella cumpra todo ho que dicto he da dicta mjnha terça de que lhe lleyxo careguo e a todos seus decemdemtes pera sempre andam-(*fl. 10*)do Em ho ffylho maes velho e quando nom ouver fylho seJa fylha per sua llynha direita aos quaes deyxou ho dicto Encareguo com tall decraraçam que todo ho Remanecemte das dictas despezas a dicta mjnha Jrmã e sososores ho aJam llyvrememte por seu trabalho Em que fara decraraçam que vymdo quaso que da dicta llynha caresa geraçam o admanystrador que aho tall tempo ffor da dicta mjnha terca nomeara Em sua vyda hou a hoRa da sua morte o parente mais cheguado e estamdo parentes Em hyguoall grão no mynystrador ffyquara a escolha que seJa o maes auto pera ho compryr e ho que escolher procedeRa aos outros comtanto que seJa paRemte na llynha na parte de meu pay e porquamto Eu sam Emcareguado da terca de mjnha Jrmã bryatyz havamjelha Eu ha emcareguo a dicta mjnha Jrmã grymaneza homem poys Eu della comffyo mynha allma

---

(10) Ms. «*dy pera todo sempre*» repetido e não risc.

e lha lleyxo Emcaregue com ha mesma Rezam della de nom a comffyar a da dicta sua Jrmã breaty z avamjelho ho que todoa asy Jumto(?) lhe Emcareguo que ffaca e cumpra (*fl. 10v*) Como della comffyo que ho ffara e porquamto a dicta mjnha Jrmã grymaneza homem a que Eu lleyxo ho careguo pera compryr meu testamemto como da dicta mjnha Jrmã que deus aja haho presenthe he numca heu careco dos direitos decraro que semdo quaso que ha dicta mjnha Jrmã nam seJa quapaz pera que a ella nam posa vyr has taes admanystrações hou careguo do testamenteyro asy mjnha como da dicta mjnha Jrmã que deus aja por ella ser molher que Em direito desffallesa per quallquer vya ho dicto meu Emcareguo hora da dicta mjnha Jrmã Eu sempre de mjnha vomtade e quero que em tall desffallesymemto Emtam ffyque a meu tyo pero homem com tall Emtemdymemto dyguo que seRa a deffallesymemto de direjto quando per quallquer vya desffallesese per que ha dicta mjnha Jrmã grymaneza homem ho nam pudese haver hou seus decemdemtes Em que toda mjnha vomtade e temcam he porque avemdo de deffalleser della e seus decemdemtes como ditco he Em- (*fl. 11*) tam quero que venha ho dicto pero homem meu tyo e a seus decemdemtes com has comdyções decraradas a dicta mjnha Jrmã porquamto a dicta mjnha Jrmã aho presenthe he menor Eu deyxto encareguo aho dicto meu tyo pero homem a que peço por merce que hate a dicta mjnha Jrmã ser Em tempo pera aver de compryr hos dictos Emcareguos elle dicto meu tyo tenha a dicta tytorya e coradya de todo e amynystre polla dicta mjnha Jrmã as dictas tercas e as cumpra e minystre pella dicta mjnha Jrmã as dictas tercas e cumpra meu testamemto como comffyo della e lhe lleyxo emcarreguo da dicta mjnha Jrmã a quall peço que como ha pa(r)m porque nam menos ho deue ter porque asy ho tem comnosquo husado he por aquy ey por aquabado e decraro mjnha ulltyma vomtade e mamdo que se cumpra

segundo nella se comtem (11) ho quall testamemto e verbas dele Eu amtonjo vaz notayro apostolyquo per autoRydade apostollyqua trelladey do testamemto que se tomou comta aho testamemteyro acima(?) esprito por bastyam martjnz espriam do ppubrico(?) e taballiam ppubrico que foy nesta vylla d'amgra(?) ho quall dyzya ser aprouado e t[ . . . ] por bellchyor d'amorym taballiam (fl. 11v) Em a cydade d'amgra ho quall testamemto estava todo sam e sem nhũa amtrelynha nem borado nem Rysquado nem cousa que duvyda ffyzese e todo trelladey e comsertey com ho propyo trellado e com ho espriam abayxo asynado e aquy com elle asyney do meu ppubrico synall que tall he amtonjo vaz notayro apostollyquo espriuj

*(Sinal de tabelião)*

trellado das verbas do testamento de  
grymaneza homem neta d'eytor alluarez homem

1533  
Agosto, 16

Saybam quamtos este trellado de verbas de testamento dado e pasado per mamdado e autorydade de Justisa vyrem que no anno do nasymemto de noso senhor jesu cristo de mjll e quy-(fl. 12)nhemtos e trymta e tres annos dezaseys dias do mes d'agosto do dicto anno Em ho termo da vylla da praJa da Ilha terseira de Jesu cristo Em has quasas da morada de domingos de barcellos escudeiro vasallo dell Rey noso senhor Em presemca de mym tabaliam e das testemunhas ao dyante nomeadas lloguo hy pareseo grymaneza homem molher de bras dyaz doemte Em hũa quama da doemca natural que lhe deus noso senhor quyz dar estando Em todo seu syso e entemdymto lloguo por ella ffoy ordenado seu testamemto de sua hulltyma vomtade pella meneyra seguynte

---

(11) Risc. «e»

jtem dyse que ela Emcomemdava sua allma a noso senhor deus que ha ffez e Remyo por seu prycyoso sange he pede (12) a noso senhor (13) E vyrgem maria que com todos os santos da corte do ceo queyram ser Roguadores ha noso senhor Jesu cristo por sua allma porquamto se comhese por pequados e se soquore ha pyadade de nosso senhor Jesu cristo e protestou de uyuer e morer na sua samta ffe quattolyqua

jtem dyse primeiramente que quamdo a nosso senhor deus a prover de ha lleuar da vyda deste mumdo que seu corpo seJa emterado na quapella de nossa Senhora d'aJuda que he em aguallva omde seu avo eytor alvarez Jaz Emterado e mandou que aho dia do seu Enteramemto e aho mes e anno lhe dygam Em quada hum dos dictos dias hum (*fl. 12v*) hoffycyo de fynados jmteyro com sua mysa quamtada e Em quada hoffycyo daram d'offerta dous saquos de tryguo e duas duzyas de peyxes e doze quanadas de vinho com haquellas em que seu testamemteyro vyr que he nesessaryo e esto aho dia do Emteramemto e haho mes e anno daram outra tanta hofferta somemte Em llugar de peyxes daram d'offerta hum carneyro Em quada hum dos hoffycyos dyram cymquo mysas Rezadas hoffertadas quada hũa com hum pam e hum quartylho de vynho com suas camdeas

jtem mandou que lhe dyguam hum trymtayro de samto amador curado? hoffertado com seu pam e vynho segundo custume ho quall trymtayro mandou que lho dygua ffrey gyll que oRa esta na mesma Jgreja se aho tall tempo na dicta Jgreja estyuer e se hy nam estyuer ha dyra houtro quallquer sacerdote que seu testamemteyro por yso quyser escolher ho quall se dyra na dicta Jgreja de nosa senhora

---

(12) *Risc.* «a vyrgem»

(13) *Risc.* «que com todos»

item a mamdou que deem a todas as confirmações desta vylla de samto esprito d'aguallva a quada hũa cem reaes

item mam- (*fl. 13*) dou que dem a mjseridordja trezentos reaes

item mamdou que dos seus vestydos dem a sua pryma fframcisca cardossa hũa cota azull e hum saynho Royxo e hum mamto preto e mamdou que de sua saya de gram se ffaca hum ffromtall pera ho alltar de nosa senhora d'aJuda ho quall sera bordado e guarnesydo com ho seu saynho e cymta de velludo que pera yso tambem dara hou pera houtro quallquer guarnesymemto asy da Jmagem como do alltar per maneyra que syruam naquyllo que ha seu testamemteyro mjlhor lhe pareser

item mamdou que hos maes seus vestydos que seus se acharem seJam dados aa quasa da misericordja desta vylla pera que hos Jrmãos da misericordja os Repartam com hos poures(14) de que ha quasa tem carego como semtyrem ser mais serujico de deus e dercareguo de sua comcyemcyã

item dyse que elle tomava toda sua terça per sua allma asy dos bens(15) moues como de rayz pera que ha Entreguem a seu testamemteyro pera que della cumpra ho asyã dicto e ho que mais Remaneser mamdou que seja Entregue aho dicto seu testamemteyro ho quall mamdou que seja Entregue aho dicto testamemteyro ho quall mamdou que seja braz dyaz seu marydo per que cumpra ho asyã dicto e asy ho que aho dyante dyRa ho quall tem este careguo Emquamto se nom quasar e quasamdo-se hou moremndo mamdo que a dicta terca ffyque a Joam homem seu ffylho(?) (*fl. 13v*) d'eytor allvarez e Emquamto haquy nam ffor hou ffallesemdo e

---

(14) Ms. «poures»

(15) Ms. «bes»

nam vyndo a tomar pose de sua terca mamdou que Em tall quaso o haja pero homem seu tyo do dicto eytor alluarez ho quall tem ho dicto careguo como hadyamte se dyra

Item dyse e decrarou que ella mamda que na dicta quapella Em que se mamda Emterar lhe dyguam quada somana hũa mysa por sua allma e de seu pay e avos cuJos bens(16) erdou e esto per sempre e mamdou que se allem dos gastos que mamda ffazer sobeJar allgũa fazemda mouell que se Empregue ho dynheyro do dicto mouell Em Rajz pera Remdymemto da dicta sua quapella pera que amde Jumtamemte com ha Rajz que hoRa tem e mamdou que ho que Remaneser dos Remdymentos da dicta Rajz depouys de comprydas as mysas que mamda dyzer Em quada hum ano ffyque a seu testamemteyro e asy dyse que se no mouell nam ouuer comprymemto pera pagar hos offycyos e esmolla e offertas que asyma tem decrarado mamda que Em tall quaso Remda (fl. 14) ha Rajz tamtos annos quamtos habastar pera comprymemto do que dicto he porque he sua vomtade que ha Rajz numqua se vemda Em nhum tempo ho quall Remdymemto que asy sobeJar avera ho dicto bras dyaz Emquamto nom ffor quasado he se nam quasar per seu ffallesymemto ho avera ho dicto Joam homem quamdo vyer e depouys de sua morte amdam no dicto pero homem e Em sua geracam decemdemte quomtamtamto que emquamto puder amdar no genero mascullyno nam amde no genero ffemenyno amdamdo sempre no maes velho

Item dyse e decrarou que ella he testamemteyra de Joam nunez e de bryatyz avamjelho seu Jrmão e Jrmã e que portamtamto mamda que depouys do seu fallecymemto della dicta grymaneza homem ffyque na(17) admanystaçam dos dictos

---

(16) *Idem.*

(17) *Ms. omite.*

testamentos seu tyo pero homem com haquelles Emcareguos e Jmtereses nos(18) dictos testamentos decrarados e depojs do ffallecymemto do dicto pero homem amdara ha dicta admanystraçam pella maneyra sobredicta Em sua geracam decemdemte amdando sempre no geneRo mascullyno Emquamto ho hy ouver e Emquamto ho nam ouver amdara no genero ffemenyno e Jsto amdara pera sempre no maes velho e nam avemdo elle pera [ . . . ] hos seus decemdemtes que ho [ . . . ] (fl. 14v) Careguo tyuerem fylhos Em tall caso este tall nomeara quallquer testamenteyro que quyser comtamto que seJa da sua geracam Emquamto hahy ouver e dyse e decrarou que esta anomeacam que ella ffeez dos testamenteyros he com tall Emtemdymemto que se ella ouver saude e ouver ffilhos que Em tall quaso mamda que esta admanystraçam dos ditos testamentos amde Em seus ffylhos della e decemdemtes per genyro mascullyno pera sempre polla maneyra que lho Emcaregua aho dicto pero homem e asy dyse e mamdou que os seus cymquo aneis d'ouro que ella tem(19) mamda que sejam dados a suas Jrmãs ffilhas de sua mãy e de diogo de barcellos e por esta maneyra dyse que avya seu testamento por aquabado deus noso Senhor seJa llouvado e pede e Rogua aos Justos que asy ho ffacam compyr e a seus testamenteyros pede pello amor de deus que Em todo cumpram este testamento porquamto ella desemcaregua sua comcyemcia e Emcaregua todos dictos testamenteyros e Em testemunho de verdade mamdou ser ffecto este seu testamento que ffoy ffecto dya e mees e anno acyma dicto testemunhas que presentes foram diogo de barcellos que a Roguo da dicta testamenteyra sobescripueo e asynou e pero annes Jemro de (fl. 15) diogo martjnz ho man-

---

(18) Ms. «nos» repetido

(19) Corrig. sobre palavra ilegível

ço e ffrej gyll e bellchyor cardoso filho de nuno cardoso e pero gomcalluez trabalhador que oRa vyue Em quasa de diogo payam e pero afomso ffereyro morador na dicta vylla e termo e Eu Joam da vyla taballiam do ppubrico e do Judycyall por ell Rey noso Senhor na dicta vylla da praja e seus termos que este testamento espriuj no meu llyuro de notas e delle este tyrey e asyney do meu ppubrico e acostumado synall que tall he .

ho quall testamento Eu amtonio vaz espriuem da Jgreja e notayro apostollyquo per autorydade apostollyqua trelladey de hum ppubrico estromemto que eRa ffecto por Joam da vylla ppubrico tabaliam foy nesta dicta vylla ho quall estaua todo sam e sem nhũa boradura nem amtrellynha nem Rysquado nem borado e estaua asynado aho pe do ppubrico synall do dicto Joam da vylla e todo trelladey e comsertey com o propyo e com ho espriuem abayxo asynado e aquy com elle asyney do meu Raso synall que tall he e ffyz amtrellynha que dyz a vyrgem com todos e tudo ffyz por verdade e eu amtonio vaz notayro apostollyquo que ho espriuy e asyney do meu ppubrico synall que tall he como se sege .

*(Sinal de tabelião) (fl. 15v)*

trellado das verbas do testamento  
de marcall alluarez homem preto  
que foy d'eytor alluarez homem

1561  
Set. . 6

Em nome de deus Amem Saybam quamtos esta cedolla he testamento vyrem que no ano (20) do nacymemto de noso senhor Jesu cristo da hera de mjll e quynhemtos he cymquoemta e hum annos haos seys djas do mes de setembro Da sobredicta hera em vylla nova da sereta termo da vylla da praja da Ilha terceira de Jesu cristo estamdo marcall alluarez

(20) Ms. «ano» rep.

homem preto doente em hua cama comfesado// da emfyrmy mydade que ha noso senhor lhe haprouve de dar dyse elle testador que RequeRya ha mym esprivam que lhe fyzese este testamemto he vlltyma vomtade .

item primeiramente djse elle testador que emcomem-dava sua allma ao senhor deus que ho cryou e Remjo com seu sange Percyoso he que Rogaua ha vyrgo nosa Senhora que ella com todo-lllos santos da corte do çeo queyram Roguar por sua allma amem .

item dyse (21) elle testador que se ho noso(22) senhor llevar desta vyda presentemto que seu corpo seJa emterado demtro em nosa Senhora d'aJuda e que sobre sua coua haho dja do seu emteramemto lhe dyram cymquo mysas quatro Rezadas e hũa cantada ha omRa (fl. 16) das cymquo chagas e d'oferta dous allqueires de trygo he seys canadas de vynho he ao mes houtro tamto e hũa duzya de peyxex aos dictos hofycyos .

item que hao anno lhe faram houtro tamto .

item dyse elle testador que ha quasa que tem nesta vylla nova deyxax a maria afomso sua parçeyra he que por ffallecymemto da dita maria afomso que fjquase ha dicta casa com seu quymtall que ha deyxax ha domymgas gyll fylha de maria hafomso he que nom vymdo a tera nem estamdo nella tera hos caregos Roque afomso filho da dita maria afomso pera fazer compryr huns llegados he outros pella quall casa lhe dyram em cada hum anno tres mjsas Rezadas scilicet por dya dos fynados lhe dyram hũa mjsa e naquelle tempo lhe dyram has houtras duas Rezadas ha quall casa sempre so terem de modo que nam quaya e de pose destes nomeados eles nomearam ha ora de sua morte hum decemdemte seu pe-

(21) Ms. «dyse» rep.

(22) Corrig. sobre borrão: «que se ho noso»

ra ter a dicta hamanystracam em quall a nomeara aquelle que hao tempo hamanystrar he que quamto hera has cousas de casa que ele has deyxaua pera se compryr seus llegados e asym mais dyse que trazia dous maroens hos quais mamda que se vemdam pera seus llegados he por aquy dyse ele que havya seu testamemto por hacabado do Jr este dja pera todo sempre hasym como hatras se comtem (*fl. 16v*) he neste decrarou toda sua vlltyma he deradeyra vomtade he mandou a mjm amtonio vaz esprivão neste llemjte d'agoallua que lhe fizesse esta cedolla com has testemunhas ao djante espiritas amtonio martjnz mestre he Jurdam homem he Joam afomso e bellchyor de borba he ho padre esteuam gomcalluez e ysto pasa na verdade hoje ha seys dyas do mes de setembro da hera de mjll e quinhentos e cymquoemta e hum annos e eu amtonio vaz esprivam dos testamentos nesta fregesyia d'agoallua por el rey noso senhor que o esprivy he este he o trelado do testamento e ho propyo fica hem meu llyvro de notas asynado pellas testemunhas e foy feyto por mjnha mão e asynado e concertado e vay na verdade nam aja duvyda homde diz que se ho noso porque se fez por verdade feyto oje a tres dias do mes de Junho da hera de mjll e qynhemtos e cymquoemta e oyto annos e eu amtonio vaz esprivam dos testamentos neste llemjte d'agoallua por ell rey noso senhor que este trelado esprivy e asyney de meu propyo synall que tall he .

*(Sinal de tabelião) (fl. 17)*

trelado das verbas do testamento de  
Jorge Annes e de sua molher maria ffernamdez

1535  
Set. . 8

Em nome de deus Amen Saybam quantos este testamento vyrem como no anno do nacymemto de noso senhor Jesu cristo de mjll he quinhentos e trymta e cymquo anos haos

oyto dias do mes de setembro da dicta hera acyma esprita estando maria fernandez e Jorge Annes seu marydo moRadores que sam em vylla noua da sereta termo da vylla da praia desta Ilha terceira de Jesu cristo logo per eles dictos Jorge annes he sua molher maria fernandez foy dicto em presenca das testemunhas Ao dyante espritas e de mjm esprivam abayxo nomehado he dyseram que queRiam fazer este testamento asym por hum como pelo outro na maneyra que se sege .

item primeiramente estando asym hos dictos testadores em todo seu syso e perfeyto emtemdymemto que noso senhor Jesu cristo lhe deu estando comfesados e comungados hambos Juntamente dyseram que queryam Jr desta tera pera ha Ilha de samta maria e que nam sabyam ho que noso senhor lhes aprazerya de fazer asym delles como de suas allmas he dyse- (fl. 17v) Ram que queryam fazer este testamento pera descarego de suas comcyemcyas .

item dyseram hos dictos testadores que llevamd'-os noso senhor jesu cristo desta vyda presente asym nesta terra como em houtra quallquer tera que seja qu'eles dictos testadores havyam por bem de deyxar a amtonio vaz crelyguo de mjsa morador em vylla nova da seReta d'agoallua por seu testamento e que hasym lhe Rogauam como seu espycyall hamjgo que lhe comprise todo o comteudo neste testamento .

item dyseram hos dictos testadores que llevamd'-os noso senhor jesu cristo desta vyda presente que lhe dygam duas mjsas a homra de nosa Senhora da comceycam e estas mjsas mamdamos que nos dygam cada hum Anno e pera jsto lhe deyxamos hũa casa com seu quymtall que temos em vylla nova da sereta e que ele dicto amtonio vaz tenha carego da dicta casa he olhe por ella he a persua da maneyra que nos persoymos e de sua mão ha posa haRemdar e a custa da

dicta casa ha mamde coreger quamdo necesaRyo for somemte tyrar do aluger da dicta casa pera estas duas mjsas e serem pagas cada hum Anno e o mais que Remanecer que ele testamemteyro tome çem reaes por seu trabalho he se mais Remaneçer mamdamos que ho de pera (*fl. 18*) çera de nosa Senhora he se caso for que allgum De nos faleçer primeiro que ho outro e aquelle que vyuo fiquar se quyser tornar pera a dicta casa que ele dicto testamemteyro lha deyxara llybre he desembargada da maneyra que eles hagoRa persuym ate seu falecymemto e por haquy dyseram hos dictos testadores que havyam seu testamemto por ffeyto he acabado deste dja pera todo sempre he que todos hos outros testamentos e cedollas que ate quy tynhão feytos que todo-los avyam por aRenunciados somemte este queryam e querem que se cumpra he em testemunho de verdade logo deram todo seu comprido poder a mym symão afomso esprivam neste llemjte D'agoallua a ser o testamemto feyto testemunhass que de presentem estavam adaam diaz a que a dicta maria fernamdez Rogou que hasynase por ella porquamto hera molher que nam sabya asynar e gomçalo diaz e Roque afomso digo Rodrigo afomso e pero annes homem sollteiro e Jurdam escravo de bertollameu vaz e todos moradores em vylla nova da sereta d'agoallua e este he o trellado do testamemto e o propyo fica em meu poder esprito em hũa folha de papell asynado pelas testemunhas acyma nomeadas e o trelladey em este llyvro e concertey he vay na verdade oje a tres dyas do mes de Junho da hera de mjll e quynhemtos e cymquoemta e oyto annos e eu (*fl. 18v*) amtonio vaz esprivam dos testamentos nesta fregesya d'agoallua por el rey noso senhor que este trellado desta çedolla esprivy dia mes e ano atras esprito e asyney de meu propio synall que tall he .

*(Sinal de tabelião)*

trelado das verbas do testamento de Justa  
goncaluez molher que foy de Joam  
fernandez ho ryquo

1542  
Dez. , 20

Saybam quantos este testamento vyrem que no anno do nacymemto de noso senhor Jesu cristo de mjll he quinhentos e quoremta he dous annos haos vymte dyas do mes de dezembro do dycto Anno estando Justa gomcalluez molher de Joam fernandez moradores em vylla da praja desta Ilha terceira de jesu cristo estando asym a dicta Justa gomcaluez em sua casa muito doemte de emfyrmydade que noso senhor Jesu cristo lhe ha- (*fl.* 19) prouve dar estando em sua cama mujto doemte comfesada e comungada e tememdo-se da hora da morte e dya de Jujzo hadomde todo fyell crystam a- -de dar comta cada hum por sy(23) ao senhor deus das hobras que neste mundo fez logo ela dicta testadora pera sua boqua em presemca de mym esprivam abayxo nomeado e das testemunhas ao dyante espritas dyse que querya fazer este testamento na maneyra que se sege .

Jtem primeiramente dyse ela testadora que levamdo- -a noso senhor Jesu cristo desta vyda presente que ela emcomemdava sua allma a nosa Senhora vyrgem samta maria que ela lhe apraza pela sua samta misericordya de ser Rogadora ao seu bemto filho noso senhor Jesu cristo se queyra alestrar de mjnha allma e acbar em estado de graca e sallvacam amem .

Jtem dyse ela testadora que lleuamdo-a noso senhor Jesu cristo desta vyda presente que seu corpo seja emterado demtro na igreja de samto esprito d'agoallua e ao dya

---

(23) Ms. «sym»

de seu enteramemto mamda que lhe facam hum hofycyo de tres lyções hofertado com tres allqueires de trygo e tres canadas de vynho e quoremta reaes de peyxe e de mão beyjada dez reaes e quando for ao dya do enteramemto mamda que lhe acemdam hũa duzya de çyrys e pelo comsegymte houtro tamto (*fl. 19v*) mamda que lhe facam ao mes e ao anno como haho dya do dicto enteramemto .

jtem mais dyse ela testadora que estes hofycyos de tres lyções com suas hofertas que mamda que lhe facam ao dya do enteramemto e mes he anno lhe faram de sua terça he o mais que da tera Remaneçer mamda que semdo caso que de sua terça lhe vyherem ha cayr em seu quynhão cymquo allqueires de tera que estes cymquo allqueires deyxa ela testadora pera ha mysyrycordya da vylla da praja que Rendam por sua allma dela testadora emquamto ho mumdo durar e desta Remda dos cymquo alqueires de tera me dyram cada hum anno quatro mjsas Rezadas e do mais que Remanecer seJam pera has hobras da casa da mysyrycordja

jtem mais dyse ela testadora que da mais terça que Remaneçer mamda que lhe dem a seus sobrynhos filhos de sua Jrmaã catarina gomcalluez e tomas llucas que deus tem lhe daram tres mjll reaes

jtem mais mamda que lhe dem a seu Irmão manuell gomcalluez hoytocemtos reaes

jtem mamda que lhe dem ao samto sacramemto da jgreJa de samto esprito d'agoallua trezemtos reaes

jtem mais dyse a dicta testadora que todo ho seu vystjdo que se achar ha ser seu se vemda pera ajuda (*fl. 20*) de se cryarem seus filhos em que dyse que se nam vemdese mais que hũa saya verde

jtem mais djse que hum mǎoto e hum saynho que tynha novo desem ha molher de gomçallo fernamdez sua prima que mora na vylla da praja

jtem mais mamda que lhe dem ha sua cunhada molher de manoell gomcalluez seu Jrmão hũa saya cor de pombynho e hũa bemgalla

jtem mais que lhe dem a bryzyda piriz hum saynho preto Jamsado e allgũa camjsa

jtem mais mamda a dicta testadora que lhe dem a hũa filha de costamca diaz petornylha hũa mamtylha preta

jtem mais mamda a dicta testadora que hos cymquo allqueires de terra que mamda que Remdam pera sua allma que Remda por Remda nam na tyrem a seu marydo Joam fernamdez antes a ele por menos que a outrem por mais .

jtem mais mamda ha dicta testadora e dyse que havia por bem de deyxar a seu marydo Joam fernamdez por seu testamemteyro e que hasym lhe pydja he Roguaua como espycyall amjgo que se lembrase de sua allma como ela testadora comfyaua nele de ho fazer hasym mais perfeytamente do que lho ela encaregaua e sendo caso que falecemdo este testamemteyro meu marydo que fyque meu Jrmão manoell gomcalluez por meu testamemteyro e falecemdo cedo hambos (*fl. 20v*) emtam fyquara ao mais chegado

jtem mais mamda a dicta testadora que lhe dygam hũa mjsa Rezada de mosa Senhora da comceycam

jtem mais mamdou que lhe marquasem(24) hum fromtall que valesse quatrocemtos reaes pera o alltar do bem aventurado samto amtonyo da jgreJa de samto esprito d'agoallva e por aquy dyse a dicta testadora que havia seu testamemto por feyto e acabado dese dya pera todo sempre e que este em todo e per todo este quer que valha e faca fe em Jujzo e fora de Jujzo mamdou que este se cumpra deste dja pera todo sempre testemunhas que ha todo estavam

jtem djse ela testadora que este testamemto querya e

---

(24) Ms. «merquasem»

quer que se cumpra deste dja pera todo sempre este testamento seja cerado ao qual testamento per mjm dycto esprivam foy cozydo e cerado e cozydo e demtro nele hum synall que djz symão afomso .

item aos quatorze djas do mes de Janeyro de mjll e quinhentos e quoremta e tres anos estamdo s dicta testadora em todo seu syso e emtemdymemto tornou a declarar em seu testamento de huns tres mjll reaes que deyxaua a seus sobrynhos e dyse que avya por bem que estyvesem na mão de seu marydo e testamemteyro Joam fernamdez ate hos menores serem em jdade(25) pera hos amanystrarem e como pera hos manystrarem fosem lhos de he avera quitacam delles hou fara certo (*fl. 21*) Como lhos deu e tem pagos e nam-no fazemdo hasym qu'eles menores a todo tempo ho posam haver por sua fazemda e por todo pasar na verdade eu symão afomso esprivam dos testamentos que Soesprivy he Asyney aquy de meu Razo synall que tall he como se sege

Saybam quamtos ha provacam deste testamento vyrem que no anno do nacyemto de noso senhor Jesu cristo de mjll e quinhentos e quoRemta e dous Annos estamdo Justa gomcalluez molher de Joam fernamdez moradores em vylla noua da sereta d'agoallua termo da vylla da praja desta Ilha terceira de Jesu Cristo estamdo asjm a dicta Justa gomcalluez em hũa cama demtro em sua casa da emfyrmdade que noso senhor Jesu cristo lhe aprouve de dar logo ela dicta testadora em prezemca de mjm esprivam abayxo nomeado por sua boqua dyse que tynha este testamento feyto e acabado e cerado e cozido com lynha bramqua dobrada e djse ela testadora em prezemca de mjm esprivam abayxo nomeado e testemunhas

---

(25) Ms. omite «em jdade».

que no presente estavam que havia seu testamento em todo e por todo por acabado deste dya pera todo sempre testemunhas que no presente estauam alluaro vaz he Ruy lopez e balltezar gomcalluez tecelam e baltezar vieyra e seu Jrmão bellchyor de borba e bertollameu lopez homem solteiro todos moradores em vylla nova da sereta d'agoallua a hum (fl. 21v) qual bertollameu lopez ha rogo da dicta testadora Justa gomcalluez asynou por ela ser molher he não sabya ller nem espriver e houtros que no presente(26) estauam e eu symão affomso esprivam dos testamentos em este llymjte d'agoallua que ho esprivy em hos vymte dyas do mes de dezembro de mjll e quinhentos e quoremta he dous annos e de meu propryo synal asyney que tall he e este he o trellado do testamento que eu amtonio vaz esprivam dos testamentos neste llemjte d'agoallua treladey e vay na verdade oje a tres dyas do mes de Junho da hera de mjll he quinhentos e cymquoemta e oyto annos he ho propryo fyqua em meu poder e pasey este a este lybro e asyney de meu propryo synall dja e mes e anno asima dicto. (fl. 22)

*(Sinal de tabelião)*

trellado das verbas do testamento de  
pedro gomcalluez vygayro velho  
(27)

1547  
Março. 30

Em nome de deus Amem Saybam quamtos esta cedolla he testamento vyrem que no anno do nacjmemto de noso senhor Jesu cristo de mjll he quinhentos he quoremta he

(26) Ms. «presentes».

(27) Ms. escrito por mão posterior: «testamenteyra Joana gomçalluez sua sobrynha e sua mãy».

sete annos Aos trymta djas do mes de marco da sobredicta hera hem hagoallua termo da vylla da praja desta Ilha terceira de Jesu cristo em has pousadas de pedro gomcalluez vygayro velho estamdo ele pedro gomcalluez com todo seu syso he perfeyto emtemdymmento comfesado e comungado he tememdo ele a ora da morte como todo fyell crystão deve de temer dyse a mjm esprivam abayxo nomeado que lhe fyzeze este testamemto na maneyra segymte

item Dise ele testador que emcomemdaua ssua allma nas mãos do senhor deus que ho cryou e Remjo com seu samge persyoso e que Rogaua ha vyrgem nosa Senhora que ela com todõ-llos samtos e samtas da corte do çeo queyram Rogar ao seu bemto ffilho por sua allma amem

item dyse elle testador que protestaua de vyuer e morer na samtjsyma ffee de noso senhor Jesu cristo he que protestaua de toda a ma hatemtaçam (*fl. 22v*) ho dyabo seu Jnymjgo a memorya lhe trouxese ha ora de sua morte ser nenhũa

item dyse elle pedro gomcalluez que quamdo ho senhor deus o(28) llevar desta vyda presentemte que seu corpo seja emterado demtro na Jgreja de samto esprito D'agoallua demtro na capella prymcypall

item dise ele testador que hao dja de seu emteramemto lhe faram hum hofycyo de nove llyções hofertado com seys allqueires de trygo e seys canadas de vynho de vymte reaes ha canada e hũa duzya de peyxe sequo ha vymte rreaes de mão beyjada he dez reaes de emcemço e hasym mais me dyram seys mjsas Rezadas hofertadas segumdo custume e asym me faram ao mes he ao Anno polla mesma maneyra como acyma he dicto e de tamger o syno sesemta reaes he ysto tudo me faram de mjnha terça e o mais

---

(28) Ms. omite.

que Remaneçer de mjnha terça mamdo que ho dem A mjnha sobrynha Joana gomcalluez he asym mais o dem a seus ffilhos scilicet a Joam he mais ha amtonya sua filha della Joana gomcalluez

jtem dyse ela testadora que deyxa toda ssua terça ha estas molheres scilicet Joana gomcaluez e sua maJ bryatriz gomcalluez e seus filhos Joam e amtonya que'elles todos quatro herdem toda sua terça depois de todos hos legados asyma dictos serem comprydos he hasym mais herdaram hos dous moys (sic) de que me tem feyto meu filho mjgell fernamdez A doacam loguo que deyxe por mjnha testamenteyra ha (fl. 23) Joana gomcalluez he que ella de estes dous moys ha sua filha amtonya em casamemto aquyllo que seJa hon[esto?] com conselho de meu ffilho mjgel ffernandez e o mays que elas mamdem fazer ho que quyserem por mjnha allma e dise ele testador que desem a Jsabell fernamdez molher de fernam martjnz quymze allqueires de tryguo cada hum anno emquamto ela Jsabell fernamdez fose vyua

jtem mais dise elle testador que desem a ysabell a preta cada hum anno seys allqueires de trygo emquamto ella for vyua e ysto tudo de sua terça

jtem mais decrarou elle pedro gomcalluez que desem a dicta Jsabell preta sua cry[ada] tres varas de pano da terra pera huã saya cada hum Anno se necessaryo lhe for e tudo o mais que Remaneçer de sua terça mamda que ho herdem sua Jrmaã e sua sobrynha Joana gomcalluez e has deyxa por herdeyras he testamenteyras em sua terça do que Remaneçer dos llegados e ysto por bom servyço qu'elas lhe tem feyto

jtem dyse ele testador que se (29) Joana gomcalluez casar que filho hou filha qu'ela houver nam herdem e que mamda que seJa Joam crellygo

---

(29) Ms. «se se» repetido.

jtem dyse ele pedro gomcalluez que por fallecymto de sua Jrmaã e de sua sobrynha Joana gomcalluez e depouys dellas falecydas he hasym mais Joam e amtonya que depouys de hos ho senhor deus llevar todos quatro que pedro gomcalluez mamda que sua terça seja pera [...] – (fl. 23v) ma scilicet em mjsas e quapellas nesta JgreJa de samto esprito d'agoallua e que seja seu testamemteyro haquelle que ffor mordomo cada hum anno em legado pelo pouo e pera este seu testamemteyro mamda que lhe dem ho que ho vyguayro da Jgreja vyr ho que lhe parecer que he onesto e mamda que ho vygayro he o Recoeyro della scilicet de samto esprito d'agoalua lhe dygam estas mjsas cada hum anno depois de(30) fallecydos hos asyma dictos

jtem dyse ele testador que ha quada mjsa lhe digam esta mjsa se dizer por allma de pedro gomcalluez vygayro velho pater nostro(31) e aue maria

jtem dyse ele testador que ha tera que ele tem que se nam parta e que hamde a quem mais der por ella de cymquo em cymquo annos e todo ho que Remder de sua terça que ho dem a Joana gomcalluez hou a quem ela mamdar que ho dem

jtem mais dyse ele pedro gomcalluez que todo ho ffacto(?) que ela tem das portas pera demtro que ho dem a sua Jrmaã e a Joana gomcalluez he por haquy dyse ele testador que havya seu testamemto por boom he fyrme d'oJe este dja pera todo sempre e que este fose valyoso he houtro nenhum não se ffeytos tem domde neste testamemto decraRou toda sua vlltyma vomtade e mamda que se cumpra como nelle e comteudo he em testemunho de verdade asynou elle pero gomçalluez da folha de demtro e eu antonio vaz esprivam (fl.

---

(30) Ms. omite.

(31) Ms. «parter nostre».

24) por el rey noso senhor em esta ffregesy d'agoallua que este testamemto fyz e asyney com testemunhas ao diamte esprjtas oJe trymta dyas do mes de março da era de mjll e quinhentos e quoRemta e sete annos he as testemunhas asynaram nas costas na provaçam helle pero gomcalluez asynou de demtro comjgo esprivam he depouys disto aos treze dyas do mes d'abryll da hera de mjll e quinhentos e quoremta e sete Annos decraRou ele pero gomcalluez vygayro velho testador em este testamemto que ele avya por bem de dexar sua terça depouys de falecydos Joam e amtonya ha seus herdeyros llynha dyreyta com tall comDicam que me dygam duas mjsas em cada hum anno dygo quada somana scilicet a sesta feira hũa das chagas e ao sabado hũa a homra de nosa Senhora emquanto o mundo durar e avemdo hahy filho macho que sempre amde no machao

Item mais dyse ele testador que ao dya de seu emteramemto ha vystymemta qu'ele pero gomcalluez llevar comsygo vystyda que se pague ha dinheiro e por haquy djse ele pero gomcalluez que havia seu testamemto por boom he ffyrme e vallyoso deste dya pera todo sempre e qu'este mamda que se cumpra e houtro nenhum não sse feytos tem e neste decrarou toda sua vlltyma e deRadeyra vomtade e mamda a mjm esprjvam que lho cozese com llynha bramqua e com testemunhas Abayxo nomeadas nas costas deste com (fl. 24v) sua porvacam ffeyto oJe ha treze dyas do mes de habryll da hera de quinhentos he quoRemta he sete Annos e eu antonjo vaz esprivam dos testamemtos nesta freguesya d'agoallua por el rey noso senhor que este esprivy e asyney de meu Razo synall e mais ele pero gomcalluez asynou tambem .

Saybam quantos esta provaçam desta cedolla e testamemto vyrem que no anno do nacymemto de noso senhor Jesu cristo

da hera de mjll e quynhemtos he quoremta e sete Annos aos treze dyas do mes D'abryll da sobredicta era hem has casas da morada de pero gomcalluez vygayro velho estando ele pero gomcalluez com todo seu syso he perfeyto emtemdymento dyse ele pero gomcalluez ha mjm esprivão abayxo nomeado he testemunhas ao dyamte espritas que ele tynha seu testamemto feyto e esprito de demtro com seu ffyell esprivam e que este avya por bom e que este fose valyoso e outro nenhum nam domde neste declarou toda sua vlltyma he deradeira vomtade e testemunhas que ha todo foram presentes pero annes allfaate he antonjo annes he balltezar Rodriguez e domingos afomso moradores em vylla nova e martym alluarez e amtonio pirez cryado do senhor pero homem da costa e Joann'eanes d'allmeida e eu amtonio vaaz esprivam (fl. 25) neste llemjte d'agoallua por el rey noso senhor que este esprivy he asyney de meu ppubrico synall que tall he aos treze djas do mes de abryll da hera de mjll e quinhemtõs e quoremta e sete annos no quall ele pero gomcalluez asynou e este he o trellado do testamemto e ho propyo fica em meu poder e trelladey este aos cymquo dyas do mes de Junho da hera De mjll e quinhemtos e cymquoemta e oyto annos e vay na verdade nam aJa duvyda homde diz anno porque se fez por verdade e eu amtonio vaaz esprivam neste llemjte d'agoallua por el rey noso senhor que este trellado esprivy dya mes e anno asima esprito e asyney de meu propyo synall que tall he .

(32)

---

(32) À margem de mão posterior: «a declaração do testamento asima uay adiante a fls. 32 deste livro».

*(Sinal de tabelião)*

(33) trelado das verbas do testamento  
d'alluaro vaaz

1552  
Dez. . . 4

Em nome(34) de deus Amem Saybam quantos esta cedolla e testamento vyrem que no Ano do nacimiento de noso Senhor Jesu cristo da hera de mjll e quinhentos e cymquoemta e dous annos aos quatro dias do mes de dezembro da sobredicta hera em vylla nova da sereta (*fl. 25v*) termo da vylla da praja desta Ilha terceira de Jesu cristo em ha casa(35) da morada de alluaro vaaz mercador estando elle alluaro vaaz doemte em hũa cama comfesado he comungado he tememdo ele ha ora da morte he dia do Juizo como todo fiell crystão deue de temer Dise elle ha mjm esprivam abayxo nomeado que queRya fazer este testamento na maneyra segymte

Jtem dyse elle testador que emcomemdaua sua allma Ao senhor deus que ha cryou e Remjo com seu samque per-sioso he que Rogaua a vyrgem nosa Senhora que ella com todo-llos samtos e samtas da corte do ceo queryam Rogar ao seu bento filho por sua allma Amem

Jtem dyse ele aluaro vaaz testador que se o noso senhor llevar desta vyda presentemte que seu corpo seja em-terado demtro na Jgreja de samto esprito d'agoallua em hũa coua que ele mamda que se page e que ao dya de seu em-teramento lhe Diguam hum ofycyo de tres lyções scilicet ho-fertado com tres allqueires de trygo e de vyinho tres canadas

---

(33) *À marg. de mão posterior: «Testamento de Alvaro vaz mercador».*

(34) *Ms. «no».*

(35) *Ms. «cas».*

da Ilha da madeira e de tanger o syno e harrnar A tumba e emcemçar sesemta reaes

item mais que lhe Disesem tres mjsas Rezadas scilicet hofertadas com cada hum seu pam e camdea e quartylhos de vynho a cada mjsa

item mais dyse ele testador que hao mes e ao anno lhe fyzesem asym como Ao enteramento porque esta he sua vontade

item dise ele testador que desem ao samto sacramento d'esmola cymquoemta reaes e a nosa Senhora pera ha sua çera houtros cymquoemta reaes e que pera a com-(fl. 26) frarya das chagas que lhe dessem vymte reaes

item mais Dise ele testador que se o noso senhor llevar desta vyda presente que lhe desem hũa Jojma de cacheyra A fernam martjns marydo de Jsabell fernamdez por hamor de noso senhor deus

item que lhe desem a fernam martjnz ho cabaLeiro d'esmolla quoremta reaes

item dyse ele testador e decraRou que tynha hum conhecimemto em seu poder em que seu Jrmão amtam vaaz ja defumto era em hobrygacam de huns tamos mjll reaes do quall dinheiro quando fzyeram emventayro de amtam vaaz ele testador dyse haho Juiz dos horfãos que ele amtam vaaz lhe devya certo dinheiro por ho dicto conhecimemto e que elle Juiz mamdou que lhe entregasem todo o fato que se achase por morte De maria martjnz molher delle amtam vaaz polas havalyações e ele testador ffyquou devemdo no avemtayro e descomtamdo ho comteudo no conhecimemto acyma Decrarado fycou ele devemdo nouecentos reaes no Avemtayro e dyse ele alluaro vaaz que este dinheiro que ele amtam vaaz lhe devya ysto era dinheiro que elle amtam vaaz lhe devya que aRecadou por ele alluaro vaz e dyse ele testador que em sua comcyemcyia que ele que lhe nam pagara bem a

ele amtam vaaz e que ele deyxa houtros nouecentos reaes de todo o momte a dicta barbora filha de amtam vaaz por hachar em ssua comcyemçia que lhos deue

jtem mais lhe pagaRam todo ho seruyço da vymda que ela veyo pera mjnha casa e mais casamdo-se ela que lhe deyxa quinhentos reaes (*fl. 26v*) d'esmolla

jtem dyse ele testador que deyxaua por seu testamemteiro a seu filho alluaro vaaz ho moço e que elle(36) fyquase em filho seu delle alluaro vaaz ho moço e nam havemdo ele fylho que fyquase a outro seu filho o mais velho

jtem dise elle testador que tomava sua terça em hum moyo de tera que ele tem ha casa de Jorge annes scilicet homde ele alluaro vaaz tem hũa casa de palha e que toma de(37) terca dez allqueires no dicto moyo de tera e que pera sua allma mamda que lhe diguam duas mjsas Rezadas cada hum (38) anno por dya dos fynados scilicet hofertadas com hum pame quanada he quartylho de vynho e o mais Remanecemte lhe deyxa por seu trabalho e por aqui dise ele testador que havia seu testamemto por boom he fyrme he valyoso d'oJe este dya pera todo sempre

jtem mays dyse ele testador que mamda que lhe dyguam hum trymtayro aberto hofertado segumdo custume he que lho diga quem seu testamemteiro quyser he que todo ho mais Remanecemte de sua terca ele testador mamda que ho dem he herdem seus filhos e filhas e dise e decrarou o ditco alluaro vaaz que ele a por bem que hos dez allqueires de terra que elle tomou a sua terça ele mamda que hos tragua e tome seu testamemteiro com ho emcarego hatras decrarado e por Aquy dyse ele testador que havia seu testamemto por boom

---

(36) *Corrig. sobre palavra que não se entende.*

(37) *Corrig. sobre «se?».*

(38) *Risc. «hum».*

e fyrme do Jr este dya pera todo sempre he neste decrarou toda sua vlltyma he deradeira vomtade (fl. 27) heste quiz que valha e mamda que se cumpra he outro nenhum não se feytos tem e mamdou a mjm esprivam que lho fizese o quall ca fyz e asyney com has testemunhas ao dyamte espritas oJe ahos quatro djas do mes de dezembro da hera de mjll e quinhentos e cymquoemta he dous annos e testemunhas a todo presentes Joam afomso morador em este lugar de vylla nova e Joam Rodriguez filho de pero Rodriguez que deus tem e manoell cardoso e bras afomso e houtrosym morador no dicto logar he domingos afomso e simão fernamdez moradores nos byscoytos e ele testador hasinou por sua mão e eu amtonio vaaz esprivam dos testamentos neste lleyte d'agoallua por el rey noso senhor que este esprivy e asyney de meu propryo synall que tall he .

*(Sinal de tabelião) (fl. 27v)*

trelado das verbas do testamento de  
Jorge Annes// sua mulher vyolamte  
martinz sus testamemteira

1553  
Nov. 18

Em nome de deus Amem Saybam quamtos esta cedolla he testamento vyrem que No Anno do nacymemto de noso senhor Jesu cristo da hera de mjll e quinhentos e cymquoemta e tres annos aos dezoyto dias do mes de novembro da sobredicta hera hem has casas da morada de Jorge annes morador nesta fregesya d'agoallua termo da vylla da praia desta Ilha terceira de jesu cristo estamdo ele Jorge annes doemte em hũa cama comfesado e comungado e tememdo ele a ora da morte e dya do Jujzo como todo fyell crystão deve de temer mamdou A mjm esprivam habayxo nomeado que lhe fjzese cedolla na quall djse ele testador que emco-

memdaua sua allma ao senhor deus que ha cryou he Remyo com seu sangue Percyoso he que Rogava a vyrgem nosa Senhora que ela com todo-llos samtos e samtas da corte do çeo queyram Rogar hao senhor deus por sua allma amem .

Item djse ele testador que se o noso senhor deus llevar desta vyda presentemte que seu corpo seja emterado demtro na Jgreja de samto esprito d'agoallua em hũa com coua que ele tem paga

Item que ao dya de seu emteramemto lhe dyram hum ofycyo de tres lyções scilicet hũa mjsa cantada e tres Rezadas e a mjsa cantada sera hofertada com tres alqueires de trygo e de vynho tres canadas de vynho da terra he de peyxe sequo hũa duzia e de mão beyjada (*fl. 28*) vymte reaes e de emcemço dez reaes e as tres mjsas Rezadas seram hofertadas com cada hum seu pam e quamdea e quartylho de vynho cada mjsa

Item dyse ele testador que lhe fyzessem asym hahomes e ao anno pella mesma maneyra do emteramemto acyma dicto

Item dise que desem d'esmolla ao samto sacramento cem reaes

Item que desem a confrarya de nosa senhora pera ha sua cera cem reaes

Item mais que desem ha comfrarya das chagas cem reaes

Item que desem a samta misericordja cem reaes e ysto pera estas comfraryas desta Jgreja de samto esprito d'agoalua

Item Dise ele testador que ysto acyma dicto mamda que se faca e cumpra de sua terça e dise ele Jorge Annes que ele deyxaua por sua testamemteyra ha sua molher vyolamte martjnz e que lhe pedya e Rogaua que ela o fyzese com ele asym como ele fyzera por ella se ela ho carego lhe

deyxara e que ho mais que de sua terca Remaneçer que ele Jorge Annes o deyxar a sua molher vyolante martinz e a sua filha Jsabell he a seu filho balltezar he ysto herdaram scilicet mjnha molher e estes dous filhos scilicet Jsabell e baltezar(39) depouys destes legados comprydos ho erdaram

jtem dise ele testador que tomava sua terca na casa homde ele mora e vyvya e que ally a tomava

jtem dise que lhe mamdasem dyzer hũa mjsa Rezada A homra do bem aventurado senhor samto amtonyo// (fl. 28v) por ho seu dya nesta Jgreja de samto esprito d'agoallua cada hum anno emquamto ho mumdo durar e sera hofertada com hum paam e camdea e hum quartylho De vnyho da tera e mamda-lla-ha dyzer quem persoyr a terça cada hum anno sera dicta ha mjsa e por haqui djse ele testador que havia seu testamento por boom e fyrme he valyhoso do Jr este dya pera todo sempre he este quer que valha e outro nenhum não se feytos tem e neste decraRou toda sua vlltyma e deradeira vomtade e mamdou a mjm amtonio vaaz esprivam dos testamentos nesta fregesyia d'aguallua que lhe fyzese esta cedolla a quall ca fyz e vay na verdade oJe a dezoyto dyas do mes de novembro da hera de mjll e quynhemtos e cymquoemta e tres annos e eu amtonio vaaz que ho esprivy he ele Jorge annes asynou por sua mão testemunhas que ha todo foram presentes mjguell fernamdez bem formado he aDam diaz diguo adam gaspar he balltezar gomcalluez e Joam de serpa e eu amtonio vaaz esprivam dos testamentos nesta fregesyia d'aguallua que ho esprivy dya mes e hera acyma esprito e este he ho trelado do testamento e ho propyo fyqua em meu poder em meu lyvro de notas e o tyrey he vay na verdade e concertey oJe a seys dyas do mes de Junho da hera de mjll e quynhemtos e cymquoemta e oyto an-

---

(39) Ms. «batezar».

nos e eu amtonio vaaz esprivam que este esprivy e asyney de meu proprio Synall que tall he .

*(Sinal de tabelião) (fl. 29)*

trelado das verbas do testamento de Jsabell  
gomçalluez molher que foy de vasco de borba

1537  
Dez. 18

Saybam quamtos este testamemto vyrem que no anno do nacimiento de noso senhor Jesu cristo de mjll e quynhemtos e trymta e sete Annos haos dezoyto dyas do mes de dezembro da sobredicta hera acima esprita estando Jsabell gomcalluez dona veuva molher que foy de vasco de borba que deus tem estando hasym a dicta Jsabell gomcalluez em todo seu syso e perfeyto emtemdymemto que noso senhor Jesu cristo lhe aprouve de dar logo per ela dicta testadora foy dicto em presemça de mjm esprivam habayxo nomeado he das testemunhas ao dyamte espritas que querya fazer este testamento na maneyra segymte

jtem primeyramente que emcomemdaua sua allma ao senhor deus que ha fez e cryou e a vyrgem nosa Senhora e a todo-los samtos do parayso que Rogem ao senhor deus por ela quamdo desta vyda presentemte partyr e que lhe perdoe todo-los pecados porque ela cre em todas has cousas em que cre a samta madre Jgreja

jtem dise que protestaua de vyuer e morer em sua samta fe catolyqua e dise que protestaua se allgũas temtações do dyabo que ela a renegaua lhe vyhesem a ora da sua morte ha ser nenhũas porque era verdadeyramente que maor he misericordja *(fl. 29v)* do senhor deus que todos hos pecados do mumdo e asym que se reportaua a ffee de noso senhor Jesu cristo

jtem mamdou que llevamdo-a noso senhor desta

vyda presente que me emterem na Jgreja de sam framcisquo da vylla da praia e que me deytem no abyto de sam framcysquo he me deytem na coua de meu marydo e mamdo que ao dya de meu emteramento me dyguam hum hofycyo de noue llyções com sua mysa camtada he cymquo Rezadas e de hoferta ao hofycyo dez allqueires de tryguo e hoyto canadas e vynho e hũa duzya de peyxe e asym mais has mjsas Rezadas com sua hoferta hacustumada e vymte reaes de emcemço e houtros vymte reaes de mão beyjada e ao mes he anno me dyram cada hũa(40) de seys llyções com has ofertas que hasyma dicto tenho e destes dous hofycyos me hofertaram carneyros em llugar de peixe e asim mãodo que demtro do mesmo Anno me diguam hum trymtayro de samto amador cerado e dyga-mo meu filho amtonio vaaz crelygo homde ele mais quyser e por bem tyuer e sera hofertado segumdo custume he se amtonio vaaz vyuo não for mamdo que ho digua meu neto(41) domingos vaaz

item djse a dicta testadora que lleuamdo-a noso senhor Jesu cristo desta vyda presente que deyxa e tynha por bem de deyxa hum quarteyro de tera que Remdese por sua allma he de seu marydo emquamto ho mumdo durar e esta tera se comecara ha mjdyr partymdo com domingos Louremco meu gemro e depois de mydyda he marquos postos Se entregara esta tera ha meu (fl. 30) filho amtonio vaaz que ele fara dela como sua propya ha quall terra lhe deyxo que me diga cada hum Anno cymquo mjsas rezadas homde quizer que ele estyuer e a novar cada hum anno ho cyryo do samto sacramemto da Jgreja de samto esprito d'aguallua hao quall cyryo serve pellas hemdoemças e hasym mamdo que ha quem quizer que ho dicto cyryo tener em seu poder ao

---

(40) Ms. «hum»

(41) Ms. «meu neto» repetido e não riscado.

tempo de meu falecymemto que ho dem hao dicto amtonio vaaz hasym como esteuer a ele hou a quem ele der seu comprido poder pera ho renovar como dicto tenho e se emnovara de nove ate dez aRates e per falecymemto D'amtonio vaaz deyxo esta terra a meu neto domingos vaaz com todo este emcarego como asyma dicto tenho e por falecymemto de domingos vaaz mamdo que ho deyxem a outro quallquer crelygo que mais chegado for hasym que va coremdo pelos mais chegados emquamto ho mumdo durar ho quall quarteyro de terra esta demtro em hum cerado meu scilicet no cerado das heyRas e parte da bamda de bayxo com domingos Louremço como dicto tenho que parte com hum meyo moyo que dey em casamemto ao dicto domingos Louremco como dicto he Jsto peço e Roguo aos Juizes e Justyças que o carego tyverem que quada hum anno me faram compryr todo ho comteudo nesta deccraracam desta terra

item mais dise a dicta testadora que deyxaua a comfrarya de nosa Senhora da Jgreja d'agoallua dozemtos reaes he a (fl. 30v) Comfrarya das chagas da dicta Jgreja houtros dozemtos reaes e a comfrarya de nosa Senhora do RozayRo da vylla da praja houtros dozemtos reaes e a comfrarya dos fynados diguo dos fyees de deus dozemtos reaes he a comfrarya da samta misiricordja da vylla Da praja dozemtos reaes e aos catyuos houtros dozemtos reaes e Jsto he o que deyxo a meus ffilhos e netos nomeados de mjnha terca

item primeiramemte deyxo a meu filho bertollameu vaaz tres mjll reaes e a mjnha filha fylypa vaaz lhe Deyxo todo seu vystydo que levou de mjnha casa que lho não portam e asym a meu filho amtonio vaaz crelygo hum allmadraque de trez bramquo ho mjlor que se achar em casa he dous lamções dos mjlhores que se acharem em casa e hũa meza de toalhas de lynho he hum travyseyro e asym ha mjnha filha vyolamte de borba deyxo dous mjll reaes que em

sym tem que lhes nam partam e a minha neta bryatyz manoell filha de manoell fernamdez lhe deyxo hum mamto scilicet de quatrocentos de cruzado o couado e a meu neto vasco de borba mamdo que lhe dem hum negryno por nome chamado domingos e ysto por trabalhar nesta fazemda e quando meus filhos tall negryno lhe nom quyserem dar emtam lhe pagem seu trabalho

jtem mays deyxo a minha neta Jsabell sua Jrmaã quatro couados de pano pera hũa saya de trezentos reaes o couado

jtem mais dise a dicta testadora he declarou que ha terca que lhe vyesem em estas (*fl. 31*) casas homde vyue e guarnell e pumar deyxava que has nam tyrasem ha domingos Louremco seu Jemro tamto portamto e daquillo que forem havalyadas esta terca scilicet casas e garnell e pumar lhe deyxo mjll reaes e ho mais que ho page pera ahos legados hatras nomeAdos scilicet hos legados do segumdo anno

jtem mais dise a dicta testadora que estes hoficyos e trymtayro que lhos cumpram demtro em hum anno e hos mais llegados senão puderem compryr no dicto anno que seja no segumdo anno prymeyro que vyer e hasym Dise que ha terça que lhe vyese em hum espriuo por nome farausto que ela testadora havya por bem de ho forar scilicet o que a ella testadora cabya em sua terça e peço e Roguo ha meus filhos que do mais que o faram bem com ele como eu espero e quamto ao mção e saya que mamdo que dem ha minhas netas scilicet bryatrjz e Jsabell que provamdo o dicto testamemteiro abayxo nomeado em como em minha vyda lho tenho paguo e dado que mais lhe nam tomem comta

jtem mais dyse a dicta testadora que deyxava ha seu filho bertollameu vaaz por seu testamemteyro se vyuo for e se não for vyuo que ffyque a meu filho amtonjo vaaz aos quaes filhos Roguo e peço ha quallquer delles que ho for que

faram por minha allma como ca comffyo que eles faram e mais perfeytamente do que lhes eu emca- (fl. 31v) Reguo e o que tall careguo tener lhe deyxo por seu trabalho dous mjll reaes e por aquy dyse a dicta testadora que havia seu testamento por ffeyto he acabado deste dja pera todo sempre e que todo-los houtros testamentos e cedolas e comdezyllhos que hate aquy tynha feycto que todo-los avya por arenumcyados somemte este querya he quer que se cumpra e em testemunho de verdade loguo ella testadora em presemça das testemunhas que hao dyante estavam deu todo seu comprido poder a mym symão afomso esprivam dos testamentos neste llemjte d'agoallua ha ser ho dicto testamento feycto dja e mes he anno hasyma dicto testemunhas que no presentemte estauam lopo fernamdez he gomcalo diaz e antonio gomcaluez e domingos pirez d'aguar e Joam ffernandez A que ha dicta testadora Rogou que hasynase por ela por não saber asynar todos moradores em villa nova Da sereta d'agoallua eu Joam fernandez que haqui asyney ha rogo de Jsabell gomcalluez testadora por ela nam saber hasinar e este he o trelado do testamento e ho propyo fica em meu poder he ho treladey em este lyvro e vay na verdade e comçertey aos dezaseys dyas do mes de Junho da hera De mjll e quinhentos e cymquoemta e oyto annos e heu antonio vaaz esprivão neste llimjte d'agoallva por el rey noso senhor que este trelado esprivy dja e mes e anno acyma esprito e asyney de meu propyo synall que tall he .

(Sinal de tabelião) (fl. 32)

trellado de decraracam que fez pero  
gomcalluez vygajro velho sobre seu testamento  
ho anno de mjll e b<sup>c</sup> e cymquoemta e noue o  
quall testamento fyqua hatras

1549  
Nov. 19

En nome de deus Amem Saybam quantos esta cedolla e

testamemto diguo esta decraracãm de hum testamemto de pero gomcalluez vyguayro velho vyrem que no anno do nacymemto De noso senhor Jesu cristo da hera de mjll he quinhentos e quoremta e noue Annos aos dezanoue dias do mes de novembro da sobredicta era em has casas da morada dele pero gomcalluez vygayro dyse elle a mjm esprivam habayxo nomeado e testemunhas ao diamte espritas que ele tynha feyto seu testamemto e que haguora fazya mays esta decraracãm na maneyra seguymte

jtem dyse elle pero gomcaluez vygayro que deyxaua dous moyos de tryguo de sua terça e ffazemda pera que lhe dyguam cada somana duas mjsas Rezadas scilicet hofer-tadas com sseu paam e camdea e quartylho de vynho scilicet a segumda sera a mjsa dos fyees de deus com hũa oRacam que se diz [ym . . . (42)] (*fl. 32v*) e a terceyra oraçom sera deus que nos patrem e matrem e a mjsa que se dyser a terca feira sera Das chagas com comoracãm deus que Jmter cecedotes e a outra horacam sera do espirito samto e ysto emquamto ho mumdo durar porque se acha emcaregado de mujtas mysas he estas mysas que mamda dyzer quem nas dyser fara comoracãm e digna que se dyzem por mjnha allma e por todos hos que elle for emcaregado has quaes mjsas mamdo que mas dyga meu filho mygell ffernamdez em sua vyda e depouys delle defumto has dira Joam gomcalluez meu sobrynho filho de joana gomcalluez se elle for crelygo e nam sendo crelygo que mygell fernamdez meu filho posa nomear houtro mais chegado de nosa geracam que has digua de modo que avemdo crelygos de nosa geracam elles has digam sempre porque ha mynha temcam e depouys da morte de mjgell fernamdez e Joam gomcalluez numqua hos vygayRos nem

---

(42) Palavra ilegível por deterioração no suporte.

benefycyados has dyzerem somemte hos da geracam ho quall deyxo a meu filho mygell ffernamdez por meu herdeiro e testamemteyro e que tenha carego de mas dyzer e sobre ele deyxo ho careguo e desemcareguo mjnha comcyemcyia sobre a sua e diguo mays que quanto he ha mjnha Jrmaã e a Joana gomcalluez mynha (*fl.* 33) sobrynha Reporto-me ao testamemto que esta em poder de amtonio vaaz esprivam neste llemjte ho quall mamdo que se cumpra hey certo o que neste testamemto esta e mamdo ha meu filho mjgell fernamdez que de hũa casa a Joana gomcalluez em que ella vyua com seus filhos

jtem mais dyse ele pero gomcalluez que cazamdo amtonya filha de Joana gomcalluez que lhe dem de sua fazemda e terça doze mjll reaes pera seu emparo se se quasar e por aquy djse ele pero gomcalluez que havya esta decraracam por boa e fyrme e valyosa deste dja pera todo sempre e mamdou a mjm amtonjo vaaz esprivam dos testamemtos por el rey noso senhor nesta fregesyia d'agoallua que lhe fyzese esta decraracam A quall eu ffyz e vay na verdade com has testemunhas que de presentes estauam amtonio vaaz vygayro e gomcalo afomso he Jurdam homem he sylluestre Rodryguez e ysto pasa na verdade o Jr a dezanoue dias do mes de novembro da hera de mjll e quynhemtos e quoremta e noue annos fyz amtrelynha por verdade domde dyzya outubro e aguora dyz novembro na verdade e eu amtonio vaaz que ho esprivy e ele pero domcalluez vygayro asynou por sua propya mão e este e o trelhado de decraracam de seu testamemto e ho propyo fyca (*fl.* 33v) em meu llyvro de notas e ho treladey e vay na verdade oJe a quatorze dias do mes de houtubro da hera de mjll e quinhemtos e cymquoemta he hoyto annos e eu amtonio vaaz esprivam neste llemjte D'agoallua por el rey noso senhor qu'este esprivy e asyney de meu propryo synall que tall he .

*(Sinal de tabelião)*

obrigação que fez gomez pampallona a sustentar  
e guarnecer e dar todo o necesayro ao altar  
que mamdou fazer em nosa Senhora d'ajuda (43)

1562  
Abril, 6

Aos que esta hobrygacam vyrem digo eu gomez pampalona que ora me hobrygo por mjm e mjnha fazemda ha sostemtar(44) e Repayrar hum alltar que hora quiz fazer em nosa Senhora d'ajuda que esta nesta fregesyta d'agoallua e por eu hora gomez pampalona hobrygar a sostemtar ho dicto alltar e hobrygar mjnha fazemda como acyma e dicto mamdey fazer esta hobrygacam neste llyvro do tombo desta *(fl. 34)* (45) Jgreja de samto esprito d'agoalua termo da vylla da praya por amtonio vaaz esprivam deste llemjte d'agoallua Jr a vymte e seys djas do mes d'abryll da hera de mjll e b° e sesemta e dous annos testemunhas que ha todo foram presentes manuell momteiro e pero vaaz e eu amtonio vaaz que ho esprivy e ele gomez pampallona asynou este termo//

(as.) pero vaaz

(as.) gomez pampallona  
de mjranda

(as.) manuel monteiro  
(as.) amtonio vaaz

trellado das verbas do testamemto de vasco  
pirez Ja defumto de que he seu filho  
symão vaaz seu testamemteiro

1562  
Out., 21

En nome de deus amem e da vyrgem glloryosa ssua bemdicka madre Saybam quantos este testamemto e hullityma he deradeira vomtade vyrem que no anno do nacimemto de noso

(43) Título escrito por mão posterior.

(44) Ms. «sotemtar».

(45) Ms. «desta» repetido no fôlio anterior e não risc.

senhor Jesu cristo de mjl e quinhentos e sesemta e dous An-  
nos aos vymte e hum dias do mes de ho- (fl. 34v) tubro  
n'agoalua termo da vylla da praja nas casas da morada de  
vasco pirez llavrador morador no dicto llijmte estando ele  
emfermo da Emfyrmydade que a noso senhor lhe aprouve lhe  
dar em todo seu syso he emtemdymemto que ha noso senhor  
lhe deu por ele foy dicto que nam sabemdo o dia e a ora que  
ho quizer llevar pera sym dyse que querya hordenar he fazer  
hũa çedolla pera descarego de sua comcyemcyia e Requereo  
ha mym mellchyor alluarez lha esprivese na maneyra se-  
gymte

jtem dise que emcomemdava sua allma a noso se-  
nhor Jesu cristo que ho fez e cryou pede e Roga a vyrgem  
gllosyosa sua madre que ela queyra rogar pera que quando  
da vyda presentemte partjr posa hyr ao llugar da follgamça e  
vyda Eterna Amem//

jtem dyse que llevamdo-o noso senhor da vyda  
presentemte seu corpo seja emterado na Jgreja de samto esprito  
prymcypall desta fregesyia halem de a dicta coua ser ssua e  
nella ter seus defuntos mamda que se de d'esmolla pera a  
fabryqua dozemos he cymquoemta reaes e ao dia de seu  
emteramemto lhe faram hum ofycyo (fl. 35) Junto de nove  
llycoes e ofertado a mjsa com dez allqueires de trygo he  
seys canadas de vynho e ao mesmo lhe faram ao mes e ao  
anno com ha mesma hoferta e vynho e a cada ofycyo hofer-  
tado com duas duzyas de peyxes sequo.

jtem dise que ele a muitos tempos que tynha Em  
vomtade de mamdar djzer hum trymtayro pela allma de sua  
mãe e outro pela allma de seu paỹ he outro pela allma de seu  
Jrmão que se chamava Joane he outro pela allma de seu filho  
esteuam vaaz houtro pera sua allma dele (46) testador que sam

---

(46) Ms. «dele» repetido e não risc.

por todos cymquo trymtayros quer e mamda que se lhe dyguam todos cymquo e esquilha pera que lhos digam pero Louremco crellygo de mjsa morador na vylla da praia filho de Louremç'eannes e amtonio marquez crelygo de mjsa naturaes Da cydade d'amgra filho de francisco marquez ambos juntamente lhe diram os dictos trymtayros digo cymquo trymtayros e que tem(?) de os vyr dizer a esta JgreJa de samto esprito hos vyram dyzer quamdo não poderem lhos dyram na Jgreja de samta cruz da vylla da praja homde Resydem e de hoferta dos trymtayros (fl. 35v) porque se nam pode hyr cada dya hofertar se dara ao vygayro desta Jgreja haJmda que hos trymtayros se dygam Daquy de cada trymtayro pera oferta çem reaes em dinheiro e hum allqueire de trigo que sam hasym cymquo allqueires de trigo e cymquo tostões em dinheiro por todos cymquo hos (47) crellygos que dicto tem forem hocupados hou houtro quallquer empydymemto seu testamemteiro poderia em seu lugar nomear outro ou outros quem quyser e heses ho dyram .

jtem dise que comprara a hum alluaro afomso que vyuya nesta vylla noua hũa quarta de terra que staua comecada ha tapar de parede a quall ele testador Acabara de tapar e que não fyzeram carta de vemda e ele se fora camjnho Das canarjas que se vyer e pagar tres mjll reaes que por ela lhe tem dados que hos Recebam e lhe llargem sua tera djgo ha quarta de tera .

jtem dise que tinha dado a seus filhos o segymte//

jtem a gomcalo fernamdez seu jemro trymta mjll reaes (fl. 36) de que tynha quitacam

jtem a Joam Rodriguez seu jemro trymta mill reaes de que tinha quytacam

---

(47) Ms. «hos» repetido e não risc.

item a symão vaaz seu filho trymta mjll reaes em trygo de que tinha quitacam//

item a gabryell vaaz seu filho trymta mjll reaes De que tynha quitacam .

item a pero vaaz seu filho trymta mjll reaes de que tynha quitacam ou sam trymta e hum mjll reaes

item a antonio vaaz seu filho trymta e tres mjll reaes de que tinha quitacam e hum allqueire e quarta de tera em vylla nova .

item a bertollameu gomcalluez seu Jemro cemto e quoremta e tres mjll he quatrocemtos reaes dos que tem quytacam ppubrica .

item mamda que per seu falecymemto se Jgoallem todos na fazemda que fyquar tyramdo sua terça de que fara decraRacam .

item dise que em dinheiro de comtado a tenho persebe Asy sesemta e tres mjll reaes de que se vay gastamdo cada dya//

item djse que nos esprauos que tem scilicet framcisca moca molata e fora scilicet elle e sua molher a tem fora e aJmda que não tenha carta (*fl. 36v*) e verdade que he fora dous outros annos he elle e sua molher ambos a foraram

item maria sua may e catyua porem he Ja velha e por fora se pode ter estaram em companhia de sua Senhora e hos espravos machos servyram sua Senhora dygo molher e filhos como catyuos que Sam .

item dise que tynha vymte e oyto moyos de terra entre tera de pam e de comeDia de que sam a metade de sua molher fyquam a sua ametade quatorze moyos dos quaes toma sua terca na maneyra seguymte .

item dise que tomava sua terca na tera que comprara a fernam d'aluarez d'arzylla que esta no lugar de vall farto e na que comprou a Joam gyll filho de Joam gyll e nas dictas

terás dise que tomava toda a sua terça da rayz pelas avalyações Das herdades nas dictas terras tomava hum moJo de terra medydo das terras dos pays pera o corpo da terra em que se meteram marcos que apartem da houtra terra e esto moyo de terra deyxá a symão vaaz seu filho com (fl. 37) hobrygacam de em cada hum anno emquamto ele vyuer lhe mandara dizer hũa capella de hũa mjsa cada semana scilicet Das chagas podendo ser se dyra has sextas feiras A quall se pagara segumdo costume e lhe mandara mays dyzer em cada hum anno tres mjsas de devacam hũa per dya de nosa Senhora das camDeas hou em seu oytavayro e houtra das chagas de noso senhor Jesu cristo e outra por dya do espirito samto hou seu houtavayro e dara em cada(48) hum anno ha comfrarya do samto sacramemto da Jgreja de santo espirito d'agoallua homde he freeges dous mjll reaes e Jsto pera sempre Asy a esmolla do sacramemto como ha capela e mjsas e o dicto seu filho e manystrador podera llavrar a dicta terra e aRemdar de sua mão como quyser e vender a Remda e comprar com seu dinheiro os emcaregos que lhe deyxá e por sua morte fyquara ao filho que ele teuer mays velho com ho mesmo emcarego e nam temdo filho nem filha he não temdo erdeyros em ela ellegera manjs- (fl. 37v) trador com-tanto que nam saya de sua geracam//

item dise que tynha duas moradas de casas em vyla noua nas quaees tambem tomava sua terça como nas mays herdades de Rayz e avallyadas has herDades e casas tomava sua terça de todo o que tem dicto no dicto lugar de vall farto e se mays terça lhe couber no dicto lugar avemdo Respeyto avalyaram de hũa e outra a toma toda Junta he nem por jso tera mays obrygacoes que has que tem dito e has tres mjsas sejam cantadas .

---

(48) Entrel. «da».

Item dise que tomava sua terça dos moves do que compriRam seus legados e se daram d'esmolla a comfrarya de sam pedro quynhemtos reaes e a comfraRya dos fyos de deus outros quinhentos reaes e ao bem aventurado sam Joam homde tyuer comfrarya houtros quynhemtos reaes e a sam lazaro outros quynhemtos reaes

Item dise que pera todo compryr deyxaua por seu testamemteiro ao dicto seu filho symão vaaz (fl. 38) porque sua molher he velha he não [ . . . ?(49)] pera estes dictos trabalhos e o dicto seu filho fara hapartar sua terca e se compraua da rayz o que tem dicto atras e da terca do movell compryra todos seus legados Asym de ofycyos trymtayros como das esmollas e se allgã cousa aRemaneçer da terça do movell avera pera sym de seu trabalho .

Item dise que da Rayz que deyxaua pera se compryr sua vomtade comprydas esmolas de sacramento e capela e as tres mjsas am-de ser camtadas todo o Remanecemte seya pera o dicto seu filho em sua vyda e pera hos que apos ele vyerem e manystradores forem e por aquy ouue seu testamemto por acabado e mamda que ho jmteyramemte se cumpra e por este houve por quebrados todos outros testamemtos que hamtes deste tynha feytos e que este so se cumpra como em ele he decraraDo e asynou dia mes e anno atras dicto vasco pirez mellchyor allvarez RamyRez . (fl. 38v)

Aprouacam

Saybam quantos estes estromemto d'aprovacam vyrem que no anno do nacymemto de noso senhor Jesu cristo de mijll e quinhentos e sesemta e dous Annos aos vymte e hum dyas do mes de outubro na Rybyera d'agoallua nas casas da mora-

---

(49) (?) após correções.

da de vasco pyrez escudeiro ay peramte mym tabeliam e testemunhas pareço ho dicto vasco pirez escudeiro doemte em seu syso e emtemdjmento deu a mjm tabaliam esta cedolla e dyse que hera sua hulltyma vomtade a quall queRya que se cumpra he levamdo-o noso senhor amtes d'outro fazer e comdezylhos que feytos se hachasem que somemte este vallese e se compryse e me Requereo lhe posese estromemto d'aprouacam testemunhas presentes amtonio Rodryguez e gomcalo vaaz e balltezar gomcalluez he cristovam d'allmeyda e manoell gomcalluez e outros e eu symão Rodryguez tabaliam publico e do judycyall na vylla da praia que este estromemto d'aprovacam como tabaliam publico por el rey noso senhor esprivy e asyney de meu publico synall que tall he como sege vasco pyrez gomcalo vaaz cristovam d'almeйда balltezar gomcalluez manoell gomcalluez [ . . . ] (fl. 46) (50).

da hera de mjll e quinhentos e sesemta e tres annos asyney de meu publico synall que tall he .

*(Sinal de tabelião)*

trellado das verbas do testamento de senhorynha  
gomcalluez Ja defumta molher que foy de fernamd'eannes  
sua testamemteyra sua filha marqueza fernamdez

1537  
Set. 21

Saybam quamtos esta cedolla e testamento vyrem que no anno do nacimiento de noso senhor Jesu cristo de mjll e quinhentos e trymta e sete annos em hos vymte e hum dias do mes de setembro da sobredicta era em hum lugar he casas domde hora vyue Senhorynha gomcalluez molher que foy de

---

(50) Há lacuna de fólhos . As numerações quinhentista e moderna denunciam a falta dos fólhos 39 ao 45v .

fernand'eannes ho Rey que se chama amtre (*fl. 46v*) has Rybeyras d'area e das pedras estando a sobredicta Senhorynha gomcalluez doemte em hũa cama de hũa amfyrmydade que deus noso senhor lhe qujs dar em todo seu syso e emtemdjmemto que deus noso senhor lhe deu tememdo ha ora da morte ha que todos somos obrygados nam sabemdo quamto deus noso senhor por ela querera mamdar mamdou fazer esta cedolla e testamento que foy feyto dja mes e ora acyma dicto .

item dise a sobredicta senhorynha gomcalluez testadora que ela hera crystam que crya e tynha todo ho que crya e tynha a Samta madre JgreJa de Roma e que como bõa cristam prometya de morer e vyuer em A fee de Jesu cristo e desemcaregar sua comcyemcyia em esta cedolla e testamento e que ela pede a bem aventurada vyrgem madre de miserjcordja que ela queyra por ela Rogar que lhe perdoe seus pecados he lhe de a sua Semtemça da graca pera homde foy cryada amem .

item dise a sobredicta senhorynha gomcalluez testadora que quamdo deus noso senhor desta vyda presente lleuar deste mumdo a llevar . (*fl. 47*) Desta vyda que ho seu corpo fose emteRado demtro na Jgreja de samto esprito homde ela tem hũa coua de fronte do alltar De Jesu homde seu marydo e filho foram emterados .

item que hao dya de seu emteramento mamdaua que lhe djsesem duas mjsas Rezadas he que sejam ofertadas com dous allqueires de trygo e hũa canada de vinho e hum vymtem De peyx e hũa das sobredictas mjsas sera dicta ha omra de nosa Senhora da comseycão que ela Rogue por mjm e me empare e a outra sera dicta a omra do bem aventurado sam miggell ho amJo que me acompanhou e me lleve a ver a gllorya e bem aventuramça pera homde fuy criada .

item mays mamdou a dicta testadora que lhe fizesse

dja do emteramemto e mes e anno scilicet que hao dja do emteramemto lhe fyzesem ho acyma dicto e que ao mes e anno lhe dysesem em cada dja cymquo mjsas Rezadas com hum ofycyo de fynados menor scilicet has cymquo mjsas Rezadas hofertadas com hum pam e hum quartylho de vinho (fl. 47v) a cada mjsa e ao anno cymquo mjsas Rezadas e hũa cantada hofertadas scilicet Rezadas com ho mesmo paam e ho quartylho de vinho e camdea com dous allqueires de tryguo e hũa canada de vinho das quaes mjsas seram dictas a homra das avoquações Aqui nomeadas scilicet hũa a omra de nosa Senhora da comceycam a outra a omra do esprito samto a outra a omra do bem aventurado samto afomso e a outra a homra Das chagas e ao outra a omra da madalena(51).

jtem dise he mamdou que ao anno lhe dysesem houtras cymquo mjsas Rezadas he fosem dictas a omra das avoquações acyma dicto e a mjsa cantada fose dicta ao anno hofertada como dicto he com ho officio de fynados ha homRa e llouvor de todos hos santos que eles Rogem por ella amem .

Jtem mamdou mays que lhe fyzesem hou djsesem hum trymtayro aberto e sera ofertado com hum pam e com hum quartylho de vinho e hũa camdea a cada mjsa sera dicta cada hũa a omra da- (fl. 48) quelle samto que ho cecerdote mays devocam tyuer//

jtem dise e decrarou que ella fora casada com hum fernamd'eannes d'allcunha o Rey e que damtre eles ambos ouveram quatro ffilhos e filhas scilicet domymgos e marqueza he Jsabell e Joam// e que por fallecymemto de seu marydo lhes dera partylha segumdo polo emvemtayro se uera//

jtem dise que ella carrara duas ffilhas he que no que lhe dera hasym teras como das houtras cousas em todo has

---

(51) Ms. «*madanella*».

Jgoallara somemte que ha marqueza foram Dados pelo amor de deus dous vystydos hos quaes sam hos segymtes scilicet hum bramquo e outro verde has pecas cada hũa sam As segymtes hũa falldrylha bramca e hum saynho bramquo e hũa mamtylha vermelha e hum corpyngo de cetym e outro saJnho fryzado e hũa mamtylha fryzada e outra fralldrylha verde outra mamtylha amarella e hum touquado e capatos e chapys e tres camjsas (fl. 48v) dellgadas e dous pares de camjsas de trabalho e hum traveseyro emfronhado todas estas pecas Aquy nomeadas lhe foram dadas scilicet a marqueza pelo amor de deus e nam devem nada a fazemda nem vyram a partylhas somemte has outras cousas que dahy vyram porque estes vystydos aquy nomeados lhe foram dados pelo Amor de deus como digo//

item eu declaro que eu por falecymemto de meu filho domymgos erdey yso que elle tynha scilicet sete allqueires e meyo de terra he asym o dinheiro que se pelo emventayro hachar que receby he dey em casamemto a mjnhas filhas e elas ho tem com ho mays de seu pay que de seu pay herdaram .

item declarou que ella tynha seu filho Joam e que lhe não tynha nada dado amte de amtre sym partyrem fose com elles Jgoallado e asym ho emcomemdaua has Justycas dell Rey noso senhor//

item djse que ella fazya ssua testamemteira A sua filha marqueza fernamdez molher de Rodrigo afomso ha quem emcomemdaua sua allma que deus empare neste mumdo e quamdo (fl. 49) (52) ffalleçer ache quem por ella outro tanto ffara A quall deyxto mjnha terca por seu trabalho com em-carego de cada hum anno me mamdar dyzer hũa mjsa por mjnha allma emquamto ella vyuer e dahy erdaram seus filhos

---

(52) Ms. «e quando» repetido no fólio anterior e não risc.

se os tyuer e senam hos tyuer ao tempo de seu fallecymemto se gastara por sua allma e mjnha e se caso for que ella(53) mjnha testadora queyra fazer estes llegendos do seu dinheiro podera haver a terra pera sym e se a terca nam allquamcar ha fazer o que haquy mamdo ffazer e se pella ventura ao tempo de meu fallecymemto por pela ventura a ter gastada não houver ffazemda que allcamse a terça fazer ho por mym mamdado que em tall caso ela mjnha testamemteira nam seja hobrygada a ffazer mays que gastar por mjnha allma aquyllo que se ao tempo Achar que mjnha terca allcamca porque nam serya Rezam gastar-se ssua fazemda comtra sua vomtade (fl. 49v)

jtem dyse que ella como dicto tem ffazyza sua testamemteira a sua ffilha marqueza fernamdez ha quem emcomemdaua sua allma e lhe Rogaua que em todo ho quysese Aceytar ho que pela sobredicta com has comdycoes aceytou e por esta cedolla e testamemto djse que avya por quebrados todos hos outros testamemtos cedollas e prometymentos que ate oJe tynha feytos e dise que esta hera sua deradeira vomtade e com hyso acaba sua cedolla e testamemto que foy feycto haprouado o Jr dja mes e era sobredicta .

Saybam quantos esta provacam de cedolla e testamemto vyrem como no anno do nacjmemto de noso senhor Jesu cristo de mjll he quinhentos e trymta e sete annos aos vymte e noue djas do mes de setembro do dicto anno acima esprito estamdo senhoRynha gomcalluez molher digo moradora amtre has Rjbeiras das Pedras e d'area que hora estam no llemjte d'aguallua desta Ilha terceira de Jesu cristo estamdo asym (fl. 50) A dicta senhorynha gomcalluez mall semtyda Da emfyrmydade que noso senhor Jesu cristo lhe aprouve dar llogo

---

(53) Ms. «ell».

per ela dicta senhorynha gomcalluez em prezemca de mym esprivam abayxo nomeado e das testemunhas ao diamte espritas per sua boca dise que ela avya esta cedola e testamento por boom e ffyxo deste dja pera toDo sempre e que todo-los outros testamentos e cedollas e comdesylhos que antes tem feytos que todos avya por arenumcyados somemte este que quiz que valha e se cumpra deste Dya pera todo sempre em testemunho de verdade logo ela dicta testadora em presemça das testemunhas deu todo seu com- prydo poder a mjm symão afomso esprivam em ho llemjite d'agoallua A ser a dicta provacam ffeyta dja e mes he era acima esprita testemunhas que de presentes estauam pero gomcalluez amtona e pero homem da costa e manoell d'oeyras allcayde e gaspar ffernamdez e fernamd'afomso porteiro e fernamd'afomso e nam aJa duvida homde diz por- teiro porque nam e porteiro que he filho de pero annes fygeyro morador em vylla noua da sereta d'agoallua e ela Rogou a pero gomcalluez que asynase por ela por ser molher e nam saber asynar fernão (*fl. 50v*) D'afomso pero gomcal- luez d'amtona pero homem da costa he gaspar fernamdez e manoell d'oeyras e eu symão afomso que ho esprivj e este e o trelhado do testamento que eu amtonjo vaaz botey neste llyvro do tombo e o propyo testamento ffyqua em meu poder e o tyrey e concertey e vay na verdade oJe a treze djas do mes de dezembro da hera de mjll e quinhentos e sesemta e tres annos e eu amtonio vaaz esprivam dos testamentos por el rey noso senhor nesta fregesyia d'agoallua que este trel- ladey he Asyney de meu propyo synall que tall he .

este he o trelhado das berbas do testamento  
de Joam Rodriguez Ja defumto e sua molher  
bryatyz vaaz Ja defumta de que he tes-  
tamemteiro pero memdez seu Jemro// (*fl. 51*)

Em nome de deus Amem Saybam quantos esta cedolla he testamemto vyrem que no Anno do nacimemto de noso senhor Jesu cristo da heRa de mjll he quinhentos e sesemta Annos Aos vymte djas do mes de Junho da sobredicta hera em vylla noua da sereta termo Da vylla da praja desta Ilha terceira de Jesu cristo em has casas da morada de Joam Rodriguez Jemro de vasco pyrez estamdo elle Joam Rodriguez comfesado he comungado he tememdo ele a ora da morte e dja do Juizo Como todo fyell crystam deue temer mamdou A mym esprivam abayxo nomeado que lhe fizese esta cedolla na quall Dise elle testador que emcomemdaua Sua allma ao senhor deus que ha cryou e Rymyo com seu samge Percyoso he que Rogaua A vyrgem nosa Senhora que ela fose Rogadora por sua allma amtre o seu bemto filho Amem//

item dyse elle Joam Rodryguez que protestaua de morer e vyuer e morer na samtysyma ffe de noso senhor Jesu (fl. 51v) cristo

item dise ele testador que se o noso senhor llevar desta vjda presentemto que seu corpo ffose emterado demtro na Jgreja de samto esprito d'agoallua em hũa coua que ele tem paga homde Jaz sua ffilha e molher que deus tem he que ao dja de seu emteramemto lhe faram hum offycyo de tres lycões scilicet hũa mjsa camtada he Duas Rezadas e a camtada sera hofertada com tres allqueires de trygo e tres canadas de vinho da tera e de peyxe sequo hũa duzya he de mão beyJada dez reaes e de emcemço dez reaes e d'armar a tumba he tamger ho syno cem reaes e as duas mjsas Rezadas serem offertadas com pam e camdea he quartilho de vinho cada mjsa

item dyse ele testador que lhe fizesem asym ao(54)

---

(54) Ms. «aos».

mes e anno como aho emteramento propyamente e Asym  
 mays que demtro no anno lhe mandaram dizer hum trymtayro  
 de samto Amador çerado hofertado segumdo custume e mo  
 dyra o vygayro e Recoeyro hou cura desta Jgreja de samto  
 espirito quallquer que for ao tempo de meu fallecymemto he  
 (fl. 52) ho que Remaneçer de mjnha terça depouys destes  
 llegados comprydos mamdo que meus Filhos e filha scilicet  
 pero he vasco e maria Rodryguez ho herdem Jrmaãmemte e  
 deyxo por meu testamemteiro A meu jemro pero mendez e lhe  
 deyxo por seu trabalho mjll reaes e asym mays tomo pera  
 mynha allma he de mjnha molher Ja defumta bryatyz vaaz  
 hũa casa que tenho neste llugar de vylla nova ha par de am-  
 tonio nunez emquamto ho mumdo duRar que me diguam por  
 mjnha allma duas mjsas Rezadas ofertadas com cada hum  
 seu pam e camdea e quartylho De vinho cad'anno

jtem por allma de mjnha molher Ja defumta outras  
 duas mjsas Rezadas quada huum anno emquamto ho mumdo  
 durar hofertadas segumdo custume

Jtem Dise ele testador que desem D'esmolla a nosa  
 Senhora cem reaes pera A sua comfrarya e pera as chagas  
 çem reaes e pera o samto sacramemto houtros cem reaes e  
 pera a samta misericordja cem reaes e estas esmollas pera  
 estas comfraryas desta Jgreja de samto espirito d'ago- (fl.  
 52v) allua

jtem mamdo que dem ho meu sayo preto A bras afom-  
 so por amor de deus e por Aqui dise elle testador que havia  
 seu testamemto por bom e valyoso d'oJe este dja pera todo  
 sempre he este quiz que valha e outro nenhum nam se ffeytos  
 tem he hem testemumho de verdade este mamdou fazer A  
 mjn amtonio esprivam dos testamemtos nesta fregesyia  
 d'agoallua no quall elle testador decrarou toda sua vlltyma he  
 deRadeira vomtade e testemunha que ha todo fforam pre-  
 sentes domjmgos fernamdez e bertollameu lopez A que elle

testador Rogou que hasynase por elle e alluaro vaaz he domjngos pyrez tecelão he balltezar vieira todos moradores neste logar De vylla noua e eu amtonio vaaz que o esprivy aos vymte djas do mes de(55) Junho da era de mjll e quinhentos e sesemta e hum annos djgo mjll e quinhentos e sesemta anos// e eu bertollameu lopez que hasyno ha Roguo dele testador// bertollameu lopes balltezar vieira domingos pirez dyogo fernamdez alluaro vaaz Reymão e eu amtonio vaaz que ho esprivy .

e este he o trelhado do testamemto e o propyo fyqua (fl. 53) em meu poder em meu llyvro de notas e ho tyre y e botey em este llyvro do tomo e concertey e vay na verdade e asyney de meu publico synall que tall he e eu amtonio vaaz esprivam dos testamemtos neste llemjte d'agoallua por el rey noso senhor que este esprivy dja e mes e hera acyma dicto .

*(Sinal de tabelião)*

trelhado das verbas do testamemto de gyomar da costa  
 Ja defumta de que he seu testamemteiro(56)  
 gomez pampallona seu marydo

1565  
 Jul. 31

Em nome de deus Amem Saybam quantos este testamemto vyrem que no anno do nacimemto de noso senhor Jesu cristo de mjll he quinhentos e sesemta he cymquo annos em ho deradeiro dja do mes de Julho do dicto anno na fregesy de samto esprito d'agoallua termo da vylla da praya desta Ilha terceira nas casas domde hora mora gomez pampllona estando hay gyomar da costa sua molher do dicto gomez pampllona estando em hũa cama em todo seu syso he emtem-

(55) Ms. omite .

(56) Ms. «testamemto» .

djmento perfeyto e me Rogou (*fl. 53v*) A mjm pero meemdez que lhe fyzese espriver seu testamento como fyell esprivam ho quall e ho segymte

item dise que hemcomendaua sua allma hao senhor deus verdadeyro Jesu cristo que ha cryou e lhe Roguava pela sua samta pyedade lhe queyra llevar sua allma ha sua samta gllorya do paraJso pera que ha cryou e Rogaua ha vyrgem glloryosa samta maria Senhora madre de Jesu cristo que seja sua Jmtercesora com todos hos santos e samtas da corte Selystryall hamtre ho senhor deus Rogem por sua allma

item dyse que levamdo-a noso senhor que seu corpo seja emterado na Jgreja de nosa Senhora d'aJuda com sua maJ e Ao dja de seu emteramento lhe faram hum offycio Jmteyro com besporas e ludoas de maneyra que seJa perfeyto e haos dous dyas loguo segymtes lhe faram e dyram houtros dous hofycios hafora ho do emteramento has quaes seram hofertadas scilicet ho primeiro com quymze alqueires de trygo e duas duzias de peyxes e dous almudes de vynho e aos houtros dous se dara d'offerta hum moyo de trygo ha ambos e hum quarto de vymes e o mays sera o que meu(57) testamenteyro quyser e Ao primeyro hofycio me djram cymquo mjsas Rezadas ha homra das cymquo chagas e hũa mjsa camtada e ao segumdo me dyRam sete mjsas Rezadas ha omRa das sete dores de nosa Senhora e sua mjsa camtada e aho terceyro hofycio me dyRam noue mjsas Rezadas A homra dos nove meses que noso senhor amdou no ventre da bem aventurada vyrgem sua madre he com sua mjsa camtada e dyse a dicta testadora que emquamto ho mumdo durar lhe dyram quada somana digo dyram seys mjsas Rezadas com Respomco sobre ha sua sepulltura hũa pella allma de seu avoo

---

(57) Ms. «meus».

antonio lopez e has mais pela sua alma e de seus defumtos  
(fl. 54) que lhe ganharam o que hella ora mamda gastar

jtem mamda que lhe vystam cymquo horffãos scilicet  
de saya e saynho e cos he o pano nam pasara de trezemos  
reaes o couado e daram ha domjngas gyll emquamto vyuer  
hum vystydo em quada hum anno scilicet saja e cos somente  
e asym daram A balltezar afomso caryano trymta mjll reaes

jtem mamda que dem hao seu moco antonio que  
trazem em casa dyse que ho mjinjo ffilho de bernaldo pam-  
plona que ha custa de sua terca ho faram crelygo hou frade  
com tall comdycam que elle digua ha mjsa noua por sua allma  
dela testadora he não ho queRemdo ele ser crelygo nem frade  
hamtam lhe daRam sesemta mjll reaes

jtem quasamdo mycya d'arena filha de Jsabell d'a-  
rena mamda que lhe dem sete mjll reaes pera seu casamemto

jtem daram a symõa vaaz digo symoa vaaz que hora  
esta comjgo e lhe daram dezaseys mjll reaes

jtem daram A syzyllya filha de luzya de mjramda  
nove mjll reaes pera seu casamemto

jtem daram ha maria pamplona sua Jrmaã vymte mjll  
reaes quer em dinheiro quer em movell no que ela quiser

jtem daram A grymaneza da costa em sua vyda della  
trymta alqueires de trygo em quada hum anno

jtem daram ha mjnha cunhada hum vystydo de meu  
corpo comvem ha saber hũa saya de damasquo Azull he hum  
sombreyro de veludo preto e hum cos de cetym cremesym he  
hum mamto de tafeta preto e ho sayo lhe daram de tafeta  
preto e lhe daram ho meu collar d'ouro e huns chapyns de ve-  
ludo verde e dar-lhe-am mays vymte mjll reaes pera hũa  
Joya

jtem daram ha hũa moca amdreza filha da mo- (fl.  
54v) lher do pyquo que vyue em vylla nova daram seys mjll  
reaes pera ho seu quasamemto

item mamda(58) que lhe dyguam hum trymtayro e que lho diga hum so crelygo

item nomehou pera seu testamemteiro seu marydo gomez pamplona ho quall sera herdeiro de sua terca e has duas partes da fazemda que fycam tyrada a terça se partyram pelo mejo e ha metade daram ha meu Jrmão heytor homem e ha houtra deyxo ha gomez pamplona em sua vyda delle e por seu fallecymemto tornara tudo ha heytor homem hasym a terca como ha mais fazemda que lhe deyxo e por falecymemto d'eytor homem ffyquara A sua filha mays velha llygytyma e sempre hamdaRa na sua geracam femenjna emquamto A houver he nam havemdo ffemea emtam ha erdara ho macho he havemdo houtro filho que não tenha morgado hese ho herdara e tornamdo aver femea tornara ha sua heramca ha ela emquamto A ouver e não avemdo geracam d'eytor homem llygytymo nem bastardo tornara ha Jurdam homem meu Jrmão em sua vyda e por seu falecymemto fyquara aho parente mais chegado da geracam de mjnha maj emtemdemdo-se nos filhos de Joam coresma meu tyo(59)

item dyse que ho movell que se achar por seu ffallecymemto ho deyxa todo ha seu marydo gomez pamplona e que nam seja hobrygado ha torna-llo numqua A partylha nem a houtra pessoa e hasym dyse que havia por quyte e lyvre das horas que no dote lhe prometera porque lhe tynha dado palavra de lhas quytar hamtes que com ela casase e se em allgum tempo hou- (fl. 55) ver allgum herdeiro hou parente que comtra este testamemto posa dyzer hou aver allgũa bulla hou sem bulla que hallgũa duvyda ponha dyz que ho a por desherdado e quiz que nenhũa cousa aja em sua fazemda e hasym dise que dysherdaua todos hos mays Jrmãos e parem-

---

(58) Entrel. «da».

(59) Entrel. «o».

tes hou herdeiros que por algũa vya posam ter allgum direito e lhe faz pago com cymquo seytys A quada hum salluo hos que neste testamemto tenho nomeado e dicto he declarados

item daRam a eytor homem meu Jrmão hũa cayxa que houve de mjnha maḯ com quatro AREquadas d'ouro que tambem houve// todo ho meu fato de vystydo que se me Achar se dara pera fromtaes dos alltares scilicet pera o alltar de samto amtonio que esta em ha Jgreja de nosa Senhora d'ajuda e daram dous fromtaes hos melhoRes

item dise que da parte que eytor homem hover de sua heRamca dara ha Jurdam homem seu Jrmão dous moios de Remda hem sua vyda delle Jurdão homem

item mamda que fique fforo cristovão que houve da heramca de seu paḯ que deus tenha gllorya e hasym tambem deyxo fylypa e maria suas escravas com tal comdyçam que syruam seu senhor emquamto não quasar e hasym dise que foraua mais dous mjnynos que ella cryou que sam ffilhos das propyas escravas has quaes servyram ha seu senhor em sua vyda

item dise mais a dita testadora que se algum herdeiro dos nomeados em seu testamemto for contra este testamemto contra gomez pamplona ho a por desherdado de toda sua fazemda e com todas estas comdyções e declaracões mamda que se cumpra esta cedolla e testamemto como nelle se comtem e quer que este valha e houtro nenhum não porque este ha por fyrme (fl. 55v) e vallyoso e que este se cumpra pera sempre ate fym do mumdo e todos hos houtros que hate quy tynha feyctos não valham nada somemte este que mamdou espriver por mjm pero meemdez que ho ffyz he esprivy com mjnha mão he hasyney do meu propyo synall ha seu Rogo que tall he e ffeycto dja mes e hera e anno Asyma e atras dicto he por verdade ho asyno ha Roguo da Senhora gyomar da costa pero meemdez e este he o trelado do tes-

tamento e ho propyo ffyqua em poder de mjm amtonio vaaz esprivam dos testamentos neste lymjte d'agoallua por ell rey noso senhor e ho treladey e vay na verdade e comsertey hahos dezaseys djas do mes de ffybreiro da hera de mjll he quinhentos e sesemta e nove annos e eu amtonio vaaz esprivam neste lymjte d'agoalua que este esprivy he Asyney de meu ppubrico synal asyney que tall he dja mes e anno hasyma esprito .

*(Sinal de tabelião) (fl. 56)*

Foy per nos visto em visitaçam oJe xxj de Janeiro de 60  
bispo d'angra

trelado da carta patente dos acrescentamentos  
dos vjgajros desta Ilha e das mais - e ajudadores

1568  
Jul. , 30

Dom sebastião per garça de deus Rej de portugal e dos al-  
guarues d'aquem e d' allem mar em afrjqua Senhor de gujne e  
da comqujsta naueguasão e comercio d'etjopia aRabja persja  
e da jndia como guovernador e perpetu adminjstrador que são  
da ordem e caualarja do mestrado de noso senhor Jesu cristo  
et cetera faço saber aos que esta carta ujrem que eu fuj em-  
furmado que os mantjmentos que ora tem os menjstros ecles-  
jastjquos Dos bispados de mjnha obrjguasão prjncypalmente  
os que tem carguo d'almas não bastão pera sua competente  
sustentação e que por Jso senão achauão commumente  
pessoas Jdonjas e coaes comvem *(fl. 56v)* E queremdo eu a  
todos prover conforme as bulas apostoliquas e obrjguasões  
que o jso tenho como guovernador e perpetu admanystrador  
que são do dito mestrado a que pertemsem os ditos bispados  
e pera que as Jgrejas seJão bem guovernadas e seruydas  
mandej sobre jso tomar Jnformasões e fazer dyllygemçias

polos provedores de minha Fazemda nas partes dos ditos bispados e tomej particulamente outras Infirmasões de quanto Remdem pouquo mais ou menos os dizymos de cada hũa das ditas Jgrejas e do numero de frejguezes da distamçia e callydade das pouoasões dos presos das cousas e as mais que parecerão mesasairas os quoais todos forão vjstos e emxamjnados na mesa da comcyemçia e hordens polos deputados della e por houtros letrados e Religiozos que todos por meu mamdado se aJuntaRão per mujtos dias pera tratar do que convem ao bom governo e admjnstrasão dos ditos bispados e pera detrymjnarem e allvydrarem conforme as ditas bullas apostolliquas e ao direito o mantjmento que cada hum dos mjnjstros eclesjastjquos deve aver Em particul no que toqua aos mjnjstros do bispado d'amgra e temdo-se notado Respeito pareseo e se asentou que os vjgayros e capellães curados que temdesem fogos pera baixo devjão d'aver de mantjmento em cada hum anno vjnte mjll reaes e os que temdesem foguos ate duzentos não cheguando todavja a dozentos fogos ouvesem vynte e sjmquo mjll reaes e os que tyverem dozentos (*fl. 57*) foguos e daj pera sjma trynta mjll reaes a quall deferemça dos mantjmentos ouverão por comvenjente por a deferença do trabalho que ha em admjnstrar os sacramentos a tantos mais ou menos frejguezes e do rendimento dos dizimos e que erão competentes proções com fiquarem os ditos capelães llyvres e desobrigados De contrjbuir pera os emcareguos das vjzjtasões como ora ffjquão e como ate quj forão e asy detrymjnarão que hos ajudadores que ora ha(60) e aos que ao diante o prelado do dito bispado (61) d'amgra crjar de novo nas Jgrejas de numerosa povoação e de tantos Frejguezes que hos vigayros e capellães soos não po-

---

(60) *Entrel.* «que ora ha».

(61) *Risc.* «crjar».

sam delles ter tão partjcollar cuydado nem admnistrar elles os santos sacramentos como dilljgemçia nesarja deujão de uer cada hum de seu mantjmento ordenado qujnze mjll reaes cad'anno e semdo a jgreja de beneficiados hum delles ou mais segumdo pareseçe ao prellado tjuese de novo esta obrjguasão com o mesmo mantjmento de qujnze myll reaes entramde nelles com que elles tem de seu mantjmento ordenado com os ditos benefiçios E que os beneficiados de benefiçyos symprez que tem de seu mãotjmento ordenado menos de dez mjll reaes ouvesem os ditos deez reaes por Jntejro e que os ditos vjguajros capellães curados e ajudadores fosse obrjguados a ensjnar nas suas Jgrejas a doutrjna crjstã sob pena de perderem cad'anno de seu mantjmento (*fl. 57v*) Coatro mil reaes ou o que soldo a llyvra montase - e a ese Respeito no tempo que a denxasem(62) d'ensjnar e mais segumdo pareseçe ao prelado que comuem e que este acrescentamento não ouvese effeito algum nem o comesasem a vemser os ditos vjgaios e capellães curados/ ajudadores e beneficyados senão do tempo em que por o dito prellado ou seus vyzitadores fosse avydos por jdonjos e soficyentes pera os caRegos que servem e amostrasem djsso suas çertidões e comfurmamdo-me eu em todo com as ditas detrijmjasões de que me foj dado Relasão por tambem dezejar que o aumento e venerasão do culto deujno era em deujdo cresjmento e pera que ordenamdo-se mantjmentos competentes se achem mais facyllmente menjstros eccljesjastjcos jdonjos e que procurem com mais delljgemcyia e lyberdade os que tjuerem carguo d'almas e salluasão delos e todos cumprão jnteiramente suas obrjguasões Ey por bem e me praz d'acresentar aos ditos vjguajros capellães cuRados ajudadores e benefiçyados de benefiçios simprez das jgrejas do bispado d'amgra que ora são e pelo tempo forem

---

(62) *Corrig.*

as comtjas asjma declaradas que se asj asentou e detrimjnou que ouvesem com as comdisões e lymitasões nesta carta comteudas E porque aos tempos dos paguamentos que asj se ouverem de fazer aos vjguajros e capellães curados não aja defeRemça do numero dos foguos que tem em suas ffrejge-sias pera conforme a jso se saber o que cada hum a-d'aver mandej tomar em fumsão per dom nuno alvariz perejra do meu conselho bispo do dito bispado dos foguos que cada hum dos ditos vjguajros tem e o que ate ora ouverão de (fl. 58) Seu mantjmento ordenado pera se declarar nesta carta e asj o que mais ão-d'aver por elle pera conforme o jso se lhe faze-rem seus paguamentos e segumdo os por sua jmfurmação e sertjdão per elle asjnada os vjguajros que tendesem foguos pera baixo en todas as jgrejas de seu bispado que ão-d'aver vjnte mjll reaes cad'anno são os segyntes entramdo njso o que elles ja tem que tambem se declarara com o que mais ão-d'aver scilicet na jlha de são mjgel o vjguajro da jgreja de nosa senhora das neves do luguar da Relua tem de seu mantj-mento ordenado Doze mjll reaes a-d'aver mais oyto mjll reaes

jtem o vjguajro de samta lluzia do llugar Das feitej-  
ras tem omze mjll reaes a-d'aver mais nove mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora da purjfiquasão das  
sete cidades tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez  
mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora da comsejção do  
llugar dos mosteyros tem deez mjll reaes a-d'aver mais ou-  
tros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora d'ajuda da bretanha  
tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de são Roque de Rasto(63) de cão  
tem doze mjll reaes a-d'aver mais hoyto mjll reaes

---

(63) Ms. «Rosto».

jtem o vjguajro de nosa senhora dos anjos do llugar da fajam tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora da piadade da ponta da garça tem sete mjll reaes e hum mojo de trigo a-d'aver mais nove mjll e quinhentos reaes

jtem o vjguajro da povoação velha tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes (*fl. 58v*)

jtem o vjguajro de nosa senhora(64) da graça do lugar do fajal tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora da graça do porto fermoso tem deez mjll reaes e dous mojos de trigo a-d'aver mais tres mjll reaes

jtem o vjguajro da maja tem hoyto mjll reaes e dous mojos de trigo e duas pipas De vjnhho a-d'aver mais tres mjll reaes

jtem o vjguajro d'achadinha tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros dez mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora D'anunçiasão do llugar d'achada grande tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de são pedro termo do nordeste tem d'ordenado deez mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora das camdeas tem deez mjll reaes a-d'aver outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro dos ffanaes da maja tem doze mjll reaes a-de(65) aver mais oytto mjll reaes

jtem o vjguajro de santo antonio tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

---

(64) *Entrel.*

(65) *Ms. omite «a-de».*

En a jlha terceira o vjguajro da jgreja de são pedro do llugar Da Rybejrjnha tem de ordenado deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de sam mateus do llugar da prajnja tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de são bertolameu do llugar dos Regatos tem D'ordenado deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de sam pedro do porto da cruz tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de santa brjatiz das coatro Rjbejras tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora da penha do llugar das fontajinhas tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de santa catarjna do cabo da praja tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez (fl. 59) mjll reaes

jtem o vjguajro de santa barbora da (66) fonte do bastardo tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de santo antonio do porto Judeu tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

E na jlha do fajall o vjguajro de santo esprito das fejtejras tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de samta cateRjna de castell bramquo tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro da trjmdade da prajnja do norte tem deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguarjo de nosa senhora da graça da prajnja

---

(66) Risc. «cabo da praja».

do almoxarife tem d'ordenado deez mjl reaes a-d'aver mais outros deez mjl reaes

jtem o vjguarjo de nosa senhora da lluz da Rjbejra dos framengos tem d'ordenado dez mjl reaes a-d'aver mais outros deez mjl reaes

En a jlha de são jorge o vjguajro de nosa senhora da natjvjdade da villa do topo tem d'ordenado seis mjll reaes e dous mojos de trjgo e duas pipas de vjnho a-d'aver mais symquo mjl reaes

jtem o vjguajro de santa caterjna da calheta tem d'ordenado quatorze mjl reaes a-d'aver mais seis mjl reaes

jtem o vjguajro de santjaguo tem d'ordenado doze mjl reaes a-d'aver mais hojto mjl reaes

jtem o vjguajro de samta barbora do llugar das manadas tem d'ordenado deez mjll reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro dos(67) Rozaees tem deez mjll reaes

E na jlha do piquo jtem o vjguajro da villa de são Roque tem d'ordenado doze mjl reaes a-d'aver mais hojto mjll reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora da piadade do llugar da ponta tem d'ordenado deez mjll reaes a-d'aver (*fl. 59v*) mais outros deez mjl reaes

jtem o vjguajro de nosa senhora da prajinha tem deez mjl reaes a-d'aver mais outros deez mjll reaes

jtem o vjguajro de santa barbora do llugar das Rjbejras tem d'ordenado deez mjl reaes a-d'aver mais outros deez mjl reaes

jtem o vjguajro da madallena(68) e são mateus tem d'ordenado seis mjll reaes a-d'aver mais quatorze mjl reaes E

---

(67) Ms. «do».

(68) Ms. «madanella».

os vjguajros que tendesem fogos ate duzentos que ão-d'aver cada com vjnte e sjmquo mjll reaes de seu mantjmento ordenado são os segintes na dita contja o que ja tem que tambem se declarara com o que mais ão-d'aver scilicet na jlha de são mjgel o vjguajro de nosa senhora da llus dos fanais da çidade tem d'ordenado doze mjll reaes a-d'aver mais treze mjll reaes

jtem o vjguajro Da vjlla do nordeste tem d'ordenado seis mjll reaes e dous mojos de trjgo e duas pipas de vinho a-d'aver mais deez mjll reaes

E na jlha terseira o vjguajro de santa barbora das nove Rjbeiras tem hoito mjll reaes e dous mojos de trjgo a-d'aver mais deez mjll reaes

jtem o vjguajro de são Roque do llugar dos alltares tem doze mjll reaes a-d'aver mais treze mjll reaes

jtem o vjguajro de são mjgell do llugar das llages tem doze mjll reaes a-d'aver mais treze mjll reaes E os vjguajros que tem de duzentos fogos e daj pera sjma ão-d'aver trjnta mjll reaes cad'anno de seu mantjmento ordenado são os segintes entrando na dita contja o que Ja tem que tambem se decllarara com o que mais ão-d'aver scilicet na jlha de são mjguel o vjguajro da jgreja de são sebastjão (*fl. 60*) da cidade da ponte delguada tem d'ordenado em dinheiro catorze mjll reaes en que emtrão duas pipas de vjnho en trjgo tem dous mojos a-d'aver mais noue mjll reaes

jtem o vjguajro de são pedro da dita cidade tem oyto mjll reaes e dous mojos de trjgo e duas pipas de vjnho que se lhe paguãõ a dous mjll reaes cada hũa a-d'aver mais homze mjll reaes

jtem o vjguajro da jgreja da vjlla da llagoa tem seis mjll reaes e dous mojos de trjgo e duas pipas de vjnho a-d'aver mais qujmze mjll reaes

jtem o vjguajro da Jgreja de villa framqua do campo

tem homze mjll reaes e dous mojos de trigo e duas pipas de vjnho a-d'aver mais deez mjll reaes

jtem o vjguajro do llugar de Rabo de peixe tem d'ordenado doze mjll reaes a-d'aver mais dezoito mjll reaes

jtem o vjguajro da vjlla d'augoa do pao tem d'ordenado seis mjll reaes e dous mojos de trigo e duas pipas de vjnho a-d'aver mais qujmze mjll reaes

E na jlha terceira os dous Curas da se da cidade d'angra porque se dyvidio a vjgajarja tem d'ordenado ambos vynte mjll reaes ão-d'aver mais deez mjll reaes pera ter cada hum delles qujmze mjll reaes

jtem o vjguajro da jgreja da comsejção da dita cidade tem hoyto mjll reaes e dous mojos de trigo e duas pipas de vjnho a-d'aver mais treze mjll reaes

jtem o vjguajro de santa cruz da vjlla da praja tem deez mjll reaes e dous mojos de trigo e duas pipas de vinho a-d'aver mais homze mjll reaes

jtem o vjguajro da vjlla de são sebastjão tem deez mjll reaes e dous mojos de trigo a-d'aver mais (fl. 60v) treze mjll reaes

jtem o vjguajro de santo esprito d'agoallua tem hoyto mjll reaes e dous mojos de trjguo a-d'aver mais qujmze mjll reaes

E na jlha do fajall jtem o vjguajro da jgreja do salvador da vjlla d'orta tem d'ordenado hoyto mjll reaes e dous mojos de trigo e duas pipas de vjnho a-d'aver mais treze mjll reaes

E na Jlha de são Jorge o vjguajro da jgreja de são jorge da vjlla das vellas tem d'ordenado oyto mjll reaes e dous mojos de trjguo e duas pipas de vjnho a-d'aver mais treze mjll

E na jlha do piquo a jgreja prjncypal da vjlla da trjmdade da dita jlha tem d'ordenado dous mjll reaes tres mojos de trjguo duas pipas de vjnho a-d'aver mais qujnze mjll

e quinhentos reaes

E na ilha grasjoza o vjguajro da vjlla de samta cruz tem oyto mjll reaes dous mojos de trigo duas pipas de vinho a-d'aver mais treze mjll reaes E o vjguajro da jgreja de são mateus da vjlla da praja da dita Ilha grasioza tem dezaseis mjll reaes a-d'aver mais quatorze mjll reaes Os quaes acresemtamentos aos ditos vjguajros cappellâis Curados a Judadores e beneficyados averão pella maneyra atras decllarada Do dja em que polo prellado os seus vizitadores forem avjdos por Jdonjos e sofiçiemtes pera os cargos que servem de que assentarão suas sertidõjs e serão obrjguados os vjguajros capelâis Curados e ajudadores emsjnarem a doutrjna cristaã ao povo aos tempos e da maneira que o prelado ordenar e não o fazemdo asj averão menos cad'anno de seu mantjmento deez cruzados ou o que a ese Respejto montar solldo a Iljvra do tempo que se lhe ffação seus (fl. 61) paguamentos apresentarão outrosj certidão do prelado ou seus vjzitadores de como comprjção a dita obrjguação e quero e me praz que o que asj ão-d'aver per esta carta os ditos vjguajros capelães curados e (69) benefiçiadados e ajudadores de seus acresemtamentos lhe sejam pagos nas feitoRjas e allmoxarjados das ditas ilhas omde se lhes paga o que ate gora ouverão de seus mantjmentos por proujsões del Rej meu senhor e avo que santa glorja aja e mjnhas e aos ajudadores que de novo se cryarem se lhes pagarão os qujmze mjll reaes que cada hum delles a-d'aver de seu mantjmento ordenado nas feitorjas ou almoxarjados omde jstjverem as jgrejas em que asj forem proujdos e omde se paguão os mantjmentos aos mais mjnjstros das tais Jgrejas notjffjquo asy a João da sillua do quanto fidallgo de mjnha casa que tem cargo de provedor em mjnha fazemda na ilha terceira e nas mais de

---

(69) Risc. «aju».

baxo e a framçisquo de maris que tem carguo de provedor em mjnha fazemda na Ilha de são mjgel e aos que polo tempo em diante os ditos carguos servjrem e lhes mamdo que tanto que os ditos vjguajros ajudadores beneficiados lhes apresentarem sertidão do prelado(70) ou de seus vizitadores de como forão por elles emxamjnados e avjdos por jdonjos e sobfiçientes pera poderem servjr os cargos que tem lhe farão d'oje em diamte pagar o que cada um(*sic*) por esta carta a-d'a- ver de seu mantjmento scilicet aos vjguajros o que nella vaj (*fl. 61v*) declarado alem do que ate ora ouverão pera que cada hum delles aja o que polos ditos deputados da mesa da comçiencia e ordens e pelos mais lletrados e Relljgiozos que pera jso per meu mamdado ajuntarão foj detrijmjado e asentado que deuja d'aver pella maneira declarada nesta carta E semdo cazo que allguns deles tenham mais mantjmento que o que vaj declarado em sua adisão se lhe descontara o que mais se achar que tem da contja que lhe ora acrescento em maneira que nenhum delles aja por tudo majs que o que asj esta asentado e detrijmjado e se contem nesta carta pera o que verão as provjsões que cada hum tem de seus mantjmentos ordenados e aos ajudadores farão pella mesma maneira pagar o que falltar pera comprjmento Dos qujmze mjl reaes que ej por bem que aja cada hum delles cad'anno e aos que o prellado de novo prouer que não tjverem beneficyos farão pagar os ditos qujmze mjll reaes por anno e temdo benefiços e não chegamdo o mantjmento com elles te a contja de qujmze mjll reaes lhes farão outrosj pagar o que pera comprjmento deles falleser E os beneficiados de benefiços simprez que tjverem menos de deez mjll reaes de mantjmento farão outrosj pagar o que falltar pera comprjmento dos ditos deez mjll reaes *pera com(?)*a cada hum delles pera o que verão

---

(70) Entrel. «do prelado».

outrosj as provjsõis dos mantjmentos que ate ora ouveRão os  
 Ditos ajudadores e benefycyados pera que cada hum delles  
 não posa prover mais que as contjas asjma decllaRadas o  
 quall pagamento lhe farão (*fl. 62*) fazer nas feitorjas ou all-  
 moxarjados da dita jlha omde se lhes pagua o mais mantj-  
 mento que tem por suas proujsõis pera que ao tempo que os  
 feitores e almoxerjfes que lhe os tais pagamentos ouveRem  
 de fazer derem suas contas se veja que não ouverão mais  
 cousa allgũa do que por esta carta ej por bem que cada hum  
 aja e jsto aos coarteis do anno do prjmeiro Remdimento de  
 cada coartell por Jntejro e sem quebra allgũa posto que aj aja  
 por esta soo carta jerall sem mais outra provjzão mjnha nem  
 dos vedores de mjnha fazenda assentamdo elles cada anno  
 as sertidõis que Requerem as proujsões que tem do  
 mantjmento que ate gora ouverão e conforme a ellos E aos  
 uyguajros e ajudadores com outra sertidão do prellado ou  
 seus vizitadores de como elles emsjnã a doutrjna cristaã em  
 suas jgrejas pola maneira e aos tempos que ho prellado lhes  
 ordenar e do como cumprem as mais obrjguasõis que tem e  
 não apresentando sertjdões de como emsjnã a doutrjna os  
 que a jso forem obrjgados se lhes descontara de seu  
 mantjmento coatro mjll reaes cad'anno ou o que a ese  
 Respejto montar solldo a livra do tempo que a deixarem  
 d'emjnar e semdo cazo que os não aja tanto dinheiro Do  
 Remdimento de meus direjtos Das ditas jlhas que baste pera  
 paguamento dos ditos mantjmentos (*fl. 62v*) ordenados e  
 acrescentamentos ej por bem e me praz que se vemda pera  
 jso tanto pastell dos meus derejtos polo preso a que comum-  
 mente valler pola terra que bastem pera se poderem fazer os  
 ditos pagamentos em maneira que por fallta djso os ditos  
 menjstros eclesjastjcos não fiquem por pagar e deixem por  
 esa causa de comprjr com suas obrjguasõis E polo tresllado  
 desta carta sera Registada nos lljvros dos Registos Das

feitorjas das jlhas de são mjgell e da jlha terçeja e das mais jlhas de baixo e asy dos almoxarifados das ditas Jlhas omde se os taes pagamentos ouverão de fazer e sertidõis dos provedores de mjnha fazemda com ellas em que declarem o que cada hum a-d'aver conforme a esta carta e em que parte lhe ha-de ser paguo e conhecimentos dos ditos vjguajros ajudadores e beneficiados e as certidões asjma conteudas mamdo aos contadores de mjnha (71) caza que lleuem em conta os feitores das ditas feitorjas e allmoxerifes e Resebedores dos allmoxarjados das ditas Jlhas o que lhes pola dita maneja pagaRem e aos vedores de mjnha fazemda que farão asentar esta carta no lljvro da fazemda da dita ordem a quall por fyrmeza de todo lhe mandey dar por mjm asjnada e aselada com o sello pendente da dita ordem Dada na vjlla de sintra aos trjnta dias do mes de Julho antonio (ff. 63) Carvalho a fez anno do nacjmento de noso senhor Jesu cristo de mjll e qujnhentos e sesemta e hojto/ diz nos Respomçados diz jgreja/ o vjguajro/ asjma e na antreljnha/ e qujnhentos e eu duarte dijaz a ffiz espriver// el Rej.

#### Sobescripção

Conta do acrescentamento que vosa allteza ha por bem que o ajão cad'anno os vjguajros capelães curados ajudaDores e beneficiados das jgrejas do bispado d'amgra pola maneja nella decllarada pera vosa allteza ver .

Pedido de martjm gomcaluez da camara pague xxx mjll e qujnhentos reaes por allvara de qujta antonio d'abreo e aos offjciaes doze mjll e oytosentos reaes por allvara no tizourejro mor// francisco// Registada na chamcellarja da ordem de cristo

---

(71) Risc. «fazemda».

trelado da carta patemte do que hãõ-d'aver  
as Jgrejas do bispado d'amgra per a fabriqua  
dellas cad'anno

1568  
Jul. , 28

Dom sebastião per graça de deus Rey de portugall e dos allgarves d'aquem (*fl. 63v*) e d'alem mar em afrijqua senhor de gine e da comqujsta navegação e comersio d'etiopia aRabja persia e da jmdia e cetera como guouernador e perpetu admjnstrador que são da ordem e cauallarja do mestrado de noso senhor Jesu cristo faço saber aos que esta carta ujem que eu tenho ordenado pera que as ses e jgrejas dos bispados de minha obrjguasão sejam mjlor prouidas e Repajradas e se cumprão com mais breujdade as ujzitasões de lhes ordenar com pareser e emfurmação dos prelados dos ditos bispados e provedores de minha fazemda nas ditas partes a fabriqua que parece se comuenjente pera se comprjr esta obrjguasão polo que mamdey tomar emfurmação do que se deuja de dar per a se e jgrejas do bispado d'amgra e se fazerem sobre Jso as dilljgemçias nesarjas e serão ujstas na mesa do despacho da comsjençia e ordens polos deputados della e outros letrados e Religiozos que se per meu mandado ajuntarão pera trataRem sobre o que convem ao bom gouerno e admjnstrasão dos ditos bispados e comfurmamdo-me com a detrimjnação que eles(72) aserqua djsso tomarão e avemdo Respeito a eu mamdar ora de novo fazer a custa de minha fazemda a se da çidade d'amgra da ilha terceira e a prouer nouamente de ornamentos e de outras cousas e asj algũas mais Jgrejas do dito bispado Ej por bem e me praz que de dja de são bautista que pasou deste presente anno de mj l e qujnhentos e sesenta e oito em diante se de pera a fabriqua da dita se da çidade d'amgra e das mais jgrejas do dito bispado

---

(72) *Entrel.*

do conteudas nesta carta as contjas abaxxo declaradas com as quaes se comprarão os ornamentos e se Repajrarão a dita se e igrejas e se farão todas as mais cousas asj grosas (*fl. 64*) Como mjudas que por uzitação forem mandadas fazer porem acomtesemdo em algum tenpo cajn a capela mor da dita se ou o corpo da igreja ou as capelas mores das mais igrejas que forem de mjnha obrjguasão e semdo nesesarjo fazerem-se de nouo Retavollos nas ditas capelas mores en tall cazo não bastamdo per as ditas cousas ou cada hũa dellas que he de mjnha obrjguasão o dinheiro que ao tall tempo ouver de depozito das contjas que ora ordeno per as ditas fabrijguas mandarej pagar a custa de mjnha fazemda o que faltar pera comprjmemto da contja que se despemder na obra que se asj ouver de fazer com emfurmasão do prelado e provedor de mjnha fazemda nas ditas Jilhas do que mais momtar na tall despeza// E as comtjas que se asj ão-de dar em cada hum anno per as ditas fabrijguas são as segimtes scilicet coremta mjll reaes per a fabrijqua da se da çidade d'angra alem dos vjnte mjll reaes que tem por outra provizão mjnha pera despeza da sancrjstja e oito mjll reaes per a igreja de nosa senhora da comsejção da dita çidade e oito mjll reaes a igreja de samta cruuz da vjlla da praja da dita jlha terceira e coatro mjll reaes a cada hũa das quatorze Jgrejas segintes que mais ha na dita jlha scilicet a igreja de sam sebastjão da vjlla de são sebastjão a igreja de santo esprito d'agoalua são migell do lugar das lages santa barbora das nove Rjbejras jtem são mateus da calheta jtem são bertolameu do llugar dos Regatos jtem são pedro do lugar da Rjbejrnha item santo antonjo do porto Judeu jtem santa barbora da fonte do bastardo (*fl. 64v*) santa caterjna do cabo da praja jtem nosa senhora da pena das fontajnhas jtem santa byatriz das coatro Rjbejras jtem são pedro do llugar do porto da cruuz jtem são Roque do lugar dos altares E doze mjll reaes a igreja de são

bastião da cidade da ponta dellguada da jlha de são miguell avemdo respeito a ser grande e de povoação numerosa e de mujtos beneficiados e oito mijl reaes a igreja de são migel da villa framqua da dita jlha de são mjgell e ojto mijll reaes a igreja de nosa senhora da estrella da Rjbejra grande da mesma jlha de são mjgell e seis mijll reaes a igreja de são pedro da dita cidade de ponta dellgada e coatro mijl reaes a cada hũa das vjnte e hũa igrejas segintes que mais ha na dita jlha de são mjgell ssilicet a igreja de nosa senhora dos amjos no llugar d'augoa do pao jtem são jorge da villa do nordeste jtem santa cruz da villa da lagoa jtem nosa senhora da piadade da ponta da garça jtem nosa senhora da povoação velha jtem nosa senhora da graça do llugar do tojall jtem nosa senhora da maja jtem nosa senhora dos amjos do lugar dos fanais da maja jtem nosa senhora do Rosajro d'achada pequena jtem nosa senhora d'anuncyação d'achada grande jtem são pedro do termo do nordeste jtem o bom Jesus do lugar de Rabo de peixe jtem nosa senhora das neves do llugar da Rellva jtem santa lluzia do llugar das fejteiras jtem nosa senhora da panjffjquasão das sete cidades jtem nosa senhora do llugar dos mostejros jtem nosa senhora d'ajuda da bretanha jtem santo antonjo do llugar de santo antonjo jtem nosa senhora da llus dos fanais jtem são Roque do llugar de Rasto de quão E seis mijll reaes a igreja do sallvador da villa d'orta da jlha do fajall e coatro mijll reaes a cada hũa das seis igrejas segintes que mais ha na dita jlha do fayall ssilicet (fl. 65) a igreja de nosa senhora da llus da Rjbejra dos framemgos jtem nosa senhora da praja do allmoxarife jtem igreja da trjmdade da praja do norte jtem santa caterjna do llugar(73) de castello bramquo jtem santo esprito do llugar dos feiteyros jtem santa barbora do llugar dos cedros E seis mijll

---

(73) Entrel. «praja do norte jtem santa caterjna do llugar».

reaes a igreja de são Jorge da villa das vellas da ilha de são Jorge e coatro mjll reaes a cada hũa das smquo Jgrejas que mais ha na dita ilha de são Jorgue ssilicet a igreja de nosa senhora da villa do topo jtem santa caterjna da villa da calheta jtem nosa senhora do Rozajro do llugar dos Rozalles jtem santa barboRa do llugar das manadas jtem santjaguo do llugar de Rjbejra E seis mjll reaes a igreja de santa cruuz da villa de santa cruuz da ilha grasioza e coatro mjll reaes a igreja de são mateus da villa da praja da dita ilha grasioza E seis mjll reaes a igreja da trjmdade da Ilha do piquo e coatro mjll reaes a cada hũa das coatro Jgrejas segintes que mais ha na dita ilha do piquo ssilicet a igreja de são Roque jtem santa barbora do llugar das Rjbejras jtem nosa senhora da piadade do llugar da ponta jtem nosa senhora d'ajuda do llugar da prajna e coatro mjll reaes per a ffabrijqua das duas Jgrejas da madallena e de são mateus que mais ha na ilha do piquo em que ha hum so vjguajro As qoaes comtjas averão a dita se e igrejas e allem do que mais tjverem por outras proujsões pera despeza das samcrjstjas e serão pagas e emtregues as pessoas que o bispo do dito bispado d'amgra ordenar pera por sua ordenança e de seus vizitadores se despenderem na dita see d'amgra e igrejas de seu bispado nesta carta declarados no que por vizitação he ordenado que se faça nelles como dito he (*fl. 65v*) e os pagamentos das ditas comtjas se farão as tãis pessoas nas feitorjas da ilha de são mjgell e na ilha terceira e nos allmoxarifados das ditas ilhas omde as ditas igrejas jstjuerem e em que se costumão pagar os mjnjestros delles seus mamntjmentos ordenados e jsto aos coarteis do anno e por jnteiro sem quebra algũa posto que aj aja na fforma e maneira que se contem em hũa carta mjnha que pasej sobre os paguamentos dos mantjmentos ordenados do prellado ecclleysja e menjstros ecleesjastjcos do dito bispado e conforme ella e portanto mando aos

feitores de minha fazenda na ilha de São Miguel e ilha Terceira e das mais ilhas de baixo e aos almoxarifes dos almoxarifados das ditas ilhas que de já de São João baptista que pasou deste anno presente de quinhentos e sesenta e oito em diante dem e entreguem em cada hũa com a pessoa ou pessoas que ho bispo ordenar para Reseber o dinheiro das fabricas contjas das nesta carta declarados scilicet o feitor da ilha de São Miguel o que são-d'aver as igrejas da dita ilha e o feitor da ilha Terceira os corenta mil reais da fabrica da se da cidade d'Amgra e o que mais são-d'aver as igrejas que estão no almoxarifado da dita cidade e o almoxarife da villa da praja da dita ilha Terceira as contjas que são-d'aver as igrejas que estão nos limites de seu almoxarifado e os almoxarifes das outras ilhas pagarão cada hum o que montar na fabrica das igrejas da ilha em que for almoxarife pela maneira atras declarada/ os quais pagamentos farão por esta sua carta geral (fl. 66) sem mais outra proujção minha nem dos uedores de minha fazenda e polo trelado della que sera Registado no Livro de Registos das ditas feitorjas e almoxarifados polos escriptuães delles com conhecimentos da pessoa ou pessoas que forem ordenadas polo prelado para Reseber o dinheiro das fabricas mando que seja leuado em conta aos ditos feitores e almoxarifes e Resebedores dos ditos almoxarifados o que cada hum delles pela maneira pagar e mando a João da silva do quanto fidalggo de minha caza que tem cargo de prover em minha fazenda na ilha Terceira e nas mais ilhas de baixo e a Francisco de maris que tem cargo de prover na ilha de São Miguel e a quem polo tempo em diante os ditos cargos sevir que pella maneira nesta carta conteuda farão fazer os pagamentos das contjas declaradas nesta carta e a cumprão e ffacão Jnteiramente comprir e goardar como nella se contem e aos uedores de minha fazenda da dita ordem o que asy ey por bem que se

de e pague em cada hum anno a custa de mjnha fazenda emquanto não ordenar separarem-se propriades e Remdas em que se ajão de sentar e pagar os mantjmentos e ordenados do prelado e menjstros eclesjastjcos e ffabriguas das igrejas das ditas jlhas porque tanto que se asj ordenar não avera mais esta carta d'oJ'em diante e feito allgum nem se fara por ela obra A quall carta por fjrmeza de todo lhe mandej dar por mjm asjnada (fl. 66v) e asselada com o selo pendente da dita ordem dada na villa de sintra aos vjnte oyto dias do mes de Julho sjmão boRvalho a ffez anno do nacymento de noso senhor Jesu cristo de mjll e qujhentos e sesenta e hojto diz nos Respansados / o feito/ e Rey(?)/ e eu duarte diaz o fiz escrever// el Rey//

#### sobescripção

Carta do que hão-d'aver a se e igrejas do bispado d'amgra cad'anno he fabrika dellas pera vossa Alteza ver//

Registada no llyvro da fazemda da hordem duarte diaz// dom fframcisco// parecer de martjm gomcaluez da camara pagou njchell por detrmjnação do chansenell mor e meu pareser/ antonjo d'abreo aos offjciaes b<sup>c</sup> xxx reaes per allvara no tizouejro mor// chansalarja da hordem de cristo// fframciscos.

As quais cartas atras treladadas eu baltazar de mezquita tejxejra que sirvo d'escrjuão do allmoxarifado na villa e jurdisão da praja da jlha terçeijra de Jesu cristo treladey das propias que estão Registadas no llyvro dos Registos do dito allmoxarifado e vão na verdade como se contem nas propias que eram asjnadas por ell Rej noso senhor e da maneira que nelles fazem mencão por mandado do allmoxarife gaspar cardoso machado pera djogo godjnhu vjguajro de santo espirito d'agoallva que os pedio e os consertej com os

esprivães abaixo asjnados com os Risquados que dizem do cabo da praja/ e aJa/ fazemdas/ E com os emmendados que dizem/ que hora ha/ do prellado/ elles (fl. 67) da praja do norte jtem santa caterjna do llugar e jsto se feez por verdade e o asjnamos oJe vjnte e dous dias do mes de setembro de mijll e quinhentos e sesenta e nove annos pagou Cento L<sup>ta</sup> reaes

(as.) gaspar cardoso machado

comcertado

francisco fontoura (?)

Consertado

consertado

(as.) symão figueira Mendes (as.) Baltasar de mezquita teixeira  
1569

doação que fez João homem e dona mecia  
a nosa Senhora de gadlupe n'agoalua

1568

Agosto, 28

Saibão quantos este estromento de doação virem que no anno do nasimento de noso senhor Jesu cristo de mill he quinhentos he sesenta he oito annos aos vynte he oito dias d'agosto do djto anno na vila da praya da jlha tercejra de Jesu cristo nas casas da morada de Joam homem de nosa (fl. 67v) Senhora de gadelupe he perante mim tabalião he testemunhas haho diante haPareserão ho dito joam homem de nosa Senhora de gadlupe he ha Senhora dona mecia sua mulher he loguo Por eles foi dito que moujdos de bom zelo he caridade he por amor de noso Senhor he doutros Respejtos que hai hordenauão que pera seruico da casa de nosa Senhora de gadelupe situada haos mojnhos da Ribejra d'agoalua he por ser visto da madre de deus nosa Senhora eles hordenauão pera bem da dita casa e pouo que de redor ela viue he Romejras que ha dita casa vão a visitar nosa senhora que na dita cada ouese mySa Cotidiana Pera ho que deziam he

queriam e fazião doação de tanta Renda que habastasese  
 posa contentar hum padre de misa pera dizer misa todos hos  
 dias na dita Casa ha homra de louuor de nosa Senhora e pera  
 pagamento do dito Padre diserão he or- (fl. 68) denavão toda  
 sua fazenda Juntamente e que seus testamemteiros poderião  
 tomar he escolher hũa herdade no mjlor parado de sua  
 fazenda que somente bem posa Render em cada hum anno  
 todo ho dito padre com eles contratar he merecer de seu  
 trabalho Pera dizer has ditas misas cotidianas na dita casa o  
 quall padre no fim das ditas misas que has diser dirão cada  
 hum dia hum Resposmo Por suas halmas deles dotadores he  
 de seus defuntos na capela da dita Jgreja he as ditas misas  
 he Resposos serão Rezadas as quais sempre se dirão en-  
 quanto ho mundo durar e desto he de como se cumprem he se  
 dizem has ditas misas o Juiz dos Residos tomara conta em  
 cada hum anno como se cumpre todo ho que eles dotadores  
 dizem he disião mais que mandão que has ditas misas nunca  
 se deixaram de dizer como dito he pede hao santo padre que  
 se por algũa pessoa ele for pedido que deuenua as ditas misas  
 por algũa Rezão que eles ho não consintão nem permudaes  
 em outras hobras pias nem esmolas de nenhũa (fl. 68v)  
 Calidade mas hantes has mandes comprir por seruico de  
 nosa senhora madre de deus noso senhor ha protestão sendo  
 Jsto permudado por algũa outra via ante noso senhor dares  
 delo conta porque suas vontades he deuocão he que noso  
 Senhor he sua madre seJão serujdos na dita casa he os  
 cristaãos que ha ela vão terem delo consolacão por eles  
 verem he Saberem que he mujto nesario pera ho pouo que  
 se ajunta na dita casa he por esa Rezão he outras mujtas he  
 seruico de nosa Senhora ho ouuerão por bem he ordenarão  
 digo ouuerão por bem hordenar asi has ditas misas he  
 mandão que hasi se cumpra como dito tem emquanto ho  
 mundo durar pera ho que hobrigaram ho que dito he he os

testamenteiros que eles ordenarem em seus testamentos não leuarão desto nada porquanto em seus testamentos lhes faram he daram satesfacção de seu trabalho e eles seus testamenteiros escolherão quallquer padre cleriguo ou frade que digua has ditas misas he Sera quem eles hordenarem he quiserem sem ho bispo poder Jnterujr nem mandar que has posa outrem dizer somente quem eles pera jso escolhesem (fl. 69) e se ho sera he porque do que dito he foram contentes ho outorgaram he eu tabaliam em nome da casa he de nosa Senhora ho asejtej he estepulej asi he como dito he testemunhas a todo presentes francisquo valadam tabaliam que hasinou por ha dita senhora dona mecia por ela lho Rogar he não Saber hasinar e antonio da fonsequa de camara he manoell cardoso moradores nesta vila he seu termo he eu João corea pubriquo tabalião he do Judiciall por ell Rej noso Senhor em esta vila da praja he seus termos que este estromento de doação fiz em meu liuro de notas honde hasinou ho dito João homem he por ha senhora dona mecia francisquo valadam como dito he e asi as testemunhas nomeadas he este dele tirej he hasinej aqui de meu pubriquo sjnall que tall he como se segue

*(Sinal de tabelião)*

pagou L<sup>ta</sup> reaes (fl. 69v)

trelado da obrigação que fez Joam  
homem a nosa senhora de gadlupe

1564  
Agosto. 14

Saibão quantos este estromento de nomeação he doação he obrigação virem que no anno do nacimiento de noso senhor Jesu cristo de mill e quinhentos he sesenta he quatro annos aos quatorze dias do mes d'agosto do dito anno n'agoalua termo da vila da praya da ilha tersejra de Jesu cristo na casa

de nosa Senhora de gadelupe que ora esta setuada abaixo dos moynhos d'agoalua he porante mjm tabalião he testemunhas ao diante escritas hapareceo ho senhor João homem de nosa Senhora de gadlupe fidalguo da casa del Rej noso senhor e asi hos moradores d'agoalua he moinhos no fim desta escretura hasinados he loguo pelo dito João homem foi dito aos ditos moradores Conuem a saber domjnguos Lourenço e goncalo afonso d'agoalua he tome vicente e outro vicente seu filho e esteuão Rodriguez e manoell hafonso he outros mais que hai foram Juntos he logo ho dito João homem dise que ele ha seu Roguo deles e com halgũas haJudas que eles pera jso poderão dar ele Joam (*fl. 70*) homem tinha ora feita A casa de nosa Senhora de gadelupe que esta no dito lugar situada em ha quall casa ele gastara dozentos he cincoenta cruzados he Acima deles com ho gasto das Jndulgencias he bula do santo padre que pera ha dita casa mandara trazer e ora so ha dita casa estar hacabada he se não Poder dizer misa nela sem primejro se pagar ho marquo de prata de chamcelaria hao bispo Pera se poder haleuantar o altar ele João homem lho fazia ha saber a todos como lhe fora notoreo outrem dominguo na estacão da jgreja de santo esprito e as mais que mandaua ho bispo que se não disese misa na dita casa sem primejro lhe fazerem obrigação pela qual havia de ser hũa pessoa habonada obrigada por sua fazemda em todo tempo do mundo a Reparar he sustentar ha dita casa que se não deixe cair e desmancharmos pera sempre esteJa como ora esta he sem se fazer ha dita obrigação he doacão a dita casa se nam podia dizer misa nela pelo que lho fazia ha saber e pedia ha todos gerallmente e A cada hum especiall que quisesem pagar ho (*74*) (*fl. 71v*) dito marquo de prata e fazer ha dita obriguacão a dita casa de nosa senhora etomar dela careguo pe-

---

(74) Em branco fólhos 70v e 71.

ra hamenistrar he sustentar e qu'ele de todo ho que tinha gastado não queria nada somente pera com deus ho deixaua por esmola e lho pedia he Rogaua que eles por serem vizinhos no dito lugar da dita casa ho quisesem hasejtar he tomar ho careguo e amenistracão da dita casa he loguo pelos ditos hatras e os mais abaixo asinados foi dito que eles não tinham pesoa que se obrjgase ha sostentar ha dita casa nem tinham pose pera Jso nem tinham gastado tanto que lhe pertencese se ho careguo pelo que eles todos lhe pedião he Rogauão A ele João homem que por hamor de nosa Senhora he de sua casa quisesse fazer ha dita obrigação e pagar ho marquo de prata como tinha paguo outras cousas e o todo da dita casa e dela ter careguo e o nomeauão quanto ha eles hera posiuel ho nomear pera padroeiro he ministrador da dita casa e com seu fauor esperauão ter sua deuocão e consolacão de suas almas perfeito em ho (fls. 72 e 72v (75)) (fl. 73 (76)) (fl. 73v).

O Licenceado Antonjo amadiiz capellão del Rey noso senhor mestre esqola e penitenciario em a see do salluador desta cidade d'amgra provizor e vyguajro gerall no espiritoall e temporal em todo este bispado pelo mujto yllustrisymo e Reuerendisymo senhor bispo dom gaspar de faria per merce de deus e da santa ygreia de Roma bispo da dita cidade e ylhas d'os acores e do conselho del Rey noso senhor cetera mando a vos viguajro da ygreia de samto espirito d'agoallua termo da villa da praja que visto este tresladeis esta sentenca Abayxo nomeada do lecenceado manuell d'abreu da sylueira que serujo de viguairo gerall no Liuro do tonbo e que fareis sob pena d'escomunhão e dos mais procedymtos a qual he a seguinte

(75) Lacuna dos fólhos 72 e 72v, a numeração moderna denuncia essa falta.

(76) Todo o fólho riscado, e a nota de letra coeva: «este testamento esta ho originall as trinta folhas e portanto por ele se verão [...] e este Risquei por não ser vallido e por ser verdade pello que asino aquj. (as.) bartholomeu lopez».

¶ vistos estes autos e asy o testamento do viguairo pero goncaluez e mais papes Juntos constar ho testador deyxar sua terca a beatiz goncaluez sua yrmaã e a sua sobrinha Joana goncaluez e a Joane e antonja filha de Joana goncaluez por morte dos quouis manda que da dita terca se lhe digam capellas que por ora não sam de obrigação dyzerem-se pois som aJnda viuos allguns dos (fl. 74) sobreditos senão depois de todos quatro fallecidos o que todo visto ey por desobrigada a dita yoana goncaluez da conta que lhe he pedida e mǎodo não seya constranjida a que mande dizer misa allgũa a conta da dita terca pois não he a hiso obrigada e seJam-lhe os Rendimentos della desenbarguados e entregues e lhe ey por leuantadas todas as penas e cencuras sobre ho causo postas e o escrivam destes autos por seu mǎodado com o tresllado desta sentenca pera o viguajro da ygreia de santo espirito d'agoallua a qem mando tresllade esta sentenca no lliuro do tomo da dita ygreia pera que a todo ho tempo que constar da morte dos quatro sobredytos constranyam aos çoçeçores a mǎodarem dizer as duas capellas contheudas no dito testamento a custa da dita terca e a Ree pague as custas manuell d'abreu da sylueira o qual tresllado de sentenca do dito Lecenceado manoell d'abreu da sylueira foi dado em hum fecto que ante mim coreo e foy pobriqada a sua semtemca aos vynte e hum dias do mes d'abrill de mill he b<sup>o</sup> e setents e cinco anos nesta cidade d'angra desta ylha terceira o qual feyto coReo os Rezidos por (77) seu procurador e Ree Joana goncaluez moradora nesa villa d'agoallua a qual mǎodo se cumpra he goarde em todo he per todo como em ella se contem sob a dita pena d'escomunhão e se tresllade no Liuro do tomo da dita ygreia (fl. 74v) de santo espirito pera que a todo tenpo se saiba da morte dos sobreditos o

---

(77) Ms. «por» repetido e não risc.

que compre e all não facais dado em esta cidade d'angra sob meu synall e sello do dito senhor que ante mim serue oye dezasete dias do mes de novembro de mill he quinhentos e setenta e çinco anos Roque diaz escriuão ho fez pagou xxx reaes antonio amadiz/ o qual tresllado dê sentença que atras fica eu bertollameu llopez escriuam nesta ygreia de santo espirito d'agoallua treslladey da propia feita segundo della constaua por Roque diaz espriuam ante o senhor viguairo gerall em testemunho a treslladey de verbo a verbo na verdade per mãodado de bertollameu manuell viguairo da dita ygreia de santo espirito conforme ao mãodado do senhor viguairo gerall antonio amadiz a qual treslladei em os dous de Julho de b<sup>c</sup> Lxxxvj annos bertollameu llopez ho esprivy

(as.) paullo pizom (78) (fl. 75v)

Teor do testamento de goncalo goncaluez  
que tem perpetuo de cinco Misas em cada hum anno  
administrador o Capitam manuel Machado Diniz  
morador nas fontinhas e hũa das missas he ofertada (79)

1542  
Set. . 26

Saibam quantos este testamento virem que no Anno do naçimento de noso senhor yesu cristo de mil he quinhentos e qorenta e dous anos aos vinte e seis dias do mes de setenbro do dito ano estando goncalo goncaluez morador na villa noua da sereta d'agoallua desta ylha terceira de Jesu cristo estando o dito goncalo goncaluez muito doente em hũa cama da ynfermidade que a noso senhor yesu cristo lhe Aprouue dar estando confesado e comungado e temendo a ora da morte e dia do Juizo adonde todo fiell cristão a-de dar conta ao senhor deus das obras que neste mundo fez llogo ell dito testador

---

(78) Resto do fôlio e todo o 75 em branco.

(79) Título escrito por mão posterior.

em presença de mim esprivam abaixo nomeado e testemunhas que no presente estauam per sua boqa dise que qeria fazer este testamento na maneira seguinte .

Primeiramente dise ho dito testador que leuando-o noso senhor Jesu cristo desta vida presente que seu corpo fose enteRado na ygreia de sancto espirito d'agoallua e ao dia de seu enteRamento lhe fação hum officio de tres llicções e lhe digão tres misas Rezadas ofertadas com qoatro Alqueires de trigo e çinco canadas de vinho e hũa duzia de peixe e pera mão beijada dez reaes e asy dise o dito testador que outro tanto manda que me fação ao mes e ano como no propio dia do enteramento

jtem mais dise ell testador que allem do officio de tres llicções he(80) as tres misas Rezadas mãoda que lhe digam hũa missa cantada esta missa cantada (*fl. 76*) sera fora das tres lições ofertadas com suas ofertas acostumadas e asy lhe diram a dita missa cantada ao mes e ano como Ao propio dia do enteramento

jtem mais dise o dito testador que deixaua mil reaes pera goarneçer o alltar de santo antonjo na ygreia de sancto espirito d'agoallua he esta goarnição mãoda o dito testador que faça aquella pessoa que ele nomear em seu testamento procurador de sua alma

jtem mays dise que deixaua b<sup>c</sup> reaes pera o sancto sacramento

jtem mais que avia por bem de deixar a nosa senhora dozentos reaes

jtem mais dise o dito testador que lhe digam hum tryntairo de sancto Amador este trintairo mãodou o dito testador que lho diga antonio vaaz viguairo na mesma ygreia e quinze misas me diram ante o alltar do espirito sancto e dez mi-

---

(80) Ms. «lhe» risc. «b».

sas ante o alltar de nosa senhora e cinco misas ante o alltar de sancto Antonio mais mÃãodou o dito testador que lhe dem aos pobres dez allqueires de trigo ssilicet a afonso goncaluez morador em villa noua dous alqueires e os oyto dara minha molher yzabell martjnz donde vir que he mais serviço de deus

jtem mais mÃãodou o dito testador que lhe desem a sua cunhada brizid'anes dous mil reaes

jtem mais mÃãodou o dito testador que lhe desem a costanca diaz sua comadre b<sup>o</sup> reaes

jtem mais que lhe desem a sancta maria b<sup>o</sup> reaes e estes b<sup>o</sup> reaes mÃãoda que se Repartam pellos pobres daquj

jtem mais que lhe desem a yzabell diaz molher de JorJe martinz dozentos reaes

jtem mais dise ele testador que lhe digam em dia dos finados hũa misa Rezada ofertada com hum pão e qoartilho de vinho e isto me diram emquanto minha terca durar

jtem mais mÃãodou o dito testador que lhe digão quatro misas Rezadas (*fl. 76v*) ysto emquanto sua terca durar e mÃãoda que aquelle a qe fiçar sua terca que tenha careguo de lhe mÃãodar dizer estas misas com ha misa dos finados que sam cinco misas e os dozentos reaes que mÃãoda que dem a nosa senhora dise que fose com esta condicam que lhe desem a çera aos officios

jtem mais dise ele testador que qoanto era ao trintauro que mÃãoda dizer que lho digam com o falecer delle a seis meses e este carguo dise ele testador que daua a seu compadre antonjo vaaz vigairo da dita jgreja de sancto espirito como dito tinha que asy tenha carguo de lhe dizer os ditos trintauros como as misas dos officios

jtem mais mÃãodou o dito testador que ao dia do enteramento lhe ofertem hum carneiro e que asy lh'ofertem ao mes e ano

jtem mais dise o dito testador que avia por bem de

deixar a bastião afonso morador n'agoallua por seu testamenteiro e que asy lhe pede e Roga como espiçiall amigo que se alenbre de sua allma como ele testador fizera e confiaua nele fazer asym e mais perfeitamente do que lho ele encargaua e que elle seja o testamenteiro e curador de sua allma e sendo cauzo que o dito bastião afonso fallecer ante do ano acabado em que heu dito testador mãodo que me facão meus officios que aqui mande ho dito bastião afomso curador pera que se cumpra todo ho contheudo neste testamento

Item mais mãoda o dito testador que tanto que seu corpo for enteRado que lloguo o dito bastião afomso seu testamenteiro o faça a saber aos yuizes a que ho carego he dado que venhão (*fl. 76'*) (81) fazer partilha e pera trabalho do dito testamenteiro mãodo que lhe dem mil reaes

Item mais dise ele testador que todo o que mãoda neste testamento que se faça e gaste por sua allma em todo se gaste e despenda de sua terca e o mais que Remaneçer que fige pera seus filhos ssilicet Joane e breatiz e asym peço e Roguo ao Juiz dos Rezidos A que o cargo he dado que me faça cumprir todo ho contheudo neste testamento e que lloguo de curador a meus filhos como per mim he declarado neste testamento e por aqui dise ele testador que avia seu testamento por feito em todo he por todo deste dia pera todo senpre e que todo-llos outros testamentos e cedollas e condecilhos que ate feytura deste tinha feitos que todo-llos avia por qebrados e aRenunciados somente este que dise que se comprise o qual testamento he ceRado e cozido com llinha branca e nelle de dentro e de fora asynado com o synal dele testador e eu symão afonso esprivam em o lemite d'agoallua que ho espriuy dia e mes e ano asyma dito symão afonso goncalo goncaluez

---

(81) *Lacuna na numeração quinhentista, este e o seguinte fólhos não foram numerados.*

Saibam goantos este testamento virem que no ano do naci-  
 mento de noso senhor yesu cristo de J b° Rij anos aos xxbij  
 dias do mes de setenbro do dito Ano estando goncalo gon-  
 caluez morador em villa noua da sereta d'agoallua termo da  
 villa da praja desta ylha terceira de Jesu cristo estando asy o  
 dito goncalo goncaluez muito doente da Jnfermidade que a  
 noso senhor lhe aprouue dar estando em todo seu syzo he en-  
 tendimento que deus lhe deu llogo ele dito gonçalo goncaluez  
 testador em prezenca de mim esprivam abaixo nomeado e  
 testemunhas ao diante espritas (*fl. 76v*) que no presente es-  
 tauam por sua boqua dise que avia seu testamento por bom e  
 firme deste dia pera (82) todo senpre e que todo-llos outros  
 testamentos e cedollas que feito tinha que todo-llos avia por  
 aRenunciados somente este que dise que se conprise em todo  
 he por todo deste dia pera todo sempre o qual testamento e  
 ceRado e cozido com llinha branca dobrada e dentro nele o  
 synall dele dito testador que diz goncalo goncaluez testemu-  
 nhas que presentes estauam Joam martjnz Joann'eanes d'al-  
 lmeida e adam diaz e francisco fernandez e martim fernandez e  
 symão vaaz todos moradores em villa noua d'agoallua e outros  
 que no presente estavam e eu symão afonso esprivam neste  
 lemite d'agoallua que ho esprivi e asyney de meu publico  
 synall que tal he como se sege symão afonso he este he o  
 tresllado do testamento de goncalo goncaluez Ja defunto que  
 eu antonio vaaz esprivam neste lemite d'agoallua trelladey e  
 esprivi fiqa em meu poder e trelladei e consertey com bertol-  
 lameu llopez noguejra mestre de ensjnar moros a ller he  
 espriver oje a xxbij dias do mes de novembro de J b° lxxbij  
 anos e eu antonio vaaz esprivam dos testamentos neste  
 lemite d'agoallua por el Rey noso senhor que este trelladey do  
 propio que em meu poder fiqa e asynei de meu pubrico synall  
 que tal he pagou de feitio Lx reaes em mandar a nos

(82) Ms. «deste dia pera» repetido e não risc.

O qual testamento eu bertollameu llopez esprivam neste lemite d'agoallua treslladey de hum publico estromento que esta feito per antonjo vaaz esprivam que foy neste dito lemite e estaua asynado ao pe do publico synall do dito antonio vaaz e todo (*fl.* 77) treslladei do propio e vay na verdade e nelle asyney de meu publico synall que tall he oJe xxbj de novembro de J b<sup>o</sup> lxxiij anos

(*Sinal de tabelião*)

Foi visto este liuro en visitação pelo senhor Lecenceado Roque diaz visitador geral deste bispado manda que o vigairo faça taboa das misas conforme a constituição declarando nella quaes são testamenteiros e que cada Janeiro o prioste renoue na taboa os nomes dos testamenteiros porque morem huns vem outros e isto sob pena de mil reaes e asinou na Agualua a ij de feureiro de J b<sup>o</sup> lxxxbij bellchior estacio o escriui

(*as.*) Roque diaz (*fl.* 77v)

Sentemsa que o hemzemtou domjgos Lourenço  
padre de ordens sacras do senhor vigairo geral gonçalo  
de frejtas que he a seginte

1593  
Jul. . 11

Saibam quoamtos este com o treslado de hũa sentemsa do senhor uigairo geRal gonçalo de frejtas ujrem que no ano de mil e quinhemtos e nouemta e tres anos em os omze dias do mes de Julho do dito ano em a sãocristia da igreia de samto esprito d'agoalua termo da uila da praia desta jlha terceira de Jesu cristo estamdo hi o padre vigairo pero benegas da dita igreia(83) em prezemsa de mim antonio martins esprivam do

(83) Ms. «igre».

Concelho Em o limite da dita agoalua(84) foi por o padre domingos Lourenco de ordens sacras hapezemtada hua sentensa do dito senhor uigairo geRal pera se botar neste liuro do tombo Cuio ho teor he o segimte do soseso do dito padre do moio e quorteiro de trigo que deixou sua avoo joana gomeez em seu testamento que neste liuro esta lamsado (*fl. 78*) e a sentensa e a segimte

¶ visto estes autos pitisam de domjmgos Lourenco clerigo(85) de ordens sacras e testamenteiro de sua avoo joana gomeez justificação de abilitação jumta porque mostra a dita defumta Joana gomeez deixar em seu testamento se dese do Rim-dimento de sua tersa ao padre andre gomeez seu neto hum moio e quarteiro de trigo cada ano com hobrigasão de lhe dizer hũa misa Rezada cada somana e por morte do dito neto andre gomeez se dese a dita Remda a outro neto seu clerigo mostrase dos ditos autos andre gomeez ser falecido e não ter outro neto nem erdeiro mais chegado que de dereito lhe aja de cuseder que ele sopricamte por ser clerigo o que todo visto com ho mais que dos autos comsta pernunsio e declaro o sopricamte domingos Lourenco por erdeiro e sucesor do moio e coarteiro de trigo e mãodo-lhe seja entregue com declaracam que emcoamto não for de misa mandara dizer em cada somana hũa misa Rezada conforme ha vomtade da defumta sua avoo Joana gomeez pera o que dara fiamsa e se pora uerba no tombo da jgreia omde he obrigacam dizer-se a dita misa e page as custas amgra outo Julho nouemta e tres a qual minha sentensa foi pubricada por mim em minhas pouzadas em audiem- (*fl. 78v*) cia aos outo dias do mes de Julho

---

(84) *Corrig. posteriormente e encaixado na linha «ago» sobre a palavra anterior.*

(85) *Ms. «clrigos».*

de mil e quinhentos e nouemta e tres anos em pesoa do soplicamte domingos Louremco e portamto mamdo que asi se cumpra e goarde como se nela comtem asim e da maneira que por mim he julgado detrjminado semtemseado e mÃãodo a quoaquer oficial da justica heclesiastica a que for aprezem-tada por mim asinada e pasada pela chamselaria a cumpram e goardem como nela comthem e vam com ela dar a pose do dito moio e coarteiro de trigo ao dito sopricamte domingos Louremco nas ditas teras e propiadades declaradas no dito testamento da tersa da dita defumta joana gomeez sua avoo e em todo se cumpra e goarde asi e da maneira que nesta minha semtemsa comtem dada sob meu sinal e selo do dito senhor nesta cidade d'amgra desta jlha terseira de jesu cristo em a coal uinha o dito selo e asinada pelo dito senhor e a tresladei e comsertei com a propia que leouo o dito domingos(86) Louremco e asinei por verdade de todo de meu sinal pubrico com o Razo por baixo como se mostram e todo mamdou espriver o dito vigairo que asinou tambem pagou com a sirtidam que levou sesemta reaes e outroci ciruo d'esprivam dos testamentos por el Rej noso senhor em o dito limite oje dia mes era asima dito

*(Sinal de tabelião)*

*(as.) Antonio martinz (87) (fl. 81)*

verbas do testamento de Heytor Homem da Costa (88)

1597  
Out. 14

Sajbam quoamtos este estromemto com hũa berba do testamento de hejtor homem da costa ujRem como no Ano do na-

(86) Ms. «domim».

(87) Faltam fôlios. A numeração moderna passa do fl. 78 para o 81.

(88) Título escrito posteriormente por outra mão.

cjmento de noso senhor jesu cristo de mjl quinhentos no-  
uemta e sete anos Em os catorze djas do mes de outubro do  
djto ano foj aberto ho djto testamemto ha quoaal berba he a  
segjmte antonio martjnz esprivam ho esprivj

berboa do testamemto de hejtor homem da costa da  
mjsa que mamda djzer quada somana na sua capela de nosa  
Senhora d'ajuda emquoamto ho mumdo durar Cujo teor e o  
segjmte

jtem e por mjnha alma mamdo que me djgam hũa  
mjsa ate fjm do mumdo em quada somana e se djra na mjnha  
quapela de nosa Senhora d'ajuda a coal berboa eu antonio  
martjnz esprivam dos testamentos por el Rej noso Senhor em  
ujla noua d'agoalua dese l]- (fl. 81v) mjte termo da ujla da  
praja treladej da propja nota que em meu poder fjqua Com a  
quoaal este trelado Comsertej he uaj na uerdade que pasej e  
esprivj neste ljuo do tombo por mamdado do Reuerendo pa-  
dre ujgairo pero venegas da Jgreija do esprito samto d'agoal-  
ua termo da ujla da praja desta jlha terseira de Jesu cristo e  
asnej de meu pubrico sjnal acostumbrado que tal he Como se  
ue em hos vymte e hum djas de nouembro de J b° IRbij anos .

*(Sinal de tabelião)*

*(as.)* Antonjo martjns

Deixou o dito heitor homem meio moio de trigo cada  
hum anno a casa da misericordja diguo da madre de deus sita  
nesta villa noua enquanto o mumdo durar pera padres , e os  
officiães mandaram dizer por dia dos finados de cada hum  
ano hũa missa cantada/ em memoria do qual eu vigairo pero  
venegas escreuj aqj esta declaração

*(as.)* pero venegas

E asi mais deixou o dito heitor homem lhe diguam hũa

missa rezada em cada somana que he hũa Capella cada hum anno emquamto o mumdo durar por sua Alma; sua admjnstradora Dona Luiza sua molher e quem mais claro consta da uerba de seu testamento por verdade fiz eu vigairo esta declaração

(as.) pero venegas (89) (fl. 86)

Verba do testamento de Domingas D'almeida  
de tres missas cantadas que manda se lhe  
digam emquanto o mundo durar

1598  
Jun. 6

Item Disse que Deixaua lhe disesse seu testamenteiro ao diante nomeado tres missas cantadas scilicet hũa por dia de pascoa , ou em seu oitauairo a resureição/ e outra por dia de Natal , ou seu oitauajro E a outra na somana sancta a honrra da morte E paixam de cristo E se dirão estas tres missas emquanto o mundo durar pera sempre que serão ofertadas com pam e vinho segundo costume . A qual uerba de testamento Eu pero venegas vigairo nesta Jgreia do spiritu sancto aqui tresladei de uerbo ad uerbum tirada do propio testamento na uerdade. e por ser ausente o escriuam ao presente fis eu vigairo (90) E lançei esta verba neste liuro do tombo oye seis dias do mes de Junho de 1598 annos

(as.) pero venegas

administrador francisco franco/ agora sera seu neto pero de melo (fl. 86v)

Tinha obriguacão gaspar goncalluez Leonardo mandar dizer Em cada hum anno duas missas Rezadas pella Alma

1615  
Maio. 17

(89) Faltam fólhos. Da numeração moderna apenas resta o número 8. A partir da numeração posterior, numerei-o, de fl. 86.

(90) Risc. «este».

de gabriel jorge seo tio pera o que lhe deixou 10 alqueires di-  
guo des alqueires de terra lauradia donde chamam a bufa ysto  
emquanto o mumdo durar E por ser hora falecido o dito gaspar  
goncalluez leonardo deixou a dita terra a sua molher Breatiz  
vaaz e a seu filho Joam com o mesmo emcarguo das ditas  
duas missas rezadas em cada hum anno ate o fim do mumdo/

¶ E asim mais deixou de sua terça huns quimtais ,  
asim como hora estam nas casas de palha de sua morada e  
nas outras em que trabalhaua o dito gaspar goncalluez a sua  
molher com encarguo de hũa missa rezada cada hum anno ,  
emquanto o mundo durar e por sua morte seos desendentes e  
por memoria da uerdade fis este termo eu vigairo pero vene-  
gas o que mais larguamente se uera pellas uerbas de seus  
testamentos que estam em poder de jorge correa escriuam  
nesta freiguesia/ o que fis em dezasete dias do mes de majo  
de mil e seiscentos e quinze annos

(as.) pero veneguas

1616

Maio. 17

Item Vitoria Rodriguez molher que foi de Marcos  
Evangelho tem obriguaçam mandar dizer em cada hum anno  
tres missas cantadas no octauairo do spiritu sancto as quais  
mandou dizer o dito seu marido como consta da uerba de seu  
testamento a que me reporto/ emquanto o mundo durar/ pera  
o que lhe deixou hesta terra E por memoria fis este termo eu  
Vigairo que asinei em dezasete dias de majo de 1616 annos

(as.) pero veneguas (fl. 87)

1623

Nov., 27

faleceo. Balthezar Rodriguez ferreiro, a vinte e sete  
dias do mez de nouembro fez testamento, E nelle deixou a  
confradia do sanctissimo sacramento dez alqueires de trigo  
de Renda, em cada hum Anno, E outros dez alqueires de  
trigo de Renda a Confradia E hermandade de nossa senhora  
do Rozario Em cada hum anno, emquanto o mundo durar,

com declaração que cada confradia lhe mandara dizer duas missas por todos os sanctos ou seu outauario em cada hum anno emquanto o mundo durar , e declara mais em seu testamento que desarratando francisco ferreira os vinte alqueires de trigo has dittas confradias empreguarão ho ditto dinheiro nos dittos vinte alqueires de trigo para que sempre andem viuos nas dittas confradias . E eu sebastião Jaques do canto benefiçiado Confirmado nesta Jgreja do espiritu sancto fis este por memoria e lenbrança . neste liuro hoie vinte e sete dias do mes de nouembro de 623

(as.) Sebastião Jaques do Canto

(91)

visto en vizitaçam este hano he deue por a bom reca-do por ser jportante a jgreja e ministros dela - vinte de feureiro de 624 .

Motta(?)

Visto em vizitação aos 15 de Dezembro 631

(as.) francisco fraguoso pereira (fl. 87v)

jtem Pella alma de maria alues do canto tres missas rezadas pello oitauario dos finados em cada hum anno impoz-tas em hũa proção de terra que deixou para isso a qual tras Andre guomes do canto

Pella alma de Antonio uas duas missas rezadas cada anno hũa a nossa Senhora e outra a S. Bertholomeu impos-tas na mesma terra arriba declarada as quaes tem obrigação mandar dizer Andre guomes do canto

Pella alma de misia Monteiro hũa missa rezada cada anno a qual manda dizer andre gomes do canto

---

(91) *À margem de mão coeva: «este balthezar Rodriguez deuia a el Re j. e não bastou o que tinha para pagar». (as.) francisco Lobão.*

1624

Fev., 20

1637

Maio, 15

Pella alma de marsal alues tres missas rezadas pello octauairo dos finados que manda dizer Andre guomes

Pella alma do dito Bertolameu Goncaluez Vieira mais hũa missa Rezada cada ano administrador Antonio Fernandez Arena morador n'agoalua

Pella alma de Bartholameu goncaluez Vieira hũa missa cantada(92) cada anno a qual manda dizer seu netto antonio fernandez Cabessinhas morador na freguezia da agualua para a qual deixou certa terra da sua terça

(93) O Capitam lazaro dinis deixou em seu testamento tres missas Cantadas todos os annos nesta Jgreja de Spirito Sancto hũa pellos finados e as outras duas pelo spiritu sancto pellas almas de seu paj e maj as quais missas mandaria dizer sua molher Anna Antunes emquanto ai ujesse e por uerdade fiz e assinej em quinze de majo de 1637

(as.) o Viguairo francisco lobão (fl. 88)

Guiomar da costa Beata deixou pella sua alma duas missas rezadas cada hum ano anexas a hũa caza que esta junto ao adro da jgreja do spiritu sancto e por uerdade fis este termo

(as.) Vigujro francisco lobão

obrigações do morgado de luis Simão da costa  
os quaes comprira quem tiuer o morgado

1646  
março. 13

---

(92) Entrel. depois de riscar «rezada».

(93) Risc. «pella alma de fretaleza vaz 3 missas rezadas cada anno as quaes manda dizer seu netto lazaro Vaz morador na freguezia de Moinhos para as quaes deixou certa terra de sua terça». (as.) francisco lobão.

jtem Pella alma de Antonia quoresma hũa capella de missas cada anno

jtem pella alma de grimaneza homem hũa capella de missas cada anno

jtem pella alma de João nunes homem hũa capella de missas cada anno

jtem pella alma de heitor homem hũa capella cada ano (94)

jtem mais hũa capella cada anno por defunta que se chamava Breatiz(95) afonso (96)

jtem mais do mesmo morgado hum moço de trigo in specie cada anno por dona britiz camilla(97)

jtem pella alma de heitor aluares homem hũa missa cantada por Nossa Senhora de setembro e todas as festas de nossa senhora hũa rezada (98)

(as.) Viguario francisco lobão

todas estas asima sam da obrigação do morgado

jtem mais por heitor aluares homem e sua mulher breatiz afonso duas missas rezadas pelo octauario dos defuntos

jtem Peillas almas de Jnes goncaluez machada e pero de Bracellos (99) duas capellas cada hum anno

Paga francisco de andrade machado

---

(94) *À margem: «esta ha-de pagar da terça que tras de dona izabel que tem 50 alqueires de terra».*

(95) *Corrig. sobre (?)*.

(96) *À margem: «seu marydo heitor aluares homem».*

(97) *Entrel. posteriormente depois de risc.: «defunto e defunta»*

(98) *À margem por mão posterior: «com responço no fim sobre sua sepultura».*

(99) *Risc. (?)*.

Item Tem obrigação baltezar machado do Juncal mandar dizer duas capellas nesta Igreja que sam do morgado que tras hũa(100) por defunta (101) que se chamaua Catherina euangelho e outra por alma de diogo de braccellos

Item Deixou guiomar da costa seis capellas cada anno hũa pella alma de seu auô antonio lopes e as sinco por ella e seos defuntos com responço no fim sobre sua sepultura.

estas seis capellas paga o morgado de diogo monteiro de Noronha seu feitor Andre Vieira

Item Pella alma de Vasco pirez hũa capella cada anno Paga dona maria Bahetta an-de ser das chagas

Item pella alma de gil afonso Vinte e sinco ão-de ser em missas paga Andre Vieira Como procurador de nuno monteiro de Noronha

Item o Capitão Manuel Lourenco Rabello tem obrigação de mandar dizer todos os annos cinco missas rezadas por hũa(102) defunta chamada Felipa vas

(as.) o Viguiro francisco lobão

estas manda dizer seu sobrinho francisco Lourenco Rabello (fl. 88v)

Item o mordomo que seruir na Confraria do santissimo Sacramento tem obrigação mandar dizer todos os annos tres missas rezadas a homra da santissima Trindade pella alma de Barbora goncaluez cunhada do capitam manuel Lourenco Rabello que pera isso deixou a dita Confraria hum quarto de trigo todos os annos.

---

(100) Entrel.

(101) Risc. «defunta».

(102) Ms. «hu».

(103)

item Jorge de Freitas e sua mulher Barbora goncaluez fizeram ambos de dois seu testamento e tomaram suas terças na terra que pessuhem ao pico com obrigação de quatro missas rezadas todos os annos duas por alma d'elle e duas por alma della as quaes se an-de dizer pello octauairo do natal (104).

item Breatis goncaluez mulher de Antam ferreira deixou na sua terça que he hum quarto de terra nas quatro Ribeiras hũa missa rezada(105) de obrigação todos os annos nesta Jgreja do spiritu sancto pello octauario dos finados , pesuhe a terra sua filha maria d'aguiar

(106) item francisco ferreira d'aguiar e sua mulher Catarina de mello fizeram ambos seu testamento e deixaram quatro missas cantadas duas offercidas ao senhor e duas a nossa senhora do Rozairo para as quaes deixaram d'esmolla 400 mjl reis(?) todos os annos annexas a suas terças a saber em quorenta e tantos alqueires de terra no piquo dos louros enquanto elle uiuer mandara dizer duas por ella depois de morto seos herdeiros mandaram dizer todas quatro (107)

---

(103) Acrescentado por mão coeva: «*ella quebrou o testamento na sua ametade e não teue de protestar*».

(104) Acrescentado por mão coeva: «*He adminjstrador desta missa abade João ferreira morador nas 4 Ribeiras*».

(105) Entrel.

(106) Risc. 4 linhas: «*Jzabel pereira mulher de manonel machado deixou sua terça ao dito seu marido Com obrigação de hũa missa cantada nesta Jgreja por dia de todos os Sanctos djto em sua uida a-de se saber se ouue terça por se comprir o legado não ouue terça*».

(107) Acrescentado posteriormente: «*estas missas se an-de dizer pellas octauas do natal sam somente duas missas cantadas per Catarina de mello e tres por seu marido francisco ferreira*».

Item Breatis de frectas tem obrigação mandar dizer todos os annos pella festa do natal hũa missa pella alma de sua mai Joanna guomez annexa as cazas que estam ao cruzeiro desta vila noua e por morte da dita breatis de frectas ella nomeara .

(as .) Vigairo francisco lobão/ (fl. 89)

Deixou heitor homem Pai de luis homem hum meyo moyo de trigo cada hum anno a caza de santa misericordia desta villa noua com obrigação de se lhe dizer hũa missa Cantada todos os annos por dia dos defuntos . a qual missa tem obrigação mandar dizer a caza (108)

A confraria de Nossa Senhora do Rozairo tem obrigação mandar fazer todos os annos tres nocturnos pellos Jrmãos e Confrades defuntos os quaes se faRam antes da festa da senhora da primeira domingo de outubro . e se paga tres cruzados por elles

O Mordomo que se seruir na Confraria do sanctissimo Sacramento tem obrigação mandar dizer no seu anno des missas rezadas pella alma do padre balthezar goncaluez Vigairo que foi de Santa luzia de Angra para que deixou a Confraria hum quarteiro de terra con a dita obrigação a qual terra esta nesta freguezia de villa noua e de presente atras roque fernandez da mão do mordomo Antão afonso .

Jzabel lucas molher de Andre affonso deixou sua terça a seu marido Com obrigação de tres missas rezadas offertadas(109) hũa pello natal outra por paschoa outra pello spiritu sancto e esta obrigação andara sempre em quem peshuir a terça enquanto o mundo durar

---

(108) Acrescentado posteriormente: «E esta mesma declaração esta a folhas 80 Verso da lista do padre Venegas» .

(109) Entrel .

Pella alma de Antonio goncaluez e de jzabel goncaluez sua molher duas missas rezadas cada anno postas em hũa Caza de palha em que viue manuel goncaluez defumto hũa das missas ofertada Com hum pam e hum quartilho de vinho (110) (fl. 89v)

Item o Conego João alues tem obrigação mandar dizer hũa missa Cantada pello octauairo dos defuntos pella alma de maria Vas Vieira que he da terra que seu pai comprou que esta abaixo da Jgreja do spiritu santo para a banda do mar e isto todos os annos

(as.) o vigairo francisco Lobão

Item João ferreira de cravalho tem obrigação mandar dizer hũa missa Cantada todos os annos pello octauairo dos defuntos pella alma da dita Maria vas Vieira que Com essa obrigação Comprara hum quarteiro de terra a Cosme fernandez digo que esta terra esta(111) abaixo da jgreja e a trazia francisco dinis de que pagaua meyo mojo de renda a João teixeira e por lho não pagar alguns annos lhe tirou a terra obrigada

Item Pella alma de aluaro uas duas missas rezadas todos os annos offertadas cada qual Com hum pam e quartilho de vinho para o que deixou des alqueires de terra que estam pegados aos fayal de luis Cardoso machado (112)

(as.) Vigairo francisco Lobão

---

(110) Risc. «Agueda dias moradora n'agoalua Veuua de João goncaluez o galante tem obrigação mandar dizer cada anno pelo actauairo dos defuntos hũa missa cantada pella alma de maria uas Vieira ofertada com hum pam e quartilho de vinho» e em nota: «esta agueda dias uendeu a terra obrigada ao Contador João pacheco a elle compete a obrigação».

(111) Entrel.

(112) Em nota posterior: «a qual he hoie de francisco ferras o mancebo».

Antonio Fernandez Ribeiro deixou e sua mulher  
 guiomar Custodia fizeram hum testamento ha muitos annos em  
 que deixarão hũa caza de telha terrea com mejo alqueire de  
 terra de quintal eiro a rua do cabo deste lugar de Villa noua ,  
 a seos herdeiros com obrigação de tres missas rezadas em  
 cada hum anno per suas almas nesta freguezia de santo spi-  
 rito e falecido elle primeiro sua mulher gastou sua parte, e com  
 o terremoto cajo a caza , não se dizião estas missas , pro-  
 curou Manuel Alues morador na Caldeira agora esta terça não  
 achou mais que o mejo alqueire de terra mandou o prouedor  
 dos Reziduos francisco de Betancor , que deixado o atraza-  
 do , mandasse dizer em cada hum anno d'aministrador o que  
 tocava a parte do testador nesta Jgreja que he hum anno hũa  
 missa, e no outro duas pella alma de Antonio fernandez Ribe-  
 ro que deus tem logo se disse hũa da nouidade de 1645 , e na  
 que uier (fl. 90) de seiscentos quarenta e seis se dirão duas ,  
 e assim iram correndo per girum hũa em hum anno, e duas em  
 outro , e por ser uerdade assignej hoje 13 de março de 1646  
 (as.) o Vice Vigairo francisco de Matos Fagundes

1646

Março. 13

Francisca Alues molher de Rodrigo Alues Cardozo  
 fes testamento com seo marido Em que deixão cada hum sua  
 missa rezada em cada hum anno nesta Jgreja do spirito  
 sancto para que o deixão a sua escraua margarida Cardoza  
 a caza em que uiueu , em seo quintal e per falecimento da  
 escraua a Confraria de Nossa senhora do Rozairo com a  
 mesma obrigação . E assim mais os palames com outra tanta  
 obrigação as orfans de bertolameu goncaluez que deus tem he

---

(113) *À margem de mão posterior: «este meio alqueire de terra confronta com rua do cabo e rua do cabalo pelo nascente e ponente norte com a caza e terra que deixou o Padre vigairo Manoel de Sousa a confraria da Conceicam e sul com caza e terra da confraria do Rozario».*

falecido francisco Alues para que se cumpra a sua parte e por uerdade assignej hoje 13 de Março de 1646 anos

(as.) o Vice Vigairo francisco de Matos Fagundes

1648

Beatriz Alues molher de Bertholameu dias de oliueira fes testamento deixou hũa Missa rezada nesta Jgreja de perpetuo per sua alma para o que deixou as cazas em que uiue seo marido onde se chama o Galleão as quais tomou por sua terça de que he testamenteiro o dito seo marido e por uerdade assignej hoie 28 de Março de 1648 anos

Março. 28

(as.) o Vice Vigairo francisco de Matos Fagundes

1650

Pero fernandez Polombeta morador na agoalua tem obrigação mandar dizer nesta Jgreja do spiritu sancto todos os annos pelo octauairo dos defuntos tres missas . cantadas pella alma de domingos d'almeida offertadas com hum(114) pam e quartilho de uinho e candeia cada hum anno . /

Nov. . 18

(as.) o Vigairo francisco Lobão

o mesmo pero fernandez tem obrigação mandar dizer hũa missa rezada pella alma de seo auô Pero fernandes polonbeta , a qual se a-de dizer hum anno outro não . (fl. 90v)

Dona maria Rabella tem obrigação mandar Cantar todos os annos nesta Jgreja do spiritu sancto tres missas pella alma de seu auô Vasco Pirez (115) pello octauairo dos defuntos .

(116)

(as.) o Vigairo francisco Lobão

---

(114) Entrel.

(115) Risc. «an-de ser cantadas».

(116) À margem: «1780 administrador manuel de Souza da Costa das pedreiras».

o Capitão manoel vieira morador nas fontainhas tem (117)  
obrigação mandar dizer nesta Jgreja todos os annos sinco  
missas rezadas pella alma de gonçallo gonçaluez morador e (118)  
fregues que foi nesta freguesia para o que deixou sua terça e  
hũa das missas offertadas

(as.) o viguairo francisco Lobão

João uas euangelho deixou dezasete alqueires de  
terra a suas Jrmãs maria de borba e martha de Santo Antonio (119)  
religiosa professa no Conuento de Jezuz da villa da praja  
Com obrigação de lhe mandarem ambas dizer outo missas  
rezadas pella sua alma cada anno enquanto uiuas E por morte  
de hũa a outra e por morte de ambas deixa a dita terra a  
caza da Santa misericordia desta villa noua Com obrigação  
de uinte missas rezadas em cada hum anno por sua alma e  
de seos defuntos enquanto o mundo durar e por uerdade fis  
este termo e assinei hoie 18 de nouembro de mil seisçentos e  
sincoenta annos

(as.) o viguairo francisco Lobão

O mordomo que seruir na Jrmandade das almas do  
purgatorio tem obrigação mandar fazer no seu anno hum offi-

---

(117) *À margem de mão posterior: «Administrador deste Capitam Maria Vas moradora nas fontainhas. Agora he o Capitam João homem morador nas fontainhas».*

(118) *À margem: «1780 administra hua relioza del Rey enteada do capitam manuel Lourenço Dinis das fontainhas».*

(119) *À margem de mão posterior: «estes 17 alqueires de terra estão onde se diz os Junsais da Agoalua partem do ponente com terras d'Andre gomes do Canto [P. . .] Misericordia desta villa Nova he o serrado que se chama o oleiro abaxo o Pico dos louros».*

cio perfeito de noue licções depois da festa de todos os sanctos. /

(as.) o viguairo francisco Lobão (fl. 91)

Leonor guomes mulher do capitão manuel Lourenco Rabello deixou a Confraria do sanctissimo sacramento dessa Jgreja des alqueires de renda ou des mil reaes para se empregarem em renda com obrigação de duas missas rezadas pella sua alma cada hum anno

(as.) o viguario francisco Lobão

Breites alues molher de Antonio fereira d'aguiar deixou hum mulatinho a seu filho Pero fereira Com obrigacam que emquanto o mulatinho uiuesse lhe mandaria dizer tres missas em cada hum anno hũa pelo Natal outra por paschoa . outra pello spiritu sancto e assinei

(as.) o Viguairo francisco Lobão

Maria d'aguiar filha de Antão ferreira faleção no mes de Nouembro de mil e seiscentos e seçenta deixou sete alqueires de terra a Joam ferreira morador nas quatro Ribeiras Com obrigação de lhe mandar dizer todos os annos pello octauario dos defuntos duas missas rezadas todos os annos nesta Jgreja do Espirito Santo e que os vigairos lhe tomariam Conta e que se uendesse a dita terra Jria Com a mesma obrigação e asinei hoie 17 do dito mes e ano. /

(as.) o Vigairo francisco Lobão

(120)

A mesma Maria d'aguiar filha de Antão ferreira deixou des alqueires de Renda no foro que tras simão d'aguiar fi-

---

(120) À margem de mão posterior: «duas missas rezadas hua destas missas he por sua alma outra por sua mã Breatis goncalues».

lho de Antonio ferreira à Confraria do senhor desta Jgreja todos os annos Com obrigação de hua missa rezada cada anno pello octauairo dos defuntos e asçinei hoie dia e era ut supra/ (as.) o Vigairo francisco Lobão estes des alqueires de Renda ficaram de missa de obrigação

- (as.) Lobão -

Deixou mais a dita defuncta quarenta alqueires de Renda a simão d'aguiar seu sobrinho filho de Antonio fereira com obrigação de hua missa cada anno pella festa do Natal rezada no altar de Jesus desta Jgreia .

(as.) Lobão

Deixou mais a dita defuncta Maria d'aguiar hũa escraua por Nome Anna a sua sobrinha dona Esperança molher de Bartolomeu uas do Rego com obrigação de hũa missa rezada todos os annos pela festa do Espirito Santo dita nesta Jgreja emquanto esperaua uiuer, e todos os legatarios ascima declarados daram Conta ao Vigairo que seruir nesta Jgreja do Espirito Santo e assinei .

(as.) o Vigairo francisco Lobão (121) (fl. 91v)

Andre affonso esta sepultado nesta Jgreja do Espirito Santo deixou sua terça a sua molher Maria Vieira Com obrigação de tres missas rezadas offertadas pellas tres paschoas do anno e Com esta obrigação a-de ir Correndo nos herdeiros do dito marido . /

(as.) o Vigairo francisco Lobão

---

(121) Em nota de mão posterior: «Paga este legado Bertolameu Vas irmão de Bras do Rego».

(122)

Jzabel uas filha de Affonso alues deixou a metade de hūas cazas çitas neste lugar a sua irmã Maria alues Com obrigação de duas missas hūa cantada outra rezada polo octauario do spiritu Santo .

O Lecenceado francisco Lobam Monteiro Comfirmado que foi nesta Jgreja do spirito sancto da uilla noua esta sepultado na Capella mor desta igreja Deixou des alqueires de terra sita a Ribeira das pedras a Confraria do senhor desta Jgreja E a das almas para o que uendese a terra repartice por ambas como obrigassão de Cada Confraria lhe mandar Cantar hūa missa Cada anno que uem a seer duas missas Cantadas cada hum anno por uerdade fiz e asinei oie treze do mes d'abril de mil e seicentos e secenta e dois annos

(as . ) o Cura Manoel Martins

Alvaro Gomes fregues desta freguesia de Villa Noua faleceo na Cidade a 23 de Agosto de 1663 annos ordena em seo testamento que uindo a saluamento a fragata em que elle tem parte de que he Mestre Agostinho Duarte se dem ao Bom Jezu desta Jgreja uinte mil reis: o Escruião do testamento he Francisco de Souza e os testamenteiros sam , Payo Velho de Araujo e Dioguo da Foncequa Chacon , e por uerdade fis e assinei dia e era ut supra .

(as . ) O Vice Vigario Bernardo do Canto da Camara (fl. 92)

Francisca Nunez fregueza desta freguezia de villa noua (123) molher que foi de Francisco Vieira faleceu en 27 de

---

(122) Em nota de mão posterior: «este legado se ha-de dar conta ao padre Vigairo que for desta Jgreja ate legado de Jsabel Vas» .

(123) Risc. «faleceu» .

Junho de 1663 e esta sepultada na Cova de seus Paes de baixo do santo espirito fes seu testamento deixou en terca a seu marido Francisco Vieira dous alqueires de uinha Junto a uinha de Manoel Fernandez Vieira com obrigação de duas Missas rezadas in perpetuum a saber hũa dellas polla festa do Natal e outra pella da Paschoa E isto en sua uida e por morte delle a seu filho Manoel Vieira e não tendo este filhos(124) herdeiros a seu filho Antonio Com obrigação destes Administradores darem Contta ao Vigairo que for desta Jgreia do Spiritu Sancto e por uerdade fis e asignej die ut supra

(as.) O Vigairo Bentto Estaço Borrvalho

Antonia Goncalues molher solteira que nunca cazou faleceu nesta freguezia de villa noua em 20 de julho de 663 e deixou a suas sobrinhas Apolonia e Branca filhas de sua(125) sobrinha Maria Goncalues e de Gaspar Homem hum açentto de (126) Cazas en que uiuia Com coatro alqueires de terra entre ambas (127) Como obrigação de lhe mandarem dizer tres missas rezadas en cada hum anno a qual obrigação fica imposta no alqueire de terra e casas liure estas missas se han-de dizer pello oc-tauario dos defuntos.

(as.) o Vigairo Bento Estaço Borrvalho

Diogo fernandez irmão de Antonia Goncalues deixou a Confraria do sanctissimo desta Jgreja hum qurteiro de renda com obrigação de tres Missas Rezadas e por sua alma:-

---

(124) Ms. «filho».

(125) Ms. «suas».

(126) À margem de letra coeva: «esta casa esta indo para a Bica abaixo das cazas de Migel Vieira».

(127) À margem de letra posterior: «Administrador Manuel Nunes Berinito que mora na propria fazenda».

O Dito deixou outro quartoeiro a Confraria de Nossa Senhora do Rozario com obrigação doutras tres missas Rezadas. ---

Barbora Lucas molher que foi de Francisco Valadão faleceu Nesta freguezia em 30 de Agosto de 664 anos(128) esta sepultada nesta Jgreia deixou sua terça em hum quartoeiro de terra Lauradia com hũas cazas palhadas na freguezia das Lageas a seu marido não cazando e cazando a suas filhas com obrigação de tres missas canttadas nas tres festas de cada anno offertadas Com hum pam e hum quartoeiro de Vinho e darão Conta ao Vigairo desta Jgreia (fl. 92v) (129)

Pela alma de Senhora Goncalues hũa Missa Rezada cada anno imposta em meio moio de peasto(?) que esta aonde se dis os lubres onde chamão a Rainha esta terra Comprou agora Saluador Lucas ao Capittam Goncalo Vas Dinis Com a ditta obrigação e elle he obrigado pagar este legado oie 11 de Novembro de 664 anos

(as.) O Vigairo Bento Estaço Borrvalho

Pella alma de (130) Maria Gomes molher de Francisco Fernandez faleceu Nesta freguezia em 13 de dezembro de 1665. tomou sua terça em sinco alqueires de vinha que tem nos biscouttos a qual deixa a seu marido por morte delle a seus filhos a Cada hum seu anno nella inpor obrigação de tres missas Rezadas offertadas Com pam e quartilho de uinho (131)

(128) Entrel. «664 anos».

(129) À margem de letra posterior: «nesta terra esta de frente do poco quando uão para a Praja antes de chegar A jgreia de frente das cazas que foram de Ma [...] de Mendonça fa [...]» (as.) Borrvalho.

(130) Risc. «de».

(131) À margem de mão posterior: «Administrador Antonio ffereira Jacome e suas cunhadas».

as missas pellas tres festas (132) de cada anno de que fis e asignej die Mensse e anno ut supra

(as.) O Vigairo Borrvalho

Legados da Confraria do Sanctissimo desta (133)  
Jgreia de Villa Noua de Agoalua

jtem Pella alma do padre vigairo de santa Luzia Balthazar Goncalues des Missas rezadas

jtem pella alma de Barbora Goncalues Cunhada do Capjtam Manuel Lourenço Rabello tres missas Rezadas

jtem Pella alma de Ljanor Gomes molher que foi do Capjtam Manuel Lourenço Rabello duas missas Rezadas

jtem pella alma de Francisco Ferreira de Aguiar hũa missa Rezada cada hum anno

jtem Pella alma de Diogo Goncalujz digo de diogo Fernandez tres missas Rezadas cada anno

jtem Pella alma do Reuerendo padre Vigairo que foy desta Jgreia francisco Lobão hũa Missa Cantada cada anno

jtem A Confraria das Almas tem obrigacão Mandar Cantar cada anno hũa missa pela alma do padre Vigairo Francisco Lobão que Deus tem .

jtem A Confraria de Nossa Senhora do Rozairo desta Jgreia Manda dizer cada anno 2 missas Rezadas pela alma ou tenção de manoei Fernandez Homem Baco que lhe deixou 15 alqueires de trigo cada anno na mão do capitam Sebastian Goncaluez ferreira . - deue do anno de 1661 pera diante . -- (fl. 93)

---

(132) Risc. «de».

(133) À margem de mão posterior: «1 missa Rezada por Maria de Aguiar pelos 10 alqueires de trigo que paga Simão de Aguiar deuese 11 missas Rezadas».

Legado da Confraria de Nossa Senhora  
do Rozario desta Igreja

Item Pella alma de Diogo Fernandiz tres missas Cada anno paga o mordomo desta Confraria . --

Item Manoel Vas alfaiatte faleceu em 17 de outubro de 1664 deixou sua terça em hũas cazas de telha terreas que tinha digo que tem de tras de Nossa senhora da Conceição quando uão para o porto de pipas a sua molher Maria Vieira Com obrigação de duas missas rezadas cada anno pello octauario dos defuntos .

(as.) o Vigairo Borrallho

(134) Pela alma de Catarina de Mello duas missas Cantadas cada anno nas octauas do Natal offertadas Com pam e quarteiro de vinho e candeia Cada hũa pagão suas filhas do primeiro marido Ellena de Mello e Beatris de Mello esta terça em 20 alqueires de terra Lauradia de tras do Pico dos Louros

(135)

Pela alma de Francisco Ferreira de Aguiar tres missas Rezadas pelas tres festas de cada anno impostas na sua terça que esta em 20 alqueires de terra Lauradia de tras do Pico dos Louros junto a outra terça de sua molher pagão suas

---

(134) Risc. 10 linhas: «Pella alma de Catarina de Mello molher que foi de Francisco Ferreira de Aguiar duas missas Cantadas cada anno e offertadas com a offerta Custumada pelas octauas do Natal mandaram as dizer suas filhas Barbora da Gloria molher do Cappitam João de Souza e Catarina de Mello por serem pesuidoras da terça que esta em 20 alqueires de terra de tras do Pico dos Louros.

Pella alma de Francisco Ferreira de Aguiar tres missas Rezadas pelas tres festas de cada anno pagão suas filhas da primeira molher».

(135) À margem de mão posterior: «1780 Administrador Alexandre Francisco de Mello da Agualua».

filhas Barbora Ferreira de Mello mulher do Capitam João de Souza e Catarina de Mello que pesuem a terça

*(as.) O Vigairo Estaço Borrvalho (fl. 93v em branco) (fl. 94)*

Fis esta taboa dos annos em que se Pagam os legados desta Jgreja e daqui para tras todos tem pago excepto aqueles Cuias terças ficaram deuidozas e isto para noticia dos Priores hoie 6 de setembro de 1656

(as.) o Vigario francisco Lobão

Anno	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72
Bernardo Homem	Pag																			
Diogo Monteiro	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag				Pag	Pag	Pag								
Simão de Andrade	Pag																			
Balthazar machado	Pag																			
João Teixeira	Pag																			
Pero fernandes Polombeta	Pag																			
filhos de Antam afonso	Pag	Pag		Pag			Pag													
Beatiz de Freitas	Pag																			
Andre affonso	Pag																			
Joam pacheco	Pag	Pag	Pag	Pag																
Manuel goncalvez alcaide	Pag																			
Monica de souza	Pag																			
Manuel alues da caldeira	Pag																			
capitão manuel vieira	Pag																			
francisco ferras	0	0	0	0	0	0	0	Pag												
Maria de borba	Pag																			
francisco ferreira à Jgreja	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag															
francisco Lourenco Rabello	Pag	(1)	(2)	Pag																
Mordomo do senhor	Pag																			
francisco ferreira d'aguair (3)	Pag																			
Joam teixeira	Pag																			
Vasco piriz (4)	Pag																			
Francisco Vieira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Pag	Pag								
(5)																				
Sebastiam Gatto	0	0	0	0	0	0	Pag													

(3) Risc. «Pago» (2) Idem (3) Adicionado por mão coeva: «ou suas enteadas».

(ff. 94v)

(4) Adicionado por mão coeva: «duas missas cantadas cada ano e hũa capella»

(5) Risc. «Francisco Lourenço Rabello» tal como os Pagos nos annos de 61 a 64

Antonio Fernandez de Azere deu the este ano de 1673 5 missas Rezadas e uma cantada pagou ja the este ano de 1673 – e tem quitação the oito annos(1) (2)

(ff. 95)

(1) Ms. «anno».

(2) Resto do fôlio em branco

Anno	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Francisco Ferreira d'Aguiar	Pag																
Andre Gomes do Canto	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag				Pag							
Antonio Fernandez de Azere por Bartolomeu Goncallues Vieira	Pag																
João Ferreira morador nas 4 Ribeiras	Pag																
Simão de Aguiar	Pag			Pag	Pag	Pag	Pag	Pag			Pag	Pag	Pag		Pag	Pag	Pag
Maria Alues	Pag																
Maria Vieira	Pag																
A Confraria de N. Senhora do Rosario	Pag																
A Confraria das Almas	Pag																
Francisca Vieira	Pag																
A sobrinha de Antonia Goncallues	Pag					Pag	Pag	Pag	Pag								
Francisco Valadam	Pag																
Manuel Goncalves de [...?]	Pag																
Saluador Lucas	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag				Pag								
Manuel Alues da Caldeira	0	Pag															
A Confraria do senhor	Pag	(1)															
Bartholomeu Vaz do Rego	Pag	Pag	Pag	Pag							Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	
Francisco Fernandes por sua molher Maria Gomes	0	0	Pag														
(2)									Pag	Pag	Pag						
(3)	Pag	Pag															
Maria Vieira molher de Manoel Vas	Pag																
Jzabel Homem por João Baptista	0	0	Pag														
Gaspar Vieira por Beatriz fernandes	Pag																
Maria de borba e sua irmam	-	-	-	Pag				Pag									
A molher de Manuel dias pestana	0	0	Pag		Pag	Pag	Pag										
Francisco Lourenco Rabello	0	0	0	0	Pag												
Joana Gomes por sua tia Beatris de freitas	0	0	0	0	0	Pag											
Maria de Freitas por sua tia Beatris de freitas	0	0	0	0	0	Pag											
O Capitam João Homem	Pag																
(4)																	

morador nas fontinhas testador gonçalo gonsalves sendo misas Rezadas hũa  
offertada (5) (fl. 96)

(1) Risc. «pago» (2) (?) Risc. , tal como «pago» nos anos de 64 e 65 (3) Risc. «Mordomo das Almas».

(4) Risc. «Maria de borba» (5) fl. 95v em branco.

As tercas de Francisco Ferreira de Aguiar e de sua mulher Catarina de Mello estão inpostas em 40 alqueires de terra Lauradia que tem de tras do Pico dos Louros a qual foi de Niculao de Frejtas e noutro junto ao PrisCouto(136) que parte com os herdeiros de João Baptista pelo Norte e pello Sul con terca da terra de Pero Fernandez Polombeta que ouuerão por heranssa e Compra dos herdeiros de Matheus Vas a qual hũa e outra são quarentta e tantos alqueires tem esta terra de legado perpetuo nesta Jgreia sinco missas cada anno a saber duas Cantadas pela alma de Catarina de Mello pela festa do Natal (137) impostas nos 20 alqueires de terra que forão de Nicolao de Freitas (138) da qual são administradoras hoie suas filhas do primeiro marido Gaspar Fernandiz Beatris de Mello e Ellena de Mello e as tres rezadas nas tres festas de cada anno pela alma delle Francisco Ferreira de Aguiar impostas nos outros 20 alqueires de terra que estão junttos as terras de João Baptista (139) Dominges Consta isto dos testamentos delle e della feicto por Andre Gomes do cantto en o anno de 1664 nos (140) 10 dias do mes de Junho do dicto anno fis hoie 18 de 667

(as.) O Vigairo Borrvalho

A terça de Pero Fernandiz Polombetta hesta em hum moio de terra junto ao Priscoutto d'agoalva abaixo do

---

(136) *À margem de mão posterior: «a terça de Francisco Ferreira de Aguiar esta [...] em 20 alqueires de terra no [...] do cabo que comprou a João do Canto de Castro».*

(137) *Risc. «e».*

(138) *Idem.*

(139) *Risc. «Domingos».*

(140) *Risc. «16».*

caminho que vaj para as Coatro ribeiras comesando das [ . . . ?] que parte Com os paos brancos(141) terras que forão dos Pampalonas(142) deixou por testamenteiro seu filho Gaspar Fernandez e que (143) a dita terra en que tocasse a dita terça faria hum anno de seara ora outro de Relua de tremosso e o ditto testamenteiro a trara de renda pagando por cada hum alqueire de terra 2 de trigo o alqueire que for da renda de trigo a Caza da Santa Misericordia desta Villa Noua , a qual todos os annos que cobrar he obrigada mandar dizer huma missa rezada por sua alma offertada com hum pam e quarteiro de uinho e Candeia a Paixão de cristo

O testamenteiro tem obrigação ao anno que esta terra ficar de relua mandar dizer hũa Missa Rezada no dia de Nossa Senhora da Pasificação pela alma do instituidor offertada com pam quarteiro de vinho e Candeia - Conta do testamento feito em 23 de setembro de 1589

Mais [ . . . ?] no que ficar de relua hũa missa Rezada Na semana Santa offertada com dous panes e mea canada de vinho e Camdeia e missa no altar das chagas

(as.) O Vigairo Borrvalho (fl. 96v)

João Baptista Lobo faleceu em (146) de Agosto de 1666

---

(141) Corrig. sobre (?).

(142) Corrig. sobre «Pamplalonas».

(143) Risc. «terra(?)».

(144) Margem de mão posterior: «1780 - Pessuem esta 3ª Antonio Nunez e seu irmão uterino Francisco Nunez morador na Agoalua».

(145) Margem de mão coeva: «mais ficando de relua esta terça ha-de dar hun [ . . . ] a Confraria de Jesus desta Igreja digo [povoado] do sant jsimo outro a Nossa Senhora do Rosario».

(146) Espaço em branco.

fez testamento foi approuado pello tabaliam Antonio Pires do Cantto tomou sua terça o [...] dos foros que tem nesta Villa Noua

Nos sete alqueires de terra Lauradia foreiros a caza da santa misericordja desta Vila Noua de que pagam cada anno 25 alqueires de trigo esta terca esta a [...] de João Vas Antona deu-se nesta terra o melhoramento en des mil Reis – Mais os 14 alqueires de terra Lauradia çita em duas partes no mesmo lugar de Villa Noua a saber sete alqueires do Caminho para baixo que uaj de Villa Noua que partem do Norte com terras dos fenais del Rey [...] da Vila da praia e do sul com teras dos herdeiros de Bartolomeu da Rocha Ferras e os outros sete alqueires estão do Caminho (147) pera sima e da banda do sul Com terras de D. Jsabel Veua de Luis Homem da Costa e do nasçentte com terras de João d'ornellas da Camara e do ponente com terras da Misericordia desta Villa Noua [...] (148) outros herdeiros da qual terra hũa e outra se paga de preco cada anno a João It [...] de Carvalho meio mojo de trigo este melhoramento se llotou [...] en 24 U.

A terça de Antam Affonso (149) uaj de dous en dous Annos a cada hum dos coatro filhos estes annos de 668 e 669 ha-de pagar Catarina de Azeuedo os de 670 671 . a molher de Alvaro Cardozo(150) logo Francisco Fernandiz , logo Pero Goncalves da Costa logo Catarina de Azeuedo que he a derradeira que [...]

ha-de comesar a mandar dizer este Natal que uen de 668 Catarina de Azeuedo e ha-de pagar the a festa do spirito do anno de 670

(147) Ms. risc. «e da banda do sul».

(148) Risc. «lhes».

(149) Risc. «como?».

(150) Entrel. «Alvaro Cardozo», depois de risc. «Bartolomeu Vras».

Manuel dias Pestana deixou a sua molher Maria de Bracellos en sua uida que lhe mandase dizer cada ano no octauario dos defuntos coatro misas Rezadas para o que lhe deixara duas pipas de uinho que lhe pagão de betolo (?) e por morte da dicta Maria de Braçellos não tem mais misas e se ella gastar o dinheiro das pipas tambem não tem misas. (fl. 97) (151)

Breatrix de Frejtas faleceu Nesta freguezia en 24 de outubro de 1668 fez testamento que aprouou (152) Francisco Lourenco de Aguiar escriuão deste Lemite deixou de legado en cada hum anno por sua alma hũa missa Rezada (153) pella festa do Natal ou hũa de suas octauas a qual ha-de mandar dizer seu testamenteiro Bras Lourenco Rebello esta imposto en 4 alqueires e meio de terra que comprou a Francisco (154) Rabello feita mistilo (?) no serrado de tras das cazas -----

Deixou mais a sua sobrinha Joana Gomes dous alqueires de terra que estão abaixo do Caminho e ladeira do Cruzeiro com obrigação de lhe mandar dizer por sua alma cada anno Nesta Jgreia hũa Misa Rezada nas octauas do spiritto Sancto a qual podera deixar a dicta terca a quem lhe parecer mas com a dicta obrigação da missa Rezada e se a uender sera com a dita obrigação

Deixou mais a sua sobrinha Maria de Frejtas o mulatinho por nome Damião com obrigação de lhe mandar dizer cada anno enquanto uiuer o dicto mulatinho damiam hũa missa rezada na quoresma per sua alma E sendo cazo que o uenda sera com obrigação da dicta missa

---

(151) À marg. de letra posterior: «Derranou-se o vinho».

(152) Risc. «Ms».

(153) Risc. «em».

(154) Risc. «Lourenco».

Antonio Fernandiz de Azere morador na Agoalua he administrador da terça de Bartolomeu goncalues pella qual he obrigado mandar dizer cada anno pella festa do Natal duas missas hũa Cantada outra rezada impostas encerta terra que lhe coube en terça

fis (as.) o Vigairo Borrvalho

Rodrigo Aluares Cardozo e sua molher Francisca Aluares fizerão ambos Juntamente seu testamento deixarão a caza em que uiuerão a Margadia Cardoza filha do dito Rodrigo Aluares com obrigação de duas misas rezadas pellas almas delles testadores a dita Margaida Cardoza e seu marido Sebastiam Goncaluez dotarão a dita caza a Confraria de Nossa Senhora do Rozario desta Jgreia com a dita obrigação de duas misas E esta Ja de posse da dicta caza os mordomos tem obrigação mandarem dizer as duas missas

Deixarão mais os palames com hum alqueire de terra Lauradia ou o que se achar a suas sobrinhas filhas de Bartolomeu Goncaluis com obrigação de duas missas rezadas cada anno por suas Almas hũa a Nosa senhora , outra a Jesus , quem pesuhir os ditos palames não os podera uender hoie pesuhe (fl. 97v) (155) estes palames Miguel Rodrigues Pauam cazado com hũa destas sobrinhas por nome Maria de Borba hella ha-de mandar dizer este legado fis en 28 dezembro de 1669 .

(156)

(as.) O Vigairo Borrvalho

Breites Fernandiz deixou sua terssa que emporta em des mil reis anexa a de sua auo com obrigação de hũa missa

(155) Ms. «Pesuhe» repetido no fôlio anterior e não risc.

(156) À marg. de letra posterior: «1781 Pessuem hoje Manuel Falciro e sua cunhada Rosa Maria Mil Homens».

rezada pello octauario do spirito sancto a sua filha esperanza cardoza em 1 de outubro de 1632

(as.) O Vogairo Tristão

Francisco Viejra fes testamento com sua molher Maria Alues tomarão sua terssa em tres alquejres de uinha e nos mais haj que se acharem com pensão de duas missas rezadas huã pella festa da Pascoa e outra pella do Natal por morte de ambos a seu filho Francisco a qual uinha he citta ao posto da Crux e pera que conste fis este que asino em 26 de dezembro de 1686

(as.) O Vigario Tristão (fl. 98)

Andre gomes mandou dizer somente 9 misas Rezadas pela alma de Marçal Alues são dos anos de 664 665 e 666 (*resto do folio e 98v em branco*) (fl. 99)

Em os 10 Dias Do mes de Janeiro do presente ano de 1593 nesta Jgreia do spiritu sancto D'agualua estando presentes os padres Domingos fernandiz beneficiado mais velho, E o padre Gaspar vieira yconimo na dita Jgreia Requereo a mim vigario e dito padre Domingos fernandiz fizesse Prioste para seruir antre nos o dito Cargo porquanto elle auia seruido dous annos a reo, E ser mal desposto E não poder seruir ho que uisto por mjm vigario o oiue por desemcarregado do dito cargo, E o emcareguej Com o parecer do dito padre Domingos fernandiz ao padre Gaspar vieira yconimo ao qual emcarregei sob cargo do juramento de suas ordens ho que elle aceitou E por memoria asinamos todos o dito dia(157) mes e anno

(as.) dominguos fernandez (as.) pero venegas

(as.) gaspar vieira (fl. 99v)

Em os vinte e oito dias do mes de outubro do presente anno de 1603 nos ajuntamos Eu vigairo pero venegas, E o beneficiado confirmado, E o padre Jgnaçio Machado hora yconimo, E o padre Cura Antonio francisco todos membros nesta Jgreia Do spiritu sancto pera antre nos fazermos Prioste, a uoto E aplasimento de todos pera auer de cobrar e recadar todos os beneçes proes e percalços que vierem a esta Jgreia E os repartir himãmente antre todos E asi se partir E distribuir todas as missas asi cantadas, como resadas antre todos por seu turno, E arecadar as esmolas dellas dando E pagando a esmola dellas aos ditos padres e menistros por hum anno que Comesara deste primeiro dia de Nouembro que hora uem diante e acabara o dito cargo e offiçio de prioste por o fim do mes de Outubro que embora vira de 1604 annos. E tomados por mjm vigairo os votos E parecer dos ditos padres pera fazer o dito Prioste o que lhe emCarreguej fizessem pello Juramenno de suas ordens o que elles aceitaram, E votando eu vigairo primeiro dei uoto em o padre Sebastião Afonso Vieira beneficiado perpetuo, E asi deu no dito padre seu voto o padre Jgnaçio Machado yconimo, E o padre cura Antonio francisco deu o seu uoto no dito Sebastião afonso Vieira pera auer de seruir este dito anno de prioste E que aya de cumprir as ditas (fl. 100) obrigações o que lhe emcarreguei pelo Juramento de suas ordens O que elle aCceitou e prometeo bem fazer, E por memoria da uerdade fis eu vigairo este termo de mjnha letra Por consentimento E aplazo de todos, que asinamos de nosos sinais hoye dia mes e anno sobredito.

(as.) Pero venegas

(as.) Sebastião Affonso Vieja

(as.) Jgnacio machado

(as.) Antonio francisco

Em hos uymte dyas do mes de yulho do ano de seyssetos e uymte e coatro Eu uygairo antonio piriz Rebelo e yoam d'ornelas da camara e sebastyam gaçes do canto benefycyados confirmados nesta ygreiga do espyto samto conforme a uizitazam feita pelo senhor byspo dom pedro da costa peramtre nos fazermos (158) pryoste a uotos e aplazymto de todos pera auer de cobrar e arecadar todos hos beneses proes e percalsos que uyerem a esta dyta ygreya e Repar-tyr yrmãmente antre todos e asy mais Repartyr e destrebuyr todas as mysas (*fl. 100v*) que a dyta igreyga uyerem asy cantadas como Rezadas por seu turno e areçadar as esmolas (159) delas e dar quytasoyos aos amynystradores das capelas da dyta ygreya dando e pagando as esmolas aos dytos menyistros das dytas mysas que dyçerem per hum ano que comesara da feytura deste em dyemte e acy acabara per houtro tal tempo ho dyto cargo de pryoste (160) e tomado por mym uygairo hos uotos dos dytos padres ho dyto pryoste ho que lhe emcaregey fyzese pelo guramento dos santos euamgelhos ho que eles aseytaram e votaram emho padre sebastyam Gaçes do canto benefycyado confirmado na dyta igreyga pera aVer de ser pryoste este ano asima dyto E pera que ayga de comprir com as obrigasoyos asyma declaradas ho que lhe emcaregey pelo guramento de suas ordens ho que ele aseitou e pormeteu bem fazer e por memorya de Verdade eu antonio piriz escryuam da fabrica ho dyto ano ho fys e acyney com ho dyto padre uygairo antonio piriz Rebelo E (161)

---

(158) Ms. repetido.

(159) Ms. repetido «e arecadar as esmolas».

(160) Risc. «ho?».

(161) Ms. repetido.

com hos dytos beneficyados asyma declarados era e mes  
asyma dyto

(as.) João de ornellas de Camara

(as.) Sebastião Jaques do cantto (162) (fl. 101v)

testamento de Madalena de [ . . . ] foi testamenteiro seu  
sobrinho Antonjo Vaz Forrado approuado pelo tabaliam An-  
tonio Coelho aberto em 3 de setembro do ido perpetuo 5 mis-  
sas rezadas impostas na terra que tem na parte de Santa  
Catarina no termo da villa de S. Sebastiam ou onde seu  
[ . . . ] cada anno hũa por seu paj outra por sua maj e as 3 por  
sua alma enquanto não morer sua yrmam D. Joanna (163)  
por morte da dita hũa das tres missas por alma da dita sua ir-  
mam D. Joanna. (164) (fl. 102)

---

(162) Fólio 101 em branco.

(163) Risc. «falecendo».

(164) Resto do fólio em branco.

	Annos	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685
Andre de [ . . . ?]	Pag	Pag												
Antonio Machado	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag					
João Teixeira	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag					
Francisco Fernando Polombeta	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag					
Os filhos de Antam Affonso	Pag	Pag	Pag	Pag										
O Capitam Bras Lourenco	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag							
Os filhos de Andre Affonso	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag					
Sebastiam Gato	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag					
Manoel Monteiro	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag					
O Sindico da Conceição	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag							
Francisco Ferras da Serra	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag							
Marta de Sto. Antonio														
Francisco Lourenço Rabello	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag							
O Reuerendo padre Cura Manuel Martinz	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag					
Francisco Vas por sua irmam Maria de Borba	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag					
Mônica de Aguiar por sua senhora Barbora Goncalves 1 missa rezada	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag	Pag						

(1) (fl. 102v)

(1) Resto do Fólio com as quadrículas em branco.

Cobramsa dos Legatorios desta Jgreia do spirito Santo

Antonio da Rocha Ferras Deam tem obrigação mandar dizer nesta Jgreya sinquo capellas de missas Rezadas cada anno , pella alma de Guimar da Costa e seus defuntos (165)

O dito tem mais obrigação mandar dizer hũa capella de missas rezadas cada anno pella alma de Antonio Lopes (167)

O ditto tem mais obrigação dar uinte e sinquo alqueires de trigo para se dizerem em missas , pello ualor do cural (?) pella alma de Gil Afonso (168)

Aluaro Rabello tem obrigação mandar dizer nesta Jgreija duas misas Rezadas cada anno pella alma de Sebastião Cardozo

Antonio Fernandjz Azere tem obrigação mandar dizer nesta Jgreija duas missas hũa cantada outra rezada pella alma de Bertholameu goncaluiz Vieira todos os annos (fl. 103)

Bras Lourenso Rabello tem obrigação mandar dizer hũa Missa rezada nesta Jgreija pella alma de Joanna Gomes

O ditto tem mais de pencão mandar dizer hũa missa rezada pella alma de Beatrix de Frejtas

O ditto tem mais de obrigação mandar dizer outra missa pella alma de Beatrix de Frejtas emquanto uiuer o mullato Demião

---

(165) *À marg. de letra posterior: «Devem ser ditas em N. Senhora da Ajuda aonde foi enterrada como se colhe de seu testamento pois tendo responço no fim sobre sua sepultura não ha-de o sacerdote dizer missa em hua Jgreia e no fim hir rezar o responço a outra alem E ser de direito que os legados não tem verba se cumprão e onde os testadores estão sepultados».*

(166) *Acrescentado posteriormente: «com responço no fim sobre sua sepultura».*

(167) *Acrescentado posteriormente: «de presente tem esta obrigação a filha de João Carualhal».*

(168) *De mão posterior: «1780 Pertence hoje este legado a Manuel Homem da Costa capitam Mayor em Angra».*

Bartholomeo Vaz do Rego tem obrigacam mandar dizer duas missas rezadas pela alma

Catherina Valadam tem obrigação mandar dizer duas Missas rezadas pella alma de seu Jrmao Manoel Martjns Valadam a estas duas missas esta obrigado o Padre Beneficiado Melo Martjnz a hũa e João Lopes Valladam a outra

Estaço da siluejra Borges tem obrigação mandar dizer nesta (169)  
Jgreija duas missas rezadas pellas almas de Rodrigo Alues e sua molher Francisca Alues

Esperança Cardoza tem obrigação mandar dizer hũa missa rezada pella alma de Beatrix Fernandez Tem a ditto de pencão mais mandar dizer outra missa rezada pella alma de Beatrix Fernandez molher de Gaspar Vieira (fl. 103v)

Francisco Lourenco Rabello tem obrigação mandar dizer quatro missas rezadas pella alma de Phelipa Vaz

Francisco Ferras da Serra tem obrigação mandar dizer duas missas rezadas e ofertadas pella alma de Aluaro Vas (170)

Filhos de Antam Afonso tem obrigação mandarem dizer tres missas rezadas offertadas pella alma do ditto seu paj

Francisco Fernandez Mello tem obrigação mandar dizer tres missas cantadas offertadas pella alma de Domingas de Almejda

O ditto tem mais de pencão mandar dizer hũa missa rezada pella alma de Pedro Fernandes Polombeta offertada com duas offertas hum anno e outro Com hũa que paga o Prouedor da Misericordia desta villa

Filhos de Andre Gomes tem obrigação mandarem di-

---

(169) Marg. de mão posterior: «Esta obrigação tem hoje a Confraria de Nossa Senhora do Rozario».

(170) Acrescentado posteriormente: «O testamento era a fl. 25 deste livro».

zer nesta igreja tres missas rezadas pella alma de Maria Alves do Canto

Os ditos tem de obrigação mandarem dizer duas Missas rezadas pella alma de Antonio Vas , hũa a Nossa Senhora outra a S. Bertholameu

Os dittos tem mais de penção mandarem dizer hũa missa rezada pella alma de marsal Alues (171)

Os dittos tem mais de penção mandarem dizer duas missas rezadas pella alma de Maria Cardoza

Os dittos tem mais de penção mandarem dizer duas missas rezadas pella alma de Diogo Alues do Canto (fl. 104)

Filhos de Andre Afonso tem obrigação mandarem dizer tres missas rezadas e offertadas pellas tres festas do anno

Francisco vieira tem obrigação mandar dizer duas missas rezadas pella alma de sua primejra molher Francisca Nunes

Filhos de Maria Gomes tem obrigação mandarem dizer tres Missas rezadas offertadas pellas tres festas do anno pella alma da dita sua maj (172)

Filhas de francisco Valladam tem de obrigação mandarem dizer tres missas cantadas offertadas pellas tres festas do anno pella alma de sua maj Barbora Lucas

Filhos de Francisco valladam tem de obrigação mandarem dizer tres missas cantadas offertadas pellas tres festas do anno pella alma do ditto seu paj (173)

---

(171) Acrescentado posteriormente: «são 3 missas pelo preto Marcello e veja o testamento que fica a fl. 16 deste livro».

(172) À marg. «1780 Antonio Ferreira Jacome e suas cunhadas».

(173) À marg. de mão posterior: «estas são da 3ª e vendeu Manuel Nunez a metade a José Luis de S. Braz e a outra metade pesue João e Maria Antonia sua irmã do mesmo lugar».

Filhas de Francisco Valladam tem mais de obrigação mandarem dizer duas missas rezadas pello outauario dos defuntos pella alma de seu Jrmão Manuel Martinz Valadam

Francisco Vas Euangelho tem obrigação mandar dizer treze missas rezadas pella alma de sua Jrmam Maria de Borba (*fl. 104v*) (174)

João Homem tem obrigação mandar dizer sinquo misas rezadas; hũa dellas offertada pella alma de Gonsallo gonçaluez (175)

Jzabel Homem tem obrigação mandar dizer quatro missas rezadas pella alma de seu marido João Bautista (176)

Joseph Ferrejra tem obrigação mandar dizer duas missas rezadas hũa pella alma de Beatrix Goncaluez e outra por Maria de Aguiar

O Padre Beneficiado Manuel Martinz tem obrigação mandar dizer hũa missa pella alma de Beatrix de Freitas

Manoel Montejro tem obrigação mandar dizer duas missas rezadas hũa dellas offertada Com pam vinho e can-deja hũa pella alma de Antonio Goncaluez outra pella alma de Jsabel goncaluez

Manoel da Silua morador na cidade de Angra tem obrigação mandar dizer duas missas pella alma de Manoel Vas (177)

---

(174) *Marg. de mão posterior: «1780 Administrador O Capitam Antonio [...] Leal genro de Andre Luiz P [...] sargento mor Antonio Leal».*

(175) *Marg. de mão posterior: «1780 Pertense esta obrigacam a Eua Freira de deus da Praya anteadada do Capitam Diniz das Fontinhas».*

(176) *Marg. de mão posterior: «1780 [...] de Barcellos da rua Longa dos Bis-coutos».*

(177) *De mão posterior: «Alfayate».*

Margarida Cardoza tem obrigação mandar dizer tres missas rezadas cada anno pella alma de seu primejro marido sebastião goncaluez

Esta obrigação tem hoje a Comfradia das Almas (*fl.* 105)

Miguel Homem tem obrigação mandar dizer duas missas rezadas pella alma de Maria Vieira

Tem ao ditto mais obrigação mandar dizer duas missas rezadas pella alma de Guimar do spirito santo

Marta de S. Antonio relligioza no Conuento de Jesus da villa da Praja tem obrigação mandar dizer outo misas pella alma de João Vas Euangelho seu irmão (178)

Maria Alues tem obrigação mandar dizer duas missas hũa cantada e outra rezada pella alma de sua Jrmam Jzabel Vas (179)

Melchior Ferrejra tem obrigação mandar dizer tres missas rezadas pella alma de sua primejra molher Margarida goncaluez

Maria Cardoza moradora(180) na Caldejra tem obrigação mandar dizer hũa missa rezada hum anno e outro anno duas pella alma de Antonio Fernandez Ribejro (181)

Manoel de fontes tem obrigação mandar dizer duas missas pella alma de Gaspar Vieira

---

(178) *Marg. de mão posterior: «1781 Pertence esta a Misericordia desta villa noua».*

(179) *Marg. de mão posterior: «Pertence esta obrigacam aos erdeiros de Maria Perpetua ueuua de domingos Goncaluez Cordeiro».*

(180) *Ms. omite.*

(181) *Marg. de mão posterior: «Tem esta obrigação joseph Nunez filho de Marhia da Costa que possui a terra d'obrigacam sita na Rua do Cabo abaixo da Casa de Guimar freira a Confraria do Rosario».*

Monica de Aguiar tem obrigação mandar dizer hũa (182)  
Misa rezada pella alma de Leonor Gomes (fl. 105v)

Pedro Ferrejra tem obrigação mandar dizer tres  
misas rezadas pella alma de sua maj Beatrix Alues enquanto  
uiuer o mullato manoel que comprou Bernardo Homem da  
Costa

Sindico da Conceição tem obrigação mandar dizer (183)  
hũa missa Cantada offertada pella alma de Maria Vas Vieira

Sebastião Goncaluez Ferrejra tem obrigação mandar  
dizer duas missas Cantadas pella alma de sua maj Catherina  
de Mello pellas outauas do Natal

O ditto tem mais obrigação mandar dizer tres missas (184)  
rezadas pella alma de seu paj Francisco Ferreira de Aguiar

Simão de Aguiar tem obrigação mandar dizer hũa  
missa rezada pella alma de Maria de Aguiar

Saluador Lucas tem obrigação mandar dizer hũa  
missa rezada pella alma de senhoria Goncaluez (185) (fl.  
106, 106v, 107 em branco) (fl. 107v)

---

(182) *À margem de letra posterior: «Esta obrigacam esta na Misericordia desta Villa Noua [...] imposta no foro do outeiro que foi dos Erdeiros de Domingos gonçalves Cordeiro e a possue hoje João da Rocha [...] da Cjdade de Angra».*

(183) *À margem de letra posterior: «As terras da Conceicam da Cidade de Angra».*

(184) *À margem: «1780, Pertense a [...] Francisco de Mello da Agoallua».*

(185) *de letra posterior: «o theor do testamento fica Lançado neste livro a fl. 44».*

Anos	82	83	84	85	86
Reuerendo Deam	Pago				
Melchior Ferreira	Pago	Pago	Pago	Pago	
Padre Beneficiado Manoel Martinz	Pago	Pago	Pago	Pago	
Os filhos de Andre Afonso	Pago	Pago	Pago	Pago	
As filhas de Barbora Lucas	Pago	Pago	Pago	Pago	
Os filhos de Francisco Valladam	Pago	Pago	Pago	Pago	
Francisco Vieira	Pago				
O Capitam João Homem	Pago	Pago	Pago	Pago	
Joseph Ferreira	Pago	Pago	Pago	Pago	
Simão de Aguiar	Pago	Pago	Pago	Pago	
Manoel de Fontes	Pago	Pago	Pago	Pago	
Jzabel Homem	Pago	Pago	Pago	Pago	
Salvador Lucas	Pago	Pago	Pago	Pago	
Afonso Fernandjz de Azere	Pago	Pago	Pago	Pago	
Francisco Fernandjz de Mello	Pago	Pago	Pago	Pago	
As irmãs de Manoel Martinz Valladam	Pago	Pago	Pago	Pago	
Esperansa Cardoza	Pago	Pago	Pago	Pago	
Capitão Bras Lourenço Rabello	Pago	Pago	Pago	Pago	
Manoel Gomes	Pago	Pago	Pago	Pago	
Pedro Ferrejra	Pago	Pago	Pago	Pago	
Aluaro Rabello	Pago	Pago	Pago	Pago	

(186)

(fl. 108v)

(186) Fl. 108, continuação das quadrículas até ao ano de 1709, não preenchidas.

Anos	82	83	84	85	86
Bartholomeu Vas do Rego	Pago	Pago	Pago	Pago	
Francisco Lourenço Rabello	Pago	Pago	Pago	Pago	
Manoel Monteijo	Pago	Pago	Pago	Pago	
Monica de Aguiar	Pago	Pago	Pago	Pago	
Francisco ferras da serra	Pago	Pago	Pago	Pago	
Miguel Homem	Pago	Pago	Pago	Pago	
Manuel da Silva	Pago	Pago	Pago	Pago	
Antonio Machado	Pago	Pago	Pago	Pago	
Simam Dias	Pago	Pago	Pago	Pago	
Beatris Cardosa	Pago	Pago	Pago	Pago	

(187)

(fl. 114)

---

(187) Fl. 109, continuação das quadrículas não preenchidas até ao ano 709.  
Em branco os fólhos: 109v a 111v. Não existem os fólhos 112 a 113v, sal-  
tando assim a numeração moderna para o fl. 114.

Francisco fernandjz ja mandou dizer hũa missa pela festa do Natal por sua molher e outra por seu paj deue inda 2 do ano passado que dis dísera o padre Mateus Cardozo. ---

Deve duas de Paschoa e duas do spirito Santo -- deste ano de 666

A terça de Antam Affonso uaj a cada filho duas nouidades comesando primeiro por seu filho Francisco Fernandjz que he mais uelho ---

Esta nouidade de 667 Cerue a Catarina de Azeuedo ha-de satisfazer o legado the a festa do Natal que uem deste dito anno ---

As nouidades dos annos de 671 . 672 uaj a Alvaro Cardozo --

As nouidades de 673 . 674 uaj a Francisco Fernandjz (187)

As nouidades de 675 . 676 uaj a Pero goncaluez

As nouidades dos annos de 677 . 678 uaj a Catarina de Azeuedo

As nouidades dos annos de 679 . 680 uaj a Alvaro Cardozo (188) (fl. 115)

---

(187) Marg. de letra posterior: «Os filhos são os mais uelhos Francisco Fernandez, Pero Goncaluez, Antonio Lourenço. A [...] de Alvaro Cardozo»

(188) (Fl. 114v em branco).

Do euangelho

parte da

Pauta das sepulturas proprias da fabrica  
que estão na naue do meo desta Jgreja  
do spiritu sancto

Epistola

1 Miguel fernandez	2 Diogo Afonso	3 Gaspar Pereira e herdeiros	4	5 Pero uas e herdeiros	6 João fernandez o rico
7	8	9	10 (1)	11 guaspar fernandez o beiso e herdeiros (2)	12
13	14 Jsabel fernandes e herdeiros (3)	15 Domingos Loureço	16 Manuel fernandez e herdeiros	17 Isabel dias molher de Bartholomeu uas	18 Pero fernandez e herdeiros
19	20 Andre afonso e herdeiros	21 Antonio goncalues gardanapo herdeiros	22 Diogo afonso careano	23 Antonio Rodrigues fazendas	24
25	26 Francisco alues ourique e herdeiros	27 Sebastião afonso vieira	28 Custodio Ribeiro	29 Manoel Goncalues	30 Bras afonso
31	32 Aluaro uas e herdeiros reimam	33	34 Antonio fernandez Ribeiro	35 Francisco vieira molher e herdeiros	36 (4) margarida pirez
37 Goncalo afonso e herdeiros	38	39	40 Francisco Goncalues	41 (5)	42 Pero goncalues e herdeiros
43	44	45	46	47	48 martim fernandez e herdeiros
49 (6)	50	51 Manoel gaspar	52	53	54
55	56 (7)	57	58	59 Diogo fernandez e herdeiros	60

Tem esta naue do meo de largor seis sepulturas E ao comprido do feixo da capella  
ate a porta principal des que são em toda a naue sesenta sepulturas . . . 60 . . .

(8) (fl. 116)

(1) Risc. «Antonio ferreira e sua molher e herdeiros» (2) Risc. (?).

(3) Corrig. sobre(?) (4) Risc. «iorge de freitas e herdeiros».

(5) Risc. «Francisco goncalues e herdeiros» (6) Risc. «francisco de melchior e herdeiros».

(7) Risc. «balthesar goncalues meniname (?)».

(8) Fl. 115v em branco.

Parte do Euan- Pauta das sepulturas proprias da Da Epistola  
gelho fabrica que estão na naue da  
parte do Euangelio nesta Jgreja

João fernandez criador e herdeiros	Pero diaz e herdeiros		
Pedro afonso e herdeiros	Alex(?) gil	55 Antonio ferreira e herdeiros (1)	56 Francisco da villa machado e herdeiros
57 Simão afonso e herdeiros	Joam piriz e herdeiros	59 Rodrigo afonso	60 ynes vieira uuuu e herdeiros
61 Goncalo fernandez	62 Martim uas (2)	Francisco afonso d'almeida	64 Vasco goncaluez
65	66	67	68
69 João afonso careano	70	71	
Vasco piriz	Vasco de borba	Antonio goncalues	Diogo diaz d'igualua
	sepultura de afonso alues e herdeiros que tem a cabessa na naue defronte da porta travessa aonde assenta o capitel	Antonio bras	melchior luis e herdeiros
	Amaro fernandez e herdeiros	(3)	

Tem esta naue ao largo quatro sepulturas. E ao comprido noue des do degrao do altar de Jesus ate o fim da igreja que por todas são nesta naue trina e seis -- 36 --

(4) (fl. 117)

(1) Corríg. posteriormente sobre «João uas e herdeiros».

(2) Risc. «Pedr'eanes».

(3) Risc. «Antonio bras».

(4) Fl. 116v em branco.

Parte do euan- Sepulturas proprias da fabrica Da Epistola  
gelho desta Jgreja da naue da parte da Epistola

	Gonçalo uas e herdeiros	Francisco goncalves e herdeiros	Rui lopes e herdeiros
	Dieg'aluarez e herdeiros		
			joão menes d'almeida e herdeiros
Jorge de freitas	Antonio Nunes		Goncalo diaz e herdeiros
	Andre piriz		Manoel Fernandez Vieira e herdeiros
Os santarens		Antônio Rodrigues e herdeiros	
	Goncalo afonso torvão		
Sebastian martins e herdeiros	Goncalo anes e herdeiros	Scada do choro	Scada do choro

Tem esta naue desde o degrao do altar de Sancto Antonio ate o fim da Jgreia outras trinta digo trinta e quatro porque as duas que fallão para trinta e seis, esta a escada do choro sobre ellas -- 34 --

(1) (fl. 119)

(1) Em branco fls. 117v a 118v

As missas Cantadas anuaes desta Jgreia são uintte Cada ano se se mandarem dizer todas	20
As missas offertadas entre Canttadas e rezadas anuaes são uinta duas se se mandarem dizer todas	22
Hum offiço pellas almas a sinco de novembro paga o mordomo da Confraria das Almas des Cruzados	
Mais tres nocturnos no fim de setembro da Confraria de Nossa senhora do Rozario (189) (fl. 119v)	
(190)	

Estas são as pessos e cousas que se fizerão nesta Jgreia de sancto spiritu depois que eu sou Vigairo as quais fez o pouo de suas fazendas e el Rei noso senhor mandou fazer a Capella d'abobada e o Bispo Dom Gaspar de faria que Deos aia me mandou dar jtem Hum frontal de Damasco branco.

o seguinte foj o pouo

jtem Hum frontal de Damasco branco estrangeiro pera nossa senhora	
jtem Hum frontal de Damasco cremesim estrangeiro pera Jesus	
jtem Hum frontal de Tafeta de Cores pera sancto Antonio	
jtem O Cirio paschoal engesado de branco e dourado	
jtem As vestimentas Vermelhas do sancto Sacramento	
jtem O Conçerto he sobre sanefas de brocado do palio (191)	
jtem A Vestimenta de Velludo cremesin do sancto sacramento	(192)

(189) Resto do fôlio em branco.

(190) No topo do fôlio de mão posterior: «Este vigario Bartholomeu Manuel vivia em 1577»

(191) Acrescentado posteriormente: «Ainda existem mas rotas».

(192) Acrescentado posteriormente: «Ainda existe em bom uzo».

item Hũa Capa de Damasco branco estrangeiro do sacramento

item Hum frontal de Damasco amarelo estrangeiro do sacramento

item Hũa vestimenta de Damasco branco do spiritu sancto

item Hũas cortinas ríquas de rede do spiritu sancto

item A sancrestia tirando tres mil reis que depois deu sua senhoria

item O conçerto e forro todo de nouo da Jgreia da naue do mejo

item A sanCrestia de nossa senhora Da goadelupe , Campanario e sino

item A Capella de são pedro e o erguimento das paredes de nouo

item O Lageamento da Capella de nossa senhora das candeas (193)

item O Lageamento de toda a Jgreia da misericordja com sua tumba , bandeira vestimentas mesa e acentos e pano della com todo o mais neceCario e fino

(as.) Bartholomeu manuel (fl. 120)

item Hum pano de missa do sancto sacramento

item A crus de prata que de nouo mandou fazer o pouo

item Hũas Cortinas de rede ríquas de nossa senhora de guadalupe

item Hum calix nouo pera a Cassa da Misericordja

item Hũa vestimenta de cata sol amarella e vermelha pera a mesma Cassa

item Hũas Cortinas de Cortados e rede muito ríquas da Misericordja

---

(193) Acrescentado posteriormente: «Hoje se chama do Rosario».

item Hūas grades nouas na Capella da Misericordja (194) (fl. 120v)

(195)

1563

Dez. , 12

En nome de deus Amem Saybam quamtos este estromento de obrygacam vyrem que no anno do nacymento de noso senhor Jesu christo da hera de mjll e quinhentos e sesemta he tres anos aos doze djas do mes de dezembro da sobredicta hera em ha JgreJa de samto espirito d'agoalua estamdo ho pouo todo junto na Jgreia dyseram que eles se obrygauam emquanto ho mundo durar a sostemtar(196) ha capella de nosa Senhora das camdeas e obrygaram pera Jso seus bens moues e de Rayz quando a dicta remda da capella não habastar pera tudo aquello que lhe for necessaryo porque sabyam que sua Senhorya Manda vallymento pera se dyzer mysa com a dita obrygacam (fl. 121) A quall fyzerem e foram comtemtes todos huns por outros e os abayxo asynados asynaram por sym he por todos e eu Antonio vaaz esprivam da dita Jgreja por mandado do senhor vysytador que esta obrygacam fiz dja mes anno acy- ma dito

(as.) b [ . . . ] vieira

(as.) Sjmão vaaz

(as.) domingos Lourenço

(as.) Goncalo anes

(as.) Joham afonso

(as.) amtonio vaz

(as.) pero benegas

(as.) [ . . . ]

(as.) manuell goncalues

(as.) bartulomeo p [ . . . ]

(as.) marqos de borba

(as.) aluaro piriz figera (fl. 121v em branco)

(194) Resto do fôlio em branco.

(195) No topo do fôlio de letra posterior: «Obrigaçam que fez o pouo para mentar a capela de Nossa Senhora das candeyas que hoje se chama do Rozario na Jgreia do Espirito Sancto da Villa Nova da Serreta da Agoalva».

(196) Ms. «sotemtar».

## BREVE NOTA EXPLICATIVA DE NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

Para a leitura deste tomo, segui genericamente as normas de Edição seguidas pelo Prof. Dr. E. Borges Nunes nas «Ordenações del Rei D. Duarte», Fundação Calouste Gulbenkian, Lx 1988.

No entanto, para clarificar melhor o leitor, transcrevo aqui os sinais e abreviaturas mais usados nesta edição.

Se a chamada se encosta à palavra anterior, ela diz respeito a essa mesma palavra. Se pelo contrário, surge entre 2 palavras, refere-se ao que supostamente se encontra entre essas 2 palavras.

- Corrig = Corrigido
- Entrel = Entrelinhado
- Marg = Na Margem
- Ms = No Manuscrito
- Risc = Riscado
- [ . . . ] = palavra não restituída por dúvida de leitura ou por defeito no suporte



**ÍNDICE DAS MATÉRIAS**

- [Treslado das verbas do testamento de Antonia Quaresma]. . . . .	464
- Treslado das verbas do testamento de Heitor Alvares Homem morador que foi em Aigualva - 1527 . . . . .	466
- Treslado das verbas do testamento de João Nunes Homem - 1532 . . . . .	470
- Treslado das verbas do testamento de Grimanesa Homem, neta de Heitor Alvares Homem - 1533 . . . . .	474
- Treslado das verbas do testamento de Marçal Alvares Homem, preto que foi de Heitor Alvares Homem - 1561. . . . .	479
- Treslado das verbas do testamento de Jorge Anes e de sua mulher Maria Fernandes - 1535 . . . . .	481
- Treslado das verbas do testamento de Justa Gonçalves, mulher que foi de João Fernandes, o rico - 1542 . . . . .	484
- Treslado das verbas do testamento de Pedro Gonçalves, vigário velho - 1547. . . . .	488
- Treslado das verbas do testamento de Alvaro Vaz - 1552 . . . . .	494
- Treslado das verbas do testamento de Jorge Anes. Sua mulher Violante Martins sua testamenteira - 1553 . . . . .	497
- Treslado das verbas do testamento de Isabel Gonçalves, mulher que foi de Vasco de Borba - 1537 . . . . .	500
- Treslado da declaração que fez Pedro Gonçalves, vigário velho, sobre seu testamento, no ano de 1559 o qual testamento fica atrás - 1549. . . . .	504
- Obrigação que fez Gomes Pamplona a sustentar e guarnecer e dar todo o necessário ao altar que mandou fazer em Nossa Senhora da Ajuda - 1562 . . . . .	507
- Treslado das verbas do testamento de Vasco Pires, já defunto de que é seu filho Simão Vaz, seu testamenteiro - 1562 . . . . .	507
- Treslado das verbas do testamento de Senhorinha Gonçalves, já defunta, mulher que foi de Fernando Enes. Sua testamenteira sua filha Marquesa Fernandes - 1537 . . . . .	513
- Treslado das verbas do testamento de João Rodrigues, já defunto e sua mulher Biatriz Vaz, já defunta, de que é testamenteiro Pero Mendes, seu genro - 1560. . . . .	518
- Treslado das verbas do testamento de Guiomar da Costa, já defunta de que é seu testamenteiro Gomes Pamplona, seu marido - 1565 . . . . .	521
- Treslado da carta patente dos acrescentamentos dos vigários desta ilha e das mais - 1568 . . . . .	526

- Trelado da carta que hão de haver as igrejas do bispado de Angra para a fábrica delas cada ano - 1568 . . . . .	539
- Doação que fez João Homem e Dona Mecia a nossa Senhora de Guadalupe na Agualva - 1568 . . . . .	545
- Trelado da obrigação que fez João Homem a nossa Senhora de Guadalupe - 1564 . . . . .	547
- Teor do testamento de Gonçalo Gonçalves que tem perpetuo de cinco missas em cada um ano. Administrador o Capitão Manuel Machado Diniz, morador nas Fontinhas e uma das missas é ofertada - 1542 . . . . .	551
- Sentença que isentou Domingos Lourenço, padre de ordens sacras, do senhor vigário geral Gonçalo de Freitas, que é a seguinte - 1593 . . . . .	556
- Verbas do testamento de Heitor Homem da Costa - 1597. . . . .	558
- Verba do testamento de Domingas de Almeida de três missas cantadas que manda se lhe digam enquanto o mundo durar - 1598. . . . .	560
- [Legado de Gabriel Jorge] - 1615 . . . . .	561
- [Legado de Marcos Evangelho] - 1616 . . . . .	561
- [Legado de Baltazar Rodrigues] - 1623 . . . . .	561
- [Visto de visitação] - 1624 . . . . .	562
- [Legado de André Gomes do Canto] - 1637 . . . . .	562
- [Legado de Bartolomeu Gonçalves Vieira] . . . . .	563
- [Legado do capitão Lázaro Dinis] - 1637. . . . .	563
- [Legado de Guiomar da Costa Beata] . . . . .	563
- Obrigações do morgado de Luis Simão da Costa as quais cumprirá quem tiver o morgado - 1646 . . . . .	563
- [Legado de Heitor Alvares Homem e sua mulher] . . . . .	564
- [Legado de Inês Gonçalves Machado e Pero de Barcelos]. . . . .	564
- [Legado de Catarina Evangelho e Diogo de Barcelos]. . . . .	565
- [Legado de Guiomar da Costa] . . . . .	565
- [Legado de Vasco Pires] . . . . .	565
- [Legado de Gil Afonso] . . . . .	565
- [Legado de Filipa Vaz] . . . . .	565
- [Legado de Barbara Gonçalves] . . . . .	566
- [Legado de Jorge de Freitas e sua mulher] . . . . .	566
- [Legado de Breatriz Gonçalves] . . . . .	566
- [Legado de Francisco Ferreira de Aguiar e sua mulher] . . . . .	566
- [Legado de Joana Gomes] . . . . .	567
- [Legado de Heitor Homem] . . . . .	567
- [Obrigaçãõ da Confraria de N <sup>ª</sup> Sr <sup>ª</sup> do Rosário]. . . . .	567
- [Obrigaçãõ da Confraria do Santissimo] . . . . .	567

- [Legado de Isabel Lucas] . . . . .	567
- [Legado de António Gonçalves e sua mulher] . . . . .	568
- [Legado de Maria Vaz Vieira] . . . . .	568
- [Legado de Alvaro Vaz] . . . . .	568
- [Legado de António Fernandes Ribeiro] . . . . .	569
- [Legado de Francisca Alves] – 1646. . . . .	569
- [Legado de Beatriz Alves] – 1648 . . . . .	570
- [Legado de Domingos de Almeida] – 1650 . . . . .	570
- [Legado de Pero Fernandes Polombeta] . . . . .	570
- [Legado de Vasco Pires] . . . . .	570
- [Legado de Gonçalo Gonçalves] . . . . .	571
- [Legado de João Vaz Evangelho] . . . . .	571
- [Obrigação da Irmandade das Almas] . . . . .	571
- [Legado de Leonor Gomes] . . . . .	572
- [Legado de Brites Alves] . . . . .	572
- [Legados de Maria de Aguiar] . . . . .	572
- [Legado de André Afonso] . . . . .	573
- [Legado de Isabel Vaz] . . . . .	574
- [Legado de Francisco Lobão Monteiro] – 1662 . . . . .	574
- [Legado de Alvaro Gomes] . . . . .	574
- [Legado de Francisca Nunes] . . . . .	574
- [Legado de Antónia Gonçalves] . . . . .	575
- [Legados de Diogo Fernandes] . . . . .	575
- [Legado de Bárbara Lucas] . . . . .	576
- [Legado de Senhorinha Gonçalves] . . . . .	576
- [Legado de Maria Gomes] . . . . .	576
- Legados da Confraria do Santíssimo desta Igreja de Vila Nova da Aguilva . . . . .	577
- Legados da Confraria de Nossa Senhora do Rosário desta igreja . . . . .	578
- [Legado de Catarina de Melo] . . . . .	578
- [Legado de Francisco Ferreira de Aguiar] . . . . .	578
- Taboa em que se pagam os legados desta igreja . . . . .	580
- [Legado de Francisco Ferreira de Aguiar e sua mulher] . . . . .	582
- [Legado de Pero Fernandes Polombeta] . . . . .	582
- [Legado de João Batista Lobo] . . . . .	583
- [Legado de Manuel Dias Pestana] . . . . .	585
- [Legado de Beatriz de Freitas] . . . . .	585
- [Legado de Bartolomeu Gonçalves] . . . . .	586
- [Legado de Rodrigo Alvares e sua mulher] . . . . .	586
- [Legado de Brites Fernandes] . . . . .	586
- [Legado de Francisco Vieira e sua mulher] . . . . .	587

- [Legado de André Gomes]. . . . .	587
- [Auto de 1593 de Prioste]. . . . .	587
- [Auto de 1603 de Prioste]. . . . .	588
- [Auto de 1624 de Prioste]. . . . .	589
- [Legado de Madalena de . . . ] . . . . .	590
- [Taboa em que se pagam os legados] . . . . .	591
- Cobrança dos legados desta igreja do Espírito Santo . . . . .	592
- [Legado de Francisco Fernandes] . . . . .	600
- [Legado de Antão Afonso] . . . . .	600
- Pauta das sepulturas próprias da fábrica que estão na nave do meio desta igreja do Espírito Santo . . . . .	601
- Pauta das sepulturas próprias da fábrica que estão na nave da parte do Evangelho nesta igreja . . . . .	602
- Sepulturas próprias da fábrica desta igreja da nave da parte da Epistola . . . . .	603
- Missas cantadas anuais. Missas ofertadas. Ofício. Noturnos . . . .	604
- Peças e cousas que se fizeram nesta igreja . . . . .	604
- Obrigação que fez o povo para manter a capela de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> das Candeias que hoje se chama do Rosário - 1563 . . . . .	606

**INDICE ONOMÁSTICO <sup>(1)</sup>**

- Adão Dias - 483, 499, 555
- Adão Gaspar - 499
- Afonso Alves - 574, 602
- Afonso Anes da Costa, juiz ordinário de Angra - 470
- Afonso Fernandes de Azere - 598
- Afonso Gonçalves - 553
- Agostinho Duarte, mestre de fragata - 574
- Águeda Dias - 568
- Alexandre Francisco de Melo - 578
- Álvaro Afonso, que foi para as Canárias - 509
- Álvaro Cardoso - 584, 600
- Álvaro Gomes - 574
- Álvaro Pires - 465
- Álvaro Pires Figueira - 606
- Álvaro Rebelo - 592, 598
- Álvaro Vaz - 488, 568, 593, 601
- Álvaro Vaz, mercador - 494, 496
- Álvaro Vaz, o moço - 496
- Álvaro Vaz Reimão - 521
- Amaro Fernandes - 602
- Ana, escrava - 573
- Ana Antunes - 563
- André - 591
- André Afonso - 567, 573, 580, 591, 594, 598, 601
- André Gomes - 563, 587, 593
- André Gomes, padre - 557
- André Gomes do Canto - 562, 571, 581, 582
- André Luis - 595
- André Pires - 603
- André Vieira - 565
- Andreza, filha da mulher do Pico - 523
- Antão Afonso - 580, 584, 591, 593, 600
- Antão Afonso, mordomo - 567
- Antão Ferreira - 566, 572, 573
- Antão Vaz - 495, 496
- Antónia, filha de Joana Gonçalves - 490, 491, 492, 506, 550
- Antónia Gonçalves - 575, 581
- Antónia Quaresma - 465, 564
- António, filho de Bernardo Pamplona - 523
- António, filho de Francisco Vieira - 575
- António, filho de Pero de Aveiro - 465
- António de Abreu - 538, 544
- António Amadiz, mestre escola da Sé e vigário geral - 549, 551
- António Anes - 493
- António Brás - 602
- António Carvalho, escrivão - 538
- António Coelho, tabelião - 590
- António Fernandes, tabelião - 470
- António Fernandes Arena - 563
- António Fernandes Ázere - 581, 586, 592
- António Fernandes Cabecinhas - 563
- António Fernandes Ribeiro - 569, 596, 601
- António Ferreira - 573, 601, 602
- António Ferreira de Aguiar - 572
- António Ferreira Jácome - 576, 594
- António da Fonseca Câmara - 547

(1) Organizado por R.L.

- António Francisco, cura - 588
- António Gonçalves - 504, 568, 595, 602
- António Gonçalves Guardanapo - 601
- António Leal, capitão - 595
- António Leal, sargento mór - 595
- António Lopes - 523, 565, 592
- António Lourenço - 600
- António Machado - 591, 599
- António Martins, escrivão - 556, 558, 559
- António Martins, mestre - 481
- António Marques, clérigo - 509
- António Nunes - 520, 583, 603
- António Pires, criado do sr. Pero Homem da Costa - 493
- António Pires, escrivão - 589
- António Pires do Canto - 584
- António Pires Rebelo, vigário - 589
- António da Rocha Ferraz, deão - 592
- António Rodrigues - 513, 603
- António Rodrigues Fazendas - 601
- António Vaz - 510, 562, 594
- António Vaz, clérigo - 482, 501, 502, 503
- António Vaz, escrivão - 481, 483, 488, 491, 492, 493, 497, 499, 500, 504, 506, 507, 518, 520, 521, 526, 555, 556
- António Vaz, escrivão e notário apostólico - 466, 469, 470, 474, 479, 606
- António Vaz, vigário - 506, 552, 553
- António Vaz Forrado - 590
- Apolónia, filha de Gaspar Homem - 575
- Baltazar, filho de Jorge Anes - 499
- Baltazar Afonso Cariano - 523
- Baltazar Gonçalves - 499, 513, 601
- Baltazar Gonçalves, tecelão - 488
- Baltazar Gonçalves, vigário de Sta. Luzia de Angra - 567, 577
- Baltazar Machado - 565, 580
- Baltazar Mesquita Teixeira, escrivão - 544, 545
- Baltazar Rodrigues - 493, 562
- Baltazar Rodrigues, ferreiro - 561
- Baltazar Vieira - 488, 521
- Bárbara, filha de Antão Vaz - 496
- Bárbara Ferreira de Melo - 579
- Bárbara Gonçalves - 565, 566, 577, 591
- Bárbara Glória, mulher do capitão João de Sousa - 578
- Bárbara Lucas - 576, 594, 598
- Barcelos - 595
- Bartolomeu - 606
- Bartolomeu Dias de Oliveira - 570
- Bartolomeu Gonçalves - 510, 569, 586
- Bartolomeu Gonçalves Vieira - 563, 586, 592
- Bartolomeu Manuel, vigário - 551, 604, 605
- Bartolomeu Lopes - 488, 520, 549
- Bartolomeu Lopes, escrivão - 551, 556
- Bartolomeu Lopes Nogueira, mestre de ensinar a ler - 553
- Bartolomeu da Rocha Ferraz - 584
- Bartolomeu Vaz - 483, 502, 503, 573, 580, 601
- Bartolomeu Vaz Rego - 573, 581, 593, 599
- Beatriz, filha de Gonçalo Gonçalves - 554
- Beatriz Afonso - 468, 564
- Beatriz Alves - 570, 572, 597
- Beatriz Camila - 564

- Beatriz Cardosa - 599
- Beatriz Evangelho - 472, 473, 477
- Beatriz Fernandes - 581, 593
- Beatriz Freitas - 567, 580, 581, 585, 592, 595
- Beatriz Gonçalves - 490, 550, 566, 595
- Beatriz Manuel - 503
- Beatriz de Melo - 578, 582
- Beatriz Vaz - 518, 520, 561
- Belchior Amorim, tabelião - 474
- Belchior Borba - 481, 488
- Belchior Cardoso - 479
- Belchior Estácio, escrivão - 556
- Bento Estação Borralho, vigário - 575, 576, 577, 578, 579, 582, 583, 586
- Bernardo do Canto da Câmara, vice-vigário - 574
- Bernardo Homem - 580
- Bernardo Homem da Costa - 597
- Bernardo Pamplona - 523
- Branca, filha de Gaspar Homem - 575
- Brás Afonso - 497, 520, 601
- Brás Dias - 474, 476, 477
- Brás Lourenço, capitão - 591
- Brás Lourenço Rebelo - 585, 598, 592
- Brás do Rego - 573
- Brites Fernandes - 586
- Brites Gonçalves - 572
- Brizida Anes - 553
- Brizida Pires - 486
- Catarina Azevedo - 584, 600
- Catarina Evangelho - 565
- Catarina Gonçalves - 485
- Catarina de Melo - 566, 578, 579, 582, 597
- Catarina Valadão - 593
- Cecília, filha de Luzia de Miranda - 523
- Constança Dias - 553
- Constança Dias Petornila - 486
- Cosme Fernandes - 568
- Cristóvão, escravo - 525
- Cistóvão de Almeida - 513
- Custódio Ribeiro - 601
- Damião, mulatinho - 585, 592
- Dinis, capitão - 595
- Diogo Afonso - 601
- Diogo Afonso Careano - 601
- Diogo Álvares - 603
- Diogo Alves do Canto - 594
- Diogo Dias - 602
- Diogo Barcelos - 478, 565
- Diogo Fernandes - 521, 575, 577, 578, 601
- Diogo da Fonseca Chacon - 574
- Diogo Godinho, vigário - 544
- Diogo Gonçalves - 577
- Diogo Martins, o manso - 478
- Diogo Monteiro - 580
- Diogo Pavão - 479
- Domingos, filho de Fernando Anes - 515, 516
- Domingos, negro - 503
- Domingos Afonso - 493, 497
- Domingos de Almeida - 560, 570, 593
- Domingos de Barcelos, escudeiro - 474
- Domingos Fernandes - 520
- Domingos Fernandes, beneficiado - 587
- Domingos Gil - 480, 523
- Domingos Gonçalves Cordeiro - 597
- Domingos Lourenço - 501, 502, 503, 548, 601, 606
- Domingos Lourenço, padre - 556, 557, 558

- Domingos Pires, tecelão - 521
- Domingos Pires de Aguiar - 504
- Domingos Vaz - 501, 502
- Duarte Dias - 538, 544
- D. Esperança, mulher de Bartolomeu Vaz do Rego - 573
- Esperança Cardoso - 593, 598
- Estação da Silveira Borges - 593
- Estevão Gonçalves, clérigo - 481
- Estevão Rodrigues - 548
- Estevão Vaz - 508
- Eva, freira - 595
- Fernando Afonso - 518
- Fernando Afonso, porteiro - 518
- Fernando Anes, o rei - 513, 515
- Fernão Afonso - 518
- Fernão Álvares, de Arzila - 510
- Fernão Luis Homem - 465
- Fernão Martins - 495
- Filipa, escrava - 525
- Filipa Vaz - 502, 565, 593
- Francisca, moça mulata - 510
- Francisca Alves - 569, 593
- Francisca Cardoso - 476
- Francisca Nunes - 574, 594
- Francisca Vieira - 581
- Francisco, filho de Francisco Vieira - 587
- Francisco Afonso de Almeida - 602
- Francisco Álvares - 586
- Francisco Alves - 570
- Francisco Alves Ourique - 601
- Francisco Andrade Machado - 564
- Francisco de Bettencourt, provedor dos resíduos - 569
- Francisco Dinis - 568
- Francisco Fernandes - 555, 576, 581, 600
- Francisco Fernandes de Melo - 593, 598
- Francisco Fernando Polombeta - 591
- Francisco Ferraz - 580
- Francisco Ferraz, o mancebo - 568
- Francisco Ferraz de Serra - 591, 593, 599
- Francisco Ferreira - 562, 568, 580
- Francisco Ferreira de Aguiar - 566, 577, 578, 580, 581, 582, 597
- Francisco Fragoso Pereira, visitador - 562
- Francisco Franco - 560
- Francisco Frontoura - 545
- Francisco Gonçalves - 601, 603
- Francisco Lobão, vigário - 562, 563, 564, 565, 567, 568, 570, 571, 572, 573, 577
- Francisco Lobão Monteiro, licenciado - 574
- Francisco Lourenço de Aguiar, escrivão - 585
- Francisco Lourenço Rebelo - 565, 580, 581, 591, 593, 599
- Francisco Maris, provedor da fazenda real em S. Miguel - 536, 543
- Francisco Marques - 509
- Francisco Matos Fagundes, vice-vigário - 569, 570
- Francisco Melchior - 601
- Francisco Melo - 597
- Francisco Nunes - 583
- Francisco Rebelo - 585
- Francisco de Sousa, escrivão - 574
- Francisco Valadão - 576, 581, 594, 595, 598
- Francisco Valadão, tabelião - 547
- Francisco Vaz - 591
- Francisco Vaz Evangelho - 595
- Francisco Vieira - 574, 575, 580, 587, 594, 598, 601
- Francisco Vila Machado - 602
- Frei Gil - 475, 479

- Fretaleza Vaz - 563
- Gabriel Jorge - 561
- Gabriel Vaz - 510
- Gaspar Cardoso Machado, almoxarife - 544, 545
- D. Gaspar de Faria, bispo de Angra - 549, 604
- Gaspar Fernandes - 518, 582, 583
- Gaspar Fernandes, o beço - 601
- Gaspar Gonçalves Leonardo - 560, 561
- Gaspar Homem - 575
- Gaspar Vieira - 581, 593, 596
- Gaspar Vieira, padre e ecónomo - 587
- Gil Afonso - 592
- Gomes Pamplona - 507, 521, 524, 525
- Gonçalo Afonso - 506, 548, 601
- Gonçalo Afonso Trovão - 603
- Gonçalo Anes - 603, 606
- Gonçalo Dias - 483, 504, 603
- Gonçalo Fernandes - 485, 509, 602
- Gonçalo de Freitas, vigário geral - 556
- Gonçalo Gonçalves - 551, 554, 555, 571, 595
- Gonçalo Vaz - 513, 603
- Gonçalo Vaz Dinis, capitão - 576
- Grimanesa da Costa - 523
- Grimanesa Homem - 472, 474, 477, 564
- Guiomar, freira - 596
- Guiomar da Costa - 521, 565, 592
- Guiomar da Costa Beata - 563
- Guiomar Custódia - 569
- Guiomar do Espírito Santo - 596
- Heitor, filho de Pero Homem - 464
- Heitor Álvares - 476, 477
- Heitor Álvares Homem - 466, 467, 468, 471, 474, 475, 479, 564
- Heitor Homem - 524, 525, 564, 567
- Heitor Homem da Costa - 558, 559
- Helena de Melo - 578, 582
- Henrique Pereira - 465
- Inácio Machado, padre e ecónomo - 588
- Inês Vieira - 602
- D. Isabel - 564
- Isabel, filha de Jorge Anes - 499
- Isabel, filha de Fernando Anes - 515
- Isabel, mulher de Bartolomeu Vaz - 601
- Isabel, neta de Vasco de Borba - 503
- Isabel, preta
- D. Isabel, viúva de Luis Homem da Costa - 584
- Isabel de Arena - 523
- Isabel Dias - 553
- Isabel Fernandes - 490, 495, 601
- Isabel Gonçalves - 500, 504, 568, 595
- Isabel Gonçalves Machada - 564
- Isabel Homem - 581, 595, 598
- Isabel Lucas - 567
- Isabel Martins - 553
- Isabel Pereira - 566
- Isabel Vaz - 574, 596
- D. Joana - 590
- Joana Enes de Almeida - 493
- Joana Gomes - 567, 557, 558, 581, 585, 592
- Joana Gonçalves - 490, 491, 505, 550
- João, filho de Fernando Anes - 515, 516
- João, filho de Gaspar Gonçalves Leandro - 561

- João, filho de Gonçalo Gonçalves - 554
- João, filho de Joana Gonçalves - 490, 491, 492, 505, 550
- João, irmão de Vasco Pires - 508
- João, de São Brás - 594
- João Afonso - 481, 497, 606
- João Afonso Careano - 602
- João Alves, cónego - 568
- João Baptista - 581, 582, 595
- João Baptista Domingues - 582
- João Baptista Lobo - 583
- João do Canto de Castro - 582
- João Carvalho - 592
- João de Carvalho - 584
- João Correia, tabelião - 547
- João Enes de Almeida - 555
- João Fernandes - 469, 504
- João Fernandes, creador - 602
- João Fernandes, o rico - 484, 486, 487, 601
- João Ferreira - 572, 581
- João Ferreira, abade - 566
- João Ferreira de Carvalho - 568
- João Gil - 510
- João Gonçalves, o galante - 568
- João Homem - 476, 477, 595
- João Homem, capitão - 571, 581, 598
- João Homem de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Gada-lupe, fidalgo - 545, 547, 548, 549
- João Lopes Valadão - 593
- João Martins - 555
- João Mendes de Almeida - 603
- João Nunes Homem - 470, 471, 477, 564
- João de Ornelas da Câmara - 584
- João de Ornelas da Câmara, bene-ficiado - 589, 590
- João Pacheco - 580
- João Pacheco, o contador - 568
- João Pires - 602
- João Quaresma - 524
- João da Rocha - 597
- João Rodrigues - 497, 509, 518, 519
- João de Serpa - 499
- João da Silva do Canto, fidalgo provedor da fazenda real - 535, 543
- João de Sousa, capitão - 578, 579
- João Teixeira - 568, 580, 591
- João Vaz - 602
- João Vaz Antona - 584
- João Vaz Evangelho - 571, 596
- João da Vila, tabelião - 479
- Jordão, escravo - 483
- Jordão Homem - 481, 506, 524, 525
- Jorge Anes - 481, 482, 496, 497, 498, 499
- Jorge Correia, escrivão - 561
- Jorge de Freitas - 566, 601, 603
- Jorge Martins - 553
- José Ferreira - 595, 598
- José Luis - 594
- José Nunes - 596
- Justa Gonçalves - 484, 487, 488
- Lázaro Dinis, capitão - 563
- Lázaro Vaz - 563
- Leonor Gomes - 572, 577, 597
- Lopo Fernandes - 504
- Lourenço Enes - 509
- Luis Cardoso Machado - 568
- Luis Homem - 567
- Luis Homem da Costa - 584
- Luis Simão da Costa, morgado - 563
- D. Luisa, mulher de Heitor Ho-mem da Costa - 560
- Luzia de Miranda - 523
- Ma... de Mendonça - 576
- Madalena - 590

- Manuel, mulato - 597
- Manuel Abreu da Silveira, vigário geral - 549, 550
- Manuel Afonso - 548
- Manuel Alves - 569
- Manuel Alves, da Caldeira - 580, 581
- Manuel Cardoso - 497, 547
- Manuel Dias Pestana - 581, 585
- Manuel Faleiro - 586
- Manuel Fernandes - 503, 601
- Manuel Fernandes Homem - 577
- Manuel Fernandes Vieira - 575, 603
- Manuel de Fontes - 596, 598
- Manuel Gomes - 598
- Manuel Gonçalves - 485, 486, 513, 568, 581, 601, 606
- Manuel Gonçalves, alcaide - 580
- Manuel Homem da Costa, capitão mor em Angra - 592
- Manuel Lourenço Dias - 571
- Manuel Lourenço Rebelo, capitão - 565, 572, 577
- Manuel Machado - 566
- Manuel Machado Dinis, capitão - 551
- Manuel Martins, cura - 574, 591
- Manuel Martins, beneficiado - 595, 598
- Manuel Martins Valadão - 593, 595, 598
- Manuel Monteiro - 507, 591, 595, 599
- Manuel Nunes - 594
- Manuel Nunes Berinito - 575
- Manuel de Oeiras, alcaide - 518
- Manuel da Silva - 595, 599
- Manuel de Sousa, vigário - 569
- Manuel de Sousa da Costa - 570
- Manuel Vaz - 581
- Manuel Vaz, alfaiate - 578, 595
- Manuel Vieira - 575
- Manuel Vieira, capitão - 571, 580
- Marçal Álvares, homem preto - 479
- Marçal Alves - 562, 587, 594
- Marcelo, preto - 594
- Marcos de Borba - 606
- Marcos Evangelho - 561
- Margarida Cardoso - 586, 596
- Margarida Cardoso, escrava - 569
- Margarida Gonçalves - 596
- Margarida Pires - 601
- Maria, escrava - 510, 525
- Maria Afonso - 480
- Maria Aguiar - 566, 572, 573, 577, 595, 597
- Maria Alves - 574, 581, 587, 596
- Maria Alves do Canto - 562, 594
- Maria Antónia - 594
- Maria de Barcelos - 585
- Maria de Borba - 571, 580, 581, 586, 591, 595
- Maria Cardoso - 594, 596
- Maria da Costa - 596
- Maria Fernandes - 481, 482, 483
- Maria de Freitas - 581, 585
- Maria Gomes - 576, 581, 594
- Maria Gonçalves - 575
- Maria Martins - 495
- Maria Pamplona - 523
- Maria Perpétua - 596
- D. Maria Rabela - 570
- Maria Rodrigues - 520
- Maria Vaz - 571, 582
- Maria Vaz Vieira - 568, 597
- Maria Vieira - 573, 578, 581, 596
- Marquesa Fernandes - 513, 515, 516, 517
- Marta de St<sup>o</sup> António, freira - 571, 591, 596

- Martim Álvares - 493
- Martim Fernandes - 555, 601
- Martim Gonçalves da Câmara - 538, 544
- Martim Vaz - 602
- Mateus Cardoso, padre - 600
- D. Mecia, mulher de João Homem - 545, 547
- Mecia de Arena - 523
- Melchior Álvares, escrivão - 508
- Melchior Álvares Ramires - 512
- Melchior Fernandes - 598
- Melchior Ferreira - 596
- Melchior Luis - 602
- Melo Martins, beneficiado - 593
- Miguel Fernandes, clérigo - 465, 490, 499, 505, 506, 601
- Miguel Homem - 596, 599
- Miguel Rodrigues Pavão - 586
- Miguel Vieira - 575
- Misia Monteiro - 562
- Mónica Aguiar - 591, 597, 599
- Mónica de Sousa - 580
- Nicolau de Freitas - 582
- D. Nuno Álvares Pereira, bispo de Angra - 529
- Nuno Cardoso - 479
- Nuno Homem - 471
- Paio Velho de Araújo - 574
- Pamplonas - 583
- Pedro Afonso - 602
- Pedro Anes - 602
- D. Pedro da Costa, bispo de Angra - 589
- Pedro Ferreira - 598
- Pedro Gonçalves, vigário velho - 488, 489, 491, 492, 493, 504, 505, 506
- Pero Afonso, ferreiro - 479
- Pero Anes, 478, 483
- Pero Anes, alfaiate - 493
- Pero Anes Figueiro - 518
- Pero de Aveiro - 465
- Pero de Barcelos - 564
- Pero Dias - 602
- Pero Fernandes - 601
- Pero Fernandes Polombeta - 570, 580, 582, 593
- Pero Ferreira - 572, 597
- Pero Gonçalves - 600, 601
- Pero Gonçalves, carpinteiro, 465
- Pero Gonçalves, trabalhador - 479
- Pero Gonçalves, vigário - 550
- Pero Gonçalves Antona - 518
- Pero Gonçalves da Costa - 584
- Pero Homem - 465, 473, 477, 478
- Pero Homem da Costa - 493, 518
- Pero Lourenço, clérigo - 509
- Pero Melo - 560
- Pero Mendes - 518, 520
- Pero Mendes, escrivão - 522, 525
- Pero Rodrigues - 497, 520
- Pero Vaz - 510, 601
- Pero Venegas, vigário - 556, 560, 561, 567, 587, 588, 606
- Rosa Maria Mil Homens - 586
- Rodrigo Afonso - 483, 516, 602
- Rodrigo Alves - 593
- Rodrigo Alves Cardoso - 569, 586
- Roque Afonso - 480
- Roque Dias, escrivão - 551
- Roque Dias, licenciado, visitador geral - 556
- Roque Fernandes - 567
- Rui Lopes - 488, 603
- Salvador Lucas - 576, 581, 597, 598
- Santarens - 603
- Sebastião - 470
- D. Sebastião, rei - 526, 539
- Sebastião Afonso - 554, 601
- Sebastião Afonso Vieira, beneficiado - 588

- Sebastião Cardoso - 592
- Sebastião Gato - 580, 591
- Sebastião Gonçalves - 586, 596
- Sebastião Gonçalves Ferreira - 597
- Sebastião Gonçalves Ferreira, capitão - 577
- Sebastião Jaques do Canto, beneficiado - 562, 589, 590
- Sebastião Martins - 603
- Sebastião Martins, escrivão - 474
- Senhorinha Gonçalves - 513, 514, 517, 518, 576, 597
- Silvestre Rodrigues - 506
- Simão Afonso - 602
- Simão Afonso, escrivão - 465, 483, 487, 488, 504, 518, 554, 555
- Simão de Aguiar - 572, 573, 577, 581, 597, 598
- Simão de Andrade - 580
- Simão Dias - 599
- Simão Fernandes - 497
- Simão Figueira Mendes, escrivão - 545
- Simão Robalo, escrivão - 544
- Simão Rodrigues, tabelião - 513
- Simão Vaz - 507, 510, 511, 512, 523, 555, 606
- Tomás Lucas - 465, 485
- Tomé Vicente - 548
- Tristão, vigário - 587
- Vasco de Borba - 500, 503, 602
- Vasco Gonçalves - 602
- Vasco Pires - 519, 570, 580, 602
- Vasco Pires, escudeiro, lavrador - 507, 508, 512, 513
- Vasco Rodrigues - 520
- Vicente, filho de Tomé Vicente - 548
- . . . Vieira - 606
- Violante de Borba - 502
- Violante Martins - 497, 498, 499
- Vitória Rodrigues - 561



## DOCUMENTOS

### ICOMOS - BRASIL Carta de Petrópolis

#### 1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA A PRESERVAÇÃO E REVIFICAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS

#### PRINCÍPIOS DE BASE

I - Por Sítio Histórico Urbano, S. H. U. , entende-se o espaço onde se encontrem testemunhos da actividade cultural da cidade nas suas diversas manifestações de «área critica» e não por oposição a espaços não históricos da cidade , já que toda ela é um organismo histórico .

II - O S. H. U. é parte integrante de um vasto contexto que comporta as paisagens , naturais e construídas , bem como a forma de viver dos seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente , dentro de um processo dinâmico de transformação , no entendimento de que é preciso compreender os novos espaços urbanos na sua dimensão de testemunhos de ambientes em transformação .

III - A cidade , enquanto expressão cultural , socialmente produzida , não é eliminatória , mas somatória . Nesse sentido , qualquer espaço edificado é o resultado de um processo de construção social; assim , só se pode justificar a sua substituição quando fica demonstrado o esgotamento do

seu potencial sócio-cultural. Os critérios para avaliar a conveniência dessa substituição devem ter em conta o custo sócio-cultural do «novo».

IV - O objectivo fundamental da preservação é a manutenção e a potencialização dos enquadramentos e referências necessários à expressão e consolidação da cidadania. É nessa perspectiva de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação desenvolve a qualidade de vida.

V - Sendo a multiplicidade de funções uma característica dos sítios históricos urbanos, S.H.U., a sua preservação não deve fazer-se a partir do critério único da exclusividade dos usos, mesmo dos designados culturais, mas, necessariamente, deve proteger os universos do trabalho e do quotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e múltipla. Respeitando essa heterogeneidade, a habitação deve constituir-se como função primordial do espaço construído, tendo em conta a evidente falta de habitação no contexto brasileiro. Assim, deve prestar-se atenção especial à permanência no S.H.U. das populações residentes e das actividades tradicionais, desde que compatíveis com a sua ambiência.

VI - A preservação do S.H.U. deve ser um pressuposto do plano de urbanização, visto como um processo contínuo e permanente, solidamente alicerçado no conhecimento dos mecanismos que formam e actuam na estruturação do espaço.

VII - No que diz respeito à preservação do S.H.U., a acção integrada dos Órgãos Federais, dos Estados

e dos Municípios é fundamental, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planificação, como uma das formas de pleno exercício da cidadania. Nesse sentido é indispensável tornar viáveis e estimular os mecanismos institucionais que assegurem uma gestão democrática da cidade, através do reforço da participação dos chefes das organizações civis.

VIII - No processo de preservação do S.H.U., o inventário, como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade, constitui-se a ferramenta de base para o conhecimento do conjunto cultural e natural. Da realização do inventário com a participação da comunidade, chega-se, não apenas à obtenção do conhecimento do valor que ela atribui ao património, mas igualmente ao reforço dos seus laços relativamente a esse mesmo património.

IX - A protecção legal do S.H.U. realiza-se através de diferentes tipos de instrumentos, tais como, classificação, inventário, normas urbanísticas, isenções e estímulos fiscais, declaração de interesse cultural e expropriação.

X - Na diversificação dos instrumentos de protecção, a predominância do valor social da propriedade urbana sobre as leis do mercado é considerada essencial.

Itapava, 3 Julho de 1987

*Comité Brasileiro do ICOMOS*

## OS AÇORES NO SÉCULO XV

O Instituto Histórico da Ilha Terceira contribuiu para os eventos culturais levados a efeito durante a «Presidência Aberta», que decorreu nos Açores em Maio e Junho de 1989, com a concepção e organização de «OS AÇORES NO SÉCULO XV», exposição efectuada em Angra do Heroísmo, em um espaço adaptado do antigo Hospital da Boa Nova.

A seguir se arquiva o guião dessa exposição.

### 1º TEMA: O MUNDO NO DEALBAR DO SÉCULO

Procura mostrar-se, com apoio em cartografia antiga, a ideia imperfeita que do mundo se tinha, sobretudo a partir do geógrafo Ptolomeu, e de concepções bebidas na mitologia, na religião e na especulação intelectual.

1. Desde o tempo dos Gregos se sabia que o mundo era uma esfera.

E, pelo menos no Ocidente, se pensava que a sua terra firme se dividia em três partes – a Europa, a Ásia e a África, cada uma delas dada a um dos três filhos de Noé, e povoada pelos seus descendentes.

Julgava-se, porém, o mundo muito mais pequeno do que era. As concepções de Ptolomeu – corrigindo a medida do grau terrestre que Eratóstenes determinara com precisão, e imaginando uma Ásia alongada – deram lugar a um mundo com três grandes continentes, sem espaço para a América, e circundado por uma orla de mar, chamada, genericamente, o OCEANO.

2. O Atlântico era parte desse OCEANO. Estendia-se entre a Europa e os extremos orientais da Ásia.

E, ao longo da sua superfície aquática, cujas medidas se ignoravam, havia ILHAS. Ilhas que o iam salpicando, conforme a imaginação, até essa Ásia longínqua, mas em qualquer caso mais próxima do que hoje se sabe.

3. Alguém, provavelmente, as visitara, ou percorrera, ou delas houvera notícias ou sinais. Porque elas tinham nomes: «Sete Cidades», «Antília» («anti-ilha», isto é, «ilha do outro lado» ou «do lado oposto»), «Brazil», «Caprária», «Corvos Marinhos», «Sanzorzo» . . .

Pelo menos desde o século XIV aparecem mapas ou cartas de marear («portulanos») mostrando já porções do Atlântico, e algumas dessas ilhas oceânicas.

4. Em 1424 – antes, assim, do descobrimento «oficial» dos Açores – a CARTA NÁUTICA de ZUANE PIZZIGANO, muito embora incorrecta nas longitudes, mostra-nos um Atlântico onde sobressaem as grandes ilhas «ANTÍLIA» e «SATANAZES», que certamente correspondiam já a terras americanas.

Porém, da Europa, e depois de uma tentativa abandonada pelos VICKINGS à volta do ano mil, ninguém quisera saber dessas supostas ilhas para nelas se fixar.

Elas faziam parte dos mistérios do OCEANO, limites fantásticos do conhecimento dos homens de então.

5. E este mundo deformado, pequeno, imaginário, com muita terra e menos mar, foi ainda aquele que Martim da Boémia, já em pleno século XV, desenhou e compôs no seu célebre GLOBO DE NUREMBERGA.

## 2º TEMA: OS AÇORES, TERRAS PORTUGUESAS

Põe-se em relevo o esforço do povoamento, o seu enquadramento jurídico (donatarias), a sua base económica e as medidas práticas impostas pela ocupação humana dos territórios insulares com a implantação, em ilhas oceânicas e desabitadas, de novos núcleos sociais.

6. Desde o século XVI, Portugueses e Espanhóis disputavam a posse e a propriedade das Canárias.

Desde 1415 começara a expansão portuguesa pelo Norte de África com a conquista de Ceuta.

Desde 1421 desenvolvia-se a exploração da costa ocidental africana.

Para o regresso aos portos portugueses, sobretudo à medida que a exploração dessa costa progredia e visto o regime dos ventos e das correntes, as ilhas dos Açores constituíam uma apreciável base para abrigo e abastecimento.

7. Entre 1427 e 1452, os Açores – já então conhecidos por esse nome pelos Portugueses – vão sendo sucessivamente abordados e ocupados.

As ilhas estão cobertas por densa vegetação, e povoadas por aves marinhas que não temem os homens porque os não conhecem.

Começa por lançar-se nelas gado, e depois inicia-se a ocupação humana.

As ilhas recebem nomes novos, mas conservam alguns dos antigos (CORVO, de «Corvos Marinhos», SÃO JORGE, do «Sanzorzo» anterior), por vezes dados apenas a certos lugares delas (SETE CIDADES, MONTE BRASIL...).

8. As ilhas são ocupadas e povoadas à ordem do INFANTE D. HENRIQUE, governador da ORDEM DE CRISTO. É ele o primeiro DONATÁRIO dos Açores, e nessa qualidade lhe vem a suceder o seu sobrinho, o INFANTE D. FERNANDO, irmão do rei AFONSO V.

O DONATÁRIO não vive nas ilhas, nem as visita sequer. Delega as suas funções em CAPITÃES DO DONATÁRIO, os quais dão as terras de SESMARIA aos colonos que as vêm habitar.

CARTAS DE DADAS se chamam os documentos de doação.

9. Debasta-se o espesso manto vegetal e ensaiam-se culturas.

Abandonada logo a cana do açúcar, que o clima contrariava, as primeiras a vingar são o trigo e o pastel.

O trigo sustenta a população crescente, e exporta-se para o Reino e para as praças de guerra no Norte de África.

10. Logo a meados do século XV aparecem também povoadores FLAMENGOS (JÁCOME DE BRUGES, JOSSIE VAN HUERTERE - de quem foi genro MARTIM DA BOÉMIA - WILLELM VAN DER HAAGEN, FERNÃO DULMO). Os colonos flamengos, vassallos de ISABEL DE PORTUGAL, duquesa de Borgonha, irmã do rei D. DUARTE e do INFANTE D. HENRIQUE, estão associados à cultura do PASTEL, planta tintureira usada na indústria têxtil, e exportada para o Norte da Europa.

11. O melhor porto natural dos Açores é a ANGRA na costa Sul da Ilha Terceira de Jesus Cristo - que outrora fora chamada, por um tempo, a ILHA DO BRAZIL -.

ÁLVARO MARTINS HOMEM funda ali uma primeira povoação.

Previendo a sua importância futura, dota-a de uma infra-estrutura industrial, canalizando a Ribeira, ao longo de cujo curso artificial se instalam 16 moinhos, um pisão de pastel e uma instalação de curtumes (alcaçarias).

12. A povoação cresce em importância portuária. JOÃO VAZ CORTE-REAL sucede a ÁLVARO MARTINS HOMEM na capitania de Angra, e dá-lhe o seu traçado definitivo, com ruas em grelha ortogonal deformada, para defesa dos ventos dominantes.

A vida organiza-se à volta do porto. Este possui dois cais – o das Pedras (ou das Pipas), e o da embocadura da Ribeira. No topo deste está o hospital, a Nascente o matadouro, a Poente a casa da Alfândega.

13. No último quartel do século os Açores são sobressaltados pelos primeiros corsários. São castelhanos, ao serviço dos reis ISABEL e FERNANDO, então em guerra com D. Afonso V. O Castelo de Angra – de São Luís, de São Cristovão ou dos Moinhos, edificando onde hoje está a Memória – é ainda uma fortaleza medieval, construída para defesa dos moradores, que a ele se deviam acolher no caso de um desembarque que, afinal não chegou a acontecer.

### 3º TEMA: OS RUMOS DO NOROESTE

Segundo teses plausíveis, ainda que nem sempre com base documental ou indiscutível, procurou-se um rumo para ocidente, no século XV, a partir dos Açores; rumo que, não supondo ainda a existência do continente americano, procurava atingir os extremos orientais da Ásia. Apresenta-

tam-se, com base nos conhecimentos da náutica e dos elementos documentais conhecidos, as rotas dessas explorações.

14. São antigas as relações marítimas entre a Península Ibérica e as Ilhas Britânicas - através do chamado MEDITERRÂNEO GAÉLICO.

Este relacionamento mantém-se com o povoamento português dos Açores.

JOÃO VAZ CORTE-REAL, casado com uma galega, navega para França e Inglaterra, e ganha aí a Ordem da Jarreteira; JOÃO FERNANDES, O LAVRADOR, manteve residência em Bristol, e contactos com mercadores e homens do mar dessa cidade inglesa.

15. A experiência náutica que os Portugueses iam ganhando, o barco que haviam aperfeiçoado - a caravela - permitiam viagens mais afoitas.

O caminho para a Ásia pelo Ocidente estava, no século XV, nas preocupações de Portugal.

Por isso, enquanto a costa de África penosamente se descia, há tentativas, e a partir dos Açores, na procura desses rumos ocidentais que os VIKINGS, 5 séculos atrás, haviam percorrido já.

16. Assim, essa rota dos VIKINGS, agora em determinada busca da passagem para as terras da Ásia, é retomada por navegadores portugueses.

DIOGO DE TEIVE, casado com uma espanhola de Sevilha e levando como piloto PEDRO VAZQUEZ DE LA FRONTERA, parte da ilha do FAIAL, e navega para Ocidente. Mas segue a VIA DO NORDESTE, aproximando-se do CABO CLEAR, na Irlanda, para apanhar os ventos e as

correntes boreais, que o levam à GRONELÂDIA e à TERRA-NOVA: é «circa» 1452.

No regresso de uma dessas viagens, DIOGO DE TEIVE «descobre» as ilhas do Corvo e das Flores.

17. JOÃO VAZ CORTE-REAL e ÁLVARO MARTINS HOMENS navegam, «circa» 1472, por mandado do Rei, a descobrir a TERRA DO BACALHAU.

No regresso, como prémio do seu feito, recebem as duas capitánias em que a ilha Terceira então se dividiu.

ANGRA – que ÁLVARO MARTINS HOMEM tinha inicialmente fundado – ficou para JOÃO VAZ. A PRAIA, com os moinhos da Agualva como compensação, coube a ÁLVARO MARTINS HOMEM, que ali ficou a viver.

18. Em 1474 PAOLO DAL POZZO TOSCANELLI, geógrafo de Florença, escreve ao cônego Fernão Martins, recomendando ao Rei de Portugal que persistisse na tentativa de alcançar as Índias navegando para Ocidente.

19. Em 1475, em plena guerra com Castela, D. AFONSO V mandara FERNÃO TELES para descobrir e povoar ilhas a Ocidente das Floreiras, que DIOGO DE TEIVE descobrira «havia pouco».

Esta expedição realiza-se, a partir da Islândia, com êxito incerto, mas seguindo a rota habitual dos navegadores normandos.

20. Em 1486, FERNÃO DULMO (D'ULM), capitão da Ilha Terceira com casa nas Quatro Ribeiras, obtém de D. JOÃO II uma concessão para descobrir «uma grande ilha, ou ilhas, ou terra firme por costa, que se presume seja a Ilha das Sete Cidades».

Acompanha-o JOÃO AFONSO DO ESTREITO.  
Até hoje, nada mais se soube desta viagem.

21. De 1491 a 1494, PERO (PINHEIRO) DE BARCELOS e JOÃO FERNANDES, O LAVRADOR, partem da Terceira e navegam durante três anos, explorando a região Nordeste do Canadá, nomeadamente a Terra ainda hoje chamada LABRADOR.

É depois disto que JOÃO FERNANDES se fixa em Bristol, onde dá notícia das suas descobertas. Nessas notícias se baseia a expedição inglesa de SEBASTIÃO CABOTO, em 1497.

#### 4º TEMA: AS FORÇAS ESPIRITUAIS

Este tema completa o 2º, mas relaciona-se também com o 3º, na medida em que a colonização e as explorações marítimas dos portugueses obedeceram também a impulsos ideológicos. Mostram-se, pois, os sinais das crenças e dos cultos quatrocentistas – a religião católica romana, a espiritualidade da Ordem de Cristo e a celebração do Espírito Santo e do seu Império no meio dos homens.

22. No seu testamento, de 1460, o Infante D. HENRIQUE dizia que fundara a igreja de Santa Maria, a igreja de São Miguel na ilha de São Miguel (Vila Franca), a igreja de Jesus Cristo na ilha de Jesus Cristo (São Salvador de Angra, na Terceira), a igreja de São Jorge na ilha de São Jorge (Velas), a igreja de São Luís na ilha de São Luís (Faial), a igreja de São Dinis na ilha de São Dinis (Pico), a igreja de São Tomás na ilha de São Tomás, a igreja de Santa Iria na ilha de Santa Iria, e «outra igreja» na ilha Graciosa.

23. A colonização dos Açores faz-se sob a égide da Ordem de Cristo, à qual competia também a «espiritualidade», isto é, a responsabilidade pela assistência religiosa aos colonos das ilhas.

A Ordem de Cristo, versão portuguesa dos Templários conseguida pelo rei D. DINIS em 1310, está imbuida da doutrina espiritualista, segundo a qual o mundo tendia para a unidade, sob o influxo do Espírito Santo.

24. O culto do Espírito Santo, Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, corresponde à difusão da Palavra de Deus por toda a Terra, ao IMPÉRIO de Deus unindo todos os homens, e concretiza-se em todas as formas de amor do próximo.

Por isso, traduz-se, a um tempo, na expansão da Fé – pela actividade missionária – e na fraternidade entre os homens, sempre numa perspectiva transcendente.

Fraternidade supõe igualdade. Por isso, um dos símbolos do Espírito Santo – a coroa imperial – é posta, nas celebrações do culto, na cabeça do pobre, da criança, do vovente – do FRACO, em qualquer caso, por um momento promovido a senhor dos demais, mesmo dos grandes e poderosos.

O culto do Espírito Santo perdura nos Açores até aos nossos dias.

25. Sob a égide do Espírito Santo se fundaram também os primeiros hospitais dos Açores, anteriores às próprias Misericórdias.

Estavam a cargo de IRMANDADES, e os seus estatutos ou «compromissos», como é o caso de Angra, datados de 1492, previam toda uma gama de deveres e de celebrações a que os irmãos se comprometiam.

JOÃO VAZ CORTE-REAL, capitão do donatário, navegador e viajante, cavaleiro de África, de Cristo e da Jarreteira, foi irmão do Espírito Santo, e co-fundador do Hospital do Santo Espírito, que ficava na rua que ainda hoje tem este nome, logo acima do cais da cidade.

5º TEMA: O MUNDO NOS FINAIS DO SÉCULO

Encerra-se o ciclo das grandes descobertas com uma visão nova e mais perfeita da terra. As ilhas míticas desaparecem, ou desabrocham em continentes novos, o Brasil lendário, que começou ao largo da Irlanda, fixa-se no novo mundo. Em cem anos, pela dinâmica dos descobrimentos marítimos de que os Açores foram objecto, e logo instrumento, o mundo atinge, no espírito dos homens, a sua dimensão real; e, com os caminhos da Índia e das Américas, abre-se a grande expansão europeia dos tempos vindouros.

26. Pensando haver chegado à Índia, CRISTOVÃO COLOMBO atingiu as Caraibas em 1492.

Chamou-lhes, erradamente, Índias, e «índios» aos seus habitantes.

Mais tarde, estes mundos insulanos ficaram conhecidos por «Antilhas», também erroneamente, porque a ANTÍLIA dos mitos e dos velhos mapas ficava, realmente, na América do Norte.

27. Mas na decorrência das viagens que se seguiram àquela veio a tomar corpo a ideia de uma «quarta parte nova», a acrescer aos três antigos continentes, que eram a Europa, a Ásia e a África.

Esse NOVO MUNDO era o continente americano, e a primeira noção que dele se teve referia-se precisamente à América do Sul.

28. A partir desta ideia, os reis de Portugal e de Castela descortinam um mundo bem maior que o imaginado por PTOLOMEU. A instâncias do Papa – e com escândalo de outros reis – dividem-no entre si.

É o TRATADO DE TORDESILHAS, de 1494, deixando um hemisfério, de pólo a pólo, a cada uma das nações peninsulares.

29. 1488. BARTOLOMEU DIAS dobra o Cabo das Tormentas, atingindo o Índico.

1498. VASCO DA GAMA, com menos de 30 anos de idade, alcança a Índia, pelo caminho marítimo mais curto, que era, efectivamente o Oriente.

1499. No regresso dessa viagem, PAULO DA GAMA, jovem como seu irmão, morre e é sepultado na igreja dos Franciscanos, em Angra.

A rota do Oriente ficava doravante aberta pelos Açores, também aqui colocados no lugar certo para os que vinham «na volta do mar».

30. A «fronteira ocidental portuguesa», neste fim de século, é a Terra (ou a Ilha, como lhe chamou PERO VAZ DE CAMINHA) de Vera Cruz: que provavelmente se conhecia já em Portugal, sinal palpável desse NOVO MUNDO, quando PEDRO ÁLVARES CABRAL ali chegou, em 1500.

E nessa terra-fronteira, terra limite, terra de além, se fixou o nome mítico nascido ao largo da Irlanda, descido à latitude dos Açores e a esta ilha Terceira e finalmente, como no fim de uma viagem, ancorado no NOVO MUNDO – o BRASIL.

31. No princípio do século XVI, os Açores prepararam-se para viver o seu grande papel de centro estratégico

do Atlântico. Abandonadas as viagens do Noroeste, são as VOLTAS – da Mina, da Índia, da América espanhola, do Brasil – que ali encontram abrigo nos seus atribulados regressos aos portos da Europa.

32. O mundo, esse crescera. Aos olhos da Europa, surgira um novo continente. Dentro em breve (1513) VASCO NUÑEZ DE BALBOA avistaria o maior dos Oceanos que, sete anos depois, um português, FERNÃO DE MAGALHÃES, baptizaria de Pacífico.

No fim do século XV, fixavam-se as dimensões da Terra.

## CONSULTA

O Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo solicita um parecer sobre as formas de aplicação do disposto nos artigos 41, 42 e 43 do DLR 15/84-A, de 13/4, designadamente quanto às entidades envolvidas em cada uma das fases, ao que deve entender-se por «nos casos em que a lei a isso obrigue», e formas de cobrança.

Afigura-se-nos que é pretendido um mini-manual com indicações práticas no que respeita ao capítulo que, naquele diploma, dispõe sobre as sanções. Neste sentido se orientará o presente

## PARECER

### I

## INTRODUÇÃO

O DLR 15/84-A, de 13/4, prevê no seu capítulo VII alguns mecanismos sancionatórios destinados a garantir a observância das novas obrigações que esse diploma criou na esfera jurídica dos particulares.

Dizemos isto com alguma restrição, porque há outras: designadamente as que impendem sobre o próprio Município de Angra, bem como sobre as outras entidades que, embora excepcionalmente, têm competência para licenciar projectos. Desta matéria não trataremos, por não ser considerada naquele capítulo.

No capítulo VII do diploma prevêem-se diversos comportamentos ilícitos, passíveis da aplicação de *coimas* (arts. 41. n.ºs 1 e 2, e 42, n.º 2); permite-se que, em certas circunstâncias, seja ordenado até o *encerramento do es-*

*tabelecimento comercial* (art. 42, nº 3); remete-se para o regime geral do *embargo administrativo* (art. 43, nº 1); e faculta-se a *substituição do proprietário* pela autoridade administrativa na realização de obras de correcção, quando tenha havido embargo (art. 43, nº 2).

Tendo por base este quadro, vai proceder-se à análise dos artigos 41, 42 e 43 do referido DLR, procurando especialmente esclarecer o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo do que lhe cabe fazer nestas matérias.

## II

### DA COIMA

#### A) QUANDO TEM LUGAR

No diploma em análise estão previstos três casos susceptíveis de conduzirem ao pagamento de coima:

1º - a realização de obra não precedida de despacho favorável do SREC, quando tal despacho se mostre obrigatório (art. 41, nº 1);

2º - a resistência neste comportamento (art. 41, nº 2);

3º - a omissão culposa de obras de correcção, findo o prazo para esse efeito fixado (art. 42, nº 2).

QUANTO AO PRIMEIRO CASO: diz o art. 41, nº 1, que quem executar obra que não seja precedida de despacho favorável do SREC, quando devido tal despacho, fica sujeito ao pagamento de coima cujo valor variável entre 10.000\$00 e 50.000\$00.

Em que situação deve uma obra ser precedida de despacho favorável do SREC ?

«Nos casos em que a lei a isso obrigue» - ou seja: todas as vezes em que a lei - esta ou outra - para a realização de certa obra, imponha a intervenção do SREC («conditio sine qua non»), assim fazendo depender de despacho favorável a regularidade dessa obra.

Por exemplo, neste diploma: arts. 10, nº 3; 12, nº 3; 15, nº 4; 16, nº 5; 17, nº 5; 23, nº 3; e 31.

Muito importante nesta matéria é o art. 5, nos termos do qual, dentro da Zona Classificada, quaisquer «trabalhos de construção civil» ou de «obras públicas» devem ser precedidos de despacho favorável do SREC.

Trata-se de uma previsão muito genérica e, na sua grande abrangência, aplicável sempre que falte outra disposição mais específica para um caso concreto; e prevendo expressamente as obras realizadas por entidades de direito público.

Com algum benefício para a sua interpretação, este art. 5 há-de ser cotejado com o nº 1 do art. 4, em que a expressão «trabalhos de construção civil» tem como equivalente a de «obras de construção, reconstrução, modificação ou demolição».

Assim, a realização de um destes «trabalhos de construção civil» sem prévio despacho favorável do SREC (art. 5) faz logo incorrer o seu autor no pagamento de coima (art. 41, nº 1). (\*)

---

(\*) *Trabalhos não autorizados são também os que se fazem em desarmonia com o projecto aprovado.*

QUANTO AO SEGUNDO CASO: havendo reincidência, a coima é mais grave, pois o seu valor oscila entre os 20.000\$00 e os 100.000\$00 (art. 41, nº 2).

O que é, neste contexto, *reincidência* ?

Pela natureza da matéria em análise, reincidência há-de ser, com as necessárias adaptações, a mesma figura que consta do artigo 76, nº 1, do Código Penal, até por força do artigo 32 do decreto-lei 433/82, de 27 de Outubro, que instituiu o ilícito de mera ordenação social e o respectivo processo.

Nesta conformidade, e para o efeito do nº 2 do art. 41 do DLR 15/84-A, só há reincidência quando, cumulativamente, se verifique:

- a) a reiteração do comportamento descrito no nº 1 desse artigo;
- b) a anterior aplicação de coima;
- c) que a coima anterior haja sido paga, total ou parcialmente.

QUANTO AO TERCEIRO CASO: também fica sujeito a coima, de valor entre os 20.000\$00 e ao 100.000\$00 quem, culposamente, não fizer as *obras de correcção* a que esteja obrigado por despacho do SREC, onde se determine o prazo dentro do qual tais obras deverão ser executadas (art. 42, nº 2).

Antes de mais, esta coima é devida independentemente da aplicação das coimas referidas no art. 41, pelo que a omissão das obras de correcção constitui um ilícito autónomo.

Uma mesma pessoa pode ser adstrita ao pagamento de coima por obra realizada sem prévio despacho favorável do SREC (art. 41, nº 1) e ser também obrigado ao pagamento de (outra) coima por culposamente não corrigir as obras mal realizadas (art. 42, nº 2).

Pode mesmo coincidir uma reincidência com este comportamento omissivo, conforme resulta da palavra «coimas» (no plural) do nº 1 do art. 42.

Relativamente ao conceito de «obras de correcção», note-se que a lei adianta serem obras «de acordo com o estabelecido neste diploma»: obras que visam o cumprimento da lei, ainda que tardiamente; obras destinadas a desfazer o que ficara mal feito (porque no desrespeito da lei), vindo assim a introduzir as necessárias alterações para que, enfim, se respeite a disciplina do DLR 15/84-A.

Quanto à fixação do *prazo para a execução*, decorre da letra do art. 42 que tal prazo se reporta ao *momento da conclusão* dessas obras (fala-se em «execução», não em «início de execução»); donde a necessária prudência na fixação desse prazo, tanto mais que a responsabilidade só nasce quando esse prazo se esgota.

Duas notas sobre este ponto :

- 1ª – a «prudência na fixação» começa pela «prudência na proposta», que esta, e só esta, cabe ao Gabinete; o que implica uma ideia clara da obra a realizar, e de uma avaliação realista das suas dificuldades de execução ;
- 2ª – embora a lei o não diga expressamente, parece-nos inteiramente possível e razoável que o prazo seja prorrogado, a requerimento do interessado, desde que ele apresente justificação aceitável; é um poder discricionário do SREC deferi-lo ou não, e uma ou mais vezes .

De todo o modo, a lei não deixa dúvidas: não cabe ao Gabinete a decisão sobre o prazo, mas sim ao SREC (nº 1 do art. 42); o que não significa que o Gabinete não tenha uma função importante em todo o processo de contra-ordenação, como adiante melhor se explicita.

## B) PROCESSAMENTO

No que respeita ao processo de contra-ordenação, que leva à aplicação da coima, rege o citado DL 433/82, cujos artigos 33 e 34, nº 1, em conjugação com a alínea q) do art. 2 do decreto regulamentar regional 26/87-A, de 26/8, e com o nº 1 do art. 37 do DLR 15/84-A, determinam que compete ao Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo (aqui designado por «Gabinete», ou por GZCAH) a *proposta* de aplicação e a *organização* do processo das coimas a serem *aplicadas* pelo SREC, por infracções ao disposto neste último DLR.

Não tem aqui cabimento, por desnecessário, enunciar em pormenor todo o processo das coimas, tal como vem previsto no citado DL 433/82. Por força do imperativo das suas funções próprias, o Gabinete terá de possuir este diploma, por que se guiará na preparação daqueles processos. De resto, a tramitação processual é bastante simples, e desenvolve-se em duas fases, que são: (1ª) a investigação e instrução; e (2ª) a decisão final.

1º - Nos termos do nº 1 do art. 54 do DL 433/82, tem início o processo por *iniciativa oficiosa*. Na *investigação* indaga-se, factualmente, da existência de indícios (consistentes) da prática do facto ilícito, susceptível de punição com coima, havendo especialmente a considerar

o disposto nos artigos 48 e 49. Na *instrução* – que se segue à investigação – faz-se a recolha da prova e, sobretudo, dá-se a possibilidade ao arguido de se «pronunciar» sobre a matéria em causa (art. 50). Devem ser-lhe asseguradas garantias práticas de defesa, mesmo ainda antes da impugnação judicial das decisões administrativas, como decorre do *direito de audição* conferido ao arguido. Este deve, portanto, tomar conhecimento dos actos que lhe digam respeito. Neste ponto, observem-se os arts. 46, 47 e 59 do DL 433/82, assim como os arts. 111 e 112 do Código de Processo Penal (aprovado pelo DL 78/87, de 17/2), subsidiariamente aplicável por força do art. 41 do DL 433/82. O referido direito de audição do arguido parece não exigir a forma escrita, bastando-se com a regra geral da oralidade dos actos (art. 96, n.º 1, do Código de Processo Penal).

Em todo o caso, parece igualmente aplicável o art. 98 do Código de Processo Penal, no qual se assegura o direito do arguido a «apresentar exposições, memoriais e requerimentos em qualquer fase do processo».

Cumprе ainda realçar – no DL 433/82, e ainda quanto à *instrução* – os arts. 44 (testemunhas), 52 (deveres das testemunhas e peritos), 51 (processo de advertência) e 53 (defensor).

No entanto, as autoridades administrativas poderão, querendo, confiar a investigação e a *instrução*, no todo ou em parte, às autoridades policiais. A citada alínea q) do art. 2 do DLR 26/87-A parece limitar esta possibilidade, mas não cremos que a proiba de todo, deixando pelo menos espaço para qualquer investigação parcial, que eventualmente a Polícia possa efectuar com maior eficácia.

2º - A *decisão final* pode ter um de dois conteúdos: o arquivamento dos autos, ou a aplicação da coima.

Ouvido o arguido, e avaliada a prova disponível, pode ser decidido o arquivamento do processo, não havendo suficiente matéria para que seja aplicada a coima (nº 2 do art. 54). Caso contrário, a coima é aplicada, devendo atender-se aos dois números do art. 18, quando à determinação da medida da coima (isto é, o seu montante) no caso concreto.

Repete-se que não compete ao GZCAH a aplicação da coima, mas sim ao SREC: ao Gabinete cabe - só - propôr e organizar - não decidir - os processos de contra-ordenação (DRR 26/87-A, art. 2, q)).

A decisão do SREC deverá respeitar todos os requisitos do artigo 58, devendo o arguido ser informado da decisão por via de *notificação* que satisfaça as exigências (importantes) do nº 2 do art. 46.

### C) RECURSO

A regra é que todo o processo de contra-ordenação, no caso instruído pelo GZCAH, e decidido pelo SREC, é passível de recurso para Tribunal Judicial.

Sobre isto, interessa à autoridade administrativa, fundamentalmente, conhecer o disposto nos artigos 59, nº 3, e 62 do DL 433/82; nos termos dos quais deve, no caso em estudo, o SREC, dentro de 48 horas a contar da apresentação do recurso, enviar os autos ao representante do Ministério Público (nº 1 do art. 62).

O recurso pode ser interposto pelo arguido ou pelo seu defensor, para o efeito mandatado, no prazo de 5 dias a contar do conhecimento da decisão que aplicou a coima (nºs 2 e 3 do art. 59).

Pode, no entanto, o SREC, dentro do referido prazo de 48 horas, *revogar* a sua própria decisão, em vez de enviar os autos ao Ministério Público (nº 3 do art. 63).

#### D) PAGAMENTO

O pagamento da coima fixado pela autoridade administrativa (ou pelo Tribunal, no caso de ter havido recurso) pode fazer-se voluntária ou coercivamente.

Fixada a coima, por decisão de que não possa mais recorrer-se (transitada), o infractor tem duas semanas para efectuar o respectivo pagamento voluntário na Caixa Geral de Depósitos. Este prazo pode ser alargado até um ano, em casos justificados, e devidamente requeridos (art. 88).

Não se efectuando o pagamento voluntário, tem lugar a *execução*. Mas aqui a autoridade administrativa (no caso, o SREC) remeterá os autos ao Ministério Público, findo que seja o prazo para aquele pagamento voluntário (art. 89).

Não parece haver interesse em descrever com minúcia os termos da execução, que não compete ao SREC, e muito menos ao Gabinete.

### III

#### DO ENCERRAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL

Trata-se de uma medida sancionatória exclusivamente aplicável ao proprietário de estabelecimento comercial que omita as obras de conservação determinadas pelo SREC, em despacho do qual conste o prazo para aquelas obras serem executadas (DLR 15/84-A, art. 42, nº 3).

Há-de, portanto, verificar-se toda a situação do nº 1 do art. 42 e, conseqüentemente, a aplicação da sanção a

que se refere o nº 2 desse artigo (coima por não execução das mesmas obras); tudo segundo o que ficou dito acerca de tais aspectos (supra, II, A)).

Como resulta da palavra «ainda» (nº 3) e da conjugação do nº 1 com o nº 2 do art. 42, a determinação do encerramento não pode surgir isoladamente, antes acompanha a coima.

Outra questão é a de saber se a lei terá utilizado a expressão «proprietário do estabelecimento comercial» da melhor maneira; porque podem ser diferentes a propriedade do estabelecimento, e a do prédio onde o mesmo está instalado. Entendemos que o preceito contempla o proprietário do imóvel, se for também do estabelecimento; mas pode contemplar o mero dono do estabelecimento, porque não está excluído que ele próprio, e nessa qualidade, tenha procedido a obras: pode fazê-las por força do seu próprio contrato (será a maioria dos casos), mas também naquelas situações em que, arrendatário comercial, a lei permite que se substitua ao senhorio, em casos de urgência e necessidade.

#### IV

#### DO EMBARGO ADMINISTRATIVO

Prevê o nº 1 do art. 43 do DLR 15/84-A o embargo administrativo de quaisquer obras em que se tenha desrespeitado a disciplina jurídica imposta por aquele diploma.

Solução independente, o embargo pode ser aplicado *em separado* ou *em simultâneo* com as anteriores soluções meramente sancionatórias.

Resta saber quem tem competência para embargar, ou seja: o que deverá entender-se por «Administração» (nº 1 do art. 43).

Ora sempre foi - e continua a ser - um dado adquirido, ainda antes da própria feitura e vigência do DLR 15/84-A, que o Município tem competência para embargar. Assim era, aliás, ainda antes da lei das Autarquias Locais. Esta competência decorria já do artigo 165 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (DL 38.383, de 7 de Agosto de 1951; o primitivo art. 165 já previa a «suspensão dos trabalhos» ou a «demolição»; a redacção actual é a do DL 44.258, de 31 de Março de 1962, e é a que já fala em «embargo administrativo»).

Também não restam dúvidas de que o Município - através da Câmara ou do seu Presidente - viu confirmado esse mesmo poder na nova lei das Autarquias Locais (DL 100/84, de 29/3, arts. 51, nº 2, g), e 52, nº 1): aí vêm expressamente contemplados os embargos pela Câmara, ou pelo seu Presidente, das obras efectuadas «sem licença, ou com inobservância das condições desta».

É sabido que não podem ser executadas obras sem licenciamento, como diz o art. 2 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU). E não podem ser licenciadas obras que contrariem as leis em vigor. Assim diz, de resto com menor necessidade, o § único do art. 3 desse Regulamento, e o mesmo se extrai do texto fundamental sobre licenciamento de obras, o DL 166/70, de 15/4.

Ora, sabendo-se que uma dessas leis em vigor veio a ser precisamente o DLR 15/84-A, evidente se torna não ter sido preciso que este diploma trouxesse um dispositivo como o do nº 1 do seu artigo 43 para que a Administração *municipal* fosse dotada do poder de embargar; muito simplesmente, ela já detinha esse poder. Parece, desta maneira, que aquele nº 1 do art. 43 apenas explicitou, no que respeita ao Município, que também são embargáveis obras efectuadas contra o disposto neste DLR.

Já o mesmo se não dirá relativamente ao Governo Regional.

É certo que já o nº 2 do art. 8 do decreto regional 13/79-A, de 16/8, determina que poderão proceder ao embargo (também) os «serviços competentes da Secretaria Regional da Educação e Cultura». Todavia, o nº 1 do referido art. 43 traz uma achega importante neste domínio.

O diploma de 1979 era por completo omissivo quanto aos termos a seguir nos embargos; o que poderia levantar o problema de ser precisa uma decisão judicial favorável à Administração regional todas as vezes que fosse ordenado o embargo de uma obra pela SREC, neste caso concreto. Era este o sistema previsto no § 1 do art. 32 do decreto 20.985, de 7 de Março de 1932.

Ao remeter expressamente, neste ponto, para os termos do REGEU, o DLR 15/84-A *tornou inequívoco o modo como há-de processar-se o embargo, unificando a disciplina jurídica* aplicável aos embargos municipais e governamentais: a do art. 165, §§ 1º, 2º e 3º, do RGEU.

Significa isto que também a estes últimos é reconhecida uma determinante característica daqueles: a do privilégio de execução prévia; a de também estes constituírem actos administrativos definitivos e executórios, *não carecendo de decisão judicial para se tornarem efectivamente obrigatórios e terem plena eficácia jurídica*.

E esta explicitação quanto à intervenção governativa, no caso das obras ilegais feitas na Zona Classificada, fornece um elemento interpretativo para as demais intervenções previstas no artigo 8 daquele DR 13/79-A, sobre o Património Cultural da Região.

Como acontece com todos os actos administrativos definitivos e executórios, também deste cabe *recurso para os Tribunais Administrativos*, visando a sua anulação, dentro

do prazo de dois meses a contar das notificações a que se refere o § 2º do citado art. 165 do RGEU – isto tudo de acordo com os arts. 28, nº 1, a), e 29, nº 1, do DL 267/85, de 16/7 (lei do Processo nos Tribunais Administrativos).

Por último, os *serviços competentes* a que se refere o nº 2 do art. 8 do DR 13/79-A naturalmente serão o GZC AH e o SREC, posto que àquele cabe *propôr e organizar* o processo de embargos, e a este *tomar a decisão*: alínea q) do art. 2 do DLR 26/87-A e nº 1 do art. 37 do DLR 15/84-A.

## V

### DA SUBSTITUIÇÃO DO PROPRIETÁRIO PELA ADMINISTRAÇÃO

Na realização de obras de correcção (supra, II, A) pode «a Administração» substituir-se ao proprietário, à custa deste, sempre que – mas aparentemente apenas quando – tenha havido embargo (nº 2 do art. 43).

Entendemos, porém, que o texto deste nº 2 deve interpretar-se num sentido não restritivo. Seria absurdo que a substituição apenas fosse lícita tendo havido embargo. A razão de ser do preceito (garantir uma eficaz e pronta correcção) não se compadece com este entendimento. E a própria letra do preceito o não impõe. De facto, o «caso previsto no número anterior» não é o embargo, mera faculdade conferida à Administração: o «caso» é a realização de obras contra o disposto no diploma. Desta maneira, o elemento lógico da interpretação nos conduz à correcta interpretação declarativa.

De novo estamos no âmbito da competência «concorrente» da Câmara Municipal e do Governo Regional, uma vez que também o nº 2 do art. 43 há-de ser harmonizado com o RGEU (art. 166), por um lado, e com o DR 13/79-A, por outro.

Já se considerou (supra, IV) que a palavra «Admi-

nistração», no nº 1 do art. 43, presentemente significa a Câmara Municipal, como significa os serviços competentes da SREC; mas poderia caber mais. Isso sucede no nº 2 do mesmo artigo: é inteiramente possível que a entidade executora das correcções seja o departamento de Obras Públicas, a solicitação da SREC.

Confira-se agora o art. 166 do RGEU - dedicado precisamente ao poder que assiste ao Executivo camarário de *ocupar* o prédio para efectivação das obras em falta.

No tocante à SREC, o nº 2 do art. 7 do DR 13/78-A prevê a «substituição compulsiva do proprietário ou possuidor» na realização das obras, mas estas (só) de conservação ou restauro.

Já vimos que o DLR 15/84-A *alargou* tal poder às obras de correcção, justamente naquele nº 2 do art. 43.

A intervenção específica do GZCAH nesta área parece ainda ser a de *propôr e organizar*, a nível administrativo, as providências que se impuseram para corrigir os atropelos cometidos. Não é violência considerar esta actividade subsumida à alínea q) do art. 2 do DLR 26/87-A. A substituição da Administração ao proprietário decorre de toda a demais acção interventiva e fiscalizadora, representando dela, se aqui se chegar, o seu estágio final. Por isso se justifica que o GZCAH actue também neste campo, propondo e organizando o processo relativo à substituição compulsiva, sempre a decidir pelo SREC.

Uma última palavra, relativamente à unidade dos actos em questão. É razoável que quem embargou (se embargou) é que deva substituir-se, se necessário, ao proprietário infractor; razoável, mas não imposto pela lei. A competência concorrente que já vimos existir nestas áreas não impedirá, certamente, que quem iniciou um processo, por exemplo com um embargo, o conclua com a correcção forçada. Em-

bora no conceito de Administração caibam a regional e a municipal, não é de pensar que se disputem ambas o mesmo – se isso acontecer fará as coisas quem fizer primeiro –; mas a tradição portuguesa, em casos destes, está nos conflitos negativos, não nos positivos.

## VI

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mecanismos facultados à SREC, de que o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo devia ser o verdadeiro braço armado, permitem-lhe, como deixamos demonstrado, uma amplíssima intervenção em defesa do património que constitui a Zona Classificada: aliás, no exercício de verdadeiros deveres nacionais, e internacionalmente assumidos, como se vê do art. 4 da Convenção do Património Mundial, aprovada pelo decreto 49/79, de 6/6.

Está bem de ver que estes mecanismos precisam, para serem todos activados, e activados correcta, eficaz e oportunamente, de uma decidida vontade política, e também de meios técnicos, nomeadamente ao nível dos recursos humanos, que possibilitem as necessárias intervenções, previstas e mesmo impostas pela legislação estudada, pois se sabe como os direitos da Administração constituem poderes-deveres.

Um problema que não foi levantado neste parecer é o da compatibilização do DLR 15/84-A (e, afinal, a demais legislação regional sobre o património) com a lei 13/85, de 6/7, sobre o Património Cultural português.

Esta lei – que a Assembleia Regional dos Açores impugnou por inconstitucionalidade formal, – mantém-se ainda em vigor, uma vez que o Tribunal Constitucional ainda se não pronunciou sobre tal pedido.

Trata-se, por sua natureza e declarado âmbito, de uma lei geral da República. Como tal, aplicável na Região.

O problema está em saber-se em que medida, dada a pre-existência de diplomas regionais, como o DLR 15/84-A, por um lado, e, por outro, o seu art. 62, que estabelece: «Fica revogada a legislação que contrarie o disposto no presente diploma».

Nos termos do nº 3 do art. 7 do Código Civil, a lei geral não revoga a lei especial, excepto se outra for a intenção inequívoca do legislador. JORGE MIRANDA, ao invocar este preceito («Manual de Direito Constitucional», III, 262), aponta implicitamente a diferença que há entre a norma constitucional – que, superveniente, é revogatória de tudo o que a contrarie – e a lei geral da República – que não é tal.

Ora toda a história da lei 13/75 mostra que esta *não quis* revogar a legislação regional, porque se limitou a ignorá-la, como se pôs em relevo na Resolução que impugnou a constitucionalidade desta lei.

Neste entendimento, a lei 13/85 vigora na Região, mas sem prejuízo dos preceitos regionais previamente vigentes, e por natureza mesmo especiais ou específicos. É assim que, a nosso juízo, a lei 13/85 *não pôs em causa*, designadamente, os artigos 41, 42 e 43 do DLR 15/84-A. O que significa que o seu artigo 57 (que prevê a utilização do embargo *camarário*, a pedido da Administração central, e, subsidiariamente, do embargo *judicial*), não possa *também*, com as devidas adaptações, aplicar-se na Região.

Na verdade, já se viu a SREC pedir ao Ministério Público que promovesse, por via judicial, a reposição de construções indevidamente feitas. Sugerimos mesmo esta medida, e aprovámo-la porque, na ocorrência, a Administração não se sentia tecnicamente habilitada a uma intervenção mais directa, na sequência de um embargo que ainda decretara.

Mas não se chegou ao ridículo que sucedeu recentemente em Lisboa, com a Secretaria de Estado da Cultura a ser desautorizada pela Câmara Municipal, e só em face disto a recorrer aos meios judiciais.

Na posição que defendemos – a da coexistência dos meios – a possibilidade do embargo administrativo a ser decretado pela SREC, e a da intervenção coerciva da Administração regional, constituem faculdades. Não impedem, a nosso ver, o recurso a meios mais morosos. Mas o desejável, o recomendável – enfim, o natural – é que estes meios se não utilizem. Uma Administração, por definição mesma, é eficaz. O não uso de (todos) os meios legais de que dispõe revela uma falha que deve ser ultrapassada com a maior urgência, em nome da própria coerência e credibilidade dessa Administração.

Isto quer dizer, designadamente, que o Gabinete da Zona Classificada não pode continuar desprovido de meios como tem vivido até agora. Ele deve ser dotado prioritariamente dos elementos que lhe faltam. A boa vontade tem existido, e é indispensável, mas não pode suprir essas carências.

Quer dizer, por outro lado, que é indispensável um entendimento e uma articulação de actividades entre a Administração regional e a central, até porque há responsabilidades nacionais num conjunto classificado no Património Mundial. Há critérios que podem e devem ser afinados em conjunto, e importantes concursos técnicos que devem ser utilizados pela Região. E o Gabinete não pode continuar de costas voltadas para o Instituto Português do Património Cultural, bem como este não pode ignorar o que, nesta Região, se passa em termos de defesa e valorização do Património.

*Álvaro Monjardino*

*(com a colaboração do Dr. Duarte Rego Pinheiro)*

## VIDA DO INSTITUTO

### NECROLOGIA

PROF. DOUTOR FRANCIS MILLET ROGERS  
(1914 - 1989)

Sócio honorário do Instituto Histórico da Ilha Terceira e, também quanto aos Açores, membro de outras associações culturais, faleceu Francis Millet Rogers, na cidade de Morristown, New Jersey, em Agosto de 1989. Tendo sido figura destacada na Harvard University e orador de fácil comunicação, foi autor de diversificada bibliografia de interesse português, designadamente a de conteúdo açoriano, assim também bibliófilo dispendo de vasta e seleccionada biblioteca. Contava 74 anos e havia nascido a 26 de Novembro de 1914, em New Bedford, Mass. Descendente de açorianos, por linha paterna e por sua mãe, e com uma avó de origem irlandesa, mulher de John Rogers (João Rosa, capitão da frota baleeira norte-americana, natural da Horta, ilha do Faial), devotou-se Francis Millet Rogers, desde o início da sua carreira de estudioso, a variados temas da cultura portuguesa, alguns dos quais aprofundou, como no particular do Infante D. Pedro das Sete Partidas do Mundo. Era sócio correspondente da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa e pertencia a outras instituições culturais portuguesas, aliás também a sociedades similares americanas e europeias.

Fica o Prof. Doutor Francis Millet Rogers especialmente ligado aos Açores e à Madeira pelo volumoso tomo *Atlantic Islanders of the Azores and Madeiras*, sendo que os

seus percursos de estudioso insular se encontram sinalizados no texto da conferência *O Infante, os Açores e eu*, proferida em Angra do Heroísmo a convite do Instituto Histórico em seguimento da condecoração com que foi agraciado (Ordem do Infante D. Henrique, grau de Cavaleiro).

Uma vez licenciado pela Universidade de Cornell, deslocou-se F. M. R. para a Europa (França – Sorbonne, e Portugal), onde estendeu os seus estudos e reflectiu as tradições europeias da família, muito especialmente a bem portuguesa dos Açores.

Entregue ao magistério na Harvard University, pela qual se doutorara em Filologia Comparada, foi F. M. R. professor de Línguas e Literatura Românicas, vindo a ser o primeiro titular da cátedra de Nancy Smith, instituída pelo lusófilo Robert Smith, ao qual sucedeu o brasileiro Prof. Doutor Joaquim Francisco Coelho.

Diversas distinções *honoris causa* foram atribuídas ao Prof. Rogers, contando-se, entre outras, as da Loyolla Univ., da Univ. da Bahia, da Univ. de San Marcos (Lima, Peru), de Georgetown Univ., do Assumption College, do Duques College, do Providence College e do então New Bedford Institute of Technology. Também a universidade holandesa de Nijmegen o recebeu como laureado.

Além de correspondente da referida Academia portuguesa, e muito ligado a acções da Fundação Calouste Gulbenkian nos Estados Unidos – culturais umas e de apoio à investigação da chamada doença do Machado ou de Joseph outras, pertencia também F. M. R. à Sociedade de Geografia, à Medieval Academy of America, à Modern Language Association of America e à Catholic Commission on Intellectual and Cultural Affairs. Coadjuvou a International Association of Universities, o Emmanuel College (Boston), o Whaling Museum de New Bedford, etc.

Dentre as suas principais publicações são de apontar as duma lista que, a meu próprio pedido, me forneceu, quando trabalhei em pesquisa bibliográfica açoriana na sua biblioteca particular e na da Universidade de Harvard. São, por sua selecção, as que abaixo ficam indicadas.

Books and Booklets by Francis Millet Rogers

- Voice Radio Communication on an International Basis; - Higher Education in the United States: A Summary View; - The Obedience of a King of Portugal; - American Juniors on the Left Bank; - List of Editions of the Libro del Infante don Pedro de Portugal; - O sonho de Unidade entre Cristãos Ocidentais e Orientais no Século XV; - The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal; - The University of San Marcos in Lima, Peru; - Libro del Infante don Pedro de Portugal; - The Quest for Eastern Christians Travels and Rumor in the Age of Discovery; - Portugal: Historical Background; - Europe Informed An Exhibition of Early Books Which Acquainted Europe With the East; - Precision Astrobale: Portuguese Navigators and Transoceanic Aviation; - Americans of Portuguese Descet: A Lesson in Differentiation; - The Portuguese Heritage of John Dos Passos; - Portuguese-Speaking Celebration, Festival Bostonian; - Atlantic Islanders of the Azores and Madeiras; - Harvard and Veritas: An Expression of Gratitude; - O Infante, os Açores e Eu; - Welcome to the Cable Trail. . . Horta: e Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos (In collaboration with Rebecca Catz).

*João Afonso*



## ACTAS

Primeira Reunião Ordinária de Mil Novecentos e Oitenta e Nove.

Aos trinta dias do mês de Janeiro de mil novecentos e oitenta e nove, na cidade de Angra do Heroísmo, e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião ordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e artigo um, números um e dois do Regulamento. Eram dezasseite horas e trinta minutos. Estiveram presentes os seguintes sócios efectivos: Dr. Álvaro Monjardino, Presidente; Emanuel Félix; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, Tesoureiro; Padre João Maria Mendes; Dr. José Guilherme Reis Leite, Secretário; Dr. José Leal Armas; Coronel José Manuel de Ataíde Montez, Governador do Castelo de São João Baptista; Dr. José Olivio Mendes Rocha, Director do Museu de Angra do Heroísmo; Dr. José Orlando Bretão; Dr<sup>a</sup> D. Mariana Mesquita, Directora da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo; Dr. Rafael Valadão dos Santos.

Foi distribuída a acta da reunião anterior, que depois de lida foi aprovada.

Antes da ordem do dia o Presidente deu conhecimento da correspondência, nomeadamente duas circulares do Presidente do Centro de Estudo de História do Atlântico, Professor Doutor Luis de Albuquerque anunciando a realização do Segundo Colóquio Internacional de História da Madeira, a realizar no Funchal entre dezoito e vinte e três de Setembro do corrente ano, com três áreas - História da Madeira; História das Ilhas Atlânticas; Encontro de Culturas no

Atlântico – e convidando à inscrição dos sócios da nossa agremiação. Foi decidido participar e inscreveram-se os seguintes sócios: Dr. Álvaro Monjardino, Dr. José Reis Leite e Dr. Olivio Mendes Rocha.

Um ofício do Reitor da Universidade dos Açores comunicando a realização, nos Açores, da Terceira Semana da Cultura Açoriana e Catarinense, em realização conjunta daquela universidade e da de Santa Catarina. Solicitava também a colaboração do Instituto, ficando decidido apoiar a iniciativa.

O anúncio, pelo Arquitecto António Meneres, dum colóquio da APOM a decorrer em Fevereiro, na cidade de Aveiro, e convidando o Presidente do nosso Instituto a estar presente.

Uma circular da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo participando a realização duma Feira do Livro, itinerante pelas diversas freguesias do concelho e solicitando participação da nossa agremiação. Foi decidido encarregar o tesoureiro a enviar as publicações disponíveis.

Uma carta do Almirante Vasco Santos Viegas declinando, por motivos de ordem particular e profissional, o convite para sócio correspondente do Instituto.

Os sócios Emanuel Félix e Dr. José Orlando Bretão deram conhecimento dum texto de protesto, que vão divulgar, sobre a não escolha, pelo Presidente da República, de Angra do Heroísmo para local das comemorações nos Açores de dez de Junho, Dia de Portugale das Comunidades Portuguesas. Entregaram um exemplar para arquivo.

O consócio Coronel José Ataíde Montez, novo Governador do Castelo de São João Baptista, por ser a primeira vez que assistia a uma reunião, apresentou os seus cumprimentos e disse do grande gosto que tinha de ocupar o seu lugar como nosso associado. O Presidente saudou o novo Governador do Castelo.

O consócio Padre João Maria Mendes informou que o Senhor Bispo de Angra e Ilhas dos Açores nomeou dois sócios do Instituto, ele próprio e o Dr. Jorge Forjaz, como representantes da Região na Comissão Nacional, no âmbito da Conferência Episcopal Portuguesa, para comemorar os cinco séculos da evangelização portuguesa.

Passou-se de seguida à ordem do dia que constava de dois pontos, a saber: ponto primeiro - discussão e votação do relatório do Presidente e das contas de gerência de mil novecentos e oitenta e oito; ponto segundo - discussão e votação do plano de trabalhos para mil novecentos e oitenta e nove.

Em relação ao ponto primeiro o Presidente pôs à discussão o relatório e as contas referentes a mil novecentos e oitenta e oito, que haviam sido previamente distribuídas e que vão em anexo a esta acta. Informou ainda que o boletim de mil novecentos e oitenta e seis se encontrava em distribuição e que o tomo primeiro do boletim de mil novecentos e oitenta e sete já havia sido entregue pela tipografia.

O consócio Emanuel Félix informou que já tinha recolhido todo o material para o seu livro «Paramentos antigos nos Açores» faltando unicamente fotografar os do Colégio de Angra, que se encontram no Museu de Angra em estado de deterioração. Foi pedido ao consócio que os fotografasse no estado em que se encontram para se ultimar o livro.

O relatório e as contas depois de discutidos foram aprovados.

Em relação ao ponto segundo o Presidente pôs à discussão o plano de actividades para mil novecentos e oitenta e nove. O consócio Dr. Maduro Dias propôs que a venda das edições do Instituto se fizesse por contratos directamente efectuados com as livrarias e não com um contrato com uma distribuidora, como se assinou nos últimos anos, sem êxito.

O consócio Emanuel Félix propôs que se distribuisse pelas Juntas de Freguesia e Párocos a edição do Instituto referente aos textos internacionais sobre Património, o que foi aprovado. Propôs ainda que se fizesse uma informação, a enviar ao Senhor Bispo para ser distribuída pelos párocos, sobre regras e cuidados a ter na conservação do património cultural. Ficou decidido encarregar o consócio Emanuel Félix de elaborar o referido documento que o Instituto fará chegar às paróquias.

O plano de trabalhos para mil novecentos e oitenta e nove foi aprovado e vai em anexo a esta acta.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão quando eram dezanove horas e trinta minutos, de que lavrei a presente acta que vai por mim Secretário, assinada, e pelo Presidente.

*O Presidente,*  
Álvaro Monjardino

*O Secretário,*  
José Guilherme Reis Leite

## RELATÓRIO DO PRESIDENTE

### I

#### REUNIÕES

1. Durante o ano de 1988, o Instituto realizou as duas reuniões ordinárias que o artº 7 dos Estatutos prevê. Faz-se-lhes aqui apenas uma referência sumária, porquanto as respectivas actas constam do Boletim.
2. A reunião ordinária de Janeiro realizou-se em 15 e 18 desse mês.  
Nesta reunião, fundamentalmente, aprovaram-se o Relatório das Actividades do ano transacto, bem como as contas, e ainda o Plano de Trabalhos para 1988. No 2º dia desta reunião, incorporou-se no trabalho do Instituto uma sessão da Associação de Auditores de Defesa Nacional, em que se produziram duas conferências. Esta incorporação, por alargamento da reunião ordinária, fez-se ao abrigo dos artigos 2º, nº 1 e 7º, nº 3, dos Estatutos.
3. A 2ª reunião ordinária teve lugar em 26 de Junho. Nela se apreciou a execução do Plano de Trabalhos em curso, e se aprovou um «documento de reflexão» relativamente, às Jornadas sobre o Património, destinado também a ser divulgada junto das entidades de alguma maneira ligadas aos problemas de preservação e valorização do Património construído.  
A Mesa reuniu, em sessão de trabalhos, nos dias 5 de Fevereiro, 5 e 19 de Março, 2 e 9 de Abril, 11 de Junho e 12 de Novembro.

## II

### EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS

#### 1º *Boletim*

4. O ano de 1988 repetiu os problemas com que a Mesa cronicamente se debate quanto à realização gráfica do Boletim. Mais uma vez se mudou a tipografia, e chegou-se ao ponto bizarro de já haver Boletim de 1987, quando o de 86 ainda não se encontra pronto.
5. Efectivamente, este Boletim de 1986, cujas primeiras provas estavam efectivamente em revisão há um ano, não passou até Dezembro, do aprontamento das separatas, oportunamente distribuídas. Até ao fim do ano, mau grado as pressões e as insatisfações da Mesa, o Boletim não estava pronto, e só ficará depois de Janeiro de 1989.
6. Do Boletim de 1987, constituído fundamentalmente pelas actas do Colóquio «Os Açores e as dinâmicas do Atlântico», já foi entregue ao Instituto o 1º tomo, pelo que se prevê para breve a distribuição deste e do seguinte.
7. O Boletim de 1988 é basicamente constituído pelo «In Memoriam» de José Agostinho. Quase todos os originais estão reunidos e serão entregues na tipografia tão depressa saia o Boletim de 1987.

#### 2º *Actividade Editorial: a) Fenix Angrense*

8. Está em impressão, e em 2ª revisão, o 1º tomo (livros I e II) dos que formarão a parte histórica de «Fenix An-grense», segundo leitura e transcrição de Helder Lima. Preve-se o lançamento em 1989 de obra completa.
- 2º (cont.): b) «*Os Açores e o Dominio Filipino*»
9. O 2º volume desta obra foi entregue em 1988, e dis-tribuído.
- 2º (cont.): c) «*Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a história das Nove Ilhas dos Açores*», segundo leitura e transcrição de José Guilherme Reis Leite.
10. Está em impressão, e deve ser lançado em 1989.
- 2º (cont.): d) «*Opúsculo com os trabalhos de Mons. Inocêncio Enes*».
11. Foi respectivamente lançado no 1º semestre de 88 a quando da inauguração das obras de restauro da igreja dos Altares.
- 2º (cont.): e) «*Ordens de Serviço do Exército de D. Pedro IV*»
12. Continua em preparação esta edição.
- 2º (cont.): f) «*Colaboração na preparação do «Livro das Fortalezas», de Manuel Coelho Baptista de Lima, e do livro sobre paramentos antigos dos Açores, de Emanuel Félix.*»
13. Manteve-se a disponibilidade de Instituto para esta co-

laboração, que todavia não se mostrou necessária; ignora-se quando estarão estas obras a ponto de se publicarem.

*3ª Revisão das condições e medidas de divulgação para as publicações do Instituto, bem como dos seus canais de distribuição.*

14. Fechou-se contrato com a empresa «Brumarte», de Ponta Delgada. Porém os resultados revelaram-se insatisfatórios, e houve que regressar à situação anterior.

*4ª Organização do Dia Português do Património Mundial, precedido das Jornadas sobre o Património.*

15. Cumriu-se integralmente este ponto do Plano de Trabalhos. As «Jornadas sobre o Património» tiveram lugar em Angra, nos dias 15 e 16 de Abril, nelas participando elementos, vindos de propósito, entre os quais a directora da Divisão do Património da UNESCO, e os presidentes das Comissões Nacionais portuguesa e espanhola do ICOMOS.

16. O Dia Português do Património foi celebrado nesta cidade, no dia 18 de Abril, com uma sessão na Câmara Municipal, precedida de uma visita a Santa Cruz da Graciosa, feita com a colaboração da Força Aérea Portuguesa, e da Câmara Municipal daquela Vila.

17. Na sequência daquelas Jornadas e desta comemoração, o Instituto aprovou um «documento de reflexão» no qual se registaram e desenvolveram vários pontos ali abordados, e se fez um comentário da aplicação, à realidade da

Zona Classificada de Angra do Heroísmo, da «Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas».

5. *Criação de uma secção regional da Comissão Portuguesa do ICOMOS.*
  
18. Reuniu em Angra, em 18 de Abril, a Assembleia Geral da Comissão Portuguesa do ICOMOS. Esta Assembleia aprovou – mas apenas na generalidade – a proposta que o Instituto apresentou para a criação das secções regionais. Ficou formado um grupo de trabalho para estudar e propor um texto final para alteração dos estatutos da Comissão portuguesa. O Presidente e o Tesoureiro do Instituto integraram esse grupo de trabalho. Apenas o Presidente participou numa reunião do referido grupo, havida em Lisboa, tendo-se aí chegado a um texto de consenso. Aguarda-se que, em próxima Assembleia, se vote o mesmo texto para alteração dos estatutos.

6º *Comemoração do Centenário de José Agostinho*

19. Durante o ano, além da preparação de textos para o «In Memoriam», fez-se a recolha de todos os trabalhos de José Agostinho que integrarão os volumes II e III das «Obras» que o Instituto vai publicar; estes volumes tratam da «História e Vária» (II) e das palestras de vulgarização radiofónica (III). Realizaram-se duas reuniões com a Universidade dos Açores, que está comprometida a fazer a recolha dos trabalhos científicos que constituirão o I volume (Ciências da Natureza).

7º *Continuação das acções atinentes à promoção e valorização do património cultural*

20. Durante 1987, e na sequência de diligências em que o Instituto se empenhou, procedeu-se à obra de consolidação da muralha do Castelo de S. Sebastião, levada a efeito pelo Estado Maior Naval.
21. O Presidente e o Tesoureiro do Instituto, juntamente com o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, colaboraram nos textos e na concepção de um desdobrável sobre a cidade-património mundial, que a Direcção Regional dos Assuntos Culturais se propõe editar.
22. Têm sido feitas repetidas diligências junto do Governo Regional, da Câmara Municipal e da EDA (Electricidade dos Açores, EP) no sentido dos cuidados a haver na realização da rede eléctrica de Angra, e bem assim no que respeita à iluminação dos monumentos mais significativos da cidade. Este assunto não está a ser satisfatoriamente resolvido, e impõe-se um esforço adicional no sentido, inclusivamente, de corrigir o que de errado se fez.
23. Prosseguiram as operações de limpeza do Forte de S. Bartolomeu das Cinco Ribeiras, até um estágio a partir do qual será imprudente avançar-se mais. A continuação dos trabalhos depende agora do projecto de recuperação, a elaborar pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
24. As Separatas dos «textos internacionais sobre a preservação e valorização do património» foram distribuídas durante as «Jornadas» de Abril, e no encontro «Os tempos da cidade», promovido pela Câmara Municipal. Mas ainda não se encetou o programa de divulgação pelos estabelecimentos de ensino, e organismos oficiais e culturais.

*8º Presença em manifestações culturais com interesse e significado para a Região*

25. Em 26 e 27 de Abril decorreu em Angra um «Seminário sobre a defesa e conservação do património construído», no qual o Instituto participou, através do seu Tesoureiro.
  26. Em 5 de Maio realizou-se em Angra um «Seminário sobre a viagem de Bartolomeu Dias e a problemática dos Descobrimientos», promovida pela Universidade dos Açores, em que o Instituto participou, pelo seu Presidente.
  27. De 24 a 26 de Novembro, o Presidente e o Tesoureiro do Instituto tomaram parte nas «Jornadas Internacionais sobre Urbanismo e Poder Local», realizadas em Coimbra. O Tesoureiro apresentou nestas Jornadas uma comunicação sobre «O caso de Angra do Heroísmo».
  28. Em 3 de Dezembro teve lugar, na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, um encontro subordinado ao tema «Os tempos da Cidade». O Tesoureiro do Instituto apresentou uma comunicação sobre «O Sismo e a Reconstrução», e o Presidente, outra comunicação com o título «Angra: um passado para o futuro».
9. *Regularização do pagamento de quotas*
29. A recuperação dos atrasos no pagamento das quotas fez progressos consideráveis, mas ainda se não pode considerar completa.

III

30. Em cerimónia pública, foi entregue pelo Presidente do

Governo Regional dos Açores o diploma relativo ao reconhecimento do Instituto como pessoa colectiva de utilidade pública .

31. O Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias , Tesoureiro do Instituto , foi nomeado Director do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo . Registe-se , porém , que os demais membros do Gabinete nunca foram nomeados , o que tem dificultado a acção do mesmo . Verifica-se , igualmente , que se não conseguiram ainda os apoios técnicos em ordem ao Plano da Salvaguarda da Cidade .
32. As obras na dependência anexa à Igreja de S. Francisco , destinada à Sede do Instituto , iniciaram-se com a prioridade solicitada , e estão próximas da sua conclusão .
33. Regista-se que em Dezembro se assinou o protocolo de geminação de Angra do Heroísmo com Évora , assim solidarizando as duas únicas cidades portuguesas cujos centros históricos estão na lista do Património Mundial , e garantindo futuros e frutuótos intercâmbios de natureza técnica e cultural .

CONTAS DE 19881. RECEITAS

## 1.1 Saldo do ano anterior (1987)

a prazo . . . . .	300.000\$00
à ordem. . . . .	250.384\$30
caixa. . . . .	18.923\$50

1.2 Quotas . . . . . 126.512\$00

1.3 Vendas . . . . . 129.501\$00  
 (1987) Adriano . . . 30.795\$00 . 160.296\$00

1.4 Subsídios da SREC . 2.500.000\$00  
 (1987) » » » . . 1.000.000\$00 . 3.500.000\$00

1.2 Juros . . . . . 28.911\$20

1.2 Jornadas sobre Património. . . . . 812.875\$00

TOTAL . . . . . 5.197.902\$00

2. DESPESAS

2.1 Expediente . . . . . 43.638\$50

2.2 Jornadas de Protecção ao Património . 1.006.187\$00

## 672 Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira

### 2.3 Edições :

- Os Açores e o Atlântico
- O Dominio Filipino
- Boletim do Instituto
- Festas e Tradições da  
Freguesia dos Altares . . . 3.034.682\$00

### 2.4 Apoio a projectos em curso

- Colecção de Ordens do Dia  
do Exército de D. Pedro IV  
nos Açores
- Obras de José Agostinho
- Fénix Angrence . . . . . 865.025\$00

2.5 Diversos . . . . . 61.400\$00

TOTAL . . . . . 5.010.932\$50

## 3. RESUMO

Total Receitas . . . . . 5.197.902\$00

Total Despesas . . . . . 5.010.932\$50

Saldo a transitar . . . . . 186.969\$00

**PLANO DE TRABALHOS PARA 1989**

1. Publicação dos Boletins de 1987 e 1988  
Preparação do Boletim de 1989, com apresentação prévia dos seus trabalhos.
2. Continuação das actividades editoriais do Instituto
  - a) Publicação da parte histórica da «Fenix Angrence».
  - b) Publicação dos «Apontamentos Topographicos, Politicos, Civis e Eclesiáticos para a História das Nove Ilhas dos Açores», de Francisco Ferreira Drumond.
  - c) Preparação da edição das «Ordens do Exército de D. Pedro IV», coligidas por José Soares Braklamy.
  - d) Publicação das Obras de José Agostinho, em colaboração com a Universidade dos Açores.
  - e) Colaboração na preparação no «Livro das Fortalezas», de Manuel Coelho Baptista de Lima, e no livro sobre paramentos antigos de Emanuel Félix.
3. Nova revisão das condições e métodos de divulgação das publicações do Instituto, nomeadamente incremento de permutas.
4. Criação da secção regional da Comissão Portuguesa do ICOMOS.

5. Comemoração do 2º centenário do nascimento de Jerônimo Emiliano de Andrade .
6. Continuação das acções atinentes à promoção e valorização do património , em colaboração com os departamentos da Administração e os Órgãos de Comunicação Social .
7. Presença em manifestações culturais com interesse e significado para a Região .
8. Quota fixa-se , para 1989 , em 1 .300\$00 .

## ACTA

Segunda Reunião Ordinária de Mil Novecentos e Oitenta e Nove .

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de mil novecentos e oitenta e nove , na cidade de Angra do Heroísmo , e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira , no Edifício de São Francisco , em segunda convocatória , por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios , realizou-se a segunda reunião ordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e dos números um e três do artigo primeiro do Regulamento Interno . Eram dezassete horas e trinta minutos . Estiveram presentes os seguintes sócios efectivos: Dr . Álvaro Monjardino , Presidente; Emanuel Félix; João Afonso; Padre João Maria Mendes; Dr . Jorge Forjaz; Dr . José Guilherme Reis Leite , Secretário; Coronel José Manuel de Ataíde Montez , Governador do Castelo de São João Baptista; Dr . José Olivio Mendes Rocha , Director do Museu de Angra do Heroísmo; Arquitecto Luís Durão; Dr<sup>a</sup> D . Mariana Mesquita , Directora da Biblioteca e Arquivo de Angra do Heroísmo; Dr . Rafael Valadão dos Santos; Dr . Rui Meireles .

Foi distribuída a acta da reunião anterior , que depois de lida foi aprovada .

Antes da ordem do dia o Presidente deu conhecimento da correspondência , nomeadamente um officio do Director Regional dos Assuntos Culturais informando que havia sido concedido ao Instituto um subsídio de quatro milhões e cem mil escudos , para o plano de actividades do ano corrente , por portaria do Secretário Regional da Educação e Cultura . Foi de seguida referida pelo Presidente a apreensão pela escassez de meios postos à disposição da nossa agre-

miação neste ano para mais quando estão a decorrer múltiplas iniciativas .

Um outro ofício do Gabinete de fiscalização e recuperação de imóveis de interesse público remetendo o auto de recepção provisório da obra da nova instalação do Instituto e anunciando a entrega das chaves ao tesoureiro Dr . Francisco Maduro Dias . No auto de recepção a nossa agremiação foi representada pelo consócio Arquitecto Luís Durão , como consta da respectiva acta datada de nove de Junho corrente .

O Presidente informou que no dia vinte e oito de Maio havia sido entregue , como donativo , ao Instituto , pela Associação de Emigrantes Lusíadas através da administração da Multigrupo , o Grande Dicionário da Língua Portuguesa , de José Pedro Machado .

O consócio João Afonso apresentou a seguinte proposta :

«Permito-me chamar a atenção do Instituto Histórico no sentido da importância de que se revestiriam , para os Açores , os estudos de vária ordem nos seguintes pontos relativos ao findar do século dezasseis :

Primeiro . As acções , em quase todo o arquipélago , dos corsários , designadamente elizabetanos .

Segundo . A presença na ilha Terceira , a partir de Julho de mil quinhentos e oitenta e nove (completam-se quatro séculos) , do holandês Jan Hughes van Linschoten .

Quanto ao segundo ponto , preconizo que se proceda à leitura e cópia do processo judicial relativo ao *galeão de Malaca* , concluído em Lisboa em mil quinhentos e noventa e dois , cujo naufrágio em Angra (Agosto de mil quinhentos e noventa e dois) originou a presença , nesta cidade , de Linschoten .

Essa peça - cujo original se encontra em arquivo nos

reservados da Biblioteca Nacional – é, ao meu parecer, de relevante importância para o conhecimento da vida social e económica angrense.

Seria também de interesse (e reincidente na ideia) estabelecerem-se relações com a sociedade que, na Holanda, se ocupa de Linschoten e tem reeditado as obras do seu patrono, incluindo a carta mapográfica de Angra (em dimensões reduzidas).

Os estudos de «Angrensiana» recomendariam a recolha duma bibliografia especializada, ao longo de mais de quatro séculos, realçando a importância que ressalta da apresentação universal de Angra e dos Açores por intermédio do *Itinerário* e das posteriores edições, sob diversos títulos, desta obra de Linschoten.

Quanto ao primeiro ponto e dado que o Núcleo Cultural da Horta pretende lembrar a incursão do Conde de Cumberland no Faial, seria porventura curioso entenderem-se os dois institutos no sentido de delinear um programa evocativo de cooperação intercultural.

*O sócio efectivo,*

João Afonso

Angra, vinte e sete de Junho de mil novecentos e oitenta e nove»

O Presidente informou que efectivara já diligências para contactos com a referida Sociedade, mas que estes haviam sido infrutíferos, e que iria renová-los.

Foi aprovado um voto de congratulação pelas novas instalações do Instituto a cuja inauguração se procedeu em sessão solene, a que assistiram as autoridades civis e eclesiásticas da Região, que decorreu no dia vinte e três de Junho corrente.

O Director do Museu, referiu que, com a nova insta-

lação da nossa agremiação e não estando em causa a continuação do apoio que aquele estabelecimento público dá ao Instituto, propunha que fossem redefinidos os termos desse apoio, nomeadamente no campo burocrático. Foi decidido encarregar a Mesa de solucionar este assunto.

Foi aprovado um voto de pesar pelo incêndio decorrido no edifício da reitoria da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, lamentando-se a perda dum inestimável património cultural.

Foi também aprovado um voto de pesar pela morte do sócio honorário do Instituto, Comendador João Soares de Medeiros, figura ilustre da colónia açoriana no Rio de Janeiro e Presidente honorário da Casa dos Açores naquela cidade.

Passou-se de seguida à ordem do dia que constava de dois pontos, a saber: ponto primeiro – preparação do boletim de mil novecentos e oitenta e nove; ponto segundo – balanço às actividades do Instituto conforme o Plano de Trabalhos.

Em relação ao ponto primeiro o Secretário, Dr. José Guilherme Reis Leite, deu conhecimento dos trabalhos já recebidos para este boletim, tendo-se decidido deixar em aberto o referido boletim a fim de se poderem vir a incluir outros trabalhos, uma vez que não era possível enviá-lo já para a tipografia.

Em relação ao ponto segundo fez-se um balanço ao plano de actividades do ano em curso.

Do boletim de mil novecentos e oitenta e sete já foi entregue pela tipografia o tomo primeiro, aguardando-se que se ultime o tomo segundo, cujas provas já foram revistas. O boletim de mil novecentos e oitenta e oito vai ser entregue na tipografia, ficando-se a dever o atraso a restrições orçamentais.

No referente à actividade editorial o Presidente anun-

ciou que o volume primeiro da «Fénix Angrence» havia sido lançado em sessão pública na nova sede do Instituto, em vinte e três do corrente; que os «Apontamentos Topográficos etc» de Francisco Ferreira Drumond se encontravam já compostos e que se previa a saída a público até final do ano; que a preparação da edição da «Ordens do Exército de Dom Pedro Quarto» se encontrava na mesma situação; que a publicação das obras de José Agostinho, tinha pronto para entrar na tipografia o volume referente às palestras no Rádio Club de Angra, mas que devido à situação financeira não se havia avançado, estando em preparação os outros dois volumes; que em relação aos dois outros livros dos consócios Doutor Baptista de Lima e Emanuel Félix, não havia nada de novo.

Quanto às novas condições e métodos de divulgação das publicações do Instituto, apesar dos esforços da Mesa, não havia sido possível encontrar uma boa solução.

Em referência à criação da secção regional da Comissão Portuguesa do ICOMOS informou o Presidente que se realiza uma Assembleia Geral no dia quatro de Julho em Lisboa, em cuja ordem do dia está inscrita a discussão da criação das secções regionais.

Sobre a comemoração do segundo centenário do nascimento do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade o Presidente deu conta das diligências que efectuara junto do Dr. António Azevedo Rosa pedindo a colaboração para se assinalar esta efeméride. O consócio João Afonso referiu que a Escola Secundária de Angra do Heroísmo estava a preparar um vasto programa para assinalar esta data, durante o mês de Setembro.

Quanto a acções atinentes à valorização do património foram referidas, pelo consócio Dr. Jorge Forjaz, algumas situações preocupantes na recuperação de edifícios

na zona classificada da cidade e foi assinalada com aplauso a iluminação do Castelinho, pela Câmara Municipal e o anúncio, pelo consócio Coronel Ataíde Montez, da próxima iluminação das muralhas viradas à cidade, do Castelo de São João Baptista. O consócio Padre João Maria Mendes chamou a atenção para a necessidade de reparação e conservação do monumento erigido por ocasião dos centenários, em mil novecentos e quarenta, no Pico Martim Simão, nos Altares, referindo ainda que tinha noticia duma intenção de se transformar o referido pico numa reserva natural.

Foi por último referido que a nossa agremiação tinha estado presente através do seu Presidente ou de outros consócios numa delegação de Angra do Heroísmo à cidade de Évora, no mês de Abril; num colóquio sobre o Espírito Santo, promovido pela Casa dos Açores em Lisboa durante o mês de Junho e que se preparava a participação em Julho num colóquio em Tomar, também sobre o Espírito Santo e outro em Setembro, na Madeira, sobre a história do Atlântico. Foi referenciado que o Instituto Organizara, com êxito, uma exposição durante a visita Presidencial aos Açores, a pedido da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, cujo tema era os «Açores no século quinze».

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão quando eram vinte horas, de que lavrei a presente acta que vai por mim Secretário, assinada, e pelo Presidente.

*O Presidente,*  
Álvaro Monjardino

*O Secretário,*  
José Guilherme Reis Leite

## ACTA

Primeira Reunião Extraordinária de Mil Novecentos e Oitenta e Nove.

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de mil novecentos e oitenta e nove, na cidade de Angra do Heroísmo, e na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no Edifício de São Francisco, em segunda convocatória, por à hora marcada para a primeira não se encontrar presente a maioria dos sócios, realizou-se a primeira reunião extraordinária convocada pelo Presidente nos termos do artigo sétimo do Estatuto e para os fins previstos, no artigo segundo, número um do Regulamento Interno. Eram dezassete horas e trinta minutos. Estiveram presentes os seguintes sócios efectivos: Dr. Álvaro Monjardino, Presidente; Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias, Tesoureiro; Padre João Maria Mendes; Dr. José Guilherme Reis Leite, Secretário; Dr. José Olivio Mendes Rocha, Director do Museu de Angra do Heroísmo.

Foi distribuída a acta da reunião anterior, que depois de lida foi aprovada.

Antes da ordem do dia o Presidente deu conhecimento da correspondência, nomeadamente o envio pelo Chefe do Estado Maior do Exército, a pedido do Presidente do Instituto, da cópia do protocolo estabelecido entre aquela entidade e o Instituto Português do Património Cultural, com o fim de colaboração atinente ao restauro e conservação dos monumentos militares portugueses. Foi decidido comunicar o teor deste protocolo ao Secretário Regional da Educação e Cultura. Um officio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo solicitando a substituição do consócio Dr. Jorge Forjaz na Comissão de Toponímia. Foi deliberado indicar o

consócio Dr. Francisco Maduro Dias. Uma carta do Major Rui Carita, da Região Autónoma da Madeira, pedindo que o Instituto tome posição, junto do Presidente do Governo Regional da Madeira e da Câmara Municipal do Funchal, no sentido de não ser construído um silo de carros no espaço da antiga Casa do Esmeraldo, que segundo a tradição foi residência de Cristóvão Colombo, e que apoie a iniciativa da reconstrução da fachada daquele imóvel para instalação do Museu Arqueológico da Madeira. Foi deliberado que o Presidente escrevesse ao Major Rui Carita dizendo que os elementos disponíveis não permitiam uma tomada de posição da nossa agremiação. O consócio Dr. Olivio Rocha, Director do Museu de Angra do Heroísmo, apresentou a seguinte nota:

«Um. Como é do conhecimento de V. Exas., o Convento de São Francisco, sede do Museu de Angra do Heroísmo desde mil novecentos e sessenta e nove, foi seriamente danificado pelo sismo de mil novecentos e oitenta, situação que tem acarretado, ao longo destes quase dez anos, consequências bastante penalizantes não só para as suas actividades normais (aliás drasticamente reduzidas) como também para o corpo de funcionários que ali presta serviço.

Dois. Não obstante a realização de algumas obras de limpeza, consolidação e pequena recuperação, nos anos imediatos ao sismo, tendentes a prevenir a degradação do edifício e a evitar a possibilidade de maiores danos materiais e, porventura, algum desastre pessoal, o imóvel do Convento continua a apresentar um estado de insegurança que se faz sentir a diversos níveis.

Três. O espectro de possíveis danos pessoais ou das espécies foi reavivado por ocasião dos recentes temporais, persistindo, para além disso, uma situação de in-

salubridade e de desconforto para os funcionários da casa , sujeitos ao frio e às intempéries que se fazem sentir , de forma particularmente gravosa , no degradado imóvel onde o Museu está instalado .

Quatro . No que se refere a segurança contra roubo e incêndio , ela é praticamente nula , devendo atribuir-se a mero capricho da sorte a insignificância do assalto verificado em três de Janeiro de mil novecentos e oitenta e oito , cujos autores se limitaram a furtar algum dinheiro da Secretaria do Museu e , tendo largado fogo a papéis da mesma Secretaria , o mesmo se extinguiu devido à avalanche de papéis que os larápios lhe atiraram para cima . Aliás , os relatórios dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo e da Polícia de Segurança Pública , elaborados na sequência das inspecções que solicitámos às condições de segurança do edifício , são por si mesmos suficientemente esclarecedores e motivaram , já , uma visita de trabalho ao Museu por parte do Chefe do Serviço Regional de Protecção Civil .

Cinco . Ora , como também é do conhecimento de V . Exas . , o Instituto Histórico da Ilha Terceira está intimamente ligado à existência do Museu de Angra do Heroísmo , não só pela corresponsabilidade na génese desta instituição , mas também no plano sentimental , porquanto , durante longos anos , ali teve a sua sede e o então Director do Museu , Dr . Baptista de Lima , foi Presidente do próprio Instituto .

Seis . É , pois , este Museu de Angra , por cuja criação o Instituto Histórico tanto se bateu , e cujo valiosíssimo e diversificado acervo se encontra instalado em situação tão precária , que reclama soluções imediatas de segurança e conservação das espécies bem como melhores condições de trabalho para o seu pessoal .

Sete . Pessoal esse que neste momento e apesar da precaridade das condições existentes se encontra totalmente

empenhado na ingente e inadiável tarefa de inventariação, registo e classificação das espécies, sob orientação técnico-científica do museólogo do I. P. P. C. Dr. António Nabais e com os elementos de informação disponíveis, a qual, não constituindo em si mesma uma finalidade, é, todavia, um precioso meio de sabermos exactamente o que o Museu possui nas suas ricas colecções e um indispensável ponto de partida para uma sistematizada programação das actividades daquela instituição.

Oito. Nestas condições, vimos solicitar a melhor atenção e empenhamento de V. Exas., no sentido de o Instituto Histórico da Ilha Terceira se debruçar sobre a presente situação do Museu de Angra do Heroísmo e procurar, em colaboração com as entidades que o tutelam, soluções imediatas que garantam, por um lado, a segurança, conservação e melhor acondicionamento de todas as colecções recolhidas ao longo dos tempos, e, por outro, o prosseguimento das actividades de inventariação definidas como prioritárias pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Angra do Heroísmo, vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e oitenta e nove.

*O Director do Museu.*  
José Olivio Mendes da Rocha»

Foi decidido depois de uma troca de impressões sobre o assunto, apoiar as preocupações expostas e sensibilizar o Secretário Regional da Educação e Cultura para a indispensabilidade de se tomar uma decisão sobre quais as intervenções a fazer no edifício de São Francisco e de imediato começar as obras de restauro.

Ainda antes da ordem do dia o Instituto congratulou-se com a assinatura do contrato para a execução do plano

de salvaguarda da Zona Classificada da Cidade de Angra do Heroísmo, com a iluminação das muralhas do Castelo de São João Baptista e com as obras de restauro e consolidação do monumento dos centenários no Pico Martim Simão, na freguesia dos Altares.

O Presidente informou que o Instituto participara através de seus sócios em várias manifestações culturais, nomeadamente: de dezoito a vinte e três de Setembro, na cidade do Funchal, no segundo Colóquio Internacional de História da Madeira, com duas comunicações, uma do próprio Presidente, intitulada, *As raízes da autonomia constitucional* e outra do Dr. José Guilherme Reis Leite, *A Importância da Madeira no segundo movimento autonómico dos Açores*. Entre vinte e sete e trinta de Setembro, a nossa agremiação participou nas comemorações do bicentenário do nascimento do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, promovidas pela Escola Secundária de Angra do Heroísmo, tendo os seguintes sócios proferido conferências: Dr. Álvaro Monjardino, *O Padre Jerónimo e o seu tempo*; Dr. Maduro Dias, *A ligação escola-meio cultural, numa cidade classificada*; Padre Dr. Jacinto Monteiro, *O Padre Jerónimo Emiliano de Andrade e a Igreja do seu tempo*; João Afonso, *Um estudante liceal dos anos trinta no bicentenário do Padre Jerónimo*; Dr. José Orlando Bretão, *Considerações sobre a educação da mocidade. Pensar de Luís Meireles do Canto e Castro*; Dr. Olivio Rocha, *João Hermeto Amarante - o ensino e a cultura; contributo para a compreensão da sua obra*; Dr. José Guilherme Reis Leite, *A Topografia da Ilha Terceira do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade. Pedagogia e Ideologia*.

No mês de Outubro, num encontro sobre fortalezas, em Almeida e Ciudad Rodrigo, onde o Presidente e o Dr. Maduro Dias apresentaram uma comunicação, com um vídeo, sobre o Castelo de São João Baptista.

Em Dezembro entre os dias um e três, na freguesia da Maia decorreu o Segundo Encontro de Escritores Açorianos em que participaram os consócios Dr. José Guilherme Reis Leite e Dr. José Orlando Bretão que apresentaram comunicações, respectivamente *A historiografia açoriana da primeira metade do século dezanove* e *Dramaturgia nos Açores. Para conhecer melhor o povo que somos*.

O Presidente informou que se iniciara já o aproveitamento da sala das sessões na nova sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira para os fins previstos no artigo segundo número um do Estatuto e que assim haviam sido recebidos, em sessão solene, os participantes brasileiros da Terceira Semana de Cultura Açoriana e Catarinense, que decorreu em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, no mês de Novembro, numa iniciativa da Universidade dos Açores e Federal de Santa Catarina. O Presidente apresentou uma comunicação intitulada *A cidade transatlântica*. Também no mês de Novembro foi proferida uma conferência pelo Dr. Percival Noronha, Secretário de «Indian Heritage Society», de Goa, intitulada *Levantamento Arqueológico de Velha Goa e tentativas para a sua conservação*, que será publicado no boletim.

Foi registado um voto de pesar pelo falecimento nos Estados Unidos da América do sócio honorário da nossa agremiação, o Emérito Professor da Universidade de Harvard, Prof. Doutor Francis Millet Rogers, ficando decidido publicar-se no boletim uma notícia necrológica e encarregando-se de a escrever o consócio João Afonso.

O consócio Padre João Maria Mendes apresentou as suas preocupações referentes às dificuldades de catalogação e organização do Arquivo de Angra do Heroísmo, certamente por falta de pessoal, que impossibilitam a consulta dalguns núcleos documentais e ainda o estado de conservação do im-

portante Arquivo do Comando Militar dos Açores, precariamente instalado nos baixos do Palácio de Santa Catarina, em Ponta Delgada, residência do Comandante Chefe das Forças Armadas nos Açores. O Presidente ficou de expôr estes problemas aos respectivos responsáveis.

Passou-se de seguida à ordem do dia tendo-se procedido à eleição da Direcção para o biénio de mil novecentos e noventa e nove – mil novecentos e noventa e um. Ficaram eleitos, como efectivos: Presidente, Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino; Secretário, Dr. José Guilherme Reis Leite; Tesoureiro, Dr. Francisco dos Reis Maduro Dias; e como substitutos: Presidente, Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires; Secretário, Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes; Tesoureiro, Dr. Rui Ferreira Ribeiro Meireles.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, quando eram vinte horas, de que lavrei a presente acta que vai por mim, Secretário, assinada e pelo Presidente.

*O Presidente,*

Álvaro da Silva Leal Monjardino

*O Secretário,*

José Guilherme Reis Leite

**RELAÇÃO DOS LIVROS  
ENTRADOS NO INSTITUTO NO ANO DE 1989**

*Luis de Albuquerque e Alberto Vieira* - «O Arquipélago da Madeira no século XV»

*Luis de Albuquerque e Alberto Vieira* - «The Archipel of Madeira in the XV century»

*Alberto Vieira* - «O Comércio Inter-Ilhas nos séculos XV e XVI - Madeira, Açores e Canárias»

- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa» - série 104<sup>a</sup> - 1<sup>o</sup> - 1-6

- «Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional»

*Lyon del V. Prolt & Patrick J. O'Reefe* - «Handbook of national regulations concerning the export of cultural property»

- «Informação 1988»

- «Islenha» - Julho/Dezembro/1987

- «Divulgar» - 1<sup>o</sup> semestre - Ano 1988 - n<sup>o</sup> 3

- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n<sup>o</sup> 19 - 1972

- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n<sup>o</sup> 20 - 1973

- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n<sup>o</sup> 21 - 1974

- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n<sup>o</sup> 22 - 1978

- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n<sup>o</sup> 23 - 1979

- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n<sup>o</sup> 29 - 1985

- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n<sup>o</sup> 30 - 1986

- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, nº 31 - 1987
- Boletim do Núcleo Cultural da Horta 1975-1979 - nº 2 e 3 vol. 6
- Boletim do Núcleo Cultural da Horta 1975-1979 - nº 1 2 e 3 vol. 7
- «Revista Islenha» (especial Zarco), nº 3 - Julho/Dezembro 1988
- «Divulgar» - 2º semestre - Ano 1988, nº 4
- «Atlântida» - 2º semestre 1988 - Vol, XXXIII
- Revista do Instituto Geográfico e Cadastral - nº 8 - 1988
- «El Museo Canário XLVI» - 1984
- Daniel A. Pereira* - «A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII»
- Daniel A. Pereira* - «Marcos cronológicos da Cidade Velha»
- Luís de Albuquerque e Alberto Vieira* - «The Archipel of Madeira in the XV century»
- W.J.L. Randles* - La Representation de l'Atlantique dans la conscience Européenne au Moyen Age et a la Renaissance (coleção Sapatatas 2)
- Carlos Alberto Medeiros* - «Porto Santo e Corvo. Aspectos da ocupação humana em opções insulares centristas»
- Manuel Lobo Cabrera* - «El Comercio Canario Europeu Bajo Filipe II» Janeiro/Junho 1989
- «Revista Islenha» - nº 4
- Miguel de Figueiredo Côrte-Real* - «Cartas biográficas e Descendência dos Pereiras da Casa da Feira que se ficaram nos Açores», Separata do Boletim do Núcleo Cultural da Horta, Vol. 6 - 1965-1979 - nº 213
- Manuel Farinha Macedo e Maria da Graça F.* - «Olaria do Felgar de Moncorvo» - Catálogo 1 - Coleções de Manuscritos
- Eugénio Lapa Carneiro* - «Empregado - Técnica de decoração cerâmica» - Fichas de Olaria 1/89
- Arminda Pascoal Coutinho* - «Edgar Rei - Destino Brasileiro de oleiros barcelenses» - Fichas de Olaria 2/89

- «Açorianidade e Autonomia» - Páginas Escolhidas
- «History of science and technology - A Catalogue of Doctoral Dissertations 1978/88»
- «Revista Camoniana» - 2ª Série, Vol VII - 1986/1987
- «ICOMOS Information» - Revista trimestral - nº 1 - 1989
- Walter F. Piazza* - «O Brigadeiro José da Silva Paes Estruturador do Brasil Meridional»
- Manuel de Figueiredo* - «Descendentes dos Condes de Benavente Radicados nos Açores desde o século XV» (Estudo Histórico-Genéalogico), Separata do Boletim do IHIT - Vol XLIV - Ano de 1986
- Margarida S. Nogueira, Rolando L. Gonçalves* - «Regra e Comunidade: Os poderes nas Constituições Gerais de 1641 para os Mosteiros de Clarissas»
- «Escavações nas Casas de João Esmeraldo/Cristovão Colombo 1989» - (1ª Fase) catalogue
- «Revista Islenha» nº 5 - Julho/Dezembro 1989
- João José Abreu de Sousa* - «O Movimento do Porto do Funchal e a Conjura da Madeira de 1727 a 1810»
- Luiz Peter Clode* - «Descendência de D. Gonçalo Afonso D'Avis Tratâmara Firnandis a máscara de Ferro Português»
- Antônio Aragão* - «Para a História do Funchal» 2ª Edição Revista e Aumentada
- Iaponan Soares* - «Redor de Cruz e Sousa»
- Leonor Scliar Cabral* - «O Método Contextual Dinâmico Aplicado a Poemas de Fernando Pessoa»
- Salim Miguel* - «O Castelo de Frankenstein Anotações sobre autores e livros»
- Hugo Mund Júnior* - «Grifos e Emblemas»
- José Henrique Pires* - «O Cinema de Santa Catarina»
- Duarte Paranhos Schutel* - «A Massambu»
- Jean-Pierre Angenot* - «Miscellaneous Phonology» - Volumes I e II
- Cruz e Sousa* - «Últimos Sonetos»

*Maria Helena Camargo Regis* - «Coloquial na Pesca de Manuel Bandeira - Edição comemorativa do centenário do nascimento do poeta (1886/1986)

- «Anais da 2ª Semana de Estudos Açorianos»

*Miriam Portela* - «O Continente Possuído»

*Klaus Richter* - «A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do interior de Joinville e Blumenau»

*Carlos Humberto Corrêa* - «Um Estado entre duas Repúblicas - A revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35»

*Ubiratan Machado* - «Vida de Luiz Delfino - Obra comemorativa do sesquicentenário do seu nascimento (1834-1984)»

*Franklin Cascais* - «O Fantástico na Ilha de Santa Catarina»

*Paulo Fernando Lago* - «Gente da Terra Catarinense - Desenvolvimento e Educação Ambiental»

*Teresinha de Moraes Bremer* - «Linguística Aplicada ao Manual de Alfabetização»

*Nilcéia Cabral Fernandes* - «A Escola Santa»

*Walter Zumblick* - «Teresa Cristina A Ferrovia de Carvão»

*Ricardo L. Hoffman* - «Alineação na Universidade - crise dos anos 80»

*C. Ronald* - «Jemonias» - (1980)

*Laura Machado Hübener* - «O comércio da Cidade do Desterro no século XIX»

*Oswaldo Antônio Furlan* - «Influência Açoriana no Português do Brasil em Santa Catarina»

*H. Bohn P. Vandresen* - Tópicos de Linguística Aplicada O ensino de línguas estrangeiras»

- «O Mar e seus Recursos Séticos»

- Santa Catarina um bom negócio»

- «Revista de Guimarães», Vol. XCVII-XCVIII, Janeiro-Dezembro 1987-1988

*Raulino Reitz* - «Alto Biguaçu - Narrativa Cultural Tetrarracial»

*Walter F. Piazza* - «O Brigadeiro José da Silva Paes - Estruturador

do Brasil Meridional»

*Alcides Buss* - «O Professor é um poeta»

*Almiro Caldura* - «Uma cantiga para Jurirê»

*Fernando Noronha* - «Direito e Sistemas Sociais - A Jurisprudência  
e a criação de direito para além da lei»

*Carlos da Costa Pereira* - «História de São Francisco do Sul»

*Paulo Marcos S.C. Santos* - «Um giro pela Europa»

*Renato Tapado* - «Poemas para quem caminha»

*Delmira Silveira* - «Indelévels Versos»

*Heronides Moura* - «Pergaminho»

*Carlos Damião* - «A Palavra Imediata»

*Eunaldo Verdi* - «Graciliano Ramos e a Crítica Literária»

*J.D. Ferreira Lima* - «Sonho e Realidade (V.F.S.C.)»

- «Anaes da 2ª Semana de Estudos Açorianos»

*Renzo Maria Grosselli* - «Vencer ou Morrer Camponeses Trentinos  
(Venêtos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras»

*Franklin Joaquim Cascaes* - «Franklin Cascaes: Vida e Arte, e a  
Colonização Açoriana»

*César Ávila* - «Revelações de um médico»

*Adolfo Boos Júnior* - «O Último e outros dias»





## INDICES

### AUTORES

AFONSO, João – Necrologia. Prof. Doutor Francis Millet Rogers (1914–1986) . . . . .	665
AMORIM, Maria Norberta – A família e as suas relações com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675–1980) . . . . .	265
ÁVILA, João Gabriel – A vila das Velas ns história das suas ruas. Topografia, toponímia, histórias . . . . .	7
ENES, Carlos – O carnaval angrense no 1º terço do século XX . . . . .	291
FÉLIX, Emanuel – Conceito e dinâmica do Património Cultural . . . . .	417
MACHADO, Joana de Meneses Pinto – Tombo da igreja paroquial do Espírito Santo da Vila Nova. Leitura paleográfica de . . . . .	464
MENDES, Isabel Maria Ribeiro – Peregrinos açoreanos no Mosteiro de Guadalupe . . . . .	367
MONJARDINO, Álvaro – Os Açores e o século XV . . . . .	381
– Sobre a emigração . . . . .	399
– Consulta . . . . .	638
MONTEIRO, Jacinto – Acerca das âncoras de Colombo encontradas nos Açores . . . . .	251
NORONHA, Percival – Levantamento arqueológico da Velha Goa e tentativas para a sua conservação . . . . .	429
R. L. – À margem do Livro do Tombo da Vila Nova . . . . .	451



## ASSUNTOS

### ARTIGOS

<i>A Vila das Velas na história das suas ruas. Topografia, toponímia, história</i> – João Gabriel Ávila . . . . .	7
<i>Acerca das âncoras de Colombo encontradas nos Açores</i> – Jacinto Monteiro . . . . .	251
<i>A família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980)</i> – Maria Norberta Amorim . . . . .	265
<i>O carnaval açorense no 1º terço do século XX</i> – Carlos Enes . . . . .	291
<i>Peregrinos açoreanos no Mosteiro de Guadalupe</i> – Isabel Maria Ribeiro Mendes . . . . .	367
<i>Os Açores e o século XV</i> – Álvaro Monjardino . . . . .	381
<i>Sobre a emigração</i> – Álvaro Monjardino . . . . .	399
<i>Conceito e dinâmica do Património Cultural</i> – Emanuel Félix . . . . .	417
<i>Levantamento arqueológico da Velha Goa e tentativas para a sua conservação</i> – Percival Noronha . . . . .	429
<i>À margem do Livro do Tombo da Vila Nova</i> – R.L. . . . .	451
<i>Tombo da igreja paroquial do Espírito Santo da Vila Nova. Leitura paleográfica de Joana de Meneses Pinto Machado</i> . . . . .	464

## DOCUMENTOS

ICOMOS – Brasil . Carta de Petrópolis . . . . .	623
Os Açores e o século XV . . . . .	626
Consulta – <i>Álvaro Monjardino</i> . . . . .	638

## VIDA DO INSTITUTO

Necrologia – Prof. Doutor Francis Millet Rogers (1914–1986) – <i>João Afonso</i> . . . . .	655
Acta da primeira reunião ordinária de 1989 . . . . .	659
Relatório do Presidente de 1989 . . . . .	663
Plano de Trabalhos para 1989 . . . . .	673
Acta da segunda reunião ordinária de 1989 . . . . .	675
Acta da primeira reunião extraordinária de 1989 . . . . .	681
Relação dos livros entrados no Instituto em 1989 . . . . .	688





FOTOCOMPOSIÇÃO  
e IMPRESSÃO

em OFFSET



TIP. AÇOR, LDA.

500 ex.

MAIO. 1993

Depósito Legal 63267/93

